



**LOCUS**  
revista de história



**Dossiê:  
Fascismos, 100 anos depois**

**Vol 28, n. 2 (2022) e-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal de Juiz de Fora

# LOCUS

Revista de História





e-ISSN: 2594-8296



ISSN-L:1413-3024

# Equipe Editorial

## Editor















Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto    
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil









## Editor Assistente

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves    
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

---

## Conselho Editorial

Prof. Dra. Ágnes Judit Szilágyi    
Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo    
Prof. Dr. Álvaro Garrido    
Prof. Dra. Armelle Enders    
Prof. Dra. Barbara Weinstein    
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt   
Prof. Dr. Carlos Manuel Dias Fernandes   
Prof. Dra. Cláudia Viscardi  

Prof. Dr. Ernesto Bohoslavsky    
Prof. Dra. Hebe Mattos    
Prof. Dr. James Green    
Prof. Dr. Leandro Duarte Rust    
Prof. Dra. Maraliz Christo    
Prof. Dr. Vitor Izecksohn    
Prof. Dra. Wlamyra Albuquerque  

---

## Conselho Consultivo

Prof. Dra. Alda Saúte Saíde  
Prof. Dra. Amélia Polónia  
Prof. Dra. Ana Maria  
Mauad\_  
Prof. Dra. Ana Teresa  
Marques Gonçalves  
Prof. Dra. Angela de Castro  
Gomes  
Prof. Dr. António Costa  
Pinto  
Prof. Dr. Antônio Luigi  
Negro  
Prof. Dr. Antônio  
Montenegro  
Prof. Dr. Benjamin Arthur  
Cowan  
Prof. Dr. Carlos Alberto  
Medeiros Lima  
Prof. Dr. Charles Monteiro  
Prof. Dr. Federico  
Finchelstein

Prof. Dr. Fernando Londoño  
Torres  
Prof. Dr. Francisco Javier  
Dosil Mancilla  
Prof. Dr. Gerardo Caetano  
Prof. Dra. Helena Hisako  
Toida  
Prof. Dra. Heloisa Starling  
Prof. Dr. Henrique Espada  
Lima  
Prof. Dr. Ismael Saz  
Prof. Dr. Jean Gormo  
Prof. Dr. Jens R. Hentschke  
Prof. Dr. Juan Carlos Ruiz  
Vasquez  
Prof. Dr. Juan Pan-Montojo  
Prof. Dr. Júlio Cláudio Silva  
Prof. Dr. Marcelo Casals  
Prof. Dra. Maria Dolores  
Lorenzo

Prof. Dra. Maria Inácia  
Rezola  
Prof. Dra. Maria Lígia Prado  
Prof. Dra. Marina Franco  
Prof. Dr. Mario Sznajder  
Prof. Dr. Matteo Pasetti  
Prof. Dr. Olivier Compagnon  
Prof. Dr. Pedro Ernesto  
Fagundes  
Prof. Dr. Peter Blasenheim  
Prof. Dr. Roger Griffin  
Prof. Dra. Regina Horta  
Duarte  
Prof. Dra. Solange Pereira  
Rocha  
Prof. Dra. Sônia Gomes  
Pereira  
Prof. Dr. Stefan Rinke  
Prof. Dr. Xosé Manoel Núñez  
Seixas



Dossiê: Fascismos, 100 anos depois (Vol. 28, n. 2, 2022);  
. Organizadores: Leandro Pereira Gonçalves (Universidade Federal de Juiz de Fora) e Toni Morant i Ariño (Universitat de València);

. Idealizador "Cubo Fascismos": Pablo Romero Ariño;  
. Capa "Fascismos", 2022: Dalila Varela Singulane;  
. Capa e Concepção gráfica: Dalila Varela Singulane.



## Índice

---

Editorial	<i>Odilon Caldeira Neto</i>	1
Fascismos, 100 anos depois	<i>Leandro Pereira Gonçalves e Toni Morant i Ariño</i>	3
<i>Dossiê</i>		
The Conceptual Pattern of Fascist Ideology: A Reassessment	<i>Carlos Manuel Gonçalves Pereira Martins</i>	12
Genealogy and Phenomenology of Fascism. Between history and interpretation	<i>Daniilo Breschi</i>	41
Education under National Socialism: Ideology, Programs and Practice	<i>Jakob Benecke e Jörg-W. Link</i>	64
“A Pro Arte nas mãos de judeus”: entre o modernismo alemão e a propaganda nacional-socialista	<i>Liszt Vianna Neto</i>	101
A Dietsland Empire? The international and transnational dimensions of Dutch fascism and the NSB, 1922-42	<i>Nathaniël D. B. Kunkeler</i>	124
Los orígenes del fascismo chino: el impacto de la colaboración nacionalista-comunista y la legitimidad de la lucha nacional (1927-1931)	<i>Chiao-In Chen</i>	146
Fascismo, corporativismo y la derecha política en el Uruguay (1928-1940)	<i>Alfredo Alpini</i>	167

Fascismo feminino latino: primeiras comparações entre a Ação Integralista Brasileira e a Unión Revolucionaria	185
<i>Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna dos Reis e Vitória de Almeida Machado</i>	
Fascismo além das fronteiras europeias? Ação Integralista Brasileira e o fascismo no Brasil	202
<i>Gabriela de Lima Grecco</i>	
As relações entre os governos fascistizados de Franco e Vargas no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939)	223
<i>Eliane Venturini de Oliveira</i>	
Sensibilidades estéticas, regeneración nacional y virilidad: sobre la mirada falangista de posguerra al fin de siglo	238
<i>Zira Box</i>	
Zarco Moniz Ferreira and the Portuguese radical right-wing between authoritarianism and democracy: a biographical approach	258
<i>Riccardo Marchi e Tiago Pinto</i>	
Propaganda fascista e tecnologias algorítmicas na conjuntura neoliberal	282
<i>Felipe Lazzeri da Silveira e Augusto Jobim do Amaral</i>	
<i>Seção Livre</i>	
O anticomunismo nas decisões dos ministros do Supremo Tribunal Federal (1964-1970)	302
<i>Mateus Gamba Torres</i>	
Ortodoxos ou dissidentes? Uma nova leitura do positivismo português	326
<i>Adalmir Leonídio</i>	
A extrema-direita explosiva: Anticomunismo e atentados na abertura da ditadura civil-militar	351
<i>José Airton de Farias</i>	

Debate sobre uma narrativa esquecida: As memórias do Visconde de Araxá sobre a Revolta de 1842 376

*Alex Lombello Amaral*

### *Resenhas*

América Latina em uma perspectiva transnacional: fascismo e corporativismo 394

*Gabriela Santi Pacheco*

La ‘nueva’ Europa nacionalista que soñó el III Reich 398

*Borja Pérez Climent*

El Nuevo Orden nazi-fascista para la cultura europea 403

*Gerard Vallejo Bosch*

Historia socio-económica de la primera fase de la dictadura franquista 409

*José Antonio Abreu Colombri*

### *Entrevista*

“¿Qué hay más transnacional que la idea de nación?”. Entrevista con Ismael Saz (Universitat de València) 414

*Leandro Pereira Gonçalves e Toni Morant i Ariño*

Equipe Locus 436



**Locus: em defesa da democracia e das Universidades**

*Locus: in defense of democracy and universities*

*Locus: en defensa de la democracia y de las Universidades*

*Odilon Caldeira Neto*

*<https://orcid.org/0000-0001-5926-528X>*

Não é exagero afirmar que o ambiente acadêmico foi alvo, nos últimos anos, de uma intensa lógica de vigilância e de cerceamento de suas liberdades. Um clima de perseguição se fez presente em diversas tramas do cotidiano, com anúncios (e recuos) de cortes de verbas, além de um sentimento de suspeição contínuo contra indivíduos ligados às Universidades. Mais que bravatas em redes sociais, isso se manifestou de modo enfático na tentativa de desarticulação das Universidades, que sofreram contingenciamento de financiamento e foram alvos de discursos de desqualificação, principalmente sobre a importância na formação de uma sociedade crítica, inclusiva e democrática.

É necessário pontuar que este processo não decorreu apenas com a asfixia financeira, fonte de importância fundamental para o desenvolvimento das pesquisas e para a manutenção das atividades básicas das Universidades. As humanidades, em particular, foram escolhidas para dar vazão a uma estratégia de desqualificação contínua. Por isso, é importante afirmar que a atividade historiográfica - e das demais Ciências Humanas - é um dos pilares fundamentais para a promoção de uma cultura democrática nas Universidades e na sociedade. A revista Locus se empenhou nesta missão em defesa da democracia. E não esteve sozinha.

Apesar dos revezes, os últimos anos trouxeram boas novas. Recentemente, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora obteve o reconhecimento de sua excelência na última avaliação quadrienal da CAPES. Isso é fruto de uma longa história e de contribuições coletivas, que se fazem notar na *Locus: Revista de História*.

Por isso, é importante não recuar. A defesa da democracia e das Universidades é um compromisso assumido pela *Locus*. Isto fica nítido nesta edição. O segundo número de 2022 traz,

---

além de quatro contribuições na Seção Livre, o dossiê temático “Fascismos, 100 anos depois”, organizado pelos professores Leandro Pereira Gonçalves e Toni Morant i Ariño. Este tema ainda tão atual, está contemplado em trezes artigos de pesquisadoras e pesquisadores internacionalmente reconhecidos pelas contribuições no campo de estudos sobre os fascismos e os regimes autoritários. Além disso, o dossiê contempla quatro resenhas e uma entrevista especial com o professor Ismal Saz, da Universitat de València.

Para o próximo ano, a programação da Locus já está definida. No primeiro número de 2023, será publicado o dossiê temático “A história das mercadorias no mundo pré-industrial: potencialidades e limites de uma abordagem”, organizado pelos professores Fábio Morales e Leonardo Marques. No segundo número, será publicado o dossiê temático “História das artes, História das Imagens”, organizado pelos professores Martinho Júnior e Kleber Amancio.

Como editor, agradeço o empenho de todas as pessoas envolvidas na execução do imenso trabalho que é manter uma revista qualificada como a *Locus*. Autoras e autores, avaliadoras e avaliadores, organizadores de dossiês temáticos e, especialmente, aos membros do Conselho Editorial e do Corpo Editorial da Locus.

Que o ano de 2023 traga novos frutos para todas e todos!

## Fascismos, 100 anos depois

*Leandro Pereira Gonçalves\**

<https://orcid.org/0000-0002-9233-1098>

*Toni Morant i Ariño\*\**

<https://orcid.org/0000-0002-8507-0723>

Há 100 anos, milhares de milicianos fascistas marcharam até a capital italiana, Roma, e seu líder, Benito Mussolini, foi nomeado primeiro-ministro com o apoio de boa parte das elites políticas, econômicas e militares do país. Após outubro de 1922, e em apenas alguns anos, Mussolini havia proibido a existência de partidos políticos e de forças da oposição, construindo assim um novo tipo de ditadura. Era o triunfo do fascismo criando caminhos para uma nova política no século XX.

Publicar um dossiê em 2022, efeméride que marca a chegada ao poder do primeiro movimento fascista, é simbólico e emblemático, não apenas pela data histórica, mas também pelos acontecimentos do tempo presente: um ano que marca o fim do governo de Jair Bolsonaro no Brasil e que, ao mesmo tempo, inaugura o governo da primeira-ministra italiana Giorgia Meloni, da extrema direita. Em um momento como o atual, que acumula uma profunda sucessão de sérias crises que enfraqueceram significativamente o apoio à democracia em nossas sociedades, a análise

---

\* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e com pós-doutoramento pela Universidad Nacional de Córdoba (Centro de Estudios Avanzados/Argentina). Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com atuação no Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Pesquisador FAPEMIG (Universal). Membro do Conselho Administrativo da International Association for Comparative Fascist Studies (ComFas). Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) e coordenador da Rede de Investigação Direitas, História e Memória. As pesquisas recentes concentram-se em questões relacionadas à História da América Latina a partir de elementos transnacionais e abordagens comparadas com a Península Ibérica, sobretudo no âmbito dos estudos das direitas, dos fascismos, do integralismo, do salazarismo e do franquismo. E-mail: leandro.goncalves@ufjf.br

\*\* Doutor Internacional em História Contemporânea pela Universitat de València, onde atualmente é professor associado. Suas principais linhas de pesquisa giram em torno do fascismo entreguerras a partir de uma perspectiva transnacional e de gênero, assim como da construção simbólica da ditadura de Franco no espaço público e sua sobrevivência na atual democracia espanhola. É membro das equipes de pesquisa dos projetos PGC2018-099956-B-I00 (Ministério da Economia e Inovação espanhol) e PROMETEU2020-050 (Generalitat Valenciana). E-mail: toni.morant@uv.es



crítica do que aconteceu no mundo há um século pode fornecer reflexões para lidar com a crise da – o ataque generalizado à – democracia que estamos testemunhando atualmente.

Não em vão, a memória de um passado fascista é utilizada – de forma aberta ou com calculada ambiguidade – para legitimar governos e propostas antidemocráticas, com discursos e práticas autoritárias. Sob uma estrutura transnacional, ocorre uma circulação de ideias consolidando governos, como de Viktor Orbán na Hungria, além de projetos recentemente derrotados, mas que almejam o retorno, como da ala radical republicana nos EUA, encabeçada por Donald Trump. O mesmo acontece em outros países, como em Portugal através do Chega de André Ventura e na Espanha com o Vox, que conseguiu solidificar uma agenda que não acontecia desde a morte do ditador Franco. Existe uma rede transnacional da extrema direita que perpassa por grupos intelectuais de cunho radical e nacionalista, que busca manter viva a intolerância, fomentando organizações neofascistas. Um exemplo disso é o presidente do Vox, Santiago Abascal, que estabelece constantes diálogos com grupos antidemocráticos latino-americanos em busca da formação de uma aliança “anticomunista” na América Latina.

À primeira vista, pode parecer contraditório que movimentos ultranacionalistas em diferentes países se vejam como parte do mesmo processo de erosão e eventual destruição das democracias em diferentes regiões, mantenham relações fluidas entre si, organizem encontros conjuntos e até mesmo estabeleçam alianças com outros movimentos semelhantes além de suas próprias fronteiras estatais. No entanto, para quem conhece as dinâmicas transfronteiriças das direitas antiliberais no período entreguerras, esse fenômeno não é estranho nem novo.

Os primeiros anos da década de 20 do século XXI representam um momento-chave para a compreensão da gênese fascista. Reflexões históricas contribuem de forma central, inclusive para a verificação das convergências e divergências entre o fascismo clássico e os movimentos contemporâneos. A força dessa nova cultura política no século passado é indiscutível. Não por acaso, sua importância foi tanta que os vinte e cinco anos após a “Grande Guerra” foram definidos como “a Era do Fascismo”. Muitos se posicionaram a seu favor, outros – ainda que não sendo fascistas – o viram com bons olhos pelo que poderia contribuir para o desgaste crescente das democracias (ou como um freio a um “perigo vermelho” que não existia mais), e outros tomaram abertamente uma posição contra ele. O fascismo, portanto, era um fenômeno político tão predominante que, de uma forma ou de outra, obrigou todos a se definirem.

Por quase uma década, o regime de Mussolini foi o único regime fascista, sendo considerado a exceção italiana. No entanto, aquele que provavelmente constituiu a maior ameaça externa à democracia no século passado demonstrou desde o início uma notável capacidade de difusão. Precisamente porque havia demonstrado êxito na Itália quando se tratava de destruir,

---

primeiro as organizações de esquerda e, pouco tempo depois, o que restava do Estado liberal. Imediatamente, o fascismo não era mais considerado um fenômeno exclusivamente italiano, uma vez que era interpretado como um precedente que podia ser replicado além das fronteiras da Itália, um modelo a ser seguido, embora não necessariamente a ser copiado mimeticamente. Se os fascistas italianos conseguiram, por que não poderia acontecer da mesma forma em outros países?

Em muito pouco tempo – apenas três anos –, estiveram presentes grupos que se definiam como fascistas em 45 países, o que em uma era de impérios que controlavam vastas possessões coloniais era equivalente a quase o mundo todo.

O projeto fascista era apresentado como uma terceira via. Um modelo político contrário aos que eram identificados como os males da sociedade e da modernidade: comunismo e liberalismo, que eram classificados como faces da mesma moeda, herdeiros do período histórico que começou com a Revolução Francesa em 1789 e o “longo” século XIX, que deveria ser encerrado e substituído por uma nova era, um “novo tempo”.

Em 1933, a chegada ao poder do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) rompeu com a exceção italiana, confirmou o caráter internacional do fascismo, desencadeou uma segunda onda de entusiasmo e a fundação de novos movimentos, não apenas na Europa (Grã-Bretanha, Noruega, Espanha...), mas também na China, no Japão, no mundo árabe e em vários países latino-americanos, como mostram várias das exportações deste dossiê.

Depois de uma década na qual a Itália havia constituído o único regime fascista, a ascensão meteórica e a subsequente chegada ao poder do NSDAP na Alemanha parecia confirmar o caráter internacional ou – como os fascistas preferiam dizer – “universal” do fascismo. Olhando para Roma e, de forma crescente, também para Berlim, os fascistas em muitos outros países começaram a abrigar esperanças renovadas. No início dos anos 1930, o que Sven Reichardt (2017, 6) chamou de o primeiro “momento global” do fascismo estava tomando forma, inaugurado com a invasão japonesa da Manchúria e marcado pelos efeitos do aparente colapso do sistema capitalista, com suas profundas repercussões políticas. Hegemônica apenas uma década antes, a democracia liberal já estava em plena crise.

O caso brasileiro é relevante. Com 90 anos de fundação, a Ação Integralista Brasileira (AIB), criada em 7 de outubro de 1932 por Plínio Salgado, representou o principal movimento fascista extraeuropeu, sendo constantemente rememorado pelo atual e derrotado governo Bolsonaro, principalmente com o lema “Deus, pátria e família”, que mantém viva a mensagem antidemocrática de inspiração fascista, cada vez mais banalizada na sociedade contemporânea (Gonçalves, e Caldeira Neto 2022). A AIB é o exemplo cabal de que a era do fascismo não foi

apenas europeia, mas, sim, internacional, permeando os discursos e as práticas dos líderes carismáticos e dos movimentos políticos em todo o mundo (Gonçalves, e Grecco 2022).

Durante décadas, muitos historiadores defenderam a inexistência do fenômeno fascista fora da Europa. Para Stanley Payne (2014, 221), o fascismo foi um “fenômeno histórico limitado, principalmente, na Europa durante a era das duas guerras mundiais”. Nesse sentido, avançaram nos últimos anos os estudos sobre o fascismo em uma perspectiva comparada, transnacional ou cruzada, sobretudo a partir de intercâmbios acadêmicos, como a International Association for Comparative Fascist Studies (COMFAS) e a rede de investigação Direitas, História e Memória (DHM). Com esse avanço, o fascismo passou a ser analisado de forma mais crítica, especialmente com a utilização de novos conceitos e metodologias, como o fascismo genérico – extremamente difundido na academia anglo-saxônica por Roger Griffin (1991) –, que possibilitou a aplicação metodológica nas mais diferentes situações do tempo e do espaço.

Compreende-se, dessa forma, que a historiografia de hoje deve reconhecer o fascismo como um fenômeno transnacional e transatlântico. Isso porque as redes de relações econômicas, culturais, intelectuais e políticas, assim como as transferências de ideias entre países, foram profundas. Os fascistas compartilharam um senso de afinidade comunitária e ideológica, até mesmo de parentesco, que foi além das fronteiras nacionais (Morgan 2003; Bauerkämper 2007). No final de 1932, Mussolini havia chegado a pensar no fascismo como “revolução romana, mas universal”, e no décimo aniversário da Marcha em Roma ele previu que “dentro de uma década, a Europa será fascista ou fascistizada” (citado em Susmel e Susmel 1958, 147).

Apesar de seu caráter eminentemente ultranacionalista, os diferentes movimentos fascistas se sentiam parte de uma corrente supranacional baseada em uma relação política de parentesco ou afinidade. Eles estavam constantemente olhando uns para os outros e celebrando como seus os sucessos – reais ou fictícios – de seus congêneres em outros países. Em um período entreguerras caracterizado pela crise da democracia liberal e pela busca de novos modelos, os fascistas se estudavam e se visitavam, de olho em tudo, não apenas no “original italiano” e na nova variante alemã.

Os líderes fascistas de diferentes países se conheciam, estavam em contato e formavam uma rede fascista que se tornava cada vez mais densa. Além disso, em um período caracterizado por “viagens políticas” e “turismo ideológico” (Gehmacher, e Harvey 2011; Schwarz 1993), os ativistas fascistas viajaram para ver “o original italiano” com seus próprios olhos e estudá-lo em primeira mão, como se fossem peregrinos políticos à “pátria de seu movimento” (Woller 2011, 141; Schieder 1996). No início dos anos 1930, Roma não era mais apenas a capital da Itália, pois

---



havia se tornado o centro de uma “rede fascista” sempre mais densa e o indiscutível “centro gravitacional” do universo fascista (Woller 1999, 97; De Keizer 2008, 196; Bauerkämper 2007, 45).

As análises do fascismo são quase tão antigas quanto a cultura política que surgiu durante a Primeira Guerra Mundial e, desde o início, também tinham uma perspectiva comparativa em mente. Embora interpretem o fascismo de posições e em tons muito diferentes, elas o identificam como um fenômeno internacional que não se limita às fronteiras de um único país.

Após o surgimento dos *fascist studies* nos anos 1960 e a subsequente incorporação de colaborações da história cultural, nas últimas duas décadas uma das contribuições mais marcantes veio da virada transnacional, que – sem ignorar ou tentar apagar a dimensão nacional – tornou possível que as análises mudassem seu foco de um nível estadual direcionado a regimes fascistas (basicamente, Itália e Alemanha) para os mais numerosos movimentos e suas inter-relações, sejam indiretas (como, por exemplo, transferências culturais) ou direta (por meio de correspondência, viagens e encontros). Além disso, embora essas ainda sejam contribuições específicas, essa mudança transnacional também tornou possível incluir as mulheres fascistas e seu papel nessas relações transfronteiriças no centro das atenções, um nível considerado até agora como um domínio exclusivamente masculino.

O objetivo principal desta edição da *Locus: Revista de História* é contribuir para a discussão sobre o fascismo como cultura política, pautado no aspecto transnacional. Abrindo o dossiê, Carlos Martins apresenta uma importante análise conceitual na busca do entendimento do fascismo. O artigo busca uma nova definição de fascismo, utilizando com base em Michael Freeden, uma abordagem conceitual morfológica para refletir sobre a natureza do fascismo, destacando o que é indicado como conceitos centrais: Nação, Estado, Síntese, Revolução, Autoridade e Violência.

Não há dúvidas de que o caso italiano representa um ponto de partida central na análise de qualquer reflexão sobre o fascismo. Não apenas pelo episódio que marca a efeméride, mas, principalmente, pela gênese do movimento nos anos 1910 e 1920. E em torno da clássica experiência, Danilo Breschi busca compreender o fenômeno com base em critérios solidificados na genealogia e fenomenologia, estabelecendo uma importante contribuição para a compreensão do fascismo.

Depois desses textos mais teóricos, Jakob Bennecke e Jörg-W. Link fornecem um primeiro estudo de caso, o da Alemanha, e apresentam uma visão geral da educação sob o nazismo. O texto analisa o impacto da ideologia nazista nas diretrizes e práticas educacionais de duas instituições centrais para o doutrinação da juventude alemã (a escola e a Juventude Hitlerista), reflete sobre suas ambiguidades e ambivalências e conclui delineando possíveis perspectivas para pesquisá-las a partir de um ponto de vista comparado e transnacional.

---

Em busca de reflexos da propaganda e política cultural nazista no Brasil, Liszt Vianna Neto estabelece uma análise sobre a Pro Arte, uma associação de artistas e difusores das artes alemãs no Brasil que passou a ser um espaço de difusão nazista, criando certas tensões e contradições envolvendo o Estado Novo de Getúlio Vargas a partir de relatórios do DOPS.

Nathaniël Kunkeler apresenta uma abordagem de um fascismo que, geralmente, é muito menos conhecido: o fascismo holandês. O estudo analisa as primeiras formações fascistas a emergir nos Países Baixos antes de focar a *Nationaal-Socialistische Beweging* e traçar seu desenvolvimento não apenas na metrópole europeia, mas também nas Índias Orientais Holandesas. Ao entrelaçar dimensões inter e transnacionais, o autor analisa as peculiaridades dos agrupamentos coloniais do fascismo holandês, a importância que tinham para o partido na metrópole e os atritos que surgiram entre eles.

Sem deixar o continente asiático, Chiao-In Chen nos apresenta os primórdios do fascismo chinês: a Sociedade para a Prática Rigorosa dos Três Princípios do Povo, mais conhecida como *Lixingshe*. No contexto do final dos anos 1920 e início dos anos 1930, período marcado pela disputa entre nacionalistas chineses e comunistas, a ajuda soviética e a invasão japonesa da Manchúria, o texto discorre sobre a tensão progressiva entre as duas principais culturas políticas chinesas da época e como o nacionalista via a adaptação do fascismo europeu ao contexto chinês como a melhor maneira de transformar o país para lidar com a dupla ameaça interna e externa.

Alcançando as Américas, Alfredo Alpini traz uma relevante pesquisa sobre o surgimento de movimentações fascistas na política e cultura uruguaia, principalmente na circulação entre políticos, empresários e intelectuais que buscavam a defesa de um regime corporativista.

Em sua contribuição, Gabriela Grecco aborda o maior movimento fascista além dos limites da Europa: a Ação Integralista Brasileira (AIB). Após uma revisão do longo caminho que teve que ser percorrido para romper com a visão exclusivamente eurocêntrica de décadas de estudos sobre o fascismo, a autora apresenta as áreas mais salientes na construção e evolução da AIB: as influências modernistas sobre sua origem, seu desenvolvimento e estrutura organizacional, questões de gênero (participação feminina, mas também ideias de masculinidade), o papel da religião e a dimensão étnico-racial do integralismo, tanto em termos de afro-brasileiros e da população indígena quanto em termos de antissemitismo.

Gabbiana dos Reis e Vitória Machado propõem um olhar comparativo pioneiro sobre o fascismo brasileiro e peruano sob uma perspectiva de gênero. Para isso, elas se concentram nas mulheres da AIB e da *Unión Revolucionaria* na década de 1930. Os primeiros resultados das pesquisas destacam a vontade comum de participar do projeto político de seus respectivos partidos (destaca-se o papel da peruana Yolanda Cocco), mas também as diferenças entre os dois fascismos, como,

---

por exemplo, a xenofobia anti-imigratória no Peru ou as concepções divergentes quando se trata de delimitar a participação das mulheres na política.

Em busca de uma análise comparada dos governos de Getúlio Vargas e de Francisco Franco, Eliane Venturini de Oliveira desenvolve uma reflexão em busca de convergências e divergências entre os dois modelos políticos, destacando as relações entre os países, principalmente no contexto da Guerra Civil Espanhola.

Zira Box concentra seu texto na análise da dimensão generalizada dos discursos do fascismo espanhol de longa duração. Para isso, ela escolhe os pontos de vista que Falange elaborou no período imediato pós-Guerra Civil, a fim de regenerar a nação espanhola, algo então percebido como essencial após o trauma causado em 1898 pela perda dos últimos territórios ultramarinos. Combinando as categorias de nação e gênero, sua análise mostra as conotações desses discursos regenerativos, que apresentaram a decadência nacional como efeminação e a contrastaram com a virilidade da Nova Espanha.

Fazendo uma análise biográfica de Zarco Moniz Ferreira, um líder neofascista do segundo pós-guerra, Riccardo Marchi e Tiago Pinto verificam a ligação entre o Estado Novo português e a extrema direita europeia. Os autores buscam analisar a mobilização radical em um contexto marcado pela queda do regime autoritário salazarista e da transição para a democracia.

Ainda no âmbito das chamadas “novas direitas”, Felipe Lazzari da Silveira e Augusto Jobim do Amaral apresentam uma importante problematização sobre a disseminação da propaganda fascista a partir de tecnologias na conjuntura neoliberal. Um estudo de importância para a compreensão dos algoritmos como ferramenta de difusão de políticas e discursos antidemocráticos.

Além dos artigos que compõem o núcleo principal, o dossiê também inclui quatro contribuições sob a forma de resenhas. Gabriela Santi Pacheco escreve sobre o livro *A América Latina na era do fascismo*, do historiador António Costa Pinto, que apresenta um amplo panorama acerca da circulação e das conexões entre ideias e práticas fascistas na América Latina. Borja Pérez apresenta o volume coletivo editado em 2020 por Johannes Dalfinger e Dieter Pohl sobre as redes transnacionais e os projetos futuros de diferentes movimentos nacionalistas sob a égide nazista em busca da “Nova Europa”, que deveria ter tomado forma após a vitória do Eixo na Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, Gerard Vallejo aborda o mesmo assunto, mas de uma perspectiva cultural, por meio do livro de Benjamin Martin sobre os conceitos nazistas e fascistas do que a cultura europeia deveria ter sido depois de seu triunfo. Para encerrar a seção de resenhas, José Antonio Abreu apresenta outro volume coletivo, editado por Miguel Ángel del Arco, mas nesse caso centrado na ditadura franquista e nos “anos da fome”, resultado de uma política que causou milhares de vítimas entre a população durante o longo período espanhol pós-Guerra Civil.

---

Finalmente, o dossiê é encerrado com uma entrevista com Ismael Saz, um dos principais especialistas da Espanha em fascismo e franquismo. Professor de História Contemporânea na Universidade de Valência, autor de *España contra España. Los nacionalismos franquistas* (Marcial Pons, 2003) e coeditor de *Reactionary Nationalists, Fascists and Dictatorships in the Twentieth Century* (Palgrave, 2019), repassamos com ele sua formação acadêmica entre o fim da ditadura franquista e a subsequente recuperação democrática na Espanha, as mudanças ocorridas na historiografia espanhola e na universidade espanhola nas últimas quatro décadas, conceitos como “fascistização” e “culturas políticas” que são centrais para sua extensa trajetória de pesquisa, mas também os debates sobre história e memória na Espanha, assim como a relação das direitas espanholas com o passado mais recente.

O dossiê busca apresentar a importância do fascismo histórico na sociedade das décadas de 1920 e 1930, mas também a permanência em movimentos de extrema direita após 1945, tanto nas décadas de 1960 e 1970 como em elementos contemporâneos. Uma das preocupações com o volume esteve na tentativa de abarcar uma diversidade geográfica dos casos apresentados, não apenas nos casos clássicos europeus, mas também na América Latina, Ásia e em regiões europeias com menos difusão historiográfica.

Esperamos que o volume contribua com o debate sobre o fascismo e permita trazer reflexões sobre a radicalização política antidemocrática, que insiste em assombrar a sociedade contemporânea.

## Referências bibliográficas

Bauerkämper, Arnd. “Ambiguities of transnationalism: Fascism in Europe between paneuropeanism and ultranationalism, 1919-39”. *German Historical Institute London Bulletin*, XXIX, 2 (2007): 43-67.

De Keizer, Madelon. “Europa! Fascisme!”. *Tijdschrift voor Geschiedenis*, 121, 2 (2008): 190-197.

Gehmacher, Johanna, e Elizabeth Harvey. “Editorial: Reisen als politische Praxis”. *Österreichische Zeitschrift für Geschichtswissenschaften*, 22, 1 (2011): 5-13.

Gonçalves, Leandro Pereira, e Caldeira Neto, Odilon. *Fascism in Brazil: From Integralism to Bolsonaroism*. London; New York: Routledge, 2022.

Gonçalves, Leandro Pereira, e Caldeira Neto, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

Gonçalves, Leandro Pereira, Grecco, Gabriela de Lima, org. *Fascismos iberoamericanos*. Madrid: Alianza Editorial, 2022, p. 39.

Griffin, Roger. *The nature of fascism*. London; New York: Routledge, 1991.

Morgan, Philip. *Fascism in Europe, 1919-1945*. London; New York: Routledge, 2003.

---

Payne, Stanley G. *El fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2014.

Reichardt, Sven. “Globalgeschichte des Faschismus. Neue Forschungen und Perspektiven”. *Aus Politik und Zeitgeschichte*, 42-43 (2017): 10-16.

Schieder, Wolfgang. “Das italienische Experiment. Der Faschismus als Vorbild in der Krise der Weimarer Republik”. *Historische Zeitschrift*, 262, 1 (1996): 73-125.

Schwarz, Angela. *Die Reise ins Dritte Reich*. Göttingen e Zürich: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993.

Susmel, Edoardo, e Duilio Susmel, ed. *Opera Omnia di Benito Mussolini. XXV. Dal dodicesimo anniversario della fondazione dei Fasci al Patto a Quattro (24 marzo 1931-7 giugno 1933)*. Firenze: La Fenice, 1958.

Woller, Hans. *Geschichte Italiens im 20. Jahrhundert*. Bonn: Bundeszentrale für Politische Bildung, 2011.

Woller, Hans. *Rom, 28. Oktober 1922: die faschistische Herausforderung*. München: DTV, 1999.

## Dossiê: Fascismos, 100 anos depois

<https://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.n28.37520>

### **The Conceptual Pattern of Fascist Ideology: A Reassessment**

*O Padrão Conceptual da Ideologia Fascista: Uma Reavaliação*

*El Patrón Conceptual de la Ideología Fascista: Una Reevaluación*

*Carlos Manuel Gonçalves Pereira Martins\**

<https://orcid.org/0000-0001-7547-5308>

**ABSTRACT:** In spite of all the definitions of fascism that were put forward in the last decades and the “consensus” that was created around the definition proposed by Roger Griffin (which focuses on the ultranationalist and palingenetic core of fascism), authors like Michel Dobry have criticized the tendency to opt for what they see as “essentialist” approaches and to worry too much with classifications. Nevertheless, I argue that, although the more dynamic aspects of fascist ideology must be kept in mind, definitions and classifications are a necessary component of the work of the historian that tries to make sense of the era of fascism. For this reason, I here have the goal of arriving at a new definition of fascism by making use of the conceptual morphological approach, put forward by Michael Freeden, which has never been systematically applied to the study of fascism and can lead us to new and interesting conclusions about the nature of this ideology. This essay is, thus, a reassessment of a research that I previously carried out and shall be read as a refined version of that study, which tried to define fascism through the core concepts that are part of its conceptual pattern. As it is made clear in the text, the concepts that I believe to be central to fascism are: Nation, State, Synthesis, Revolution, Authority and Violence.

**Keywords:** Fascism. Ideology. Concepts.

**RESUMO:** Apesar de todas as definições de fascismo que foram apresentadas nas últimas décadas e do “consenso” que se criou em torno da definição proposta por Roger Griffin (que se foca nas características ultranacionalistas e palingenéticas do fascismo), autores como Michel Dobry

---

\* Investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Doutorado em Política Comparada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Autor dos livros *From Hitler to Codreanu: The Ideology of Fascist Leaders* e *Fascismos: Para Além de Hitler e Mussolini*. A área de estudo é a ciência política, mais precisamente estudos sobre o fascismo, autoritarismos e história das ideias políticas. E-mail: cmgpm87@gmail.com



criticaram a tendência para se optar por aquilo que vêm como abordagens “essencialistas”, bem como a preocupação excessiva com classificações. Contudo, neste artigo, defendo que, apesar de os aspetos mais dinâmicos da ideologia fascista precisarem de ser levados em conta, as definições e classificações são uma componente necessária do trabalho do historiador que tenta compreender a era do fascismo. Por essa razão, o meu objetivo neste ensaio é o de chegar a uma nova definição de fascismo, utilizando a abordagem conceptual morfológica, apresentada por Michael Freeden, que nunca foi usada de forma sistemática num estudo sobre o fascismo e que nos pode levar a novas e interessantes conclusões acerca da natureza desta ideologia. Este ensaio é, portanto, uma reavaliação de uma pesquisa que realizei anteriormente e deve ser lido como uma versão melhorada desse estudo, que tentava definir o fascismo através dos conceitos centrais que fazem parte do seu padrão conceptual. Como é descrito no corpo do texto, os conceitos que acredito serem centrais ao fascismo são: Nação, Estado, Síntese, Revolução, Autoridade e Violência.

Palavras-Chave: Fascismo. Ideologia. Conceitos.

RESUMEN: A pesar de todas las definiciones de fascismo que se han presentado en las últimas décadas y del “consenso” que se ha creado en torno a la definición propuesta por Roger Griffin (que se centra en las características ultranacionalistas y palingenéticas del fascismo), autores como Michel Dobry han criticado la tendencia para se optar por lo que vem como enfoques “essencialistas”, así como la excesiva preocupación por las clasificaciones. Sin embargo, defiendiendo que, si bien es necesario tener en cuenta los aspectos más dinámicos de la ideología fascista, las definiciones y clasificaciones son un componente necesario del trabajo del historiador que intenta comprender la era del fascismo. Por esa razón, mi objetivo en este ensayo es el de llegar a una nueva definición de fascismo, utilizando el enfoque conceptual morfológico, presentado por Michael Freeden, que nunca ha sido utilizado de manera sistemática en un estudio del fascismo y que puede llevarnos a nuevas y interesantes conclusiones sobre la naturaleza de esta ideología. Este ensayo es, por lo tanto, una reevaluación de una investigación que realicé anteriormente y debe leerse como una versión mejorada de ese estudio, que intentaba definir el fascismo a través de los conceptos centrales que forman parte de su patrón conceptual. Como se describe en el cuerpo del texto, los conceptos que considero centrales en el fascismo son: Nación, Estado, Síntesis, Revolución, Autoridad y Violencia.

Palabras Clave: Fascismo. Ideología. Conceptos.

#### How to cite this article:

Martins, Carlos Manuel Gonçalves Pereira. “The Conceptual Pattern of Fascist Ideology: A Reassessment” *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 12-40.

\*\*\*

## Introduction

The last 30 years were not unfruitful in the formulation of definitions of fascism that have greatly contributed to our understanding of this ideology. For instance, one can mention the typological description of fascism by Stanley Payne (1995, 7), which defines it according to its ideology and goals, its negations (the ideologies that fascism opposed) and its features of style and organization. Likewise, it is important to refer Roger Eatwell (2003, xxiv) and his definition of fascism as an ideology that “sought to create a “new man” (especially an elite) who would forge a holistic nation and radical Third Way State”; as well as Michael Mann (2004, 20-24) who stated that this political phenomenon was characterized by five core features: Nationalism, Statism, Transcendence, Cleansing and Paramilitarism. Nevertheless, no definition has been so influential as the one put forward by Roger Griffin who, using the Weberian methodology of the ideal-type, came to the conclusion that fascism could be best described as a “genus of political ideology whose mythic core in its various permutations is a palingenetic form of populist ultranationalism” (Griffin 2013, 26). According to this historian, the main feature of fascist ideology is thus that of having as its core goal the total “rebirth” of the national community, hence his use of the word “palingenetic”, which comes from Greek and means something close to “born again”. This concise definition gained considerable recognition among students of fascism and is nowadays the one which most experts seem to agree with or at least acknowledge its relevance. The acceptance of the “griffinian” definition was impactful enough for Roger Griffin himself to affirm that there finally seemed to be a “consensus” about the ultranationalist and palingenetic core of fascism (Griffin 2003, 97).

However, in the last decade, some authors have questioned some of the main assumptions and conclusions held by Griffin and other researchers mentioned in the last paragraph. Namely, Michel Dobry (2011, 75) has criticized what he sees as “essentialist” approaches, that is, approaches that tend to see in fascism a phenomenon that is clearly separated from other ideologies and political movements and that can be defined through some abstraction. According to Dobry, historians of fascism should stop worrying with classifications and definitions and rather pay attention to the dynamic aspects of the ideology, the interactions between fascism and other movements and the subjective aspects of ideological self-classification. The relational approach, proposed by this author, thus shifts the focus from definitions of fascism to what he terms the “competitive social spaces” and to the struggles for meaning that try to take hold of contested concepts and themes. Differently from supposed essentialist approaches (one should notice that

---

Griffin himself has always rejected that his approach was an essentialist one)<sup>1</sup>, Dobry's studies do not see ideologies as something fixed, but rather as a dynamic phenomenon, which *a priori* classifications do nothing to clarify. If we divide the approaches to political ideologies according to the dichotomy fixity/dynamism, Dobry's studies clearly fall on the side of "dynamism".

For our purposes, we reject some of Dobry's implications, for they would mean the impossibility and even the uselessness of employing any definition of fascism, whatever that might be. Furthermore, this would lead to the "renunciation of an instrument so necessary to the historian as conceptualization" (Saz et. al. 2019, 10). After all, the use of classifications and definitions is an important part of the work of the researcher that tries to make sense of the political scenario of a given era, and feels the necessity of distinguishing the different political actors and the goals and ideas that set them apart from each other. Classifications should, therefore, serve as a guide to the students of historical fascism, even if one should always bear in mind the dynamic dimension of ideologies and the processes of transformation that they could experience thanks to interactions with other political actors. Following what has just been said, I reiterate the pertinence of defining fascist ideology and making use of a classification that is capable of grouping in it several variants that emerged in different countries and even in different epochs (even though, in this study, the focus is limited to the interwar period).

It is to the presentation of such a definition that this essay is dedicated, representing, above all, a reassessment of a definition of fascism that was put forward in a previous work of mine (Martins 2019). Such a reassessment becomes necessary due to the inevitable reflections that tend to constantly make one change previous hypothesis or conclusions, and which are an unescapable part of academic research. Thus, this essay intends to present a more refined version of a definition of fascism that was previously elaborated, but which has now been improved and enriched with new references and some important changes. In the next pages, the reader will find a discussion of the approach that I used in order to arrive at this new definition, as well as detailed account of the features that I defend to be fundamental in fascist ideology. Finally, the last section will summarize in just one sentence a new definition of fascism that will be based upon the features previously described and that is expected to be of use to other researchers and students of this political phenomenon. While I do not dare to state that this is the definitive version of my definition of fascism, it is undoubtedly an ameliorated one.

---

<sup>1</sup> When writing about his approach, Griffin states that "there is clearly no question of it revealing the "essence" of fascism [...] It is the result of consciously elaborating, formulating and systematizing a pattern "seen" by me at a largely intuitive or unconscious level" (Griffin 2013, 19).

---

Before continuing, I must only clarify that the pertinence of this new definition is related to its employment of the conceptual morphological approach (of which more will be said in the next section) which was put forward by Michael Freeden and uses political concepts as the main unity of analysis. Before my study, this approach had not yet been applied in a systematic study of fascist ideology and, for this reason, as it will be shown, it can lead us to new and interesting conclusions about its content and defining components. By using this approach, I arrived at a new definition of what is sometimes called “generic fascism” which I believe summarizes the main characteristics shared by all variants of the ideology. Besides, and even though this dimension will not be dealt with in this study, this approach also has the advantage of being able to grasp the issues mentioned by Michel Dobry, which are more related to dynamism than to fixity. It is thus important to notice that future studies inspired by this approach can opt for analyzing how the meaning and understanding of core fascist concepts were altered or reconfigured due to the dynamic interactions between fascism and its competitors. The conceptual morphological approach can, therefore, be applied to understand both the fixed and the dynamic dimensions of ideologies, which is an additional argument to defend its relevance in the context of studies about fascism.

Lastly, I must dedicate a word to Roger Griffin’s idea of a “consensus” and his definition of fascism as “palingenetic ultranationalism”. Like every researcher of historical fascism of the last three decades, I gladly acknowledge my debt to his work and believe that his concise description of the ideological core of fascism is meritorious. Thus, I do not intend to reject his definition but rather present one that is a little more detailed and that, while also including the core “griffinian” features (or, at least, some correspondent), is capable of placing at the core of fascism some characteristics that Roger Griffin would probably see as secondary. By describing fascism in a more detailed phrase, but still with some level of concision, I thus hope to help other students understanding what is at the basis of fascist ideology and, hopefully, influence their research. In the end, my work must not be seen as a fierce criticism against Roger Griffin, but rather as an attempt to complement his work that can be read side by side with *The Nature of Fascism*. Having said all this, we can now proceed to a more detailed explanation of the conceptual morphological approach.

### **The conceptual Morphological Approach**

---

The conceptual morphological approach was put forward by Michael Freeden in his groundbreaking book *Ideologies and Political Theory*.<sup>2</sup> In it, Freeden states that his aim is that of interpreting the content of ideologies, rather than unmasking the functions that they play in society. This author sees ideologies as patterns of thought that carry unique meanings and a specific internal logic, and make use of political concepts (Freeden 1995, 5). Each conceptual pattern, therefore, represents a unique configuration of political concepts that are structured in a specific way and interlink between each other, thus creating a meaning that distinguishes itself from other ideological patterns (Ibid, 53). The goal of the conceptual morphological approach is that of unraveling the morphology of the interlinkages between concepts and thanks to this decode the meaning of a given pattern. As it is also stated by Freeden (1995, 4), since all concepts are “contested” in nature, the same political concept can acquire different meanings depending on the pattern in which it is inserted, the way how it is combined with other concepts and the position that it occupies (for instance, the concept of “Liberty” can have a different meaning if it is in the conceptual pattern of liberal ideology or in the pattern of socialist ideology). The conceptual morphological approach must pay attention to this aspect in order to decode the signification of the concepts of a given pattern.

Always according to Freeden, the features of an ideological pattern to which the conceptual approach must pay attention to are the following: - *Priority*, for the concepts occupy different hierarchical positions in a given pattern, thus existing core concepts (those that are fundamental to the ideology) and peripheral concepts (among these, we find marginal concepts, which are secondary to the meaning of the ideology); - *Proximity*, for, in a given pattern, concepts are placed in the vicinity of other concepts, with which they interlink, being thus necessary to mention adjacent concepts, that is, those concepts that are placed in the proximity of core concepts and help them gaining a specific meaning; - *Permeability*, which, among other things, refers to the way how different ideological patterns intersect between each other, thus leading to mutual influences between distinct ideologies and to the appearance of the same concepts and interlinkages in two or more ideological patterns; - *Priority*, which refers to the proportional importance that is given to the concepts of a given ideological pattern.

Having said all this, I argue that fascism can, like every other ideology, be understood as a conceptual pattern capable of being interpreted through the use of Freeden’s approach. Even if some authors see this ideology as a particularly irrational one (and therefore not prone to the kind

---

<sup>2</sup> A more detailed explanation of the conceptual morphological approach can be found in my previous work (Martins 2019, 6-9).

---

of political thinking that Freedman talks about), the truth is that fascism could not dispense with a doctrinal content of some kind. As argued by Michael Mann, fascism had a doctrine in which its followers believed and which displayed specific goals and assumptions. Fascists did “offer plausible solutions to modern social problems” and they “believed in certain things” (Mann 2004, 9-10). For this reason, and in spite of all its irrationality, fascism also included an ideological content that could be as rational and coherent as that of ideologies like liberalism, conservatism or socialism and that can be approached with the analytic tools summarized in the last paragraphs.<sup>3</sup> Therefore, in the following sections, I will present the conceptual pattern of what can be seen as the doctrine of “generic fascism”, that is, a conceptual pattern whose features (core concepts, interlinkages and other components) are noticeable in the ideological content of all variants of fascist doctrine. Such conceptual pattern, which will be used to arrive at a phrase that defines fascism, represents a configuration that is possible to be found in all permutations of fascism. While each permutation may display specific characteristics and introduce different concepts and interlinkages, they will end up showing the core features that are present in the pattern of “generic fascism” and can thus be considered as a variant of the main ideology.

The conceptual pattern that is about to be described can thus be seen as a starting point for the study of several variants of fascism, since it aims to provide researchers with a framework with which to interpret their content and look for recurrent interlinkages, as well as original features that may not be present in “generic fascism” and are unique to a given permutation. Likewise, and even though, as it has already been said, this topic will not be addressed here, this conceptual framework can also be applied in a study that pays attention to the dynamism of ideology and to the relational aspects to which Michel Dobry calls attention. In such a study, this framework will allow one to understand how the struggle for meaning and the interaction between fascists and their competitors led to reconfigurations and alterations in the ideological pattern of fascism. Nonetheless, the most important aspects to bear in mind here is that my conceptual framework of fascism is mainly based on its core concepts, but also relies heavily on the adjacent concepts that are present in their vicinity and help them gain meaning. Thus, the following section will consist of an explanation of each of the core concepts that I chose to include and the adjacent concepts that are linked to it.

After that section, since all the concepts of an ideological pattern interlink between each other at one level or another, I will comment on the interlinkages between core and adjacent

---

<sup>3</sup> It is also important to mention Salvatore Garau (2015, 10-11), who argues that ideologies can be understood in three ways: a metapolitical drive, a mentality and a doctrinal core.

---



concepts and on how such interlinkages give fascist ideology a meaning that is unique to it. Furthermore, my unraveling of the fascist pattern will also briefly mention other important aspects that are relevant to the study of its ideological content, even if the limits of space do not allow for a detailed description of them: - marginal concepts; - concepts that show how fascism permeated with other ideologies; - concepts that explain the rejections of fascism, that is, the ideologies that fascism opposed on the basis of a different understanding of some key concepts (even though this aspect is not addressed by Freedon, I argue that the fact that many researchers have payed attention to the so called “fascist negations”, sometimes even trying to define this ideology through them, shows that it is important to bear them in mind when addressing the features of the fascist conceptual pattern); and the internal contradictions of fascism, that is, the tensions between concepts that risk bringing some inconsistency to its ideological content, as well as the logical instruments and reconfigurations that are used to solved them.

After all this, in my conclusion I will present a sentence that defines fascist ideology and is mainly based on the core concepts that I will have by then described. Before proceeding, I must mention once again that this ideological pattern of “generic fascism” represents a reevaluation of a pattern previously elaborated by me, in which some changes were made, and which was arrived at through a close reading of an anthology of fascist texts compiled by Roger Griffin and simply entitled *Fascism*,<sup>4</sup> but also of some other important fascist sources, including the classic *The Doctrine of Fascism*, written by Benito Mussolini and the philosopher Giovanni Gentile, as well as *Mein Kampf* by Adolf Hitler, among many others. The core concepts and the main interlinkages contained in it are here considered to be defining features of fascism, for they will be present in every permutation. Nevertheless, I will make a reference to some specific variant of fascism every time it makes sense to call attention to a unique feature or rearrangement in a given permutation. Likewise, I will also draw attention to ideological features that could be present in some moments of the development of the same variant, but not in others. For instance, when comparing fascist movements to fascist regimes (in the cases in which a movement conquered political power), one can find in the former some ideological characteristics that were later altered. However, such specifics of those permutations do not preclude their inclusion in the main configuration of “generic fascism”, since they share with it the core features.

---

<sup>4</sup> Since I quote profusely from this book, I will indicate the pages from which the quotes are taken instead of discriminating the sections with texts written by specific individuals, for this might become confusing for the reader. The book that I talk about is Griffin (1995).

## The Core Concepts of Fascism

The fascist conceptual pattern that I will now present is composed by six core concepts: Nation, State, Synthesis, Revolution, Authority and Violence. I will discuss each of them and their adjacent concepts in the following pages.

The **Nation** is perhaps the least controversial of all the concepts that are here included, since this is “practically the only common denominator of all previous accounts of fascism's definitional characteristics” (Griffin 2013, 38). As it is widely acknowledged, the Nation is at the core of fascist ideology because all of its goals were somehow subordinated to the idea of aggrandizing the national community and lead it to the realization of some greater objective. The Nation, therefore, is the central preoccupation of every fascist and it is to it that fascist militants must consecrate their lives. One finds evidence of such commitment to nationalism, for instance, when one reads the text *Greater Britain* by British fascist Oswald Mosley, in which it is said that “we are essentially a national movement, and if our policy could be summarized in two words, they would be *Britain First*” (Mosley 1932, 14). But perhaps no other fascist summed up the importance of the Nation better than Mussolini himself, when he affirmed, during a speech at a Congress in Naples, three days before the March on Rome, that “our myth is the nation, our myth is the greatness of the nation! And to this myth, this greatness, which we want to translate into a total reality, we subordinate everything else” (Griffin 1995, 44). However, in the same speech, the leader of Italian Fascism proceeds to state that “a nation is not just territory, but something spiritual”, thus revealing that fascists conceive the Nation in a way that differs from other ideologies. This spiritual dimension of the Nation is also emphasized by Romanian leader Corneliu Codreanu, when he says that “the Nation is an entity which prolongs her existence even beyond this earth” and that encompasses in it “all Romanians, alive and dead, who have lived on this land from the beginning of history and will live here also in the future” (Codreanu 1976, 54).

Thus, the first adjacent concept that it is important to refer in the vicinity of the Nation is that of “mission”, since it refers to the specific task that the national community needs to perform in order to achieve its greatness. Such a task could have both a spiritual and a more material dimension. Probably the speech in which this “nationalism of the mission” is best expressed is the one given by the Spanish leader of Falangism José Antonio Primo de Rivera, who states that “a nation is a unity of destiny in the universal order, it is a plane to which a people has risen when it fulfils a universal mission in History” (Primo de Rivera 1950, 27). This historical “mission” to accomplish could display distinct meanings in different permutations of fascism but it always pointed to the idea that it was this distinct task that separated a given national community from

---

every other Nation and gave it its own identity and its right to existence. It is for this reason that in *The Doctrine of Fascism*, it is said that a nation is “a people, historically perpetuating itself; a multitude unified by an idea and imbued with the will to live, the will to power, self-consciousness, personality” (Mussolini 1932, “Rejecting Individualism and the Importance of the State”).<sup>5</sup> In the case of Codreanu, for instance, the mission acquires the most patent spiritual dimension when this leader affirms that the final goal of the Nation is the salvation and resurrection in the afterlife. According to him, “the final aim is not life but resurrection. The resurrection of peoples in the name of Jesus Christ” (Codreanu 1976, 217).

Two other adjacent concepts that surround the concept of Nation, and that come closer to the core in some permutations, are those of “race” and “empire”. Even if it is possible to argue that all varieties of fascism are (even if only implicitly) racist at some level, not all of them make a direct use of the concept of “race”. There are, nonetheless, cases in which the reference to some type of racial superiority is explicit, such as Quisling’s, a Norwegian fascist who wrote that “the progress of our nation is inextricably bound up with the preservation of Nordic blood” (Griffin 1995, 209). Even the Romanian variety of fascism displayed by Codreanu, which had a very evident spiritual component, had the goal of creating a national community characterized by blood homogeneity. Some racist elements were also evident, for instance, in the Canadian party led by Adrien Arcand, whose program stated that “only the members of the two great races [French and British] that form, since its beginning, the population of Canada, can be Canadian citizens” (Arcand 1933, 12). However, the variant of fascism that most notoriously made use of racist conceptions was German National-Socialism, whose leader Adolf Hitler was known for his obsession with the purity of the “Arian” race.

In Hitler’s worldview, “racial struggle” was the key to understand the evolution of history, since the fight for the survival of the Aryan race and its subjugation of other “inferior” races was the factor that explained the technological and cultural developments of civilization. According to him, there was a hierarchy of races, and at the top of it stood the Aryan race. As he wrote, “all that we admire in the world to-day, its science, its art, its technical developments and discoveries, are the products of the creative activities of a few peoples, and it may be true that their first beginnings must be attributed to one race [the Aryans]” (Hitler 1939, 225). Furthermore, Hitler was overwhelmingly obsessed with the supposed perils of racial miscegenation, stating that the mixture between stronger and weaker races was the reason that explained the decadence of the Aryan race.

---

<sup>5</sup> The quotes from *The Doctrine of Fascism* come from the following webpage: <http://www.worldfuturefund.org/wffmaster/Reading/Germany/mussolini.htm>. Since there are no indications of pages, in my quotes I include the title of the section from which they were taken, in order to help the reader.

---

As he said, the Aryan “submerged in the racial mixture and gradually lost his cultural creativeness” (Hitler 1939, 231). In the Nazi variant of fascism (as well as in others), it is thus possible to conclude that the concept of “race” is much closer to the core than in the generic pattern that we here present. That does not mean, however, that the concept of Nation is not important in those variants, but rather that, in them, the national community is defined in racial terms. Nevertheless, the insertion of racist conceptions in those permutations makes them acquire specific characteristics that affect not only the core concept of Nation, but also some of the core concepts that were not yet discussed.

Furthermore, it is important to mention the adjacent concept of “empire”, which in some cases also came closer to the core and often represented the most materialistic dimension of the “historical mission” that was necessary for the Nation to achieve. As it is written in *The Doctrine of Fascism*, “Fascism sees in the imperialistic spirit -- i.e. in the tendency of nations to expand - a manifestation of their vitality”. Furthermore, “peoples who rise or re-arise are imperialistic; renunciation is characteristic of dying peoples” (Mussolini 1932, “The Absolute Primacy of the State”). This quote seems to leave no doubt about the importance of territorial expansion to the Italian variant of fascism, but perhaps the permutation in which the concept of “Empire” played the most relevant role was the German one. As it is known, to Adolf Hitler, the conquering of “vital space” in Eastern Europe was a fundamental goal in order to guarantee the survival of the Aryan race in the fight against his enemies, and it was also conceived as a mission destined to rejuvenate the Germans and strengthen their will to combat and defeat the Jews. Nevertheless, these imperial notions are more difficult to assess in other varieties of fascism, such as Primo de Rivera’s, about which one cannot state with certainty whether the will to empire would include the conquering of new territory or just the spiritual guidance of other Nations (namely in the territories of South America that once belonged to the Spanish Empire).<sup>6</sup>

Interestingly enough, such spiritual guidance would also be in line with the core goals of “generic fascism”, since in *The Doctrine of Fascism* it is said that “an imperial nation, that is to say a nation which directly or indirectly is a leader of others, can exist without the need of conquering a single square mile of territory” (Mussolini 1932, “The Absolute Primacy of the State”). This quote thus implies that the imperialist notions of fascism did not need to include the actual annexation of new land, but rather some type of change in the relations between the Nation and other countries

---

<sup>6</sup> The actual goals of the Falangist leader when it came to imperialistic ambitions are rather difficult to assess, and it has sometimes been assumed that he wanted nothing more than to conquer a position of spiritual guidance in the area of the globe that in the past was ruled by Spain. However, Joan Maria Thomàs (2019) has a different perspective, arguing that the annexation of new territory was a primordial goal to Primo de Rivera. His book is worth reading.

---

in order to guarantee a position of prominence in the international arena. It is as if the imperialistic mentality in fascism could sometimes be more related to some type of spiritual superiority that legitimized the capacity to lead and guide other countries than to invade and conquer them by military intervention. Besides, it is also important to note that, in some permutations of fascism that emerged in countries which possessed an empire, the main goal usually was that of valorizing the territory already conquered, rather than that of acquiring new portions of land. That was the case of the Portuguese fascist Francisco Rolão Preto, and also that of Oswald Mosley, who gave the utmost importance to the necessity of keeping India in the British Empire.

After the Nation, we must refer the core concept of **State**, which is considered by Michael Mann as a definitional element of fascism. As stated by this author, “fascists worshiped state power”, since the State would be able to “solve crises and bring about social, economic, and moral development” (Mann 2004, 21). The most evident praise of the power of the State is once again found in the text of the *Doctrine of Fascism*, in which it is explicitly said that “The Fascist conception of the State is all embracing; outside of it no human or spiritual values can exist, much less have value” (Mussolini 1932, “Rejection of Individualism and the Importance of the State”). Thus, in the Italian variant of Fascism, the State was seen as an entity whose powers should know no boundaries and which should encompass all aspects of life in society. Furthermore, in the same text, it is stated that it is the State that creates the nation, rather than the opposite, since only the State can confer “volition and therefore real life” to the national community, thus giving it the right to exist. In Italian Fascism, the State represents not only the consciousness, but also the will to power and to action of the national community. Without it, the nation cannot exist.

However, it is worth noticing that the Italian variant of fascism attributed a prominence to this concept that might not be shared by other permutations. Nonetheless, it is possible to argue that this concept remains a core element of fascism for, even in other permutations, the State was seen as an instrument that was necessary in order to coordinate and guide the social, political and economic life of the nation. For this reason, I consider the concept of State to be a core one in fascist ideology and affirm that it closely interlinks with the adjacent concept of “order”, since its main goal was that of attaining a functioning community in which chaos ceases to be a permanent component. Such a view is expressed by the French fascist Georges Valois, when he says that “it is vital [...] that [the State] is structured in such a way as to exercise control over this new world” (Griffin 1995, 198). Jacques Doriot even adds that a State that would be able to “reorganize France and the Empire” and would also “make France respected abroad” (Griffin 1995, 199). Thus, the State could also be seen by fascists as a necessary instrument for the nation to reconquer its grandeur. Not less importantly, Italian Fascist Syndicalist Edmondo Rossoni conceived the State

---

as the solution to the problems caused by the economic anarchy of liberalism. The Fascist State needed to know “not only what is being produced, but also the conditions in which it is produced”, thus rendering possible the “practical collaboration of all the elements of society” (Griffin 1995, 77). The State could therefore organize all the productive forces of society and coordinate them in a way that the former liberal state was not able to do. Perhaps the best formulation is expressed by the French Marcel Déat, who compares the State to a gardener who has the duty of taking care of the flowers in such a way that makes it possible for life to develop in his garden (Déat 1998, 47).

However, the centrality of this concept in fascist ideology may seem less indisputable if we mention that some varieties apparently gave it a role that was only secondary. After all, it was Hitler himself who considered the State to be a less relevant feature of his worldview, having no utility in itself and only becoming important if submitted to the purpose of protecting the interests and well-being of the Aryan race. As said by the Nazi leader, “the fundamental principle is that the State is not an end in itself but the means to an end” (Hitler 1939, 305). That end is to “promote those nobler elements of our race and of the whole of mankind which have remained unimpaired” (Hitler 1939, 310). However, I insist on the centrality of this concept by arguing that, in one way or another, the necessity of using the State in order to achieve some goal was present in all varieties of fascism, even if, in some cases, this might not seem so evident as in the Italian permutation, or if the reasons to ask for a strengthening of State power and the extent of such a strengthening could vary depending on the variant that one talks about. In the end, what is important to retain is that the core goals of fascist ideology could not dispense the reinforcement of the State, independently of the aims that a particular fascism was trying to achieve. For this reason, my conceptual pattern of fascist ideology includes the State in its core, thus allowing for a distinction between fascism and other nationalist ideologies that do not call for a strong intervention of State apparatus in society.

The third core concept that must be mentioned is that of **Synthesis**.<sup>7</sup> The choice of such a word, which does not seem to evoke any political concept, might appear strange at first, but it becomes easier to understand it if one remembers that Mussolini once said that fascism was a “synthesis of all negations and all positives” (Bosworth 2014, 114). This concept thus refers, in a first dimension, to a way of thinking that was very common among fascists and which was characterized by a combination of different and even opposite worldviews that contributed to create a very syncretic ideological content. Such way of thinking was also noticeable, for instance,

---

<sup>7</sup> In my previous study, I had chosen to use the word “Conciliation” to express this idea, but I have come to the conclusion that “Synthesis” is the best one.



in British fascist Oswald Mosley, who constantly affirmed that fascism united ideas coming from both the left and the right in order to address the problems of modern society. However, much more than that, I argue that Synthesis can be considered as a concept in its own right because it refers to a principle that was at the core of the fascist worldview: that of uniting the opposites and create a new cohesive whole. The idea that fascism had to deal with the disorder and anguish of the present society and unite once again what had unfortunately been separated due to the corrosive influence of liberalism and socialism was a goal oftentimes expressed by fascist themselves. It is for this reason that French fascist Marcel Déat (1998, 47) asked for the construction of a “regime that reunites what has been kept separated”.

It must be added that this concept of Synthesis is closely related to what Roger Eatwell calls “holism”, that is, the tendency “to homogenize the nation, rather than celebrate diversity within it” (Eatwell 2003, xxiv). Likewise, this concept can also be compared to what is often called “organicism”, that is, a conception of society “in which its various sectors are held to bear a structured relationship to each other that serves to define and delimit their roles and rights, taking precedence over the identities and rights of individuals” (Payne, 1995, 13). In the end, what is most important, it is to note that all these notions and concepts refer to the idea of creating a cohesive whole in which the elements that are part of it do not exist independently of each other but are linked and somehow working together. The reason why I choose the word Synthesis to refer to this component is because I believe that it is the one the best conveys the idea that fascism was all about uniting conflicting elements within the national community. To state that fascism is an ideology in which Synthesis plays a great role means saying that fascists could not stand what they saw as anarchic disorder and constantly sought the construction of a society in which such disorder would be transcended thanks to the creation of a cohesive unity.

One of the concepts that is present in the adjacency of Synthesis is that of “unity”, which refers to the condition in which the conflicts have been solved. This concept is evident, for instance, in the *Doctrine of Fascism*, when it is said that Fascism aims at creating a system “in which divergent interests are coordinated and harmonized in the unity of the State” (Mussolini 1932, “Rejection of Individualism and the Importance of the State”). The specific tasks that the nation had to perform in order to achieve this “unity” might vary according to the different varieties of fascism and the concrete challenges that the national community had to face. For instance, the Spanish leader Primo de Rivera constantly argues against the perils of separatism in regions like Basque and Catalonia, which could endanger the survival of the nation. Nevertheless, two features that were common to all variants of fascism were the “conciliation between classes” and the “conciliation between the individual and the collectivity”. The former relates to a primary goal

---

mentioned by all fascists, which is that of attracting the working class back to nationalism (taking it away from Marxist influences) and integrate it in a community in which both employers and workers could defend their interests insofar as they did not go against the needs of the nation. The unity between social classes was, therefore, a fundamental aspect of the goal of creating a more unified and homogeneous nation. This objective is expressed in the words of Elias Simojoki, a member of the Finish IKL, who expressed the desire of constructing a society in which “class hatred has been eradicated” (Griffin 1995, 214), as well as in those of Primo de Rivera (1940, 90), when he states that “workers are the blood and the soil of Spain, they are a part of us”. In a similar vein, a document from the South-African *Ossewabrandwag* stated that in a movement like theirs “the entire nation is drawn together in an invincible unity and all differences of classes are wiped out” (Griffin 1995, 229). As to the “conciliation between the individual and the collectivity”, this refers to the objective of transcending individualism and create a society in which the goals of the individual are not in opposition to the goals of the national state. This goal is evident in the words of Alexander Raven Thomson, who says that “there is no need for any conflict between individual and the state as neither can exist without the other”. For this reason, the two of them must be conciliated in the “organic purpose of the state”, in which “the individual can attain his highest potentiality” (Griffin 1995, 176).

In some permutations of fascism, which is the case of the Italian one, but not only, the concept of “corporatism” came closer to the core, since this seemed to represent the political and economic system which was the most suitable to attain the unity and cohesion that was so desired. “Corporatism” was thus a form of social organization that could harmonize and conduct the elements of the national community, representing, in the words of the British ideologue Alexander Raven Thomson, “the organic form through which the nation can find expression” (Griffin 1995, 176). This adjacent concept was particularly relevant in Italian Fascism and, at least for a time, it was the feature that was most admired by foreign observers, some of whom tried to import some these notions to their own nations. It is thus not surprising that Ugo Spirito saw in “corporatism” the element that could bring an international dimension to fascist ideology, due to the influence that the Italian system had apparently had on other countries. According to him, “Fascism has understood that the true triumph of corporatism lies in bringing about the corporative idea throughout the whole world” (Griffin 1995, 69).

Next, it is important to mention the core concept of **Revolution**, which refers to the total transformation of society that fascists aimed to concretize. The importance of this concept has been recognized by many other researchers, including Stanley Payne (1995, 487), who stated that “fascism was the most revolutionary form of nationalism at that point in history”. When fascists

---

talked about a Revolution, they usually meant the creation of a new era in which societies would be guided by new principles and that would allow the emergence of a new economic and political system. It was due to the belief in such a goal that Mussolini declared in the year of 1933 that “we have entered fully into a period which can be called the transition from one type of civilization to another” (Griffin 1995, 72). The Belgian fascist José Streeel, in his turn, said that “we are witnessing the crystallization of what historians will call the century of fascism or national socialism, on a par with the great periods of the Middle Ages, the Renaissance, the *ancien régime*, and the liberal epoch” (Griffin 1995, 207). Perhaps the best formulation of this idea of creating a new civilization is found in the writings of the Brazilian Plínio Salgado, who believed that the world was about to enter an era in which a new humanity, or as he called it “a fourth humanity”, would be created and would synthesize in it the best elements of all the previous eras of humanity.

The concept of Revolution interlinks with what I consider to be the adjacent concept of “Palingenesis”, which, as it is known, was seen by Roger Griffin as a core feature of fascism. Thus, differently from Griffin, but in a manner that it is still close to his line of thinking, I prefer to consider the palingenetic notion of fascism as an adjacent component that helps to delimit the meaning of the core concept of Revolution, rather than a core concept in its own. In any case, it is important to notice that this palingenetic idea always refers to the necessity of a total “rebirth” of the national community, since this was the only solution to overcome the state of decadence that the nation supposedly faced. When reading fascist sources, it is frequent to encounter descriptions of what is a supposed state of weakness and decay, often attributed to causes like materialism and individualism. This is evident even in non-European fascists, like the Japanese Nakano Seigo, who once said that “our Japanese spirit has been weak” and, in order to surpass the current crisis, one should “write your own *Mein Kampf* on your own reality” (Griffin 1995, 241). The Belgian fascist Léon Degrelle expressed his contempt for the supposedly morally corrupt society he lived in by saying that “Europe is going mad. Mad with scandals. Mad with egoism. Mad with revolt against heaven. Mad with blood [...] Corrupt in its morality, debased in its faith, puffed up with individualism” (Griffin 1995, 205).

Exactly what the national rebirth would represent could vary according to the variants of fascism but, in general, it signified the arrival of an era in which greatness and honor would be reconquered and would put an end to the material decadence that corrupted the community. Such a revolutionary transformation, however, did not preclude fascists from looking at the past and try to draw some inspiration from it. Quite the contrary, it was in past eras of supposed greatness that several fascists thought that their revolutionary rebirth should be based, in order to recreate the achievements of other epochs. That was the reason why British fascists like Mosley sought to draw

---

inspiration from the era of the Tudors, while Mussolini and Italian Fascists tried to imitate the glorious events of ancient Rome. Likewise, the Portuguese Francisco Rolão Preto believed that it was crucial to go back to the “slandered land of the Middle ages” in order to find the principles of economic traditionalism that should guide the construction of a new future (Preto 2015, 161). The Chilean Jorge González Von Marées expressed a similar idea when he said that, in order to fight the “prevailing materialism” and “save our country”, people need to believe in a “national idea” that is “rooted in the noble traditions of the country’s past” (Griffin 1995, 235). The Revolution that fascists wanted to carry out, therefore, encompassed both the earning for a new future and the will to let oneself be guided by principles coming from past ages.

Furthermore, it is important to notice that, at the core of the fascist Revolution, was the goal of creating what was seen as a “new man”. This new type of man would be different from the one that exists in liberal societies and would reject individualistic and materialistic notions. It would be a man capable of recovering the strength and the virility that liberal societies had supposedly destroyed and, thus, be reinserted in the context of the national community and achieve all his creative potential as a member of the organic nation. The goal of creating this man was fundamental, for instance, in the Romanian variant of fascism, which gave it such great prominence that Corneliu Codreanu once said that “this country is dying of lack of men, not of lack of programs” (Codreanu 1976, 159). The French fascist Pierre Drieu La Rochelle also gave us a description of what he thought that this man should be. According to him, the “new man” should be “restoring to the soul and the body the values of force, of courage, of affirmation, eager to experience and to be tested and to base his life on an immediate and constant relationship between what is thought and what is achieved” (Griffin 1995, 202).

A very interesting formulation is also found in an obscure figure of German Nazism, E. Gunther Grundel, who said that the “new type of human being” would leave aside the individualism and materialism of the bourgeoisie and would “forge links with the healthy roots of western humanity”, creating a synthesis of the ancient values of knights, the medieval Christians, the aristocracy and educated the middle classes (Griffin 1995, 128). Related to the cult of the “new man”, one could also frequently find references to the cult of youth, since fascists believed that the younger years were the ones in which human beings are prone to heroic and idealistic actions in the name of the nation. Thus, the rebirth of the national community and the creation of a new type of man would necessarily include an important participation of the youth of the country. It was for this reason that the Portuguese Rolão Preto famously used the slogan “all power to the young”. Likewise, the general secretary of the Italian Fascist Party Giovanni Giurati once said that “it is

---

among the youth that all the great movements in history have found their prophets, their soldiers, their martyrs” (Griffin 1995, 68).

At this point, a mention should be made to the ideological formulations during the phase of fascism as a movement. During that phase, when fascism does not have to make the concessions that the implementation of a regime typically renders necessary, the attitude of contestation towards the establishment allows for some radical conceptions of social transformation that may later become less preponderant. For this reason, some factions within fascist movements can display permutations in which the concept of Revolution is formulated as a radical alteration of the economic and political system that is meant to weaken or even destroy the capitalist system and reduce the material distinctions between social classes. In such cases, of which the “Strasserite” wing of the Nazi party and the syndicalist faction of the Italian movement are examples, concepts such as “social justice” can be closer to the core. That also happened, for instance, in the Falangist variety of fascism, because its leader, Primo de Rivera, repeatedly talked about satisfying the material needs of the people, and with Rolão Preto’s National-Syndicalism, which was developed in a context of contestation against the conservative dictatorship of Salazar. Nevertheless, one must note that such radical notions do not mean that, even in those permutations, it is not possible to find the same ideas about the “new man” and all the other features that we described in the last paragraphs.

The fifth core concept to mention is that of **Authority**, which to fascists represented a principle that should be respected in every sphere of society and, for this reason, stands out as a fundamental element of this ideology. According to Stanley Payne (1995, 12), fascism had a “general tendency to exalt leadership, hierarchy, and subordination, so that all fascist movements came to espouse variants of a *Führerprinzip*, deferring to the creative function of leadership”. In the fascist mentality, which had an extremely hierarchical view of society, one would always have to follow the principle of obedience towards the people who exercised Authority in the national community. In fact, the best fascist militants were deemed to be those who knew how to follow orders and did not question the will of their superiors. However, it is worth noticing that fascists themselves oftentimes stated that such principles of obedience and discipline did not represent a form of tyranny, for they said they preferred to foment a form of voluntary discipline, in which the militants gladly accepted to follow the indications that were given to them. This was evident, for instance, in the writings of the Irish fascist Eoin O’Duffy, who stated that he envisioned a “spirit of obedience which will lack rigidity. Voluntary discipline is better, and harder to break, than the discipline of the school master in the classroom or of the Sargent-Major on the Barrack Square”

---

(Griffin 1995, 183). Such formulations can be seen as attempts to disguise the crudest aspects of fascist ideology and present them as more palatable.

Furthermore, the first adjacent concept that it is possible to find in the vicinity of Authority is that of “elites”, which referred to the group of prescient people who, because of their deeds and abilities, stood out from other people and conquered the right to guide them. One of the main fascist goals was, therefore, that of creating a new elite to replace the one that then existed. Perhaps the one who best described this feature was Corneliu Codreanu (1976, 214), who wrote about a process of “social selection” that would allow for the appearance of new elites capable of replacing the existing ones (who are responsible for the current state of decadence). In Primo de Rivera’s texts, one also finds a very elitist conception of the fascist revolution, since the Spanish leader believed that only a small group of prescient people would have the capacity to transform society, while being suspicious of the irrationality of the masses. In the same vein, the German Otto Strasser (who belonged to a so-called “left-wing” of Nazism) once wrote that “this formation of a ruling cast, of an elite, is the vital issue posed by the new order” (Griffin 1995, 115).

In the vicinity of the concept of “elites”, it is also possible to find the concept of “leader”, which referred to the charismatic chief that embodied the aspirations of the national community and who should be adored and followed by the people. The necessity for such a leader was so naturally acknowledged by some fascists, that the Hungarian Ferenc Szálasi even referred to himself as the natural guide and constructor of a new nation. As he said, “the new Hungary has to be based on my personal prestige. Luckily, I am here” (Griffin 1995, 225). However, once again, it is possible to find in fascist discourse a great number of formulations that tended to disguise or deny the tyrannical nature of this leadership. It is the case of Oswald Mosley (1932, 21), who, even when using the word “dictatorship”, affirms that the principle of obedience to the leader is naturally accepted by the militants of his movement and does not represent some form of tyranny, but rather a choice to which his followers adhered. Therefore, it is as if fascists always tried to present the cult of the “leader” as a principle with which the people agreed and full-heartedly accepted, without the need to involve repressive measures. Swedish fascist Sven Olov Lindholm also defended the idea that the members of the national community would gladly forget about democracy as long as they feel that the “leader” can take care of them. As he said, “if the people is certain that the leader performs his task maturely, that he understands them and takes care of their affairs [...], then no one shall miss democracy” (Lindholm 1943, 18). Sometimes, fascists also tried to romanticize the figure of the leader, seeing in him a courageous and ascetic human being who gave up his own desires and comfortable life in order to guide the people. He could also be described as a benign person who sometimes accepted to hear the desires of the people, wishing to serve them as best as

---



he could, even if the final decisions that he took were based on his prescient wisdom and not on the will of the masses. Such a view was propagated, for instance, by Primo de Rivera (1940, 30), who saw the leader as an abnegated chief, since “leadership is the supreme burden, the one that obliges all sacrifices, including the loss of intimacy”

Lastly, I will include the concept of **Violence** as one of the core elements of the ideological pattern of fascism. As stated by Stanley Payne (1995, 11), the most “unique feature of the fascist relationship to violence was the theoretical evaluation by many fascist movements that violence possessed a certain positive and therapeutic value in and of itself” and that a certain amount of it “was necessary for the health of national society”. However, in spite of this positive evaluation of violence, some fascist movements sometimes tried to reformulate their discourse and apparently rejected the use of violence for the sake of it, claiming to only recur to it in contexts of self-defense (something which could be easily proved to be false). Nonetheless, a careful reading of fascist sources leaves no doubts about the importance that this ideology gave to warlike notions and to the idea of struggle as a fundamental component of life. This is enough to justify the inclusion of this concept in the core configuration that I am presenting. Furthermore, I will argue that this core concept has a two-folded dimension in the context of this ideology. In the first dimension, it closely interlinks with the adjacent concept of “cleansing” and is seen as a necessary component of the national rebirth and as an instrument that needs to be used in order to purify the nation. In its second dimension, Violence refers to the very principle upon which fascists constructed their worldview and interlinks with concepts such as “vitalism” and “social Darwinism”.

The concept of “cleansing”, which was also used by Michael Mann, refers to the goal of purging the nation and purifying it from its supposed alien elements and from its enemies. It is worth noticing that the enemies which fascists aimed to purge could be both ethnic and political and that different varieties of fascism could give different levels of relevance to this concept of “cleansing”, some of them being clearly more virulent than others. For instance, in the case of Romanian fascism, it is possible to see a variety that was patently prone to Violence. In the words of Corneliu Codreanu, one finds recurrent insults not only against the Jews that were supposedly colonizing Romania, but also against political enemies: the apparently corrupt political elite that Codreanu sees as “traitors” and which he deemed guilty for allowing the Jews to settle in Romania. In a particularly violent passage of his book, he goes as far as saying that “the Jews are our enemies and as such they hate, poison, and exterminate us. Romanian leaders who cross into their camp are worse than enemies: they are traitors”. And he adds: “the first and fiercest punishment ought to fall first on the traitor, second on the enemy. If I had but one bullet and I were faced by both an enemy and a traitor, I would let the traitor have it” (Codreanu 1976, 92).

---

In the case of the Croatian Ustashe, led by Ante Pavelic, one finds an equally racist conception of the nation, but the Brazilian Integralists led by Plínio Salgado seemed not to demonize supposed enemies (political or ethnic) so intensely, even if one of its members, Gustavo Barroso, was known for his anti-Semitism. As to the Italian variant, most of the Violence that it initially employed was directed against political enemies like the socialists, rather than ethnic enemies. Nevertheless, even in its first stage of development and long before the emergence of Nazism, Italian Fascism already showed a propensity to demonize ethnic elements that supposedly did not belong to the nation, as was the case of the Slovenians. Nevertheless, the variant of fascism that became most famous for its violent potential was, unsurprisingly, German National Socialism. Its leader Adolf Hitler notoriously dehumanized Jews in the pages of his book *Mein Kampf*, comparing them to parasites and to a disease that had to be eradicated in order for the racial community to survive. Perhaps one of the most infamous examples of the fascist defense of “cleansing” practices is found in the speech that Heinrich Himmler gave in Poznan in 1943, when the genocide of the Jews was already taking place. In this speech, the leader of the SS explains why the task of making “this people disappear from the face of the earth” is so important to the Aryans and why it is necessary to guarantee that no single Jew survives (Griffin 1995, 162).

As to the second dimension of Violence, it refers to a principle upon which fascists built their worldview. In other words, fascists saw the world as an irremediably violent place in which it was necessary to struggle and only the strongest deserved to play relevant roles in society. Fascists did not see this as a negative element, but rather as an undeniable truth that should be accepted. Accordingly, fascism also seemed to see in Violence a creative potential that should be used in the creation of a new community. Such a view is reiterated in the *Doctrine of Fascism*, where it is said that this ideology “therefore discards pacifism as a cloak for cowardly supine renunciation in contradistinction to self-sacrifice”. Besides, there was also a eulogy of war as an event that was capable of bringing up the human potential for heroic deeds: “War alone keys up all human energies to their maximum tension and sets the seal of nobility on those peoples who have the courage to face it” (Mussolini 1932, “Rejection of Pacifism”). Similar views about war were displayed by Roberto Farinacci, who said that “the war also revealed the magnanimous spirit, the *élan* and the fraternal hearts of our reserve officers who had learned to fight by fighting” (Griffin 1995, 33). Some years later, during World War II, Joseph Goebbels would also eulogize the positive aspects of the conflict by saying that “every birth brings pain. But amid the pain there is already the joy of a new life”. And he added: “the significance of the war has grown as its scale has increased. It is relentlessly at work, shattering old forms and ideas, and directing the eyes of human beings to new, greater objectives” (Griffin 1995, 159).

---

The two concepts that must therefore be mentioned in this context are those of “vitalism” and “social Darwinism”. The former refers to the vision that society must be permeated by an energy and a will to act that, at least in the case of fascism, is clearly linked with the idea of constantly fighting for survival and with the will to power. As said in the *Doctrine of Fascism*, “a doctrine must therefore be a vital act and not a verbal display. Hence the pragmatic strain in Fascism, its will to power, its will to live, its attitude toward violence, and its value” (Mussolini 1932, “The Fascist Totalitarian Vision of the Future”). Such vitalistic notions also interlink with the praise for heroes, martyrs and the ones who distinguish themselves through their deeds (this is also related to the fascist notion about the creation of new revolutionary elites). This cult of heroic deeds was a crucial component of fascism and it helps to understand why so many movements invested so much in worshipping those that they believed to be of a higher value. Lastly, the concept of “Social Darwinism” refers to the idea that only the strongest deserve to survive and achieve a relevant place in society. Such a view was taken to its most extreme consequences in the context of Nazi ideology, since Hitler saw the fight for survival as something that was rooted in nature itself and was even discernable in the relations between animals. In a passage of his book, he goes as far as saying: “he who would live must fight. He who does not wish to fight in this world, where permanent struggle is the law of life, has not the right to exist” (Hitler 1939, 225).

### **The Interlinkages between Core and Adjacent Concepts**

Having said all this, before proceeding we must point out the main interlinkages of the conceptual pattern that we have described and its unique features. As it has already been pointed out, all the concepts of a given pattern are somehow interrelated and the fascist one is no exception. Not only do core concepts interlink between each other and give a specific meaning to the pattern as whole, but also adjacent concepts do so, sometimes contributing to alter the meaning of every core concept, and not just the ones in which vicinity their presence is more evident. Thus, the concepts of Nation, State, Synthesis, Revolution and Authority and Violence, as well as the ones in their adjacency, do not stand alone in fascist ideology. They rather unite in order to make fascism something unique and different from other ideologies.

The first recurrent interlinkage that it is important to notice is the one that brings the concepts of Nation and Revolution close to each other. Thanks to it, the scope of the fascist revolution is delimited and clearly conceived as a transformation that must be made in the national community. The fascist Revolution is always based on the Nation and, therefore, it is different from other revolutionary projects which may start from other assumptions and use different concepts (for instance, a revolution based on the concept of “social class”). Such a nationalist

---

Revolution has thus the aim of rejuvenating the Nation, saving it from decadence and restoring its greatness, that way making it possible to achieve the “historical mission” to which the Nation is destined. Besides, the interlinkage between the concept of Synthesis and Revolution means that the goals of such a Revolution include the idea of creating a new cohesive community. The aim of the Revolution is that of radically changing the conditions of a supposedly decaying society and unite in a new whole the elements within the Nation that until then have been kept separated. The interlinkage between Synthesis and the adjacent concept of “new man” (that we placed in the vicinity of Revolution) shows us that this new type of human being also refers to a man that is reinserted in the national community and becomes a part of its unity. The “new man” of fascist ideology is thus a man which represents the synthesis of opposites and is reconciled with the Nation and the State (with this, we can see that the concept of State and Revolution also interlink, and that the former should be an important instrument to perform the radical transformations envisioned by fascists).

Furthermore, it is important to note another recurrent interlinkage, the one that brings together the concepts of Nation, State and Synthesis. Thanks to this proximity, fascists conceive the Nation as a “Nation-Synthesis”, a national community in which there are no internal divisions, and the State is seen as the instrument that renders such a Synthesis possible, for its function is that of orderly coordinating the different elements within the Nation. As to the concept of Authority, apart from interlinking with the State (for this is an instrument that is used to maintain order in society), it very interestingly also interlinks with the concept of Revolution, mostly due to the adjacent concept of “elites”. This means that the fascist Revolution, with its goal of rejuvenating the Nation, intends to create new revolutionary elites that replace the existing decadent ones. It is due to this interlinkage that the concept of Authority gains very specific characteristics in this ideological pattern: fascists did not just want to perpetuate the power of the elites who traditionally hold important roles in society, but rather to bring new elites to power, that way distinguishing themselves from other authoritarian ideologies.

Lastly, we must mention the concept of Violence, which interlinks with Authority, mainly because the fascist “elites” are the ones who are prone to martial deeds, thus being possible to find the adjacent concept of “vitalism” also in the vicinity of Authority. These new “elites” would therefore be the heroes whose will to power had placed them in a position in which they could rule the Nation and replace the old elites. However, perhaps the most important feature when it comes to Violence is its interlinkage with Revolution and Nation, which happens thanks to the adjacent concept of “cleansing”. This interlinkage helps to explain why fascism could surpass any other political phenomenon when it came to violent deeds: such violent methods were necessary for the

---

creation of a rejuvenated and homogenous national community, freed from the supposedly harmful influence of the elements that had apparently led the nation to a state of decadence. Since it puts a great deal of emphasis in the goal of carrying out a “palingenetic” Revolution, and it is willing to use all type of means to achieve it, fascism and Violence are always associated with each other.

### **Marginal Concepts**

In the fascist conceptual pattern, the concept of “Liberty” clearly plays a very marginal role, and it is the one that must first come to mind when one talks about marginal concepts in fascism. Unlike ideologies such as liberalism, fascists do not attribute great importance to the notion of human individual freedom, clearly submitting it to the interests of the national community. Besides, even in the cases in which fascists do refer the concept of “Liberty” they seem to understand it in a way that is totally different from the one used in rival ideologies: according to those fascists, “real” freedom is the one that can be attained in the context of the national community and can only be exercised by the “new man” that is inserted in the social groups to which he belongs. This secondary role is noticeable, for instance, in Oswald Mosley, when he rejects the idea that freedom can exist in a liberal society, stating that only after the corporate state had solved the problems of Britain would it be possible to have the material conditions to enjoy a certain amount of “Liberty”. In this context, the variant of fascism espoused by the Australian Eric Campbell may seem atypical, since this leader appeared to highly value individualistic principles and personal freedom even referring to himself as a “confirmed individualist that I am”. However, even in his case, “Liberty” is conceived as something different from liberal ideology and is seen as a characteristic that is always related to discipline and Authority. As he says, “discipline is essential in the cause of freedom” (Campbell 1934, 25), thus showing that he too gave a unique meaning to this concept.

### **Permeability and Rejections**

In this section, we shall briefly expose the features that fascism shared with other ideologies, as well as the elements of its competitors to which fascism was opposed, always paying attention to the concepts that were at the basis of permeability and rejections. The case of socialism is rather interesting, because it is the ideology that has less similarities with fascism. Fascists rejected socialism due to the notion of “class struggle”, which is seen in fascism as one of the causes of national decadence, and to which they opposed the concept of “class conciliation”. Furthermore, fascists, due to the importance that they gave to the core concept of Nation, totally rejected the concept of “internationalism” that is at the core of socialist ideas. Nevertheless, some varieties like

---

Falangism and Portuguese National Syndicalism do seem to value the concept of “social justice”, which may bring them closer to some non-Marxist varieties of socialism.

As to liberalism, fascists rejected it due to the concept of “individualism”, which they saw as a symptom of decadence (even when fascists made use of individualistic notions, they decontested this concept in a very different way), as well as due to the importance that liberals give to parliamentarianism and democratic institutions. In any case, liberalism shares a very vague connection to fascism when it comes to the concept of “social mobility”. Although in a different way, fascists, just like liberals, wanted to create a national community in which there would be conditions for individual effort to allow for the social ascension of those who deserved it (in the case of fascism, this would refer to then new “heroes”). Finally, conservatism is the ideology that shares the most similarities with fascism, including (in some variants of conservatism) the concept of Nation, as well as the concepts of “order” and Authority. Conservatives, just like fascists, reject what they see as anarchic disorder and firmly state that society must be governed by authoritarian principles or, at least, be characterized by the respect for “order”. However, the two ideologies appear as clearly distinct when one analyzes the specific features of the concept of Authority in fascism, as well as it is used of the concept of Revolution. It is the distinct conception about the creation of new “elites” and its praise of “vitalism” that separates fascism from conservatism. Thus, fascists tended to reject conservative ideologies for they saw them as too passive and incapable of changing society.

### **Internal Contradictions**

Lastly, I intend to briefly describe the main contradictions of fascist ideology and the way how they are solved. The first contradiction worth mentioning is the one that opposes the *Individual* to the *Collectivity*. This contradiction takes place because, while rejecting individualism and putting emphasis in the national community as a whole, fascists do seem to value and eulogize individual heroic acts which have a great value for the regeneration of the Nation. This contradiction is solved due to the concept of “Personality”, which is seen as something different from the liberal individual, and refers to the person that acts individually but always in the context of the national community and with the goal of contributing to the happiness of the Nation. “Personality” is, therefore, the man who is reinserted in the community in which he belongs and ceases to be the individual of liberal ideology to become a new type of human being. For instance, Hitler refers to this concept to refer to the best men of the Aryan race, the ones who are capable of leading their subordinates through the struggle. Likewise, Primo de Rivera constantly mentions the “person” to

---



indicate a type of human being that acquires his unique characteristics thanks to the relationship with other elements of the community to which he belongs.

Apart from this, there is also the contradiction that opposes *Order* to *Revolution*. If, on the one hand, fascists seem to be prone to radically change society and its foundations, on the other hand, the concept of “order” seems not only to restrain the scope of such transformations, but also cause some tensions in this ideology. This contradiction, so we argue, is never totally solved and it represents one of the most important ambiguities of fascism. It stems from the fascist tendency to aim at creating a new future, while not completely rejecting traditional notions coming from other eras and trying to preserve some characteristics of the past. Nevertheless, some fascists did resort to some reasoning in order to try to minimize this contradiction. Thus, when defending the use of Violence, fascists usually state that they respect “order” as a foundational principle of society and claim that their Revolution would be carried out while respecting such principle, for they distinguish their type of Revolution from the one that is intended by their rivals on the left. Fascists could, therefore, present themselves as revolutionaries who did not intend to bring anarchy and destruction to society, contrary to what leftists supposedly wanted, and who only employed some form of organized Violence. This is a line of reasoning that it is possible to find, for instance, in the texts by Oswald Mosley, when he writes that the fascist Revolution would respect the authority of the British crown.

However, the most important contradiction in fascism is perhaps the one that opposes *Populism* to *Elitism*. This contradiction is created due to a tension between the fascist propensity to fiercely endorse elitist principles and downplay the capacity of the broader masses to emancipate themselves, and the tendency to see the “people” as an entity with a unique force that would play an important role in the regeneration of the Nation. It is as if, in fascism, the elitist contempt for the people coexisted with some level of admiration for the strength of that same people. Besides, in many fascist texts, there is the notion that the leaders and the people somehow need each other. The leader would guide the people and educate them, but that same leader would achieve nothing without the people and its valuable elements. Such a conception is noticeable, for instance, when Primo de Rivera (1940, 53) talks about a “hopeful mass of people, prone to be molded by its best elements”. This contradiction is at the core of fascist ideology and is never totally solved, thus leading to the coexistence of elitist and populist elements in it (even if the former are clearly more prominent).

---

## Conclusions

What I tried to present in the pages of this essay was a conceptual pattern composed by six core concepts, several adjacent concepts, as well as other important features. Such concepts do not exist apart from each other in the context of fascist ideology, for they interlink and create a specific meaning thanks to the proximity between them. All these concepts must therefore be analyzed together and be understood as a part of a coherent ideological rearrangement in which every element is somehow related to the others. In order to allow for a better understanding of the conceptual pattern that I have just presented, the following table summarizes the main features that were discussed in the last sections of this essay:

Core Concept	Adjacent Concept
Nation	Mission, Race, Empire
State	Order
Synthesis	Unity, Corporatism
Revolution	Palingenesis, New Man, Cult of Youth
Authority	Elites, Leader
Violence	Cleansing, Vitalism, Social Darwinism
<b>Marginal Concept:</b> Liberty	
<b>Permeability of Fascism:</b> Permeability with socialism: concept of “social justice”; Permeability with liberalism: concept of “social mobility”; permeability with conservatism: concept of “order” and Authority	
<b>Fascist Rejections:</b> Rejection of socialism: based on the concepts of “class struggle” and “internationalism”; Rejection of liberalism: based on the concept of “individualism”; rejection of conservatism: based on the absence of the concept of Revolution in conservatism	
<b>Internal Contradictions:</b> Individual/Collectivity; Order/Revolution; People/Elites	

Table 1- The Main elements of the Conceptual Configuration of Fascist Ideology

It is based on this table and on the concepts that are part of it that I can finally present the definition of fascism that I was looking for in the beginning of this essay. Such a definition has the merit of including more core features than other previous attempts, but still being concise enough to be summarized in just one sentence. The definition is mainly based on the core concepts, but that does not mean that it is not important to know in more detail the adjacent concepts and the other features of the fascist pattern (that’s why those features were presented here). Thus, the phrase that I will use to define fascism is the following:

Fascism is a Nationalist ideology that aims at strengthening the power of the State, Synthetizing the elements of the national community into a new cohesive unity, performing a Revolution to rejuvenate the nation, and affirming the importance of the principle of Authority, while positively evaluating the role of Violence in society.

If any student of fascism finds this definition to be a useful one, I can gladly conclude that my work has successfully fulfilled its purpose.

### Bibliographic references

- Arcand, Adrien. *Programme et Reglements du Parti National Social Chrétien*. Montreal: Parti National Social Chrétien, 1933.
- Bosworth, Richard. *Mussolini*. London: Bloomsbury, 2014.
- Campbell, Eric. *The New Road*. Sidney: Briton Publications Limited, 1934.
- Codreanu, Corneliu. *For My Legionaries*. Madrid: Libertatea, 1976.
- Déat, Marcel. "Le Partie Unique". Em *Documents Pour L'Histoire*. Vol. I. Org. Philippe Randa. Paris: Éditions Déterma, 1998.
- Dobry, Michel. "Desperately Seeking 'Generic Fascism': Some Discordant Thoughts on the Academic Recycling of Indigenous Categories". Em *Rethinking the Nature of Fascism: Comparative Perspectives*, org. António Costa Pinto, 53-84. London: Palgrave Macmillan, 2011. [https://doi.org/10.1057/9780230295001\\_3](https://doi.org/10.1057/9780230295001_3)
- Eatwell, Roger. *Fascism: A History*. London: Pimlico, 2003.
- Freeden, Michael. *Ideologies and Political Theory: A Conceptual Approach*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- Garau, Salvatore. *Fascism and Ideology: Italy, Britany and Norway*. London: Routledge, 2015. <https://doi.org/10.4324/9781315849300>
- Griffin, Roger. *Fascism*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- Griffin, Roger. "The Palingenetic Core of Generic Fascist Ideology". Em *Che Cos'è Il Fascismo? Interpretazioni e Prospettive Di Ricerche*, org. Alessandro Campi, 97-122. Roma: Ideazione, 2003.
- Griffin, Roger. *The Nature of Fascism*. London and New York: Routledge, 2013. <https://doi.org/10.4324/9781315003627>
- Hitler, Adolf. *My Struggle*. London: Hurst & Blackett, 1939.
- Lindholm, Sven Olof. *Svenske FRibetskamp*. 1943.
- Mann, Michael. *Fascists*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- Martins, Carlos Manuel. *From Hitler to Codreanu: The Ideology of Fascist Leaders*. London: Routledge, 2019. <https://doi.org/10.4324/9781003106043>
- Mosley, Oswald. *The Greater Britain*. London: BUF, 1932.
- Mussolini, Benito. "The Doctrine of Fascism". 1932. Acedido a 11 de Agodsto de 2022. <http://www.worldfuturefund.org/wffmaster/Reading/Germany/mussolini.htm>
- Payne, Stanley. *A History of Fascism: 1914-1945*. Madison: University of Wisconsin Press, 1995.
-

Preto, Francisco Rolão. “Para Além do Comunismo”. Em *Obras Completas*, org. José Melo Alexandrino, 161-212. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

Primo de Rivera, José Antonio. *Anthology*. Madrid: Ediciones FE, 1940.

Primo de Rivera, José Antonio. *Antologia en Español*. Madrid: Ediciones Prensa del Movimiento, 1950.

Saz, Ismael, Zira Box, Toni Morant, e Julián Sanz. “Introduction”. Em *Reactionary Nationalists, Fascists and Dictatorships in the Twentieth Century: Against Democracy*, org. Ismael Saz, Zira Box, Toni Morant, e Julián Sanz. London: Palgrave Macmillan, 2019. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-22411-0>

Thomàs, Joan Maria. *José Antonio Primo de Rivera: The Reality and the Myth of a Spanish Fascist Leader*. London: Palgrave Macmillan, 2019. <https://doi.org/10.2307/j.ctv287sjss>

\*\*\*

Received: April 23, 2022

Approved: May 28, 2022

---

## Dossiê: Fascismos, 100 anos depois

<https://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.37466>

### **Genealogy and Phenomenology of Fascism. Between history and interpretation**

*Genealogia e fenomenologia do fascismo. Entre a história e a interpretação*

*Genealogía y fenomenología del fascismo. Entre la historia y la interpretación*

Danilo Breschi\*

<https://orcid.org/0000-0003-4153-0211>

**ABSTRACT:** Fascism, of which Italy had the primogeniture between the 1910s and 1920s, was a political-ideological phenomenon that can only be understood in the light of a detailed and aseptic reconstruction of its genealogy, that is, its history. Its history provides, at least in part, its interpretation and, in any case, helps to understand the phenomenon. Genealogy and phenomenology are the criteria that guide this essay as an introduction to understanding fascism, especially for those who know little or nothing about Italian history.

**Keywords:** Fascism. Genealogy. Phenomenology. Civil war. Totalitarianism

**RESUMO:** O fascismo, do qual a Itália teve a primogenitura entre os anos 1910 e 1920, foi um fenómeno político-ideológico que só pode ser compreendido à luz de uma reconstrução detalhada e asséptica da sua genealogia, que então significa a sua história. A sua história já fornece, pelo menos em parte, a sua interpretação, e em qualquer caso ajuda a compreender o fenómeno. Genealogia e

---

\* Ensina História do Pensamento Político na Universidade de Estudos Internacionais em Roma (UNINT). As suas publicações mais recentes incluem: "Mussolini e la città. Il fascismo tra antiurbanesimo e modernità" (2018); "Quale democrazia per la Repubblica? Culture politiche nell'Italia della transizione 1943-1946" (2020); "Yukio Mishima. Enigma em cinco actos" (2020); "La globalizzazione imprevedente (com Z. Ciuffoletti e E. Tabasso; 2020)"; "Ciò che è vivo e ciò che è morto del Dio cristiano" (com F. Felice; 2021); "Sfide a sinistra. Storie di vincenti e perdenti nell'Italia del Novecento" (com Z. Ciuffoletti; 2023). Editou e introduziu novas edições da "Utopia" de Thomas More (2018) e da "Lenda do Grande Inquisidor" de Fëdor Dostoievski (2020), bem como uma colecção de escritos jornalísticos do filósofo Ugo Spirito (2022). Os seus campos de estudo são a história política e ideológica do fascismo, do liberalismo e das culturas políticas italianas do século XX. É o director científico de 'Il Pensiero Storico'. Rivista internazionale di storia delle idee". Faz parte da direcção da Fundação Ugo Spirito e Renzo De Felice. E-mail: danilo.breschi@unint.eu

fenomenologia são os critérios que guiam este ensaio como uma introdução à compreensão do fascismo, especialmente para aqueles que pouco ou nada sabem sobre a história italiana.

Palavras-chave: Fascismo. Genealogia. Fenomenologia. Guerra civil. Totalitarismo

RESUMEN: El fascismo, del que Italia tuvo la primogenitura entre los años 1910 y 1920, fue un fenómeno político-ideológico que sólo puede entenderse a la luz de una reconstrucción detallada y aséptica de su genealogía, lo que significa entonces su historia. Su historia ya proporciona, al menos en parte, su interpretación, y en cualquier caso ayuda a comprender el fenómeno. La genealogía y la fenomenología son los criterios que guían este ensayo como introducción a la comprensión del fascismo, sobre todo para quienes conocen poco o nada de la historia de Italia.

Palabras clave: Fascismo. Genealogía. Fenomenología. Guerra civil. Totalitarismo

### How to cite this article:

Breschi, Danilo. "Genealogy and Phenomenology of Fascism. Between history and interpretation". *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 41-63.

\*\*\*

Without reconstructing its genealogy, that is, its history, a political-ideological phenomenon such as fascism, of which Italy had the primogeniture, between the 1910s and 1920s, can never be fully understood. Partly, its history provides the interpretation, and in any case, helps to understand the phenomenon. Genealogy and phenomenology.

In the beginning, was the Great War (1914-1918). After the conclusion of the war, Italian society experienced a period of strong social and political turmoils. Some elements of this vast "crisis" were common to all of post-war Europe: first of all, a very serious economic and financial situation characterized by the need for industries to reconvert to a production system appropriate to times of peace. Hence, unemployment and high inflation. The first protests that shook many Italian cities between June and July of 1919 were due to the high cost of living, i.e. a staggering and unjustified increase in prices that triggered a series of riots not always guided and controlled by trade unions. Second, the war had taken away workforce from the land and, as a result, had caused a decrease in agricultural production. The import of foodstuffs, on the other hand, was more difficult than ever due to the tightening of credit from producer countries. In addition, the state budget amounted to 23,345 million in 1918-19, while it had been around 214 million in 1913-14.



## 1. The postwar crisis. The social conditions of cities and countryside

Other elements of the post-war crisis were specific to the Italian situation, both at the economic and political-institutional levels. The war had laid bare the backward reality of many rural areas of the peninsula. Especially in the countryside of Central and Southern Italy, in the autumn of 1919, there was a real “assault on the latifundia”, which led to the occupation of uncultivated lands and latifundia by poor farmers, especially former combatants. These had been promised the concession of land at the acme of the war effort, that is, in the aftermath of the defeat of Caporetto, when it was necessary to find strong motivations to mobilize troops that were generally in disarray. In the Centre-North, on the other hand, the economic-productive structure of the agricultural world had already been centred on sharecropping and small property for some time. These forms of agricultural management found their union representation mainly in Catholic organizations, the so-called “white leagues”. In the Po Valley, on the other hand, farm labour prevailed and here the so-called “red leagues”, i.e., the socialist trade unions, dominated. Between the two leagues, the watchwords and objectives of the union struggle were profoundly different: for the Catholics, it was a question of giving the “land to the peasants”, that is, encouraging the spread of direct cultivation, a productive model halfway between labour and large absentee ownership; for the socialists, the declared objective was the “socialization of the land”.

Therefore, both cities and the countryside were crossed by a social conflict that exploded with virulence between 1919 and 1920, the so-called “*biennio rosso*” (red two-year period). It was a period of turmoil and strikes. If in 1913 there were about 465,000 strikers in agriculture and industry, in 1919 there were more than 1,480,000 and almost 2 million the following year. The climax was reached with the occupation of the factories in September 1920. Promoted by the F.I.O.M. (Italian Federation of Metallurgical Workers), adherent to the C.G.d.L. (General Labour Confederation), the initiative saw the rise, outside of the trade unions and limited to the “industrial triangle” (Turin, Milan, Genoa), the experience of the factory councils, internal bodies elected by the workers and formed within the Turin group of “Ordine Nuovo”, a periodical founded by Antonio Gramsci with the help of Angelo Tasca, Palmiro Togliatti and Umberto Terracini. The model was the Bolshevik Soviet. This revolutionary wing clashed with the reformist line of the C.G.d.L. and the conflict that arose within the workers’ movement paralyzed its action, compromising its results (Tasca 2021).

Giolitti, back in government since June, operated as he had done at the time of the 1904 general strike and avoided calling for the police. His mediating action with the C.G.d.L. led to an agreement, which provided salary improvements and the “technical and financial control of the

companies” by the workers. This last point remained a dead letter and the outcome of the occupation of the factories disappointed many of the expectations nurtured during the weeks of struggle, especially the revolutionary hopes.

## 2. The fascist squadristism

It was in the autumn of 1920 that a political player, born on March 23, 1919, in Milan, was given up for dead after the elections of November 1919: the Fasci Italiani di Combattimento movement. Benito Mussolini, a former revolutionary socialist who had become an interventionist in 1914, had thought he could translate the experience of interventionism into a mass political formation, to which he had provided a forum through the newspaper he had founded and directed, “Il Popolo d’Italia”.

To understand the genesis of Fascism, it is necessary to consider it against the backdrop of the First World War and its outcome. The “backdrop” is here the socio-economic context outlined above, but also the cultural context and the mentality of the veterans, on the one hand, and that of the workers who remained in the factories to produce weapons, ammunition and basic necessities, on the other. It was precisely the distinction between “combattenti” (combatants) and “imboscati” (who evaded or deserted military service; more generally, all non-combatants) that became a discriminating factor in the political language and, therefore, in the public opinion that grew after the partial and temporary “nationalization of the masses” produced by the war. The whole vocabulary of political polemics was affected by the militarization of public life and by the enthusiasm that the mere pronouncement of the word “revolution” generated among both ex-combatants and workers. These two social categories, fundamental for understanding the immediate aftermath of war, were not always clearly distinct, but sometimes tended to overlap. In general, however, it can be said that the two groups could be told apart on the basis of two parameters:

- 1) social extraction;
- 2) myths and values of reference.

In general, ex-combatants who did not fully recognize themselves in any of the political and trade union formations existing at the end of the war belonged predominantly to the lower and middle classes. This was especially true for military officers and non-commissioned officers. Many of them then adhered to fascism, although the transition was far from obvious and automatic. A large part of the simple soldiers belonged to the peasant class.

The ex-combatants who had with roles, in the military hierarchy, from non-commissioned officers upward had suffered more than others the fascination with the exercise of command, had

acquired a hierarchical mentality and focused on honor, loyalty, discipline and sacrifice. They had also been educated through a powerful “civil religion of the Fatherland” that patriotic rhetoric and political-military propaganda had created and nurtured to a great extent as support for the war effort. The myth par excellence of these veterans was the Victory, understood also and above all as the completion of the Risorgimento struggles, the conquest of the irredent lands and the affirmation of Italy in the international arena. The “mutilation” of the victory, according to the controversial but famous expression that D’Annunzio coined in November 1918 (“mutilated victory”), was nothing but the disappointment for some expectations matured during and immediately after the conflict, in particular as a result of war propaganda. Disappointment turned into the conviction that the war was not over, at least in terms of a Risorgimento struggle that, in addition to national unity and independence, was to produce internal political and social recognition of the role played by a given social strata as well as to see affirmed, externally, the Italian primacy in Europe and the world.

The workers, as we have seen, had their own representative bodies in the PSI (Italian Socialist Party) and the C.G.d.L., but above all, they found in October 1917 a myth of great driving force. “Fare come in Russia” (do as they – the Bolsheviks – did in Russia) became the watchword of the socialists, and it was in the reference to the Soviet model that first the turmoils and then the split within the PSI occurred. The Bolshevik myth was at the antipodes of that of the “mutilated victory”: internationalist, neutralist (with reference to the Great War), and hinging on class struggle. The anti-bourgeois character, on the other hand, was not a strong discriminator, since “the bourgeois” was an enemy even for the former nationalist fighter, insofar as this term was used to indicate the scheming, fearful and petty materialist, who had enriched himself on the back of the youth called to the front line. Even for the worker who militated in the socialist ranks, it was necessary to oppose the imperialist and bourgeois war with class warfare, and therefore the clash was not at all over - if anything it had just begun.

This context of real “civil war”, where each side had clearly identified its internal enemy (within, that is, the national territory), is what distinguished the political and social life of the years 1918-1922 (Ventrone 2005). From a political and institutional point of view, two main factors contributed to the crisis of the liberal system and its subsequent collapse: the rise of mass parties and the introduction of a proportional electoral system. In the first place, the mobilization of the lower classes that the necessities of war had encouraged (promises of rewards for workers and especially peasants sent to the front; promotion of status for the small and middle bourgeoisie as military officers and non-commissioned officers; involuntary social promotion of women called upon to replace men in the factories) determined the decline of individual politicians, of the

---

notables of the old liberal ruling class, and decreed the establishment of modern mass parties, much more deeply rooted in the territory and therefore able to establish a closer contact with the emerging masses.

### 3. The institutional crisis: proportionality and governability

The elections of November 1919, the first to be held with a proportional system based on party lists, recorded the success of the PSI, which obtained 156 seats, and the Popular Party (PPI), a newly formed Catholic party led by Don Luigi Sturzo, which won 100 seats. If we also take into account that the age for the right to vote was lowered from thirty to twenty-one years (and from twenty-one to eighteen for those who had been drafted during the war), it is easy to understand the disruptive and fragmenting effect that the electoral reform produced within the Italian parliament. The old political formations, both progressive and moderate and conservative, found themselves crushed and powerless in the face of a situation of incipient civil war.

On the level of social struggle, the ebb of the workers' movement, in the autumn of 1920, was accompanied by a counter-offensive of the entrepreneurial class, aimed at ending the long period of instability and uncertainty concerning the relationship between capital and labour. The same happened in the countryside, where the agrarian owners wanted to end land invasions, expropriations and the domination of the red and white leagues. A similar counteroffensive found in the fascist movement a real "armed wing". The "Fasci di combattimento" (fighting leagues or bands), in fact, had organized themselves, on the local level, following a paramilitary structure under the guidance of leaders (the *ru*) who found economic support, especially in the agrarians, and frequent complicity on the part of the judiciary and law enforcement agencies.

Violent action, with the destruction of newspaper offices, cooperatives, Chambers of Labour, and union associations, with attacks on individuals and groups belonging to the PSI and PPI, had marked Mussolini's movement from its first months of life. The intensity and extent of the use of violence grew when the "great fear" of the urban bourgeoisie and rural owners (not only large landowners, but also small farmers, tenants, sharecroppers) sought refuge and protection with the "Camicie nere" (Blackshirts, i.e. fascists, who were distinguished by their black uniforms, modelled on those of the "Arditi", Italy's elite troops of the First World War).

Thus was born the phenomenon of "squadismo", that is, groups of fascists (squads) who, armed with sticks, knives and firearms, carried out punitive expeditions in the countryside, especially in Tuscany, Emilia, Romagna and Veneto. Thus, from an originally urban phenomenon, Fascism acquired a strong agrarian connotation that also won the adhesion of those who, having returned from the front to the countryside, had found the labour market monopolized by the

socialist leagues with their action made of boycotts, fines for those who broke class solidarity and the so-called “taxable labour” (a practice that forced the owners to employ landless peasants according to the amount of land they owned and not according to their real needs).

Weakened on the electoral level and therefore producing unstable governments, the old liberal ruling class tried, with Giolitti, to instrumentalize the fascist violence to weaken the socialist and popular opposition and thus attract more moderate currents in the name of social pacification. This process took place in May 1921, when during the elections for the new Chambers, dissolved by Giolitti to gain a stronger parliamentary majority, the “national blocs” obtained 275 seats. Such a result, however, was not enough to give Giolitti the desired majority and, hence, he resigned. Within this electoral bloc were also nationalists and fascists, who had attained 10 and 35 seats respectively.

After the electoral defeat of November 1919, Mussolini decided to orient his political movement decisively to the right, in an anti-socialist and anti-popular sense, but without losing sight of the objective of undermining the ruling political class. To achieve such aim, Mussolini operated on the legal level of parliamentary politics as well as the illegal one of extra-parliamentary violence, exploiting the weaknesses and contradictions of a system and a political class in deep crisis.

The 1921 elections saw the debut of the Communist Party of Italy (PCdI), born as a result of the split of Gramsci and Bordiga’s pro-Bolshevik wing during the XVII Congress of the PSI, held in Livorno from 15 to 21 January 1921. Adhering to the conditions dictated by Lenin for the adhesion to the III International, the extreme left of the PSI demanded the expulsion of the reformists from the party and the parliamentary group, the taking on the name “communist” and preparing the imminent final clash against a capitalist system in agony. In a minority position, the communist wing could not change power relations within the PSI and, hence, it seceded. The most immediate consequence was the weakening of the Italian left in a very difficult moment, marked by the advance of fascism that, within a year, saw its ranks grow enormously. By the end of 1920, the Fasci counted 200,000 members; at the end of 1921 they amounted to 249,000, thus surpassing the PSI and counting on a tendentially interclassist following, in which the small and middle bourgeoisie (the so-called “middle classes”) and the younger generations prevailed.

Mediating between a PSI in difficulty and a growing Fascism, Ivanoe Bonomi, who succeeded Giolitti, favored the stipulation of a “pacification pact” (August 3, 1921) between Socialists, CGdL and Fascists, which put Mussolini in difficulty with the intransigent wing of the Fascists led by *rws* such as Roberto Farinacci from Cremona and Dino Grandi from Bologna. To avoid a dangerous internal rift, Mussolini left the decision of whether or not to apply the pact to

individual local Fasci, case by case. He then offered his internal adversaries a sort of counterpart (*quid pro quo*): to set aside the "pacification pact" in exchange for the transformation of the Fasci di combattimento into a real party. In November 1921, the National Fascist Party (PNF) was born, Mussolini being its undisputed leader. On institutional issues, the program of the new party proclaimed the "most unprejudiced agnosticism" and the restoration of the authority of the state (Gentile 2021).

Shortly afterwards, in February 1922, Bonomi's government collapsed and was replaced by an even weaker government led by Facta. On the parliamentary and institutional level, there were increasing opportunities for the Fascists to enter the government. The conquest of the extra-parliamentary front remained to be completed. The spring of 1922 saw an increase in squad violence in central and northern Italy and in Puglia. At this point, the risk for Mussolini and Fascism was to tire out a bourgeoisie that by now had less need for defensive and offensive actions against a much-weakened socialism. The proclamation of a "legalitarian" general strike, promoted by the reformist socialists and by the Alliance of Labour (a temporary coalition of the major trade union organizations, including the CGdL) and proclaimed on July 31, 1922, had the sole effect of bestowing onto Fascism the role of irreplaceable guarantor of an order periodically threatened by anarchy and by "scioperomania" (strike mania). Having the strike immediately failed, even before taking off, the PSI was further torn apart, internally, and in early October 1922 the reformist wing led by Filippo Turati seceded, forming the United Socialist Party (PSU).

#### **4. The March on Rome and the "authoritarian government"**

At this point, the opposition was fragmented and powerless, while Facta's lack of personality made the formation of a more authoritative, if not authoritarian, government desirable. This was the hidden wish of the economic, military and political ruling classes. Mussolini reassured them in this regard, presenting himself as the right man in the right place. He himself had contributed to the creation of the right climate, fuelling the widespread political and social instability. At the end of August 1922, the PNF adopted an economic-financial program with a clear liberalist imprint. From the "Popolo d'Italia" the declarations of friendship, esteem and solidarity towards the army multiplied. To them the Blackshirts were presented as natural allies, while the "republican tendencies" of fascism was set aside. Having the Facta government fallen for the second time the government, Mussolini attempted the very final gamble. On October 28, 1922, a demonstrative action was organized that included the mobilization and calling to Rome of numerous fascist squads from various parts of Italy. Many telegraph offices and prefectures were occupied and trains were requisitioned, in many cases with the condescension of the police

---



authorities. What has gone down in history as the “March on Rome” was intended to simulate a seizure of power, but above all to put pressure on the king to call Mussolini to form a new government.

Facta, although he was resigning, posted on the walls of Rome the proclamation of the state of siege, which gave the army full power. What was missing was the signature of the decree by the king. Vittorio Emanuele III refused, perhaps fearful of the uncertain outcome of a clash between forces that were in part sympathetic towards one another such as the army and the fascists, the possible return of a state of civil war, but especially by the absence of a valid and more attractive alternative than a strong and authoritarian government led by Mussolini. On October 30, the king summoned the head of Fascism and gave him the task of forming the new government. Thus, a coalition government was born. It included not only Fascists (who obtained important ministries, such as those of the Interior Affairs, Foreign Affairs, Justice and Finance), but also nationalists, liberals, popular and demo-nationals. There were also technicians, such as the two military Armando Diaz (War) and Paul Thaon de Revel (Navy) and the philosopher Giovanni Gentile (Education), who shortly after would join the PNF becoming one of the main ideologists of the nascent fascist regime (Gentile 1925).

The new government gained the vote of confidence of Parliament (in the House: 429 votes in favor, 116 against and 7 abstained; in the Senate: 196 votes in favor and 19 against) and Mussolini, having obtained the interim of Foreign Affairs and Interior Affairs, was entrusted with full powers in tax and administrative matters. Meanwhile, the PNF more than doubled its members, raising from about 300,000 members in October 1922 to 782,979 at the end of 1923.

Between 1922 and 1926, the premises were laid for the shift from an authoritarian government to a totalitarian state, capable of removing any form of opposition and dissent, whether an organized as a party, a trade union or means of information (newspapers, magazines, press agencies, etc.). Even the new instruments of communication, in particular the radio, were used to control and shape public opinion in favour of the regime. Some measures at the institutional level were decisive. First of all, on January 16, 1923, the Great Council of Fascism met for the first time, a new consultative body that was supposed to establish a closer operational link between the party and the government (Mussolini’s expression “dominant party” appears in all circulars to the prefects of that period). In the same month, the *Milizia volontaria per la sicurezza nazionale* (MVSN; Volunteer Militia for National Security) was created, which included all the paramilitary forces that had made up the fascist squads. Presented as a “normalizing” operation, it was another step towards the creation of a dictatorship based on a party with a private army, thus stripping the state, at least partially, of its prerogative as the sole (and legal) holder of force. On February 26,

---

1923 there was then a merger between PNF and ANI (Italian Nationalist Association), which saw the nationalists formally adhere to fascism. In the meantime, a reform of the electoral law was initiated under the direction of Giacomo Acerbo, undersecretary of the Presidency of the Council. The text of the “Acerbo law” established a strong majority prize: the list (single party or coalition of parties) that reached 25% of votes would obtain two-thirds of the seats in the Chamber. On July 21, 1923 the law was approved by the House with 223 votes against 123. The Parliament having been dissolved on January 25, 1924, the elections were set for April 6 of that year (Breschi 2012).

## 5. The Murder of Matteotti and the Aventine Hill

The electoral campaign took place amidst intimidation and violence against all opponents, in particular socialists and communists but also popular and liberal anti-fascists. The so-called “listone” (the big list), which included the PNF and its allies (that is, the majority of liberals, but not Giolitti), obtained 64.9% of the vote and 374 seats. The Parliament was now in the hands of Mussolini and his party. During the ratification of the election result, the political secretary of the PSU, Giacomo Matteotti (1885-1924), denounced in a speech to the House of Deputies the violence of the fascists before and during the election campaign and so contested the electoral outcome. A few days later, on June 10, 1924, the socialist parliamentarian was kidnapped and murdered by a team of fascists (the so-called “Fascist Cheka”), convinced that they were interpreting Mussolini’s will. The body was found in the outskirts of Rome on August 16. The day after the kidnapping the government was overwhelmed by a chorus of harsh criticism from the public, well beyond the circle of opposition. For a moment, Mussolini’s power faltered, even temporarily losing the support of those circles, such as the Confederation of Industrialists, who from allies turned again into detached observers. On June 14, the ministers Oviglio, Federzoni, De Stefani and Gentile offered their resignations. Among the suitable substitutes Mussolini pointed to men close to the Vatican, as the former Cesare Nava, personal friend of Pope Pius XI. On June 27, the oppositions, with the exclusion of the Communists, decided not to return to Parliament until legality had been restored and the Militia dissolved. Turati, to emphasise the moral character of this protest said, referring to the secession of the plebeians on the Aventine in ancient Rome, noted that the oppositions had withdrawn “on the Aventine of their consciences” - hence the adjective “Aventinian” given to the socialist and liberal opposition led by Giovanni Amendola. Moreover, on June 13, the President of the Chamber, Alfredo Rocco, having approved provisional exercise until December 31, adjourned the parliamentary proceedings without setting a date for resumption.

---

## 6. The turning point of 3 January 1925

In the meantime, clashes flared up again in the country between the squadrists and the surviving anti-fascist formations (in particular, communists and “Free Italy” ex-combatants). It was precisely from the ranks of the Fascist Militia that came the extra-parliamentary support that gave Mussolini the strength to make a speech in the Chamber of Deputies, on 3 January 1925, in which he declared his moral and political responsibility for everything that had happened since Matteotti’s murder. It was the final declaration of war on all opposition parties. There were other resignations by liberal members of the government, who were replaced by men of assured Fascist faith, including Rocco, who was appointed Minister of Justice.

Alfredo Rocco himself, who advocated an authoritarian and nationalist turn in Italian state policy and structures, was the architect of the Fascist regime (Rocco 1927). A further crackdown silenced the remaining free press, which had already been largely suppressed in the previous two years. On 2 October 1925, the Palazzo Vidoni agreement between Confindustria and the Fascist Confederation of Corporations deprived the CGdL of its power. The latter disappeared in January 1927. The fascist trade union thus became the only union. Internal factory commissions were also abolished. On 20 November, the Senate passed a law against secret associations, primarily Freemasonry. On 27, the fascist Roman salute between subordinate and senior employees was introduced in all civil administrations. On 24 December 1925, a law was passed amending the 1848 Statute turning the Prime Minister into “head of government”, subordinating the role of ministers, whose appointment and dismissal remained the prerogative of the king but “on proposal of the head of government”. Individual ministers were no longer “responsible” to the legislature and legislative initiative passed into the hands of the head of government.

In January 1926, another law empowered the head of government to issue the necessary legal rules to regulate the execution of laws, the organisation and functioning of state administrations, and the organisation of personnel and public bodies and institutions. The depletion of the role of parliament and the cancellation of the division of powers were thus accomplished. The law of 3 April 1926 abolished the right to strike and lock-out. As further confirmation of the strengthening of central power, and in particular of the head of government, on 12 October 1926 Mussolini took command of the MVSN. And, finally, on 5 November 1926 the Council of Ministers approved a series of measures for the security of the Fascist regime and for the “defence of the state”. These included the dissolution of all parties, organisations and associations opposed to Fascism; the revision of all foreign passports and the cancellation of recently issued ones; the suppression of the press opposed to the regime; the institution of police

confinement; the introduction of the death penalty for anyone threatening the life and personal integrity of the king, queen, crown prince and head of government, as well as for a number of other offences against the state; imprisonment from three to ten years for anyone reconstituting dissolved parties or organisations.

The Special Court for the Defence of the State was set up to judge crimes of espionage, incitement to civil war, reconstitution and propaganda in favour of dissolved parties. The court applied the rules of the military penal code of war and its verdicts could not be appealed. Exiles were punished by confiscation of property and loss of nationality.

## **7. The consolidation of the regime and the Concordat**

This set of measures adopted between 1925 and 1926, known as the “leggi fascistissime” (super-fascist laws), marked the end of the rule of law in every respect. At this juncture, a new phase in the history of the Fascist regime began. Its totalitarian vocation emerged clearly in the manoeuvres that, beginning at least in 1925, led on 11 February 1929 to the agreements between the state and the Catholic Church. The Lateran Pacts (signed at the Lateran Palace in Rome) consisted of three parts: a treaty, a financial convention and a concordat. The treaty established the recognition by the Italian State of both Catholicism as the “only state religion” and the fully sovereign and independent Vatican City State. The Vatican, for its part, recognised the Kingdom of Italy and Rome as its capital. The financial agreement set at 1 billion 750 million lire the sum with which the Italian State extinguished all compensation due for the loss of temporal power and the revenues of the former Papal State. The Concordat established, among other things, the protection by the Italian government of the clergy in the exercise of their functions, the sacred character of the city of Rome, the exemption of clerics from military service and the commitment of the government to remove apostate priests or those censured by the ecclesiastical authorities from public offices. For its part, the Vatican would only appoint bishops after the approval of the government, committing them to swear an oath of loyalty to the Italian government. In addition, all the civil effects of religious marriage were recognised, i.e. marriage as a sacrament governed by canon law, and the teaching of Catholic doctrine became compulsory in state schools. Lastly, Catholic Action organisations were recognised as long as they did not take on “semi-military status” or the form of a political party and remained under the direct control of the Church hierarchy. The long-standing “Roman question”, started with the breach of Porta Pia, on 20 September 1870, was thus resolved, certainly not in the spirit of Cavour’s principle, which wanted the government to be secular and independent of any connection with religious authorities.

---

Although Mussolini was described by Pope Pius XI as the “man of Providence”, 1931 saw the outbreak of a strong conflict between Fascism and the Church over Catholic Action which claimed full autonomy in the education of young people. The conflict, which in May of that year also saw Fascist violence against Catholic offices, was resolved in September with an agreement that reduced the role and aims of Catholic Action, after purging its cadres of anti-Fascist and a-Fascist elements. In spite of this strict crackdown, Catholic associationism in the 1930s was an area of “nicodemitism”, i.e. a distinction between what was affirmed in public and what was nurtured as intimate and private feelings. Moreover, the 1931 clash pitted two institutions against each other which, albeit through different means, both aspired to attain a complete control of the education and training of the younger generations. Having consolidated as an authoritarian regime, Fascism was now taking the path of totalitarianism.

### **8. The institutions of Fascism. An embryonic ‘welfare state’**

With the signing of the Lateran Pacts and the plebiscite of 24 March 1929, the Fascist regime was fully consolidated. Thanks also to the “conquest” of Catholic public opinion, 98,4% of the electorate voted in favour of the single list of 400 candidates drawn up by the Grand Council and presented to the voters. The “no” votes amounted to 1,6%, but this was no longer an election but the registration of a “consensus” in a political and social context that did not allow the slightest form of dissent. The plebiscite was the result of a new electoral law approved in 1928 and was the expression of Mussolini’s totalitarian aims.

Since 1925, the role of the state had been growing and it was becoming increasingly interventionist, first and foremost on a social level. With the aim of both political control and the organisation of leisure time, on 1 May 1925 the Opera Nazionale Dopolavoro (OND; National Workers’ Pension Organisation) was established by decree, a body that would gradually come under the direct management of the PNF. On 10 December 1925, the Opera nazionale per la maternità e l’infanzia (ONMI; National Maternity and Childhood Home) was set up with the task of integrating and coordinating the various forms of assistance to mothers in need and abandoned children. In particular, the ONMI was responsible for nutrition, hygiene and prophylaxis. In April 1926, the Opera nazionale balilla (ONB; for the care and physical and moral education of youth) was set up, with boys aged between eight and twelve as “balilla” and young people aged between twelve and eighteen as “avanguardisti” (avant-gardists). In May 1929, compulsory insurance against occupational diseases was introduced. In the mid-twenties the construction of residential settlements for the care and holidays of young people, i.e. the so-called summer camps at the seaside and on mountains, which hosted thousands of children and young people every year,

increased. The colonies grew from about one hundred in 1926 to over 3,000 by the mid-thirties, welcoming more than half a million children of Italians living in Italy and abroad during the summer months. In 1931 the Ente opere assistenziali (Welfare Agency) was set up, with contributions from both the ONMI and the ONB. It was created through the unification of the provincial welfare funds for Fascist charities and assistance (managed by the PNF Federations).

As for the social security and welfare system, this was completed in March 1933 with the creation of the Istituto nazionale fascista assicurazioni infortuni sul lavoro (INFAIL; National Fascist Industrial Accident Insurance Institute) and the Istituto nazionale fascista della previdenza sociale (INFPS; National Fascist Social Security Institute), which were the outcome of the restructuring of the Cassa nazionale infortuni sul lavoro (National work accident fund; established in 1883) and the Cassa nazionale di previdenza (established in 1898). In 1935, the National Maternity Fund, set up in 1911 and intended mainly for working mothers, came under the control of the INFPS. From that moment, alongside industrial workers, office workers, teachers and shop assistants too were included as contributors and beneficiaries. The aim of these institutions was to extend insurance conditions and maternity leave to working mothers. Mothers were the object of a massive campaign to increase the birth rate, according to a demographic and pro-natalist policy that Mussolini gave increasing importance to from the end of the 1920s. This included the introduction of harsh penal legislation on abortion, punishable by up to twelve years imprisonment, according to the 1931 Penal Code, drafted by Rocco (Melis 2018; Cassese 2016; Aquarone 2003).

## **9. The regime's relationship with the economic world**

The crisis on the New York Stock Exchange, on 24 October 1929, did not spare Italy, which, like the rest of Europe, recorded from the end of 1930, a sharp increase in prices, unemployment and a drastic fall in foreign trade. If the crisis did not have similar effects to those it had in Germany, this was also due to the direct and massive intervention of the state in defence of the companies and credit institutions most affected.

The Fascist regime's relationship with the economic world can be divided into four phases. The first, from 1922 to 1925, was led by Alberto De Stefani, the Minister of Finance, and was characterised by a liberal approach aimed at reducing state control over the economy. Private initiative was promoted, so much so that the management of telephone lines and life insurance was entrusted to private companies. Even the state's workforce, particularly in the railways, was substantially reduced.

The second phase began with the decision to combat the inflationary process triggered by the fact that the volume of imports of raw materials far exceeded the volume of exports. The value

---



of the currency began to fall after a period of stability, thus losing its purchasing power. The exchange rate for the pound went from 120 to 153 lire. On 18 August 1926, Mussolini decided to launch the “battle of the lira”, which was to bring the exchange rate with the pound to 90 lire (hence the term “quota 90”). More than a strictly economic and financial issue, it was a question of prestige and the aim was to demonstrate how the will of the Head of Fascism (and of the nation) could be translated into concrete political acts. In 1927 the lira stabilised at the level desired by Mussolini (to be exact: 92.45 lire) and this was a sign of strength addressed to the industrial world, which was sceptical about the advisability of stabilising at 90 lire (preferring, if anything, 120 lire).

While this second phase, in which the figure of Giuseppe Volpi di Misurata as Finance Minister stood out, was essentially inspired by two criteria, deflation and protectionism, the third phase was inevitably marked by the “great crisis”.

A first step was the creation of the Istituto Mobiliare Italiano (IMI; a medium- and long-term credit institution) on 9 November 1931, with the task of organising the Italian banking world, which had already been shaken by a series of dangerous crises. The Cassa Depositi e Prestiti, INA, Cassa Nazionale Assicurazioni Sociale, Banco di Napoli and Banco di Sicilia, as well as various insurance companies and savings banks, all partook to the creation of the IMI. The main purpose of the new institution was medium-term credit: it had to collect savings, through ten-year bonds, and direct them towards the financing of rescue and recovery initiatives for industries in difficulty. Among the first companies to receive help were Italgas, which obtained a loan of 140 million, and the Terni steelworks, which were granted a loan of 200 million. A second, even more significant step was taken on 23 January 1933 with the creation of the Institute for Industrial Reconstruction (IRI). Still conceived of as a public body, IRI’s task was to save banks and industries on the verge of financial collapse. Taking control of the largest Italian banks (Banca Commerciale Italiana, Credito Italiano, Banco di Roma), it took over their share packages, thus also gaining control of enterprises in sectors of strategic importance, such as iron and steel, mechanics, shipbuilding and shipping. In fact, IRI became a mixed capital banking-industrial body, but it is clear that the state increasingly became an owner and industrial entrepreneur, resulting in a unique case in Europe and not entirely dissimilar to the Soviet case.

The fourth phase was marked by an economic policy characterised both by autarchy, i.e. the search for full and total self-sufficiency in resources and production, and by an increase in spending on armaments. The reasons for this policy can only be fully understood in the light of the foreign policy choices made by the Fascist regime from 1935 onwards.

## **10. The Ethiopian war and the characteristics of Italian imperialism**

---

Around 1934, Mussolini developed the idea of conquering Ethiopia. The quest for a colony had long been an objective of Fascist foreign policy. The motives driving Fascist imperialism were many: the desire for personal prestige that Mussolini sought at every opportunity; the war enterprise that would have tested old and new Fascist levers, but also give an impetus to industrial production; assign a “place in the sun” to the Italian nation in the international arena and give an outlet to the unemployment that the great crisis had produced. The idea of empire had long been circulating in Fascist and nationalist culture but had almost always been declined in spiritual terms as a synonym for a “civilisation” that Fascism had to create within the peninsula and then export. In 1935 came true military and colonialist expansionism. The agreement of 7 January 1935 between Pierre Laval, the French prime minister, and Mussolini had brought France and Italy closer together in an anti-German aim. In return for modest territorial concessions to Italy, Laval obtained a commitment from Mussolini to defend the integrity of Austria, which had fallen under the expansionist sway of Hitler’s Germany. A secret clause also gave Italy French authorisation to conquer Ethiopia. In April 1935, therefore, representatives of Great Britain, France and Italy met in Stresa, again for anti-German purposes. The so-called “Stresa front” condemned German rearmament and reiterated the need to defend Austrian independence. While this meeting did not produce any results with regard to the objectives set, it did persuade Mussolini that the time was right for the invasion of Ethiopia.

Having sent troops since the beginning of the year, Mussolini ordered the invasion of the country ruled by Negus Haile Selassie on 3 October 1935 without any prior declaration of war. Ethiopia was a full member of the League of Nations (SDN). Fascist aggression provoked the reaction of 52 SDN countries which decided, on the initiative of the British Foreign Secretary Anthony Eden, to impose financial and commercial “sanctions” against Italy (10-11 October 1935). Faced with the embargo and the boycott of Italian products, Mussolini’s regime embarked on the path of “autarchy”, aiming for the rapid achievement of full economic autonomy. In fact, the League of Nations sanctions did not include coal, steel and oil, and the USA and Germany had not joined the initiative as they were both outside the SDN. This was one of the reasons that favoured Italy’s rapprochement with Nazi Germany, which found its fulfilment in the Spanish war that broke out in the summer of 1936.

Another effect of the sanctions was to allow Fascist propaganda to fuel national pride, making Italy a victim of the “plutocratic” powers that denied it what they reserved for themselves. To the peasant masses, the regime presented the new colony as the solution to their hunger for bread and land. Both during and after the war in Ethiopia, the fascist regime received a very broad “consensus” and popular and mass support.

Militarily, the Ethiopian venture ended in May 1936. The Fascist commitment in terms of troops and armaments (including gas) was huge and overwhelming against the Ethiopian forces. On 3 May 1936 the negus fled into exile and on 5 May General Badoglio, commander-in-chief of the Italian army, entered Addis Ababa. On 9 May, Mussolini was able to proclaim the foundation of the Ethiopian Empire and greet King Victor Emmanuel III as a new emperor.

### **11. The public works of Fascism: Reality and rhetoric of the ‘bonifica integrale’**

This success on an international level strengthened the image of power and dynamism that the fascist regime had acquired on a domestic level too, in particular with the “bonifica integrale” (integral land reclamation). Launched in full with the law of 24 December 1928, the integral reclamation plan was completed on 13 February 1933. The aim was to reclaim entire swampy areas, where malaria and other infectious diseases were rife. The state took on the responsibility for irrigation, canalisation, reforestation and the creation of road links to make vast areas of the peninsula, which had remained unused until then, cultivable and habitable. Around 5 million hectares were invested in the reclamation plan (Alfieri 2014).

The largest reclamation project involved the Agro Pontino, near Rome, a marshy and malarial area that, for centuries, others had tried to make cultivable and habitable. More than 65,000 hectares of land were recovered and divided into about 3,000 farms, equipped with a farmhouse, stable and well. They were assigned by the Commissariat for Migration and Internal Colonization to those families who had contributed to the “redemption” of the land, as the propaganda of the regime put it. These families came mainly from the Veneto and Emilia regions, and in particular from the Ferrara area. They were chosen to form family and residential nuclei that met the requirements of order and discipline pursued by Fascism. Compared to the labourers of the Lazio countryside, these sharecropper families were to be exemplary settlements in terms of obedience, hard work and all those values on which Mussolini and Fascism intended to forge the Fascist “new man”. To this end, between 1932 and 1938, five “new towns” were founded (Littoria, Sabaudia, Pontinia, Aprilia and Pomezia) which were supposed to skilfully blend a rural lifestyle with a rational organisation of urban space. In reality, however, there were many difficulties in acclimatising the settlers, both because of the precarious hygienic conditions of the area and the economic treatment reserved for them. Having contracted a debt for the purchase of tools and fertilisers with the reclamation consortium managed by the Opera Nazionale Combattenti, the farming families did not receive an adequate income to go beyond subsistence level (Pennacchi 2018).

---

## 12. State, party and leader in Fascism

The “imperial” image that Fascism took on concretely with the Ethiopian enterprise had already been pursued in the previous years with the urban and monumental restructuring of Rome. The myth of Romanity became a component of Fascist ideology in the 1930s and was mainly used by the PNF leadership to give Mussolini and his regime the appearance of an absolute personal tyranny. Although the institution of the monarchy persisted and while the king was given the title of emperor, effective power was increasingly concentrated in Mussolini’s hands. Even the Fascist party, which had directly controlled the entire parastatal structure built between the 1920s and 1930s, was effectively ousted from the state structure that had its cornerstone in the prefects. Since the circular letter of 5 January 1927 to the prefects, Mussolini had put into practice his motto “Everything in the State, nothing against the State, nothing outside the State”. Through the institution of the prefecture and the action of bodies such as the OVRA, Mussolini systematised the hierarchical and anti-democratic principle according to which every decision could only come from the top, and descend along a pyramid at the top of which was always the “duce”, i.e. the head of the government and fascism. Since Fascism had been presented, since 1921-22, as the party of the nation (i.e. the party that did everything) and as such imposed by the regime, Mussolini was also the head of the nation, much to the king’s annoyance.

In fact, Mussolini’s totalitarian aspirations clashed with the overt, or more frequently hidden, resistance that the monarchy and the Church expressed by their mere presence. Although emptied of meaning, the Statute had never been abrogated and so the king retained, for example, the right to appoint and dismiss the head of government. The Church, for its part, enjoyed a prestige and mass following that went beyond the contingent political vicissitudes. The rituals and liturgies of mass politics, made up of uniforms, rallies and military parades or celebrations for the foundation of “new cities”, could certainly not obscure or even suddenly replace the Catholic religious tradition of the Italians.

## 13. The cultural world and Fascism

A regime with a strong totalitarian vocation, Fascism could not fail to take the cultural world seriously. Since April 1925, the philosopher Giovanni Gentile had fashioned himself as the main ideologist of the nascent regime by promoting the drafting of a “Manifesto degli intellettuali fascisti” (Manifesto of Fascist Intellectuals). To this ensued, as a reply, on 1 May 1925, a manifesto drafted by Benedetto Croce and published in Giovanni Amendola’s “Mondo”. This was the last real opportunity for cultural confrontation. With the definitive establishment of Mussolini’s

dictatorship, the problem became that of giving a clear and univocal statute to the ideology underlying the Fascist government (Papa 1978). To this end, in 1932, in the *Enciclopedia Italiana*, an initiative promoted by Giovanni Treccani and directed by Gentile, former Minister of Education, an entry on “Fascism” was written jointly by Mussolini and the Gentile himself.

The cultural matrices of the early fascist movement had been the most varied, from Futurism to revolutionary syndicalism, from nationalism to liberal radicalism. With Gentile, who was to play a prestigious role until the mid-1930s, symbolised by his presidency of the National Fascist Institute of Culture (INFC), neo-Hegelian idealism, with its central idea of the “ethical state”, became the semi-official philosophy of a Fascism that, in any case, always kept its ideological status uncertain and vague. Corporatism was the other strand of thought and study that flourished under the regime and, in its name, the “Labour Charter” was promulgated in 1927, the law of institution and legal recognition of 22 corporations of 5 February 1934 and the Chamber of the Fasci and Corporations was established with the law of 19 January 1939. The entry into force of the latter law sanctioned the end of all elective criteria and the parliamentary institution as an emblem of representative democracy. From an economic and trade union point of view, corporatism was hailed as the watchword of the Fascist “revolution”. It outlined an alternative socio-economic structure to both liberal capitalism and communist collectivism, focusing on collaboration between the classes of employers and workers and encouraging, for the latter, forms of profit-sharing. This, at least, was what was largely worked out in theory, but then remained a vague ideal with no concrete translation into practice. In essence, Mussolini’s primary objective was the extinction of labour disputes.

In terms of its relationship with the institutions responsible for education and the dissemination of culture, Mussolini’s regime opted, once again, for a general “fascistisation”. This began in February 1929 with the imposition on primary school teachers of the obligation to swear an oath of loyalty to the regime. This obligation was then extended to secondary school teachers and in 1931 to university professors. In the face of this last measure, only a dozen academics refused out, of a total of about 1,200. But Fascism did not limit itself to demanding loyalty and conformity and exerting control over cultural institutions, creating new ones such as the *Accademia d’Italia* in October 1929 (whose members included Luigi Pirandello, Pietro Mascagni, Filippo Tommaso Marinetti and Enrico Fermi, who took over as president in September 1930). It promoted - or more often than not tolerated - the spread of a series of magazines and initiatives such as the *Littoriali della cultura* which, especially in the youthful world of the fascist university groups (GUF), gave voice to new literary and journalistic talents that emerged after the Second World War (e.g. Bilenchi, Vittorini, Montanelli, Alvaro). Later, the expression of these voices that

---

declared their dissatisfaction with the direction taken by the regime in various artistic forms and pressed for the recovery of the revolutionary dimension that would have been characteristic of the original Fascism was called the “fronda”. In any case, in the second half of the 1930s, accentuating the fascist turn of culture grew in line with political events. In March 1935, political preparation courses were set up at PNF headquarters and a new subject, “History and doctrine of Fascism”, was introduced into the curricula of law and political science degree courses.

In 1936, Gentile lost the presidency of the National Institute of Culture and he was accused of “ecumenism”, because he was too open to confrontation with other cultures and collaboration with scholars not clearly aligned with the regime. Significantly, the name of the institution was changed to the National Institute of Fascist Culture, indicating a clear desire for fascistization (Breschi 2022). In this sense too, the last years of Fascism before the outbreak of the war saw a turn towards totalitarianism and, at the same time, personalization, thanks to a cult of the leader (i.e. Mussolini) brought to a climax by the PNF secretary, Achille Starace (Duggan 2013).

#### 14. The racial laws

Nationalism had been one of the constituent ideologies of Fascism from the outset, well before the merger of the PNF and ANI. Mussolini’s desire to place Italy among the world’s great powers was strong. The very idea of power was one of the cornerstones of the Duce’s foreign policy, which aimed above all to consolidate his personal prestige as a dictator, which had enabled Italy to achieve what other European nations, England and France above all, had long since conquered, namely an empire. From a political culture and a governmental practice inspired by colonial expansionism, there could not but arise an idea of the superiority of the Italian people as civilisers of semi-abandoned lands ruled by populations that were little more than primitive. The concept of race had been circulating in Fascist publications since the early years of Mussolini’s rule; it was the indirect consequence of the nationalism of a young country (“proletarian” in the terminology of Enrico Corradini, a nationalist writer and ideologist who would enthusiastically join Fascism; a terminology later taken up by Mussolini himself).

Being the “late-comer” in the international competition for the control of non-European markets of raw materials, Fascist Italy needed to justify its colonialist aggressiveness with the myth of the “civilising race”, of the evolved people who brought progress and order where only chaos and barbarism reigned. This occurred before, during and even more so after the Ethiopian war, in such a way as to activate in a racist sense a notion hitherto evoked in rather vague and mainly rhetorical terms. Few groups, not among the most influential in the regime, such as the one gravitating since 1934 around the Roman newspaper “Il Tevere”, directed by Telesio Interlandi,

---



had nurtured a racist and more precisely anti-Semitic ideology before the rapprochement between Mussolini and Hitler. The sanctions of the League of Nations after the invasion of Ethiopia and above all the war in Spain had sanctioned the alliance between National Socialist Germany and Fascist Italy. When Hitler paid an official visit to Italy in May 1938 (from the 3<sup>rd</sup> to the 9<sup>th</sup>), all public ceremonies extolled the great affinity between the Nazi and Fascist regimes. In other words, what most of the Fascist culture had contested since 1933, namely the ideal and ideological closeness between Nazism and Fascism, was now proclaimed as dogma. Not everyone, even at the very top of the regime's politics and culture, agreed with state anti-Semitism, but this was the result of the demands of foreign policy and the aim of giving new life to the fascist mobilisation of the new generation of the Italian population.

On 14 July 1938, a Manifesto of Racist Scientists was published in the "Giornale d'Italia". The text was unsigned, but the list was published on 25 July, after the authors of the document were received by Achille Starace, secretary of the PNF, and Dino Alfieri, minister of popular culture, who approved its content. The list included biologists, anthropologists, pathologists and psychiatrists. On 28 July Pius XI expressed the Catholic Church's concern about the racist attitudes that were manifesting themselves in the country, but on the same day Galeazzo Ciano informed the apostolic nuncio, Cardinal Francesco Borgoncini Duca, of the government's determination to proceed decisively with the racial question. This intention was reiterated two days later by Mussolini himself and took shape on 1 September 1938 with a series of anti-Semitic measures passed by the Council of Ministers. Foreign Jews were expelled and Italian Jews who had obtained citizenship after 1918 were deprived of it. They were excluded from teaching in state schools of all levels and their children were forbidden from attending state secondary schools. In primary schools, they were grouped and placed separately in special sections (Sarfatti 2018). The anti-Semitic persecution in Italy would take on a wide dimension of terror after the outbreak of the war and especially after the occupation of northern Italy by German troops (i.e. after 8 September 1943), resulting in deportations across the border to extermination camps in Central and Eastern Europe. At this point, the territory of the peninsula would be torn apart by two wars, both fought internally, from Rome upwards: on the one hand, the North American Allies against the German occupiers and, on the other hand, Italian partisans of the antifascist Resistance against Italians who had joined the Italian Social Republic (RSI), a neofascist regime set up in the north with Nazi support, and thus chose military collaboration with those who had become the new enemy after the armistice of September 1943 (Peli 2015; De Felice 2020a; De Felice 2020b).

---

## 15. Conclusion

Among the many dramas caused by Fascism to the Italian people was that of splitting the link between nation and freedom, between nation and democracy. This split was triggered from the very beginning of Fascist rule and worsened after 1938 when the nation was conceived and proposed according to biological-racial, almost tribal, characteristics. The country that will emerge from the twenty-year Fascist dictatorship would suffer such a profound split that it would not recover for many decades to come. The words “fatherland” and “nation” seemed to have been kidnapped by the anti-democratic and anti-liberal culture. On the other hand, the hegemonic political cultures in post-fascist Italy, Christian Democrat and Communist, both would call for internationalism and universalism, albeit with divergent reasons and aims. However, this is the risk of any nation that emerges from a long period of dictatorship: not reconciling the demands of freedom and democracy with a spirit of community co-belonging, that kind of patriotic sentiment lived as the platform on which conscious and active citizenship can be built more easily and durably (Breschi 2020).

## Bibliographic reference

- Alfieri, Giulio. *La terra che non c'era. Bonifica, colonizzazione e popolamento dell'Agro Pontino. Nuovi documenti e una ricostruzione inedita*. Siena: Betti Editrice, 2014.
- Aquarone, Alberto. *L'organizzazione dello Stato totalitario*. Torino: Einaudi, 2003.
- Breschi, Danilo. “La cultura fascista” In *Fascismo. Quel che è stato, quel che rimane*, a cura di G. Pasquino. Roma: Treccani, 2022, pp. 207-225.
- Breschi, Danilo. “La legge Acerbo e la resa incondizionata della classe politico-parlamentare italiana”, in *Parlamento e storia d'Italia*, a cura di V. Casamassima e A. Frangioni. Pisa: Edizioni della Normale, 2012, pp. 71-96.
- Breschi, Danilo. *Mussolini e la città. Il fascismo tra antiurbanesimo e modernità*. Milano: Luni Editrice, 2018.
- Breschi, Danilo. *Quale democrazia per la Repubblica? Culture politiche nell'Italia della transizione 1943-46*. Milano: Luni Editrice, 2020.
- Cassese, Sabino. *Lo Stato fascista*. Bologna: il Mulino, 2016.
- De Felice, Renzo. *Mussolini l'alleato. I. Tomo I: L'Italia in guerra (1940-1943). 1. Dalla guerra «breve» alla guerra lunga*. Torino: Einaudi, 2020.
- De Felice, Renzo. *Mussolini l'alleato. I. Tomo II: L'Italia in guerra (1940-1943). 2. Crisi e agonia del regime*. Torino: Einaudi, 2020.
- Duggan, Christopher. *Fascist Voices. An Intimate History of Mussolini's Italy*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2013.
- Gentile, Emilio. *Storia del Partito fascista. Movimento e milizia 1919-1922*. Roma-Bari: Laterza, 2021.

- Gentile, Giovanni. *Che cosa è il fascismo. Discorsi e polemiche*. Firenze: Vallecchi, 1925.
- Melis, Guido. *La macchina imperfetta. Immagine e realtà dello Stato fascista*. Bologna: il Mulino, 2018.
- Papa, Emilio R. *Fascismo e cultura. Il prefascismo*. Venezia: Marsilio, 1978.
- Papa, Emilio R. *La macchina imperfetta. Immagine e realtà dello Stato fascista*. Bologna: il Mulino, 2018.
- Peli, Santo. *Storia della Resistenza in Italia*. Torino: Einaudi, 2015.
- Pennacchi, Antonio. *Canale Mussolini. Parte prima*. Milano: Mondadori, 2022.
- Rocco, Alfredo. *La trasformazione dello Stato. Dallo Stato Liberale allo Stato Fascista*. Roma: "La Voce" Anonima Editrice, 1927.
- Sarfatti, Michele. *Gli ebrei nell'Italia fascista. Vicende, identità, persecuzione*. Torino, Einaudi, 2018.
- Tasca, Angelo. *Nascita e avvento del fascismo. L'Italia dall'armistizio alla marcia su Roma*. Venezia: Neri Pozza, 2021.
- Ventrone, Angelo. *Il nemico interno. Immagini e simboli della lotta politica nell'Italia del '900*. Roma: Donzelli, 2005.

\*\*\*

Received: April 13, 2022

Approved: June 24, 2022

---

## Dossiê: Fascismos, 100 anos depois

<https://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.38589>

### ***Education under National Socialism: Ideology, Programs and Practice***

**Educação sob o Nacional-Socialismo. Ideologia, Programas e Prática**

***La educación bajo el nacional-socialismo. Ideología, programas y práctica***

*Jakob Benecke\**

*Jörg-W. Link\*\**

**ABSTRACT:** The article provides a condensed, introductory overview of National Socialist formation education in the Hitler Youth and school. It is based on the authors' own research and relevant presentations. Education under National Socialism was characterized by the interplay of a racist worldview and the regime's totalitarian will to rule. For Nazi education, this meant that the political took precedence over all social issues, including all issues relevant from the perspective of educational theory. In our analysis, we distinguish between two levels: the level of standardization and the level of educational practices in the Hitler Youth and school. Particularly during World War II, political demands were increasingly rigidly enforced, and adolescents were increasingly instrumentalized for their purposes. The National Socialists' aspirations for total control compared to the educational reality exhibited correspondences as well as discrepancies and contradictions. Against the background of traditional tasks of education, the verdict on Nazi education from a normative point of view is clearly negative. However, if one also looks at National Socialist educational practices, one notices numerous characteristic ambivalences – between the partly contradictory demands of the National Socialist regime, but also between its educational practices and its attempts at realization. On the one hand, National Socialists achieved comprehensive

---

\* Jakob Benecke is a professor for educational science at the Mannheim Study Centre of the Alanus University. He completed his doctorate and habilitation at the University of Augsburg after studying Education. He has held the status of *Privatdozent* (PD) there since 2019. His work focuses on the historical analysis of education and educational conditions during the two dictatorships in 20th Century Germany. E-mail: [Jakob.Benecke@alanus.edu](mailto:Jakob.Benecke@alanus.edu)

\*\* Jörg-W. Link is an Associate Researcher at the Department of Educational Science at the University of Potsdam. After studying History and German for a teaching profession at the universities of Mainz, Bonn and Marburg, he completed his doctorate at the University of Potsdam in 1998 with a thesis on the history of education. In 2022 he habilitated at the University of Augsburg and received the *Venia Legendi* for Educational Science, with special consideration of Historical Educational Research. His research interests include German school and educational history in the 20th century. E-mail: [link@uni-potsdam.de](mailto:link@uni-potsdam.de)

formative successes, while on the other hand they often failed because of their totalitarian objectives.

Keywords: National Socialism. Racism. Education. Hitler Youth. School.

RESUMO: O artigo proporciona, de forma introdutória, uma condensada visão panorâmica sobre a educação formativa do nacional-socialismo nas Juventudes Hitleristas e na escola. Sob o nacional-socialismo, a educação se caracterizou pela interação de uma visão racista do mundo e da vontade totalitária do regime. Para a educação nazista, o político prevaleceu sobre todas as questões sociais, incluindo aquelas de relevância a partir da perspectiva da teoria da educação. Em nossa análise, distinguimos entre dois planos: da padronização e das práticas educativas nas Juventudes Hitleristas e na escola. Em particular durante a Segunda Guerra Mundial, as demandas políticas se aplicaram de forma cada vez mais rígida e os adolescentes estiveram submetidos a uma crescente instrumentalização. Comparadas com a realidade educacional, as pretensões nacional-socialistas de controle total, apresentavam correspondências, assim como discrepâncias e contradições. No contexto das tarefas tradicionalmente designadas a educação, o veredito sobre a educação nazista a partir de um ponto normativo é claramente negativo. Entretanto, se olharmos também para as práticas educativas nacional-socialistas, nota-se numerosas ambivalências características, entre as demandas parcialmente contraditórias do regime nacional-socialista, mas também entre as práticas educativas e suas tentativas de realização. Por um lado, os nacional-socialistas conseguiram sucesso formativo, enquanto, por outro lado, fracassaram muitas vezes devido a seus objetivos totalitários.

Palavras-chave: Nacional-Socialismo. Racismo. Educação. Juventudes Hitleristas. Escola.

RESUMEN: El artículo proporciona, a modo de introducción, una condensada visión panorámica sobre la educación formativa nacionalsocialista en las Juventudes Hitlerianas y la escuela. Se basa en las propias investigaciones de los autores y en sus presentaciones más relevantes. Bajo el nacionalsocialismo, la educación se caracterizó por la interacción de una visión racista del mundo y la totalitaria voluntad de gobierno del régimen. Para la educación nazi, esto significaba que lo político primaba sobre todas las cuestiones sociales, incluyendo aquellas de relevancia desde la perspectiva de la teoría de la educación. En nuestro análisis, distinguimos entre dos planos: el plano de la estandarización, y el plano de las prácticas educativas en las Juventudes Hitlerianas y la escuela. En particular durante la Segunda Guerra Mundial, las demandas políticas se aplicaron de forma cada vez más rígida y los adolescentes estuvieron sometidos a una creciente instrumentalización. Comparadas con la realidad educativa, las pretensiones nacionalsocialistas de control total presentaron tanto correspondencias como discrepancias y contradicciones. En el contexto de las tareas tradicionalmente asignadas a la educación, el veredicto sobre la educación nazi desde un punto de vista normativo es claramente negativo. Sin embargo, si se mira también a las prácticas educativas nacionalsocialistas, se perciben numerosas ambivalencias características, entre las demandas parcialmente contradictorias del régimen nacionalsocialista, pero también entre las prácticas educativas y sus intentos de realización. Por un lado, los nacionalsocialistas consiguieron amplios éxitos formativos, mientras que, por el otro, fracasaron a menudo debido a sus objetivos totalitarios.

Palabras clave: Nacionalsocialismo. Racismo. Educación. Juventudes Hitlerianas. Escuela.

### How to cite this article:

Benecke, Jakob; Link, Jörg-W. "Education under National Socialism: Ideology, Programs and Practice". *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 64-100.

\*\*\*

Meyer's Lexikon, one of the most renowned German-language encyclopedias of the 20<sup>th</sup> century, describes "education" in the 1937 edition as "the shaping of the *Volksgenosse*" with all his abilities and powers into a mature, strong-willed, and highly principled personality within the framework of the *Volksgemeinschaft* (Bibliographisches Institut, 1937, 1068)<sup>1</sup>. The superordinate goal of education was no longer "a harmonious, all-round educated, but autonomous individuality" (ibid., 1068), but was now "the creation of a new type of human being" (ibid., 1069). Enumerated as "main goals of National Socialist education" are: "physical exercise, understanding of and certain feel for race, soldierly discipline, manliness, comradely spirit, readiness to take responsibility, willpower and determination, discretion, willingness to make sacrifices, loyalty, honor and other racially based and nationally bound character values", which "must be carefully cultivated"; girls' education, too, would "again receive its natural domestic motherly character" (ibid., 1070). The classical instances of education and socialization, the family, schools, and groups of people (in contemporary parlance, "community alliances"), were ideologically placed under the ideal of the "Nazi movement" and uniformly oriented, with the "camp and the community gaining an ever-greater stake in state education as well" (ibid., 1070).

Formation, breeding, type of person, race, *Volksgemeinschaft*, camp – these National Socialist terms, recorded here as publicly accessible encyclopedia knowledge about education, points to the ideological core of National Socialist education. At the same time, they show that even supposedly objective encyclopedia knowledge took on ideological perspectives. A break with traditions in education was claimed and a totalitarian grip on the field of education was formulated.

How were these totalitarian ambitions ideologically justified? Which educational norms and programs were derived from this ideological basis? Which educational practices have been handed down from the Nazi era? How did these educational practices relate to totalitarian norms? These

---

<sup>1</sup> Author's note: All originally German source material used in this article was translated to and cited in English by the authors themselves.



are the core questions of our contribution, which attempts to provide a highly compacted introduction to the topic of “Education under National Socialism” that is didactically reduced to central contexts. The basis of our contribution is, on the one hand, our own relevant research (Benecke 2013, 2015; Link 1999, 2011, 2015) as well as the introduced overall presentations on the topic (Horn & Link 2011; Keim 1995, 1997; Lingelbach 1987; Scholtz 1985). This article is divided into three sections, each of which differentiates between the levels of a normative ideology or programmatic and the levels of educational practices. First, we outline the ideological background and the pedagogy derived from it (1); in the following sections, we take exemplary looks at educational programs and practices in Hitler Youth (2) and school (3) and conclude by suggesting possible effects and impacts in each case.

## 1. Ideological background and educational consequences

### 1.1 On the ideological background

After rising to power in the spring of 1933, the Nazi regime sought an increasingly totalitarian grip on adolescents and adults within the propagandistically proclaimed *Volksgemeinschaft*. This was ideologically and politically predisposed on a superordinate level: On the one hand, from the claims of racial ideology (*Volksgemeinschaft* vs. “foreign races”), on the other hand, from the endeavor to permanently secure and ever further expand one’s own rule. The interplay or interrelationship between the dimensions of selective racist ideology and an integrating and apprehending rule with a totalitarian design generated the specific horizon of all Nazi education (Benecke 2015, 27 ff.).

Biologically based racism is at the core of the National Socialist worldview (Schmuhl 1992, 215ff.), which differentiated hierarchically between “superior” and “inferior” races and attributed to them allegedly unchangeable racial characteristics. The regime’s ideology shaped the programming and legitimation of the corresponding practices in all political spheres of Nazi rule. In varying speed and extent, the corresponding proclaimed patterns of interpretation systematically also infiltrated the fields of education (Keim 1995, 95ff., Harten et al. 2006, 66f., Horn & Link, 2011), without being able to predispose their contents entirely (Tenorth 2006).

The coexistence of terror and violence on the one hand and the almost frictionless enforced conformity of German “Aryan” society on the other characterize the ideological practice of rule by the Nazi system. The simultaneity of “beautiful appearances” and “violence of fascism” (Reichel 1994) led to a conflicted mixture of participation and distance among the population throughout the entire Nazi period. As a worldview that could be interpreted in many ways, Nazi ideology

---

simultaneously opened up options for people to interpret it subjectively as well as to actively integrate into the Nazi system of rule, thereby stabilizing the system (Steuwer 2017). The Aryan-defined *Volksgemeinschaft* was staged aesthetically and propagandistically. Examples of this include the Nazi Party rallies in Nuremberg. Against the supposed chaos of a modern world, the National Socialists relied on order and discipline, on leadership and loyal following, on registration, control, and selection, and staged these patterns of rule aesthetically in the public sphere as well as in ideological training camps in an aesthetic-educational manner. These training camps were established for almost every group of the population beyond everyday life, and the *Volksgemeinschaft* was respectively staged in a ritualized way on a small scale. The concept of the *National Socialist Volksgemeinschaft utopia* “aimed at the formation of an ideologically homogeneous, socially adapted, achievement-oriented, and hierarchically structured society by means of educating the ‘well-behaved’ and ‘weeding out’ the supposedly ‘ill-begotten’” (Peukert 1982, 295). In this ideological-functional and greatly expanded conceptualization, *education* became an instrument for securing the rule of a dictatorship (Lingelbach 1987, 31) that wanted to “construct the entire society as an oversized educational space [...]” (Tenorth 2008, 267). The Nazi state therefore saw itself as an *educational state*. The introduction of this term as a designation in education as well as a corresponding concept of education was provided by the National Socialist pedagogue Ernst Krieck (1935) – along with Alfred Baeumler, one of the leading National Socialist educationalists. His term was often used by regime representatives to characterize the Nazi state.<sup>2</sup> Education was defined by its functioning dependence on political rule. Differences between educational and political objectives were to be completely overcome in the vision of an “educational state”:

The total, organic state (is), considered according to its effect on the state members, an educational state. Through its whole being and life, through its structure, its functions, and its institutions, it forms everything that lives and grows in it according to its norms and to its aims. Every political function of the state is at the same time an educational function. He testifies to himself as the most powerful and noblest educator. For him, shaping people is not a task alongside others, but a side of all his tasks (Sturm 1938, p. 93).

However, talk of the “educational state” should not be interpreted in the sense that its implementation was a uniform and unifying National Socialist formative education, which succeeded smoothly and actually led to the “enforced conformity” of a completely indoctrinated population. Although it had some effect as a propagandistic promise of the future (Schmiechen-Ackermann 2012), recent research on the *Volksgemeinschaft* has already shown that, where it was proclaimed to have been realized, it was mostly characterized by clear (often simply persisting)

<sup>2</sup> On the other hand, Scholtz (1998) is critical of the suitability of the term “educational state” as a historical-analytical designation of the educational reality of the time, citing normative concerns and a terminological misappropriation of the Nazi-specific processes of exclusion and selection.

social inequalities (Bajohr & Wildt 2009; Reeken & Thießen 2013; with regard to the HJ: Benecke 2015, Postert 2021). In this context, structural features specific to the regime could also have a reinforcing effect. For example, when disputes over competencies, as they regularly arose in the polycracy of the Nazi system of rule, led to friction losses in the implementation of a closed formation education, as there was competition between the claims to responsibility between the party (functionaries, associations, organizations) and the state (ministries, institutions). A vivid example from this context would be the ongoing conflicts between the *Reich* Youth Leadership of the HJ and the *Reich* Ministry of Education (REM) under Bernhard Rust (Nolzen & Schlüter 2011; Nagel 2012) or the competence disputes regarding the National Socialist training of teachers (Kraas 2004, 2011).

This “educational state” should also not be understood as if educational science had been “elevated to the status of a state-supporting science under the Nazi regime and systematically brought into line and expanded” after the seizure of power (Heinze & Horn 2011, 320). Rather, the opposite is the case, because “educational science [was] exposed to a process of decay during the period of National Socialism” (ibid.), which also manifested itself in job cuts at the universities.

## 1.2 On the educational consequences

Above all, stakeholders strategically used Adolf Hitler's “Mein Kampf” as a programmatic basis and appellate authority for the intended regulations and measures in the field of education, particularly against the backdrop of the ideological and programmatic indeterminacy of Nazi ideology in the educational sector. Hitler's educational views can be summarized in a few statements, but they ultimately represented the argumentative guidelines for all measures in the field of education, no matter how generally they were formulated. His pedagogy can be reduced to the core statement that the “entire educational work of the nationalist state [...] must find its culmination in the fact that it instinctively and intellectually burns the sense of race and racial feeling into the hearts and brains of the youth entrusted to it” (Hitler 1943, 475-476). The educational work of the nationalist state was “primarily not to be gearing towards injecting mere knowledge, but to the breeding of healthy bodies” (ibid., 452).

An excerpt from Hitler's speech in Reichenberg (Sudetenland) on December 2, 1938, which is often quoted in publications on the history of education, exemplifies that the use of the formative influence of organizations represented a central approach in a transfer of ideologically derived claims into National Socialist educational practices:

These young people learn nothing other than to think and act German. And when this boy and this girl, at the age of ten, come into our organizations and there, so often for the first time ever, get and

---

feel a breath of fresh air, then four years later they come from the “Jungvolk” into the Hitler Youth, and there we keep them again for four years. And then we certainly don’t give them back into the hands of our old class and status generators [audience reaction: laughter], but then we take them immediately into the party or into the labor front, into the SA or into the SS, into the NSKK and so on. And if they are there for two years or one and a half years and should not yet have become whole National Socialists [laughter], then they come into the labor service and are ground there again for six and seven months. All with one symbol, the German spade. [And then whatever class consciousness or class conceit should still be there or there after six or seven months, the Wehrmacht then takes over for further treatment [applause] for two years. And if they then return after two or three or four years, then we take them, so that they do not relapse under any circumstances, immediately back into the SA, SS and so on – and they are no longer free their whole lives! [Applause, shouts of “Heil”]. And they are happy to do so” (own transcript based on an archived audio document (source: Deutsches Rundfunkarchiv (DRA), archive no. 00 2590330)).<sup>3</sup>

This excerpt contains some of the systematic foundations of Nazi pedagogy. First, the pronounced educational optimism – the speech shows no doubts about the effectiveness of the propagated educational measures. Secondly, the indication of a target group through the indirect reference to the supposed *leveling* of all social inequalities by the *Volksgemeinschaft*, which was in fact never realized. The organizations mentioned in the speech were supposed to fit seamlessly into a homogenously formative overall structure of institutions directed by the regime or at least reliably acting in its interests.

The educational principle was therefore clear: a lifelong registration of all female and male *compatriots* by organizations and institutions, which all acted in a complementary manner to form the regime. Another characteristic of Nazi pedagogy was the abolition of all age limits and of the view that education was a social process that was in principle administered by representatives of an older generation to those of a younger generation. Continuous recording was intended to ensure one thing above all: lasting promotion and safeguarding of what was euphemistically called *education* in accordance with the political goals of the Nazis. Thus, one last central characteristic of Nazi pedagogy is mentioned: the unconditional primacy of the political over all conceivable social, including all educational, claims. Between this totalitarian attitude of entitlement and the realities of education there were correspondences as well as differences and disruptions.

In the practice of National Socialist education, these educational principles were to be applied in ways – as stated by the at the time contemporary Karl Friedrich Sturm (1880-1942), an academic student of Ernst Krieck,

that let the pupil become active and stimulate spirit, soul and body in equal measure. Thus, it comes about that the enlightenment of the mind is no longer the first and foremost priority of National Socialist education. Mere enlightenment easily has a separating and disintegrating effect. Rich knowledge alone by no means compels to action. That is why nationalist and political education

<sup>3</sup> On the often – almost exclusively unconscious, through the uncontrolled passing on of older citations – erroneous reproduction of this passage from Hitler's speech, cf. Benecke, 2020, p. 45 ff.; probably the most conspicuous falsification is the fact that the female gender is often omitted and only "these boys" are mentioned. The latter abbreviation corresponds to a reception of Nazi pedagogy after 1945 that reflects gender-stereotyped Nazi propaganda, but not the reality of the time.

rather work with symbols than by exercising the mind. The swastika and the Hitler salute, the belief in blood and soil and in the Third Reich contain binding forces. They form and shape people just as unerringly as the elemental force of rhythm, which is expressed in the marching of the storms behind the swastika flag, in the common singing of the Deutschland- and Horst-Wessel-song. The method of this education uses repetition, habituation, practice, rhythm and symbolism, and is thus first and foremost discipline (Sturm 1938, 107f.).

Here, Sturm describes very precisely the methods and means of National Socialist formation education (*Formationserziehung*). This can be defined with Herrmann (1994, 107) as (1) shaping the form of experience and thereby shaping the form of consciousness and (2) as education through and in the formations of the movement or the party and the National Socialist state.

National Socialist formation education thus worked with recurring staging of communal rituals and experiences in mostly public spaces, such as the roll call to the flag, the singing of certain songs, the performance of commemorative ceremonies or the Hitler salute at school, as well as musically accompanied marches, trips, cross-country games, or camp experiences in the Hitler Youth. Repetition, rhythm, and symbols shaped such staging of the world and one's own experience of the world, and thus also perception. Surviving photographs, for example, show a bird's-eye view of how a large, uniformed HJ formation lined up in the shape of a swastika in natural surroundings while symmetrical implementing swastika flags. Individuals of the uniformed persons cannot be recognized from the distance and the bird's eye view in front of the "German forest," only the flag bearers stand out from the masses. National Socialist formation education can hardly be staged and depicted more strikingly (cf. Arthur Grimm: HJ im Sommer-Ferienlager: Die angetretenen Teilnehmer bilden eine Hakenkreuz-Formation (1934), image no. 00005022, inventory no.: Gm NS00-30, available at: <https://www.bpk-bildagentur.de/shop>). Such staging affected the emotions and were presumably more sustainable than cognitively oriented ideological training.

For the realization of this National Socialist formation education, a visibly ubiquitous system of camp education (Kraas 2011) was established, which was expected to have a high inclusion effect. For in the camps, far from the potentially relativizing influences of everyday life, formative communal experiences could be ritualized and staged and experienced in a way that was oriented toward military forms, among other things. In contrast, the National Socialists attributed less formative influence in the sense of ideology to the classic socialization instances of family and school than to their own organizations (on the BDM: Miller-Kipp 2002; on the male HJ: Buddrus 2003, Benecke 2013) or the integration camps<sup>4</sup>. Their influence on the children and adolescents

<sup>4</sup> According to Krause-Vilmar, two fundamentally different categories can be distinguished with regard to the Nazi camps: The integration camps, which aimed at the comprehensive integration of the *Volksgenossen* into the Nazi system of rule, and the exclusion camps, which endeavored to keep "racial" or political elements judged by the regime to be detrimental away from the *Volksgemeinschaft* (Krause-Vilmar 1984, 36). The latter category would also include "youth concentration camps" (Neugebauer 1997; Limbacher, Pfefferle & Merten 2000). The third category would be the

could hardly be controlled to the same extent, given their evolved institutional structures (school) or their privacy (family) (Miller-Kipp 2010).

In analyzing and assessing National Socialist education, it is both useful and necessary to distinguish between different phases of National Socialist educational policy, which Harald Scholtz already correctly described in 1985 (Scholtz 1985) as follows: 1st phase: seizure of power and securing power (1933 to 1936); 2nd phase: display of power and preparations for war (1937 to autumn 1940); 3rd phase: expansion of power and internal disintegration (1941 to 1945).

All in all, the available research findings – unsurprisingly – show contradictions and differences between the formulated unmitigated claim and the different educational realities, which will now be examined by way of example.

## 2. Exemplary fields of practice I: the Hitler Youth (HJ)

### 2.1 Standardization and program: educational mission and structure of the Hitler Youth

After the National Socialist takeover, the HJ, as the youth organization of the “Führer”, was ideologically, programmatically, and practically the central place for the targeted internal and external gathering of female and male youth from the *Volksgemeinschaft*. With their governance, the regime particularly hoped to establish its own power and maintain it in the long term. “The NSDAP and the government it supported created a system of youth registration and mobilization in National Socialist Germany that was unprecedented, at least in the Western world” (Buddrus 1993, 266). In an effort to integrate adolescents not only extrinsically, but above all emotionally, aesthetic educational experiences were consistently staged during service execution with formative intent. To this end, the Hitler Youth adopted and instrumentalized stylistic elements, symbols, terms, and manners from the bourgeois youth movement. They used precisely those that could be “excellently used to lure male youths in particular into the Jungvolk and the HJ (travel and camp life, fire romance, song material, dress, etc.)” (Reulecke 1993, 230).

The *formal* basic structure of the Nazi youth organization was established as late as 1933 under the name Hitler Youth (as an overall organization with its four separate formations). Female adolescents were initially to pass through the “Band of German Maidens in the Hitler Youth” as “junior girls” (*Jungmädel*, abbreviated JM) between the ages of 10 and 14 and then, at 14 to 18, become members of the “Band of German Maidens” (*Bund Deutscher Mädel*, abbreviated BDM).

---

extermination camps, whose inhumane mission during the Shoah consisted solely in the mass extermination of human life.



For their male peers, service as “rascals” (*Pimpf*) in the “German Youngsters in the Hitler Youth” (*Deutsches Jungvolk in der Hitler-Jugend*, abbreviated DJ) was planned from the age of 10 to 14, followed by membership in the “Hitler Youth” for boys (*Hitler-Jugend*, abbreviated HJ) until the age of 18.

With the dual objective of preparing young people for specific fields of activity in the event of war on the one hand and offering them specific organizational opportunities on the other, the Reich youth leadership also created a number of HJ “special units” from the mid-1930s onward that were intended to provide the respective German Armed Forces and SS units with specially trained recruits (Buddrus 2003, 186). Classic special units were “Motorized-HJ,” “Flyer-HJ,” and “Communications-HJ.” Their strength was ultimately to amount to one-third of the total HJ (on the inclusion motivation resulting from the special units: Benecke 2015, 64). In keeping with the Nazi inclusion strategy of seduction on the one hand (see the offer of the special units) and leadership on the other (implemented in the HJ by means of the controlling and, if necessary, sanctioning forms of action: “record, monitor, regulate, punish” (Buddrus 2003, 368), the Reich youth leadership also established a supervisory instance within the organization: the organization’s own “patrol service” (*HJ-Streifendienst*, abbreviated SRD), introduced in 1935 (ibid., 369). The SRD, too, had a dual strategic function: On the one hand, it exercised organizational control over its members and was also intended to provide the SS, whose structures it was modeled on, with pre-trained new recruits; on the other hand, it offered interested adolescents a field of activity that promised participation in power and suggested the special meaningfulness of their own actions. This example of “patrol service” leads to the general motivation for inclusion already mentioned, which was strongly effective among the adolescents, through the awarding of propagandistic recognition and real leadership positions in the youth organization. The subjectively perceived appeal of the offer to perceive oneself as politically active for the regime, thus a relevant part of the apparatus of power. By means of proven usefulness of outstanding importance for goals transfigured by propaganda, developed considerable emotional binding power. Thus, for example, the contemporary witness “Rudolf” in Dan Bar-On retrospectively stated:

“I had some experiences in the Hitler Youth that were particularly striking for me – for example, when I was promoted. Those were moments when the soul was whipped up again. [...] There was always a very martial atmosphere, fire, torches in hand, and songs were sung in a minor key [...] The cord was attached here, and then you walked through the streets with your chest swollen with pride and felt like a little representative of National Socialism” (1996, 264).

The example not only exemplifies the effectiveness of inclusion promotion by means of seductive awarding of advancement experiences within the organization’s own hierarchy, which produced a total of about two million young BDM leaders (Miller-Kipp 2006, 213). It also reveals

---

how smoothly a self-perception as politically active and effective could emerge given suitable patterns of experience.

Thus, quite a few adolescents felt strengthened by the propagandistic revaluation of “youth” in general and by means of its organized form in particular in the face of conventional claims to subordination (for example, on the part of a patriarchally led parental home or school and denominational authorities). Precisely for this reason, however, they rarely distinguished themselves from the Nazi youth organization. A vivid example is provided by the report of a former member of the Band of German Maidens (BDM) about her feelings at the time as a member of the youth organization:

“I sang songs of freedom with a ‘beaming heart’ and felt free: free from the oppression of the dreaded father, free from the constraints of the old-fashioned upbringing of daughters, free from the pressure for good grades of ‘politically unreliable’ teachers, free from the imposition of having to think about political dissidents. The word ‘freedom’ had an effect on me, the twelve- to fourteen-year-old, like a drug that obscured its distorting content. Thus, I could feel free and yet be in bondage to every command” (the former Young Maiden and BDM leader Renate Finckh, quoted in Hübner-Funk 2005, 179).

Whether such patterns of experience – it should be remembered that for many female adolescents at the time, the BDM as a mass organization represented the first option to participate in youth organizational activities – constituted emancipation in today’s understanding is certainly disputed in research on the history of education (on the topic as a whole: Benecke 2015, 172 ff.). Ultimately, the verdict depends on how one’s own position with regard to the fact that, at least in terms of educational history, the experiences of the BDM members were a “release to new subjugation” (Tenorth 2008, 262).

For the regular HJ, the official definition of the target group was based on the fundamental categories of “race” and “blood” (Dietze 1939, 74f.). Since the mid-1930s, the so-called “Aryan certificate” was necessary to be admitted to the HJ or assuming a leadership function. Since the summer of 1936, i.e., even before the enactment of the HJ law, members had to prove by means of a comprehensive “proof of descent” “that there had been no ‘ancestors of colored or Jewish blood’ in their families since January 1, 1800” (Kollmeier 2007, 96).

To summarize the development of the HJ as a youth organization: Although there were deviations of the BDM from the “obligatory directive [...] of the history of the HJ” within the individual phases, especially with regard to the tasks directed at the female sub-association and its concrete service organization (Miller-Kipp 2002, 20), a common phase structure can be discovered for the association in its entirety. If one adds the period before 1933, it is possible to identify phases (cf. Benecke 2013, 28 ff. on the developmental steps of the youth organization that took place in each of these periods):

- 1) An antecedent to the period of formation or “struggle” (from 1922 or 1926 [for the BDM 1923 or 1932] to 1933),
- 2) A Phase of Enforcement (1933-1936),
- 3) A phase of youth work or “education” (1936-1939),
- 4) A final phase of the war period (1939-1945).

The development of the HJ before and during the Nazi era thus largely corresponds to the phase pattern presented at the beginning for Nazi rule and its educational staging as a whole. Since the popularity of the National Socialist youth organization among adolescents from the *Volksgemeinschaft* did not increase to the desired extent despite propagandistic idealization and social pressure, the regime initially reacted on a formal level. The culmination of the second phase of HJ development came with the passage of the “Law on Hitler Youth” on December 1, 1936, which the Reich youth leadership viewed, with some justification, as the key to realizing its own claim to totality (Buddrus 2003, 250). Of crucial importance was § 2 of the law:

Apart from the parental home and school, the entire German youth is to be educated physically, mentally, and morally in the spirit of National Socialism for service to the people and to the *Volksgemeinschaft* in the Hitler Youth (quoted in Benecke 2013, 180).

Since this legal definition of the HJ as the only recognized youth organization significantly increased membership rates in conjunction with other influences. A steady increase in social pressure, but also economic constraints played their part: from 1935 onward, for example, it became noticeably more difficult to find an apprenticeship without belonging to the HJ. Since these measures still did not suffice for the regime’s determination to seize total control, further measures followed. The increasing intensification of taking the youth into service through the HJ during this last pre-war phase found expression in a total of three so-called “executive ordinances” to the “Hitler Youth law” (Benecke 2013, 204 ff.). While the first executive decree once again reiterated the main points of the 1936 law, executive decrees 2 and 3 were crucial to the process of nationalizing the youth. The second decree, dated March 25, 1939, made membership in the HJ mandatory for all adolescents in Germany between the ages of 10 and 18, in the sense of what was now officially a “youth service obligation”. Only with its establishment was membership in the youth organization de facto compulsory (Buddrus 2003, 277). This meant, at least legally, the final departure from the principle of voluntariness (ibid.). Section 9 of the second executive order specified the date on which every girl and boy born in the same year had to enroll in the Hitler Youth (March 15) and the date of closed admission (April 20, Hitler’s birthday). At the same time, an official catalog of penalties for violations was formulated. Ultimately, neither before the enactment of the HJ law of 1936 can a complete voluntary membership actually be stated, nor for

the time after that or after the enactment of the implementing ordinances of 1939 can it be assumed that membership in the HJ was enforced, since after that and especially during the war – with simultaneous tightening of the sanctions for evasion of the “youth service obligation” – the logistical prerequisites for a complete compulsory registration of the relevant cohorts were often not fulfilled. This applied “only from 1941/42, comprehensively only from 1943 [...] at a time when there were only limited possibilities for the Reich Youth Leadership to act” (ibid., 250). In retrospect, therefore, the apparent paradox remains that, regarding membership in the HJ, there was never any real voluntariness for the target group between 1933 and 1945, and likewise an actually unavoidable forced membership could not be realized at any time until the end of Nazi rule. All in all, it can be said that after the Nazi takeover, the regime’s youth policy was characterized by a steadily increasing desire to register young people across all phases. Accordingly, a considerable increase in the number of HJ members was achieved: About 30% (2.3 million members at the end of 1933) as an average for the first phase of Nazi rule (1933 to 1936); about 65% (5.6 million members already at the end of 1937) during the second (1936 to 1939); about 85% (8.7 million after the enactment of the “executive ordinances” in March 1939) during the third. In the last phase, certain constellations (concerning individual age groups) could also result in registration rates of over 90% (Benecke 2013, 41 f.).

The contradictions between the simultaneous demands of an ideology of selection (racism, “hereditary health”) and a totalitarian will to record were characteristic of Nazi rule as a whole and were also evident in the HJ in the form of gray areas when it came to recording (Benecke 2015, 161 ff.). One of these gray areas was the HJ’s own “Special Brigades” (*Sonderbanne*), meaning that members with certified disabilities were separated within the organization due to ostensibly “biological heredity” (*erbbiologisch*) criteria (VHB. HJ, vol. II, 1942, 55 and 60). In March 1934, the Reich Youth Leadership approved the “B-Brigade” (blind), in December 1934 the “G-Brigade” (deaf) was approved, and in July 1935 the “K-Brigade” (physically disabled).

## 2.2 Activities and pedagogical practices in the HJ

In its everyday practices, the HJ met its female and male members with an inclusion strategy tailored to gender stereotypes. This can be differentiated as external and internal inclusion. The *external* collection and formation were carried out through an increasingly intensified program of physical training. This was primarily oriented toward military competence requirements (Buddrus 2003, 224ff.) and, with the help of numerous competitions and the awarding of performance badges, endeavored to mobilize young people’s willingness and ability to perform. In general, a well-founded training in shooting and cross-country service was to take place. In addition, the

---

aforementioned HJ's "special units" were to supply the respective German Armed Forces and SS units with specially trained junior personnel. To ensure that no psychological inhibitions would later stand in the way of wholehearted (wartime) deployment, tests of courage were repeatedly staged in the various contexts of organized education, including HJ service, which often led to physical injuries (broken bones).<sup>5</sup> Since 1940/41, the supply function for the German Armed Forces and Waffen-SS finally became the central task of the HJ service (ibid., 202) and the physical training there was tailored accordingly. Any educational responsibility for the individual youth members or the collective of adolescents was thus unreservedly given over to the primacy of the political, the priority of the ideologically based political goals of the regime.

The *Reich's* youth leadership sought to lay claim to the "inner self" in various ways. A combination of indoctrinating and aesthetic-emotional overpowering strategies were used. Targeted indoctrination was the task of the HJ's training work (Buddrus 2003, 60), as it characterized its social evenings (*Heimabend*) in particular. Since 1935, the four-tiered system of ideological training (general unit training and three-tiered leader training), which was gender-specific in content, had been established. The center and basis of a mental ideological compilation of the HJ members was the social evening to be held on Wednesdays. For this purpose, the *Reich* youth leadership fortnightly issued social evening folders that were uniform throughout the *Reich*. Each folder focused on one topic; the contents were kept in a question-and-answer structure. According to the responsible department of the *Reich* youth leadership, these folders were not to be "overloaded with dry, scientific treatises," but rather were to be "lively" and completely worked through during the weekly meetings (ibid., 62). In addition to the transfigured presentation of the alleged racial roots of the "Aryan national community" (ibid.) and propaganda that was increasingly whitewashing the war (ibid., 68), which presented the "front experience" as a practical test worthy of pursuit, intensive racial-political training had already been part of the program of the social evenings and the HJ training work in general since 1934 (ibid., 69). The enactment of the "Nuremberg Laws" (Sept. 15, 1935) led to a radicalization here as well (ibid., 72). Through a steady expansion, this area became the central dimension of ideological training in the HJ by 1938 (ibid., 76). During the war, the social evenings lost much of their quality, partly due to the lack of HJ personnel, and in view of the immediate wartime deployments, they also lost importance. In the end, the social evenings took place only monthly, if they could be held at all (ibid., 87 ff.).

---

<sup>5</sup> During the peacetime years after 1933, more than 600 members of the youth organization died in regular HJ service (e.g., from drowning or colds, in traffic or sports accidents, during off-road games, or accidents with firearms) – outside of the conflicts that were ostensibly existential for the nation and the race. In the eyes of the *Reich* youth leadership, they represented above all a propagandistic nuisance (Benecke, 2015, 107 ff.).

These elements of mental engagement were supplemented by the messages of a massive propagandistic media work specific to the HJ (Buddrus 2003, 91). This included a pronounced commitment to the HJ press, HJ-specific youth literature, HJ oratory, HJ radio activities, HJ film work, and HJ cultural work, and its content was always closely aligned with the general HJ service (Benecke 2022a). During the war, it took on increased importance as a multiplier of Nazi propaganda (Buddrus 2003, 125). The HJ relied even more one-sidedly on an emotional engagement in the context of its formation education through a pronounced use of aesthetic educational arrangements: “In festivals and celebrations, cults and rituals, images and symbols – in these ritualizations, the regime conveyed its reality in an effective way, with the result that *this* reality was often no longer distinguishable from reality” (Herrmann & Nassen 1994, 9, emphasis added by the author). In addition to its mediation agitation via the above-mentioned media channels, the HJ also established an abundant array of symbolic staging in which young people could and should actively participate in order to experience “comradely” community and to perceive themselves as effective in the process. In addition to the larger marches and mass rallies, the festivities of the National Socialist liturgy were also adopted and celebrated in the ranks of the HJ (Reichel 1994, 116 and 209). The HJ uniform possessed great symbolic powers of inclusion, as it conveyed belonging and social status. Recent research has shown that the emotional “legacies” resulting from all this remained much more stable after 1945 than was the case for the after-effects of ideological indoctrination (Welzer 1997).

The wartime missions of the HJ of both sexes, especially the active military missions in direct combat, continue to be a blind spot in many accounts of the youth organization (on the BDM: Miller-Kipp 2002, 303; on the male HJ: Buddrus 2003, XIII). As the above remarks already indicate, however, they can be seen as the actual programmatic target dimension of all HJ practices (Benecke 2013, 42). At first, the focus was on pre-military training and the promotion of willingness to serve, and later the direct wartime deployment of increasingly younger members of the organization. The abdication of all educational responsibility mentioned above reached its depressing climax here. The consequences of the wartime missions and thus the proof of the unreserved political functionalization of the youth in the sense of the first motive of the above systematization, which was always pushed by the *Reich* youth leadership (Buddrus 2003), were ultimately clear: “Of the ‘typical’ HJ cohorts, i.e., the boys born between 1921 and 1925, an average of 34.8 percent of a year died in the Second World War” (ibid., XXXII).

Like the active wartime missions, the numerous and diverse participations of the Nazi youth organization in the crimes of the regime – from defamatory attacks on political opponents, dissident youth or “foreign peoples” to active participation in the murder of Jews in the context of

---



the so-called “final phase crimes” during the last years of the war – represented a persistent desideratum in the history of education (ibid., 55). These references alone, however, lead any subsequent talk of an allegedly apolitical organization, the HJ, ad absurdum.

### 2.2.1 The subjective perception of the HJ by its members

The subjective perception of the HJ by its members can be subdivided – in a highly simplified way – into the antagonistic categories of attractiveness and distance-creating experiences. The individual attitude toward the “youth organization of the leader” was shaped by very different factors, such as age, one’s own dispositions, the milieu of origin and the socialization experienced there, as well as the timing of service and the concrete form in which one encountered it (for example, in the form of the respective local leaders). As a rule, a conglomerate of several influencing factors came into play that was difficult to resolve, in which gray areas could be identified that were characterized by the superimposition, juxtaposition, and succession of seductive and repulsive moments of perception. The appeal of Hitler’s youth to the children and adolescents of the time can ultimately be broken down into four dimensions, which must be further differentiated in individual cases. They sometimes reinforced each other, and their effectiveness could be increased by three age- or society-specific factors (Benecke 2013, 82):

- 1) *Life prospects*: Participation in the youth organization of the NSDAP seemed to offer adolescents an increased potential for experience and, in some cases, considerably improved prospects for the future. The latter went hand in hand with a perceived improvement in their own status, i.e., their social standing and the recognition associated with it.
- 2) *Meaning of life*: Membership in the HJ was often associated with the feeling of standing up for a cause of superordinate value and making an important contribution to it oneself. The individual HJ leaders, Nazi propaganda, and countless productions of formative aesthetic education were instrumental in convincing them of this.
- 3) *Activism*: Daily life in the HJ offered young people countless opportunities for physical activity, adventure, and thrills, as well as for active self-affirmation, proving one’s success, and receiving recognition in the form of institutionalized “services.”
- 4) *Environmental pressure*: External factors that urged children and adolescents to participate in the Hitler Youth were by no means necessarily experienced by them as negative and burdensome. This was true only if a negative or at least distanced attitude toward the Nazi youth organization had already existed beforehand. If the inclusive group dynamics of

family, teachers and, above all, peer group met with a neutral or already positive attitude toward the HJ, it often had the effect of increasing its appeal or at least being motivating.

The individual qualities of the Nazi mediators experienced in each case could have a reinforcing effect on the subjective perception of the HJ by its (potential) members. According to personal and developmental dispositions, adolescents had different needs regarding the qualities of a leader within the HJ. Numerous reports make clear that the concrete degree of devotion to the National Socialist youth organization also depended on, sometimes primarily, the experience of the leaders' abilities to fulfill their duties as "role model and liaison" (Miller-Kipp 2007, 34). In contrast, the following elements of an education in the HJ were often perceived by adolescents as unsatisfactory, empty of content, or even repulsive:

- 1) The HJ's potential to attract young people was affected by upheavals similar to those that affected the conditions of HJ membership in general (from voluntary participation to increasingly repressive compulsory service). The result of the structural shift within the HJ's daily routine was experienced particularly clearly by those who did not begin their service until the second or third phase, where they were increasingly confronted with one-sided drill. Moreover, this effect could be intensified by certain, often milieu-related aspects of the everyday life of the young people concerned. Thus, after an exhausting workday of sometimes 60-70 hours a week, fewer and fewer working-class adolescents wanted to expose themselves to military training in the Hitler Youth. This form of gradually developing alienation from the youth organization characterized almost all recollections on this topic in which a personal rejection was mentioned at all. In contrast, "(there is) not one case of complete refusal from the outset in the entire recollection narrative [...]" (Miller-Kipp 2007, 182).<sup>6</sup>
- 2) The degree to which service in the Hitler Youth became attractive to individuals also depended on their personal dispositions. In the negative case, these could have been both individual (lack of athletic talent, etc.) and collective (milieu of origin, etc.). On the part of the members of the Hitler Youth, this could result in reservations, lack of interest, disappointment, feeling overextended, as well as experiences of social exclusion and isolation, which in turn led in many cases to latent or decisive movements away from the Hitler Youth.
- 3) In addition to these internal factors, which were subjectively derived from the respective HJ member, objective external factors, such as the lack of pedagogical competence of the

---

<sup>6</sup> Cf. in this sense also the transformation of the siblings Hans and Sophie Scholl from committed HJ leader and dedicated HJ leader to resistance activists (Benecke, 2015a, 35 and 95 f. and the further publications cited there).

---

respective BDM leader or HJ leader, could also lead to the emergence of negative feelings toward HJ service.

The factors listed here were not clearly distinguishable from one another and usually occurred in combination. It was precisely the interplay of different aspects that could trigger or successively strengthen a negative attitude toward the Hitler Youth.

## 2.2.2 Dissident behavior in and towards the HJ

The goal of Nazi youth policy, which was also quite clearly reflected in the positioning of the HJ by its leadership corps (from the *Reich* youth leadership to its office and department heads down to the honorary BDM leaders in the organization's everyday practice), was ultimately designed with little differentiation. The measures for generating loyalty and ensuring obedience were supplemented by others whose task was to suppress and combat all deviant behavior and consistently eliminate any influences that were thought to destabilize Nazi and HJ loyalty (Buddrus 2003, 368; Kollmeier 2007; Benecke 2013, 77). In the context of the HJ's service practice as a youth organization, the creation of the aforementioned HJ "patrol service" and its controlling and regulating activities toward HJ membership were significant in this regard (Buddrus 2003, 369; Benecke 2013, 77). Here it became apparent what "youth lead youth" actually meant in this context: youth controlling youth in compliance with Nazi formation requirements. On a formal level, this demand of control was expressed in the establishment of an HJ disciplinary code that was adapted to specific phases. The basic message was clear. By joining the youth organization, one would be subjected to a new legal order that would supplement, and in the long run replace, all previous authorities:

"The disciplinary maturity begins with the admission of ten-year-olds to the Hitler Youth; squirts and young maidens are already no longer simply children and thus no longer simply educational objects of the family and the school" (Tetzlaff 1944, 26).

The HJ disciplinary code basically provided for three main categories of sanctioning. Its disciplinary means represented an ascending "graded sequence" (ibid., 33) of sanctioning:

- 1) Group I included warnings and reprimands;
- 2) To Group II a suspension from promotion for up to three years, a deprivation of rank and reduction in rank;
- 3) Group III includes the deprivation of the ability to be a youth leader, *Jugenddienstarrest* (youth service imprisonment) of up to ten days and, finally, resignation and expulsion from the HJ for a period of up to three years.

The Nazi regime consistently reacted with hypersensitivity to actual or perceived dissenting behavior out of fear of losing power and control (Benecke 2013, 78 ff.). The extent of dissenting youth behavior and the systemic threat that the regime leadership believed it posed, especially during the war, is sometimes also underestimated in the literature. Ultimately, two basic categories of dissenting youth and young adults can be distinguished. *First*, those who, directly after 1933 and in the years that followed, rejected the HJ's claim to totalitarianism and its intended standardization of youth life with different, mostly milieu-specific motives. These included youth groups from the confessional, socialist or communist working-class milieus as well as the remnants of the bourgeois youth movement. The Nazi regime was by no means always completely rejected. Rather, it was about the need to maintain at least partial self-determination in matters of identity and behavior. *Second*, those youths who sought alternative and self-determined spaces of experience – as a result of age-specific reaction patterns to the increase in drill and control in the HJ during the second and especially the third phase of Nazi rule, increasingly motivated by the stressful and constricting living conditions in the later war years (Kenkmann 2002, 230). These rather informally organized cliques and groups, whose members repeatedly came into open confrontation with the HJ's "patrol service", showed connections to the politically leftist resistance only in certain regional and milieu contexts. Better-known examples from these ranks were the "Swing Youth" or the "Edelweiss Pirates" (*Edelweißpiraten*). Even in this category, a dispositional participation in dissenting youth groups did not necessarily entail a complete rejection of the political system. For the vast majority of those affected – including Hans Scholl (Herrmann 2012) – the search for alternative youth cultures only led to political resistance after of a confrontation with the sanction mechanisms of the Nazi regime.

### **3. Exemplary fields of practice II: the (public) general education schools**

#### **3.1 Standardization and program: the example of *Volksschule* (elementary school)**

In Germany, there were about 54.000 public schools providing general education (50.745 elementary schools, 1207 secondary schools, 2068 higher schools; as of 1939, old *Reich*: Statistisches Reichsamt 1940). Despite their total claim to power, the National Socialists had no coherent concept for the formation of the external and internal school system when they came to power. Just as in the *Kaiserreich* and the Weimar Republic, the school system remained a structured one during the Nazi era. A distinction was made between eight-year *Volksschule* (compulsory primary and first years of secondary education), which were free of tuition fees and attended by 90% of an age group, and between middle and secondary schools, which were six- and eight-year schools,

---

respectively, based on the first four grades of elementary school and were subject to tuition fees (see Link 2011, 2015 for elementary schools; Kemnitz/Tosch 2011 for secondary schools). This subdivided external school structure was hardly changed during the Nazi period. The variety of types of higher schools, which had developed since the 19<sup>th</sup> century, was reduced to three types in 1938: high schools for boys, high schools for girls, *Gymnasium* (higher secondary schools). The introduction of the *Hauptschule* (main school, based on the Austrian model), which was enacted in 1941, was intended to become a compulsory school after the fourth year of schooling and to replace the middle schools prospectively, but it was hardly effective because of the course of the war. It was also criticized by elementary school teachers, who feared a loss of high-achieving students in the elementary schools. The elementary school itself was not changed structurally.

The only structural innovation introduced by the National Socialists was the introduction of National Socialist selection schools as a form of tuition-free secondary schools (Klare 2011). The National Political Institutes of Education (*Nationalpolitische Erziehungsanstalten*, also known as *NPEA*, *Napola*) run by the state, as well as the Adolf Hitler Schools (AHS) and the *Reich* School of the NSDAP Feldafing run by the party, opened up higher education leading to the *Abitur* (qualification granted at the end of the *Gymnasium*) to students selected according to racial criteria and performance. The goal of these elite schools “was the formation of a political leadership class and the associated securing of young talent for leadership positions in the state and party apparatus” (Klare 2011, 137), although the choice of profession remained optional. The number of elite schools was manageable; 30 NPEAs, three NPEAs for girls (Jodda-Flintrop 2010), and twelve AHSs are documented. All three types of National Socialist elite schools were boarding schools, which in turn enabled total control, registration, and influence in the sense of National Socialist formation education. Witnesses of the time report of a system of physical and psychological abuse that prevailed in the schools by consolidating in school and extracurricular formation education in the spirit of racial selection.

With the establishment of the *Reich* Ministry of Education under Bernhard Rust in May 1934 (Nolzen/Schlüter 2011, Nagel 2012), school policy and school administration, which had previously been the responsibility of the individual German states (*Länder*), were centralized and standardized. The *Reich* Compulsory Schooling Act of July 6, 1938, uniformly established eight years of compulsory schooling, beginning at age six, thus confirming in principle the provisions of the Weimar *Reich* Constitution (Art. 145), which, however, had not been implemented by some states (Zymek 1989, 195). Nevertheless, even during the Nazi era, the structured school system remained characterized by an external heterogeneity, the cause of which was primarily the educational disparity between urban and rural areas that was constitutive of the educational system

---

until well into the second half of the 20<sup>th</sup> century. There were hardly any secondary schools in the countryside. Apart from their basic structure, which consisted of the first four grades of elementary school and grades 5-8 of secondary school, rural *Volksschule* (which in official statistics included schools in towns with up to 2,000 inhabitants) differed greatly from *Volksschule* in cities. Whereas single-grade coeducational rural schools, which as one-room schools could have very few pupils, or in which more than 70 pupils were taught by only one teacher in a class, there were fully developed elementary schools in the cities with eight-year classes, separated into girls and boys. Only 10.3% of the approximately 51,000 *Volksschule* were fully developed eight-grade elementary schools; 39.9% were single-grade and 20.6% were two-grade and located in rural areas (Link 2011). Just looking at these external school ratios shows that we are talking about a very heterogeneous type of school when we discuss *Volksschule* under National Socialism. The common features of these institutes as the “school of the working people” (Gräfer 1940, 55) can at best be found in their general objectives, but hardly in terms of teaching and actual school conditions. Against the background of this quantitative distribution, the present overview focuses on the *Volksschule* and also uses its own research results for this purpose. The secondary schools can only be considered marginally (in detail Kemnitz/Tosch 2011).

As National Socialist “educators of the people,” teachers at rural *Volksschule* were additionally expected to assume an important political function (Link/Breyvogel 2013; Stern 2021). Due to the “dualism of traditional and novel roles,” “no other person in the villages [...] could have succeeded in presenting the binding forces of the idea of the *Volksgemeinschaft* in such a polymorphous way” (Stern 2021, 382). In the countryside in particular, the degree of National Socialist politicization of school, teaching, and village life was closely related to the degree of Nazification of the teachers. It was no coincidence that the National Socialists repeatedly brought all teachers together in ideological training camps beginning in 1934, as they considered an ideological “reconditioning” of the teachers to be necessary (Kraas 2004, 2011).

This already indicates that the National Socialists exerted far more influence on the standardization of internal school conditions than on external ones. The laws, decrees and ordinances passed in rapid succession in 1933/34 also bear witness to this (on the regulations for elementary schools, see Link 2011, 2015; Klöcker 2013).

The “Law for the Restoration of the Professional Civil Service” of April 7, 1933, intervened directly in school operations through dismissals and transfers of teachers. “This law marked the beginning of a path on which, step by step in the following years, Jews and other social groups were first restricted in their rights and opportunities, then marginalized, persecuted, expelled, and finally systematically murdered” (Keim 1995, 78). Due to a lack of data, it is (still) impossible to

---



precisely quantify how many schoolteachers were dismissed in total, in contrast to the dismissals in the school administration, in the higher schools, or in the democratically anchored reform schools in Berlin, Hamburg, or Bremen (cf. Keim 1995, 91). In *Baden* (a historical territory in South Germany), for example, 49 principals and 276 teachers at *Volksschule* were dismissed. Overall, however, the wave of dismissals among teachers was limited (Ottweiler 1979, 57). At secondary schools, the wave of dismissals and transfers ranged, with regional differences, from 55% of teachers and principals in Hamburg, 15% in Berlin, and 26% of principals and 6% of *Studienraete* (official title and rank for tenured higher teachers at secondary schools) in the Rhine Province (Kemnitz/Tosch 2011, 113-114).

School administrative measures with a direct impact on everyday school life and teaching in schools (cf. the collection of laws and decrees in Fricke-Finkelburg 1989) included the Law for the “Prevention of Hereditarily Diseased Offspring” (July 14, 1933), which enabled the selection and transfer of pupils from *Volksschule* to *Hilfsschule* (special education schools) (Kremer 2011), and the introduction of the Hitler salute (July 22, 33). Simultaneously, at state level, it established various ordinances that intervened directly in the classroom: most notably, the Prussian decree to teach *Vererbungslehre und Rassenkunde* (heredity and race studies) in schools (Sept. 13, 1933), which was extended to the entire *Reich* in January 1935, and the Prussian guidelines for history textbooks (July 20, 1933), which were followed by similar regulations on history instruction in Hamburg, Bavaria, and other states. The Hamburg regulations were decidedly aimed at ensuring that students would be led to “take definitive positions,” “clearly distinguish ‘friend from foe’ in foreign policy and domestic policy.” The Weimar Republic “with its democratic lack of spirit” was presented to the students as “alien to the people” to then introduce them to the advantages of the new “national-authoritarian state leadership” (quoted in Ottweiler 1985, 237).

The above-mentioned decree *Vererbungslehre und Rassenkunde* (Sept. 13, 1933) stipulated that the topics heredity, race studies, eugenics, family studies and population policy were taught at once in all final-year classes in two to three lessons per week. This affected the subjects Biology, German, History, and Geography.

Educational journals and publishers took advantage of the initial lack of National Socialist teaching materials suitable for such topics. The first National Socialist textbooks appeared gradually, beginning with the German Reading Book for *Volksschule* in 1935 and for the other subjects only at the end of the 1930s. In supplements, they published teaching materials that were compatible with the first decrees, or they brought out corresponding book series for teachers (cf. in more detail Link 2009, 2011).

---

The first uniform *Reich* guidelines appeared in April 1937 with the “Guidelines for teaching in the four lower grades of *Volksschule*”, which were replaced in December 1939 by guidelines that applied to the entire *Volksschule* and were published under the title “Education and teaching in elementary school” (Apel/Klöcker 2000, 107-142; Fricke-Finkelnburg 1989, 31-52). The fact that the curricular reorganization of the elementary school was brought forward is related to the intended reform of the secondary schools (Neuordnung des höheren Schulwesens sowie Erziehung und Unterricht in der Höheren Schule 1938; Fricke-Finkelnburg 1989, 102 ff.) by the REM and met with criticism from contemporary teachers of the *Volksschule* because it meant that the guidelines were one-sidedly oriented toward the requirements of the higher schools. Although the National Socialists attempted to exert complete control, it took more than four years until the first nationwide binding guidelines for schools were available.

Analyzing the genesis of the primary school guidelines of 1937 reveals a “simultaneity of continuity and discontinuity,” a “mixture of radical change, congruence, shifting prioritizations, reinterpretations, expansions, and omissions” compared to the time before 1933 (Götz 1997, 361). The reason for this lay in the evident “multiplicity of expectations” (Götz 1997, 39), which could not be eliminated despite the tendencies toward unification.

It was not uncommon for contemporary educators to interpret the 1939 elementary school guidelines as consistent with and in continuation of the Weimar guidelines. Above all, they saw the propagated forms of work as a *Reich* ministerial codification of (progressive) education achievements. Even in the Nazi era, the enactment of such regulations followed school-administrative procedures of prolonged negotiation and school-specific logics, so that one can rightly see in the guidelines a “blend of Weimar tradition with specifically National Socialist elements” (Keim 1997, 46).

The original guidelines “Education and Instruction in the *Volksschule*” of Dec. 15, 1939, comprised 32 pages and were subdivided into “General Guidelines” (9-12) and “Guidelines for the Individual Subjects” (13-30). “Educational institution of the German people” – that was what the *Volksschule* was supposed to be according to these guidelines. Its task was to,

together with the other National Socialist educational powers, but with the means appropriate to it, educate our people’s youth to become physically, mentally, and spiritually healthy and strong German men and women who, firmly rooted in their homeland and national heritage, are each in his or her place ready for full commitment to the *Führer* and the people. Within the framework of this task, the elementary school is responsible for equipping the youth with the basic knowledge and skills necessary for the use of their strength in the *Volksgemeinschaft* and for participation in the cultural life of our people. By entrusting the entire German youth in the lower grades with the education and teaching of elementary knowledge and skills, the *Volksschule* is further entrusted with the rewarding task and responsible duty of laying the foundation for a common life in the national community among all German children (cited in Apel and Klöcker 2000, 108).

---

The *Volksschule*, however, “does not have the task of imparting a wide variety of knowledge for the benefit of the individual. It is tasked with developing all the powers of the youth for the service of the people and the state so they may be harnessed” (ibid., 109). The homeland and the people were the focus of the work, and the girls’ instruction was to be “geared more strongly towards their later purpose as housewives and mothers” (ibid., 109). In “a lively school and class community” it was a matter of “community education – leadership selection – leadership education”: “In it, the teacher is the leader” (ibid., 110). As methodological ways, the guidelines suggest: relaxing the subjects – synergy between subjects – autonomy of subjects – standardized classroom management (ibid., 110); descriptive, child- and folk-oriented work structure (ibid., 111); no over-discussions, no abstract teaching, no mindless rote learning (ibid., 112); independent performance – responsible commitment – independent activity – group and individual work, practice and scheduled repetition (ibid., 112). “The children’s natural urge to strive for independent and self-reliant work is to be accommodated according to the requirements of the individual stages of growth.” (ibid., 112).

In this range of topics, the significant blend of traditional elements of the *Volksschule* education, progressive education, and National Socialist formation becomes obvious, which is also a characteristic of a handbook that was released only a few months after the publication of the guidelines under the title “Neubau der Volksschularbeit. Plan, Stoff und Gestaltung nach den Richtlinien des Reichserziehungsministeriums vom 15. Dezember 1939” (Higelke 1942), meaning “Restructuring of elementary school work. Plan, material and design according to the guidelines of the Reich Ministry of Education of December 15, 1939”. On 244 pages (3rd edition 1942: 368 pages), teachers were offered interpretive aids for working with the new guidelines. Introduced by a remarkably factual outline of the history of curricula from the Middle Ages to the present, the 1939 *Reich* guidelines were placed decidedly in continuity with progressive education: “Essential and fruitful didactic insights of progressive education also find their organic integration and their fruitful re-anchoring in the Reich guidelines” (ibid., 17). To emphasize such continuities argumentatively would have been unthinkable, for example, in Franco’s Spain in relation to republican education. The guidelines, however, were not to be seen as “the result of a new school reform, but as the living expression of a completely new nationalist view and basic attitude, which [...] is supported by the single-minded will of a powerful state that is and strives to be an educational state” (ibid., 6). New things are claimed, continuity is used as an argument.

A section of the guidelines is also devoted to school celebrations. Scholtz speaks not without reason of a “celebration mania” (Scholtz 1994). In the school celebrations, for which the mass media of radio and film were also used, “the integration of the school into the great national

---

community was most conspicuously manifested”; they were to represent “the high point in the community life of the school” (Richtlinien, cited in Apel and Klöcker 2000, 110; on the organization of National Socialist school celebrations, cf. with numerous examples: Link 1999, 230-240). National Socialist school celebrations, in their pseudo-religious design, were “an outlet where the basic racist tendency of the Nazi regime found a visible expression and was able to impress itself on young people accordingly” (Keim 1997, 53). When, at a graduation ceremony for the eighth grade of *Volksschule* in 1936, a banner read, “We are born to die for Germany” (Keim 1997, 54), this probably expressed the goal of the school’s formation and the fulfillment of Hitler’s educational intentions most strikingly.

Conversely, integration into the formed national community also meant exclusion. For the National Socialists, there was no question that “education for the *Führer*’s people” was intended only for the Aryan German national community. On the basis of the Nuremberg Race Laws, Jewish and other “non-Aryan” students were increasingly pushed out of schools. While in 1931 there were still about 29,000 Jewish students attending a public *Volksschule*, by 1938 there were only about 10,000 (Ottweiler 1979, 45-46; on the overall context, see Röcher 1992; Keim 1997, 220-263). The gradual exclusion of Jewish pupils from public *Volksschule*, which even led to their complete expulsion, necessitated the expansion of the Jewish school system. It had already existed in Germany in basic form before 1933 and had until then represented an alternative offering, but it now took on a compulsory character. By 1936, more than half of all Jewish children of school age attended a Jewish, i.e., private, *Volksschule* (Zymek 1989, 200). The exclusion became more radical after the November pogroms of 1938. On the perfidious grounds that “after the nefarious murder in Paris [...] no German teacher could be expected to give lessons to Jewish pupils” and that it was “intolerable for German pupils to sit in a classroom with Jews,” the *Reich* Minister of Education issued a decree on Nov. 15, 1938: “Jews are not permitted to attend German schools. They may only attend Jewish schools. As far as this has not yet been done, all Jewish pupils currently attending a German school are to be dismissed immediately” (“Schulunterricht an Juden”, Nov. 15, 1938, quoted in Fricke-Finkelburg 1989, 271). Against the background of the deportations, all schooling of Jewish children was finally banned in 1942.

Overall, “centralization, standardization, control,” as well as functionalization of didactic-methodological arrangements were “determining elements of National Socialist school policy,” “in order to tie school and teaching as closely as possible to the National Socialist ideology” (Ottweiler 1985, 249).

### 3.2 Educational practices: everyday school life and teaching

---

The fact that there are differences and rifts between the program, decrees, guidelines and everyday school life, i.e., between the attempt at complete control and the realities, is a historical as well as a current triviality. By now, we are relatively well informed about school realities in *Volksschule* during the Nazi period through regional historical, school historical, or biographical studies and documentations (cf. the literature in Link 2011, 95). In addition to official documents, these studies primarily use sources that originate from historical everyday school life itself, e.g., school chronicles, conference minutes, teaching reports, textbooks, student papers, contemporary witness accounts, photographs. With such sources, therefore, it is possible to investigate the question of the relationship between aspiration and everyday life for *Volksschule* under National Socialism.

I can remember that I had not learned Hitler's curriculum vitae well. With my hands outstretched, palms up, I had to stand in front of the teacher at the teacher's desk. He had a stick in his hand, and I began my litany: 'Our *Führer* Adolf Hitler was born in Braunau am Inn on April 20, 1889 ...' If there was a falsity in the next sentence, he would immediately beat the fingertips with the cane. Strict discipline prevailed at school, and not only in the form of physical punishment. When the teacher entered the classroom, we had to stand up in proper military form, and it had to be reported exactly how many students were present, how many were absent, and why. Then we were greeted with the Hitler salute, the teacher ordered 'Sit down!', which we all did in unison, and usually it was quiet as a mouse. All the students felt very terrorized because of the beatings and fearing the teacher. (Quoted in Arbeitsgruppe Pädagogisches Museum 1983, 82.)

These recollections of a Berlin *Volksschule* student certainly correspond to notions of everyday National Socialist school life: mindless reproductions, the omnipresent fixation on the *Führer*, military discipline, the Hitler salute, an abusive teacher as a stand-in for the *Führer*, terror, and fear. Other examples of indoctrinating teaching strategies can also be found in textbooks. For example, children were already confronted with National Socialist role attributions in the first school year when they were instructed on how to count: gender-differentiated, the textbook pages illustrated the first numbers with tanks and soldiers for boys on the one hand and with dolls and cradles for the girls on the other, completely in line with Nazi ideology (cf. Link 2011, 97). In the seventh and eighth school years, students were given the following tasks, among others, in arithmetic lessons under the heading "The hereditary defective burden and endanger a nation."

6. At the expense of the district and state welfare associations, the following were housed in 1936: in mental asylums, etc.: 209032; in institutions for the blind, deaf and dumb, and crippled: 37628. The number of board days in 1936 for both was 60530575. a) Calculate the total number of insane, blind, deaf and dumb, and crippled! b) Assume the daily cost of living to be RM 4.50! What then is the annual expenditure of the district and state welfare associations? (Rechenbuch für Volksschulen. Heft VII. Siebtes und achtes Schuljahr. Von Franz Siegfriede Hermann Schroedel Vlg., Halle a. d. Saale; quoted in: Arbeitsgruppe Pädagogisches Museum 1983, 111).

The political message and the racist background of such tasks are so obvious that an interpretation is unnecessary. The concurrence of ideologization or politicization of the topics as well as of tasks and requirements traditional for arithmetic lessons, which is evident here, is also

characteristic of German textbooks, for example. Unfortunately, there are no sources available so far that could clarify for us how individual students worked with these materials and what effects such assignments had. Interestingly, contemporary witnesses sometimes do not remember such clear ideologizations at all (cf. Link 1999, chap. 3.1).

Similar ideologizations of lessons have also been handed down from secondary schools. They manifest themselves, among other things, in *Abitur* essays on topics such as “What did Hitler do for the German people?” or “What is the basis of leadership?” or “We are helping to build the new Reich!” or “The army as the school of the *Volks-gemeinschaft*” (Sauer 2012; see also Keim 1997; Kemnitz and Tosch 2011).

However, there are also didactically and methodologically more demanding examples of teaching during the Nazi era. As already mentioned, according to the 1939 guidelines, instruction at *Volkschule* was to be “true to life” at all levels. An evaluated teaching report from the 1937/38 school year of the Horst Wessel School in Marburg illustrates how this closeness to life could be realized in teaching:

At the beginning of May, school beginners were first introduced to Nazi ideology through the primer. In class they talked about the ‘experiences of May Day, the parade, street decorations.’ In the same way, ‘the flag’ was drawn. A little later in reading and writing the “H” was on the lesson plan [...]. The teaching report notes as lesson contents: How to greet on the street. Heil Hitler on the *Weidenhäuser* Bridge’. In other respects, too, the children’s experiences were skillfully taken into account. At the beginning of September 1937, there were obviously more soldiers than usual on the streets of Marburg. That is why in the lessons of the first school year they covered: Soldiers go on maneuvers. Children tell what they saw. Writing: What’s going on? There are cars with soldiers. At the same time, the children drew ‘car, soldiers, field kitchen’ and sang the song that naturally seemed fitting: ‘When the soldiers march through the city’ (Schmitt 1985, 194-198).

From a didactic-methodological point of view, it is striking in this example how living environment-oriented learning strategies originating progressive education were linked with National Socialist content. Such didactic arrangements can be found many times in the sources from the Nazi period. They are not isolated incidents, and the examples could be expanded almost at will. However, I would like to add just one more example here.

In Winnigen [near the Moselle] we once made a real radio system in physics class. It was to be tried out by transmitting a few sentences from the transmitting room to the receiving room. The lesson imperceptibly became elocution training and remained so for a while in German lessons. We set up a real speaking competition and received the liveliest reports of events on the street, at the river, of soccer games. One group got together and wrote a "Happy Saturday Afternoon" with all the trimmings. Others retold old Winnigen anecdotes. In class, all of these performances would never have happened. When one of the timid classmates returned from the speech cell after a good performance, we did not hold back with cheering praise, and this benefited the person himself (Kircher, 1938, 38).

In this recollection of a lesson, completely different things immediately stand out than in the preceding examples: interdisciplinary project lessons, group work, topics connected to their environment that were obviously worked on with joy, individual achievements that were integrated



into the school community, praise and support instead of pressure and discipline. This, too, was National Socialist *Volksschule* teaching. Of course, this particular teacher reporting from his lessons was not critical of the system, such as Adolf Reichwein, from whom comparable examples of lessons have survived (cf. Link 2006, 2011; Hohmann 2007). The reporting teacher – Wilhelm Kircher (1898-1968) – was even head of the *Volksschule* section of the *Nationalsozialistischer Lehrerbund* (National Socialist Teachers' Association, abbreviated NSLB) starting in 1941 and one of the most publicized functionaries of this association, to which 97 % of all teachers belonged. Before 1933, Kircher was an internationally active and well-known countryside school reformer. As a didactically and methodologically creative teacher, he pushed for a progressive education countryside school reform in the New Education Fellowship, among other organizations, and had no affiliation with National Socialism until 1933 (Link 1999).

Apparently, the reality of National Socialist school teaching was more diverse than could be expected against the background of the totalitarian aspirations of the National Socialists. Educational and didactic trends from the Weimar Republic as modern education approaches were evident at the micro level of teaching in the form of progressive educational teaching-learning arrangements in the Nazi era as well; primarily in (rural) *Volksschule*, but also in isolated cases in secondary schools, for example when chemistry lessons for girls experimentally became “kitchen chemistry”, which was supposedly closer to their expected activities as housewives and mothers later in life (Kemnitz and Tosch 2011, 131).

The examples cited show the range of National Socialist school instruction between obtuse physical abuse education, which already existed before 1933 and even after 1945, on the one hand, and didactic-methodologically sophisticated learning structures on the other. It takes away from the historical realities if it is claimed that “Nazi ideologemes and slogans were instilled through constant repetition and memorization to the point of eventual internalization” (Amlung 1991, 332). Therefore, Wolfgang Keim can only be agreed with when he points out that one must be careful not to “identify Nazi instruction orientation from the outset with a lack of ambitions and demanding content” (Keim 1997, 51). This was demonstrated by the proffered examples. Reports about morning roll calls, Hitler salutes, marches, and National Socialist ceremonies have survived, as have reports about didactically and methodologically diverse lessons, which, however, also illustrate a clear ideologization and politicization of classroom instruction.

#### 4. Conclusion

The preceding remarks have made clear the measures with which the Nazi regime attempted to translate the premises of racist ideology described at the outset and its political goals

---

derived from them into practices of a formative education. In summary, the Hitler Youth was a youth organization of ambivalences. This was less true of its youth-political orientation – the *Reich* youth leadership devotedly followed the *Führer* Adolf Hitler and his political guidelines. It did apply in two respects: first, to the contradictions that arose with some consistency between the program and the practical implementation thereof; second, to its retrospective educational-historical assessment. The gray areas of coverage have already been pointed out. The contradictions in this regard were also evident in the fact that adolescents who were categorized by the regime as Jewish “half-breeds” were “required to serve,” despite all formal regulations, and the evaluation of an allegedly “Jewish” appearance determined whether the persons in question experienced appropriation or exclusion (Benecke 2015, 144). Other ambivalences have also been pointed out. For example, it depended on the time of membership in the HJ whether one could experience it as an adventure entered into voluntarily (first phase) or as a potentially life-threatening coercive measure due to active wartime service (last phase) (Benecke 2013, 27). Ultimately, in a manner typical of Nazi education as a whole, the HJ program was characterized by the strategy of a synergetic interplay of seduction (propaganda, emotional attachment through aesthetic elements, but also through the assignment of leadership tasks) and control (attempt at complete inclusion, sanctions for noncompliance, control of behavior through the HJ “patrol service,” among other things). In all of this, the normative judgment of the *Reich* youth leadership is clearly negative – with the reference to the surrender of all educational responsibility to the primacy of the political, the central justification has already been named. In contrast, the effort to systematically categorize the HJ once again leads to ambivalences. While the HJ – supported by propaganda, social pressure and increasing sanctions for withdrawal – generated membership quotas that in the history of youth organizations in Germany were only approached (Benecke 2020) by the “Free German Youth” (*Freie Deutsche Jugend*, abbreviated FDJ) of the later GDR (Benecke 2022b), it failed to realize the central youth policy goals of the regime (full integration of the offspring of the *Volksgemeinschaft*). In this latter sense, measured against its own expectations, one can even speak of a failure of the HJ (Benecke 2015; Postert 2021). Nonetheless, the youth was enveloped to an extent that can hardly be compared to any other social group. This system perspective, however, should not be confused with the multi-layered and differently perceived educational realities during the Nazi era (Rosenbaum 2014).

The educational-historical analysis of the institution of school during the Nazi period also requires some differentiation. In the encyclopedia article cited at the beginning, alleged ideological and program deviations are stated for the period after the historical-political turning point of 1933. Research on schools and classroom instruction during the Nazi period shows that such deviations

---

undoubtedly existed. At the micro level of school realities, however, there were at the same time continuities with longer-term trends of external and internal school development. The attempt at a complete political formation superimposed the requirements of traditional school and teaching development but did not replace them.

On the level of standardized demands, uniformity, politicization and ideologization of (elementary) schools are evident. By approaching the multifaceted and quite heterogeneous level of educational realities in everyday school life, correspondences to these claims can be found as well as differences and deviations. It was the inherent rationale of classroom instruction and the inherent laws of traditional school qualification and development processes that broke through these attempts at ideologization. In this context, one often reads in the literature about indoctrination. Nevertheless, it does not seem to have been clarified so far how indoctrination actually functioned in schools or through instruction, what part subject instruction played in it, and what longer-term effects were associated with it (cf. Tenorth 1995). The examples given show how specialized instruction (e.g., arithmetic) could simultaneously indoctrinate and promote classical school skills. The limits of school indoctrination became clear at the latest when it came to learning, which as an individual process can only be influenced from the outside to a limited extent. This is made clear by surviving sources from everyday classroom life and eyewitness accounts. The history of the school under National Socialism shows both the political formation and the traditional continuity of school tasks. The effects of (elementary) school education under National Socialism were probably no greater or lesser than the effects of schools in non-totalitarian societies, despite totalitarian tendencies toward standardization.

This article summarizes programs and practices of National Socialist education that can be observed in their communitarian forms and practices in other totalitarian systems as well. This is true for fascist systems and socialist ones alike. From a research perspective, this opens up possibilities for comparative studies that, on the one hand, elaborate the system-specific and, on the other hand, examine intersections and differences in concepts and practices. In Germany alone, the practical educational conditions of the FDJ in the GDR show clear parallels to forms of National Socialist formation education; however, there were massive differences in the cooperation between school and HJ or FDJ (Benecke 2022b). If one extends the perspective to, for example, fascist Italy and Francoist Spain, one notices, among other things, that the Catholic Church played a completely different role in the established educational relationships than in Nazi Germany, while the forms of educational practices show great overlaps. Such comparative studies have been scarce (Morant 2013; Ponzio 2015; McLean 2018, Williams 1994). Overall, the field of comparative studies on youth politics, including youth organizations, in the ideocracies of the 20th century can be seen

---

as a persistent desideratum of research on the history of education (Postert 2015, p. 171). In addition to studies such as the one by Schleimer, which offers a comparative reflection on youth organizations in fascist Italy and the Hitler Youth (Schleimer 2004), it would be possible to broaden one's perspective to fascist youth organizations. If that were the case, analyses would also come to pass which compare, for example, the Hitler Youth and/or the FDJ with the "Frente de Juventudes" of the Spanish Franco dictatorship or the little-researched Portuguese "Mocidade Portuguesa" of the "Estado Novo". Finally, broadening the perspective even further to include totalitarian regimes in general, could allow for a comparison with the communist youth organizations in the Eastern Bloc countries (Postert 2015, p. 175). They all could reveal "specifics, differences, or structural commonalities of political systems" (ibid.) – while facing analytical challenges throughout, as is the case for comparative studies in general. The reason for the challenges of such comparative studies is a seemingly paradoxical task:

1) On the one hand, it is necessary to reduce complexity and to relate only structural elements that fit together. Such a focusing of certain partial structures avoids the erroneous belief that one can compare phenomena in their "multilayered totality" (Haupt/Kocka 1996, p. 23). A fit, on the other hand, can be derived roughly from the same task, such as the formation of youth in the corresponding mass organizations (Dudek 1999, p. 180). The object of the comparison would then be the strategies of implementation as well as their effects. Of course, the assumed fit may prove to be limited or even non-existent in the results of the analyses. Thus, it can only be seen as a starting point for comparative analyses, but not as their endgame (Buddrus 1996, p. 68).

2) On the other hand, a valid assessment of both substructures to be compared requires consideration of the specifics of the respective political and social contexts in which they were embedded. This analytical challenge ultimately leads to corresponding studies, subscribing to the fundamental thesis that the Nazi state and the GDR or other totalitarian systems "were dictatorships" (Matthes 1996, p. 26; in this sense also Buddrus 1996, p. 59), often neglect one or the other side of their comparison or neglect the comparison itself. This also applies to the only comparative study to date that relates HJ and youth organizations of fascist Italy (Schleimer 2004).

Overall, it can be stated that analyses of conditions in other, politically similarly constituted contexts (dictatorships or totalitarian systems in general) can sharpen the view for lines of continuity in the history of education.

The "education for the Führer's people" – as formulated for the National Socialist *Volksschule* (Kircher 1941) – had an inside and outside perspective. Inwardly, it was about educating a generation that was loyal to its leader. Looking outward, it was about educating a people that would assume the racially based leadership role in the 'new Europe' (cf. Morant i Ariño 2015). With

---

regard to public schools, this double intention remained an omnipotence fantasy of totalitarian ideologues, because it overestimated the possibilities of schools beyond measure. In this respect, it was only consistent for the National Socialists to place the emphasis of the formation of educational work not on the inert public school system but on specially founded elite schools and even more so on the directly controllable extracurricular work of the Hitler Youth.

## 5. Bibliographic references

### 5.1 Sources

Apel, H. J., and M. Klöcker. *Die Volksschule im NS-Staat: Nachdruck des Handbuches "Die deutsche Volksschule im Großdeutschen Reich. Handbuch der Gesetze, Verordnungen und Richtlinien für Erziehung und Unterricht in Volksschulen nebst den einschlägigen Bestimmungen über Hitler-Jugend und Nationalpolitische Erziehungsanstalten" von A. Kluger (1940)*. Cologne: Böhlau, 2000.

Benze, R., and G. Gräfer (eds.). *Erziehungsmächte und Erziehungshoheit im Großdeutschen Reich als gestaltende Kräfte im Leben des Deutschen*. Leipzig: Quelle & Meyer, 1940.

Bibliographisches Institut AG (ed.). *Meyers Lexikon: In völlig neuer Bearbeitung und Bebilderung: mit etwa 20.000 teils farbigen Abbildungen im Text und auf Beilagen, etwa 400 Haupt- und Nebenkarten, einem Atlasband sowie einem Registerband mit über 300.000 Nachweisungen* (8th ed.). Leipzig: Bibliographisches Institut AG, 1937.

Deutsches Rundfunkarchiv. DRA Archiv-Nr. 00 2590330.

Dietze, H.-H. *Die Rechtsgestalt der Hitler-Jugend. Eine verfassungsrechtliche Studie*. Berlin: Deutscher Rechtsverlag, 1939.

Fricke-Finkelnburg, R. *Nationalsozialismus und Schule: Amtliche Erlasse und Richtlinien, 1933-1945*. Opladen: Leske+Budrich, 1989.

Gräfer, G. "Die Deutsche Schule". In *Erziehungsmächte und Erziehungshoheit im Großdeutschen Reich als gestaltende Kräfte im Leben des Deutschen*, eds R. Benze & G. Gräfer, 45–76. Leipzig: Quelle & Meyer, 1940.

Grimm, A. *HJ im Sommer-Ferienlager: Die angetretenen Teilnehmer bilden eine Hakenkreuz-Formation (1934)*, Bild-Nr. 00005022, Inventar-Nr.: Gm NS00-30, retrieved from: <https://www.bpk-bildagentur.de/shop>

Higelke, K. (ed.). *Neubau der Volksschularbeit: Plan, Stoff und Gestaltung nach den Richtlinien des Reichserziehungsministeriums vom 15. Dezember 1939*. Leipzig: Klinkhardt, 1942.

Hitler, A. *Mein Kampf. Zwei Bände in einem Band. Ungekürzte Ausgabe. 851.-855. Aufl.* Munich: Zentragverlag der NSDAP – Franz Eher Verlag, 1943.

Kircher, W. *Musische Nationalerziehung: Unter besonderer Berücksichtigung der weniggegliederten Schule*. Dortmund, Breslau, Munich: Crüwell, 1938.

Kircher, W. "Erziehung zum Führervolk. Allgemeine Richtlinien zu dem Jahresthema für die Fachschaft Volksschulen". *Die Deutsche Volksschule*, n. 3 (1941): 207-215.

Krieck, E. *Erziehung im nationalsozialistischen Staat*. Berlin: Spaeth & Linke, 1935.

Statistisches Reichsamtsamt (ed.). *Statistisches Jahrbuch für das Deutsche Reich, Band 1939*. Berlin: Schmidt, 1940.

Tetzlaff, W. *Das Disziplinarrecht der Hitler-Jugend. Entwicklung, gegenwärtiger Stand, Ausgestaltung*. Berlin: Dt. Rechtsverlag, 1944.

Sturm, K. F. *Deutsche Erziehung im Werden*. Osterwieck: Zickfeldt, 1938.

Reichsjugendführung (ed.). *Vorschriftenhandbuch der Hitler-Jugend (VHB. HJ)*, vol. 2. Berlin: Reichsjugendführung, 1942.

## 5.2 Literature

Amlung, U. *Adolf Reichwein, 1898 – 1944: Ein Lebensbild des politischen Pädagogen, Volkskundlers und Widerstandskämpfers*. Frankfurt am Main: dipa-Verlag, 1991.

Arbeitsgruppe Pädagogisches Museum (eds.). *Heil Hitler, Herr Lehrer. Volksschule 1933 – 1945. Das Beispiel Berlin*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1983.

Bajohr, F. & Wildt, M. (eds.). *Volksgemeinschaft. Neue Forschungen zur Gesellschaft des Nationalsozialismus*. Frankfurt am Main: Fischer, 2009.

Bar-On, D. *Die Last des Schweigens. Gespräche mit Kindern von Nazi-Tätern*. Hamburg: Rowohlt, 1996.

Benecke, J. *Die Hitler-Jugend 1933 bis 1945: Programmatik, Alltag, Erinnerungen; eine Dokumentation*. Weinheim: Beltz Juventa, 2013.

Benecke, J. *Soziale Ungleichheit und Hitler-Jugend. Zur Systematisierung sozialer Differenz in der nationalsozialistischen Jugendorganisation*. Weinheim: Beltz Juventa, 2015.

Benecke, J. *Außerschulische Jugendorganisationen: eine sozialisationstheoretische und bildungshistorische Analyse*. Weinheim: Beltz Juventa, 2020.

Benecke, J. “Der Hitler-Junge Quex – ein Bildungsmedium?”. In *Bildungsmedien im wissenschaftlichen Diskurs. Festschrift für Eva Matthes zum 60. Geburtstag*, eds. D. Balcke, J. Benecke, A. Richer, M. Schmid & H. Schulz-Gade, 273-283. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2022a.

Benecke, J. (ed.). *Erziehungs- und Bildungsverhältnisse in der DDR*. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2022b.

Buddrus, M. “Die doppelt betrogene Generation. Aspekte der Jugendgeschichte und der Jugendpolitik in der SBZ DDR (1945–1952)”. *Jahrbuch für historische Bildungsforschung*, 1 (1993): 265–299.

Buddrus, M. “Überlegungen zu einem Vergleich: Hitlerjugend (HJ) und Freie Deutsche Jugend (FDJ)”. In *Jugend in der Krise. Ohnmacht und Institutionen*, eds. Wolfgang Edelstein, and Dietmar Sturzbecher, 55-77. Potsdam: Verlag Berlin-Brandenburg, 1996.

Buddrus, M. *Totale Erziehung für den totalen Krieg. Hitlerjugend und nationalsozialistische Jugendpolitik*. 2 vols. Munich: de Gruyter Saur, 2003.

Dudek, P. *Grenzen der Erziehung im 20. Jahrhundert. Allmacht und Ohnmacht der Erziehung im pädagogischen Diskurs*. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 1999.

Götz, M. *Die Grundschule in der Zeit des Nationalsozialismus: Eine Untersuchung der inneren Ausgestaltung der vier unteren Jahrgänge der Volksschule auf der Grundlage amtlicher Maßnahmen*. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 1997.

Harten, H.-C., U. Neirich, and M. Schwerendt. *Rassenhygiene als Erziehungsideologie des Dritten Reiches. Bio-bibliographisches Handbuch*. Berlin: Akademie Verlag, 2006.

Haupt, H.-G., and J. Kocka. “Historischer Vergleich: Methoden, Aufgaben, Probleme. Eine Einleitung”. In *Geschichte und Vergleich. Ansätze und Ergebnisse international vergleichender Geschichtsschreibung*, eds. H.-G. Haupt and J. Kocka, 9-46. Frankfurt am Main: Campus, 1996.



---

Heinze, C., and K.-P. Horn. “Zwischen Primat der Politik und rassentheoretischer Fundierung – Erziehungswissenschaft im Nationalsozialismus”. In *Erziehungsverhältnisse im Nationalsozialismus – Totaler Anspruch und Erziehungswirklichkeit*, eds. K.-P. Horn, and J. W. Link, 319–339. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2011.

Herrmann, U. “Formationserziehung – Zur Theorie und Praxis edukativ-formativer Manipulation von jungen Menschen”. In *Formative Ästhetik im Nationalsozialismus. Intentionen, Medien und Praxisformen totalitärer ästhetischer Herrschaft und Beherrschung*, eds. U. Herrmann and U. Nassen, 101–112. Weinheim and Basel: Beltz, 1994.

Herrmann, U. and U. Nassen. “Die ästhetische Inszenierung von Herrschaft und Beherrschung im nationalsozialistischen Deutschland”. In *Formative Ästhetik im Nationalsozialismus: Intentionen, Medien und Praxisformen totalitärer Herrschaft und Beherrschung*, eds. U. Herrmann and U. Nassen, 9–12. Weinheim and Basel: Beltz, 1994.

Herrmann, U. *Vom HJ-Führer zur Weißen Rose. Hans Scholl vor dem Stuttgarter Sondergericht 1937/38*. Weinheim and Basel: Beltz Juventa, 2012.

Hohmann, C. *Dienstbares Begleiten und später Widerstand: Der nationale Sozialist Adolf Reichwein im Nationalsozialismus*. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2007.

Horn, K.-P. & J.-W. Link (eds.). *Erziehungsverhältnisse im Nationalsozialismus: Totaler Anspruch und Erziehungswirklichkeit*. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2011.

Hübner-Funk, S. *Hitlers Garanten der Zukunft. Biographische Brüche. Historische Lektionen*. Potsdam: Verlag Berlin Brandenburg, 2005.

Jodda-Flintrop, S. “Wir sollten intelligente Mütter werden:” *Nationalpolitische Erziehungsanstalten für Mädchen*. Norderstedt: Books on Demand, 2010.

Keim, W. *Erziehung unter der Nazi-Diktatur: Band 1. Antidemokratische Potentiale, Machtantritt und Machtdurchsetzung; Band 2. Kriegsvorbereitung, Krieg und Holocaust*. Darmstadt: Primus Verlag, 1995.

Keim, W. *Erziehung unter der Nazi-Diktatur: Band 2. Kriegsvorbereitung, Krieg und Holocaust*. Darmstadt: Primus Verlag, 1997.

Kemnitz, H. & F. Tosch. “Zwischen Indoktrination und Qualifikation – Höhere Schule im Nationalsozialismus”. In *Erziehungsverhältnisse im Nationalsozialismus: Totaler Anspruch und Erziehungswirklichkeit*, eds. K.-P. Horn and J.-W. Link, 109–134. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2011.

Kenkmann, A. *Wilde Jugend. Lebenswelt Großstädtischer Jugendlicher zwischen Weltwirtschaftskrise, Nationalsozialismus und Währungsreform*. Essen: Klartext, 2002.

Klare, A. “Nationalsozialistische Ausleseschulen – “Stätten konzentrierter und auserlesener Menschenformung”. In *Erziehungsverhältnisse im Nationalsozialismus: Totaler Anspruch und Erziehungswirklichkeit*, eds. K.-P. Horn & J.-W. Link, 137–160. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2011.

Klöcker, M. “Die Schule im NS-Staat: Ihre Rechtsgrundlagen am Beispiel der Volksschule”. *Recht der Jugend und des Bildungswesens*, 61, n. 4 (2013): 376–395.

Kollmeier, K. *Ordnung und Ausgrenzung. Die Disziplinarpolitik der Hitler-Jugend*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2007.

Kraas, A. *Lehrerlager 1932-1945: Politische Funktion und pädagogische Gestaltung*. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2004.

Kraas, A. “‘Den deutschen Menschen in seinen inneren Lebensbezirken ergreifen’ – Das Lager als Erziehungsform”. In *Erziehungsverhältnisse im Nationalsozialismus: Totaler Anspruch und Erziehungswirklichkeit*, eds. K.-P. Horn, and J.-W. Link, 295–318. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2011.

---

- 
- Krause-Vilmar, D. “Das Lager als Lebensform des Nationalsozialismus. Anmerkung und Fragen”. *Pädagogische Rundschau*, 38, n. 1 (1984): 29–38.
- Kremer, G. “Die Sonderschule im Nationalsozialismus: das Beispiel Hilfsschule”. In *Erziehungsverhältnisse im Nationalsozialismus: Totaler Anspruch und Erziehungswirklichkeit*, eds. K.-P. Horn, and J.-W. Link, 163–184. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2011.
- Limbächer, K., M. Merten, and B. Pfefferle. *Das Mädchenkonzentrationslager Uckermark*. Münster: Unrast, 2000.
- Lingelbach, K. C. *Erziehung und Erziehungstheorien im nationalsozialistischen Deutschland: Ursprünge u. Wandlungen d. 1933-1945 in Deutschland vorherrschenden erziehungstheoretische Strömungen: ihre politischen Funktionen und ihr Verhältnis zur außerschulischen Erziehungspraxis des “Dritten Reiches”*. Frankfurt am Main: dipa-Verlag, 1987.
- Link, J.-W., and W. Breyvogel. “Die Volksschullehrer und ihr Verhältnis zur nationalsozialistischen ‘Volksgemeinschaft’”. In *“Volksgemeinschaft” als soziale Praxis: Neue Forschungen zur NS-Gesellschaft vor Ort*, eds. D. von Reeken, and M. Thießen, 241–253. Paderborn: Schöningh, 2013.
- Link, J.-W. *Reformpädagogik zwischen Weimar, Weltkrieg und Wirtschaftswunder: Pädagogische Ambivalenzen des Landschulreformers Wilhelm Kircher (1898-1968)*. Hildesheim: Lax, 1999.
- Link, J.-W. “Pädagogischer Widerstand? Adolf Reichweins “Schaffendes Schulvolk” im Kontext nationalsozialistischer Landschulreform”. In *Politik in der Bildungsgeschichte – Befunde, Prozesse, Diskurse*, eds. G. Miller-Kipp, and B. Zymek, 53–69. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2006.
- Link, J.-W. “Publizieren im Erziehungsstaat. Der Verlag Julius Klinkhardt im Nationalsozialismus im Spiegel seiner Publikationen”. In *Verlag Julius Klinkhardt 1834-2009. Verlegerisches Handeln zwischen Pädagogik, Politik und Ökonomie*, eds. U. Sandfuchs, J.-W. Link, and A. Klinkhardt, 109-140. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2009.
- Link, J.-W. “‘Erziehungsstätte des deutschen Volkes’ – Die Volksschule im Nationalsozialismus”. In *Erziehungsverhältnisse im Nationalsozialismus: Totaler Anspruch und Erziehungswirklichkeit*, eds. K.-P. Horn, and J.-W. Link, 79-106. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2011.
- Link, J.-W. “‘Erziehung zum Führervolk’ – Zur Volksschule im Nationalsozialismus”. *Historia scholastica*, 1, n. 1 (2015): 17–30, retrieved from: <http://www.historiascholastica.com/sites/www.historiascholastica.com/files/HS/1-2015/Historia-scholastica-1-2015-Jorg-W-LINK.pdf>
- Matthes, E. “Erziehung in der NS-Zeit und der DDR im Vergleich. Teil II”. *Realschule in Deutschland*, 5 (1996): 23-27.
- McLean, E. *Mussolini’s Children. Race and Elementary Education in Fascist Italy*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2018.
- Miller-Kipp, G. (ed.). *“Auch du gehörst dem Führer”. Die Geschichte des Bundes Deutscher Mädel (BDM) in Quellen und Dokumenten*. Weinheim and Munich: Juventa, 2002.
- Miller-Kipp, G. “‘Klasse Schule – immer genug zu essen, wenig Mathematik’. Elitebildung im „Dritten Reich oder über die Herstellung von Elite-Bewusstsein”. In *Elitebildung – Bildungselite. Erziehungswissenschaftliche Diskussionen und Befunde über Bildung und soziale Ungleichheit*, eds. J. Ecaris, and L. Wigger, 44–66. Opladen: Budrich, 2006.
- Miller-Kipp, G. (ed.). *Der Führer braucht mich. Der Bund Deutscher Mädel (BDM): Lebenserinnerungen und Erinnerungsdiskurs*. Weinheim and Munich: Juventa, 2007.
- Miller-Kipp, G. “Systemkonkurrenz zwischen Familie und Staat: Jugenderziehung im ‘Dritten Reich’”. *Jahrbuch für Historische Bildungsforschung*, 16 (2010): 222–240.
-

Morant i Ariño, T. *Mujeres para una "Nueva Europa". Las relaciones y visitas entre la Sección Femenina de Falange y las organizaciones femininas nazis, 1936-1945*. PhD dissertation, Universitat de València, 2013.

Morant i Ariño, T. "Die Frauenabteilung der spanischen Falange und die europäischen Faschismen, 1933-1945". *Historia scholastica*, 1 (2015): 42–56, retrieved from: <http://www.historiascholastica.com/sites/www.historiascholastica.com/files/HS/1-2015/Historia-scholastica-1-2015-Toni-Morant-i-Arino.pdf>

Nagel, A. C. *Hitlers Bildungsreformer: Das Reichsministerium für Wissenschaft, Erziehung und Volksbildung, 1934-1945*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch, 2012.

Neugebauer, M. *Der Weg in das Jugendschutzlager Mörchingen. Eine entwicklungsgeschichtliche Analyse nationalsozialistischer Jugendpolitik*. Mönchengladbach: Forum Vlg Godesberg, 1997.

Nolzen, A., and M. Schlüter. "Das Reichsministerium für Wissenschaft, Erziehung und Volksbildung im nationalsozialistischen Herrschaftssystem". In *Erziehungsverhältnisse im Nationalsozialismus: Totaler Anspruch und Erziehungswirklichkeit*, eds. K.-P. Horn, and J.-W. Link, 341–355. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2011.

Ottweiler, O. *Die Volksschule im Nationalsozialismus*. Weinheim, Basel: Beltz, 1979.

Ottweiler, O. "Die nationalsozialistische Schulpolitik im Bereich des Volksschulwesens". In *Die Formung des Volksgenossen: Der "Erziehungsstaat" des Dritten Reiches*, ed. U. Herrmann, 235–252. Weinheim: Beltz, 1985.

Peukert, D. *Volksgemeinschaft und Gemeinschaftsfremde. Anpassung, Ausmerze und Aufbegehren unter dem Nationalsozialismus*. Cologne: Bund, 1982.

Ponzio, A. *Shaping the New Man. Youth Training Regimes in Fascist Italy and Nazi Germany*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2015.

Postert, A. "Einführung". In: *Totalitarismus und Demokratie*, 12, n. 2 (2015): 171-175.

Postert, A. *Die Hitlerjugend. Geschichte einer überforderten Massenorganisation*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2021.

Reeken, D. von, and M. Thießen. *'Volksgemeinschaft' als soziale Praxis. Neue Forschungen zur NS-Gesellschaft vor Ort*. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2013.

Reichel, P. *Der schöne Schein des Dritten Reiches: Faszination und Gewalt des Faschismus*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1994.

Reulecke, J. "Hat die Jugendbewegung den Nationalsozialismus vorbereitet? Zum Umgang mit einer falschen Frage". In *Politische Jugend in der Weimarer Republik*, ed. W. R. Krabbe, 222–243. Bochum: Brockmeyer, 1993.

Röcher, R. *Die jüdische Schule im nationalsozialistischen Deutschland: 1933 - 1942*. Frankfurt am Main: dipa-Verlag, 1992.

Rosenbaum, H. "Und trotzdem war's ne schöne Zeit". *Kinderalltag im Nationalsozialismus*. Frankfurt am Main: Campus, 2014.

Sandfuchs, U., J.-W. Link, and A. Klinkhardt (eds.). *Verlag Julius Klinkhardt 1834-2009. Verlegerisches Handeln zwischen Pädagogik, Politik und Ökonomie*. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2009.

Sauer, B. "Nie wird das deutsche Volk seinen Führer im Stiche lassen": *Abituraufsätze im Dritten Reich*. Berlin: Duncker & Humblot, 2012.

Schleimer, U. *Die Opera Nazionale Balilla bzw. Gioventù Italiana del Littorio und die Hitler-Jugend – eine vergleichende Darstellung*. Münster: Waxmann, 2004.

---

- Schmiechen-Ackermann, D. *“Volksgemeinschaft”: Mythos, wirkungsmächtige soziale Verheißung oder soziale Realität im “Dritten Reich”? Zwischenbilanz einer kontroversen Debatte*. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2012.
- Schmitt, H. “Am Ende stand das Wort ‘Umsonst’. Nationalsozialismus an Marburger Schulen”. In *Kirche und Schule im nationalsozialistischen Marburg*, ed. Magistrat der Universitätsstadt Marburg, 163–306. Marburg: Presseamt der Stadt Marburg, 1985.
- Schmuhl, H.-W. *Rassenhygiene, Nationalsozialismus, Euthanasie. Von der Verhütung zur Vernichtung “lebensunwerten Lebens”. 1890–1945*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1992.
- Scholtz, H. *Erziehung und Unterricht unterm Hakenkreuz*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1985.
- Scholtz, H. “Von der Feiermanie zum Verpflichtungsritual. Zur totalitären Dynamik bei der Gestaltung von Feiern für Vierzehnjährige”. In *Formative Ästhetik im Nationalsozialismus: Intentionen, Medien und Praxisformen totalitärer ästhetischer Herrschaft und Beherrschung*, eds. U. Herrmann & U. Nassen, 113–122. Weinheim: Beltz, 1994.
- Scholtz, H. Das nationalsozialistische Reich – kein Erziehungsstaat. In *Erziehungsstaaten. Historisch vergleichende Analysen ihrer Denktraditionen und nationaler Gestalten*, eds. D. Benner, J. Schriewer, and H.-E. Tenorth, S. 131–144. Weinheim: Dt. Studien-Verlag, 1998.
- Stern, K. *Erziehung zur “Volksgemeinschaft”: Volksschullehrkräfte im Dritten Reich*. Paderborn: Brill Schöningh, 2021.
- Steuer, J. *“Ein Drittes Reich, wie ich es auffasse”. Politik, Gesellschaft und privates Leben in Tagebüchern 1933–1939*. Göttingen: Wallstein, 2017.
- Tenorth, H.-E. “Grenzen der Indoktrination”. In *Ambivalenzen der Pädagogik: Zur Bildungsgeschichte der Aufklärung und des 20. Jahrhunderts: Harald Scholtz zum 65. Geburtstag*, eds. P. Drewek, K.-P. Horn, C. Kersting, and H.-E. Tenorth, 335–350. Weinheim: Deutscher Studien Verlag, 1995.
- Tenorth, H.-E. “Eugenik im pädagogischen Denken des nationalsozialistischen Deutschlands – oder: Rassismus als Grenzbegriff der Pädagogik”. In *Pädagogik im Militarismus und im Nationalsozialismus. Japan und Deutschland im Vergleich*, eds. H.-E. Tenorth, K.-P. Horn, M. Ogasawara, M. Sakakoshi, J. Yamana, and H. Zimmer, 33–44. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2006.
- Tenorth, H.-E. *Geschichte der Erziehung. Einführung in die Grundzüge ihrer neuzeitlichen Entwicklung*. Weinheim: Beltz, 2008.
- Welzer, H. “Die anhaltende Macht der Gefühle”. *Psychologie Heute*, 6 (1997): 52–56.
- Williams, G. L. *Fascist Thought and Totalitarianism in Italy’s Secondary Schools: Theory and Practice, 1922–1943*. Bern and New York: Peter Lang, 1994.
- Zymek, B. “Schulen”. In *Handbuch der deutschen Bildungsgeschichte: Band V: 1918–1945 Die Weimarer Republik und die nationalsozialistische Diktatur*, eds. D. Langewiesche, and H.-E. Tenorth, 155–208. Munich: C. H. Beck, 1989.

\*\*\*

Received: August 15, 2022

Approved: September 17, 2022

---

## Dossiê: Fascismos, 100 anos depois

<https://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.37523>

### **“A Pro Arte nas mãos de judeus”: entre o modernismo alemão e a propaganda nacional-socialista**

*“Pro Arte in the hands of the jews”:  
between German modernism and National Socialist propaganda*

*“La Pro Arte en la mano de los judíos”:  
entre el modernismo alemán y la propaganda nacionalsocialista*

*Liszt Vianna Neto\**

<https://orcid.org/0000-0002-0143-456X>

**RESUMO:** Este artigo aborda as tensões que surgem na Pro Arte, associação de artistas e “amantes” das artes alemãs, a partir de sua tomada pelas autoridades alemãs no Brasil ao final de 1933. Após o Putsch, a associação passou a ser um centro de difusão de propaganda nazista, o que gerou reações tardias do aparato repressor do Estado Novo e da imprensa nacional após a declaração de Guerra aos países do Eixo em 1942.

Palavras-chave: Era Vargas. Nazismo. Pro Arte.

**ABSTRACT:** This paper discusses the tensions that arise in Pro Arte, an association of artists and “enthusi-asts” of the German arts, from its coup by the German authorities in Brazil at the end of 1933. After the Putsch, the association became a center for dissemination of Nazi propaganda,

---

\* Historiador, professor e coordenador da Pós-Graduação em Conservação e Gestão do Patrimônio Cultural, IEC - PUC Minas, Professor Substituto do Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo, UFMG, Doutor em História pela Universidade de Leiden, Países Baixos, Mestre em História pela UFMG, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG, e publicou recentemente o capítulo “Carioca Werkbund: Arte alemã na Era Vargas” no livro “Cultura Intelectual em Perspectiva”, pela editora Letramento, assim como os artigos “Deutsche Gruppe: arte e nacionalismo entre o Brasil do Estado Novo e a Alemanha Nacional Socialista”, pela Revista de História da Arte e da Cultura, UNICAMP, e “Leo Putz: um artista imigrado na formação do modernismo carioca”, pela revista História, Histórias, UNB. Atua no campo da história da arte, da arquitetura e da cidade, e da teoria e metodologia da história da arte e do patrimônio cultural. E-mail: lisztvianna@gmail.com



which generated late reactions from the repressive apparatus of president Vargas's Estado Novo and the national press after the declaration of war on the Axis in 1942.

Keywords: Vargas Era. Nazism. Pro Arte.

RESUMEN: Este artículo aborda las tensiones que surgen en Pro Arte, una asociación de artistas y “aficionados” de las artes alemanas, a partir de su toma por parte de las autoridades alemanas en Brasil a fines de 1933. Después del Putsch, la asociación se convirtió en un centro de difusión de la propaganda nazi, que generó reacciones tardías del aparato represor del Estado Novo y de la prensa nacional tras la declaración de guerra a los países del Eje en 1942.

Palabras clave: Era Vargas. Nazismo. Pro Arte.

### Como citar este artigo:

Vianna Neto, Liszt. “A Pro Arte nas mãos de judeus’: Entre o modernismo alemão e a propaganda nacional-socialista”. *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 101-123.

\*\*\*

### Introdução

A trajetória da Pro Arte, fundada em 1931, fora precedida pela atuação de seu principal fundador, Theodor Heuberger, que organizava exposições desde 1924. Na Pro Arte, Heuberger tramou cooperações internacionais com a *Deutsche Akademie München* e a *Deutscher Werkbund*, duas instituições de prestígio no campo das humanidades e das artes na Alemanha. Os Salões da Pro Arte, organizados por Alberto Guignard, integraram brasileiros e alemães, modernistas e acadêmicos, comunistas e nacionalistas, etc. Sua política cultural, baseada em exposições, publicações, cursos de línguas, bolsas de estudos, intercâmbio de artistas e cientistas, etc. Alcançando quase um milhar de associados, a Pro Arte se destacou muito dentre a *Deutschtum* nacional, o que atraiu a atenção das autoridades alemãs.

Pretendemos com este artigo demonstrar que a Pro Arte é um exemplo singular das contradições patentes entre a estrita política cultural nazista no Brasil, difundida tanto pela *Auslandorganisation der NSDAP* quanto pela Embaixada Alemã, e o nacionalismo crescente da Era Vargas, propagado pelo DIP e assegurado pela repressão política do DOPS. Curiosamente, a perseguição do aparato represor do Estado Novo, especialmente do DOPS, não foi a mais grave ameaça a Pro Arte, dado que esta era oficialmente uma instituição cultural brasileira. Os relatórios



do DOPS contêm informações desencontradas, erros grosseiros e todo tipo de especulação - sendo que os danos mais graves à associação se deram nas manchetes dos jornais. Os ecos da propaganda e da política cultural nazista no Brasil através da Pro Arte são o principal objeto desse artigo.

Congregando artistas nacionais e alemães, além de “amigos das artes”, a Pro Arte, “Sociedade de Artistas e Amigos das Bellas Artes”, foi fundada em 1931, por Theodor Heuberger, *marchand* emigrado de Munique, Petrus Sinzig, frei franciscano muito ativo no campo da música e da imprensa, e Maria Amélia Rezende Martins, pianista e mecenas das artes, que conferiu à Pro Arte seu caráter de associação nacional. Com mais de mil sócios apenas no Rio de Janeiro, a Pro Arte formava o que chamou de *Pro Arte Ring*, com sedes, quadros e representantes por todo país – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis e interior de Santa Catarina –, além de pontos de venda de sua revista pelo Nordeste.

Contando com sua própria revista, a *Intercâmbio* – subvencionada pela embaixada alemã e distribuída aos sócios e a instituições e bibliotecas alemãs –, a Pro Arte representou no Brasil organizações alemãs, como o *Deutscher Werkbund* e a *Deutsche Akademie München*. Organizando inúmeros concertos e suas próprias exposições coletivas e individuais, a Pro Arte pôs em contato artistas imigrados, como Leo Putz, Friedrich Maron, Alexander Altberg, Hans Reyersbach etc. – todos praticamente desconhecidos atualmente –, e artistas nacionais renomados, como Alberto da Veiga Guignard – que organizou os quatro primeiros Salões da Pro Arte –, Candido Portinari, Cecília Meireles, Emiliano Di Cavalcanti, Arnaldo Gladosch e Victor Brecheret. A Pro Arte foi importante mediadora entre o modernismo carioca e o modernismo paulistano, organizando eventos com o Clube de Arte Moderna (CAM) e a Sociedade Pró-Arte Moderna (SPAM) de São Paulo – especialmente com Gregori Warchavchik, Lasar Segall e Mário de Andrade.

A Pro Arte contou ainda com uma estrutura adequada ao seu porte. O restaurante da associação funcionava também como salão de festas, recebendo grandes eventos anuais como o Carnaval e o Ano Novo – muitas vezes em parceria com a *Gesellschaft Germania*. A sala de estudos da Pro Arte contava com sua própria biblioteca e com centenas de alunos em seu curso de línguas – que, além do alemão e de outros idiomas estrangeiros, ofertava o curso de português para imigrados.

Os eventos da Pro Arte no Brasil trouxeram ao público e à crítica brasileira obras de artistas alemães muito pouco conhecidos até então – como Käthe Kollwitz, Otto Dix, Lionel Feiniger e Georg Grosz – e matrizes alemãs do expressionismo, construtivismo, do dadaísmo, da *Neue Sachlichkeit* e de grupos como o *Deutscher Werkbund*, *Bauhaus*, *Münchner Sezession* etc. No entorno da Pro Arte gravitavam ainda outras associações, como a Associação Brasileira de Concertos (ABC),

---

a Cultura Artística, o Seminário de Música de São Paulo, a Associação de Artistas Brasileiro (AAB), entre outras. Mas toda a proposta ecumênica, moderna e modernista da Pro Arte seria abortada por uma intervenção nazista sobre a associação.

### **O Putsch**

Voltamo-nos agora ao processo que pôs fim ao franco e livre diálogo entre nacionais e estrangeiros na Pro Arte e impôs a ideologia e a propaganda nacional-socialista à associação, através de um súbito *Putsch*.

A tomada nazista da Pro Arte foi extremamente rápida, como um verdadeiro *Putsch*, ocorrido na reunião que elegeria a chapa de presidência da associação para o ano de 1934. Alexander Altberg, arquiteto berlinense, comunista de origem judaica, relata em sua autobiografia ter visitado a sede para a reunião e, logo na entrada, ter sido saudado por um jovem: “*Heil Hitler!*” (Altberg 2008, 61-61). Surpreso, Altberg recorreu a Carlos Lacerda, também sócio do grupo à época, na redação da revista *Diretrizes* onde trabalhava. Lacerda, por sua vez (Lacerda 1974, 56), relatou que ambos foram à reunião e logo constataram que, não apenas muitos sócios estavam ausentes, alheios à eleição, como o salão estava repleto de homens com o broche do partido nacional-socialista na lapela. Eles estavam presentes para garantir a vitória da chapa por eles apontada, contra uma chapa opositora, improvisadamente organizada por alguns sócios inconformados. O candidato à presidência escolhido pelos nazistas, o historiador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Max Fleiuss<sup>1</sup>, foi uma escolha longamente premeditada e das mais perspicazes, dada sua proximidade das autoridades alemãs, prestígio entre a intelectualidade carioca, ascendência alemã e nacionalidade brasileira.

A eleição de Fleiuss para a presidência foi parabenizada por carta por diversas autoridades brasileiras: por Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do Ministério da Cultura, por Vitor Nunes, diretor geral da Secretaria de Justiça e Negócios Interiores, por Raul Leitão da Cunha, reitor da Universidade do Rio de Janeiro, etc. Lacerda informou que Fleiuss fez-se alheio à toda orquestração e tentou contemporizar os ânimos dos sócios mais exaltados, afirmando assumir a presidência a fim de garantir a independência da associação ante a intervenção nazista. Os esforços de Fleiuss, assim como de Sinzig e Heuberger, em tranquilizar os sócios mais exaltados foram bem-

---

<sup>1</sup> Max Fleiuss (1868-1943) foi historiador, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que gozou de certa notoriedade acadêmica internacional. Era filho do famoso pintor e caricaturista alemão Henrique Fleiuss, que veio ao Brasil a conselho de von Martius e fundou a importante revista *Semana Ilustrada*. Fleiuss, por sua vez, foi diretor da revista *Semana* (1893-1895), da *Século XX* e da *Renascença* (1904). Fleiuss morreu pouco após a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo.

sucedidos. Aparentemente, uma das poucas vozes que, desde pronto, efetivamente se levantou contra a situação foi a de Samuel Guy Inman, missionário norte-americano envolvido na “Política de Boa Vizinhança” e no auxílio aos exilados do nazismo, que arriscou um “portunhol”, ao denunciar o *Putsch* (Lacerda 1939).

Para muitos sócios, a situação da Pro Arte após a reunião era simplesmente incontornável. Os sócios alemães judeus e brasileiros opositores ao nazismo recusaram-se a assistir àquela farsa e abandonaram o salão, permanecendo apenas os que se submetessem às novas diretrizes. Por parte dos sócios judeus surgiu alguma resistência ao *Putsch*, partindo particularmente de Altberg, Orthof e Berger. Eles propuseram uma reunião em paralelo para articular uma solução ou mesmo uma resistência interna, o que envolveria desde a simples permanência na associação, até a exigência de um assento na curadoria da próxima exposição geral da associação. Para os representantes nazistas, era evidente que nenhuma concessão seria feita a tais sócios e ficaria a cargo de Sinzig e Heuberger, mais uma vez, explicar aos demais que as diretrizes nazistas eram intransponíveis.

Parece ter havido resistência também por parte de Oskar Kowsmann e, talvez, Hans Reyersbach, sócios judeus que ocuparam voluntariamente o posto de tesoureiros da associação. Ambos, com pleno respaldo de Heuberger e Rainville, ex-presidente da Pro Arte e herói alemão da Primeira Guerra, não informaram ao partido nazista onde se encontravam os registros contábeis da associação. Também não apresentaram uma lista completa de associados que o partido assertivamente demandava, visando a identificar sócios judeus. Aos representantes da *Kulturwart der AO der NSDAP*, teria ficado a impressão que Heuberger “teria feito tudo para entregar a Pro Arte aos judeus e lhes garantir ali influência decisiva”<sup>2</sup>.

A documentação do Ministério de relações exteriores alemão, no entanto, aponta em muitas atas e em longas transcrições de reuniões como a premeditação do *Putsch* antecipou a eleição forjada e como sinais claros da pressão nazista se anunciavam. Em tais reuniões, o frei Sinzig, ainda que antinazista, tomou a frente das negociações tendo em vista uma autonomia possível para associação ante os desígnios do partido. Heuberger encontrava-se, então, sob uma série de suspeitas dos interventores nazistas, que investigavam desde o uso da associação para enriquecimento próprio, até sua proximidade com artistas comunistas. O partido fez, então, um longo balanço das contas da associação através dos anos, tentando fechar algumas cifras da contabilidade. Além de Heuberger e suas empresas, estavam sob suspeita também os tesoureiros. Heuberger era

---

<sup>2</sup> “Insbesondere Herr Heuberger hat alles getan, um die Pro Arte den Juden in die Haende zu geben und ihnen dort entscheidenden Einfluss zu sichern”.- DR. MUELLER, Der Kulturwart der Landesgruppe Brasilien d. NSDAP. Um die Pro Arte den Juden in die Hände zu geben und ihnen dort entscheidenden Einfluß zu sichern”. Erich Müller (1933, 3).

questionado por associar-se a artistas considerados comunistas ou judeus pelo partido e, mais especificamente, por organizar a exposição importante da artista expressionista Käthe Kollwitz no Brasil (Catálogo 1928), a exposição por ocasião do retorno de Lasar Segall da França e por divulgar textos de autores comunistas<sup>3</sup>.

Além da desconfiança e do controle do partido sobre a Pro Arte, havia também uma oposição interna e oportunista contra Heuberger, que se valeu do *Putsch* para ganhar espaço e se afirmar. Apesar de ser citado pelas autoridades alemãs como *Deutsche Gruppe*, essa oposição era constituída por F. Maron, pintor alemão, H. Nöbauer, H. A. Reiner e O. Singer – todos os três austríacos, sendo Singer de origem judaica. Esse grupo culpava Heuberger pela infiltração de artistas modernistas nas exposições da Pro Arte, especialmente na exposição geral de 1933. Ainda, referiam-se a Heuberger como “comandante-ditador” da Pro Arte, algo risível, pois tal alcunha surge em reunião com representantes nazistas no Rio de Janeiro (Sitzung 1933).

Os partidários nazistas fizeram aprovar na mesma reunião do *Putsch* um novo artigo para o estatuto da Pro Arte que elegeria um certo número de associados para um *Praesidium*, responsável por regular a atuação da presidência. Para o *Praesidium*, apenas um brasileiro fora apontado: Walter Burle-Marx<sup>4</sup>, que estava ausente da reunião. A embaixada alemã decidiu, ainda, a mudança de nome da associação, incluindo as ciências entre as artes e as letras: “Sociedade Pro Arte de Artes, Letras e Ciências” – o que condiz com o valor dado pela política cultural da AO e da *Deutsche Akademie* aos cientistas alemães em pesquisa no Brasil. Além do *Praesidium*, o partido demandou que todas as correspondência, movimentações financeiras e decisões administrativas fossem sempre diretamente remetidas a dois interventores do partido, e, também, que somente artistas alemães participassem das bancas avaliadores das exposições (Müller 1933).

As posições do partido nazista no Rio de Janeiro, de certo modo, demonstravam uma profunda arrogância e truculência no trato com a comunidade alemã imigrada, mas, por outro lado, os representantes do partido tiveram que reconhecer a contragosto que Heuberger, apesar de todos ataques pessoais que sofrera, era um agente fundamental para a transição e continuidade das atividades culturais da Pro Arte. Heuberger acumulou um capital simbólico e social no campo artístico carioca que se revertia em poder, de fato, e, muitas vezes, sobrepujava as atribuições

---

<sup>3</sup> Os textos objeto da suspeita nazista eram um artigo da revista *Die Form*, assinado por um autor supostamente comunista, e um livro de Kästner, sugerido por Altberg ao grupo de leitura da Pro Arte. Cf. KRITISCHE Betrachtungen: Pro Arte. Ata R57 2560, maio de 1933. Bundesarchiv, Berlin-Lichterfelde.

<sup>4</sup> Walter Burle Marx (1902-1990) foi maestro, pianista e fundador da Orquestra Filarmônica do Rio de Janeiro em 1931. Após a Segunda Guerra, Burle Marx emigrou para os Estados Unidos, onde regeu orquestras de Nova Iorque, Detroit, Cleveland e Washington. Burle Marx era o irmão mais velho de Roberto Burle Marx, artista plástico e arquiteto-paisagista.

---

formais dos demais cargos da Pro Arte: presidentes, vice-presidentes, diretores, tesoureiros etc. Por conta disso, as comunicações das instituições nacionais e alemãs eram quase sempre remetidas diretamente a ele, pois fora seu representante através dos anos.

Quando a utilidade de Heuberger para as atividades da Pro Arte foi questionada pelos nazistas, Sinzig deixou abundantemente claro para as autoridades alemãs que sua cooperação era imprescindível. Fundava-se em Heuberger a articulação do curso de alemão na Pro Arte, trunfo inquestionável da política cultural alemã no Brasil. Ele atuava desde 1928 como representante da *Deutsche Akademie München*, assim como sua proximidade da ENBA era tamanha que, por seu intermédio, segundo Sinzig, fora contratado o pintor Leo Putz<sup>5</sup>. Sinzig lembra também que, por anos, Heuberger gozava de privilégios alfandegários para a importação de obras de artes alemãs para o Brasil. O próprio ministro enviado alemão chancelou o sucesso inquestionável das exposições de arte gráfica alemã de Heuberger no Uruguai e na Argentina – que contaram com a visita dos presidentes nacionais na inauguração do evento nos dois países (Sitzung 1933). Evidentemente, há que ser crítico ao protagonismo absoluto de Heuberger em todas essas empreitadas, porém, indubitavelmente, ele fora especialmente hábil em unir internamente a comunidade alemã no Rio de Janeiro, agregando não apenas um grande número de artistas alemães, brasileiros e teuto-brasileiros, mas também centenas de alunos no curso de alemão. Tal fato fica explícito nas festas de carnaval e ano novo da Pro Arte, organizadas em conjunto com a Club Germania, nos laços estreitos com o CAM e o SPAM em São Paulo e na colaboração com a Instituto Teuto-Brasileiro de Alta Cultura nas atividades culturais.

A Pro Arte, por sua vez, era importantíssima para a política cultural alemã no Brasil, muito provavelmente uma das dez associações mais importantes da comunidade alemã no Brasil<sup>6</sup>. A própria *Deutsche Akademie* deixou clara tal importância, ao remeter a Heuberger uma carta de Rudolf Hess, amigo pessoal do então presidente da *Akademie*, e *Stellvertreter des Führers*, segundo no comando da Alemanha nazista, que assegurou a independência da *Deutsche Akademie* em relação aos assuntos políticos de forma geral e garantindo que as atividades da “Pro Arte [deveriam seguir] provisoriamente inalteradas”<sup>7</sup>. Ora, uma declaração do *Stellvertreter des Führers*, em nome da *Deutsche Akademie*, para Heuberger, não é um fato vulgar. Todavia, se a mensagem garantia a independência política da *Deutsche Akademie*, isso se deve ao fato de sua política cultural estar finamente alinhada

---

<sup>5</sup> Apesar de que a afirmação de Sinzig ainda deva ser investigada, aparentemente preexistia algum contato entre Leo Putz e Heuberger ainda no contexto artístico de Munique.

<sup>6</sup> Além da Pro Arte: Gesellschaft Germania, Deutsch-Brasilianische Handelskammer, Deutsche Hilfsverein, Deutsche Frauenverein, Chorvereinigung “Harmonie”, Gesangverein “Lya”, Deutsche Turn- und Sportverein, der Sportklub “Germania” e a Deutsche Offiziersbund.

<sup>7</sup> “Pro Arte vorläufig unverändert lassen” (Deutsch 1934).

aos interesses do regime, não se fazendo necessária qualquer intervenção, restando à Pro Arte continuar ativa e alinhar-se também. Em última análise, tal garantia de autonomia política das instituições em relação ao partido nazista nada mais era do que uma estratégia de intimidação (Harvolk 1990).

Apesar da continuidade das atividades da Pro Arte e da permanência de figuras fundamentais para seu bom funcionamento, não se pode falar que o *Putsch* sobre a Pro Arte foi uma experiência exitosa para a política cultural alemã. Antes de avaliarmos tal política cultural, todavia, há que se considerar que sua aplicação na Pro Arte divergia muito, pelo menos em teoria, da política definida internacionalmente pela *AO der NSDAP*. Em linhas bastante gerais, tal política cultural da *AO* consistia em: uma política restrita aos *Reichsdeutsche*, excluindo *Volksdeutsche*, e que tinha por princípio a não-intervenção nos interesses e nos assuntos do *Gastland*.

Contudo, a política cultural estabelecida na Pro Arte após o *Putsch* baseou-se: na intervenção sobre uma associação brasileira que, apesar de financiada por instituições alemãs, teve sua administração interna manipulada por autoridades estrangeiras; na “atividade cultural” como subterfúgio para a propaganda nazista, não apenas para alemães, mas para sócios, leitores e ouvintes brasileiros – buscando rivalizar com a propaganda norte-americana no Brasil (Dietrich 2007, 48). A transgressão dessas políticas fundamentais da *AO*, muito mais do que um ato de insubordinação, revelam uma política deliberada e muito bem articulada que buscava corrigir falhas profundas e bastante recorrentes na política da *AO der NSDAP* e do Partido Nazista no Brasil e em outros países. Dessa forma, a política oficial da *AO* atendia a um discurso nacionalista estritamente alemão, conquanto sua praxe internacional teve de se adequar às realidades locais e ao contexto de rivalidade que se antecipou à guerra. Nesse sentido, concordamos com a hipótese de Dietrich sobre um nazismo “tropical”, ou seja, uma política cultural nazista que teve forçosamente de se submeter às realidades díspares locais. Outros exemplos das imposições da realidade brasileira à política da *AO* dizem respeito a transgressões indesejáveis, como os frequentes pedidos de casamento entre alemães e brasileiras e a adesão dos teuto-brasileiros simpatizantes ao nazismo, mas rechaçados pela *AO*, ao integralismo. Para ambos os casos, abriram-se exceções no Brasil.

### **A *Auslandorganisation der NSDAP* no Brasil**

Fundado em 1931, a *Auslandsabteilung*, como inicialmente era chamada a *Auslandsorganisation*, tinha sua sede em Hamburg e transformou-se em *Gau* em 1935, mudando para Berlim e tratando de assuntos relativos a marinheiros alemães no estrangeiro. Porém, o passo mais importante da *AO* na hierarquia nazista ocorreu em 1937, quando Wilhelm von Bohle foi nomeado chefe da

---



organização. A AO, então, empreendeu uma grande expansão, implicando em um aumento de complexidade e diversidade da organização e de seus grupos. Isso porque von Bohle, sendo chefe da AO, estava no mesmo nível hierárquico dos demais diretores dos partidos, como Goebbels – ou seja, entre os 18 *Reichsleiter* –, abaixo apenas do *Stellvertreter des Führers* Rudolf Hess e do próprio *Führer* Adolf Hitler. Logo abaixo de von Bohle estava Hans Henning von Cossel, *Landesgruppenleiter* e principal representante do partido alemão no Brasil, por anos a fio.

Como na Alemanha, as células brasileiras seguiam uma rígida hierarquia interna. Cada *Landesgruppe* era subdividida em *Ortsgruppen*, os quais lhe eram submetidos. Sob os *Ortsgruppen* havia os *Stützpunkte* – como no caso de São Paulo: Ribeirão Preto, Bauru, Araçatuba. Havia, ainda, os *Blocks* sob as *Ortsgruppen* ou *Stützpunkte* – Araraquara, Catanduva, Rio Preto e Taquaritinga, no caso de São Paulo. A menor divisão interna eram as *Zellen*, que correspondiam, geralmente, aos bairros das grandes cidades. Em São Paulo, em 1937, havia as células Jardim América, Centro 1, Centro 2 e Vila Mariana, por exemplo (Dietrich 2007, 53).

O partido nazista no Brasil, ou sua *Landesgruppe*, funcionou entre 1928 e 1938 em 17 estados, antecedendo em cerca de cinco anos a ascensão do partido ao poder na Alemanha. A sede nacional do partido, estabeleceu-se no Rio de Janeiro em 1933, ano em que Hitler se tornou chanceler. Sendo chefiada por Herbert Guss – que deixou a chefia por “desonrosa conduta” e foi substituído por Willy Kohn, vindo do Chile – a sede do partido mudou-se para São Paulo em 1934, sendo presidida por Hans Henning von Cossel.

O partido fazia-se bastante presente na sociabilidade dos teuto-brasileiros e em seu ideário político. O partido organizou festejos e celebrações, como o aniversário de Adolf Hitler e, especialmente, o Primeiro de Maio alemão, ocorrido em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Santa Catarina e Recife, com desfiles e suásticas flamulando. Dietrich afirma que muitas dessas cerimônias demonstram como o nazismo foi se “abrasileirando”, por exemplo, ao cantar-se o hino nacional brasileiro em festejos nazistas. O partido também desenvolveu uma imprensa extensa que alcançava o Brasil, havendo o *Deutscher Morgen*, jornal oficial do partido no Brasil, o *Deutsches Wollen*, jornal oficial da AO, e o *Deutschtum im Ausland*, do *Institut Deutsches Ausland*. Havia, ainda, jornais menores, como o *Der Nationalsozialist* do Rio de Janeiro, *Für Dritte Reich* de Porto Alegre, o *Deutscher Klub* de Pernambuco e o *Deutscher Verein* da Bahia (Dietrich 2007, 21-39).

Por conta da filiação ao partido ser exclusivamente para *Reichdeutsche*, muitos *Volksdeutsche*, procuraram filiar-se à Ação Integralista Brasileira (AIB). Mesmo os alemães natos impunham resistência à política nazista de não-miscigenação com brasileiros, e também estiveram presentes nas fileiras da AIB. Na região Sul, nazistas e integralistas até mesmo editaram conjuntamente um

---

jornal. Esse tipo de filiação desenvolveu-se e, na zona de colonização alemã de Santa Catarina, oito prefeitos integralistas foram eleitos em 1936 (Dietrich 2007, 28-40). Isso desafiava claramente as políticas do partido nacional-socialista alemão para a AO. Sendo patente que os teuto-brasileiros não se submeteriam ao radicalismo a um partido ao qual eles não eram aceitos, von Cossel criou uma associação de teuto-brasileiros pró-nazismo, de caráter mais conciliatório e pacifista.

As relações entre governo Vargas e o nacional-socialismo – tanto como partido à frente do Estado alemão quanto como ideologia totalitária – são bastante complexas. O debate acerca das influências do pensamento nacional-socialista sobre os governos Vargas é extensa, bastante analisada pela historiografia e, por isso, abordaremos aqui as repercussões mais diretas do nazismo sobre o Brasil.

No período de relações comerciais e diplomáticas mais intensas, entre 1933-1936, talvez a colaboração mais óbvia seja a caça comum ao “perigo vermelho”, que, no Brasil, envolveu o treinamento de policiais brasileiros pela *Gebeime Staatzpolizei (Gestapo)*. Para o partido nazista, a própria presença no exterior através da AO representava um “nazismo internacional”, em oposição à expansão do comunismo internacional. Ainda, as autoridades brasileiras, até a proibição dos partidos nacionais e das organizações estrangeiras, não se opunham à atividade nazista. Desde a primeira reunião do partido nazista em São Paulo, em 1932, o DOPS tinha um agente implantado na organização, ainda que esse tivesse considerado os alemães “ordeiros”, apesar da denúncia de um alemão sobre a ação do partido no *Diário da Noite* (Dietrich 2007, 70-77).

As boas relações entre Brasil e Alemanha e a “vista grossa” de Vargas às atividades do partido nazista no Brasil eram pautadas, ainda, pelos interesses econômicos por conta da venda de café e algodão. A posição neutra e ambígua de Vargas em relação à Alemanha permitiu-lhe, também, usar das vantagens comerciais com os EUA, em especial entre 1939-1941. Simbolicamente, prevalecia a cordialidade: Vargas referia-se a Hitler em carta de 1937 como “grande e bom amigo” e o casamento de seu filho, Luthero Vargas, com a alemã Ingeborg Tenhaeff, consolidou essa boa imagem, pelo menos para a comunidade teuto-brasileira.

O partido nazista alemão contribuiria para tal relação cordial com os Estados dos *Gastländer*, ao declarar seu desinteresse no proselitismo político (em tese, não divulgando suas ideias a estrangeiros), posicionando-se de forma neutra e não se envolvendo em assuntos internos. Contudo, tal posição neutra não impedia que o partido remetesse à Alemanha relatórios completos e recortes de jornais sobre *Gastland*, inclusive mantendo certo controle da população judia imigrada

da Alemanha<sup>8</sup>. A política de não-intervenção da AO tampouco revelou-se consistente no caso da tomada da Pro Arte, uma associação brasileira, para todos os efeitos.

As tensões diplomáticas entre Brasil e Alemanha foram as fraturas silenciosas que anteciparam a estrondosa declaração de guerra. Tais tensões expressaram-se na atuação da *Auslandsorganisation* no Brasil, na relação do Partido Nazista com colonos teuto-brasileiros, especialmente no Sul do Brasil, assim como são tensões patentes na Pro Arte após o *Putsch*.

A falta de abertura mínima ao diálogo em relação às medidas estritas e autoritárias impostas aos sócios, aos eventos, ao conteúdo da revista *Intercâmbio*, tiveram serias consequências práticas sobre a Pro Arte - principalmente a debandada de sócios e alunos do curso de línguas. Dos anos entre a intervenção nazista e a declaração de guerra, a Pro Arte anualmente descreveu uma fragorosa queda no número de sócios e alunos, a ponto de tornar o curso de alemão deficitário [Tabela 1].

Ano	Sócios/Alunos
1936	852
1937	684
1938	536
1939	302
1940	186
1941	180

**Tabela 1:** Atas de sócios e alunos inscritos 1936-1941. Número total de sócios e alunos da Pro Arte entre 1936 e 1941. Arquivo do Centro Cultural FESO - Pro Arte, Teresópolis.

As tensões que se estabelecem na Pro Arte também se relacionam ao seu status híbrido, sendo uma associação brasileira que representava instituições alemãs, aglutinando imigrados de língua alemã, descendentes e brasileiros. Mesmo após o *Putsch*, a Pro Arte nunca foi considerada uma associação diretamente atrelada ao Estado alemão, ao partido nazista ou à *AO der NSDAP* – como era o caso do *Lyra Gesangverein*, da *Hitlerjugend*, da *Frauenschaft*, da *Arbeitsfront*, da *Winterhilfe*, da *Lehrerschaft*, etc.

Heuberger, assim como Sinzig, tentaram apontar as flagrantes falhas na política cultural nazista, buscando convencer as autoridades a reconhecer a importância da participação dos

---

<sup>8</sup> Alguns fatos corroboram com a hipótese do antissemitismo no Brasil existir mais no discurso do que na prática. Até mesmo o discurso tem suas nuances. Por exemplo, o jornal nazista teuto-brasileiro *Deutscher Morgen* (São Paulo, 1932 – 1941) atacava os judeus alemães, mas não os judeus no Brasil (Dietrich 2007, 47-55).

brasileiros na associação. É patente nos discursos que a proposta da Pro Arte era, mesmo após o *Putsch*, o intercâmbio cultural e, por isso, não se poderia prescindir da cultura brasileira. Ante a ameaça nazista, eles argumentam que tal intercâmbio era, além de um espaço franco de contato entre culturas, uma forma mais eficaz de propaganda – que não se isolava do contato por arrogância ou desprezo nacionalista, tampouco por afirmar um *Deutschtum* puro e estrito<sup>9</sup>.

Devemos ter em mente que o ideário nazista no Brasil gozava de grande popularidade e que o partido nacional-socialista alemão era muito bem articulado e presente no país, tendo suas relações com o Estado brasileiro pautadas pela cordialidade e até pela ajuda mútua por anos. Apesar da rígida hierarquização e do forte centralismo, a AO teve uma presença global muito ampla, estabelecendo-se em 83 países, agregando 29 mil integrantes (Dietrich 2007, 19). Nesse sentido, podemos conjecturar que a encruzilhada na qual a Pro Arte se encontrou, entre o nacionalismo autoritário do Estado e o nacional-socialismo alemão, tenha sido imposta também a outras associações teuto-nacionais em vários países.

### O monitoramento do DOPS

A submissão da Pro Arte à política cultural e à propaganda nazista através dos anos foi crescente e intolerável para muitos de seus membros e para a opinião pública carioca, especialmente após a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo em 1942. Nesta seção tratamos do revide das autoridades brasileiras contra a associação e sua atividade como “quinta coluna”.

O verso do *Putsch* nazista sobre a Pro Arte, para além do vitupério das páginas de jornal, é a perseguição do DOPS à associação e aos seus membros. Se a intervenção da embaixada alemã se operou como uma incisão precisa no tecido da Pro Arte, a ação do DOPS foi errática e repleta de informações equivocadas ou simplesmente absurdas. Sobre a atividade da Cultura Artística no Rio de Janeiro, por exemplo, as autoridades acertam ao apontá-la como “ramificação” da Pro Arte, mas se equivocam completamente sobre todo o resto. A Cultura Artística é referida como “departamento cultural” da Ação Integralista Brasileira, e não da Ação Social Brasileira, fazendo a Cultura Artística parecer uma divisão de propaganda integralista em cooperação com o partido nazista, o que, diga-se de passagem, não existiu. Citam, ainda, a Pro Arte como “Sociedade Alemã de Alta Cultura” – provavelmente confundindo-a com a Sociedade Brasileira de Alta Cultura Alemã – que, em outro documento, é referida como “Sociedade de Alta Costura Alemã”. Erros ortográficos, não revisados ou corrigidos, pervertem completamente o sentido dos dossiês e

---

<sup>9</sup> “Os alemães no exterior não querem ser nacionais socialistas.” – Wilhelm von Bohle (Dietrich 2007, 18-22).

prontuários como ferramenta de inteligência e segurança, especialmente ao referir-se a cidadãos alemães cujos nome são reproduzidos das mais diversas formas possíveis.

Outro erro bastante frequente nos documentos do DOPS, demonstrando um desconhecimento fundamental do que era o nazismo, são as denúncias de “nazistas perigosos”, referidos no mesmo prontuário como “judeu” ou “alemão com ascendência judia”. Heuberger, especificamente, é apresentado em um mesmo documento como suspeito de atividade nazista e como alemão de “ascendência israelita”. Ainda, cita que Heuberger teria retornado à Alemanha entre 1938-39, onde fora recebido pelo próprio Hitler, o que parece totalmente descabido. Entretanto, a mais absurda acusação que recaiu pessoalmente sobre Heuberger, diz que ele teria se “convertido ao nazismo”, ao visitar um campo de concentração e ter a suástica marcada em uma das nádegas. O prontuário relata ainda que Heuberger, como agente da Alemanha em prol do nazismo e da espionagem, transmitiria ordens a Maria Amelia Rezende Martins, a mando do cônsul alemão em São Paulo (Heuberger 1942). As cartas de Maria Amélia, no entanto, deixam claro que ela tinha ampla autonomia como dirigente da Pro Arte e que Heuberger se envolvia cada vez mais com o crescimento de sua empresa *Casa & Jardim* em São Paulo, buscando evitar a perseguição do DOPS e a atenção da AO. Naturalizado brasileiro em 1941, às vésperas da declaração de guerra, Heuberger certamente estava menos suscetível às intimidações do DOPS do que a maioria dos imigrados alemães.

Seguramente, os próprios agentes do DOPS estavam atentos às frequentes ações de desinteligência das autoridades brasileiras: certo dossiê relata a absurda prisão por atividade nazista de Erwino Anuschek, líder da “frente negra”, organização reconhecidamente opositora ao nazismo no Brasil, e Theodor Putz, ex-cônsul austríaco em São Paulo e ativo antinazista (Estrutura 1942). As atividades do DOPS, nesse caso, serviram mais ao antigermanismo do que ao antinazismo. A confusão criada pela inteligência do DOPS estende-se à Pro Arte, cujo status oficial de associação brasileira fez com que fosse incerto se essa poderia ou não seguir suas atividades até 1943. Nenhum documento indica que fora apontado algum interventor ou que a associação fora fechada e seus bens apreendidos, restando-nos acreditar que ela fechou as portas por uma imposição tácita e informal.

Sinzig aparece nos dossiês do DOPS como alguém cujo prestígio acobertaria a atividade nazista de Mueller e Arp, enviados alemães ligados a Fleiuss e ao *Putsch* sobre a Pro Arte. Seus artigos de jornal e suas obras antinazistas publicadas não são sequer mencionadas. Também a Editora Vozes – que possuía muitos sacerdotes alemães em seus quadros e fora dirigida pelo próprio Sinzig – foi suspeita de propaganda nazista desde 1941 contando, como prova da atividade

---

de propaganda, com uma obra intitulada *Panorama da Literatura Contemporânea Alemã*. R. Josetti, diretor da Cultura Artística, foi citado como responsável por tirar a Ação Integralista Brasileira da esfera de influência do cônsul italiano em São Paulo e entregá-la à esfera de influência alemã. Novamente, ao que tudo indica, trata-se simplesmente de uma confusão dos agentes do DOPS entre Ação Social Brasileira e Ação Integralista Brasileira, dado que tal acusação não encontra embasamento. Aparentemente, a proximidade entre integralistas e nazistas era superestimada pelos relatos dos agentes do DOPS, que ignoravam que as autoridades alemãs rejeitavam conexões com o integralismo, relegando-o aos teuto-brasileiros simpatizantes ou à diplomacia italiana (Dossiê 1941, 18).

Como sabido, o DOPS também agia às margens da legalidade, com visitas e intimações discricionárias e, mais gravemente, com prisões à revelia do judiciário. As “visitas” das autoridades aos domicílios ou os “convites” de estrangeiros às delegacias não raro tornavam-se combustível para os jornais e a opinião pública. É o caso de H. J. Koellreutter que, relatando ter deixado a Alemanha por sua oposição ao nazismo, teve seu nome estampado nas páginas de jornal pelo poeta Rossini Camargo Guarnieri - irmão do compositor Mozart Camargo Guarnieri - que, além de acusá-lo de plagiário e charlatão, afirmou que Koellreutter compareceu a uma delegacia em São Paulo por conta de sua suposta atividade nazista (Guarnieri 1952, 27-28). À estridência da denúncia, que revela mais sobre as tensões do campo musical nacional do que sobre o caráter do acusado, Koellreutter responde ponderadamente:

Primeiro: acusar uma pessoa de sua nacionalidade ou raça é tão fora de propósito, e desleal como acusá-la de qualquer característica física. É um argumento fraco, barato que não convence. Menos ainda num caso como este. Pois, você como todo mundo que me conhece bem sabe, que admiro incondicionalmente a cultura e a música francesa, as quais agradeço uma grande parte da minha instrução e dos meus conhecimentos.” [...]

O fato de ‘haver sido preso certa vez em São Paulo’ não foi mais que arbitrariedade da polícia paulista contra mim - como aconteceu a muitas outras pessoas idôneas - numa época em que ser súdito do eixo já constituía motivo para despertar desconfiança. Ninguém ignora o fato de que fui exilado pelo governo de Hitler em consequência de minhas atividades anti-nazistas. A minha injusta detenção pela polícia paulista, durante a guerra do Brasil com os Países do Eixo - fato do qual nunca fiz mistério a ninguém, - não é nada de extraordinário, e só uma pessoa de má fé pode duvidar das minhas atividades anti-nazistas provadas no combate ao nazismo na Europa, quando tal atitude era ilegal e punida severamente, e nas minhas atividades artísticas, baseadas numa filosofia da arte marxista, a qual nunca tenha (sic) abandonado. É sobejamente conhecida minha completa e espontânea dedicação às coisas do Brasil e o meu trabalho, que visa unicamente servir ao desenvolvimento da cultura brasileira (Koellreutter 1946).

Dentre os músicos brasileiros próximos ou associados à Pro Arte e dignos de escrutínio pelo DOPS, destacam-se Walter Burle-Marx e Francisco Mignone. Além de participar dos concertos Pro Arte, Mignone co-dirigia a Sociedade de Intercâmbio Musical com um certo alemão de sobrenome Hering, o que foi suficiente para enquadrá-lo como suspeito. Quanto a Walter Burle-Marx, a documentação dos arquivos alemães confirma sua proximidade a autoridades alemãs

---



descritas pelo DOPS, sendo ele apontando para o *Praesidium* da Pro Arte após o *Putsch*. Ainda, o *Lyra Gesangverein*, grupo de coro musical ligado ao Estado alemão visando à difusão do *Deutschtum*, era associado ao coro filarmônico sob a regência de Walter Burle-Marx, sendo, por isso, o maestro convidado em dezembro de 1933 a apresentar-se na Ópera de Hamburgo. Ensaaiando com o *Philharmonisches Staatsorchester* por três meses, Burle-Marx apresentou-se em junho de 1934 com um programa generoso com seus compatriotas contemporâneos: performou a *Suite Brasileira*, de Francisco Mignone, e a *Caixinha de Boas Festas*, de Villa Lobos, agradando o público alemão ao incluir Bach nas primeiras apresentações.

A importância da música para a consolidação relações amistosas entre Brasil e Alemanha foi reiterada pelo embaixador alemão no Brasil, que se preocupou em não deixar o ano de Richard Wagner passar sem comemoração, pois era necessário combater a associação feita pela imprensa brasileira entre o nazismo e a barbárie. A importância das associações musicais no Rio de Janeiro ficou ainda mais explícita na carta em que o embaixador referia-se à atuação de Walter Sommermeyer como regente das *Deutsche Chorvereinigungen Harmonie* e da *Musikbochschule*: “Entre os membros dessa associação se incluem muitos brasileiros. Em vista disso, aspectos de políticas raciais não podem ser prontamente aplicadas a esta associação”<sup>10</sup>.

Como vimos, os relatos de perseguição aos artistas associados à Pro Arte abundam. No entanto, o mais grave ocorreu ao Quarteto Fritzsche de Dresden, que, por diversas vezes, apresentou-se em turnês pela América Latina em colaboração com a Pro Arte. O quarteto teve todos seus membros, não apenas apreendidos, como, de fato, encarcerados em ditos “campos de prisioneiros”. Tais campos, por funcionarem completamente a despeito dos acordos internacionais, dos quais o Brasil era signatário, sob o poder discricionário do Estado Novo, podem ser denominados verdadeiros campos de concentração. Não sabemos quais acusações recaíam sob o Quarteto, ou sequer se alguma havia, mas certamente sofreram a mais grave forma de represália. Apesar de eclodida a guerra em agosto, desde janeiro de 1942 os presos políticos alemães já lotavam as cadeias do DOPS e de outras delegacias. Poucas prisões receberam militares alemães prisioneiros de guerra, notavelmente o campo de prisioneiros de Pouso Alegre, Minas Gerais. Nos demais casos, os presos eram civis, sob acusações informais ou infundadas de espionagem ou colaboracionismo.

---

<sup>10</sup> “Zu Den Mitgliedern dieser Vereinigung gehören zahlreiche Brasilianer. In Hinblick hierauf können bei dieser Vereinigung rassenpolitische Gesichtspunkte nicht ohne weiteres zur Anwendung gebracht werden”. In: *Ata R57 2560*, 12.01.1934. Bundesarchiv, Lichterfelde, Berlin.

Como vimos, a perseguição aos ditos “súditos do Eixo” foi amplamente discricionária, arbitrária, visando não apenas a alemães partidários ou simpatizantes ao nazismo, mas a toda a comunidade alemã imigrada, de forma geral, assim como austríacos, suíços e muito frequentemente judeus alemães. Vitimada pelo *Putsch* nazista orquestrado por autoridades alemãs, a Pro Arte foi diretamente impactada pela perseguição do DOPS: quatro de seus músicos convidados foram presos, seus fundadores foram investigados, assim como seus sócios relataram situações intimidatórias, diversos jornais expuseram a submissão da Pro Arte à propaganda nazista etc.

### A sanha da Imprensa

A historiografia voltou-se frequentemente para a coerção das comunidades imigradas pelas autoridades policiais, especialmente pelo DOPS, destacando seu caráter amplamente arbitrário, desordenado e, por vezes, ilegal - mesmo em um regime de exceção. Destacaremos, no entanto, como a Pro Arte e seus sócios, ainda que monitorada diretamente pela polícia política, sofreu mais duramente com os ataques da mídia impressa.

A propaganda nazista na Pro Arte não era algo minimamente velado, mas transcorreu por longos anos sem grandes escândalos midiáticos, sem grandes incômodos ante a opinião pública. A tolerância à atividade nazista na associação por parte de alguns associados, brasileiros e alemães, parece ter ocorrido também na imprensa. Mesmo a denúncia de Carlos Lacerda, que relatamos anteriormente e que antecede em alguns anos as demais, emergiu em abril de 1939, mais de cinco anos após o *Putsch*. E se Sinzig era a figura de conciliação mais próxima na negociação com os nazistas durante os anos de transição, ainda que publicamente antinazista, suas denúncias aparentemente intensificaram-se ao longo dos anos, após as graves ameaças sofridas<sup>11</sup>. As demais denúncias eclodiram de fato após a declaração de guerra em 1942 e levantavam como argumentos fatos ocorridos há quase seis ou oito anos. A partir de então instalou-se uma real atmosfera de “caça às bruxas”, dando margem a todo tipo de oportunismo com motivações espúrias.

Certamente, o caso mais patente do uso de um ataque à Pro Arte tencionando uma capitalização pessoal revela-se no artigo de Enio de Freitas e Castro, presidente da Associação Rio-grandense de Música (ARM). As denúncias de Freitas e Castro misturam fatos graves e verídicos com suposições, imprecisões e injustiças deliberadas. Apesar de expor acertadamente a propaganda nazista veiculada pela revista *Intercâmbio* da Pro Arte e denunciar as ameaças de morte que Sinzig sofreu pelos nazistas, Freitas e Castro é simplesmente sensacionalista ao referir-se a Heuberger

---

<sup>11</sup> Heuberger escapou da sanha antigermanista, ainda que apenas na esfera legal, antes da declaração de guerra, quando se tornou cidadão brasileiro ainda em 1941, tendo, assim, o aval do Estado para atuar como jornalista.

---

como “Barão Prussiano a serviço do nazismo que recebe grossas subvenções” e a Rezende Martins como “*factotum* e *camelot* ambulante da Pro Arte”<sup>12</sup>. Contudo, fica expresso no artigo que ele se ressentia da negatividade da crítica musical rio-grandense, especialmente dos críticos do *Correio do Povo* que favoreceriam há anos músicos apresentados pela Pro Arte, em detrimento dos músicos locais da ARM ligados a Freitas e Castro. A réplica dos críticos dos jornais atacados, por sua vez, argumentava simplesmente que a Pro Arte teria meios de trazer artistas de fama internacional e músicos do maior quilate nacional, ao contrário da associação rio-grandense, com músico do estado<sup>13</sup>.

Outro episódio que motivara tal denúncia se relaciona ao primeiro contato do presidente da ARM com Maria Amélia de Rezende Martins, já como representante da Pro Arte. Nessa ocasião, estava em jogo uma proposta de parceria entre ambas as associações. Sem muitos esclarecimentos, a proposta de parceria foi abandonada por Rezende Martins, em favor de uma programação própria da Pro Arte. A partir de então, instalou-se, claramente, uma disputa entre ambas associações: uma regional, cujos eventos talvez conseguiam apenas se autofinanciar, e uma associação da capital federal, que, graças ao financiamento estrangeiro, conseguia trazer músicos europeus através do Atlântico.

Nessa série de denúncias que se espalharam pela região, o principal alvo foi Rezende Martins, que teve sua foto estampada em jornais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – deixando a imagem do presidente Max Fleiuss praticamente intacta. A resposta da Pro Arte às graves acusações, não se sabe se publicada, é do mais profundo cinismo. Apesar de pontuar corretamente que a associação sempre fora brasileira, afirmava também que nunca fora nazista, antes, fora perseguida pelo nazismo – uma verdade tortuosa, com muitos meandros, posto que quem assina o documento é o presidente apontado pelas autoridades alemãs. A resposta declarava, igualmente, que as propagandas nazistas eram, na verdade, meros informes, como qualquer jornal noticiaria. Obviamente uma mentira, dado que a revista era financiada pela Alemanha nazista e as propagandas destacavam-se dos artigos assinados por sócios da Pro Arte na revista (Resposta 1942).

Apesar de historicamente a Pro Arte expandir-se pelo Sudeste e parte do Nordeste com representações em livrarias, ela, de fato, se expandira bastante à época pela região Sul do Brasil –

---

<sup>12</sup> Entre 23 e 31 de março de 1942, Enio de Freitas e Castro lançou uma série de denúncias pelo *Diário de Notícias*: “Centro de espionagem alemã em plena Avenida Rio Branco”, “A técnica nazista da 'Pro-Arte- Brasil' e dos seus mentores”, “Pro-Arte, ninho nazista”, “Interditada a 'Pro Arte'”. “A 'melódiosa' quinta coluna”. Corroborando as denúncias de Enio: (Carvalho 1942); (Perlana 1942a), (Perlana 1942b).

<sup>13</sup> Rezende Martins relatou, ainda, que o ressentimento de Freitas e Castro surgiu após ele perder um concurso a uma cátedra no Rio de Janeiro (Antônio 1942), (Martins 1942).

Curitiba, Porto Alegre, Joinville, Blumenau, Brusque e Florianópolis, o que parece revelar o especial interesse pelos centros de imigração do interior catarinense. Essa expansão, para além das capitais, pode relacionar-se à uma tentativa do ideário nazista de alcançar o meio rural, a ele menos permeável se comparado ao meio urbano. A impermeabilidade deve-se, dentre outros fatores, à incompatibilidade entre a identidade teuto-brasileira, construída desde o século XIX pelos colonos e seus descendentes nascidos no Brasil, e o *Deutschtum* pura propagada pelo partido nazista (Seyferth 1999, 203-207). Tal hipótese acerca da interiorização da Pro Arte é ratificada pela fusão da associação com o *Lyra Gesangverein* – associação geralmente muito próxima da AO – em Blumenau.

Certa defesa da Pro Arte nos jornais de Belo Horizonte parece indicar que também por lá a Pro Arte sofreu graves ataques após a eclosão da Segunda Guerra na Europa, do contrário, não seria necessário desassociar o nome de Heubeger da Alemanha ou do nazismo:

Theodoro Henberger (*sic*) tem levado exposições de arte brasileira a Berlim, a Munich, a Leipzig, exclusivamente por sua conta, quando vae à Allemanha em visita a sua família. E de lá volta com produções allemãs offerecidas ao Brasil. Não há política no seu programma, senão a da Arte. O mesmo que faz com relação à Allemanha, realiza com relação aos Estados Unidos, à Bélgica, à França, à Itália. A Pró-Arte é cento por cento brasileira; porque os elementos que não são nascidos do Brasil só se encontram lá dentro trabalhando pela arte brasileira e sua diffusão. Diffusão fóra e dentro do paiz. Ella valoriza os nossos artistas. Está sempre disposta a offerecer credenciaes para que elles se apresentem nos Estados onde não são conhecidos, como ainda agora faz com Alice Ribeiro.

É um trabalho silencioso e útil que vem fazendo pelo Brasil e que, nada tendo de nazismo, tem de allemão. O nome de Theodoro Henberger (*sic*), que realizou o milagre dessa criação (O que é pro Arte? 1939).

As denúncias contra a Pro Arte, tecidas em cidades na qual a associação havia recentemente se estabelecido, expressam um tipo de conflito que certamente não ocorreu apenas na Região Sul do país. Mesmo no Rio de Janeiro, a Pro Arte “rivalizava” de forma saudável com a Música Viva, liderada por H. J. Koellreuter. Buscando sempre trazer os mais novos e interessantes músicos europeus ao Brasil, ambas associações provavelmente mantinham a competição em bons termos, já que Koellreuter também se apresentava pela Pro Arte à época. Contudo, ao penetrar no campo artístico local de diversas grandes metrópoles, a Pro Arte alterou as estruturas vigentes, dissolveu monopólios, desafiou mecenatos, alterou as regras do jogo do mercado artístico e abalou as relações simbólicas entre grupos de artistas locais. É patente que a Pro Arte esteve em uma posição privilegiada na maior parte desses contextos, posto que contava com um financiamento sólido do Estado Alemão, além das mensalidades dos sócios, possuindo uma revista própria e ampla programação de músicos europeus em turnê. Tais tensões locais certamente merecem maior investigação, pois devem compreender o delicado equilíbrio dos campos artísticos de cada cidade ou região, levando em conta suas especificidades.

---

Os conflitos pela posição dentro do campo artístico nacional revelam também a dicotomia entre o campo artístico da capital federal, que cada vez mais se pretendia nacional, e os demais campos que, excetuando São Paulo, podemos definir como de escopo local ou regional. Entretanto, mesmo no Rio de Janeiro, o embate entre a matriz modernista carioca, representada pela chamada Escola Carioca ainda em conformação, e a matriz modernista teuto-brasileira intensificar-se-ia ao longo da década de 1930.

Findo o conflito mundial e o Estado Novo, a ordem democrática lentamente reestabeleceu-se no Brasil e na Alemanha. Na seção seguinte, trataremos muito brevemente dos caminhos da Pro Arte no Pós-Guerra: como a associação retornou à atividade, em qual posição ela se reinscriu no campo artístico e em que medida as medidas xenófobas foram ou não revertidas.

### **O Pós-Segunda Guerra Mundial**

Durante o Pós-Segunda Guerra, ficou ainda mais evidente o impacto e as marcas indeléveis causadas pelas tensões entre o nacional-socialismo alemão e nacionalismo brasileiro na trajetória da Pro Arte.

Apesar de todas as medidas do Estado Novo contra a comunidade alemã, a Pro Arte cessou suas atividades, mas não deixou de existir como instituição formal. Assim que a Pro Arte deixou de organizar seus concertos a partir de 1942, Heuberger, Sinzig e Maria Amélia Rezende fundaram, com outros sócios-fundadores, a ABC, registrada oficialmente em 1947 e posteriormente reabsorvida pela Pro Arte. Retornando às atividades culturais paulatinamente em 1946 e recebendo o financiamento alemão ao longo das décadas de 1950 e 1960, a Pro Arte entrou em uma nova fase pautada mais intensamente no ensino de música. Após a mudança da associação para Teresópolis em 1950, inúmeros concertos e Cursos Internacionais de Férias foram organizados anualmente, destacando-se a atuação de H. J. Koellreutter, que colocou a Pro Arte em contato com a Escola Livre de Música em São Paulo (1952) – transformada posteriormente em Seminário de Música Pro Arte –, com a Escola Livre de Música de Piracicaba (1953), com o Seminário de Música do Rio de Janeiro (1957) e com a Escola de Música da Universidade Federal da Bahia (1954), todas criadas por Koellreutter em seu período na Pro Arte<sup>14</sup>. Pelos cursos da Pro Arte passaram compositores como Cláudio Santoro, Edino Krieger e Isaac Karabtchevsky, no campo da música orquestral, mas

---

<sup>14</sup> Um dos introdutores da música dodecafônica no Brasil, Hans-Joachim Koellreutter teve como alunos Cláudio Santoro, Guerra Peixe, Edino Krieger, entre tantos outros, influenciando um número ainda maior de compositores brasileiros. Cf. (Pro Arte 1969).

também o tropicalista Rogério Duprat, sem esquecer da formação de Tom Zé na Escola de Música da UFBA, diretamente impactada por Koellreutter.

Além da influência musical da Pro Arte e de Koellreutter em São Paulo e na Bahia, devemos lembrar da atuação da Pro Arte capitaneada por Eva Sopher no Rio Grande do Sul. Sopher, alemã de origem judaica, imigrada para o Rio de Janeiro em 1936, teve contato com Heuberger no Rio de Janeiro, manteve tal contato em sua formação artística em São Paulo e, ao mudar-se finalmente para Porto Alegre, organizou concertos, congregou novos sócios e militou pela cultura, representando a Pro Arte por décadas a fio.

Ainda que o Pós-Segunda Guerra e Pós-Estado Novo no Brasil sejam pautados por considerável redemocratização, pelo menos na esfera institucional e constitucional, sob a presidência do Marechal Eurico Gaspar Dutra, ministro e opositor de Vargas, na Alemanha o processo de reconstrução democrática foi muito mais penoso. A reorganização do Estado Alemão, que só se efetivou em 1949, teve consequências diretas sobre a reorganização e financiamento de entidades teuto-brasileiras como a Pro Arte (Dutra 1997, 339-349).

No Brasil, permaneceu certa morosidade em se reverter as medidas de guerra tomadas contra a população alemã e teuto-brasileira. A devolução dos bens confiscados de pessoas físicas e jurídicas no Rio Grande do Sul, por exemplo, é questão complicada que se desenrolaria ao longo de 1948, quase três anos após o fim do conflito. No caso sul-rio-grandense, a justiça determinou que os confiscos teriam sido feitos em Estado de exceção e não poderiam ser julgados por um tribunal regular, fora do contexto da guerra (Gertz 2015, 8). Há que se considerar, todavia, que as posturas do judiciário e das polícias, incluindo o DOPS, eram, muitas vezes, pautadas em ocultar as provas dos abusos cometidos livremente pelas próprias autoridades, especialmente por policiais, durante a ditadura do Estado Novo. Isso ficou claro quando o Palácio da Justiça, que albergava os órgãos de polícia em Porto Alegre, ardeu em chamas. Valiosos documentos policiais do período da Segunda Guerra foram perdidos, inviabilizando qualquer ressarcimento da população teuto-gaúcha.

Como vimos, as sementes plantadas por Heuberger no Pós-Guerra frutificaram nas décadas seguintes, tanto institucionalmente, através do Centro Cultural UNIFESO - Pro Arte, que permanece ativo ainda hoje, quanto através das gerações sucessivas de alunos dos cursos e seminários de músicas, dentre os quais despontaram professores e músicos proeminentes no campo artístico nacional. A história da Pro Arte, de seus sócios, e de tantos artistas alemães imigrados para o Rio de Janeiro, oferece um raro testemunho contrapontístico do campo artístico durante a Era Vargas. Mas, tratando-se de uma história social do imigrante no Brasil, podemos

---



dizer que, ainda que o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo tenham representando um momento de distensão entre o Estado brasileiro e a comunidade de imigrantes alemães, as condições sociais de imigração para o Brasil não se tornaram muito mais amenas - se comparadas a outros países das Américas.

Desta forma, podemos apontar, à guisa de conclusão, que a Pro Arte descreveu uma trajetória singular, passando de centro difusor do modernismo alemão no Brasil a entidade propagadora da ideologia nazista no campo cultural. Contudo, como tantas outras associações teuto-brasileiras espalhadas pelo país, a Pro Arte não escapou à pressão nacionalista da Era Vargas e tampouco da política cultural Nazista - tendo por *coup de grâce* a declaração de Guerra do Brasil aos países do Eixo em 1942.

### Referências bibliográficas

- Altberg, Alexander. *Memórias*. Rio de Janeiro: 2008.
- Antônio, Paulo. Em defesa da Crítica. *Folha da Tarde*, 26 de março de 1942.
- Carvalho, Augusto de. Ocupada pela polícia a sede da 'Pro Arte Brasil', em Curitiba. *Diário de Notícias*, 25.3.1942
- Catálogo da Exposição de 1928, *Ata 0003 (1928)*. Arquivo do centro cultural FESO – Pro Arte, Teresópolis
- Deutsche Akademie. *Ata R57 2560*, 09.01.1934. Bundesarchiv, Lichterfelde, Berlim.
- Dietrich, Ana Maria. *Caça às suásticas: o partido nazista em São Paulo sob a mira da polícia política, No.1 - Nazismo*. São Paulo: FAPESP, IMESP, HUMANITAS, 2007.
- Dietrich, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O partido Nazista no Brasil*. Tese de Doutorado defendida em 2007 pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- Dutra, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- Dutra, Eliana Regina de Freitas. O fantasma do outro, espectros totalitários na cena política brasileira nos anos 30. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.23-24, 1991-1992.
- Dossiê Editora Vozes Ltda. *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*. Série Alemão, notação 11, dossiê 16, Pasta 11, P-18, 27 de setembro de 1941
- Estrutura e organização interna [da AO no Brasil] *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*. Coleção Polícia Política. Série Alemão, Dossiê 1, folhas 289.
- Gertz, René Ernani. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- Gertz, René E. “Descendentes de alemães no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. *Anais... XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, 2015.
- Guarnieri, Rossini Camargo. Koellreuter, Charlatão e Plagiário. *Revista Fundamentos*, Ano V, n. 28, junho de 1952.
-

- Harvolk, Edgar. Eichenzweig und Hakenkreuz. Die Deutsche Akademie in München (1924–1962) und ihre volkskundliche Sektion. München: Münchner Vereinigung für Volkskunde, 1990.
- Heuberger, Theodor. *Prontuário 37.006*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ. Coleção Polícia Política, Série Prontuários GB.
- Koellheuter, H. J. Carta a Paulo Bittencourt, diretor do Correio da Manhã, sobre Eurico Nogueira. *Arquivo Koellreutter*, UFSJ, 28 de abril de 1946. Arquivo não catalogado.
- Lacerda, Carlos. *Rosas e pedras de meu caminho*. 1974
- Lacerda, Carlos. *Diretrizes*, n.º.13, abril de 1939.
- Leo Putz, 1869-1940: Von der Scholle nach Südamerika. Neues Stadtmuseum, Landsberg a. Lech, 1999.
- Martins, Amélia Rezende Martins. *Reflexões Contemporâneas*. Rio de Janeiro: 1931.
- Martins, Amélia Rezende Martins. *Idealizador Realizador*: Barão Geraldo Rezende Martins. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1939.
- Martins, Maria Amélia de Rezende. O insignificante Enio. *Correio do Povo*, 23 de março de 1942.
- Müller, Erich. À Pro Arte. R57 2560, 22.11.1933. Bundesarchiv, Lichterfelde, Berlim.
- Müller, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika*: Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931-1945. Akademischer Verlag Stuttgart, 1997.
- O que é Pró-Arte?. *Estado de Minas*, 25 de fev de 1939.
- Paulo, Heloísa H. J. Aspectos da ação do DIP: a divulgação da censura e a censura da divulgação. LPH. *Revista de História*, v. 1, 1990.
- Perlanda, Ernesto, *Diário de Notícias*, 28.3.1942.
- Perlanda, Ernesto. A sociedade Pro Arte era subvencionada pela embaixada alemã. *Diário da Noite*, 06.04.1942.
- Pro Arte, 45 anos, Intercâmbio cultural. *Intercâmbio*, separata da revista, n.10,12. Rio de Janeiro: Pro Arte, 1969.
- Resposta ao Diário de Notícias de Porto Alegre, 29 de março de 1942. *Ata 0023*, (1940-1942). Arquivo do centro cultural FESO - Pro Arte.
- Seyferth, Giralda. “Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”. Pandolfi, Dulce (Org.) *Repensando a Era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- Sinzig, Pedro Frei. *Em plena guerra*: Scenas da actualidade. Petrópolis: Typographia das Vozes de Petrópolis, 1º e 2º milheiro, 1912.
- Sinzig, Pedro Frei. *Reminiscências d’Um Frade*. Petrópolis: Editora Vozes de Petrópolis, 1917.
- Sitzung auf den Deutschen Gesandtschaft. R57 2560, 24.11.1933, Bundesarchiv, Berlin-Lichterfelde.
- UNTERBERGER, Siegfried; STRIMMER, Ute (Org.). *Als München leuchtete*, Die Künstlergruppe “Scholle” und Leo Putz. München: Edition Minerva, 2009.
- Zen, Erick Reis Godliauskas. *Imigração e revolução*: Lituanos, poloneses e russos sob vigilância do DEOPS. São Paulo: Edusp, 2010.
-

\*\*\*

Recebido: 17 de abril de 2022

Aprovado: 08 de junho de 2022

---

Dossiê: Fascismos, 100 anos depois

<https://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.37259>

**A Dietsland Empire? The international and transnational dimensions of Dutch fascism and the NSB, 1922-42**

*Um Império da Grande Holanda? As dimensões internacional e transnacional do fascismo holandês e o NSB, 1922-42*

*¿Un Imperio de la Gran Holanda? Las dimensiones internacionales y transnacionales del fascismo holandés y el NSB, 1922-42*

Nathaniël D. B. Kunkeler\*

<https://orcid.org/0000-0002-4542-9594>

**ABSTRACT:** Dutch fascism was marked by an international outlook and character from the outset of the 1920s. Rather than a purely Netherlands affair, it had proponents in multiple countries, particularly Belgium and the East Indies (Indonesia). For many of these, the idea of a Great Netherlands territory uniting all Dutch-speaking nations – Dietsland – was central to their international vision. There were a number of Dutch fascist parties and other organisations spread across the globe which experienced limited success throughout the 1920s, notably Flemish fascists in Belgium, and the reactionary Fatherland Club in the Dutch Indies. The latter was the most important, successfully mobilising the white settler population against perceived weakness in the face of Indonesian nationalism and communism. In the early 1930s they became influenced by fascism. The dominant fascist force of the 1930s however was Anton Mussert’s National Socialist Movement, which became a considerable force in the Netherlands, but proportionally even greater in the East Indies. Permitting mixed-race members in the party, it established integrated branches in the colonies where it became the largest political party. An inclusive culturalist notion of Dietsland was central to the party’s international vision and plans for a future fascist Imperium. It took a broadly positive stance towards the colonial administration, pointing to it as a model of fascist rule. This international Dutch fascism was underpinned by a transnational network of members and colonial administrators and army veterans which moved around the Dutch empire. This had a real impact on the development of party ideology, as leaders had to reckon with the

---

\* Centre for Research on Extremism (C-REX), University of Oslo. Postdoctoral fellow. PhD in history from University of Cambridge (2019). Author of: *Making Fascism in Sweden and the Netherlands: Myth-creation and respectability, 1931-40* (Bloomsbury Academic: London, 2021). *Modern European History*. E-mail: [nathaniel.kunkeler@c-rex.uio.no](mailto:nathaniel.kunkeler@c-rex.uio.no)

influence of the transnational fascist network. However, ultimately metropolitan chauvinism and white supremacism determined the ultimate failure of Dutch fascism in the Indies and the hollowness of the Dietsland myth.

Keywords: Fascism. Colonialism. Transnational history. Indonesia. The Netherlands.

RESUMO: O fascismo holandês foi marcado por uma visão e um caráter internacional desde o início nos anos 1920. Ao invés de um caso puramente holandês, teve proponentes em vários países, particularmente na Bélgica e nas Índias Orientais (Indonésia). Para muitos deles, a ideia de um território da Grande Holanda que unisse todas as nações de língua holandesa - Dietsland - era central para sua visão internacional. Havia uma série de partidos fascistas holandeses e outras organizações espalhadas pelo mundo que tiveram um sucesso limitado durante os anos 1920, notadamente os fascistas flamengos na Bélgica, e o reacionário Clube da Pátria nas Índias Holandesas. Este último foi o mais importante, mobilizando com sucesso a população de colonos brancos contra a percepção de fraqueza diante do nacionalismo e do comunismo indonésio. No início da década de 1930, eles se tornaram influenciados pelo fascismo. A força fascista dominante dos anos 30, no entanto, foi o Movimento Nacional Socialista de Anton Mussert, que se tornou uma força considerável na Holanda, mas proporcionalmente ainda maior nas Índias Orientais. Permitindo membros de raças mistas no partido, ele estabeleceu filiais integradas nas colônias onde se tornou o maior partido político. Uma noção culturalista inclusiva de Dietsland era central para a visão e planos internacionais do partido para um futuro Império fascista. Tomou uma posição amplamente positiva em relação à administração colonial, apontando-a como um modelo de governo fascista. Este fascismo internacional holandês era sustentado por uma rede transnacional de membros e administradores coloniais e veteranos do exército que se movimentavam em torno do império holandês. Isto teve um impacto real no desenvolvimento da ideologia partidária, pois os líderes tiveram que contar com a influência da rede fascista transnacional. No entanto, o chauvinismo metropolitano e a supremacia branca determinaram o fracasso final do fascismo holandês nas Índias e a ociosidade do mito Dietsland.

Palavras-chave: Fascismo. Colonialismo. História Transnacional. Indonésia. Países Baixos.

RESUMEN: El fascismo neerlandés estuvo marcado por una perspectiva y un carácter internacionales desde sus inicios de la década de 1920. Más que un asunto puramente neerlandés, tenía defensores en múltiples países, especialmente en Bélgica y las Indias Orientales (Indonesia). Para muchos de ellos, la idea de un territorio de la Gran Holanda que uniera a todas las naciones de habla neerlandesa -Dietslandia- era fundamental en su visión internacional. Hubo una serie de partidos fascistas holandeses y otras organizaciones repartidas por todo el mundo que tuvieron un éxito limitado a lo largo de la década de 1920, especialmente los fascistas flamencos en Bélgica y el reaccionario Club de la Patria en las Indias Holandesas. Este último fue el más importante, al movilizar con éxito a la población de colonos blancos contra la debilidad percibida frente al nacionalismo indonesio y el comunismo. A principios de la década de 1930 se vieron influenciados por el fascismo. Sin embargo, la potencia fascista dominante en la década de 1930 fue el

---

Movimiento Nacional Socialista de Anton Mussert, que se convirtió en una fuerza considerable en los Países Bajos, pero proporcionalmente aún mayor en las Indias Orientales. Permitiendo la afiliación de miembros de raza mixta al partido, estableció ramas integradas en las colonias, donde se convirtió en el mayor partido político. Una noción culturalista inclusiva de Dietslandia era fundamental para la visión internacional del partido y los planes para un futuro Imperio fascista. Adoptó una postura ampliamente positiva hacia la administración colonial, señalándola como un modelo de gobierno fascista. Este fascismo neerlandés internacional se apoyaba en una red transnacional de miembros y administradores coloniales y veteranos del ejército que se movían por todo el imperio holandés. Esto tuvo un impacto real en el desarrollo de la ideología del partido, ya que los líderes tuvieron que contar con la influencia de la red fascista transnacional. Sin embargo, en última instancia, el chovinismo metropolitano y el supremacismo blanco determinaron el fracaso final del fascismo holandés en las Indias y la falsedad del mito de Dietsland.

Palabras clave: Fascismo. Colonialismo. Historia transnacional. Indonesia. Países Bajos.

#### How to cite this article:

Kunkeler, Nathaniël D. B.. "A Dietsland Empire? The international and transnational dimensions of Dutch fascism and the NSB, 1922-42". *Locus: Revista de História*, 28, n. 2 (2022): 124-145.

\*\*\*

On the eighth anniversary of the founding of the Dutch National Socialist Movement (*Nationaal-Socialistische Beweging*, NSB), December 1939, the Batavia and South-Sumatra branches of the party in the Dutch East Indies (Indonesia) published a booklet celebrating their political struggle. More than ever, it declared, did the Indies NSB members feel 'one with our Comrades in the Netherlands', but they were particularly thinking not of those on 'National Dutch soil' [*Rijks-Nederlandschen bodem*], but those fighting against the alienation of the Dietse nature.

On this day we think of the battle which *our Flemish National comrades* wage in the growing consciousness of their Diets connection with the National Netherlands. We think of the battle of *our tribal relatives in South-Africa* with whom the Diets idea of tribal belonging and national consciousness – ever since their settlement there – has existed undefiled. But we also commemorate *the Pioneers of the Tropical Netherlands*, who through and in their battle with the Tropics have awakened Diets consciousness. These thoughts have brought us to elucidate the spirit of the front in a few articles. These articles will strengthen you in the battle of AWAKENING DIETSLAND. (N.S.B. 14 December 1931-14 Wintermaand 1939 1939, 3)

For these Dutch fascists, as for many Dutch nationalists, the true nation was Dietsland, the imagined territory that would incorporate all Dutch-speaking tribes that had been scattered across the globe since the early modern Dutch Republic's colonial ventures. Flanders would be incorporated into the territory of the Netherlands as the South-Netherlands, and in the vision of NSB leader Anton Mussert (1894-1946), all parts of the empire, including the East and West Indies (Curaçao, Suriname), South Africa, and even the Congo, would be administered as one cohesive Diets realm, ending the latter's status as colonies exploited by the metropole (Mussert, 1937/38).

---



Thus the nation would be able to live up to its full potential on the world stage as a united *Imperium* of tens of millions of people. Rather than being myopic or provincial in its outlook, the NSB possessed an international vision of Dutch fascism, and had an integral international party apparatus to back this up. Whether it ultimately succeeded in living up to this vision is another matter.

### The emergence of Dutch fascism

This international vision was not entirely unique to the NSB. By the time the First World War broke out the imperatives of Dutch international politics had become firmly established tenets of the Dutch Right. Above all, retain absolute control of the East Indies, as encapsulated in the slogan *Indië Verloren – Rampspoed Geboren* (The Indies Lost – Disaster Born), reflecting the belief that economic survival was entirely dependent on the colonies (Foray 2013, 34).<sup>1</sup> As Indonesian independence in the post-war period shows this unique idea of total dependence was highly exaggerated (Wesseling 1980, 127–32), but does point to the prominence of the East Indies in the Dutch nationalist imaginary. It is therefore not surprising that concerns with this territory also found its way into Dutch fascism.

That being said, the first fascist groups to emerge in the 1920s in the Netherlands remained narrowly national affairs. The first of these emerged around the political journal *Katholieke Staatkunde* (Catholic Statecraft) in the immediate wake of the March on Rome. (Huberts 2017, 60–62). In 1924 the group became associated with the Netherlands' first fascist party, the *Verbond van Actualisten* (VvA, Union of Actualists), which was small, but loud, making headlines by disturbing left-wing meetings and strike-breaking actions (Pauw 1987). This short-lived party (1923-24) was eventually replaced by the more enduring *Vereeniging De Bezem* (Union the Broom), founded in December 1928, bankrolled by millionaire Alfred Haighton, and led by H.A. Sinclair de Rochemont (1901-42) (Zaal 2016, 44–53). While *De Bezem* managed to keep going until 1932, it was riven by factionalism; at the same time there were other new extreme-right groups cropping up which embraced fascism more or less openly to varying degrees, but rarely lasted more than a year if that (Huberts 2017, 63–99). By the end of the 1920s the various Dutch fascist groups had successfully managed to cement a reputation for diletantism.

Over the southern border fascism was also attracting considerable attention. While much of the Anglophone literature has focused on the initial success of Léon Degrelle's Rexists in

<sup>1</sup> The slogan was coined by the Afrikan C.G.S. Sandberg (1866-1954), who would later become colonial advisor to Mussert.

---

Francophone Belgium (particularly in the elections of 1936), Flemish fascism was of no less importance (and of more lasting significance). Here was the origin of the idea of Dietsland (Foray 2013, 32). Disappointed with the continued dominance of francophone rule after WW1 after ‘Dutchification’ reform was blocked, the Flemish nationalist *Vlaamse Front* (Flemish Front), generally known as the *Frontpartij* (Front Party) became estranged from democracy (Wever 1994, 33). In 1925 Joris van Severen, an admirer of Mussolini and Gabriele D’Annunzio, broke with the *Frontpartij* and founded the *Katholieke Vlaams Nationaal Verbond* (KVNv, Catholic Flemish National Union). The following year van Severen formulated the KVNv’s ultimate goal as being a united Netherlands and Flanders, i.e. Dietsland. Requiring the breaking up of the Belgian state, the organisation explicitly endorsed a violent revolutionary strategy (Wever 1994, 46, 50–52; 2009, 472–73). There would be many other successors to the *Frontpartij* and the KVNv. van Severen founded the overtly fascist *Verbond van Dietsche Nationaal-Solidaristen* (Verdinaso, Union of Diets National Solidarists) in 1931, which he would lead until 10 May 1940, when he was arrested by Belgian authorities, handed over to the French, and summarily executed. Most important was the VNV, founded in 1933 with Staf de Clercq as leader. de Clercq, a very competent organiser without van Severen’s doggedly radical streak, succeeded in uniting various Flemish organisations into the VNV. Only later would he transform himself into an authoritarian party Leader (Wever 1994, 95–104).

de Clercq’s support for the *Dietse* idea naturally aligned the VNV with Dutch irredentism, and especially Dutch fascist irredentism as it promoted the breakup of the Belgian state. While these two *Dietse* projects remained quite separate in the 1920s, there was some actual transnational interaction on this issue in the ‘30s. Already in the first issue of NSB weekly *Volk en Vaderland* (VoVa, People and Fatherland) in January 1933, the party affirmed the common destiny of the Netherlands and Flanders, ‘the idealistic Greater Netherlands position’, threatened by France.

Because stronger than the bond, stronger than the gratitude which we owe Flanders, because it has for centuries been the dam that broke the French flood wave – stronger than the knowledge that to an important extent it has been and Flemish who made the Dutch Golden Age, while Holland deliberately, out of greed and pride, left Flanders in its sorry state – stronger than all this together, we are tied to Flanders, burdened by the common threat... (‘Vlaanderen en Holland’, *Volk en Vaderland*, 1933, 2)

The VNV and NSB recognised the mutually shared goal – Dietsland – which created the foundation for collaboration between the two parties. The parties reported appreciatively on each other in their respective party presses, underlining the international nature of the NSB fascist project (‘Vlaamsch Nationaal Verbond’, *Volk en Vaderland*, 1935, 8). But while the Dietsland ideal was uncontroversial in Flemish and Dutch far-right circles, it was also profoundly unrealistic. As

---

Bruno de Wever noted in the Belgian case, Dietsland served mainly as a convenient myth, one with revolutionary potential but requiring no immediate action (Wever 1997, 167–69, 179). Perhaps that is also why cooperation remained limited in practice. The VNV and NSB exchanged delegates at party conferences, Mussert and de Clercq met up in Utrecht at one point (Klijn and Slaa 2021, 124), the NSB wrote fervently admiring reports on the burning flame of Flemish youth, and so forth, but ultimately both Mussert and de Clercq were primarily interested in advancing the cause of fascism within their respective national borders.

Dutch fascism seemed to have better prospects in the East Indies, in the form of the ideologically conservative *Vaderlandse Club* (VC, Fatherland Club). Founded in 1928 in Surabaya, it was largely led by P.M.J.C. Hamer (future Nazi collaborator and police commissioner), and Henri Carel Zentgraaff (1874-1940), a former sergeant-writer during the Aceh War. Only Dutch people were permitted as members, and it was mainly active outside of institutional politics, which offered few opportunities for influence in the Indies, which was ruled by the Governor-General with very limited oversight from the elected *Volksraad* (People's Council) (Drooglever 1980, 30–33). The VC represented white Dutch settler (*totok* – a Javanese term for immigrants, but used by the colonists to denote white settlers born outside the Indies) interests, and was formed in part as a reaction against the Ethical Policy as pursued by then governor-general A.C.D. de Graeff, who to their mind had granted too many concessions to Indonesian nationalist groups, not least Sukarno and the *Partai Nasional Indonesia* (PNI, Indonesian Nationalist Party). At first the VC was strongest in the Java sugar plantations, where social conflicts between *totoks* and indigenous labourers tended to be particularly common. Indonesian nationalism was decried as not a true national movement, but rather just some intellectuals who agitated the people against legitimate authority, supported by European leftists.

A particular grievance here that led to the founding of the VC was the supposedly inadequate government response to the 1926-27 uprising of the *Partai Komunis Indonesia* (PKI, Indonesian Communist Party). This ill-advised revolt was very quickly suppressed, but continued sporadically in both Java and Sumatra. While the initial response with the KNIL was in many respects brutal, and led to 13 000 arrests and a ban on the communist and socialist parties and unions (Burgers 2010, 199–201), the de Graeff government did issue amnesties in 1926-27 (Drooglever 1980, 27, 41–46). Anti-leftist and racist sentiments grew again in the early 30s, with the government's decision to grant a trial to Sukarno and the PNI, as well as the mutiny of primarily Indonesian crew on the ship *De Zeven Provinciën* in 1931 (Drooglever 1980, 79–83). That year saw a large rightward shift in both colonial and metropolitan government under de Jong and Hendricus

---

Colijn respectively, sharply increasing repression of Indonesian political movements. Sukarno was imprisoned (Woltjer 2005, 235–40; Ricklefs 1993, 188–91). The size of the VC varied strongly, with two thousand members at its lowest point in 1935, and nine thousand at its peak in 1930, accounting for 30 per cent of adult male *totoks* (Drooglever 1980, 342).

The VC could perhaps have stayed outside the history of fascism in the Dutch Indies, if its members were not so strongly interested in the new political trend sweeping the globe. Nominally fascism reached the East Indies in 1923 with T.A. Ronkes Agerbeek's minuscule *Verbond Nederland en Indië* (Netherlands and Indies Union) in Batavia. Only in December 1931 did something less stillborn emerge with the *Nederlandsch Indische Fascisten Organisatie* (NIFO, Dutch Indies Fascist Organisation), led by J.A.A. de Bree, a former member of the VC. In 1933 factionalism created various splinter groups out of NIFO: de Bree was succeeded by W.V. Rhemrev in June, a KNIL-veteran who was forcibly retired after war crimes were committed by his unit in 1927 in West-Sumatra during the suppression of the PKI uprising. Instead, de Bree founded the *Fascistische Unie*, (Fascist Union), but by August he was back at the helm of NIFO, while discontents split off and formed the *Fascistische Organisatie in Nederlandsch Indië* (FOINI, Fascist Organisation in the Dutch Indies) (Slaa and Klijn 2010, 679–82).

NIFO and its various offshoots clearly possessed no more viability than did its countless counterparts in the metropole, but its bold and violent image and rhetoric succeeded in drawing the attention of the VC, which already had a reputation as being 'more or less fascist' ('Fascisten bij Vaderlanders', *Het Volk*, 1933, 1). There was even talk of a merger in May 1933, to which the VC leadership was not entirely dismissive, adopting a wait-and-see attitude. Leading figures like Zentgraaff and Fruin showed a clear interest in fascism, declaring the VC and fascism to share the same principles in its newspaper, and wondering rhetorically whether VC did not in fact already possess all aspects of fascism. This was doubtless a political tactic against new political rivals – VC also issued statements *against* fascism as a destabilising, threatening force ('De V.C. tegen het fascisme', *Algemeen Handelsblad*, 1933, 11). Fascism was seen to potentially aggravate racial tensions in the Indies, and was adopted by indigenous groups as well, if primarily among social and intellectual elites. Aside from extremely short-lived groups like the 1933 *Partai Fascist Indonesia*, or the *Ario-Indiërs Rassen Unie* (Arian-Indo Race Union)<sup>2</sup> founded in 1935, fascism also influenced larger and more established parties like the *Partai Indonesia Raya* (Great Indonesia Party, Parindra). Parindra, while a so-called 'cooperative' nationalist party that participated in colonial political

<sup>2</sup> The name is somewhat difficult to translation, *Indiër* in this context referring to descendants of European and Indonesian ancestors: the idea was that this mixing of races had led to a new superior Aryan race.

institutions like the People's Council (*Volksraad*) (Abeyasekere 1972), also took direct inspiration from German Nazism, as became particularly evident in its militaristic youth movement that used the fascist salute (Lengkeek 2018). So there was no immediate collaboration with the more overtly fascist groups, but the VC clearly saw the need to retain its fascist-oriented membership by changing its own tune and behaviour (Drooglever 1980, 105–62). Dutch fascism was thus by the late twenties quite an international affair, going far beyond just the Netherlands.

### **Anton Mussert and the NSB**

In the 1930s the NSB took centre stage, and quickly overshadowed all other Dutch fascist groups. Founded in December 1931 – not Mussert's first attempt at founding a political party (Slaa and Klijn 2010, 108)– it was started by the civil engineer Anton Mussert, and Cornelis van Geelkerken. Mussert had been a member of the liberal conservative *Vrijheidsbond* (Freedom Union) in the 1920s, and was initially most notable as a careerist who had managed to attain the prestigious post of Head Engineer in water management for Utrecht at the age of thirty-one (Tessell Pollmann 2012, 28–50). He entered politics first in 1925, leading a protest against the so-called Belgian Treaty which would allow for Belgian access to the Moerdijk canal – an unexpected intersection of nationalist politics with Mussert's professional interests (Schuursma 1975, 279–82). Among the nationalists joining his committee was the young van Geelkerken. Their efforts proved successful as the treaty was rejected in 1927, and Mussert became increasingly interested in the more nationalist side of Dutch politics – e.g. Willem Huberts has shown he subscribed to the fascist paper *De Bezem* in this period (Huberts 2017, 90).

The first year of the NSB was spent building up the organisation and sourcing funding for the movement. The first meeting had twelve participants, with four registering as a member by the end. Mussert managed to get together some f. 10 000 to get started – indeed he generally proved quite adept at securing the party's finances from various sources, though notably not from foreign regimes – especially not in the first half of the decade (Slaa and Klijn 2010, 134–35, 170–71). In January 1933 the party went public for the first time, with a congress in Utrecht, the location of the party headquarters, gathering a few hundred members, and the publication of its weekly newspaper *Volk en Vaderland*. Well received by the conservative press (and the expected hostility from the Left) initially, the NSB then enjoyed a period of tremendous growth until 1935, with some 50 000 members – one of the largest parties in the country. It did well in that year's provincial elections with nearly eight per cent of the vote, but this proved to be its peak: it collapsed in the following years, losing half its support in 1937, and becoming increasingly marginalised and

---

introverted. In this time it was also effectively hamstrung by a united democratic opposition, censure by the Churches, and laws prohibiting civil servants, military, and civil militia members from joining ‘revolutionary organisations’, including the NSB (Kunkeler 2021a, 38–41).

The first NSB programme was effectively a copy of the German National Socialist party programme, with some notable alterations such as the subtraction of antisemitism and opening the NSB to mixed-race members – a concession that would prove crucial a few years down the line. In other ways the party’s hierarchical structure was obviously closely modelled on the German model as well with some alterations: for instance it relied at first mostly on a cellular structure paying close attention to members’ social and professional background in line with corporatist ideas (Slaa and Klijn 2010, 139 - 185). This also points to Mussert’s idiosyncratic fondness for technical schemes and organisational matters. Regardless of how it began, the party changed significantly over time (Kunkeler 2021b, 355–58). It has often been noted that the NSB despite its name took even more inspiration from Mussolini’s example, as illustrated by the black shirts worn by the members or the focus on the corporatist model. In practice the NSB had contacts with both the Italian and German regimes, with connections to the latter becoming much closer from 1937 onwards (Klijn and Slaa 2021, 221–24).

While the foreign influences were obvious, arguably more significant was the cultural-political heritage of Dutch liberal-conservative nationalism, and the model of Dutch imperialism. NSB political culture was very preoccupied with the maritime: the navy was the source of Dutch power since the 1500s, the precondition for the Dutch Golden Age. The party salute, combining the straight, raised arm with a shout of *hou zee!* (lit. ‘hold sea’) echoed the encouragement to sail onwards and expand the empire in centuries past (Kunkeler 2018, 214). Mussert’s own interests were, aside from technical manuals, very much in Dutch patriotic histories, and in his speeches and writing it is the conventions of Dutch national history that provide many of his reference points. A neat illustration is provided in a 1935 issue of *Volk en Vaderland*, with a photograph of the *Tafelberg* (Table Mountain) of Kaapstad, the halfway point in South Africa on the way to the East Indies, printed underneath the header ‘Dietschland in beeld’ (Dietsland pictured). ‘The Tafelberg – how many generations of Dutch seamen have on the journey to the Indies or to the Motherland beheld its top with joy!’ (‘Dietschland in beeld’, *Volk en Vaderland*, 1935, 5). The historic Golden Age, Empire, and Dietsland were three inextricable parts of an ideological trinity, which explains why the NSB in particular had such an international vision of its fascist mission. It was imperial expansion which settled the Dietse tribes around the world, and it was their global settlement which made the Golden Age. Of all places, it was undoubtedly the East Indies which was the most crucial,

---



where imperial conquest had only recently been completed, and matters of Empire and Dutch language and ethnicity remained acutely relevant.

### **The NSB in the East Indies**

The Dutch first arrived at the islands of the Indian Ocean in 1596. The *Vereenigd Oost-Indisch Compagnie* (VOC, United East Indies Company) established a foothold with the city of Batavia (Jakarta), named after the Germanic tribe that inhabited the low countries in ancient times, which gave the Dutch a role as a bit player in Java (Ricklefs 1993, 27–31). While the Dutch successfully drove out the Portuguese and other potential rivals in the East Indies, and gradually increased their economic activity in the region, the VOC was hardly a profitable business. Only in the Nineteenth Century would reforms in the wake of the Napoleonic wars actually establish Dutch dominance and allow for the successful exploitation of the colonies. The Napoleonic governor Willem Daendels and the British Lieutenant-Governor Raffles had effectively reformed the colonial administration, and brought modern imperialism to the Dutch Indies. (Ricklefs 1993, 27–31) This transition ended with the Dutch victory in the Java War, which saw the death of c. half the Yogyakarta population, and made possible the successful economic exploitation of the East Indies (Ricklefs 1993, 110–19). The first half of the century also marked a change in the Dutch military presence, with the establishment of the Royal Dutch Indies Army (*Koninklijke Nederlands-Indisch Leger*, KNIL), and the adoption of terror tactics such as the burning of villages. In subsequent decades, partially in response to the wider European imperialist trend, but also on local initiative, the Dutch expanded their control over the remaining islands with extensive and brutal violence, culminating in the conquest of Aceh under General Joannes Benedictus van Heutsz (Groen 2012, 279–82; Locher-Scholten 1994, 93–96; Kreike 2021).

This was the context that resulted in the aforementioned Ethical Policy, pursued by several governors-general after Van Heutsz, which put an ethical gloss on Dutch imperialism while also effectively allowing for the emergence of the Indonesian nationalist movement, and the subsequent authoritarian reaction. In the years that Sukarno was imprisoned at Flores and Sumatra, and new monuments were built in honour of ‘the Pacifier of Aceh’ (Mark 2020a), the NSB arrived in the Indies.

The first branch was formally started in November 1933 in Surabaya, the organisation being developed properly in the following year, and expanding to the other islands. Jan Hogewind, an Indo-European former KNIL officer, initially leader of the paramilitary WA (Broek 2021, 16), was

---

---

put in charge of the administration, energetically directing the Indies branch leaders from Utrecht.<sup>3</sup> Jan Hogewind, previously a member of the Indo-European League (*Indo-Europeesch Verbond*, IEV), a social-political organisation which promoted equality for mixed-race people in the colonial administration, used his connections effectively to extend NSB influence in the colony. For instance he encouraged functionaries to directly contact figures in the IEV, as well as the VC (including Zentgraaff), and other right-wing organisations (Hogewind to Hilgers, 1934). The willingness to recruit Indo-Europeans, and natives and other ethnic groups (Hogewind to Ledebouer, 1934), as well as the prominent leadership of several Indo-European functionaries in the party both in the colonies and the metropole, proved to be a major asset for the NSB. Drawing not just on the few tens of thousands of *totoks*, the colonial NSB soon grew to thousands of members, making it the largest political party in the Indies. Headquarters were established in Bandung (Java) and Medan (Sumatra). The Indo-European community, typically people with a Dutch father and Indonesian mother, had a special interest in the colonial order. Indo-Europeans were often recruited onto the middle rungs of the colonial administrative hierarchy, enjoyed the benefits of a Dutch education, and above average living standards. As such, they had a particularly strong interest in the maintenance of the colonial order, and felt especially threatened by Indonesian nationalism, against which fascism promised a vigorous response (Mark 2020(11); 2020b, 199).

Notably, the NSB promised this response not in contrast to the authority of the governor-general, but in harmony with it. Hence the fascist party could also be an opportunity for mixed-race members to elevate their status within the colonial hierarchy, and prove their reliability. In 1942 deputy leader van Geelkerken noted that ‘The N.S.B. never moved on political terrain in the Indies, because in a land where, against a quarter of a million European, live sixty million subjects, governmental authority must be held as highly as possible before all else’ (Geelkerken 1943, 203–4). As a consequence of this lack of revolutionary élan, the Indies NSB enjoyed fewer restrictions compared to the metropolitan party, with civil servants and military being allowed to serve while members of the party (Officieren lid van de N.S.B, *De Tribune*, 1935, 1). But as Tessel Pollmann has argued, this may well have been less a matter of deliberate strategy, than plain necessity, as Governor-General de Jonge made it very clear no political dissent from his administration would be tolerated (Tessel Pollmann 2012, 239–41; see also: Tessel Pollmann 2011). This is also evident from de Jonge’s own correspondence at this time, as reproduced in his memoirs (Jonge 1968, 314–23). At the same time the benefits to the metropolitan NSB were obvious and immediate: Indies

---

<sup>3</sup> See correspondence in NIOD:123, 2.54:2056.

---

members, while comprising circa 5 per cent of the membership, provided one-third of all party funds (Geelkerken 1943, 203).

While it was ostensibly Mussert's policy never to negotiate or compromise with other political parties, steering for the absolute and unadulterated takeover of power by the national socialist movement, in reality the party held a less dismissive attitude in the Indies. As noted, Hogewind encouraged contact with VC and IEV, and the Indies fascist party FOINI was even seen as a potential ally. When civil servants and military were prohibited from joining the NSB in 1934 this cast serious doubts on the Indies branches' future prospects: a very large percentage of the European and Indo-European population was employed in the civil service, so if the colonial government followed suit this would jeopardise the party's viability. While de Jonge in the end never replicated the metropolitan government's prohibition, the NSB anticipated a ban by proposing to potentially use FOINI as a fascist alternative for civil servants and military (Hogewind to Schoof, 1934). One thing that stopped such collaborations from becoming a reality was the NSB's self-confidence in these years of massive expansion, when its leaders believed it was only a matter of time before they would sweep away all rivals and opponents.

While willing to collaborate with other fascist groups, and maintain relationships with conservative groups and supporting the ruling colonial government, the NSB maintained a firm sense of its own identity, what made it different from the broader spectrum of right-wing conservative colonialists. In response to a letter in 1934, Jan Hogewind wrote:

Your letter from the 30 January arrived in my possession in good order, and I was pleased to read of your beautiful striving for fascist unity in the Indies. Nevertheless it is necessary to redirect your thinking somewhat, namely from *the Indies* to the Great Netherlands. After all, the piece by Z[entgraaff] that I am familiar with, is still based on the 'old' colonial relations between the Indies and the Netherlands, relations which the N.S.B. wants to combat with all its might. We place ourselves on the foundation of an indivisible 'Great Netherlands', embracing all parts of the current Netherlands with the colonies with *one* Great Dutch nation of the 'spirit', embracing all Great Dutch *races* of the blood. (Hogewind to den Besten, 1934)

Hogewind's letter in 1934, like the booklet cited at the beginning of this article, shows that the ideological goal of a great inclusive Dietsland, in the political framework of an indivisible *Imperium*, was the essence of NSB thinking about the colonial order. No matter how minor the distinction of a unitary *Imperium* compared to the contemporary reality of colonial relations seems – who knows what NSB reforms would have amounted to in practice – it was the cornerstone of difference between the fascists and conservatives. What has received little acknowledgement in the literature is the appeal the fascist notion of Dietsland had for colonial subjects: this was the ideological basis that permitted anyone faithful to the Great Dutch imperial project access to the future fascist community. Bearing this in mind, it is obvious why the Indies NSB newspaper, *Indië-*

---

*Hou Zee*, paid particular attention to the Boer nationalists in South Africa. In 1937 it reproduced a speech by H.D. van Broekhuysen in Afrikaans, underlining the ethnic-cultural bonds that they believed connected them.

It is an honour and a privilege for me to send my greetings as Afrikaner to the Netherlands to all that belongs to the Dietse tribe. Whether we speak Dutch, Afrikaans, or Flemish, the ties that connect us are the cultural ties and these are language, history, and religion, yes all that is included by the word culture. There, wherever the men and women have gone from the little Netherlands, be it the East- or West Indies, South Africa or America, surrounded by barbarians and wild animals, imprisoned – their culture, maintain and preserve their traditions. ('De Dietsche Stam', *Indië-Hou Zee*, 1937, 3)

### **The transnational connections of the colonial and metropolitan NSB**

There was also a tangible reality to these internationalistic visions of the Dutch fascist movement, beyond the great sums it funnelled into Utrecht's coffers, which directly influenced the political and ideological metamorphoses of the NSB. There was a strong link between the Dutch Indies and the Netherlands fascist party through the disproportionate number of colonial administrators and KNIL veterans that landed high-ranking positions in the party (Foray 2012, 3; Broek 2021, 19). Aside from the all-important Jan Hogewind (Broek 2021, 16), several KNIL-veterans served in the WA in the 30s (Broek 2021, 23, 81, 129, 170–71, 175), while KNIL-veterans were also prominent on NSB electoral lists, lending a great deal of military respectability to the party in the Netherlands (Klijn and Slaa 2021, 318). Other NSB functionaries in turn visited the Indies to examine the local party branches and 'learn' about the colonial administration. Most notably Mussert himself toured the Indies during a much-publicised visit in 1935, which included a controversial reception by Governor-General de Jonge on 23 July. Metropolitan observers widely perceived the reception to legitimise the party by the colonial establishment. Prime Minister Colijn was infuriated, highlighting the very different political priorities and attitudes towards fascism in the metropole and colonies. One Social Democratic paper wrote:

But what happens in Indonesia with the visit by Mussert is serious enough, because it shows in how far fascism penetrates bourgeois circles more and more, yes how colonial great capital has already become entirely fascist. The governor-general De Jonge ... has openly given an audience to Mussert, the leader of an organisation, the membership of which is prohibited to civil servants in the Netherlands. ... The colonial rulers regard the N.S.B. as a support in the maintenance of colonial oppression. (Mussert in Indonesië – Toekomstbeeld voor Holland', *De Tribune*, 1935, 5)

The political connections underpinning Dutch fascist internationalism, facilitated primarily by the empire, resulted in complex and contradictory ideological developments. Examining the NSB's multiple ideological trajectories in the 1930s shows up the various possibilities in the meeting between the nineteenth-century legacy of a violent, imperialist, authoritarian conservatism and its confluence with new ideas from fascism in the Twentieth Century. Some of these ideological

---

strands mixed very well, whereas some others, especially around race, could lead to internal conflict, perhaps particularly under Mussert's indecisive, wait-and-see leadership. Perhaps the primary role of Dutch fascist internationalism in the NSB's ideological development is that it forced the leadership to reckon with some the realities of its visions of a Dietsland empire, rather than leaving it as a distant future ideal (as VNV's de Clercq preferred), as transnational connections forced a reckoning with present colonial rule and the demands of Indies fascists.

In the short term this had a conservative effect on the NSB. Dutch colonialism and the rigidly authoritarian order of Governor-General de Jonge ensured that the NSB in the Indies sang a very different tune compared to the Netherlands, one of admiring support and compliance with the present order rather than threatening defiance and calumny. This was symbolised by Mussert's 1935 visit, which sought to equate fascist government with established colonial rule. In Mussert's own words, the governor-general 'showed himself to be the first and highest authority, which regards itself elevated above all party scheming. He showed himself a worthy representative of the Crown, and not – as we are used to in the fatherland – of the political parties' ('Interview met Mussert', *Volk en Vaderland*, 1935, 7). In the context of empire, fascism was respect for authority, and maintenance of the colonial hierarchy, and the imperial privileges that went with it – the logical and ultimate outcome of an *Indië Verloren – Rampspoed Geboren* politics that had defined right-wing thinking on the subject for decades ('Landdagrede van Mussert', *Volk en Vaderland*, 1935, 7). This conservative colonial side highlights the existence of something like what Ethan Mark termed an 'essentially native, imperial form of fascism' among the Dutch, which enjoyed widespread support, and which the NSB now exploited to reinforce its own respectability (Mark 2021, 186).

At the same time this international conservative-colonial-fascist confluence had a tempering effect on NSB racism. The NSB had officially rejected German-style racism from the outset, pointing to the historic religious and ethnic diversity of the Netherlands since the days of the United Provinces, but there was undeniably a large contingent in its cadres who embraced racist ideas as promulgated by Nazi Germany. The ingrained white supremacism that went along with Dutch imperialism was ubiquitous, but at the same time the realities of colonial life forced a recognition that some kind of co-existence with indigenous people was necessary. No matter how intolerant figures like de Jonge were of anything that smacked of ceding power to the native population, there was also caution for ideas that might inflame racial conflict and threaten peace and order. This was in fact a common conservative critique of the VC as it embraced fascist ideas, that it would only inflame racial tensions, which effectively barred it from collaborating with the non-fascist Right in the Netherlands (Drooglever 1980, 85). In practice, this was what allowed

---

especially Indo-Europeans entry into the NSB, and gave them the leeway to participate as high-ranking functionaries (with Hogewind as the prime example).

The colonial influences did not only make for a more conservative fascism however. The transnational exchange also facilitated the transfer of colonial tactics outside of the colonial sphere. Fascism's harmony with the violent imperialism of the Dutch Indies made for an easy meeting of minds in the colony, but conversely worked to bring imperialist violence to the metropole. As we have seen there was a preponderance of KNIL-veterans active within fascist organisations generally and the NSB in particular, and in the latter case this brought military veterans with actual experience of violence into the homeland. While over-represented, they were doubtlessly still a very small proportion of the NSB membership, but they occupied influential positions in the party hierarchy, and shared their expertise from the Indies with their comrades in the Netherlands. Hogewind entertained the WA with lectures on his own experiences of patrolling hostile territory in the Indies, while singing the praises of van Heutsz's Aceh campaign (Broek 2021, 16).

Former NIFO leader and KNIL veteran, the Indo-European Willem Rhemrev joined the NSB in the mid-30s, and corresponded with Mussert and Van Geelkerken to advise them on how to handle potential electoral fallout in 1937 (Klijn and Slaa 2021, 241–42). Major Rhemrev had also fought in Aceh in 1904 ('Indisch Nieuws', *Dagblad van Zuid-Holland en 's-Gravenhage*, 1904), and had been active in organisations like Indies Defence (*Indië Weerbaar*), proving a highly quarrelsome presence in conservative pro-defence groups during the 1910s and 20s (Dijk 2007, 268, 273–85). In 1927 Rhemrev was sent to West-Sumatra to 'thoroughly cleanse Solok of undesirable [communist] elements'. This was quickly managed, but after several months it came out that his unit had committed serious 'excesses', including torture and parading the corpse of resistance leader Sa Patai around on a stick in villages. Rhemrev took responsibility for the war crimes, and was forced to retire from the KNIL, albeit 'honourably' ('De pensionneering van majoor Rhemrev', *Sumatra-bode*, 1928). In his correspondence with Mussert he warned the NSB Leader that in the likely event of an NSB electoral victory in 1937 – Rhemrev imagined thirty to fifty per cent of the vote – the communists were likely to stage a coup to prevent the fascist takeover of power. Noting he had already suppressed two revolts (Aceh and Sumatra), he offered his services to immediately come to the Netherlands on his own dime to strike down the communists there. 'PREVENTION IS BETTER THAN CURE' he added – 'place me in the position to SOON ALSO commit a DEED for the good of the NSB and the entire Dutch Nation' (Rhemrev to Mussert and Van Geelkerken, 1936). In the event Mussert thanked Rhemrev for his unsolicited advice, but noted his perspective was perhaps a little skewed and unrealistic.

---



The fascist perspective on the Netherlands seen from the Indies was one which evidently could encourage a considerably more radical, more violent approach to the problems of left-wing rebellion and disorder that the NSB claimed threatened the feeble liberal state. Mussert demanded the Indies branches remain law-abiding and decent, not participate in political campaigns, and only help fill the pockets of the Netherlands party – a metropolitan chauvinism that did little to reinforce the loyalty of members in the Indies. The impatience of the colonial fascists boiled over, with growing unrest and spontaneous actions from circles in Batavia and Malang in particular (Klijn and Slaa 2021, 238–39).

Beyond this radicalism Mussert and his deputy Van Geelkerken were regularly sent letters, sometimes including veritable essays, with advice on how to run the party in the Indies, the unsolicited help typically, and remarkably, being justified with that the Leader did not know the Indies. Veteran colonial administrators, former businessmen of Indies companies, and other self-appointed experts would tell the *Leider* all they thought he needed to know about the social, economic, political, cultural, and racial composition of the islands, though it is unclear from the archival documentation to what extent he actually took any of this into account.

### Impact on the party

All the same, the real integration of the Indies branches into the NSB ensured that it played a significant role within the party as a whole (Foray 2013, 34), with ideological developments, especially around the category of race, being particularly important. 1937 was a turning point for the party, as the general elections of May that year gave the NSB barely four per cent of the vote, a far cry from the ten to twelve per cent Mussert was hoping for, not to mention the deranged figures the likes of Rhemrev had in mind. Influences from German Nazism had been growing stronger since visiting the Nuremberg Rally in 1936 (Klijn and Slaa 2021, 221–24), which had put the *volkse* faction of the NSB in a much stronger position. Representatives of the Nazi regime has frowned on the NSB's stance on race and antisemitism for years – Himmler was particularly aggrieved by Mussert's perceived ideological laxity, something that would prove a major source of conflict during the German occupation (Kunkeler, 2018, 221-22). Broadly avowing a more racist *bloed en bodem* type of fascist ideology, prominent *volkse* functionaries such as E.J. Roskam and Hendrik Feldmeijer were less keen on the NSB's inclusive stance on race and ethnicity – indeed to some members to be *volks* was incompatible with the implicitly culturalist notion of Dietsland ('Bloed en Bodem', *Volk en Vaderland*, 1938, 4). Since 1935 they had become more prominent, partially evident from the increasingly antisemitic overtones in the party press (Kunkeler 2018,

---

209–10); now with Mussert at the crossroads in May 1937 they successfully pushed him to take a more overtly racist stance. After initially presenting a more systematically catholic reading of party ideology at a meeting on party grounds in Lunteren, presenting fascism as an ideology with multiple complementary aspects to which not everyone necessarily gave equal weight, a more racist, antisemitic reading was given predominance. In hindsight this was not a final victory for the *volkse*, as debates around race, culture, nation, Dietsland, and Germania would flare up again with a vengeance during the German occupation, particularly pitting Mussert loyalists against the SS (Vermaat 2011), but for the rest of the thirties it was obvious which way the wind was blowing.

This necessarily had tremendous fallout for the Indies branches, where some scholars have claimed as many as seventy per cent of members were of mixed race descent (Foray 2013, 35; Mark 2020). While that claim lacks evidence, and in fact can hardly be verified at all, there is no doubt that many of the top functionaries were Indo-European. As noted previously, Hogewind had actively worked to attract members of the IEV, and for a while the NSB permitted simultaneous membership as well. Some white members had been complaining to Utrecht about the prevalence of Indo-Europeans since 1933, sending letters suggesting an IEV conspiracy to infiltrate the NSB for Indo-European interests. One member believed there was a fundamental contradiction here between an Indonesian nationalist ideology and Dietsland (underscoring that there was also plenty of room for racist conceptions of the Dietsland empire), and implied that such mixed-race members could not be trusted to defend the empire from their fellow Asians, the Japanese.

While the racist chorus had been ignored by Utrecht for years, they were now finally given support. The NSB was officially a non-racist party for years, but it had handled its substantial racist membership by simply ignoring or mollifying it; sharply conflicting factions could easily co-exist through regulation by the authoritarian party apparatus. Accordingly, it could easily shift gears in the latter 30s. Hogewind was fired in 1937, despite, he complained to Mussert, a flawless track record and no apparent cause. 1938 Indo-Europeans were no longer allowed into the party, and Mussert started to put pressure on Indies functionaries to remove members with Indonesian spouses. Given Hogewind's organisational abilities, and the ethnic constitution of the Indies branches, it is not surprising that at this critical time in the wake of electoral failure this caused most of the NSB in the East Indies to collapse. One functionary had warned Mussert about the corrosive effect of racist discourse in the Indies in 1937, and the effects were now obvious.

In essence the public, that we are trying to win over in the end, feel that blood and soil is too German. Let us also stop with our Germanics, because within the cadre of the empire, I can speak with an Ambonesian national comrade [*volksgeenoot*], yes even with an indo-european, about People & Fatherland, but as soon as I start about blood and soil and 'Us Germanics' he no longer understands me. (Klijn and Slaa 2021, 347)

Members left the Indies NSB in droves, which disproportionately affected party finances precisely at the point it needed to rebuild and reinvent itself. Thus, developments in the Indies helped drive it further into isolation, and the arms of Nazi Germany which offered some indirect financial support.

At its heart the NSB, and Mussert, on the basis of the concept of Dietsland and Golden Age myths, were originally as much influenced by the model of the Indies colonial administration as they were by the fascist regimes of Italy and Germany. Dutch fascism and Dutch conservatism were not clearly distinguishable in this way, particularly given the latter's propensity for violent authoritarianism abroad. Only in the second half of the thirties did German influence come to actually predominate, giving it the upper hand for two to three years before the German invasion – even then during the occupation it became clear that other ideological currents in the NSB persisted, and would do so until the very end under Mussert's leadership as factionalism remained alive and well (Kunkeler 2018). But the *volkse* and pro-German faction could break through thanks to a mixture of inherent metropolitan chauvinism and instrumentalist attitudes, not least in Mussert personally, both underpinned by a ubiquitous and inherent white supremacism. For all the talk of a great Dietsland Imperium where empire builders of all races that identified with Dutch language and culture, there were always some questions marks around the position of non-whites in the future fascist state. As in the government of de Jonge, racial tolerance was above all instrumentalist, recognising the necessity of peaceful coexistence but fundamentally denying equality.

## Conclusions

Needless to say, fascist visions of a Dietsland Empire never materialised, but it was a powerful myth that genuinely structured much of NSB ideology, particularly insofar as it was shaped by Anton Mussert. The prospects of an administrative reorganisation of the Dutch *Imperium* tied into his organisational propensities and love of schemata, but it was also linked to a great many conservative right-wing hobby horses that Mussert brought to Dutch fascism. Genuine hopes for this Dietsland were by no means shared by everyone in the NSB, let alone Dutch fascism generally – for that it was ideologically far too heterogeneous. The fascist groups of the 1920s were broadly more concerned with counter-revolutionary activism in the streets of the Netherlands in light of the revolutionary turmoil of 1918/19, not fine reconceptualisations of empire, or ethnic brotherhood with the Flemish. The Dietsland imperial project itself was also highly unrealistic of course – completely unthinkable both in the Nazi New Order and Japan's plans for a Greater Asian Co-Prosperity Sphere. But even before the issues raised by the global conflagration it had serious

---

internal contradictions or at least frictions that came up time and again in the 1930s. The only serious practical link between different ‘Dietse’ ‘tribes’ was the East Indies, and there were deeply complex racial questions on which the Dutch fascists remained typically theoretically vague, aware of its potential to cause serious strife. Beyond that there were alternative ideological – Nazi racist – currents which did not mesh well with inclusive conceptualisations of Dietsland, and consequently weakened the NSB transnational network that was otherwise the sole tangible basis for realising the myth.

Nevertheless the idea is important. The Dietsland Empire was a myth at the intersection of old Dutch colonialist conservatism, and fascism – a notion that promised radical change and salvation of the empire while remaining essentially true to the old order. It was familiar enough to spread effectively in right-wing circles in the Indies, but different enough to offer seemingly new opportunities to those who felt marginalised or threatened by the contemporary regime. The notion of being *Diets* had a particular appeal to those in the colonies, and Dutch fascism promised to reinforce the empire with a brave new authoritarianism that would quash all those threatening it in the present. The immediate post-war period shows that indeed there were strong appetites for brutality in the colonies off which fascism could have fed, as the Dutch pursued an atrocious war against the independence movement until 1950, but hindsight shows these were the last spasms of Dutch authoritarianism in the twilight of empire, not a new beginning.

## References bibliography

### Secondary literature

- Abeyasekere, Susan. 1972. ‘Partai Indonesia Raja, 1936-42: A Study in Cooperative Nationalism’. *Journal of Southeast Asian Studies* 3 (2): 262–76.
- Broek, Gertjan. 2021. *Uitschot in Uniform: De WA, 1932-1945*. Amsterdam: Boom.
- Burgers, Herman. 2010. *De Garoeda En de Ooievaar: Indonesië van Kolonie Tot Nationale Staat*. Leiden: KITLV.
- Dijk, Kees van. 2007. *The Netherlands Indies and the Great War, 1914-1918*. Leiden: KITLV.
- Drooglever, P.J. 1980. *De Vaderlandse Club, 1929-1942: Totoks En de Indische Politiek*. Utrecht: T. Wever B.V. - Franeker.
- Foray, Jennifer L. 2012. *Visions of Empire in the Nazi-Occupied Netherlands*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Foray, Jennifer L. 2013. ‘An Old Empire in a New Order: The Global Designs of the Dutch Nazi Party, 1931-1942’. *European History Quarterly* 43 (1): 27–52.
- Geelkerken, Cornelis van, ed. 1943. *Voor Volk En Vaderland: De Strijd Der Nationaal Socialistische Beweging 1931 - 14 December - 1941*. 2nd ed. Utrecht: Nenasu.

- Groen, Petra. 2012. 'Colonial Warfare and Military Ethics in the Netherlands East Indies, 1816-1941'. *Journal of Genocide Research* 14 (3-4): 277-96.
- Huberts, Willem. 2017. *In de ban van een beter verleden: Het Nederlandse fascisme, 1923-1945*. Nijmegen: Vantilt.
- Jonge, B.C. de. 1968. *Herinneringen van Jbr. Mr. B.C. de Jonge*. Edited by S.L. van der Wal. Utrecht: Historisch Genootschap.
- Klijn, Edwin, and Robin te Slaa. 2021. *De NSB: Twee werelden botsen, 1936-1940*. Amsterdam: Boom.
- Kreike, Emmanuel. 2021. 'Scorched Dutch East Indies: The Late 19th-Century Colonial Conquest of Aceh, Indonesia'. In *Scorched Earth: Environmental Warfare as a Crime against Humanity and Nature*, 318-57. Princeton: Princeton University Press.
- Kunkeler, Nathaniël D. B. 2018. 'Narratives of Decline in the Dutch National Socialist Movement, 1931-1945'. *The Historical Journal* 61 (1): 205-25.  
<https://doi.org/10.1017/S0018246X17000188>.
- Kunkeler, Nathaniël D. B. 2021a. *Making Fascism in Sweden and the Netherlands: Myth-Creation and Respectability, 1931-40*. London: Bloomsbury Academic.
- Kunkeler, Nathaniël D. B. 2021b. 'Organising National Socialism: Nazi Organisation in Sweden and the Netherlands, 1931-1939'. *Contemporary European History* 30 (3): 351-65.
- Lengkeek, Yannick. 2018. 'Staged Glory: The Impact of Fascism on "Cooperative" Nationalist Circles in Late Colonial Indonesia, 1935-1942'. *Fascism: Journal of Comparative Fascism Studies* 7: 109-31.
- Locher-Scholten, Elsbeth. 1994. 'Dutch Expansion in the Indonesian Archipelago around 1900 and the Imperialism Debate'. *Journal of Southeast Asian Studies* 25 (1): 91-111.
- Mark, Ethan. 2020a. 'Fascisms Seen and Unseen: The Netherlands, Japan, Indonesia, and the Relationalities of Imperial Crisis'. In *Visualizing Fascism: The Twentieth-Century Rise of the Global Right*, edited by Julia Adeney Thomas and Geoff Eley, 183-210. Durham, North Carolina: Duke University Press.
- Mark, Ethan. 2020b. 'Fascisms Seen and Unseen: The Netherlands, Japan, Indonesia, and the Relationalities of Imperial Crisis'. In *Visualizing Fascism: The Twentieth-Century Rise of the Global Right*, edited by Julia Adeney Thomas and Geoff Eley, 183-210. Durham, North Carolina: Duke University Press.
- Pauw, J.L. van der. 1987. *De Actualisten: De Kinderjaren van het Georganiseerde Fascisme in Nederland 1923-1924*. Amsterdam: Sijthoff.
- Pollmann, Tessel. 2011. "'Either One Is a Fascist or One Is Not": The Indies' National-Socialist Movement, the Imperial Dream, and Mussert's Colonial Milch Cow". Translated by Benedict R. O'G. Anderson. *Indonesia*, no. 92: 43-58.
- Pollmann, Tessel. 2012. *Mussert & Co: De NSB-Leider En Zijn Vetrouwelingen*. Amsterdam: Boom.
- Ricklefs, M.C. 1993. *A History of Modern Indonesia since c. 1300*. Second edition. Stanford: Stanford University Press.
- Schuursma, R. L. 1975. *Het Onaannemelijk Tractaat: Het Verdrag Met België van 3 April 1925 in de Nederlandse Publieke Opinie*. Groningen: H. D. Tjeenk Willink.
-

Slaa, Robin te, and Edwin Klijn. 2010. *De NSB: Ontstaan En Opkomst van de Nationaal-Socialistische Beweging, 1931-1935*. Amsterdam: Boom.

Vermaat, Emerson. 2011. *Anton Mussert En Zijn Conflict Met de SS*. Soesterberg: Aspekt.

Wesseling, H.L. 1980. 'Post-Imperial Holland'. *Journal of Contemporary History* 15 (1): 125–42.

Wever, Bruno de. 1994. *Greep Naar de Macht: Vlaams-Nationalisme En Nieuwe Orde. Het VNV 1933-1945*. Tiel: Lannoo.

Wever, Bruno de. 1997. 'Groot-Nederland Als Utopie En Mythe'. *Journal of Belgian History*, no. 3: 163–80.

Wever, Bruno de. 2009. 'Belgium'. In *The Oxford Handbook of Fascism*, 470–88. Oxford: Oxford University Press.

Woltjer, J.J. 2005. *Recent Verleden: Nederland in de Twintigste Eeuw*. Amsterdam: Balans.

Zaal, Wim. 2016. *De Nederlandse Fascisten*. Amsterdam: Aspekt.

### Primary sources

'Bloed en Bodem', *Volk en Vaderland*, 15 July 1938.

'De Dietsche Stam', *Indië-Hou Zee*, 12 February 1937.

'De pensionneering van majoor Rhemrev', *Sumatra-bode*, 13 October 1928.

'De V.C. tegen het fascisme', *Algemeen Handelsblad*, 26 May 1933.

'Dietschland in beeld', *Volk en Vaderland*, 11 May 1935.

'Fascisten bij Vaderlanders – Die zich verontrust gevoelen', *Het Volk*, 16 May 1933.

Hogewind, Jan, letter to Hilgers, Utrecht, 15 January 1934, NIOD (Dutch Institute for War Documentation):123 (NSB archive), 2.54:2056.

Hogewind, Jan, letter to Ledebor, Utrecht, 13 March 1934, NIOD: 123, 2.54:2056.

Hogewind, Jan, letter to A.J. Schoof, Utrecht, 16 January 1934, NIOD:123, 2.54:2056.

Hogewind, Jan, letter to G. den Besten, Utrecht, 27 February 1934, NIOD:123, 2.54:2056.

'Indisch Nieuws', *Dagblad van Zuid-Holland en 's-Gravenhage*, 18 August 1904.

'Interview met Mussert – Over zijn Indische reis – De leider zag Nederland op zijn grootst', *Volk en Vaderland*, 7 September 1935.

'Landdagrede van Mussert', *Volk en Vaderland*, 19 October 1935.

Mussert, Anton, 'Bestuurschema voor het Nederlandsche Imperium', 1937/38, NIOD: 123, 1.1:59.

'Mussert in Indonesië – Toekomstbeeld voor Holland', *De Tribune*, 29 Juli 1935.

*N.S.B. 14 December 1931-14 Wintermaand 1939*, 1939, booklet, NIOD: 123, 2.54:2056.

'Officieren lid van de N.S.B. – Verbod lapt men aan zijn laars', *De Tribune*, 23 August 1935.

Rhemrev, W.V., letter to Mussert and Van Geelkerken, Batavia, 14 December 1936, NIOD: 123, 1.1:47.

'Vlaamsch Nationaal Verbond – Landdag op den heideheuvel van Kester – Een Dietsch Hou-Zee', *Volk en Vaderland*, 11 May 1935.



‘Vlaanderen en Holland’, *Volk en Vaderland*, 7 January 1933.

\*\*\*

Received: April 02, 2022

Approved: May 06, 2022

---

## Dossiê: Fascismos, 100 anos depois

<https://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.37511>

### Los orígenes del fascismo chino: el impacto de la colaboración nacionalista-comunista y la legitimidad de la lucha nacional (1927-1931)

*As origens do fascismo chinês: o impacto da colaboração nacionalista-comunista e a legitimidade da luta nacional (1927-1931)\**

*The Origins of Chinese Fascism: The Impact of Nationalist-Communist Collaboration and the Legitimacy of the National Struggle (1927-1931)*

Chiao-In Chen \*\*

<https://orcid.org/0000-0002-7818-5039>

RESUMEN: La representación más importante del movimiento fascista chino, también conocida por su nombre original de Sociedad de la Práctica Rigurosa de los Tres Principios del Pueblo (o *Lixingshe*), se estructuró a inicios de 1932 en la capital del régimen nacionalista de Nanjing. Sus miembros fueron militares del ejército nacionalista revolucionario chino que compartieron formación militar en la Academia Militar Huangpu durante la segunda mitad de los años veinte, en un contexto forjado por la etapa de colaboración entre nacionalistas y comunistas. En este artículo se aproximará a las actividades previas a la formación de *Lixingshe*, donde las trayectorias anticomunistas, la creación de una interpretación fascistizada de las doctrinas “sunyatsenista” y el vínculo de la fidelidad hacia el líder Chiang Kai-shek, determinarían su camino inicial. Asimismo, el artículo propone interpretar el ambiente de los años veinte en Asia Oriental como la base necesaria para entender la característica defensiva y antiimperial del fascismo chino.

---

\* En el presente texto se utilizará el sistema *pinyin* de romanización de la lengua china, oficial en la República Popular de China. Aun así, existen casos excepcionales en nombres como los de Chiang Kai-shek (Jiang Jieshi en *pinyin*) o Sun Yat-sen (Sun Yixian en *pinyin*) que, dado su uso generalizado internacionalmente, los mantendremos en el otro sistema de romanización de la lengua china: el sistema Wade-Giles. Asimismo, cuando se haga referencia a nombres chinos se seguirá la norma más utilizada: apellidos y después nombre (por ejemplo, Dai Li: “Dai” corresponde al apellido y “Li” al nombre).

\*\* Profesora asociada en la Universitat Autònoma de Barcelona (UAB) y miembro del Centre d'Estudis sobre Dictadures i Democràcies (CEDID). Doctora en Historia Política, Comparada y Social en la UAB y especializada en Historia Moderna y Contemporánea china, especialmente en el nacionalismo chino y el desarrollo del fascismo chino durante los años treinta del siglo XX. E-mail: chiaoin.chen@uab.cat.

Palabras Claves: *Lixingshe*. Chiang Kai-shek. Camisas Azules. Fascismo chino. Colaboración nacionalista-comunista.

RESUMO: A representação mais importante do movimento fascista chinês, também conhecida pelo nome original de Sociedade para a Prática Rigorosa dos Três Princípios do Povo (ou *Lixingshe*), foi estruturada no início de 1932 na capital do regime nacionalista de Nanquim. Seus membros eram soldados do exército revolucionário nacionalista chinês que compartilharam treinamento militar na Academia Militar de Huangpu durante a segunda metade da década de 1920, em um contexto forjado pela fase de colaboração entre nacionalistas e comunistas. Neste artigo, serão abordadas as atividades anteriores à formação de *Lixingshe*, onde as trajetórias anticomunistas, a criação de uma interpretação fascista das doutrinas “sunyatsenistas” e o vínculo de fidelidade ao líder Chiang Kai-shek, determinariam seu caminho. Da mesma forma, o artigo se propõe a interpretar o ambiente dos anos 20 no Leste Asiático como a base necessária para compreender a característica defensiva e anti-imperial do fascismo chinês.

Palavras-chave: *Lixingshe*. Chiang Kai-shek. Camisas Azuis. Fascismo Chinês. Colaboração Nacionalista-Comunista.

ABSTRACT: The most important representation of the Chinese fascist movement, also known by its original name the Rigorous Practice of the Three Principles of the People Society (or *Lixingshe*), it was formed at the beginning of 1932 in the nationalist regime capital in Nanjing. Those members were soldiers from the Chinese nationalist revolutionary army, they shared military training at the Huangpu Military Academy during the second half of the 1920s, during the nationalists and communists' collaboration. In this article, the main goal is to approach the *Lixingshe* members previous activities before the formation, their anticommunist trajectories, the creation of a fascistized interpretation of the “sunyatsenist” doctrines and the bond of fidelity towards the leader Chiang Kai-shek, which determined his initial path. Likewise, the article proposes to interpret the environment of the Twenties in East Asia as the necessary basis to understand the defensive and anti-imperial characteristic of Chinese fascism.

Keywords: *Lixingshe*. Chiang Kai-shek. Blue Shirts. Chinese Fascism. Nationalist-Communist Collaboration.

### **Cómo citar este artículo:**

Chen, Chiao-In. “Los orígenes del fascismo chino: el impacto de la colaboración nacionalista-comunista y la legitimidad de la lucha nacional (1927-1931)”. *Locus: Revista de História*, 28, n. 2 (2022): 146-166.

\*\*\*

El presente artículo trata de esclarecer los orígenes de la organización fascista china, la Sociedad de la Práctica Rigurosa de los Tres Principios del Pueblo (*Sanminzhuyi Lixingshe*, abreviado, *Lixingshe*), grupo también conocido como los Camisas Azules chinos. Dicha organización se fundó cuatro meses después de la invasión japonesa de Manchuria en septiembre de 1931. La crisis nacional ante una invasión exterior impulsó a un grupo de jóvenes militares del ejército nacionalista a abrazar el fascismo con el objetivo de reestructurar el Partido Nacionalista Chino (*Guomindang*, en adelante GMD) y recuperar el liderazgo de Chiang Kai-shek en los resortes militares, políticos y gubernamentales, además de movilizar revolucionariamente a las masas con el fin de enfrentarse al Imperio japonés. Los miembros de *Lixingshe* compartieron formación en la Academia Militar de Huangpu (Whampoa Military Academy). La citada academia fue fruto de la colaboración nacionalista-comunista entre los años 1923-1924, además de representar la cuna del Ejército Nacional Revolucionario. Durante este peculiar episodio de colaboración, los militares recibieron formación militar bajo asesoría soviética, aunque bajo dirección general de Chiang Kai-shek; en otras palabras, tuvieron formación política con instructores nacionalistas y comunistas. Como consecuencia de esta dualidad pronto surgieron conflictos políticos entre militares dentro de la academia. Para muchos militantes estas prácticas tempranas de lucha anticomunista se convirtieron en un nuevo paradigma para la ideología de *Lixingshe*, todo ello sin olvidar el substrato del nacionalismo chino basado en el sentimiento antiimperial o anticolonial fruto del Movimiento de la Nueva Cultura de 1919 y de la frustración irredentista e indignación ante la tolerancia internacional a la presencia dominante japonesa en Asia Oriental.

### **Colaboración nacionalista-comunista**

El 26 de enero de 1923 el líder del GMD, Sun Yat-sen y el representante de la Rusia soviética, Adolf Joffe, hicieron una declaración conjunta para definir las relaciones de cooperación y de acuerdo político-diplomático entre China y Rusia. El interés principal de esta cooperación para Sun Yat-sen era la organización estructural del partido, teniendo especial interés en la estructuración de un ejército de partido con el que iniciar una expedición militar para unificar China. Cabe destacar que, durante los años veinte, China estaba en una situación de fragmentación territorial como consecuencias de los Señores de la Guerra. Para ello, en 1924, y dentro del marco de la cooperación con los “compañeros de viaje” circunstanciales comunistas, se formó un grupo de representantes del GMD, en el que estaba en futuro líder del GMD Chiang Kai-shek, con el objetivo de analizar *in situ* el sistema militar soviético. A su vez, el Estado Soviético también envió a un grupo de unos cuarenta expertos militares liderados por el general Vasili K. Blyukher (también

---

conocido como “General Galen”), con la misión de asesorar y ayudar a Sun Yat-sen en las tareas de formación y preparación de un ejército propio. En el caso de la expedición del GMD a tierras soviéticas, una de las intenciones principales era visitar al victorioso Ejército Rojo, así como las organizaciones gubernamentales, las fábricas y las instituciones de planificación agrícola; todo ello con la mirada puesta en la construcción de un ejército del GMD a un año vista. Años más tarde, el propio Chiang Kai-shek en su obra publicada *Soviet Russia in China* expresaría sus observaciones críticas contra el sistema soviético y su rechazo al comunismo (Chiang 1965, 17)<sup>1</sup>.

Después de la vuelta de Chiang Kai-shek a China en el mismo año de 1924, se iniciaron rápidamente las tareas para el establecimiento de una academia militar, a imagen y semejanza soviética, bajo la dirección de Sun Yat-sen y Borodin. En este sentido, esta academia estaba destinada a formar jóvenes militares altamente fieles a las doctrinas del Sun Yat-sen, los Tres Principios del Pueblo (*Sanmin zhuyi*), e imitando la metodología de trabajo del Ejército Rojo. Así, después de la celebración del Primer Congreso del GMD en 1924, en mayo de ese mismo año, se fundó la Academia Militar Central (*Zhongyang Lujun Guanxiao*) en Huangpu (ciudad ubicada en la provincia de Guangdong) con una primera promoción constituida por unos trescientos jóvenes estudiantes de toda China. La Academia estaba dirigida por Chiang Kai-shek, el cual fue nombrado director por orden directa de Sun Yat-sen, y estaba formada por una mayoría de instructores formados en la Escuela Militar de Japón y en las academias autóctonas chinas ubicadas en Baoding y Yunnan, principalmente, y por un contingente de consejeros soviéticos liderados por el General Galen. Con la primera promoción de la Academia Huangpu se formó la primera División del Ejército Revolucionario Nacional del Guomindang (*Guomindang geming jun*, en adelante ERN), el cual inició la tarea de planificación y de unificación territorial que Sun Yat-sen anhelaba desde la provincia Guangdong.

La agitación nacionalista coincidió con una revolución cultural liderada por una nueva generación de jóvenes chinos que buscaban cambiar radicalmente el pensamiento tradicional confucionista para poder utilizarlo como elemento regenerador (en realidad “fundador”) de la nación. En este sentido, a este ambiente de ardor social, político y cultural, también hay que sumarle la alta expectativa surgida después de la Revolución Bolchevique de 1917 y el ambiente post-Primera Guerra Mundial. De la naciente Rusia soviética, mucho más que el fomento de la lucha de clases, se admiraba su capacidad de mantener unido al viejo imperio ruso pese a su heterogeneidad étnica y cultural. Además, se valoraba su aportación a la lucha antiimperialista codificada en

---

<sup>1</sup> El anticomunismo inquebrantable de Chiang Kai-shek a lo largo de toda su vida política puede seguirse en diferentes formatos. Entre otros, ver: (Taylor, 2009).

---

conceptos de salvación nacional. A su vez, el concepto de autodeterminación que mencionó el presidente estadounidense Wilson para resolver desintegración territorial de las Potencias Centrales durante las conferencias de Paz de París produjo un efecto sin precedentes al propagar un sentimiento nacionalista en las naciones subyugadas por el colonialismo, entre ellas China, pero también en Corea o Vietnam (Manela 2007, 61). En este clima de anhelos de recuperación de soberanía nacional y de lucha contra el imperialismo, una parte de los intelectuales chinos fueron atraídos por el comunismo y su interpretación científica al proporcionar una explicación válida a la ofensa sufrida a manos del colonialismo a partir del siglo XIX. Asimismo, cabe destacar la frustración creada ante el intento fallido de recuperación de la península Liaodong, la cual fue ocupada por el Imperio japonés durante la Gran Guerra y ratificada en las mesas de negociación de la Conferencia de Paz de París en 1919. El resultado de la negociación provocó una oleada de indignación nacional que interpeló a todas las clases sociales de China, a la par que fomentó la estructuración de un movimiento político y social liderado por una clase intelectual que abogaba por la promoción de la ciencia y la democracia como acelerante de la ansiada modernización y regeneración nacional en China<sup>2</sup>.

Ante esta situación —y ante los modelos posibles que se ofrecían en el panorama internacional—, el fundador del GMD, Sun Yat-sen, tenía claro que su objetivo principal consistía en reformar el Partido, para que se comportase como tal y no como el conglomerado de grupos indisciplinados que era en realidad. Un verdadero partido político era el instrumento que iba a permitirle seguir defendiendo la primacía de su propio pensamiento (los Tres Principios del Pueblo) y aplicar su teoría en la política china<sup>3</sup>. Por lo tanto, una de sus tareas más urgentes fue la de eliminar los principales obstáculos que impedían la “unificación china”, según él: las fuerzas de los caudillos militares y las influencias coloniales británica y japonesa que se extendían en varias zonas dentro del territorio de la República de China. Así surgió la posibilidad de cooperación entre GMD y la Rusia Soviética entre 1923 y 1927, la cual iba a iniciarse, según su formulación, con una “revolución nacional” que se extendería por todo el país a través a lucha conjunta entre GMD y el Partido Comunista Chino (*Zhongguo Gongchandang*, en adelante PCCh) contra los dos elementos que dificultaban la unificación territorial china: los Señores de la Guerra y las fuerzas imperialistas.

---

<sup>2</sup> Para profundizar sobre el Movimiento del 4 de Mayo [de 1919] tanto en su formato intelectual como político, entre otros, véase: (Grieder 1981) e (Bianco 1999).

<sup>3</sup> El corpus ideológico creado por Sun Yat-sen y su importancia en la construcción de la China moderna puede seguirse en diferentes formatos. Entre otros, ver: (Wilbur 1976); (Schiffirin 1968).



## Origen de la Sociedad de Aprendizaje de la Doctrina de Sun Yat-sen (*Sunwen zhuyi xuehui*)

Teng Jie fue la persona clave que inició la formación de la Sociedad *Lixingshe*, pero hay que tener en cuenta que la base de la organización fue algo más que una inspiración personal, ya que estuvo compuesta en su mayoría por antiguos cadetes de la Academia Militar de Huangpu. Y el punto más importante, este grupo de jóvenes militares se autodefinieron ideológicamente como la tendencia “derechista” de la Academia Huangpu, en la medida que representaron la oposición a sus compañeros procomunistas. La Academia fue dirigida por los dos partidos políticos en alianza -GMD y PCCh- y con cierta rapidez se estableció una clara barrera ideológica entre los cadetes. Destacó, en este sentido, el grupo Alianza de Jóvenes Militares Chinos (*Zhongguo qingnian junren lianbehui*, en adelante, AJMC) formado por miembros del PCCh y de la Liga de la Juventud Comunista de China (*Zhongguo Gongchanzhuyi Qingnian Tuan*, en abreviado *Gongqingtuan*) formada el 1 de febrero de 1925. Dicha organización no sólo fue un punto de encuentro de cadetes sino también de funcionarios y profesores de la misma Academia Huangpu. Este grupo, organizado dentro de la Academia, consiguió aunar diferentes rangos militares de la Academia entorno a dos objetivos políticos: uno, la lucha contra las fuerzas de los Señores de la Guerra y de las fuerzas imperialistas extranjeras, y, dos, apoyar la “revolución nacional” y el proyecto común de cooperación entre el GMD y el PCCh. Asimismo, la AJMC desarrolló una acción expansiva, teniendo presencia activa en manifestaciones y huelgas convocadas por sindicatos obreros, campesinos y estudiantiles.

Por su parte, los cadetes de tendencias políticas “derechistas” plantearon formar un grupo al margen de influencias comunistas que tuviera como objetivo, precisamente, la expansión de la influencia política no comunista dentro de la Academia. El grupo «derechista» se estructuró dentro de la primera promoción de cadetes de la Academia de Huangpu, siendo oficialmente fundado después de la muerte de Sun Yat-sen en marzo de 1925 bajo el nombre de Sociedad de Aprendizaje de la Doctrina de Sun Yat-sen (*Sunwen zhuyi xuehui*, en adelante, SADSYS). No cabe ninguna duda de que, mientras el fundador del GMD permaneciera con vida, cualquier oposición explícita a su política quedaba fuera de lugar y más aún una que pretendiera —contra toda lógica— utilizar su nombre. La organización estuvo muy activa políticamente y consiguió juntar diversas fuerzas estudiantiles e intelectuales anticomunistas, siendo, según ellos, su principal objetivo defender la ideología de Sun Yat-sen —los Tres Principios del Pueblo— y evitar la expansión de la AJMC. Desde un principio, pues, la lucha por la legitimidad se focalizaba en invocar la figura de Sun Yat-sen, incluso contra su voluntad explícita, algo que sólo podía desarrollarse completamente tras su muerte.

La formación del SADSYS, a su vez, hay que relacionarla también con la llamada tendencia “derechista” del GMD, creciente después de la decisión de cooperar con la Comintern, cuyas actividades en favor de una futura revolución proletaria -por lejos que esta estuviera en el horizonte político- no podía sino despertar recelos, cuando no rechazo, entre las filas de las clases propietarias. Sus principales reclamaciones se resumían en tres posiciones: anticomunismo, rechazo consecuente a la política de cooperación con PCCh, y, por último, negación de las tres políticas que Sun Yat-sen había declarado como prioritarias en la Primera Asamblea Nacional del GMD en enero de 1924: alianza con la Comintern, alianza con el PCCh y apoyo al campesinado y al proletariado en sus luchas por mejorar su situación socioeconómica (*lian e, lian gong, fuzhu nonggong*).

Uno de los teóricos “derechistas” del GMD lo constituía el miembro de la “vieja guardia” del partido, Dai Jitao, el cual había participado en la Primera Asamblea Nacional del GMD de enero de 1924, y miembro del Comité Ejecutivo Central (en adelante, CEC), ministro de Propaganda del régimen de Nanjing y director del Departamento de Política de la Academia Huangpu. Después de la muerte de Sun Yat-sen el 12 de marzo de 1925, en todo el país se celebraron una serie de actos para rendir homenaje al fundador del GMD, en los cuales, Dai Jitao realizó varios discursos públicos que posteriormente fueron publicados y a los que se los consideró la base y origen del sector “derechista” del GMD<sup>4</sup>. En sus locuciones criticaba el concepto de la lucha de las clases por considerarlo incompatible con los Tres Principios del Pueblo, negándose, a su vez, a asumir cualquier hipotética compatibilidad entre el marxismo y la doctrina de Sun Yat-sen. Estas referencias de crítica hacia el marxismo fueron muy aplaudidas por parte de los militantes anticomunistas y de la “vieja guardia” del partido, para quienes —en el fondo— Sun había ido demasiado lejos (Dai 1927; 1928). Asimismo, a finales de 1925, Dai participó activamente en las iniciales acciones del sector “derechista” y anticomunista del GMD, a la par que seguía manteniendo su influencia en el partido a pesar de la plena cooperación oficial que el GMD seguía manteniendo con el PCCh. Seguidamente, en 1926 fue nombrado rector de la Universidad de Sun Yat-sen de Guangzhou —opuesta por principios a su homónima de Moscú—, siendo muy activo en la formación de la SADSYS en aras de la unificación de fuerzas anticomunistas de carácter juvenil y estudiantil contrarias al PCCh. Por consiguiente, la SADSYS de la Academia Militar de Huangpu nació bajo un ambiente político muy polarizado, pero que encontraba colaboración y simpatía en numerosas instancias del partido y del gobierno de Nanjing.

<sup>4</sup> *Zhongguo Guomindang dang shi guan* (Archivo del Guomindang, en adelante AG). Fondo. *Yiban Dangan* (Documentos Generales). *Yiban* 071/78.66. *Faqi zhongshan zhuyi de jinianzhoy yundong* (Inicio de la semana del Movimiento en memoria de la doctrina de Sun Yat-sen), 31 de marzo de 1925.

Por otro lado, la formación de la SADSYS también sirvió de eclosión para otros movimientos anticomunistas nacidos o satelizados posteriormente por el sector “derechista” del GMD. En este sentido, cabe mencionar el Grupo de la Juventud de la Doctrina de Sun Yat-sen (*Sunwen zhuyi qingnian duan*), que nació bajo la reiterativa premisa de unir a los jóvenes militantes del sector “derechista” del GMD bajo el control y dirección directa del mismo sector del partido. Esta obsesión por la fundación de grupos y organizaciones, que puede parecer que se superponen, nos da una idea de la profunda fragmentación del GMD, el cual sólo se percibía como un verdadero partido —y no como una liga de entidades— visto desde fuera. Si a ello le sumamos la dispersión local del mismo en áreas geográficas gobernadas por Señores de la Guerra o bajo el control —en la práctica— de las potencias ocupantes, resulta más fácil de entender su proliferación. En el caso que nos ocupa —el Grupo de la Juventud de la Doctrina de Sun Yat-sen—según palabras propias, y algo tautológicas, de la organización:

La iniciativa de formar el Grupo de la Juventud de la Doctrina de Sun Yat-sen se basa en pretender que todos los jóvenes crean en la doctrina de Sun Yat-sen y vuelvan a unirse para trabajar en las tareas de la Revolución Nacional. Los criterios de los miembros se basarán en la doctrina de Sun Yat-sen con el objetivo de atraer a todos los jóvenes del país bajo la bandera de la ideología totalmente revolucionaria de Sun Yat-sen. De este modo no se serán engañados ni confundidos por parte de los reaccionarios. Por lo tanto, el objetivo del presente grupo será: pertenecer bajo la dirección del partido Guomindang; investigar, hacer propaganda y educar bajo la doctrina de Sun Yat-sen; liderar a los jóvenes hacia el movimiento de la Revolución Nacional; y realizar la doctrina de Sun Yat-sen (AG. Fondo. *Yiban dang'an* (Documentos Generales). Yiban 436/122.5. *Sunwenzhuyi qingnian tuan choubei xuanyan* (Declaración sobre la preparación del Grupo la Juventud de la Doctrina de Sun Yat-sen), 28 de noviembre de 1925).

Los militantes “derechistas” del GMD, siguiendo la dinámica de estas organizaciones juveniles, levantaron la bandera de la fidelidad máxima a la doctrina de Sun, defendiendo la iniciativa de la “revolución nacional” —contra los imperialistas extranjeros y los Señores de la Guerra—, pero la utilizaron, en primera instancia, para hacer frente a las fuerzas comunistas o procomunistas que amenazaban con dividir el cuerpo de la nación con sus “luchas de clases”. Por lo tanto, el rechazo hacia el plan de cooperación entre GMD y PCCh, separó al GMD en dos grupos que mantenían distintas estrategias de acción dentro del partido, más allá de que sus ideologías estuvieran verdaderamente en contradicción. Fue la típica fórmula de expresión de los analistas de la Comintern quien se encargaría de darles nombre: la “izquierdista” y la “derechista”, en función de sus simpatías tácticas. Este conflicto subyacente ya quedó demostrado perfectamente en la propia documentación generada por la SADSYS en la Academia de Huangpu desde su formación:

1. Nosotros somos militantes del Partido Guomindang. Por lo tanto, hay que entender la ideología del Guomindang. La ideología del Guomindang es la doctrina de Sun Yat-sen, por lo tanto, hay que estudiarla profundamente.

2. (...) La tarea actual del partido es la Revolución Nacional, sin embargo, el objetivo de hacer la revolución es la realización de la doctrina de Sun Yat-sen. (...) En consecuencia, hay que entender verdaderamente a nuestro partido, hay que organizar la Sociedad de Aprendizaje de la Doctrina de Sun Yat-sen para que la gente la estudie (...)

3. La doctrina de Sun Yat-sen no es marxista, es más, la doctrina de Sun muchas veces crítica al marxismo. (...)

5. Pensamos que si los camaradas del partido no entienden perfectamente la doctrina de Sun Yat-sen, no podrán tener una creencia firme, y no podrán ser militantes fieles al partido. Para evitar una posible futura crisis del partido, hay que hacer un movimiento basado en la doctrina de Sun Yat-sen dentro del partido, para que todos los camaradas tengan la misma creencia y juntos poder hacer la revolución (AG. Fondo. *Wubu dangan* (Documentos de los Cinco Departamentos). Bu 13357. *Faqi zhongshan zhuyi xuehui de yijiang* (Iniciativa sobre la idea de formar la Sociedad de Aprendizaje de la Doctrina de Sun Yat-sen), 1926).

El simbolismo asociado al líder muerto impedía, pues, afirmar en voz alta lo que se había pensado de sus estrategias en vida, incluso después de su defunción: había que negar cualquier inclinación filocomunista del maestro Sun incluso *post-mortem* del mismo modo que, andando el tiempo, el PCCh resaltaría precisamente los aspectos contrarios. Las publicaciones de Dai Jitao y su apología de la doctrina de Sun Yat-sen llegaron a fomentar un verdadero fenómeno anticomunista dentro del GMD a lo largo de todo el país. En muchas ciudades, espontáneamente, comenzaron a estructurarse organizaciones de la SADSYS, destacando las de grandes urbes como Shanghai, Nanjing, Wuhu, Wuhan, Changde y Beijing a partir de finales de 1925. En ese contexto de expansión de la variante anticomunista del GMD, cabe destacar la reacción por parte del sector “izquierdista” del GMD, el cual, atrincherado momentáneamente en el control del Comité Central del partido, sin motivos ni posibilidades para cambiar la orientación de las alianzas internacionales del modesto gobierno de Nanjing, procedió a la expulsión de los sectores “derechistas” y anticomunistas más notorios del GMD representados por los “Conferenciantes de Xishan”.

A continuación, siguiendo esa dinámica, en enero de 1926, durante la convocatoria de la II Asamblea Nacional del GMD, se aprovechó para renovar los miembros del CEC con la hegemónica representación de miembros afines a la alianza con el PCCh y la consecuente exclusión de más miembros “derechistas” del GMD. Este tipo de paradojas explican que desde Moscú no se dudara ni un momento de la potencia del GMD de “izquierdas” y que, incluso, se especulara con la posibilidad inmediata de ahogar definitivamente al GMD de “derechas”, en puertas de la Expedición del Norte (*beifa*)<sup>5</sup> y -por lo tanto- del giro de Chiang hacia las matanzas de comunistas y de izquierdistas en general. Como reacción, a la par, los “Conferenciantes de Xishan” se reunieron en la ciudad Shanghai, formando sus propias sedes del GMD en una ciudad que iba

---

<sup>5</sup> La Expedición del Norte (1926-1928) es considerada la campaña militar dirigida por Chiang Kai-shek en búsqueda de la unificación territorial y gubernamental de la República de China contra los Señores de la Guerra. Para profundizar sobre los Señores de la Guerra y la Expedición del Norte, entre otros, véase: (Jordan 1976); (Mc Cord 1993).

---

tomando un carácter netamente “derechista” y anticomunista, tal y como se demostraría poco después. En este sentido, la SADSYS aprovechó ese contexto de desunión ideológica dentro del GMD para convertirse en una fuerza importante en el desarrollo de las actividades anticomunistas a lo largo de todo el territorio chino, trayendo como consecuencia choques con la principal organización procomunista, la AJMC.

En este aspecto, podemos encontrar en las memorias de los militantes de *Lixingshe* la descripción de sus actividades anticomunistas a través de la asociación SADSYS. Según los textos del militante Gan Guoxun, a partir de 1925, los excadetes y cadetes de la academia Huangpu enviaron miembros formados en la SADSYS a provincias como Jiangsu, Jiangxi, Hunan, Fujian o Shandong, así como a ciudades del norte de China, con el objetivo de formar sedes de la SADSYS, además de reclutar miembros en los estamentos militar y policial, así como a militantes del propio GMD. Su misión eran luchar contra las actividades comunistas o relacionadas con la expansión japonesa en el territorio chino, además de cualquier movimiento opositor al GMD (Gan, 1984, 108). Las experiencias obtenidas en la Academia Huangpu y en las prácticas tempranas en la lucha contra los comunistas fueron determinantes para muchos de los miembros de *Lixingshe*. Otro ejemplo fue Teng Jie, en cuyas memorias póstumas encontramos detalles sobre sus experiencias anticomunistas en la propia Academia Huangpu en 1925 (Lau 2014, 80-85).

Así, el conflicto entre el GMD y el PCCh se fue tensando cada vez más, sin que los observadores soviéticos y sus aliados fueran conscientes de la posición de debilidad que estaban ocupando, especialmente a partir la “Incidencia del 20 de marzo de 1926”. El capítulo tuvo lugar cuando Chiang Kai-shek destituyó al capitán comunista del buque de guerra Zhongshan bajo la excusa de haber intentado secuestrar al mismo Chiang. El líder militar del GMD utilizó como excusa este supuesto incidente para suprimir todos los consejeros soviéticos y representantes del PCCh en el ejército con el objetivo de mostrar su posicionamiento en las cada vez más turbulentas relaciones entre comunistas —y sectores “izquierdistas” del GMD— y los sectores “derechistas” del GMD. Por otro lado, la incidencia también influyó al CEC del GMD, ya que en mayo de 1926 acabaría aprobando unas reglamentaciones internas que limitaban a no más de un tercio la presencia de militantes del PCCh en instituciones o comités directivos controlados o tutelados por el GMD (Liu 1972, 21-24). Desde la CEC del GMD se interpretaba esta medida como la “línea roja” que el partido debía salvaguardar para que los militantes del PCCh dentro del GMD no pudieran intervenir en las direcciones políticas del mismo. La inconsciencia de los soviéticos y sus aliados llegó así a límites inconcebibles cuando aún se creyeron en situación de aconsejar a Chiang sobre la inconveniencia de realizar la Expedición del Norte, tanto como de aplaudir sus éxitos poco

---

---

después. De este modo se expuso la vida no sólo de los militantes comunistas sino de todos aquellos movimientos sindicales urbanos y campesinos que estaban empezando a expresarse, públicamente y con confianza en sus fuerzas, en los territorios controlados desde Nanjing o en aquellos que iban a verse pronto afectados por la famosa Expedición de Chiang.

Ante este contexto de rivalidad política, la CEC, en un intento de mantener la disciplina del partido respecto de sus decisiones, tanto como de evitar enfrentamientos mayores, decidió disolver las organizaciones ideológicas que operaban dentro de cuerpo militar como eran la SADSYS y la AJMC. A su vez, el rector de la Academia Militar Huangpu, precisamente Chiang Kai-shek, el cual estuvo preparando la Expedición del Norte a la par que era rector, ordenó como consecuencia la prohibición de formar cualquier grupo u organización de carácter político dentro de la Academia Militar de Huangpu, en lo sucesivo (Li 1974, 497-522). Las resistencias —más o menos toleradas— por parte de la SADSYS no se hicieron esperar. En el caso de la disolución de la SADSYS de Guangzhou, ciudad donde estaba la Academia Militar de Huangpu, ésta tuvo lugar el 20 de abril de 1926 oficialmente, pero entre los miembros surgió posteriormente otra organización bautizada como Asociación de los Antiguos Alumnos de la Academia Huangpu (*Huangpu Xuexiao Tongxuehui*), la cual era una continuación de la SADSYS. Este tipo de grupos anticomunistas existían por todo el país y podían estar o no vinculados al GMD, aunque si lo estaban, la relación se estructuraba a través de la dirección de sector “derechista” del GMD. La citada asociación fue formada en junio de 1926 en Guangzhou bajo la dirección de Chiang kai-shek con unos tres mil de miembros (Lau, 2014, 98-102). Su objetivo era crear una estructura directa para movilizar a los antiguos cadetes cara la preparación de la Expedición al Norte contra los Señores de la Guerra lanzada en el mismo año. Según la historiadora norteamericana Maggie Clinton, la ideología y conducta anticomunista del grupo se basó en las experiencias previas anticomunistas de los miembros de *Lixingshe* en 1925, además de la gran influencia del pensador Dai Jitao (Clinton 2017, 15).

Por consiguiente, podemos llegar a afirmar que este conglomerado de fuerzas anticomunistas articuladas tanto desde dentro como fuera del GMD, llegaron a ser determinantes como fuerza política y mostraron todo su potencial destructivo en el proceso purgas y de represión que el sector «derechista» del GMD lideró durante primavera de 1927, a lo largo todo el país, contra comunistas, miembros “izquierdistas” del GMD, sindicalistas y miembros del movimiento obrero y campesino afines al socialismo o, simplemente, hostiles al dominio de terratenientes, militares y explotadores varios que habían tenido que sufrir desde los inicios de la disolución del Imperio Qing, ya en el último cuarto del siglo anterior.



Éste fue, pues, el ambiente previo a la creación de la Sociedad *Lixingshe*: algo que iba mucho más allá de fundadores concretos, o de grupúsculos, y que iba a poner en pie una verdadera “revolución nacional” con la idea de que el “renacimiento de China” tenía que pasar necesariamente por el restablecimiento de un orden intemporal, en el que la República iba a suceder al Imperio, pero sólo en la cúspide del poder. En este sentido, aunque la Sociedad *Lixingshe* no fue un grupo directamente nacido como sucesor de la SADSYS, hay que tener en cuenta el hilo común ideológico que unía a ambas organizaciones. Además, las líneas de continuidad son netamente presentes también en lo que a miembros se refiere, ya que la base dirigente de la Sociedad *Lixingshe* - los He Zhonghan, Pan Youqiang, Zeng Kuoqing, Feng Ti, Hu Zongnan o Guo Yongqin- también militaron en la SADSYS, en su momento. Asimismo, existen varias características que fueron heredadas de la SADSYS a tener muy en cuenta: en primer lugar, los miembros conservaban un perfil muy determinado por su procedencia común en la Academia Militar de Huangpu. En este sentido, a pesar de que estas dos sociedades no fueron sucesivas en el tiempo -existió una diferencia de siete años entre ellas- las dos pasaron por la experiencia de la guerra, de la violencia, de la muerte y de la represión inmisericorde —factores determinantes para la cosmovisión de los valores forjadores del fascismo—<sup>6</sup>; experiencias que tuvieron lugar en la Expedición del Norte contra los Señores de la Guerra, durante las purgas contra el PCCh bajo la comandancia de Chiang Kai-shek y, más allá, cuando el conflicto devino en guerra civil abierta con el PCCh. A su vez, cabe remarcar que a inicios de la fundación de la Academia Militar de Huangpu, en febrero de 1925, Chiang Kai-shek ya había liderado a profesores y cadetes de la misma academia en la eliminación de la fuerza militar dirigida por el Señor de la Guerra Chen Jiongmin, en una especie de expedición “en prácticas”. Seguidamente, cuando en junio de 1926 se declaró la Expedición del Norte, la mayoría de los cadetes de la academia participaron en la misma obteniendo una experiencia de guerra y de camaradería clave para la posterior composición de la Sociedad *Lixingshe*.

A pesar de sus similitudes, las dos sociedades partían de una naturaleza de acción diferente. Por una parte, la SADSYS se estructuraba como base de una asociación eminentemente intelectual que tenía como objetivo primordial el apoyo y desarrollo de las tesis procedentes del discurso de Sun Yat-sen, así como en la difusión del pensamiento codificado en los Tres Principios del Pueblo, pero sólo dentro de la interpretación particular que la organización hacía de ellos. Por el contrario, la Sociedad *Lixingshe* no partía de un planteamiento tan académico como la SADSYS, sino que más bien se veía a sí misma como grupo de acción destinada a imponer esos “correctos” ideales a viva

---

<sup>6</sup> Sobre el fascismo y sus características, así como el debate historiográfico sobre la existencia y peculiaridades de un fascismo chino, entre otros véase: (Eastman 1972); (Chang 1985); (Feng 1998); (Chung 2000); (Deng 2000); (Wakeman, Edmonds 2005); (Tsui 2008); (Chen 2012; 2014); (Clinton 2017).

fuerza. Cabe recordar que el objetivo de la fundación de la Academia Militar de Huangpu era el formar militares fieles a la ideología del GMD, además de tomar como modelo el ejemplo del Ejército Rojo ruso. En realidad, era una demostración, sobreestimada, de la posibilidad de la colaboración entre nacionalistas y comunistas, aunque finalmente el enfrentamiento ideológico rompiera el proyecto. Sin embargo, los seguidores de Chiang Kai-shek y la formada más tarde Asociación de los Antiguos Alumnos de la Academia, y que evolucionó en 1932 hacia la Sociedad *Lixingshe*, mantuvieron unas técnicas y estructuras de lucha contra el comunismo basadas en redes secretas combinadas con trabajo de inteligencia militar para mantener el control y liderazgo de Chiang Kai-shek en el seno del GMD. Asimismo, también podemos observar que los diferentes órganos dirigentes del GMD presentaron deficiencias a la hora de controlar y aglutinar a sus militares y simpatizantes —tanto comunistas como nacionalistas— bajo el paraguas de la ideología “sunyatsenista”, ya que el debate de la interpretación de la colaboración fue el origen de la grieta ideológica (Li 1994, 40). En este sentido, se fomentaron el apoyo incondicional y la admiración de liderazgo de los soldados hacia la figura de Chiang Kai-shek tras de las expediciones militares contra los Señores de la Guerra y los comunistas, siendo determinante para el futuro, el culto al líder (Chiang Kai-shek) en la época del régimen Nanjing y durante la Segunda Guerra Chino-japonesa.

En este sentido, la Sociedad *Lixingshe* potenció la caracterización de Chiang como líder absoluto (*lingxiu*). El uso de una palabra distinta *-lingxiu* frente a *zongli-* servía para demostrar que Chiang no pretendía la sucesión —imposible— sino el ejercicio como fiel representante de Sun. Ese carácter de “líder” quedaría reflejado en la mayoría de los artículos publicados por el miembro más destacado importante de *Lixingshe*, He Zhonghan, el cual fue el encargado del Buró de la Formación Política de Ejército nacionalista entre 1933 y 1934 (Clinton 2017, 40). He publicó un artículo reclamando el incuestionable liderazgo de Chiang Kai-shek en aras de la “revolución nacional” y de la unificación en la revista fascista de la *Lixingshe* *Qiantu* (El Futuro):

Hoy, los guerreros de la revolución nacional deben creer en los Tres Principios del Pueblo, y seguir al líder del grupo, el señor Chiang Kai-shek. El señor Chiang, en la China de hoy, ya ha conseguido grandes logros al demostrar su liderazgo, al defender el país o al conquistar a los enemigos del pueblo. Así, la espera en la búsqueda de la unificación final triunfará. Al creer en los Tres Principios del Pueblo y en el señor Chiang, se hará posible la unificación militar y política, así como la unificación del país (...) La existencia de la revolución y de su líder hacen posible la misma existencia de la unificación (...) Ya hay revolución, ya hay un líder de la revolución, ya existe la unificación (He 1933, 4).

### **Discurso antimperialista japonés: ¿«fascismo defensivo de corte antiimperialista»?**

El auge del nacionalismo chino moderno llegó en 1919 tras el fallido intento a la hora de recuperar la península Liaodong a manos de los japoneses en la mesa de negociaciones de la

---

Conferencia de Paz de Versalles. La frustración generalizada sirvió como base de una revolución cultural renaciente en China a través denominado Movimiento de la Nueva Cultura, el cual proclamaba la ciencia y la democracia como punto primordial para fortalecer y modernizar un país como China, sumido en las consecuencias del imperialismo europeo del siglo XIX y fragmentado territorialmente por los Señores de la Guerra. En esa tesitura, el comunismo triunfante en Rusia captó la atención de la clase intelectual china como mecanismo revolucionario —y novedoso— de liberación nacional — y retorno de la soberanía—, modernización y unificación territorial para China, fundando en 1921 el PCCh en la zona de concesión francesa de Shanghai. Asimismo, tanto la tendencia comunista como la nacionalista abrazaron fuertemente la consciencia nacional y la voluntad de defender la totalidad y la soberanía nacional china. Ambos partidos compartían el mismo anhelo por la reunificación nacional en el proyecto colaborativo, el cual se rompió en 1927. Tras romperse esta alianza, el PCCh sufrió grandes pérdidas y bajas —véase la “matanza de Shanghai” de abril de 1927—, mientras que el GMD tuvo que hacer frente a una implosión interna entre los que defendían la colaboración con los comunistas ubicados en Wuhan —los “izquierdistas” — y los contrarios a la colaboración ubicados en Nanjing —los “derechistas”—. Al mismo tiempo, los miembros del PCCh se enfrentaron a otra persecución masiva en las zonas urbanas tras del fracaso de levantamiento del Nanchang en el 1 de agosto de 1927, teniendo que cambiar sus estrategias y movilizarse hacia zonas rurales de las provincias de Jiangxi, Fujian y Hunan<sup>7</sup>.

Por otro lado, el predominio del Imperio japonés en Asia Oriental también fue un factor decisivo para el desarrollo de China. Sus actividades coloniales expansivas en el norte de China desde inicios el siglo XX fueron determinantes como muestra la presencia japonesa en la península Liaodong después de la Guerra Ruso-japonesa en 1905, cuando el gobierno japonés consiguió la gestión de la línea del ferrocarril de Sur del Manchuria a manos del Imperio ruso. La fundación de la Compañía de Ferrocarril del Sur de Manchuria (abreviación en japonés como *Mantetsu*) y la presencia del Ejército Guandong (enviado desde Japón y responsable de la defensa de los intereses japoneses derivados del ferrocarril en territorio chino) consolidaron la presencia imperialista japonesa en el noreste China. En 1919 el Ejército de Guandong se reorganizó como un ejército convencional y extendió sus fuerzas militares a través de seis guarniciones independientes con batallones de artillería pesada para salvaguardar las líneas férreas con un total de 10.000 militares (Young 1999, 30). Durante los años veinte el Ejército Guandong defendió estratégicamente la

---

<sup>7</sup> Para una ampliación sobre la reacción comunista antes los actos de represión de Chiang Kai-shek a partir de 1927, entre otros, véase: (Guillermaz 1970); (Van de Ven 1991; 2003); (Bianco 1999); (Short 2011).

---

frontera japonesa en el continente, al mismo tiempo que *Mantetsu* se dedicaba a la explotación económica de Manchuria en la colaboración con el Señor de la Guerra de Manchuria, Zhang Zuolin. Las actividades económicas ventajosas en Manchuria ofrecieron materias primas (carbón, hierro, cereales, entre otros) vitales para la deficitaria industria japonesa, creando una dependencia absoluta de la «metrópoli» y de las empresas japonesas (y sus conglomerados conocidos como *zaibatsu*) con respecto a su «colonia» en Manchuria. En este contexto, las expediciones militares para unificar el país en 1926 lideradas por Chiang Kai-shek irritaron la sensibilidad japonesa en Manchuria. La tensión entre el Señor de la Guerra Zhang Zuolin y la autoridad japonesa en 1928 fue aumentando progresivamente cuando Zhang perdió la confianza de la autoridad japonesa, siendo asesinado por esta. El joven sucesor, Zhang Xueliang —hijo de Zhang Zuolin—, tomó una postura radical en comparación a la de su padre y declaró fidelidad al régimen nacionalista de Chiang Kai-shek en diciembre de 1928. La pérdida de apoyo por parte del Señor de la Guerra de Manchuria, así como el proyecto nacionalista de Chiang Kai-shek que amenazaba a las empresas colonizadoras japonesa en la zona, ejercieron de resorte para que un enfureció el Ejército Guandong empezará a plantearse seriamente una invasión militar, aún más cuando Chiang Kai-shek declarara en la primavera de 1931 su anhelo de recuperar los territorios cedidos de Manchuria y los derechos de gestión de ferrocarril en Manchuria (Young 1999,38).

La invasión japonesa de Manchuria en septiembre de 1931 fue un suceso decisivo para la historia china al considerarse uno de los prolegómenos determinantes del inicio de la II Guerra Mundial en el frente Asia-Pacífico (1937-1945) (Mitter 2013, 49-50), así como un hito determinante en la formación de la Sociedad *Lixingshe*. La invasión japonesa agitó la política china: con la dimisión de Chiang Kai-shek, el cual fue obligado a dejar su cargo como presidente del régimen de Nanjing —y, en consecuencia, de la República de China— el 15 de diciembre de 1931 por su posición ambivalente ante la invasión japonesa —circunstancia, esta última que le granjeo fuertes críticas por parte de sus adversarios políticos de dentro y de fuera del GMD—. A pesar de la dimisión de Chiang, sólo duró un mes y escaso, el 28 de enero de 1932 recuperó su cargo como máximo dirigente del régimen de Nanjing. A su vez, para volver a obtener credibilidad política tras su retorno, Chiang tuvo que dar una justificación sobre la decisión de «no-resistencia» ante la invasión japonesa, además de canalizar e instrumentalizar la indignación anti-japonesa hacia la búsqueda de una ideología más comprometedor para “salvara la nación china”. A la par el régimen nacionalista chino se dirigió a la diplomacia internacional en aras de solucionar el conflicto de Manchuria con Japón, concretamente acudió a la Liga de las Naciones, la cual organizó la Comisión de Lytton para investigar las acciones japonesas en Manchuria entre 1932 y 1933. El resultado del informe de la

---

---

Comisión de Lytton, el cual ponía en cuestión la invasión, granjeó las simpatías de la comunidad internacional hacia la causa china. Sin embargo, las críticas y repercusiones no fueron alicientes suficientes para frenar el imperialismo de Japón en la región. (Young 1999,79;101) (Kokubun 2017, 20).

Es en esa tesitura que tiene lugar la formación del grupo fascista (Sociedad *Lixingshe*) a manos de los militantes más fieles a Chiang Kai-shek en la Academia de Huangpu entre febrero y marzo de 1932, siendo la base del proyecto el inicialmente ideado por Teng Jie en la ciudad Nanjing —capital del régimen nacionalista— (Gan 1984, 71-72). En este contexto, los miembros de *Lixingshe* y Chiang Kai-shek determinaron sus planes nacionales, los cuales se basaron en priorizar la unificación nacional con el objetivo de poder fortalecer el país y defenderse de la invasión japonesa (Lau 2014, 153-157). Bajo ese posicionamiento se extendió por todo el país una vez más, el eslogan “establecerse en el interior antes de defenderse del exterior” (*annei rangwai*), en otras palabras, significaba “eliminar a los comunistas antes que luchar contra Japón” (Mitter 2013; Chen 2017, 35-53). La mencionada estrategia causó ciertas contradicciones en su discurso nacionalista al poner en segundo plano el objetivo de defender el país ante la presencia japonesa en territorio chino. Además, urgió la necesidad de dar prioridad a la militarización del país a través del fortalecimiento del ejército chino en su lucha contra el comunismo autóctono. A su vez, con Chiang Kai-shek, y su retorno al poder político y militar en 1932 en las estructuras del régimen nacionalista en Nanjing, se inició un periodo de acercamiento y de colaboración entre el ejército nacionalista chino y los regímenes alemán e italiano. De esa colaboración con el ejército alemán Chiang Kai-shek construyó un cuerpo de elite militar chino gracias a colaboración y ayuda de la industria militar alemana. Además, contaría con consejeros militares alemanes expertos en la represión de comunistas alemanes, como Hans von Seecket. Gracias a ello las tropas nacionalistas chinas lanzaron varias ofensivas contra los comunistas chinos en el sureste de China, causando la famosa retirada de la Larga Marcha dentro de historia la de comunismo chino entre 1934 y 1935 (Kirby 1984, 109-126). Otramente, la colaboración italiana también jugó un papel importante en la represión contra el PCCh, especialmente gracias al desarrollo de la aviación china. La primera escuela de aviación y aeropuerto fueron inaugurados entre 1934 y 1935 bajo la dirección del coronel Roberto Lordi y con la colaboración de empresas italianas como FIAT (Fatica 2014, 99). En este contexto podemos observar como un ambiente favorable hacia el fascismo en China durante los años treinta impulsó a la formación de una delegación de la *Lixingshe* con destino a Europa en búsqueda de una de una ideología moderna, disciplinada y revolucionaria que ayudara a regenerar la nación desde la jerarquía y la unidad más allá del liberalismo y del comunismo. Teng Jie, fundador y principal líder de dicha

---

---

delegación, narró con detalle sus encuentros y observaciones con representantes del fascismo europeo, especialmente con los precedentes del fascismo italiano y alemán entre 1933 y 1934 (Lau 2014, 196-199). Asimismo, Teng justificó sus contactos con el fascismo europeo como “encuentros de carácter no oficial” en aras de la búsqueda de alguna teoría o ideología posible para su proyecto nacional. Por su parte, Chiang Kai-shek consintió esos encuentros con el fascismo europeo como un punto muy concreto de su política exterior global en pro de la ampliación de nuevos aliados exteriores para la causa nacionalista después de la ruptura con los bolcheviques rusos en 1927.

Por lo tanto, podemos observar una característica muy singular en el discurso fascista de los miembros de *Lixingshe* como era la necesidad de creación de un proyecto y relato antimperialista japones. La reivindicación anticolonial podría servir como impulsor determinante para los grupos nacionalistas de países colonizados al interpretar el fascismo como un proyecto político de salvación y de liberación nacional (en un formato emancipador), tal como veremos más adelante en ciertos intelectuales coreanos durante los años treinta. Teniendo en cuenta que la anexión coreana al Imperio japonés fue en el año 1910, el movimiento independentista coreano, Movimiento del Primero de Marzo, eclosionó en el año 1919 bajo el contexto internacional influenciado por la reclamación al derecho de autodeterminación<sup>8</sup>. El citado movimiento coreano finalmente confluyó con una serie de movimientos políticos y sociales anticolonialistas, los cuales fueron reprimidos brutalmente por la autoridad colonial japonesa. La resistencia coreana y los líderes políticos tuvieron que exiliarse, estableciéndose una parte importante en Shanghai, Manchuria o Rusia durante los años veinte. Naturalmente, el reclamo por la soberanía nacional coreana era primordial tanto para nacionalistas como para comunistas. No obstante, la influencia del fascismo durante los años treinta llamó la atención a una parte de los nacionalistas coreanos, concretamente la de un grupo de intelectuales que escribían en el *Diario de Asia Oriental (Don'a Ilbo)*. Desde esa tribuna intentaron propagar la posibilidad de integrar elementos fascistas en Corea con la idea de regenerar la esencia nacional coreana, luchar contra el comunismo y conseguir la independencia coreana ante la colonización japonesa. Un claro ejemplo de este movimiento el intelectual fascista fue el coreano Hugh Heung-wo Cynn. (Tikhonov 2012, 979).

---

<sup>8</sup> Podemos observar otros casos nacionalistas de otras culturas que experimentaron el afán del nacionalismo por las políticas de presidente Wilson y el derecho de autodeterminación en el ambiente post-Gran Guerra. En este caso el nacionalismo árabe tuvo una trayectoria muy similar en comparación al nacionalismo chino. Por lo siguiente, los intelectuales arabistas de Alepo en 1919 despertaron la conciencia de la nación mientras anhelaban la construcción de una “nación” bajo el concepto occidental y modernizador, a la par que reclamaban la libertad del mundo árabe no solo ya de la presencia de la colonización francesa sino también la del antiguo poder de los otomanos (Watenpugh 2006, 149-151). Una parte de la tendencia nacionalista en busca de la regeneración nacional dentro de los nacionalistas árabes en Siria y Líbano, más tarde, durante los años treinta, sentirían admiración por el proyecto de la Alemania nazi (Nordbruch 2009; Motadel 2014).



El fenómeno del fascismo europeo llegó a Asia Oriental como una ideología esperanzadora al considerarse una metodología posible para desarrollar un pensamiento revolucionario, nacionalista, moderno, movilizador de las masas, además de instrumento defensivo para fortalecer el país antes de una invasión extranjera. Otra clave para entender la eclosión del movimiento fascista antiimperialista en Asia Oriental fue el debate de liderazgo de panasianismo en la región durante los años veinte. Dicho movimiento fue iniciado por Sun Yat-sen en una conferencia celebrada en Kobe (Japón) el 28 de noviembre de 1924 al plantear la defensa del mundo asiático a manos del liderazgo “natural” de China y de Japón contra la “hegemonía occidental” (Tikhonov 2016, 122). Esta simpatía y conexión a través de un imaginario colectivo forjado por un pueblo asiático unido (liderado por China y Japón) en la lucha contra el imperialismo occidental sería un lugar común entre los revolucionarios liderados por Sun Yat-sen entre 1905 y 1911. No es extraño, pues, que los revolucionarios republicanos chinos mantuvieran contactos cercanos con el grupo ultranacionalista de la Sociedad Dragón Negro japonés, además de contar con el apoyo del Grupo Tokyo, cuna esta última de la ciudad que acogió Sun Yat-sen durante su exilio (Horne, 2004, 253).

Finalmente, llegados a este punto, y cogiendo como referencia el contexto de Asia Oriental, podríamos tomar una nueva perspectiva analítica en la línea del concepto de «fascismo periférico» teorizado por Roger Griffin (Griffin 2005, 103-118) y plantear el debate sobre la existencia de un «fascismo defensivo de corte antiimperialista» en el marco de la región Asia Oriental (Chen 2017, 35-53). El fascismo como un instrumento defensivo para una nación o un pueblo bajo una situación de colonialismo occidental (u oriental) podría estar determinada por el propio desarrollo de la historia en Asia Oriental después de que el imperialismo europeo agitara el orden regional a lo largo del siglo XIX, mientras una gran parte de los intelectuales autóctonos se preocupaban por la supervivencia nacional, irónicamente, a través de la occidentalización.

## Referencias bibliográficas

Bianco, Lucien. *Los orígenes de la revolución china*. Barcelona, Ed. Bellaterra, 1999.

Chang, Maria Hsia. *The Chinese Blue Shirt Society. Fascism and Development Nationalism*. Berkley: University of California, 1985.

Chen, Chiao-In. “Els Camises Blaves i el feixisme xinès (1932-1938)”, *Segle XX. Revista Catalana d’Història*, 5 (2012): 15-36. <https://revistes.ub.edu/index.php/segleXX/article/view/9851>

Chen, Chiao-In. “Radicalización del nacionalismo chino moderno: orígenes y desarrollo del fascismo chino. El caso de las organizaciones fascistas del Guomindang: la Sociedad Lixingshe y el Movimiento de la Nueva Vida (1927-1937)”. Tesis doctoral, Bellaterra (Barcelona), Universitat Autònoma de Barcelona, 2014. <https://www.tdx.cat/handle/10803/283384#page=1>

Chen, Chiao-In. “La revolución fascista china: una alternativa de defensa del país antes del estallido de la Segunda Guerra Chino-Japonesa”. En *España y China 1937-2017.80 aniversario del*

*Internacionalismo Antifascista*, Andrés Herrera, Chiao-In Chen Jesús Sayols, Montserrat Crespín, Carles Brasó, 35-53, Granada: Comares, 2017.

Chiang, Kai-shek. *Soviet Russia in China*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1965.

Chung Dooeum. *Élitist Fascism: Chiang Kai-shek's Blueshirts in 1930s*. Burlington: Ashgate, 2000.

Clinton, Maggie. *Revolutionary Nativism Fascism and Culture in China 1925-1937*. Durham and London: Duke University Press, 2017. <https://doi.org/10.1515/9780822373032>

Dai, Jitao. *Sunwen Zhuyi zhi zhixue de jichu* (La base filosófica de la doctrina de Sun Yat-sen). Shanghai: Minzhi, 1927.

Dai, Jitao. *Sanminzhuyi de Guojiaguan* (El concepto de estado según los Tres Principios del Pueblo). Shanghai: Shangwu yinshu, 1928.

Deng Yuanzhong. *Guomindang heixinzhuzhi zhengxiang. Lixingshe, fuxingshe ji lanyishe de yanbian yu chengzhang* (La verdad sobre la organización central del Guomindang. Desarrollo y evolución de la Sociedad de la Práctica Rigurosa de los Tres Principios del Pueblo, la Sociedad de la Regeneración y la denominada Sociedad de los Camisas Azules). Taipéi: Lianjing, 2000.

Eastman, Lloyd. "Fascism in Kuomintang China: The Blue Shirts", *China Quarterly*, 49 (1972): .1-31. <https://doi.org/10.1017/S0305741000036481>

Fatica, Michele. "The Beginning and the End of the Idyllic relations between Mussolini's Italy and Chiang Kai-shek's China (1930-1937)" in Marinelli, Maurizio and Andornino, Giovanni. *Italy's Encounters with Modern China. Imperial Dreams, strategic ambitions*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

Feng Qihong. *Faixisi zhuyi yu sanling niandai zhongguo zhengzhi* (Fascismo y política en la China de los años treinta). Taipéi: Dauciang, 1998.

Gan, Guo-xun. *Lanyishe, fuxingshe, lixingshe* (La Sociedad de los Camisas Azules, la Sociedad de la Regeneración y la Sociedad de la Práctica Rigurosa de los Tres Principios del Pueblo). Taipéi: Zhuanji Wenxue, 1984.

Grieder, Jerome B. *Intellectuals and the State in Modern China. A Narrative History*. New York: Free Press, 1981.

Griffin, Roger. "Decentering Comparative Fascist Studies", *Fascism. Journal of Comparative Studies*, 4 (2005): 103-118. doi: <https://doi.org/10.1163/22116257-00402003>

Guillermaz, Jacques. *Historia del Partido Comunista Chino*. Barcelona: Península, 1970.

He, Zhonghan. "Guomin geming yu guojia tongyi" (La Revolución Nacional y la Unificación Nacional), *Qiantu* (El Futuro), 2 de enero de 1933.

Horne, Gerald. *Race War! White Supremacy and the Japanese Attack on the British Empire*. New York and London: New York University Press, 2006.

Jordan, Donald A. *The Northern Expedition. China's Revolution of 1926-1928*. Honolulu: The University Press of Hawaii, 1976.

Kokubun, Ryosei. Soeya, Yoshihide. Takahara, Akio and Kawashima, Shin. *Japan-China Relations in the Modern Era*. London and New York: Routledge, 2017. <https://doi.org/10.4324/9781315229058>

Kirby, William. *Germany and Republican China*. Stanford: Stanford University Press, 1984

Lau, Zhenwu. *Cong kangri dao fandu: Teng Jie koushu lishi* (Desde Resistencia al Japón hasta Anti-independismo, La historia narrada por Teng Jie). Yangmei: Jingming wenhuazhongxin, 2014.

---

- Li, Lincoln. *Student Nationalism in China 1924-1949*. New York: State University of New York Press, 1994.
- Li, Yuhan. “Jieshao sunwenzhuyi xuehui jiqi youguan wenjian” (Presentación de la Asociación de Aprendizaje de la Doctrina de Sun Yat-sen y sus documentos), *Jindai yanjiusuo jikan* (Revista Adecémica de Estudios de Historia Contemporánea), 4 (1974): 497-522.
- Liu, Frederick Fiu. *A Military History of Modern China, 1924-1949*. New York y London: Kennikat Press, 1972.
- Manela, Erez. *The Wilsonian Moment*. Oxford and New York, Oxford University Press, 2007.
- Mc Cord, Edward A. *The Power of the gun: The Emergence of Modern Chinese Warlordism*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- Mitter, Rana. *China's War with Japan, 1937-1945*. London: Allen Lane, 2013.
- Motadel, David. *Los musulmanes en la guerra de la Alemania nazi*. Madrid: Alianza, 2021.
- Nordbruch, Götz. *Nazism in Syria and Lebanon. The Ambivalence of the German option, 1933-1945*. London & New York: Routledge, 2009. <https://doi.org/10.4324/9780203888568>
- Short, Philip. *Mao*. Barcelona: Crítica, 2011 [2003].
- Schiffrin, Harold Z. *Sun Yat-sen and the Origins of the Chinese Revolution*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1968. <https://doi.org/10.1525/9780520351011>
- Taylor, Jay. *The Generalissimo. Chiang Kai-shek and the Struggle for Modern China*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009. <https://doi.org/10.4159/9780674054714>
- Tikhonov, Vladimir. “The controversies on Fascism in Colonial Korea in the early 1930s”, *Modern Asian Studies*, 46, n. 4 (2012): 975-1006. <https://doi.org/10.1017/S0026749X11000321>
- Tikhonov, Vladimir. *Modern Korea and its others. Perceptions of the neighboring countries and Korean modernity*. London and New York: Routledge, 2016. <https://doi.org/10.4324/9781315720326>
- Tsui, Brian. *China's Conservative Revolution. The Quest for a New Order, 1927-1949*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- Van de Ven, Hans J. *From Friend to Comrade. The Founding of the Chinese Communist Party, 1920-1927*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1991.
- Van de Ven, Hans J. *War and Nationalism in China, 1925-1945*. London & New York: Routledge, 2011
- Wakeman, Frederic, Edmonds, Richard. “A Revisionist view of the Nanjing Decade. Confucian Fascism”. En *Reappraising Republican China*, ed. Frederic Wakeman, 141-178, New York: Oxford University Press, 2005.
- Watenpugh, Keith David. *Being Modern in the middle East. Revolution, Nationalism, Colonialism and the Arab Middle Class*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2006. <https://doi.org/10.1515/9781400866663>
- Wilbur, C. Martin. *Sun Yat-sen: Frustrated Patriot*. New York: Columbia University Press, 1976.
- Young, Louise. *Japan's Total Empire: Manchuria and the Culture of Wartime Imperialism*. Berkeley. University of California Press, 1999.
-

### Fuentes consultadas

*Zhongguo Guomindang dang shi guan* (Archivo del Guomindang). Fondos: *Yiban Dangan* (Documentos Generales) y *Wubu dangan* (Documentos de los Cinco Departamentos).

\*\*\*

Recibido: 12 de abril de 2022

Aprobado: 21 de mayo de 2022

## Dossiê: Fascismos, 100 anos depois

<https://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.37814>

### **Fascismo, corporativismo y la derecha política en el Uruguay (1928-1940)**

*Fascismo, corporativismo e direita política no Uruguai (1928-1940)*

**Fascism, corporatism and the political right in Uruguay (1928-1940)**

*Alfredo Alpini\**

<https://orcid.org/0000-0002-0113-2799>

RESUMEN: La novedad del fascismo y los cambios institucionales y políticos que se produjeron durante el régimen de Benito Mussolini (1922-1943) en Italia fueron seguidos con atención por los políticos, los empresarios y los intelectuales uruguayos desde fines de la década de 1920. Como veremos en el presente texto, en la década de 1930 tuvieron origen distintos partidos, agrupaciones y publicaciones periódicas que aparecieron en la escena pública proclamando la instauración de un régimen corporativo o, al menos, la concreción de alguna forma de representación corporativa.

Palabras clave: Uruguay. Fascismo. Corporativismo. Constitución de 1934.

RESUMO: A novidade do fascismo e as mudanças institucionais e políticas ocorridas durante o regime de Benito Mussolini (1922-1943) na Itália foram seguidas com atenção por políticos, empresários e intelectuais uruguaios desde o final dos anos 20. Como veremos neste texto, os anos 30 assistiram ao surgimento de vários partidos, agrupamentos e periódicos que apareceram na cena pública proclamando o estabelecimento de um regime corporativo ou, pelo menos, a realização de alguma forma de representação corporativa.

Palavras-chave: Uruguai. Fascismo. Corporativismo. Constituição de 1934.

---

\* Licenciado en Ciencias Históricas (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, Uruguay). Magíster en Historia (Universidad de Montevideo, Uruguay). Doctor en Historia (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, Argentina). Docente del Instituto de Profesores Artigas (Montevideo, Uruguay). E-mail: [alfredo.alpini@gmail.com](mailto:alfredo.alpini@gmail.com)

---

ABSTRACT: The novelty of fascism and the institutional and political changes that occurred during the Benito Mussolini regime (1922-1943) in Italy were closely followed by Uruguayan politicians, businessmen and intellectuals since the late 1920s. As we will see in this text, in the 1930s there were different parties, groups and periodicals that appeared on the public scene proclaiming the establishment of a corporate regime or, at least, the realization of some form of corporate representation

Keywords: Uruguay. Fascism. Corporatism. Constitution of 1934

### Cómo citar este artículo:

Alpini, Alfredo. "Fascismo, corporativismo y la derecha política en el Uruguay (1928-1940)". *Locus: Revista de História*, 28, n. 2 (2022): 167-184.

\*\*\*

## Golpe de Estado (1933), dictadura de Gabriel Terra y fascismo en Uruguay

En el presente texto se aborda la recepción y la readaptación de las ideas fascistas y de la incorporación en las prácticas y discursos de los movimientos políticos de las derechas de elementos compartidos por una cultura transnacional del fascismo. El Uruguay, con una fuerte tradición liberal y republicana, en el período de entreguerras experimentó el surgimiento de movimientos y partidos políticos nacionalistas y defensores del corporativismo. En un libro de nuestra autoría se ha hecho un mapeo y desarrollo de las ideas y prácticas de las distintas agrupaciones que se consideraron como partícipes de un movimiento revolucionario internacional y que fueron expresión de la circulación de la retórica y de las prácticas transatlánticas del fascismo (Alpini 2015). Cabe resaltar que, como fenómeno histórico global y regional, los fascistas uruguayos tenían como referencia más inmediata a la Acción Integralista Brasileña, tanto como al propio régimen fascista de Benito Mussolini (Grecco e Gonçalves 2022, 51).

El surgimiento de nuevos partidos y grupos políticos de derecha extrema hacia fines de la década de 1920 y en la de 1930, implicó, no sólo el rechazo de la tradición liberal y de la centralidad que los partidos políticos tuvieron desde la creación del Estado uruguayo en 1830, sino también el distanciamiento del conservadurismo tradicional que conocieron los dos grandes partidos, el Partido Colorado y el Partido Nacional (Caetano 2021). Esta nueva derecha del período de entreguerras se autopercebió portadora de un proyecto renovador y revolucionario, y se distinguió de los sectores conservadores, tanto en términos político-ideológicos como sociales.

En Uruguay, la democracia política se consolidó en el primer cuarto del siglo XX y los dos grandes partidos políticos, el Partido Colorado y el Partido Nacional (o Blanco), fueron los actores

---



centrales en el sistema político. A partir de 1910, el sistema político se modernizó con el surgimiento de los partidos de ideas (el Partido Socialista, la Unión Cívica y, posteriormente, el Partido Comunista). También, el Partido Colorado experimentó una transformación importante, donde su sector progresista (el batllismo) impulsó desde el Estado una serie de reformas (políticas, económicas, sociales y morales) que pretendieron trastocar el orden establecido y, en palabras de su líder político, José Batlle y Ordóñez, se trataba de crear *un pequeño país modelo*.

La Constitución de 1917, la segunda del Uruguay, concretó, entre otros procesos, la secularización del Estado y permitió el perfeccionamiento de la democracia y del sistema electoral con la expansión de la ciudadanía a través del sufragio universal masculino, garantido y secreto. A nivel institucional, el cambio más importante residió en la concreción, en parte, de las ideas colegialistas de José Batlle y Ordóñez, quedando el Poder Ejecutivo dividido en dos: el Presidente de la República y el Consejo Nacional de Administración de 9 miembros.

En Uruguay, los sectores conservadores, tanto en términos políticos como sociales, constataron que el mayor peligro para sus intereses provenía del ala reformista del Partido Colorado liderada por el batllismo. La crisis económica mundial de 1929 y un nuevo impulso reformista (1928-1933) que amenazó al capital extranjero y concretó nuevas estatización (por ejemplo, de la energía eléctrica y en la refinación del petróleo) coaligaron a los sectores conservadores contra el batllismo (Jacob 1985).

En torno al Presidente de la República, Gabriel Terra, electo por el Partido Colorado en 1930, se aglutinaron los sectores políticos del Partido Nacional (herreristas) y del Partido Colorado (riveristas<sup>1</sup> y terristas<sup>2</sup>) que pusieron fin al orden constitucional con el golpe de Estado del 31 de marzo de 1933. Se inauguraba, de esta forma, la dictadura terrista (1933-1938) que, a diferencia de lo acontecido, por ejemplo, con el golpe de Estado del Gral. José Félix Uriburu (1930) en la Argentina, los partidos continuaron siendo los actores centrales en todo el sistema político. Los partidos fueron los protagonistas del golpe y no fueron desplazados ni por los grupos de presión ni por las Fuerzas Armadas (Caetano e Jacob 1990, 138).

Luego del golpe de Estado de marzo, el gobierno terrista convocó para el 25 de junio de 1933 a la elección de los miembros de la III Convención Nacional Constituyente que elaboraría la nueva Constitución. La reforma constitucional y la eliminación de la rama colegiada del Poder Ejecutivo (Consejo Nacional de Administración) habían sido dos, entre otros, de los argumentos del “terrismo” para promover el golpe del Estado. Expresión de las innovaciones que introdujo el

---

<sup>1</sup> Partido Colorado General Fructuoso Rivera, sector del Partido Colorado, conocido como “riverismo”, fundado en 1913.

<sup>2</sup> Terristas fue el grupo político, dentro del Partido Colorado, que se conformó en torno a la figura de Gabriel Terra, electo presidente en 1930.

fascismo en la política uruguaya fue el prolongado debate en la Convención Constituyente de 1933-1934 acerca del corporativismo y de la representación económica en los órganos de gobierno y en el Poder Legislativo.

La nueva derecha conformada en la década de 1930 se percibió como la expresión del fascismo en Uruguay, y pretendió modificar por completo el orden político-social e institucional; a su vez, los más moderados se inclinaban por incorporar algunas novedades del fascismo, a saber, la representación corporativa. Pero todos ellos se apartaban de los sectores conservadores de los dos grandes partidos, el Partido Colorado y el Partido Nacional, donde varios políticos colorados y blancos no ocultaron su admiración por el fascismo, el falangismo y el franquismo. No obstante esta exaltación a la distancia, el régimen de Mussolini nunca fue tomado como modelo, ni siquiera el corporativismo, su aspecto más novedoso. El corporativismo integral fue rechazado de plano, incluso por los sectores que más elogiaron la novedad del fascismo.

También, estas agrupaciones e intelectuales de derecha fueron antisemitas, como muchos sectores del conservadurismo tradicional y algunos miembros de la Iglesia católica uruguaya. Pero fue un antisemitismo secular y laico que estaba vinculado con determinado concepto de nación que defendían. La cultura urbana, la diversidad y la inmigración no tradicional (de los países de Europa Oriental y Asia Menor) venían a socavar una nación homogénea que anclaba sus raíces en un pasado común, valorizado con el aporte inmigratorio italiano y español. El judío, inmigrante fundamentalmente urbano, se constituyó como el enemigo de la nación.

La derecha radical surgió, también, como crítica de la modernidad y de la cultura urbana. En definitiva, al inmigrante judío lo identificaban con Montevideo, y al criollo con la nación y sus valores esenciales. La modernización social y cultural (inmigración, difusión de la cultura de masas, secularización de los valores, el individualismo urbano) fue percibida por la derecha como un proceso disolvente de la nación y de sus valores. Para poner fin a la heterogeneidad de las ideas, al debate parlamentario, a la fragmentación política, estas agrupaciones fascistas plantearon como objetivo la instauración de un Estado ético y autoritario, sustentado en la representación corporativa.

### **La representación corporativa: la concreción de un “mínimo” fascista**

En el proceso de la modernización económica y política del Uruguay de fines del siglo XIX y principios del siglo XX tuvieron origen distintos grupos de presión modernos. Como sostiene Gerardo Caetano, “en esta transformación de los grupos empresariales resultó clave la amenaza del inquietismo batllista, frente al que convergieron para frenar su programa de reformas” (Caetano 2022, 161). Bajo la influencia de la Federación Rural fundada en 1915 y de algunos líderes políticos

---

blancos y colorados que conformaban las distintas directivas de la Federación, las otras gremiales empresariales comenzaron a tener actuación política. Además, los grupos empresariales tomaron otro camino con el objetivo de concretar una inserción de los empresarios en la política uruguaya. En 1919 se fundó la Unión Democrática, un “partido empresista y conservador” que se basaba en la necesidad de lograr una representación de los intereses rurales, del comercio, de la industria y de la banca en el parlamento. Esta iniciativa política de los empresarios terminó en un fracaso rotundo, logrando 686 votos en los comicios para diputados de 1919 (Caetano 2022, 166-172). El fallido proyecto de crear un partido de intereses empresariales permitió obtener, según Caetano, varias lecciones para las clases altas uruguayas: en primer lugar, constataron la vigencia de la centralidad de los partidos tradicionales en el sistema político uruguayo y, principalmente, que la mejor forma de incidir en la política era a través de los sectores conservadores de los partidos Blanco y Colorado (Caetano 2022, 173-174). Si bien la Unión Democrática pretendió llevar al parlamento a empresarios y se postuló como un partido que defendía los intereses de las clases altas, en sus distintos discursos públicos y proclamas publicadas en la prensa periódica no había referencias a la representación corporativa. No obstante, unos años después, en la “era del fascismo”, los sectores empresariales tomarían nota de lo que la novedad del fascismo tenía para aportar a la política uruguaya.

Durante el apogeo de los fascismos europeos, los sectores empresariales y la nueva derecha apelaron a la novedad del corporativismo político que el régimen de Mussolini venía construyendo. En 1928, el empresario agrícola Andrés Podestá fundó el Partido Agrario; en 1936, se creó el Partido Ruralista, y en la segunda mitad de la década de 1930 surgieron una pléyade de grupos y periódicos que se consideraron parte de una cultura fascista internacional, a saber: la revista *Corporaciones* (1935-1938), la voz política del movimiento Acción Revisionista del Uruguay (1937); *Fragua* (1938-1940), publicación del Movimiento Revisionista (1938); *Audacia* (1936-1940), órgano de prensa del grupo Acción Nacional; *El Orden* (1936-1937), el vocero del movimiento Unión Nacional del Uruguay y *Combate* (1940), el órgano de prensa del movimiento Renovación Nacional. Por último, el periódico *Atención* (1938-1940) era una publicación que se dedicaba, básicamente, a la propaganda antisemita y a combatir, según su opinión, la competencia desleal que llevaban adelante los comerciantes judíos en Uruguay. Estas publicaciones, partidos y grupos políticos que abordamos en el presente texto dan cuenta de la influencia del fascismo en Uruguay y de las adecuaciones que realizaron de lo más novedoso del régimen de Mussolini. El corporativismo fue la innovación que la derecha radical veía como lo más revolucionario del fascismo y como una alternativa revolucionaria al sistema de partidos.

El corporativismo tuvo su origen en la Europa del siglo XIX y apreciaba con nostalgia la corporación medieval que monopolizaba los oficios y la producción. Sintéticamente, se puede definir al corporativismo como “una doctrina que propugna la organización de la colectividad sobre la base de asociaciones representativas de los intereses y de las actividades profesionales (corporaciones)” (Incisa 2007, 372). La solidaridad de intereses llevaba, según sus defensores, a la eliminación del conflicto, tanto a la eliminación de la conflictividad que se producía por la competencia económica, como con la que se originaba por lucha de clases o en las divergencias político-ideológicas. Si bien existió un corporativismo católico y otros antecedentes importantes fuera de Italia (piénsese en el caso de las doctrinas del rumano Mihail Manoilescu), durante la década de 1930, en Uruguay, la referencia para las agrupaciones fascistas como para los políticos y la prensa fue el régimen de Mussolini. El corporativismo se convirtió en otra característica transnacional de los movimientos fascistas. Para la derecha fascista uruguaya, como para el resto de los fascismos iberoamericanos, la concreción de la representación corporativa, tanto política como social, se constituyó en un elemento de identidad global y en la base doctrinal de sus proyectos políticos. En el caso uruguayo, como en el resto de América Latina, las iniciativas de estados-nacionales corporativos o de asambleas corporativas, privilegiaron un corporativismo empresarial, contrario a la representación política de la democracia parlamentaria y en desmedro del sindicalismo de izquierdas (Costa Pinto, 2016).

La construcción del Estado corporativo en Italia comenzó con las leyes laborales de 1926 y 1927, las que facultaban al Estado al control de los sindicatos. El historiador Emilio Gentile sostiene que *La Carta del Lavoro* del 21 de abril de 1927 fue presentada como el comienzo de la ejecución del ordenamiento corporativo<sup>3</sup>. En 1926 se creó el Ministerio delle Corporazioni; en 1930 nació el Consiglio Nazionale delle Corporazioni, como órgano constitucional del Estado<sup>4</sup>, sin embargo, las corporaciones no fueron constituidas hasta 1934, las cuales devinieron en una emanación del Estado (Gentile 2002, 40). La representación política de las corporaciones aconteció

---

<sup>3</sup> Escribe Giuseppe Bottai, teórico e integrante del primer fascismo, al respecto de la *Carta del Lavoro*: “La *Carta del Trabajo* se considera el documento fundamental de la estructura corporativa (...) expresa la voluntad de los nuevos órganos creados por la Revolución y fue elaborada con la misión de concretar y de regular el nuevo *modo de ser* de la sociedad nacional. De aquí, su carácter de acto fundamental del Régimen, cuya importancia en el proceso revolucionario fascista es superior a la de una ley y, por lo tanto, constituye la fuente original del nuevo derecho” (Bottai 1941, 24).

<sup>4</sup> Decía Benito Mussolini en el discurso pronunciado en la Asamblea General del Consejo Nacional de Corporaciones el 14 de noviembre de 1933: “El Consejo Nacional de Corporaciones define las corporaciones como instrumentos que, bajo la égida del Estado, practican la disciplina integral, orgánica y unitaria de las fuerzas productoras, tendiendo al desarrollo de la riqueza, a la potencia política y al bienestar del pueblo italiano; (...) establece que el estado mayor de la corporación debe comprender a los representantes de las administraciones del Estado, del Partido, del capital, del trabajo y de la técnica; asigna a las corporaciones, como funciones específicas, las de carácter conciliativo y consultivo, obligatorias en los problemas de mayor importancia, y, por intermedio del Consejo Nacional, la de emanar leyes que regulen las actividades económicas de la nación” (Mussolini s/d., 7-8).

en 1939, cuando la Cámara de Diputados fue sustituida por la Cámara de los Fascios y de las Corporaciones, donde se realizó la etapa final de la incorporación de las corporaciones en el Estado.

En los planes y programas políticos de los grupos fascistas que proliferaron en el Uruguay de la década de 1930 aparecía la constante crítica al individualismo que había promovido el egoísmo social, la incansable retórica antidemocrática contraria al sufragio universal y al parlamentarismo ineficiente, la perseverante negación de la democracia que había provocado una masa de hombres sin identidad nacional ni vocación de comunidad. Para los partidos más radicales la solución la encontraban en la organización corporativa del Estado y de la sociedad en base a sindicatos de profesionales, empresarios y trabajadores. Los sectores empresariales, como se explica a continuación, moderaron sus programas en el sentido de permitir la convivencia de los partidos tradicionales con la representación corporativa.

### **El Partido Agrario y el Partido Ruralista**

En el contexto político y cultural de fines de la década de 1920, de fuerte oposición al batllismo y sus políticas públicas por parte de los sectores conservadores, se fundaron dos partidos, el Partido Agrario (1928) y el Partido Ruralista (1936), con una misma actitud crítica de la actividad política profesional, de la función del parlamento y de la cultura urbana. El empresario agrícola Andrés Podestá<sup>5</sup>, entre otros, argumentaba que “la representación nacional, como toda nuestra política está defectuosamente representada, la gran mayoría no es ni ha pertenecido nunca a los gremios que crean, producen y trabajan” (Podestá 1928, 34). Sin embargo, a diferencia de las posturas más radicales de la derecha uruguaya, Andrés Podestá no abogaba por la eliminación de los partidos políticos. Al respecto, sostenía que “debemos considerar deficiente la composición de nuestro parlamento en el cual el elemento productor de la agricultura, del comercio y de la industria carece casi en absoluto de representación” (Podestá 1928, 34). En 1930, utilizando las emisoras radiales, Podestá volvió a insistir sobre el tema de la escasa representatividad que tenía el mundo del trabajo y de la producción en el parlamento nacional.

Vemos en nuestra representación nacional mucho abogado, bastantes médicos, algún ingeniero, estancieros periodistas y diplomados, pues a los demás se les puede calificar sin oficio ni beneficio. (...) Es evidente que dado el ‘teje y maneje’ de los que hacen de la política un oficio y un ‘modus vivendi et operandi’, es muy difícil y casi imposible que puedan ir al Parlamento, comerciantes, industriales, agricultores, etc. Esto es tan evidente en todos los Parlamentos democráticos que no es necesaria ninguna demostración para probar mi aserto (Podestá 1931, 1-2).

---

<sup>5</sup> Andrés Podestá pertenecía a una familia de inmigrantes italianos vinculada a la agricultura, en particular, a la industria molinera. Su padre, Luigi Podestá (1837-1900), llegó al Uruguay en 1847, instalándose, al poco tiempo, como tendero en el barrio de la Unión en la década de 1850. Al morir Luis Podestá, se hizo cargo del molino, su tercer hijo, Andrés Podestá, quien, a su vez, fue dirigente de la Unión Industrial Uruguaya y propietario de varias estancias (Jacob 1991, 201-203). Al fundar el Partido Agrario, Andrés Podestá era presidente del Centro de Molineros y de la Cámara Mercantil de Productos del País.

Los agricultores votando a los partidos tradicionales dividen sus votos y su fuerza económica. El resultado de esa “errónea posición política” se traducía en que “las mejores leyes de salario mínimo, jubilaciones, jornada de ocho horas y grandes sueldos son para todos menos para los agricultores” (Podestá 1931, 14-17).

Los intereses de los agricultores se canalizarían a través de la creación de un nuevo partido: el Partido Agrario. El mismo se fundó en 1928, en el departamento de San José, y estaba integrado por agricultores de los departamentos más prósperos del país. Los elogios de Podestá y otros miembros del Partido Agrario hacia el fascismo italiano fueron muy claros y sin rodeos durante todos estos años<sup>6</sup>. La “organización corporativa”, decía Podestá, “es la verdadera esencia de la revolución fascista” y ha contribuido a “sostener, regularizar y disciplinar la economía” italiana (Podestá 1933-1935, 63).

Si bien el Partido Agrario pretendía otorgar un espacio a los empresarios en la política y en el parlamento, se apartaba significativamente del conservadurismo antiestatal característico del ruralismo uruguayo y de larga historia en el Uruguay. El programa incluía propuestas como la “adquisición de tierras por el Estado para ofrecerlas al agricultor a bajo precio y en condiciones liberales de plazo e interés”. Otras iniciativas establecían “impuestos para combatir al latifundio; gravamen progresivo según la extensión de las tierras no cultivadas”, y “privilegios impositivos para las que se destinan al cultivo”. También, el Partido Agrario defendía la necesidad de la creación de un Banco Agrícola Colonizador con amplias y liberales funciones de crédito y préstamos y la “inembargabilidad del hogar rural” (Podestá 1931, 35-36).

A diferencia de los sectores conservadores que acompañaron y promovieron el golpe de Estado de Terra, e incluso distanciándose del conservadurismo más radical que asumió una clara posición antiestatista, los proyectos corporativos que venimos analizando se mostraron proclives a la intervención estatal en la economía y en la sociedad. Por su parte, Miguel Ángel Paez Formoso, también miembro fundador del Partido Agrario, sostenía acerca de la industrialización del país y del crédito industrial:

Porque en este país, los grandes estímulos han de venir del Estado. (...) Hablan los particulares de que es preciso combatir esa tutela; critican al Estado como un mal administrador; se le mira como absorbente y tentacular frente a la iniciativa privada, pero esos particulares no son capaces, animados

---

<sup>6</sup> Andrés Podestá vivió durante 16 años en Italia. Desde la toma del poder por Mussolini (1922) se desempeñó como miembro de la Legación Uruguaya en Roma. A partir de 1922, fue nombrado por Pedro Cosío, director del diario *El Siglo*, como corresponsal desde Italia. El 18 de octubre de 1922, antes de la Marcha sobre Roma (27 de octubre de 1922), escribía desde la capital italiana el artículo “Cómo nació y venció el Fascismo”. El mismo Mussolini le escribió a Andrés Podestá las siguientes líneas: “Estimado señor: He leído el interesante artículo sobre el Fascismo y sobre la situación política italiana, enviado por usted a *El Siglo* de Montevideo, antes de la Marcha sobre Roma. Usted ha cumplido una obra de verdadera italianidad, que servirá para estrechar siempre más las relaciones de sincera amistad que unen Italia al Uruguay. Distinguidos saludos. Firmado: Mussolini” (Podestá 1924, 85-98).



de grandes ideales y dueños del capital, de estrechar filas y estimular la reacción económica salvadora (Paez Formoso 1951, 100).

La intervención del Estado exigida por los defensores del corporativismo estaba dirigida a la protección de la economía agrícola y ganadera. Era una intervención distinta a la adoptada por el modelo batllista, que había fomentado la urbanización, la industrialización y la legislación social. Era necesario que el Estado mirara hacia el interior del país con el fin de apoyar y estimular la producción agrícola. Andrés Podestá reclamaba un Estado que, como el italiano, fomentara el proceso modernizador e industrializador. En definitiva, demandaban un Estado dirigista de la economía y sobre todo que actuara de manera rápida, ejecutiva y eficiente. En Italia:

El Estado está presente, el Estado disciplina las diversas actividades económicas de la nación, interviene como buen juez, cuando es necesario, defiende, apoya, sostiene; característica principal de todas estas variadas y complejas actividades, 'la rapidez en resolver los asuntos y dificultades que pueden sobrevenir'. Cuán diferente de lo que pasa en nuestro país que para la cosa más simple se pasan semanas, meses y aún años (Podestá 1933-1935, 69).

Los sectores ganaderos, que ya poseían como grupo de presión a la Federación Rural del Uruguay (1915), esbozaron algunos proyectos corporativos, pero de forma menos coherente y orgánica que la del Partido Agrario. Los ganaderos fueron el sector más perseverante en la ofensiva conservadora contra el batllismo y, particularmente, contra lo que la historiografía uruguaya denomina "*segundo impulso reformista*" (1928-1931) (Caetano e Jacob 1989, 183).

Desde 1932, los sectores ganaderos manifestaron la necesidad de crear un partido ruralista. La iniciativa se hizo realidad recién en 1936, en el departamento de Salto, cuando los principales ganaderos fundaron el Partido Ruralista. El *Manifiesto* del partido fue difundido en la prensa de todo el país en marzo de 1936. El mismo comenzaba diciendo que era "necesario que en él ingresen todos los trabajadores rurales, porque surge nuestra agrupación con su bandera límpida al tope, con el único y elevado propósito de unir de una vez, en forma real, las clases productoras y rurales, únicas generadoras de la riqueza nacional" (Jacob 2006, 102). El *Manifiesto* finalizaba con una concepción de la representación política emparentada con la de los otros grupos de derecha que venimos analizando: "Preparémonos para participar en forma directa en los actos eleccionarios, eliminando de una vez los políticos de profesión, que sólo demuestran interés por la campaña preocupándose aparentemente de sus necesidades en los períodos preeleccionarios" (Jacob 2006, 103).

La línea de pensamiento del Partido Ruralista y de *La Campaña*, su órgano de prensa, fue ambivalente con respecto a la novedad política del fascismo. Sin embargo existió una idea central que perdurará en el ruralismo durante las décadas de 1940 y 1950. Su prédica política y económica tuvo como objetivo de ataque a Montevideo, la ciudad capital que derrochaba la riqueza que generaba el campo. Criticaron la nula representatividad de los partidos tradicionales y el rol de los

---

políticos profesionales, críticas que incluían, también, a varios sectores del Partido Nacional y Colorado, afines con sus ideas políticas e intereses económicos. Así como sospechaban de los políticos “puros”, también, lo hicieron de aquellos hombres que no eran rurales “puros”. Valoraron el conocimiento directo del trabajo del campo frente a los planes hechos en las oficinas montevidéanas, la práctica frente a la teoría, y el gobierno de los hombres que trabajaban antes de los que vivían de la política y del presupuesto del Estado.

### **Dictadura “terrística”, Constitución de 1934 y el debate en torno al corporativismo<sup>7</sup>**

Una vez concretado el golpe de Estado en marzo de 1933, el régimen terrista convocó para el 25 de junio de 1933 a elecciones de constituyentes con el objetivo de reformar la Constitución de 1917. La prensa, que expresaba a los distintos sectores de los partidos políticos uruguayos, siguió con atención los debates de la III Convención Constituyente en torno a la novedad que el fascismo podía aportar al nuevo orden institucional que se establecería a partir de la nueva Constitución. Los sectores políticos opositores al golpe de Estado vincularon al régimen terrista con el fascismo. El diario *El Día* (órgano del batllismo neto) decía:

En el número de ayer anticipábamos en breve comentario sobre las caídas fascista a que empiezan a darse los diarios riveristas<sup>8</sup>, proclamando las excelencias del “régimen corporativo”, que no es otra cosa que el nombre doctrinario del fascismo, y aconsejando su incorporación a nuestra organización institucional (*El Día*, 11 de julio, 1933, 8).

Desde la prensa liberal, como el diario *El Plata*, se identificaba al régimen de Mussolini con el clásico estatismo, y para el caso uruguayo, con más batllismo. Consideraba que el corporativismo no consistía en la representación de los intereses económicos sino en el establecimiento de una economía dirigida desde el Estado. El “plan de Mussolini”, sostenía *El Plata*, “resulta una aplicación de las fórmulas clásicas de la estadización socialista”.

Quien administra una industria tiene en sus manos todas las posibilidades de modificar su valor patrimonial, ya sea aumentándolo, ya reduciéndolo, incluso, determinando la muerte de la industria o su absorción en un cartel, “trust”, etc. Quien dispone del crédito industrial en la economía moderna, en realidad dispone de la vida y de la muerte de las industrias. Y en Italia, Mussolini, acaba de concentrar en sus manos el crédito bancario. Así que, en realidad, se ha iniciado en Italia un experimento de expropiación del patrimonio industrial por parte del Estado fascista (*El Plata*, 8 de enero, 1934, 3).

La prensa “terrística”, como el diario *El Pueblo*, también rechazó la representación política corporativa en el Parlamento, no obstante defendió la incorporación de técnicos y empresarios en la administración pública o en los ministerios. Si bien *El Pueblo* defendió el principio democrático

---

<sup>7</sup> Para la discusión en la Convención Constituyente de 1933 y 1934 sobre el corporativismo, así como la incorporación del régimen corporativo en los programas políticos de los movimientos fascistas ver (Alpini 2015).

<sup>8</sup> Riveristas, sector del Partido Colorado, que apoyó el golpe de Estado de 1933.

en la elección de miembros para el Senado, no descartó totalmente la adaptación de instituciones con representación de los gremios económicos. Decía al respecto: “Las corporaciones deben tener representación en las cámaras honorarias de asesoramiento legislativo, verdadero filtro técnico por el que todo proyecto de ley debería pasar antes de ser sancionado” (*El Pueblo*, 11 de julio, 1933, 1). En otra nota editorial, el diario terrista concluía que consideraba muy apropiado el corporativismo “para organizar los cuerpos dirigentes de muchos servicios públicos que pueden hallar en el régimen corporativo la mejor solución al problema técnico de la institución de sus autoridades” (*El Pueblo*, 7 de julio, 1933, 1).

El sector mayoritario del Partido Nacional liderado por Luis Alberto de Herrera que acompañó el golpe de Estado, también se opuso a cualquier innovación corporativista. El diario *El Debate*, órgano del herrerismo, se mostró reacio a la novedad doctrinaria del fascismo italiano. En este sentido, Herrera, un político muy pragmático y contrario a la toda teorización y abstracción política, se distanció de las novedades que podía brindar el régimen corporativo. La nueva Constitución, entendía el diario, debe cimentarse sobre:

[...] la verdad de los hechos, emanados de NUESTRO ambiente, de nuestra propia condición. Salirse de eso y echarse a volar hacia las cumbres heladas del vacío teoricismo, cuando en debate está el modo de forjar la dicha de un pueblo, dentro de las circunstancias y de sus posibilidades, importa un error tan ingenuo como grave, pues aleja de la realidad y precipita a las mayores catástrofes: cuanto más se aparta la imaginación de la tierra, más peligrosa es la caída (*El Debate*, 8 de julio, 1933, 3).

Para finalizar, *El Debate* sostenía que “profundas dudas suscitan en los espíritus sinceros los frutos –tan malos como han sido– de la representación gremial, que desmigaja y debilita, en la forma que aquí se ha practicado, los principios primarios del buen gobierno” (*El Debate*, 8 de julio, 1933, 3).

Este breve repaso de la prensa partidaria reflejó, sintéticamente, las prolongadas discusiones que los constituyentes llevaron adelante en torno a la posibilidad de incorporar a la nueva Constitución algún tipo de representación corporativa. La Comisión de Constitución evaluó los cuatro proyectos de régimen corporativo que en las sesiones anteriores discutieron los convencionales. La Comisión, al elaborar el informe final, sostenía sobre la viabilidad de un régimen corporativo:

“En el Uruguay donde los ideales democráticos están profundamente arraigados en la masa ciudadana, es evidentemente imposible hablar de establecer un Gobierno Corporativo a ejemplo de otros países. (...) Ha considerado fuera de toda discusión que el Estado uruguayo no puede ser sino democrático y republicano, constituyendo sus Poderes por la vía del sufragio universal” (Diario de Sesiones de la Convención Nacional Constituyente, tomo II, 1935, 182).

La Constitución de 1934 estipuló la creación de un Consejo de la Economía Nacional. Los artículos 207 y 208 de la sección XIV decían: “La ley podrá crear un Consejo de la Economía Nacional, con carácter consultivo y honorario, compuesto de representantes de los intereses

---

económicos y profesionales del país. La ley indicará la forma de constitución y funciones del mismo”. A su vez, el otro artículo especificaba que: “El Consejo de la Economía Nacional se dirigirá a los Poderes Públicos por escrito, pero podrá hacer sostener sus puntos de vista ante las Comisiones Legislativas, por uno o más de sus miembros” (Martins e Gros Espiell 1958, 231).

Los integrantes de la Convención Constituyente, compuesta por un número importante de admiradores de la Italia fascista, al discutir sobre el régimen corporativo se mostraron renuentes en considerarlo viable para el Uruguay. A pesar de las simpatías por el fascismo, la adopción del corporativismo les resultaba una innovación radical, revolucionaria, lo cual implicaba trastocar la institucionalidad tradicional del país. Pero, fundamentalmente, los convencionales defendieron su papel de políticos profesionales y rechazaron las injerencias gremiales en el Estado, lo que les quitarían protagonismo a los políticos y a los partidos.

### Un pequeño lugar para el fascismo en Uruguay

Adolfo Agorio y Teodomiro Varela de Andrade, ambos integrantes de la Acción Revisionista del Uruguay y escritores asiduos de la revista *Corporaciones*, no pertenecían a los grupos empresariales, a pesar de estar vinculados ideológicamente por medio de la publicación donde escribían. Agorio y Varela de Andrade formaron parte de una generación de intelectuales que militaron en más de una fila ideológica a lo largo de sus vidas. Como tantos otros en el período de entreguerras, se desplazaron desde sectores de izquierda y viraron hacia la derecha o el fascismo.

*Roma y el espíritu de Occidente* (1934) fue la obra de Agorio donde se expresó de forma consistente y fundamentada la defensa del fascismo italiano, concebido por Agorio como la “revolución”, como un ideal ético de vida y a la Italia de Mussolini como la culminación de tres mil años de civilización. En esta obra desarrolló conceptos como la “muchedumbre”, la “multitud”, siempre femenina, irracional e instintiva, que buscaba al “conductor” o “dictador”; se explayó, además, en la crítica de los políticos profesionales, en la ponderación del corporativismo y en la exaltación de “la organización fascista” como “la única fuerza seria que el mundo occidental conoce para oponerse al bolchevismo” (Agorio 1934, 279). En el capítulo “La economía de los occidentales”, desarrolló una crítica del capitalismo, donde explicaba los fracasos del liberalismo económico, y realizó una defensa del corporativismo como lo ha concebido Giuseppe Bottai, “que es lo más complejo que se ha escrito hasta ahora en la materia” (Agorio 1934, 73). Concluía Agorio sobre la valoración del corporativismo:

A la vez que un régimen de ideas de gobierno, el fascismo es un sistema de interpretación espiritual de la historia. En su doctrina están las fuerzas morales, y sobre todo, los valores de la voluntad que operan en el primer plano del proceso económico. “La autoridad implica la unidad y viceversa, escribe Bottai. El derecho se identifica con la economía y se afirma la tendencia a la concentración,

a la autoridad, a la unidad, tanto en el campo político y jurídico como en el económico, cuyos principios descansan, no sobre el individuo, sino sobre el grupo”(Agorio 1934, 75).

Varela de Andrade tuvo un pasaje, como Agorio, por el batllismo para terminar militando en filas de los colorados más conservadores en los años 1920 y, posteriormente, en la década de 1930, adherir al fascismo. Antes de crearse la revista *Corporaciones* y de la fundación de la Acción Revisionista del Uruguay, Varela de Andrade como otros hombres del revisionismo, acompañaron, dentro de filas del coloradismo no batllista, el golpe de Estado de Terra en 1933. Antes de concretarse el golpe, cuando el tema de la reforma constitucional estaba en la agenda política del año 1932, Varela de Andrade presentó un proyecto corporativista al Comité Central del Partido Colorado Tradicional, un sector antibatllista del partido, que fue desestimado. Volvió a insistir sobre la misma propuesta en enero de 1933. Al respecto decía que:

La iniciativa infeliz que tuvimos en enero de 1933, tres meses antes del Golpe de Estado, (...) de presentar ante la opinión pública del país el Primer Proyecto de Reforma Constitucional a Base de un Sistema de Gobierno Parlamentario Corporativo, integrado como se verá con todos los distintos partidos políticos y con todas las corporaciones de la industria, del comercio, de los sindicatos y federaciones obreras y con las corporaciones de todas las profesiones liberales (Varela de Andrade 1938, 263).

Varela de Andrade llamó a este proyecto la *Fórmula Salvadora* y fue publicado, con una larga introducción histórica, en formato de libro en 1938. Esta vez el proyecto corporativo, inspirado en la Constitución brasileña de 1937, formaba parte del tronco central del programa político de la Acción Revisionista del Uruguay, que se había integrado al Partido Colorado<sup>9</sup>.

Varela de Andrade, en 1938, incorporó el proyecto al libro *América y la revisión constitucional*, donde Adolfo Agorio escribió el prólogo titulado “La decisión de Vargas” en referencia al Estado Novo y a la Constitución de 1937, donde elogiaba:

El acto del 10 de noviembre por el cual la nación brasileña promulgó una nueva ley constitucional que establece el régimen corporativo, suprimiendo la estructura liberal a base de partidos, de guerra

---

<sup>9</sup> Varela de Andrade argumentaba sobre la Constitución de Vargas: “Nos tenemos que identificar con el tono, el ritmo y el estilo de la más joven y original de las Constituciones de América: la Constitución Corporativa promulgada el 10 de Noviembre de 1937, por el Presidente de los Estados Unidos del Brasil, doctor Getulio Vargas. [...] Esta Constitución, como todas las obras originales que crean una nueva dirección a todos los valores políticos, sociales, morales y espirituales, es hija de una verdadera revolución científicamente determinada: por esta Constitución, viene a luchar, a combatir y organizar. Viene a irradiar un nuevo espíritu en el movimiento social de todo el Continente. Viene a crear una nueva vida económica y cultural; viene a gestar con el aliento y el latido del genio de América, un nuevo sino emancipador de todas las Naciones y de todos los Estados. [...] La Constitución creada por Vargas, realiza de hecho y de derecho, la unidad del Estado y la Nacionalidad brasileña, alejándose del régimen federal en todo lo posible [...]” (Varela de Andrade 1938, 283-284). A los pocos días de aprobarse la nueva Constitución brasileña, Adolfo Agorio publicaba en el *Giornale d'Italia* el 2 de diciembre de 1937, el artículo titulado *La Decisión de Vargas*, donde decía: “Contra este régimen de peligrosos equívocos ha reaccionado el Presidente Vargas con una decisión y valentía que conviene destacar ante Europa. El mundo se pregunta si tendrá al fin América el conductor máximo de continuar la obra de Bolívar. Sin embargo, hay que encarar el porvenir con prudente reserva. Los enemigos del nuevo régimen no han desarmado. Alentados por los pueblos vecinos donde todavía persiste el régimen liberal del desorden o el militarismo embadurnado de democracia, acechan desde las fronteras el momento oportuno para asestar el golpe mortal y desencadenar la violencia” (Citado por Varela de Andrade 1938, 285-286).

de clases y de anarquía, quedará en la historia de América como una afirmación de vanguardia en su lucha secular por la independencia (prólogo en Varela de Andrade 1938, 15).

Particularmente Francisco Campos, citado y admirado por Varela de Andrade, así como los intelectuales brasileños Plínio Salgado y Gustavo Barroso, miembros de la Acción Integralista Brasileña (AIB, 1932) y defensores del corporativismo y el fascismo, se habían convertido, por los años treinta, en guías ineludibles de la revista *Corporaciones* (Marques, 2019).

La *Fórmula Salvadora* del programa revisionista entendía que la soberanía no es la expresión del pueblo en sentido político, es decir, del ciudadano. La verdadera soberanía es la que conjuga la soberanía política con la soberanía económica, representación de las “entidades corporativas de la industria, del comercio, del trabajo y de las profesiones liberales” (Varela de Andrade 1938, 230).

La Acción Revisionista del Uruguay y su propuesta corporativa no se dirigían a sustituir a los partidos políticos ni al parlamento. Varela de Andrade defendía la representación política y agregaba a ésta, por insuficiente, la representación corporativa. En *Carácter y Forma del Parlamento* dice: “El Parlamento Nacional será de carácter político y corporativo. Se compondrá de dos clases de Representantes: los que elijan los Partidos políticos y los que elijan las Corporaciones Económicas del Trabajo, de las Industrias, los Profesionales, el Comercio y las Artes Nacionales” (Varela de Andrade 1938, 265). Los representantes de los partidos durarán cinco años en sus funciones, los de las entidades económicas tres.

El Parlamento nacional elegirá de su seno once ministros y un Presidente que conformarán el Consejo de Gobierno. Al lema del partido más votado le corresponderán cinco ministros (de Guerra y Marina, del Interior, de Relaciones Exteriores, de Hacienda y el de Obras Públicas) y el Presidente del Consejo. A la minoría mayor le corresponderán tres carteras: Intercambio, Instrucción e Industrias. A las entidades económicas les corresponderán los nuevos ministerios de: Trabajo, Crédito y de las Corporaciones. Todos los ministerios tendrán un mandato de cinco años.

Existirá un Presidente de la República, electo directamente por el pueblo, que durará en sus funciones seis años “buscando como única finalidad el advenimiento de un Gobierno fuerte y responsable” (Varela de Andrade 1938, 275). A su vez, las facultades del Presidente eran tales que podía disolver el Parlamento de forma parcial o total. En forma parcial, “en el caso de la renuncia de la mayoría del Consejo de Gobierno y en todos los casos en que, producido un voto negativo de confianza, le falte la unanimidad de votos emitidos en el seno del Parlamento por el Partido de la mayoría”. La disolución del Parlamento podrá ser en forma total “cuando las coaliciones y las combinaciones de las minorías heterogéneas, ejerciendo obstrucción, impidan en el seno del Parlamento o fuera de él, por cualquier causa y por cualquier medio, el funcionamiento regular del Gobierno” (Varela de Andrade 1938, 269).

---



Para tener derecho a elegir representantes “se declarará obligatoria la asociación de todos los gremios de obreros y de empleados, por afinidad de oficios y de intereses, creando la *Federación del Trabajo y de Oficios Varios*” (Varela de Andrade 1938, 266). A su vez, los patrones se asociarán en las corporaciones de sus ramos respectivos, a saber: Federación del Comercio, Federación de las Industrias, etc. La asociación sindical era obligatoria, sin embargo, aclaraba el proyecto, “no enajena la voluntad de los electores, quedando en plena libertad de sufragar por los lemas políticos o económicos de sus simpatías” (Varela de Andrade 1938, 266).

Varela de Andrade terminaba diciendo en la exposición de motivos que esta nueva organización institucional tenía todas las virtudes de un “Gobierno Colegiado Integral, sin los excesos y vicios de su demagogia”. Las funciones legislativas, seguía diciendo, “quedan asignadas totalmente a un Parlamento, que representa todas las tendencias políticas y todos los intereses económicos del Pueblo”. A su vez, las facultades del Ejecutivo emanaban “todas del seno del Parlamento, complementándose con el órgano de la Presidencia de la República, que es un verdadero hijo del Soberano” (Varela de Andrade 1938, 275-276).

### **A modo de conclusión**

Los proyectos corporativos que postularon las derechas filofascistas y los nuevos partidos políticos (Agrario y Ruralista) que se formaron en las décadas de 1920 y 1930 compartían algunos conceptos clave. En primer lugar, el rechazo de la ciudad (Montevideo), sede de los políticos profesionales y expresión de la modernidad y de un estilo de vida contrario al medio rural, donde predominaba una sociedad tradicional y donde la campaña era la verdadera creadora de la riqueza del país.

En segundo lugar, en el contexto de la depresión económica mundial de los años treinta, los sectores conservadores y aquellos que promovieron la representación corporativa, impugnaron un Estado social (batllista) demasiado inclinado hacia los sectores medios y populares urbanos. La derecha fascista no cuestionó la presencia del Estado, sino que debía virar la acción estatal a favor de los sectores empresariales y, en lo posible, con cabida de los mismos en la política.

La derecha radical y los partidos Agrario y Ruralista consideraron al corporativismo como una solución institucional para la crisis económica de 1929. El corporativismo fue visto como un mecanismo de modernización de la gestión del Estado incorporando a miembros de los sectores empresariales. De este modo, el batllismo, si bien fue un elemento central en el origen de los programas de la derecha radical o de las propuestas corporativas, no puede tomarse como única causa. Luego del golpe de Estado de 1933, desplazado el batllismo del poder, nacieron nuevos

grupos y otros ya constituidos continuaron alentando la posibilidad de instaurar una representación económica en el Estado.

El corporativismo integral fue rechazado por los políticos uruguayos, incluso por aquellos que consideraron a la Italia de Mussolini como un Estado moderno capaz de solucionar la crisis económica de la década de 1930. En la Convención Constituyente que elaboró la Constitución de 1934, que rigió durante la dictadura terrista hasta 1942, además, se rechazó cualquier injerencia de las entidades gremiales en la institucionalidad del Estado. El acuerdo al que se arribó fue la creación de un órgano, el Consejo de la Economía Nacional, con meras facultades consultivas.

Solamente los grupos políticos filofascistas, que funcionaron de una manera antisistémica, adoptaron la novedad del corporativismo como una solución política para el Uruguay. Combinaron con habilidad conceptos y prácticas que les proporcionaban el fascismo y el conservadurismo. Se concebían como revolucionarios, pues pretendían llevar adelante una transformación profunda de la institucionalidad política. Estas ideas y prácticas no fueron compartidas ni aceptadas por los políticos de los partidos que acompañaron el golpe de Estado de 1933, a pesar de sus escarceos con el régimen de Mussolini. En los debates que se llevaron a cabo en la III Convención Nacional Constituyente están las pruebas del rechazo que produjo el mero intento de incorporar algunos aspectos del corporativismo. Los políticos del partido Nacional y del Colorado, con algún matiz corporativista en el partido católico (Unión Cívica), coincidieron en que la política era asunto de políticos profesionales, no de entidades gremiales.

En los hechos, al discutirse en la III Convención Nacional Constituyente la incorporación del régimen corporativo en la institucionalidad política, el saldo fue más que negativo para los defensores de las innovaciones radicales. Los políticos de los partidos uruguayos cuestionaron cualquier tipo de intromisión gremial y económica en los asuntos del Estado y en la política misma. Incorporar algún aspecto de la representación corporativa fue considerado por los políticos blancos y colorados como el primer paso hacia el fin de la democracia política.

Pero en los años treinta, hubo otros intentos por romper con la centralidad que tenían el Partido Colorado y el Nacional. Se formaron dos partidos nuevos: el Partido Agrario y el Partido Ruralista, que en sus plataformas políticas incorporaron proyectos corporativos. Si bien no se presentaron con la postura destructiva de la extrema derecha, cuestionaron la escasa representatividad que tenían los partidos políticos tradicionales, pues éstos no estaban integrados por hombres que creaban y producían la riqueza del país. Estos partidos gremiales no abogaron por la eliminación de los partidos políticos y de la representación política, sino que incorporaron las novedades que les ofrecía el fascismo: la representación económica encuadrada en los partidos empresariales en paralelo a la representación política tradicional.

El comienzo de la segunda guerra mundial en 1939 y la presión de Estados Unidos sobre América Latina y Uruguay provocaron el alineamiento del gobierno uruguayo tras la política panamericana y un apoyo expreso en el combate de los simpatizantes del nazi-fascismo, así como un alineamiento en la política de defensa hemisférica. Estos hechos internacionales y el alineamiento pro estadounidense fueron fundamentales en la desaparición y disciplinamiento de la derecha fascista. Este cambio hegemónico provocó, además, un reacomodo de aquellos políticos que habían simpatizado con la Italia fascista (Rodríguez Ayçaguer 2022, 294). La policía, la presión norteamericana e inglesa y la Ley de Asociaciones Ilícitas (junio de 1940) contribuirán a silenciar la prédica de derecha que mezclaba corporativismo, revolución y fascismo. A partir del año 1940, todas las agrupaciones y publicaciones profascistas desaparecieron de la escena política.

No obstante, en el contexto de la posguerra, los sectores empresariales no apelaron al corporativismo ni a la representación política corporativa para insertarse en la política, características que remitían a la “era del fascismo”. La defensa de los intereses agropecuarios y, particularmente, de los ganaderos se canalizó por el camino de la reorganización del Partido Ruralista. En 1951 se concretó la fundación de la Liga Federal de Acción Ruralista, un movimiento gremial y político que nucleó a los sectores medios rurales, el cual tuvo una vasta trascendencia política (por anticomunista y antibatllista) en el Uruguay de la Guerra Fría.

## Referencias bibliográficas

- Agorio, Adolfo. *Roma y el espíritu de Occidente*. Montevideo: A. Monteverde y Cía, 1934.
- Alpini, Alfredo. *La derecha política en Uruguay en la era del fascismo 1930-1940*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2015.
- Bottai, Giuseppe. *La organización corporativa del Estado*. Buenos Aires: Losada, 1941.
- Caetano, Gerardo e Raúl Jacob. *El nacimiento del terrismo (1930-1933)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1989.
- Caetano, Gerardo e Raúl Jacob. *El nacimiento del terrismo. El camino al golpe (1932)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.
- Caetano, Gerardo. *El liberalismo conservador*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2021.
- Caetano, Gerardo. “Organizaciones empresariales y política: de la Federación Rural a la Unión Democrática”. En *Historia de los conservadores y las derechas en Uruguay. De la contrarrevolución a la Segunda Guerra Mundial*, org. Magdalena Broquetas y Gerardo Caetano, 161-175. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2022.
- Costa Pinto, António. “Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária”. Em *A Vaga Corporativa. Corporativismo e Ditaduras na Europa e na América Latina*, org. António Costa Pinto y Francisco Palomanes Martinho, 27-37. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais-Universidade de Lisboa, 2016.
- Diario de Sesiones de la Convención Nacional Constituyente*. Tomo II. Montevideo: Imprenta Nacional, 1935.
-

- El Debate*. “Régimen corporativo”. Montevideo: 8 de julio, 1933, 3.
- El Día*. “Sección Editorial. El fetichismo de la democracia”. Montevideo: 11 de julio 1933, 8.
- El Plata*. “El experimento de Mussolini”. Montevideo: 8 de enero, 1934, 3.
- El Pueblo*. “Notas editoriales. El régimen corporativo”. Montevideo: 7 de julio, 1933, 1.
- El Pueblo*. “Notas editoriales. El Senado”. Montevideo: 11 de julio, 1933, 1.
- Gentile, Emilio. *Fascismo. Historia e interpretación*. Madrid: Alianza Editorial, 2002.
- Grecco, Gabriela de Lima y Leandro Pereira Gonçalves. “Introducción: ¿por qué fascismos iberoamericanos?”. En *Fascismos Iberoamericanos*, org. Leandro Pereira Gonçalves y Gabriela de Lima Grecco, 37-64. Madrid: Alianza Editorial, 2022.
- Incisa, Ludovico. “Corporativismo”. En *Diccionario de Política*, org. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci y Gianfranco Pasquino, 372-377. México: siglo veintiuno editores, 2007.
- Jacob, Raúl. *El Uruguay de Terra, 1931-1938*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1985.
- Jacob, Raúl. *1915-1945. Las otras dinastías*. Montevideo: Proyección, 1991.
- Jacob, Raúl. *Brevísima historia del Partido Ruralista*. Montevideo: arpoador, 2006.
- Marques, Victor Raoni de Assis. “A imprensa integralista como instrumento de diálogo com revisionistas no Uruguai”. Em *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*, org. Leandro Pereira Gonçalves y Renata Duarte Simões, 93-112, vol. 3. Río de Janeiro: Autografia, 2019.
- Martins, Daniel Hugo y Héctor Gros Espiell. *Constitución uruguaya anotada*. Montevideo: Editorial Medina, 1958.
- Mussolini, Benito. *El Estado corporativo*. Florencia: Editorial Vallecchi, s/d.
- Paez Formoso, Miguel Ángel. *El drama campesino. El Partido Agrario en el Uruguay*. Montevideo: Talleres Gráficos Prometeo, 1951.
- Podestá, Andrés. *Visiones de Italia*. Roma: GRAFIA S.A.I., Industrie Grafiche, 1924.
- Podestá, Andrés. *Para unos mucho y para otros nada*. Montevideo: s/d, 1928.
- Podestá, Andrés. *Tres radio-conferencias sobre política agraria*. Montevideo: s/d, 1931.
- Rodríguez Ayçaguer, Ana María. “Las derechas durante la Segunda Guerra Mundial”. En *Historia de los conservadores y las derechas en Uruguay. De la contrarrevolución a la Segunda Guerra Mundial*, org. Magdalena Broquetas y Gerardo Caetano, 293-307. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2022.
- Varela de Andrade, Teodomiro. *América y la revisión constitucional*. Montevideo: Peña y Cía. Impresores, 1938.

\*\*\*

Recibido: 02 de mayo de 2022

Aprobado: 28 de mayo de 2022

---

## Dossiê: Fascismos, 100 anos depois

<https://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.38390>

### **Fascismo feminino latino: primeiras comparações entre a Ação Integralista Brasileira e a Unión Revolucionaria**

*Latin Female Fascism: first comparisons between the Ação Integralista Brasileira and the Unión Revolucionaria*

*Fascismo femenino latino: primeras comparaciones entre la Acción Integralista Brasileña y la Unión Revolucionaria*

Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna dos Reis\*

<http://orcid.org/0000-0001-7135-6520>

Vitória de Almeida Machado\*\*

<http://orcid.org/0000-0002-9210-1970>

RESUMO: A América Latina ainda é um tema recente nos estudos sobre o fascismo. Apesar das pesquisas existentes, poucas ainda procuraram analisar a participação das mulheres nesses movimentos. Com isso, busca-se analisar os fascismos na América Latina, especialmente em relação à participação das mulheres em duas organizações: Ação Integralista Brasileira (AIB) e a peruana, Unión Revolucionaria (UR). Nesses países, o fascismo foi para além de um movimento e se concretizou em partidos políticos, possibilitando a visualização de uma estrutura orgânica e organizada politicamente. A partir de uma reflexão inicial, a pesquisa tem como foco a comparação entre as mulheres peruanas e brasileiras, principalmente pela relevância dos movimentos e pela ausência de estudos que trabalhem nessa perspectiva.

---

\* Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), integrante do Grupo de Pesquisa Gênero e História das Mulheres (PUCRS) e atua atualmente como acompanhante terapêutica (Clínica TODOS). Se interessa, principalmente, pelos Estudos de Gênero, Teoria *Queer*, psicanálise e cinema. E-mail: gabbireis@gmail.com

\*\* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), investigadora Associada da Rede "Direitas, História e Memória" e professora de História da rede privada de ensino. Destina seus estudos principalmente sobre autoritarismo, corporativismo, história das mulheres e imprensa. As pesquisas recentes concentram-se em questões relacionadas à História da América Latina, especialmente Peru e Brasil a partir de um viés transnacional e comparado sobre a atuação de mulheres fascistas na década de 1930. E-mail: vitoriamachado.historia@gmail.com

Palavras-chave: Fascismo transnacional. História das mulheres. Ação Integralista Brasileira. Unión Revolucionaria

ABSTRACT: Latin America is still a recent topic in fascism studies. Despite existing works, few studies have sought to analyze the participation of women in these movements. With this, the research seeks to analyze fascisms in Latin America, especially in relation to the participation of women in two organizations: Ação Integralista Brasileira (AIB) and the Peruvian Unión Revolucionaria (UR). In these countries, fascism went beyond a movement and became political parties, enabling the visualization of an organic and politically organized structure. From an initial reflection, the research focuses on the comparison between Peruvian and Brazilian women, mainly due to the relevance of the movements and the absence of studies that work in this perspective.

Keywords: Transnational fascism. Women's History. Ação Integralista Brasileira. Unión Revolucionaria.

RESUMEN: América Latina es todavía un tema reciente en los estudios sobre fascismo y pocos han sido los que han buscado analizar la participación de las mujeres en ellos. Por esta razón, la presente investigación busca analizar los fascismos en América Latina, especialmente en relación a la participación de las mujeres en dos organizaciones concretas: la Ação Integralista Brasileira (AIB) y la Unión Revolucionaria Peruana (UR). En estos países, el fascismo fue más allá de un movimiento y se convirtió en partidos políticos, lo que permitió visualizar una estructura orgánica y políticamente organizada. A partir de una reflexión inicial, la investigación se centra en la comparación entre las fascistas peruanas y brasileñas, principalmente por la relevancia de los movimientos y la ausencia de estudios que trabajen en esta perspectiva.

Palabras clave: Fascismo transnacional. Historia de las mujeres. Ação Integralista Brasileira. Unión Revolucionaria.

### Como citar este artigo:

Reis, Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna dos; Machado, Vitória de Almeida. "Fascismo feminino latino: primeiras comparações entre a Ação Integralista Brasileira e a Unión Revolucionaria". *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 185-201.

\*\*\*

### Introdução

Ao longo do século XIX, o espaço considerado apropriado às mulheres foi, essencialmente, o espaço privado, visto que a "natureza humana" delas estava ligada ao lar e à maternidade de forma biológica (Nahes, 2007). Durante os anos 1920 e 1930, esse discurso não se distanciou da

---



realidade da maioria das mulheres. Entretanto, um grupo não seguiu somente esse caminho: as mulheres fascistas latino-americanas participaram do movimento desde seus primórdios. É inegável o quanto sua presença e forma de liderança foram para além da militância mais padronizada (POSSAS, 2012). Muitos estudos focaram nas mulheres no mundo de trabalho (Rago, 1997), nas militantes de esquerda (Ackelsberg, 2019), naquelas que de alguma forma rompiam com os padrões estabelecidos pela sociedade na busca de maior liberdade e empoderamento. Nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, as mudanças sociais, políticas e econômicas modificaram os anos que se seguiram. Nesse contexto, as mulheres fascistas foram agentes históricas importantes.

O fim da Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a crise de 1929 contribuíram de maneira decisiva para os movimentos que surgiram na primeira metade do século XX e que seguem presentes até hoje. Além dos debates sobre o conceito de fascismo, existe também uma discussão sobre as possibilidades de se pensar o fascismo para além da Europa, especialmente no continente americano. Entende-se o fascismo como um fenômeno político, social e cultural que se estendeu para o mundo todo em pouco anos no poder.

Dicha crítica al mundo moderno y al sistema liberal, además de la búsqueda por la regeneración en lo político y por poner en marcha una revolución estético-cultural modernista, se extendió al otro lado del Atlántico. Por ello, podemos afirmar que, en efecto, la Era del fascismo no fue sólo europea, sino que se mostró mucho más internacional, penetrando en los discursos y en las prácticas de líderes carismáticos y movimientos políticos alrededor del planeta. (Grecco; Gonçalves, 2022, p. 39)<sup>1</sup>

Além dos debates sobre a possibilidade de se pensar o fascismo para além da Europa, por muito tempo o fascismo foi analisado sob uma perspectiva unicamente masculina. A participação e adesão dos homens a tal movimento foram exaustivamente pesquisadas. Isso gerou a história única do fascismo: sempre atrelado ao masculino. Os estudos sobre o fascismo dimensionam, todavia, diversas perspectivas: culturais, políticas, econômicas, sociais etc. Entretanto, as pesquisas sobre as mulheres fascistas são mais recentes. Os casos italianos, espanhóis, alemães e húngaros já possuem algumas pesquisas importantes sobre a temática. (De Grazia 1992; Morant 2013; Passmore 2013; Petõ 2020; Stephenson 1975, 1981; enquanto isso, contudo, as pesquisas sobre as mulheres latinas fascistas ainda são recentes e escassas.

O fascismo enquanto movimento e fenômeno aconteceu em grande parte dos países latino-americanos. Uruguai, Paraguai, México, Chile, Bolívia, Equador, Colômbia são exemplos onde o fascismo se fez presente na década de 1920 e 1930 (Grecco; Gonçalves, 2022). É perceptível,

---

<sup>1</sup> Essa crítica ao mundo moderno e ao sistema liberal, além da busca pela regeneração política e pelo lançamento de uma revolução estético-cultural modernista, se espalhou para o outro lado do Atlântico. Portanto, podemos afirmar que, com efeito, a Era do fascismo não foi apenas europeia, mas muito mais internacional, penetrando nos discursos e práticas de lideranças carismáticas e movimentos políticos de todo o planeta. (Grecco; Gonçalves, 2022, p. 39). Tradução livre.

---

porém, que dois países se destacam. Com partidos políticos estruturalmente organizados e discursos bem estabelecidos, foi nesse contexto complexo que no Brasil, com a Ação Integralista Brasileira (AIB), e no Peru, com a Unión Revolucionaria (UR), o fascismo se fez presente partidariamente. Antônio Costa Pinto ressalta a importância que a UR tem na história do fascismo latino: “A UR acabou por se tornar um dos mais importantes partidos fascistas da América Latina, apenas rivalizado pela Ação Integralista Brasileira - AIB- e foi um importante ator nos conflitos políticos do Peru durante a década de 1930.” (Pinto 2021, p. 52)

Se por muito tempo a historiografia pouca atenção deu à AIB e à UR, nos últimos anos pesquisadores têm se voltado a estudar esses movimentos que levaram às ruas milhares de pessoas que compartilhavam de uma mesma cultura política. Entre essas multidões, as mulheres representaram elementos centrais na organização do fascismo latino. Elas, apesar de atuantes nos movimentos, não possuíam cargos e ocupações de liderança ou de poder dentro do organograma de ambos os partidos. Entretanto, percebe-se que as mulheres ocuparam posições estratégicas e suas funções eram consideradas muito importantes para o funcionamento da sociedade corporativista que tanto idealizavam os fascistas.

A partir disso, é preciso, em um *primeiro* momento, destacar os estudos sobre fascismo e a importância de dedicação nessa temática. Em um *segundo*, é essencial contextualizar tanto a realidade do período quanto da AIB com a participação feminina. Por se tratar de um estudo comparado, considerou-se indispensável realizar a mesma reflexão estrutural com a UR. Em um *terceiro* momento, quer-se mostrar as semelhanças e diferenças entre a participação das mulheres em ambos.

### **Fascismo e mulheres: uma combinação possível?**

As análises acerca das mulheres na história podem projetar diversas interpretações, relações e correlações. De toda forma, é oportuno salientar que pensar sobre o papel das mulheres de maneira isolada dos seus contextos de atuação e de suas especificidades possibilita o risco de colocá-las à parte da história, deslocando-as de papéis e ignorando sua participação na sociedade. Acredita-se que entender como as mulheres – e quais – participavam dos movimentos fascistas no Brasil e no Peru viabiliza compreender questões políticas e sociais do período que se analisa via observação de padrões de participação, bem como quebra um ciclo de história único que somente associa essa tendência aos homens. Especificamente, os movimentos autoritários da AIB e da UR tiveram discursos bem específicos para as mulheres e sobre elas. Assim, analisar a participação das mulheres nos movimentos e partidos permite verificar a relação do gênero com a sociedade e com o fascismo em si, e ainda o movimento contrário: a relação do fascismo para com essas mulheres.

---

Pensar o fascismo para além do continente europeu dos anos 1920-1930 é o que permite que se compreenda de maneira mais profunda e complexa esse fenômeno social que marcou a história contemporânea. Entre tantas possibilidades de estudo dentro da temática, entende-se que as mulheres fascistas possuem pouco destaque nas pesquisas atuais, tanto sobre mulheres fascistas quanto sobre a presença delas nos estudos sobre fascismo de um modo geral. Embora suponha-se que para muitas a participação tenha acontecido de forma quase obrigatória pelas figuras masculinas de suas convivências (pais, maridos, irmãos), provavelmente uma quantidade significativa dessas participantes estavam engajadas ideologicamente, seja por motivos como orientação política, seja por fatores como estrato social e sociabilidades. Logo, entende-se que essa cultura política fazia parte da vida dessas mulheres, das suas personalidades e da sua visão de mundo.

Apesar disso, o fascismo pode ser lido como um movimento promotor de um *ethos masculino*, isto é, um conjunto de hábitos e costumes socialmente ligados aos homens. Contudo, não se pode pensar que seu projeto político e social visava cercear a participação feminina da política e limitar as mulheres ao espaço do lar, pois, ao idealizar a sociedade e seus indivíduos de maneira orgânica, os movimentos fascistas incorporaram, em certa medida, espaços e lugares para a participação feminina na sociedade idealizada pelas lideranças e pelos intelectuais seguidores desse regime. Portanto, cabia às mulheres sua participação na sociedade, e compreendê-las como passivas nesse processo seria reduzi-las a meras espectadoras de um movimento de massa em que elas tinham um espaço bem delimitado e relevante. (Possas 2004)

A história das mulheres tomou maior espaço na historiografia a partir de 1970. Os estudos sobre as mulheres fascistas também receberam a atenção de diversos historiadores. Em contrapartida, ao comparar os estudos sobre as mulheres fascistas e os homens participantes dos movimentos, percebe-se uma desigualdade muito grande. As mulheres fascistas seguem à sombra da margem na reflexão sobre o fascismo, especialmente as latinas. Mesmo quando surgiram as primeiras obras sobre a complexa relação entre mulheres e fascismo (Stephenson 1975) e em seguida sobre as mulheres fascistas (Morant 2019), as pesquisas sobre o fascismo concederam menos atenção ao objeto do que outras temáticas.

Ao analisar as pesquisas sobre mulheres nos dois movimentos em questão, percebe-se que a UR possui menos estudos que focaram na participação feminina se comparado a AIB. As peruanas fascistas tiveram seções muito breves em obras com a UR como objeto de estudo; portanto, o campo de estudos sobre as mulheres fascistas ainda é pouco explorado.

O dever ser das mulheres brasileiras nas três primeiras décadas do século foi, assim, traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico, que reunia conservadores e diferentes matizes de reformistas e que acabou por desumanizá-las com sujeitos históricos, ao mesmo tempo em que cristalizava

determinados tipos de comportamento convertendo-os em rígidos papéis sociais. (Maluf; Mott, 1998, p. 373)

As mulheres fascistas latinas tiveram ainda menos espaço nas pesquisas e estudos. As produções sobre fascismo focaram-se nos homens, em adição os estudos sobre história das mulheres focaram-se nas mulheres resistentes ao fascismo e, por fim, os estudos sobre mulheres fascistas focaram-se na Europa. Com isso, entende-se que, dentro das pesquisas, as mulheres latinas fascistas ainda seguem negligenciadas apesar de terem sido parte fundamental dos movimentos.

Isso, somada à necessidade de interpretar os fascismos para além da centralidade europeia, incorporou agendas e fenômenos locais à análise da complexidade, não reduzindo essas expressões à mera “importação” de um fenômeno europeu, mas sim abrangendo dinâmicas mais complexas, tais como a incorporação e a apropriação desse movimento. Ainda que haja estudos sobre o fascismo latino-americano feitos por autores que se debruçaram a investigar as suas características sociais, culturais, políticas e econômicas, as pesquisas desse movimento são ainda recentes. Por esse motivo, embora os historiadores busquem entendê-lo, muitas perspectivas ainda podem ser desenvolvidas sobre a temática.

Ainda, os estudos sobre a história das mulheres no fascismo acabam dando foco à resistência ao regime, ao antifascismo e às organizações de mulheres que lutaram contra o regime opressor e persecutório. Não importa se for a Falange Espanhola, a Ação Integralista Brasileira, a Falange Socialista Boliviana, Los Leopardos da Colômbia ou as demais organizações fascistas, o foco das pesquisas, em sua maioria, tradicionalmente visa a estudar as mulheres opositoras aos fascismos. Infelizmente, afirma-se que muito desse distanciamento tem ligação com o passado ainda bastante recente no nosso cotidiano após tantos anos de ditadura civil-militar que o continente viveu. Tanto é verdade que “Há pouca literatura acadêmica sobre as direitas na América Latina, e os trabalhos monográficos sobre cada país continuam incompletos, mesmo que esta tendência esteja sendo revertida, graças a uma nova geração de pesquisadores” (Boisard 2014, p. 88).

### **Fascismo latino-americano**

O fascismo recebeu os olhares de especialistas durante décadas, especialmente sobre a sua origem, a extensão do movimento na Europa e as suas possibilidades de interpretação. Inclusive, um dos questionamentos era sobre a origem do conservadorismo, e a resposta, segundo alguns estudiosos (Nolte 1966; Sternhell 1994), estava na monarquia da Action Française (Arnal 1985), fundamentada pelo pensamento autoritário de Charles Maurras, teórico do nacionalismo integral.

---

Assim, esse movimento francês embasou o pensamento nacionalista e conservador de diferentes movimentos políticos do século XX (Pinto 1992).

Roger Griffin (2013), compreende o fascismo como uma ideologia mutável, que se adapta a diferentes realidades, percebendo o fascismo primeiramente como um fenômeno cultural e, posteriormente, como um movimento político. Em relação a esse ponto de vista, Zeev Sternhell (1994) vai ao encontro de Griffin nessa ideia. Busca-se a delimitação no contexto da História Política, e, para isso, há o aprofundamento, segundo Serge Berstein (1998), da noção de cultura política, com o propósito de entender a absorção de valores e apropriação de ideias, que serão dotadas de circularidade em torno desse fenômeno transnacional. Vê-se, portanto, a necessidade de recorrer ao conceito que “permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos” (Berstein 1998, p. 349-350). Entende-se que variações podem ser notadas, por isso a importância da análise, pois a “leitura do político através da cultura só tem evidentemente interesse se oferecer a possibilidade de melhor fazer compreender a natureza e o alcance dos fenômenos a que se propõe explicar” (Berstein 1998, p. 352). Assim, a utilidade da cultura política está na compreensão e na motivação “que levam o homem a adotar este ou aquele comportamento político”. (Berstein 1998, p. 359)

Além do conceito de fascismo genérico envolto na cultura política, destaca-se a importância das mulheres fascistas como atores históricos e agentes políticos em vários movimentos fascistas europeus. Sabe-se que essas cidadãs, durante muitos anos, ficaram em segundo plano nos estudos históricos, mas com o tempo passaram a ganhar espaço e tornaram-se objetos centrais de pesquisas<sup>2</sup>. Assim, a historiografia busca perceber a mulher como agente histórica de seu tempo e atribuir a sua importância em diversas perspectivas sociais e políticas:

É indiscutível a contribuição da produção historiográfica sobre gênero na ampliação das visões do passado, mas ainda há muito mais por ser feito, já que grande parte dos segredos a serem conhecidos ainda está encoberta por evidências inexploradas. Nesse sentido, os estudos de gênero reconhecem a pesquisa empírica como elemento indispensável para detectar o movimento de constituição de sujeitos históricos, analisando as transformações por que passaram e como construíram suas práticas cotidianas. (Matos 2000, p. 21)

Sejam os países latinos que tiveram movimentos fascistas, sejam os países que chegaram ao ponto de ter uma organização partidária de caráter fascistas, um fato é o mesmo: os fascistas latinos tinham como inspiração a Europa. Costa Pinto (2021) apresenta que o fascismo na América Latina foi fruto de uma equação resultado das influências da Action Française na França, Acción Española da Espanha, Integralismo Lusitano em Portugal e o Fascismo de Mussolini na Itália. Costa Pinto

---

<sup>2</sup> Entende-se que, com o avanço da História Cultural, as pesquisas que tinham como foco a figura das mulheres começaram a se destacar. Além disso, os estudos sobre fascismos, ao dialogarem com outras áreas, voltaram seus olhares para outros recortes possíveis dentro da temática.

---

(2021) ainda reforça que, apesar de haver movimentos fascistas latinos que se inspiravam no fascismo italiano, muitos estavam próximos ideologicamente do nacional socialismo alemão.

Tal era verdade no Brasil e no Peru, onde os movimentos fascistas tiveram o seu maior sucesso político e eleitoral, e onde a AIB de Plínio Salgado e a União Revolucionária (UR- Unión Revolucionaria) de Luis A. Flores apresentavam o corporativismo político como a sua principal bandeira, para não mencionar o clérigo-fascismo dos sinarquistas mexicanos. No caso da AIB, o estado integral reivindicado nos seus manifestos era uma totalidade orgânica, e o seu secretário nacional para a doutrina, Miguel Reale, frisava que o corporativismo integral seria o modelo de representação do Estado Novo. O 'estado corporativo totalitário' era também o objetivo político da UR no Peru. Com toda a sua diversidade, os menores e miméticos partidos fascistas da América Latina seguiam na mesma direção, com todos eles a copiar em algum momento o modelo italiano de forma mais direta; contudo, a sua influência era limitada. (Pinto 2021, p. 24)

Com isso, pode-se afirmar que o fascismo não só esteve presente para além da Europa, como também movimentou um número significativo de membros especialmente na América Latina. Além disso, apesar de haver uma proximidade e inspiração no partido de Benito Mussolini, o fascismo latino terá suas próprias características e formas de funcionamento. Esse mesmo movimento pode ser percebido em outros fascismos europeus em que havia uma tendência de adaptar o modelo italiano e/ou alemão à realidade de cada país, porém sem imitá-lo integralmente.

### **“Blusas-Verdes”: a participação feminina na Ação Integralista Brasileira**

A década de 1930 foi marcada por uma série de mudanças sociais e políticas no Brasil. Um marcador desse período foi a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político, de orientação religiosa cristã e, do ponto de vista doutrinário, inspirado em movimentos e regimes de cunho fascista, especialmente na matriz italiana de Benito Mussolini e intelectuais portugueses, notadamente os intelectuais católicos do Integralismo Lusitano. A AIB durou oficialmente até 1937, quando Getúlio Vargas, a partir de um golpe, instaurou o Estado Novo.

Idealizada ao longo dos primeiros anos de 1930 e sob liderança do intelectual e político Plínio Salgado, a AIB foi inaugurada oficialmente em 7 de outubro de 1932, a partir da leitura do Manifesto de Outubro de 1932, em evento realizado no Teatro Municipal de São Paulo. O documento fundacional do integralismo orientava ideologicamente o movimento e teve como base o fortalecimento com o cristianismo, a proteção da família e a busca e a defesa de um Estado integral, forte e organizado. A AIB chegou a contar com milhares de militantes. Ademais, a base de definição do movimento perpassava a constituição de uma identidade política por meio da oposição entre a defesa de uma sociedade orgânica e doutrinada pelo cristianismo e a contraposição aos valores políticos daqueles que os líderes idealizavam como seus inimigos fundamentais: o liberalismo, o judaísmo, as sociedades secretas, o capitalismo internacional e, fundamentalmente, o comunismo.

---



Assim, ao mesmo tempo em que o integralismo apresentava um quadro de deterioração das relações sociais por conta da disseminação de valores desagregadores, ele propunha, por meio do nacionalismo integral, a regeneração da nação brasileira e de sua comunidade fundamental, outorgando funções e papéis sociais a toda sociedade. Nesse processo, o recorte de gênero adquiria contornos eminentemente políticos, inclusive em torno da idealização da “mulher integral”.

Com o avanço das atividades e a popularização do movimento, em 1935, a AIB é transformada em partido político, e uma estrutura orgânica e profundamente hierarquizada é constituída em 1936 a partir da criação de Secretarias, como a Secretaria de Arregimentação Feminina e da Juventude (SNAFJ), com o papel de orientar, dirigir, controlar e arregimentar todo o trabalho da mulher e da juventude integralista (Trindade 1979, p. 177). O movimento se aprofundou no delineamento dos espaços e das funções sociais determinadas às mulheres.

Nesse viés, Renata Simões (2011) busca identificar e caracterizar as atividades as quais as mulheres foram designadas pelo movimento. A partir de jornais e revistas como *A Offensiva*, *Ananê*, *Brasil Feminino* e *Monitor Integralista*, periódicos oficiais com forte caráter doutrinário da AIB, pode-se perceber que os papéis ocupados pelas mulheres estavam ligados aos problemas sociais encontrados pela sociedade naquele período: o alto índice de analfabetismo, os problemas sanitários e, por consequência, o aumento de doenças. Esses problemas, somados à falta de informação, geraram grandes obstáculos a vencer. Então, procurando a solução para esses problemas, a AIB buscou endossar seu discurso com foco nas questões sociais que assolavam o país e na sua dedicação aos mais pobres do país.

Contudo, é importante salientar que essa era uma estratégia da AIB por perceber a nova posição que as mulheres estavam assumindo na sociedade, principalmente por causa da ocupação de espaços públicos (Possas 2004; Simões 2011). Nessa perspectiva, o discurso integralista visava a concentrar a potência feminina da época para atividades voltadas à assistência social. É válido lembrar que essa postura em relação às mulheres não era discurso exclusivo da AIB, visto que Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, instrumentalizou uma retórica de retorno das mulheres ao lar ou, quando necessário, que suas funções no espaço público fossem extensões dos lares como cuidadoras, educadoras ou enfermeiras.

As mulheres da Era Vargas, em especial no Estado Novo, lidaram com um projeto pedagógico em que o intuito era, principalmente, o retorno da mulher para o espaço privado: o lar, onde elas poderiam servir à família e, conseqüentemente, servir à nação. Ao se ocuparem com os problemas domésticos estariam distantes do contexto político e social. Enquanto mãe, esposa e educadora, as suas funções passaram a ficar, cada vez mais, distantes das atividades masculinas. O discurso autoritário e conservador só reforçava a ideologia dominante em que a mulher ideal era a mãe beatificada, esposa dócil e filha obediente. (Machado 2018, p. 50)

Estudando a postura política das mulheres integralistas, Lídia Possas (2012) desenvolveu sua pesquisa focando-se nas manifestações políticas das “blusas verdes”, nome dado às mulheres integralistas, em complementaridade aos homens “camisas verdes”. Possas (2012) defende que a participação feminina no integralismo ia de encontro às pautas feministas da época. Se, por um lado, as mulheres feministas e integralistas lutavam pela participação política das mulheres, por outro acreditavam em projetos políticos e sociais muito distantes. Participantes de um movimento que tinha como ideal uma sociedade pautada na figura patriarcal, as ‘blusas verdes’ acreditavam que o papel das mulheres na AIB não poderia romper com o que era esperado delas: cristãs, mães e conservadoras. Entretanto, é inegável que a participação das mulheres na AIB possibilitou uma esfera de participação nos debates políticos e sociais do período.

A doutrina integralista defendia a construção do Estado Integral, através da manutenção de um sistema rígido e disciplinado de relações e órgãos hierarquizados e seletivos de cidadãos. Apesar de formular um discurso de “revolução” reforçava as bases tradicionais e conservadora de uma sociedade patriarcal-machista, onde a presença feminina poderia ser incorporada politicamente, desde que se mantivesse as ideias basilares da constituição familiar, do sentimento cristão, sem esquecer “nunca de sua condição de mãe, esposa, filha”. (Possas 2012, p. 24).

Pensando em termos de um Estado, uma sociedade e uma humanidade integral que incluía as mulheres, os integralistas acreditavam que cada um tinha um papel a ser desempenhado para o bom desenvolvimento da nação. O papel das mulheres, por sua vez, era o de criar bons integralistas na educação de casa com seus filhos e apoiar os maridos para que eles pudessem exercer seus próprios papéis. Sobre a relação matrimonial e o integralismo, era constante a participação das mulheres no movimento, todavia cotidianamente orientada pela participação desempenhada pelos seus maridos.

As mulheres integralistas não eram somente aceitas dentro do movimento, mas também estimuladas a participar dele. Deveriam fazer parte desse modelo de nação, pois precisavam criar filhos com uma forte base religiosa. Eram elas que dariam à luz os novos integralistas. (Gonçalves; Caldeira Neto 2020, p. 31)

Ou seja, vê-se que a participação das mulheres fascistas na AIB nem sempre foi incentivada ou aceita pelos integrantes homens do partido. Mais uma vez, pode-se perceber e concluir que a participação das mulheres não se dava somente por pressão de alguma figura masculina, e sim por compartilhar de uma cultura política fascista. Apesar da resistência da parte masculina do partido e do movimento, a participação das mulheres não deixou de acontecer.

As fascistas brasileiras também não receberam calorosas boas-vindas, pelo menos não ao princípio: predominava a concepção do integralismo como um movimento de natureza masculina, provavelmente porque, em si, os integralistas viam a política como uma “cause constructed as male” e, portanto, inadequada à ‘natureza’ feminina. (Morant 2019, p. 131)

Mesmo com o momento histórico de estimular o retorno das mulheres ao lar, a integração feminina na AIB possibilitou uma participação das mulheres em espaços públicos como as escolas

---

de enfermagem, por exemplo. Para cumprir o papel que era destinado a elas na contribuição da “sociedade integral”, as fascistas tiveram que se profissionalizar em diversos casos para cumprir com primor o que era esperado delas. Com isso, as mulheres fascistas não seguiam piamente o que a sociedade esperava delas: donas de casa, mães e filhas.

Não se pretende, é claro, afirmar que a participação das mulheres em movimentos fascistas possibilitou uma quebra de paradigmas ou mudança radical na postura, mas sim salientar que as mulheres fascistas, de certa forma, romperam com os papéis sociais que lhes eram designados. Outrossim, é importante destacar que as integralistas podiam atuar em outra frente que não diretamente no movimento. As mulheres donas de casa também teriam seu papel desempenhado com a educação dos filhos e o cuidado com o marido. Para isso, as revistas cumpriam uma função muito importante: narrativa atrativa com conteúdo para o lar como decoração e acessórios (Possas 2012).

### **Camisas negras: a participação feminina na Unión Revolucionaria**

A Unión Revolucionaria (UR) foi o maior movimento fascista peruano. O partido teve suas origens entre 1931 e 1933 e apoiou o general Luis Miguel Sánchez Cerro, autor de um golpe militar que derrubou o presidente Augusto Leguía. Segundo Tirso Morales (2006), não havia um programa político claramente definido. Sánchez Cerro tornou-se presidente com o apoio das massas e por suas características autoritárias. Com um governo breve de 16 meses, estabeleceu uma política de repressão contra os inimigos políticos, notadamente a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA).

Com o assassinato de Sánchez Cerro por um estudante em uma rebelião armada da oposição ao regime em 1932, ocorreu uma dissidência interna. Dessa forma, o partido passou a ser liderado por Luis Alberto Flores, que estabeleceu uma radicalização da proposta da UR, tornando o grupo de expressão abertamente fascista. A UR foi considerada, então, um movimento de expressividade, inclusive por seus congêneres integralistas. De acordo com os integralistas brasileiros, o grupo dos “camisas negras” é apontado como um “movimento de opinião e cultura, de caráter espiritual e nacionalista [...], quer tudo pelo Peru para os peruanos” (Barroso 1936, p. 169).

Assim, cabe ressaltar que, além dos termos de afinidades ideológicas em torno do fascismo latino-americano, existiam similaridades em seu conteúdo programático e propositivo, como a oposição ao liberalismo e ao comunismo. Contudo, apesar de similaridades centrais, a UR apresentava características únicas, seja em torno do contexto político local, principalmente na oposição à APRA, seja em características transversais do fascismo internacional, as quais não

---

encontravam forte ressonância no caso de fascistas brasileiros, diferenciando-se destes, como no caso da xenofobia, mormente por causa dos ataques à imigração japonesa e chinesa, povos considerados “geneticamente inferiores” e responsáveis pelas taxas de desemprego no país. Ademais, em defesa do corporativismo, a UR identificava o fascismo italiano como modelo a ser seguido. (Sánchez 1987). Dessa forma, os “camisas negras” faziam aparições públicas a fim de mostrar seu autoritarismo:

Así, tal como lo presenta, en una edición especial, el periódico urrista Acción, del 21 de septiembre de ese año electoral [1936], aquel mitin central del PUR implicó el despliegue de toda una dramaturgia elocuentemente fascista donde destacó el multitudinario y muy emblemático desfile de la militancia urrista, desde la Plaza Unión hasta la plaza San Martín, en el cual y, desde su condición de vanguardia, marcharon rotundamente las milicias de “Camisas Negras”, apareciendo en la “retaguardia” y, también, con gran entusiasmo la militancia de la “Sección Femenina”. De esa forma, el urrismo dio un claro mensaje escenográfico del esencial carácter político-militar de su organización, lo cual se ligaba, y no tan implícitamente, a su estrategia de poder totalitario (Morales 2004, p. 43)<sup>3</sup>

Inclusive, ao contrário do quadro brasileiro, que buscou definir categorias e papéis sociais de gênero ligeiramente definidos desde sua fundação (e que iria se aprofundar na transformação em partido), durante os anos iniciais da UR, as mulheres não tinham um setor no organograma do partido. Yolanda Coco, considerada uma autêntica heroína pelos fascistas peruanos, sendo ela a principal figura feminina do partido, apresentava-se como “líder do feminismo urrista”<sup>4</sup>. Todavia, com a morte de Sánchez Cerro e a tomada de poder do então ministro de governo Luis A. Flores, o partido passa por uma reorganização em 1933. A partir de então, a UR se apresentou claramente como fascista e passou a ter um espaço delimitado específico para as mulheres: a Secretaria General del Comité Central Feminista. A criação da secretaria significou uma série de compromissos e funções específicas às mulheres do partido. A importância de Yolanda Coco foi muito significativa para a UR

Noticias que corresponden precisamente a la importancia que ya tenía en el urrismo la presencia de su lideresa feminista Yolanda Coco. Esta mujer participó en el sanhecerrismo desde los inicios del movimiento y se vinculó al PUR también desde los primeros momentos de su fundación. Sin embargo, su presencia protagónica se define luego de la muerte de Sánchez Cerro, desde la instancia orgánica que se crea, a la que ella hizo una contribución decisiva. (Morales 2004, p. 273)<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Conforme apresentado pelo jornal Urrista Acción, em edição especial de 21 de setembro daquele ano eleitoral [1936], aquela reunião central do PUR envolveu o desdobramento de toda uma dramaturgia eloquentemente fascista onde se destacou o maciço e muito emblemático desfile da militância Urrista, desde da Plaza Unión à Plaza San Martín, onde, desde o seu estatuto de vanguarda, as milícias de ‘Camisas Pretas’ desfilaram de forma circular, surgindo na ‘retaguarda’ e, também, com grande entusiasmo, a militância da ‘Secção Feminina’. Assim, o Urrismo deu uma clara mensagem cenográfica do caráter político-militar essencial de sua organização, que estava ligada, e não tão implícitamente, à sua estratégia de poder totalitário. (Morales 2004, p. 43) Tradução livre.

<sup>4</sup> Acredita-se que o conceito de “feminismo” não seja o contemporâneo. Leva-se a crer que, ao falar sobre feminismo e feministas, os movimentos da época estavam fazendo relação ao feminino, uma vez que as ideias fascistas não corroboravam com os movimentos feministas da época.

<sup>5</sup> Notícia que corresponde justamente à importância que a presença de sua líder feminista Yolanda Coco já teve no urrismo. Essa mulher participou do sanhecerrismo desde o início do movimento e esteve vinculada ao PUR também

---

A participação e importância da militante Yolanda Coco foi uma espécie de “virada de chave”, isto é, uma reconfiguração no pensamento sobre as mulheres fascistas da UR. Ao ser presa acusada de tentativa de golpe de Estado, fez com que as mulheres fossem vistas de formas diferentes. Se antes as mulheres eram enxergadas de forma passiva, como meras sombras masculinas, Coco permite que as mulheres sejam reconhecidas de forma atuante e com caráter de liderança. Não é de se espantar que um movimento fascista dos anos 1930 colocasse as mulheres ainda em situações secundárias na organização dos partidos e nas tomadas de decisões, mas é inegável que a figura feminina de Coco fez com que a participação das mulheres urristas fossem repensadas.

Se constituía en un símbolo en general del partido que permitía situar el protagonismo de la mujer en un ámbito inédito para el sanchecerrismo. Así, el estatus de la mujer urrista va más allá de aquella imagen masculina conservadora que era, como se observó, el punto de partida en las relaciones de género al interior del urrismo. Con el protagonismo de Yolanda Coco, observamos que se va configurando un nuevo arquetipo en el urrismo. El arquetipo de la mujer fascista, que si bien va a mantenerse jerárquicamente siempre en un plano auxiliar y complementario en relación al rol del varón en el urrismo, deja de ser la anterior “muchacha sanchecerrista” para devenir en una mujer más audaz y más protagónica. (Morales 2004, p. 285)<sup>6</sup>

Apesar da participação significativa das mulheres na UR, os próprios membros acreditavam que as participações femininas deveriam ser limitadas. Exemplo disso foi a Constituinte de 1932, na qual Magda Portal, líder do setor feminino da APRA, propôs o voto universal, e a UR rejeitou a proposta e votou apenas pelo sufrágio municipal. (Morales 2004)

Não obstante fosse grande o impacto que teve na sociedade e na política peruana, a UR atuou por um período limitado no contexto da chamada Era Fascista. Em 1936, após o término do período de gestão de Sánchez Cerro, uma nova eleição foi chamada pelo então presidente e ditador Óscar Benavides. Nessa eleição, o candidato da oposição, Luis Antonio Eguiguren, teve a maioria de votos nas urnas, porém Benavides considerou as eleições fraudulentas, pois a APRA (que nesse período estava na ilegalidade) teria apoiado o candidato. Com isso, Benavides foi eleito de maneira indireta pelo Congresso e se manteve no poder até 1939.

---

desde os primeiros momentos de sua fundação. No entanto, a sua presença protagonista define-se após a morte de Sánchez Cerro, a partir da instância orgânica que se cria, para a qual deu uma contribuição decisiva. (Morales 2004, p. 273) (tradução livre)

<sup>6</sup> Tornou-se um símbolo geral do partido que permitiu colocar o protagonismo da mulher em um ambiente inédito para o sanchecerrismo. Assim, o status da mulher urrista vai além daquela imagem masculina conservadora que foi, como observado, o ponto de partida das relações de gênero dentro do urrismo. Com o protagonismo de Yolanda Coco, observamos que um novo arquétipo no urrismo está tomando forma. O arquétipo da mulher fascista, que, embora permaneça sempre hierarquicamente em um plano auxiliar e complementar em relação ao papel do homem no urrismo, deixa de ser a anterior “menina sanchecerrista” para se tornar uma mulher mais ousada e mais protagonizada. (Morales 2004, p. 285) (tradução livre)

---

Como mais um ponto de similaridade entre os fascismos latino-americanos, além de ser uma característica marcante das utilizações dos meios de comunicação de massa pelo fascismo internacional, entre os anos de 1933 e 1936, a UR utilizou a imprensa como ferramenta de propaganda autoritária e conservadora. Essa utilização ocorreu principalmente por meio dos jornais *La Batalla*, *Acción*, *La Opinión* e *Crisol*. Nesse ínterim, esse período foi marcado pela formação da Legión de Camisas Negras, agrupada pela juventude da UR. Utilizando-se de uma simbologia, como a saudação com a mão direita estendida, estabeleceu-se a organização de um fascismo peruano nos moldes da organização italiana, que era ativa no Brasil com a AIB (Morales 2006).

Assim como no caso brasileiro, o transnacionalismo é evidente no processo político fascista peruano, a ponto de haver uma missão da polícia fascista italiana, que buscou reorganizar as investigações policiais do país a partir do apoio do presidente Óscar Benavides à UR. Nesse viés, o crescimento político foi notório quando em 1936 alcançou votação expressiva nas eleições de novembro. Entretanto, a ditadura Benavides anulou as eleições e estendeu o governo até 1939; com isso, assim como os integralistas que passaram a ser perseguidos por Getúlio Vargas a partir de 1937 com o Estado Novo, a UR também realizou uma conspiração contra o governo, fato que causou a desintegração do movimento e a perseguição dos seus líderes.

Sendo assim, o destino de Luis Flores, assim como o de Plínio Salgado, foi o exílio; no entanto, a deportação do primeiro ocorreu para o Chile, ao contrário do brasileiro, que teve Portugal como seu destino (Gonçalves 2018). Do mesmo modo que no Brasil, os militantes foram perseguidos e presos pela ditadura, oficializando não o fim do fascismo, mas da legalidade partidária dos movimentos fascistas no Brasil e no Peru. Tal qual o Brasil, a participação das mulheres peruanas contou com uma organização institucional com a “Secretaría general del Comité Central Feminista”. (Morales 2006)

## Conclusão

As análises sobre os fascismos, tanto na Europa quanto na América Latina, tiveram maior espaço na historiografia devido ao avanço das análises transnacionais. As mulheres fascistas também se tornaram objetos de estudos apesar de ainda haver lacunas históricas e diversas possibilidades de pesquisa sobre a temática. Tanto a AIB quanto a UR permitem analisar o fascismo na América Latina em uma perspectiva transnacional e comparada de maneira institucional, uma vez que ambos os movimentos chegaram a ser partidos políticos. Além, é claro, de ser ingênuo pensar o fascismo apenas como masculino.

Essa introdutória investigação procurou mostrar, além das possibilidades de pesquisa, a participação das mulheres nos partidos fascistas latino-americanos. Ambos partidos com origens

---



conservadoras e reacionárias tinham um viés focado na figura masculina da sociedade e cabia às mulheres os papéis secundários e domésticos. Todavia, é notório que a participação das mulheres fascistas na AIB e na UR não passou despercebida. Elas conquistaram papéis importantes dentro da organização partidária e ocuparam espaços que durante anos lhes foram negados.

Ademais, é importante ressaltar que fica comprovado que não se deve pensar as mulheres fascistas como apenas seguidoras das escolhas de figuras masculinas. As mulheres fascistas latinas compartilhavam de uma cultura política e tinham agências nos partidos, haja vista a ocupação de certos cargos como líderes das Secretarias dos partidos. Essas agências que elas tiveram podem ir além de semelhanças e diferenças (essas trabalhadas inicialmente nesse texto), pois é possível perceber um padrão de atuação das mulheres. Apesar das suas ativas participações, ambos os partidos tinham setores separados por gênero, restringindo a participação às secretarias destinadas às mulheres. Tanto a UR quanto a AIB possuíam espaços destinados às mulheres e suas participações foram muito significativas. Ainda, vale destacar que a participação das mulheres nos dois partidos se deu de forma distinta, porém não menos importante: enquanto a AIB possuía mulheres no Conselho Superior do partido e no comando da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos, a UR possuía a Secretaría General del Comité Central Feminista e a figura de Yolanda Coco como uma grande liderança no movimento não somente de mulheres, mas de todo o partido.

Nesse sentido, o debate comparativo entre a AIB e a UR possibilita diversos estudos, que podem vir a ampliar as pesquisas sobre o fascismo latino, notadamente sobre as mulheres latinas fascistas, que representam uma ampla gama de possibilidades de investigações no campo historiográfico. É necessário identificar, pois, a participação feminina nos movimentos fascistas, principalmente evadindo das barreiras territoriais europeias. Dessa forma, será possível nomear a presença fascista e, mais ainda, a atuação feminina nessa mobilização, em busca, primordialmente, do impedimento de que movimentos autoritários voltem a ser uma realidade na América Latina.

### Referências bibliográficas

- Arnal, Oscar L. *Ambivalent Alliance: the Catholic Church and the Action Française 1899-1939*.
- Ackelsberg, Martha A. *Mulheres Livres: a luta pela emancipação feminina e a Guerra Civil Espanhola*. Trad. de Rabahie, Júlia. São Paulo: Elefante, 2019.
- Barroso, Gustavo. *Integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.
- Berstein, Serge. “A cultura política”. Em: *Para uma história cultural*, org., Jean-Pierre Rioux; Jean-François Sirinelli. Lisboa: Estampa, 1998.
- Boisard, Stéphane. “Pensando as direitas na América Latina objeto científico, sujeitos e temporalidades?” *Varia História*, v. 30, n. 52, p. 85-100, 2014.
-

- De Grazia, Victoria. *How Fascism ruled women. Italy, 1922-1945*, Berkeley, Los Angeles & London, University of California Press, 1992.
- Gonçalves, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- Gonçalves, Leandro Pereira; Odilon Caldeira Neto. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- Grecco, Gabriela de Lima (Org.); Gonçalves, Leandro Pereira (Org.). *Fascismos iberoamericanos*. 1. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2022
- Griffin, Roger. *The nature of fascism*. Abingdon: Routledge, 2013.
- Machado, Vitória Almeida. “Para além de bordadeiras: a representação feminina nos periódicos *Jornal das Moças e Modas e Bordados* durante os Estados Novos (1937-1945)”. Dissertação de mestrado, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica, 2018.
- Maluf, Marina; Mott, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: Novais, Fernando; Sevcenko, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- Matos, Maria Izilda S. de. *Por uma História da mulher*. Bauru, SP: Edusc, 2000.
- Morales, Tirso Anibal Molinari. “El partido Unión Revolucionaria y su proyecto totalitario-fascista. Perú 1933- 1936”. *Revista Investigaciones Sociales*, n. 16, año X, p. 321-346, 2006.
- Morales, Tirso Anibal Molinari. “La Unión Revolucionaria 1931-1939: una aproximación a la historia del fascismo en el Perú” –Tese de doutorado, Lima, Pontifícia Universidad Católica del Perú, 2004.
- Morant I Ariño, Toni. Uma primeira aproximação comparada ao fascismo feminino no Brasil e na Espanha, 1932-1937. *Locus: Revista de História*, v. 25, n. 2, p. 121-137, 2019.
- Morant I Ariño, Toni. *Mujeres para una “Nueva Europa”*. Las relaciones y visitas entre la Sección Femenina de la Falange y las organizaciones femeninas nazis, 1936-1945, València, UV, PhD Thesis, 2013.
- Nolte, Ernst. *Three faces of fascism: Action Française, Italian Fascism, National Socialism*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1966.
- Nahes, Semiramis. *Revista FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.
- Passmore, Kevin. *Women, Gender and Fascism in Europe, 1919-45*, Manchester, MUP, 2003.
- Pető, Andrea. *The Women of the Arrow Cross Party. Invisible Hungarian Perpetrators in the Second World War*, Cham: Palgrave, 2020.
- Pinto, António Costa. *A América Latina na era do fascismo*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2021
- Pinto, António Costa. *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Estampa, 1992.
- Possas, Lidia M. Vianna. As blusas verdes e as Marchadeiras. Movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. *Revista Nuevas Tendencias en Antropología*, n. 3, 2012, pp. ??.
- Possas, Lidia M. Vianna. Vozes Femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-38). Em: *Escrita.*, A.C. GOMES (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004;
- RAGO, Margareth. “Trabalho feminino e sexualidade.” In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/UNESP, 1997.
-

Sánchez, Luis Alberto. *Testimonio personal. Memorias de un peruano del Siglo XX. El purgatorio 1931-1945*. Tomo II. Lima: Mosca Azul Editores, 1987.

Simões, Renata Duarte. Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuação da mulher militante integralista. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: jul. 2011.

Stephenson, Jill. *Women in Nazi Society*. London: Croom Helm, 1975.

Stephenson, Jill. *The Nazi organisation of women*. London: Croom Helm, 1981.

Sternhell, Zeev; Sznajder, Mario; Asheri, Maia. *El nacimiento de la ideología fascista*. Madrid: Siglo XXI, 1994.

Trindade, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. 2. ed. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

\*\*\*

Recebido: 10 de julho de 2022

Aprovado: 27 de agosto de 2022

---

## Dossiê: Fascismos, 100 anos depois

<https://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.37336>

### **Fascismo além das fronteiras europeias? Ação Integralista Brasileira e o fascismo no Brasil\***

*Fascism outside Europe's borders? Brazilian Integralist Action and Fascism in Brazil*

*¿El fascismo más allá de las fronteras europeas? Acción Integralista Brasileña y el fascismo en Brasil*

Gabriela de Lima Grecco\*\*

<https://orcid.org/0000-0002-7137-5251>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo analisar o surgimento e o desenvolvimento do maior movimento fascista na América Latina: a Ação Integralista Brasileira. Para tanto, em um primeiro momento, realizar-se-á uma aproximação em relação aos debates historiográficos sobre a existência ou não do fascismo extra-europeu. Posteriormente, faz-se necessário discutir, a partir dos debates mais atuais na chamada escola de “estudos sobre fascismo”, o surgimento da Ação Integralista Brasileira à luz da interpretação do historiador Roger Griffin sobre modernismo e fascismo. Para finalizar, analisar-se-á a construção e as principais ideias do movimento signatário para, então, concluir, com uma reflexão sobre a existência e desenvolvimento do integralismo pós-guerra.

**Palavras-chave:** Fascismo. Ação Integralista Brasileira. Modernismo.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the emergence and development of the largest fascist movement in Latin America: the Brazilian Integralist Action. For that, at first, an approximation

---

\* Trabalho financiado pelos projetos *Identidades en movimiento. Flujos, circulación y transformaciones culturales en el espacio atlántico (siglos XIX y XX)* (Referência: PID2019-106210GB-I00) e *The authoritarian context of Iberian Political History in the first half of the 20th century* (Referência: 19KK0329). Além disso, as imagens utilizadas neste artigo pertencem ao DELFOS- Espaço de Documentação e Memória Cultural, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e foram cedidas de modo gratuito e exclusivo para esta publicação.

\*\* Doutora em História Contemporânea pela Universidade Autónoma de Madrid. Atualmente é Professora Associada da Universidade Complutense de Madrid (*Profesora Ayudante Doctora*), no Departamento de História Moderna e Contemporânea (Faculdade de Geografia e História). E-mail: gadelima@ucm.es

will be carried out in relation to the historiographical debates about the existence or not of extra-European fascism. Subsequently, it is necessary to discuss, from the most current debates in the so-called “school” on “studies on fascism”, the emergence of the Brazilian Integralist Action in the light of the interpretation of the historian Roger Griffin on modernism and fascism. Finally, the construction and main ideas of the integralist movement will be analyzed and, then, conclude with a reflection on the existence and development of post-war integralism.

Keywords: Fascism. Brazilian Integralist Action. Modernism.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar el surgimiento y desarrollo del mayor movimiento fascista de América Latina: la Acción Integralista Brasileña. Para ello, en un primer momento, se realizará una aproximación en relación con los debates historiográficos sobre la existencia o no del fascismo extraeuropeo. Posteriormente, es necesario discutir, a partir de los debates más actuales en la llamada “escuela de estudios sobre el fascismo”, el surgimiento de la Acción Integralista Brasileña a la luz de la interpretación del historiador Roger Griffin sobre el modernismo y el fascismo. Finalmente, se analizará la construcción y las ideas principales del movimiento integralista para, luego, concluir con una reflexión sobre la existencia y desarrollo del integralismo en la posguerra: el neointegralismo.

Palabras clave: Fascismo. Acción Integralista Brasileña. Modernismo.

### Como citar este artigo:

Grecco, Gabriela de Lima. “Fascismo além das fronteiras europeias? Ação Integralista Brasileira e o fascismo no Brasil”. *Locus: Revista de História*, 28, n. 2 (2022): 202-222.

\*\*\*

### Introdução

A Primeira Guerra Mundial representou uma recomposição do panorama político, social e cultural no continente europeu e americano, através de uma ampla politização da sociedade civil e da irrupção de novas forças políticas e ideológicas. Após o triunfo bolchevique em 1917, o comunismo emergiu como um novo modelo político-ideológico a nível mundial, construindo-se como o principal adversário da direita antiliberal. Em linhas gerais, pode-se afirmar que os acontecimentos políticos, que abalaram o início do século XX, tiveram uma clara influência na crise generalizada das democracias liberais ocidentais e, por outra parte, no surgimento de um movimento político revolucionário na Rússia. Neste sentido, formações políticas antissistema (ou seja, antiparlamentares, antidemocráticas e antiliberais) foram criadas em quase toda a Europa e em

---

alguns países da América Latina, o que implicou em um impacto crescente no debate público e na construção de discursos e partidos políticos de extrema-direita. Como muitos outros países, o Brasil viveu essa experiência.

Muitos dos movimentos que surgiram durante o período entreguerras fazem parte desses discursos e práticas que buscaram dar uma resposta das elites à crise do liberalismo, somado ao surgimento do movimento comunista. Foi uma resposta autoritária que buscou reestruturar as relações entre setores da sociedade civil e do Estado. Na Itália, de forma mais decisiva, esses projetos foram materializados em um novo regime, o qual se configurou como um primeiro ensaio de método político autoritário e revolucionário da direita radical: o fascismo. Nesse contexto, em 1922, com a chegada de Benito Mussolini ao poder, novas políticas foram colocadas em prática. Com efeito, dada a importância transcendental deste fenômeno, 100 anos depois da “Marcha sobre Roma”, ainda se faz necessário aprofundar nos estudos sobre fascismo intra e, sobretudo, extra-europeus. Neste sentido, o presente artigo busca analisar – a partir de uma leitura crítica da bibliográfica clássica, mas também atualizada – e refletir sobre a criação do maior movimento fascista além das terras europeias: a Ação Integralista Brasileira (AIB).

Para compreender o desenvolvimento do fascismo brasileiro, em um primeiro momento, discutiremos sobre as razões do surgimento de movimentos fascistas no continente americano, mostrando as principais discussões historiográficas sobre este tema. Em um segundo momento, conectaremos o surgimento da Ação Integralista Brasileira e do movimento modernista com a interpretação do historiador Roger Griffin (2010), cujo foco está centrado nas relações existentes entre o modernismo e o fascismo. Para finalizar, analisar-se-á a construção e as principais ideias do movimento signatário para, então, concluir, com uma reflexão sobre a existência e desenvolvimento do integralismo pós-guerra.

### **Fascismo extra-europeu?**

O fascismo não foi um fenômeno político-ideológico exclusivamente europeu, mas sim um movimento transnacional, tendo um impacto importante na América Latina. No entanto, muitos historiadores, como Stanley Payne em sua obra *Fascismo* (2014), defendem a inexistência do fenômeno fascista extra-europeu. Para Payne (2014, 210), “na América Latina havia apenas alguns movimentos especificamente fascistas”, e, por isso, deveria ser considerado um “fenômeno histórico fundamentalmente limitado à Europa durante a era das duas guerras mundiais” (2014, 221). Ao contrário dos argumentos sustentados por teóricos como Stanley Payne (2014), Ernst Nolte (1966), Emilio Gentile (2002), Robert Paxton (2007) ou Renzo de Felice (1975), – que

---



identificam o fascismo como um fenômeno europeu – consideramos que o fascismo, sim, desenvolveu-se no continente americano. Foi, nesse sentido, um movimento profundamente enraizado em traços socioeconômicos, étnico-culturais e políticos latino-americanos, configurando-se como uma variante local de um movimento transnacional originado no auge do período entreguerras. Podemos afirmar, então, que o fascismo teve uma base ideológica e um núcleo intelectual comum, mas também diferentes articulações históricas e mutações nacionais.

De acordo com o historiador Federico Finchelstein (2019, 84), “é bastante curioso que os estudiosos da história europeia estejam dispostos a estudar a circulação global do liberalismo e do marxismo, mas quando confrontados com o envolvimento europeu com as trocas fascistas globais preferem evocar uma abordagem mais eurocêntrica”. Desta forma, a historiografia atual deve refletir sobre o seu eurocentrismo e, conseqüentemente, reconhecer o fascismo como um fenômeno transnacional e, portanto, transatlântico. E, para isso, como ressaltou Constantin Iordachi (2010: 40), “os estudos fascistas recentemente se beneficiaram de uma injeção de novos métodos de abordagem da história global, continental ou regional a partir de perspectivas transnacionais, como a história mundial, a história compartilhada ou a *entangled history*”.

Em um contexto global de descrédito do sistema liberal, que apontava para a afirmação do totalitarismo como um novo modelo emergente, a gênese do fascismo na América Latina foi justificada pela constatação da falta de soluções imediatas para a experiência liberal e republicana. De fato, a América Latina foi uma região onde o fascismo foi um ingrediente fundamental na implantação de novas opções no campo político no período entreguerras. Embora muitos dos regimes pós-liberais tenham incorporado alguns de seus símbolos, como aconteceu com os de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, nenhum desses projetos autoritários pode ser facilmente categorizados como fascistas. Houve, no entanto, movimentos *realmente* fascistas, embora não tenham alcançado o poder.

Para o historiador britânico Roger Griffin, a *Era Fascista* significou, geograficamente, o surgimento de modelos fascistas que foram emulados – parcial ou semioticamente – e, por outro lado, tiveram uma dimensão imaginária, de criação de imaginários utópicos, internalizados e sonhados por milhões de pessoas ou líderes políticos atraídos pelo fascismo. Dessa forma, como resultado, “coexistiram fundamentalmente diferentes maneiras de mapear subjetivamente o mundo em termos de valores de forças positivas e negativas, ideais, e, portanto, de diferentes cenários de progresso” (Griffin, 2020). De tal forma que não podemos, nessa perspectiva, mais do que rejeitar a ideia da inexistência do fascismo na América Latina. Em última análise, entender as dimensões

---

globais e internacionais do fascismo requer compreender suas variações em nível nacional e as trocas intelectuais no espaço Atlântico e no mundo (Finchelstein 2019, 57).

Por outra parte, é importante ressaltar que no continente americano somente existiram *movimentos* fascistas: ou seja, os líderes fascistas não alcançaram o poder político como, sim, aconteceu na Alemanha e na Itália. Dessa forma, vários estudiosos do assunto tendem a justificar a inexistência de fascismo extra-europeu com base no argumento de que somente na Europa o fascismo chegou ao poder político. Ao fazê-lo, e como defende Benjamin Zachariah (2014, 63), acabam por rejeitar a ideia de que o fascismo foi uma “família de ideias, com origens, fundamentos intelectuais, estilos e organizações de movimento comuns”. Efetivamente, nos governos ou ditaduras ibero-americanas, as forças tradicionais acabaram rejeitando a aliança com os movimentos fascistas, provavelmente porque tinham receio que a mobilização alcançada por seus líderes carismáticos fizesse sombra nos seus regimes (Grecco, 2017). No caso do Brasil, o movimento fascista – ou seja, a Ação Integralista Brasileira – sucumbiu à perseguição do Estado Novo de Getúlio Vargas. Podemos afirmar que os regimes ibero-americanos “descartaram” uma alternativa que propusesse uma união “real” com os verdadeiros movimentos fascistas, tais como os de Plínio Salgado em Brasil, José Antônio Primo de Rivera na Espanha e Rolão Preto em Portugal (Grecco e Gonçalves 2022).

### **Modernismo e fascismo: o nascimento da Ação Integralista Brasileira**

O modernismo é um termo genérico que contempla uma diversidade de iniciativas culturais, artísticas e políticas que, desde meados do século XIX, reagiu contra a modernidade ocidental (Barbian, 2013). O fascismo, como uma variante do modernismo, incorporou, assim, novas formas de ação política para realizar uma espécie de “regeneração sociopolítica”, bem como associar a tradição a uma visão modernista da sociedade. Esta interpretação do fascismo como uma forma de *modernismo programático* — ou seja, de um projeto cultural de renovação de práticas simbólicas e que teve como missão a criação de um novo mundo — foi formulada a partir de seu entendimento como o produto de uma rebelião contra a modernidade. Essa abordagem cultural do fascismo, desenvolvida pelo historiador inglês Roger Griffin, remete a uma nova formulação que surge do entendimento do fenômeno do fascismo como uma resposta ao modelo tradicional da sociedade de Estado-nação liberal. De acordo com Griffin (1998, 21-26), o fascismo deve ser entendido como um novo caminho em direção a uma modernidade alternativa e, concomitantemente, como uma variedade política do modernismo.

---

---

Onde o projeto modernista se articulou mais claramente foi na esfera artística e cultural, ganhando corpo em inúmeras visões artísticas como, por exemplo, o Futurismo, Expressionismo, Surrealismo e Dadaísmo. No entanto, o modernismo foi além das fronteiras artísticas e influenciou fenômenos sociais e políticos; e é, precisamente, neste contexto que o fascismo deve ser situado. Os intelectuais fascistas procuraram então criar um *homem novo* — e uma *mulher nova* — e uma civilização que superasse o modelo da burguesia liberal. Graças ao seu desejo modernista de mudança cultural, oferecendo uma resposta ao liberalismo “decadente” e uma alternativa ao comunismo, os artistas fascistas de vanguarda procuraram compreender os novos processos da modernidade e efetuar mudanças estruturais na sociedade.

Do outro lado do Atlântico, e mais especificamente na cidade de São Paulo, o modernismo surgiu a partir da realização da Semana de Arte Moderna em 1922. Como consequência da Semana, surgiram dois movimentos modernistas, o Pau-Brasil e o Verde-Amarelo, destacando o papel desempenhado por Plínio Salgado no segundo deles. A questão do nacionalismo tornou-se o eixo central das discussões entre os intelectuais e artistas do período. E, assim, os modernistas expressaram suas concepções artísticas e ideológicas por meio de manifestos. Em particular, Plínio foi um dos redatores do *Manifesto do Verde-Amarelo*, no qual expôs os objetivos do movimento artístico: “Temos que construir esta grande nação, integrando a Pátria Comum com todos os aspectos históricos, étnicos, sociais, religiosos e expressões políticas. Pela força centrípeta do elemento tupi”. Por outro lado, o *Manifesto Pau-Brasil* (1924) e o posterior *Manifesto Antropofágico* (1928) buscaram reinterpretar a arte nacional. No Manifesto Antropofágico, a frase *Tupy or not tupy, that is the question* exemplifica bem os objetivos do grupo: a cultura europeia teria que ser devorada para incorporar suas virtudes, enquanto o próprio corpo, a cultura brasileira, deveria ser fortalecida.

Durante a década de 1930, Plínio Salgado, apesar de considerar o grupo Verde-Amarelo uma excelente via para desenvolver sua concepção nacionalista de cultura, julgou necessário aprofundar o debate ideológico e radicalizar o movimento. Por isso, fundou o Grupo Anta com um perfil ultranacionalista, o qual se tornaria a base para a posterior fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB). Segundo Leandro Gonçalves (2009, 120) este momento representou a ruptura de Salgado com os modernistas e com os verde-amarelos e, por conseguinte, a radicalização do seu pensamento. A partir daí, ele planejou a construção de um movimento político radical com pretensões fascistas: a AIB.

O Brasil, a partir dessa nova visão articulada pelos modernistas, seria uma síntese entre o primitivo e o inovador. Essa nova consciência nacional levou à politização das artes durante as décadas de 1920 e 1930. Para o integralista Pômpeo (1935, 9-13), a arte brasileira supunha a união

---

---

entre poesia, música, arquitetura, pintura e escultura em um mesmo princípio estético marcado, ao mesmo tempo, pelo nacionalismo e pelo tradicionalismo. Para ele, a arte deveria ter essa visão total e doutrinária, e não uma ideia fragmentada. Na verdade, Salgado pode ser considerado um dos intelectuais mais prolíficos de todos os ideólogos fascistas devido à sua elaboração mitológica da história brasileira — chamada de “síntese brasileira” — produto das tradições indígenas e do seu povo.

Os modernistas verde-amarelos também destacaram o problema da vida moderna que era caracterizada pelo “mal urbano”. O ritmo da cidade criava um individualismo exacerbado, em que cada pessoa buscava maximizar sua cota de conforto e prazer sem se preocupar com o coletivo. Para Plínio, o caboclo brasileiro (ou seja, o genuíno representante do “povo simples, pobre e honesto”) encarnaria os verdadeiros cidadãos da nação, distantes do materialismo das elites metropolitanas. Os habitantes do interior, especialmente o sertão, seriam os possuidores do espiritualismo primitivo da pátria, pois a influência cosmopolita havia destruído a consciência nacional ao rejeitar as tradições. Um bom exemplo dessas ideias foi o romance modernista de Plínio *O estrangeiro* (1926) — o qual revela a origem racial brasileira a partir da assimilação de diversas culturas —, realizando uma descrição e uma análise da vida do país e da cidade em tom nacionalista. Esta obra é considerada a precursora do movimento modernista verde-amarelo e a base do pensamento pliniano e, portanto, o início do integralismo brasileiro (Gonçalves 2008, 5). Na verdade, este romance foi considerado pelo próprio Plínio (1935) como o primeiro manifesto integralista. Para Trindade (1979, 48), o engajamento literário representou uma experiência mais importante para Salgado do que sua participação em atividades políticas. O ideal nacionalista, desenvolvido por primeira vez na literatura, alcançou significado político ao questionar o pensamento dominante e o sistema de valores da época.

Plínio, ademais, considerava que política e estética eram a mesma coisa, sendo sua primeira influência a literária, e não a político-ideológica. Ao mesmo tempo que via nas pessoas a alma da nacionalidade, considerava que deveriam ser guiadas pelas elites intelectuais e políticas do país. Sua visão concebia o intelectual como o sujeito mais bem preparado para conduzir a nação a uma nova era. Os intelectuais tinham a missão de “revelar” a nacionalidade em um contexto autoritário. Por essa razão, e ao serem considerados os únicos detentores do conhecimento, deveriam liderar o processo sociocultural de identificação da identidade nacional (Velloso 2003). No projeto integralista, a função da literatura e o peso dos intelectuais foram determinantes, e, portanto, os integralistas reconheceriam seu líder principal na figura de Plínio Salgado (Grecco, 2020). Nesse sentido, o espiritualismo pregado pelo movimento representava essa visão, a qual fazia prevalecer

---

o espiritual sobre o moral (Reale 1936, 11), além de valorizar os sentimentos e as ideias — expressadas através das artes — em oposição ao materialismo da cultura liberal iluminista. Portanto, tanto a literatura pliniana quanto o movimento integralista foram variações político-literárias do modernismo.

### **Fascismo tropical? A construção da Ação Integralista Brasileira**

Ao longo da virada do século XIX até a década de 1930, algumas correntes de pensamento e vários intelectuais brasileiros passaram a defender uma posição autoritária: justificaram a necessidade de um Estado forte e se opuseram ao liberalismo por sua conexão com práticas oligárquicas, fraude eleitoral e a pouca participação política da população. Nesse sentido, a Revolução de 1930 abriu espaço para o surgimento de novos grupos e novas lideranças que queriam romper com o passado liberal. Em um contexto em que novos projetos e aspirantes a líderes começaram a tomar forma, as novas abordagens ideológicas antiliberais forneceram argumentos e ideias-chave para a formação de segmentos de uma nova “direita radical”. Foi nesse contexto que surgiram organizações como a Propaganda Nativista, o Pátria Nova e a Ação Social Nacionalista; novas teorias sobre o “autoritarismo”, como as formuladas pelos intelectuais Azevedo Amaral, Oliveira Viana e Francisco Campos; bem como publicações em revistas importantes da cena intelectual de direita, as quais serviram como elemento unificador de intelectuais para reflexão e divulgação ideológica, tais como *Hierarquia*, *Gil Blas*, *Cultura Política*, *Ciência Política*, *A Razão* e *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais*.

Se prestarmos atenção especial ao fascismo neste contexto, seu surgimento coincidiu com uma era geral de autoritarismo político (Payne, 2014, 26). Seu surgimento favoreceu um processo de radicalização da direita, cuja consequência foi a implantação de uma política nacionalista radical em outras partes do mundo. Nessa mesma direção, iniciou-se um processo de fascistização de certos setores da direita radical no Brasil, que começaram a adquirir características de fascistas (Bertonha 2012, 133-150). Entendemos, portanto, que esse processo foi o principal motivo do surgimento de novas formações autoritárias que representariam uma ruptura radical com os padrões tradicionais da direita brasileira, como o Partido Fascista Brasileiro, o Partido Nacional Fascista, Partido Nacional Sindicalista e, sobretudo, a Ação Integralista Brasileira, principal grupo fascista do Brasil<sup>1</sup> e da América Latina. De acordo com o historiador Héglio Trindade (1979, 106), a fundação do movimento integralista não foi um acontecimento isolado, mas o resultado da

---

<sup>1</sup> Como destaca Roger Griffin em *Fascism*, Oxford, Oxford University Press, 1995, 234: “Brazilian Integralist Action (AIB) was [...] perhaps the only non-European fascism to bear direct comparison with Fascism or Nazism in their movement phase before seizing power”.

consolidação das ideias radicais da direita brasileira dos anos 1930 e da convergência de movimentos precursores que Plínio Salgado buscou integrar.

As primeiras reuniões integralistas se deram na cidade de São Paulo, numa salinha apertada da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio (Anauê! 1937, 4), e, após diversas reuniões, no dia 7 de outubro de 1932, através do *Manifesto de Outubro* apresentado no Teatro Municipal de São Paulo, a AIB foi fundada por Plínio Salgado, *Chefe Nacional*. No dia 23 de abril de 1933, aconteceu a “primeira marcha” integralista, quando os *camisas verdes* desfilaram pelas ruas de São Paulo e, alguns anos depois, em 1935, o movimento se constituiu como partido político. El *duce* brasileiro, após sua viagem à Europa e do seu encontro com Benito Mussolini em 1930, voltou ao Brasil em êxtase com a Itália fascista, afirmando que o fascismo seria a luz da nova era: um movimento universal e internacional. Efetivamente, de acordo com Miguel Reale (1936, 13), embora “sejamos brasileiros, **nacionalistamente brasileiros** [...], ao mesmo tempo, apresentamos valores que se encontram também em movimentos fascistas europeus, como os de Mussolini, Hitler e Salazar”. Nesta fusão do que vinha de fora e do que vinha da “terra” (Reale 1936, 13), os integralistas começaram a articular o seu movimento.

Portanto, o movimento integralista – a versão brasileira do fascismo internacional – teve origem no início da década de 1930. Durante esses anos, a criação dos partidos políticos ainda era regulamentada pela Constituição brasileira; e é precisamente neste contexto que se deve situar o nascimento do AIB. Sua ascensão ocorreu em ritmo vertiginoso, e, assim, iniciou-se a negociação política com o presidente Getúlio Vargas, embora a relação entre o movimento e o presidente sempre foi construída desde a ambiguidade de ambas as partes. Além disso, foi o primeiro partido político brasileiro de extrema direita com implantação nacional e de massas, com milhares — ou possivelmente milhões — de seguidores por todo o país. Em dezembro de 1935, o partido contava com 1.843 núcleos em todo o Brasil, assim como nesta data haviam ingressado cerca de 700 mil membros na AIB (Anauê!, 1936).





Time de futebol dos integralistas de Porto Alegre. Centro de Documentação sobre a AIB e PRP no Arquivo DELFOS – Espaço de documentação e Memória cultural, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Registro: NCR/AIB 004).

O movimento integralista, claro está, inspirou-se nos padrões do fascismo europeu em termos de propaganda, organização, símbolos e atividades. O movimento representava um “estilo de vida”, no qual os rituais simbólicos desempenhavam um papel central. Para isso, adotou como equivalente da suástica a letra grega sigma ( $\Sigma$ ) — símbolo matemático da adição —, a saudação fascista — com a exclamação indígena *Anaué*<sup>2</sup> —, as camisas verdes, o lema *Deus, Pátria e Família*, e a organização de complexos rituais políticos de integração como assembleias e desfiles. O conceito de “integral” estava relacionado a essa visão “total” e orgânica do movimento, no qual participavam homens, mulheres, jovens e crianças. Sua organização paramilitar buscava reforçar os laços entre a comunidade integralista, através de espaços coletivos e ritualísticos (como times de futebol, casamentos integralistas, construção de escolas ou de ambulatórios dentários) e de uma rígida hierarquia organizativa. Dentro deste aspecto de assistência social, o partido teve um papel importante ao construir, além de ambulatórios dentários, diversas escolas (como a *Escola Caetano Spinelli*, em São Paulo, ou a *Escola Plínio Salgado*, em Cambuquira), “lactários”, ambulatórios médicos para socorro de necessitados, bem como edificou um serviço de restaurantes populares (como o *Pão de Cada dia*, em Guanabara) e uma espécie de banco para fornecer empréstimos aos integrantes do movimento (o *Empréstimo do Sigma*)

---

<sup>2</sup> Embora se costuma afirmar que a palavra tem origem tupi, de acordo com Luiz de Câmara Cascudo, *anaué* é uma palavra da língua dos Parecí, índios Nuaruaques, da antiga província do Mato Grosso. O termo é um grito que significa “unido-aos-outros-iguais, de solidariedade, de reunião, de agrupamento, de toque-de-reunir. O emprego como aclamação seria uma aclimação da voz militar nos cerimoniais civis” (Câmara Cascudo 1936, 30).

As mulheres signatárias desempenharam um papel relevante na assistência social, mas não só neste âmbito. Como em todos os movimentos fascistas surgidos pelo mundo<sup>3</sup>, como destaca Jefferson Rodrigues Barbosa (2013), as *blusas verdes*, embora desempenhassem um papel subordinado dentro do sistema integral, foram muito importantes no desenvolvimento da organização; especialmente na difusão da doutrina integralista com o seu labor educativo e propagandístico, além de ter uma atuação importante na formação das crianças no partido, preparando as futuras gerações, ou seja, os futuros *adultos integrais*: os plinianos. Para o integralismo, a mulher não era nem superior nem inferior ao homem, mas sim diferente, pois “não se podem comparar coisas heterogêneas”; estas haviam adquirido diversos direitos, colocando-as “no mesmo plano intelectual” e libertando-as dos “preconceitos”, e o integralismo, neste sentido, deveria arrancá-las de posições subalternas ou masculinistas, e tornar a mulher integral a “viga mestra da sociedade, fazê-la a revolucionária de corações e ideias” (Anauê 1936, 31).

Numa enquete realizada pela revista *Anauê!* às *blusas verdes*, perguntava-se as razões para que elas tivessem entrado no movimento e qual era a sua missão dentro dele. A grande maioria destacou o papel relevante que elas tinham na assistência social, na educação, na caridade e, inclusive, no seu papel de sacrifício pela pátria. Em relação às suas motivações, destacaram que o movimento lhes dava um novo sentido de vida e que este também reunia a felicidade terrestre sem prejudicar a vida eterna — ou seja, valorizavam o clima espiritual do movimento, o qual conectava política, caridade e religião (Anauê! 1937, 62). Entre algumas destas mulheres que tiveram destaque no movimento dentro do Departamento Nacional Feminino do movimento, encontram-se Irene de Freitas Henriques, Carmela Salgado, Inah G. K. Vinard, Ercilia Simão, Waldette Rodrigues, Iracy Guadrelli Padilha, Sylvia Pietrobom, Rita da Rocha da Silva e Ruth Pereira da Silva.

---

<sup>3</sup> Ver: MORANT i ARIÑO, Toni. “Para influir en la vida del estado futuro: dis-curso -y práctica- falangista sobre el papel de la mujer y la feminidad, 1933-1945”. *Historia y Política*, 27 (2012), 113-141; BARRERA, Begoña. *La Sección Femenina 1934-1977. Historia de una tutela emocional*. Madrid: Alianza Editorial, 2019; BOCK, Gisela. “Nazi Gender Policies and Women’s History”. Em: DUBY, Georges, e PERROT, Michelle. *History of Women in the West: Toward a Cultural Identity in the Twentieth Century*. Londres: Belknap, 1994, pp.158-192.



Blusas verdes do Departamento Feminino de Barra Mansa (Rio de Janeiro).

Ao centro encontra-se a chefe Maria Amolia. Centro de Documentação sobre a AIB e PRP no Arquivo DELFOS – Espaço de documentação e Memória cultural, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Registro: Fundo 1, AIB, série 5 - *Anauê!*, outubro 1935, ano 1, Nº 4, 29).

A integralista Nilza Pérez, em um artigo intitulado *O integralismo e a mulher*, destacou o papel da mulher integralista em sua condição de “mãe, esposa e filha”, ao estimular a alegria “ao lado do homem”, e lutando contra o “feminismo dissolvente e corruptor” (*Anauê!* 1936, 8). Neste sentido, o integralismo concebeu as estruturas de gênero de forma hierarquizante e como elemento central na sua ideologia e sistema organizativo. Se, por um lado, a feminidade integralista se construiu em base, principalmente, de uma ideia de que em estas residiam o “ventre nacional” e o papel de educadoras, por outro lado, a masculinidade foi vista como o elemento mais natural da política fascista. Dentro desta visão, os intelectuais e os ideólogos integralistas buscaram criar um arquétipo masculino hegemônico, o *homem integral* e, com ele, uma nova civilização capaz de derrubar o modelo de homem e de sociedade liberal-burguesa. Estes incorporariam o que Connell (1987) chamou de “masculinidade hegemônica”, entendida como um ideal cultural que promove a criação de masculinidades exemplares ao exercer hegemonia interna no grupo de homens em uma sociedade. Mas o que era o *homem integral*? Para Pedro Ivo Dias Tanagino e Leandro Pereira Gonçalves (2012), tratava-se de uma concepção masculina marcada por um ideal autoritário, hierárquico e patriarcal, no qual este arquétipo representaria a ideia perfeita de ser para o “aperfeiçoamento da civilização”: um indivíduo que representaria o coletivo por meio das suas qualidades, tais como o sentido de futuro, de devoção a Deus e ao Partido, um homem espiritual, com capacidade de liderança, com uma atitude de entrega, de serviço e sacrifício.



Camisas e blusas verdes gaúchos (Porto Alegre). Centro de Documentação sobre a AIB e PRP no Arquivo DELFOS – Espaço de documentação e Memória cultural, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Registro: NCR/AIB 013).

O que também torna a AIB um movimento original entre os diferentes fascismos europeus e latino-americanos é a importância que este deu ao espiritualismo católico, somado ao esforço de criar uma síntese original de ideias baseadas no caráter multicultural brasileiro. Dessa forma, a peculiar versão brasileira do fascismo caracterizou-se pelo forte peso de elementos católicos, embora sem subordinação ao reacionarismo religioso. O caráter tradicional do movimento liderado por Plínio Salgado baseava-se na doutrina social da Igreja e nas questões fundamentais de renovação de suas elites. Por esta razão, muitos intelectuais católicos e uma massa de praticantes simpatizavam com o movimento. Seus ideólogos se proclamaram defensores da espiritualidade contra os males do materialismo na sociedade moderna e urbana, representada pelo liberalismo e pelo comunismo. Portanto, os integralistas declararam que sua filosofia política envolvia a revalorização do espiritualismo cristão e a busca pela espiritualização das massas.

No entanto, é interessante destacar, como argumentaram os historiadores Gonçalves e Pimenta (2019, 277), que não havia somente cristãos entre os integralistas: na AIB “abriu-se espaço para a arregimentação de praticantes oriundos de diversas denominações religiosas cristãs e, também, de espíritas para o movimento”. Isso porque o seu discurso colocou o foco no elemento “espiritualista” do movimento, já que o integralismo não admitia exclusividade de uma religião “por aceitar todas as religiões que adoram um Deus, amam a Pátria e respeitam a família”, como foi destacado na revista *Ananê!* por Padre Mello (1935). Esta ideia também foi ressaltada por um dos maiores líderes signatários, Miguel Reale (1936, 11), quando argumenta que o movimento reunia “católicos, protestantes e espíritas, e ainda nenhum integralista, com suficiente autoridade, fez

exclusão desta ou daquela crença, nem será possível qualquer sectarismo nas nossas fileiras”. Por isso, os integralistas defendiam uma “frente única espiritual” (Anauê! agosto 1935, 7).

Devemos também ressaltar a dimensão étnico-racial da ideologia integralista. Para os camisas verdes, a sociedade brasileira diferia em termos comparativos da sociedade europeia por sua composição multiétnica e multirracial. Esta característica intrínseca da sociedade brasileira que, para alguns dos seus líderes e seguidores, era compatível com o antissemitismo<sup>4</sup>, revelou-se como um componente unificador do fascismo brasileiro. Gustavo Barroso, por exemplo, apontou em seus escritos um conjunto de elementos distintivos no campo político dos judeus, como sua suposta relação com o capitalismo financeiro internacional ou com o comunismo, que os tornava indesejáveis como grupo. Embora o antissemitismo não possa ser considerado um dos pilares da ideologia integralista, é preciso ressaltar que, de certa forma, os judeus não foram incluídos entre os grupos que compõem a miscigenação étnico-racial brasileira proclamada pela AIB. Salgado e Reale defenderam sua “assimilação” apenas com a condição de não estarem vinculados ao “capitalismo internacional”. Desta forma, e como argumenta Trindade (2016), a dimensão antissemita esteve presente no universo ideológico tanto de militantes signatários quanto de alguns dos seus principais líderes.

Em relação aos afro-brasileiros, Gabriel Predebon (2019, 249) ressalta que “a posição da AIB em relação ao negro não é explicitada de forma direta, mas se pode depreender elementos para a compreensão do movimento em relação ao negro”. Para os signatários, o objetivo principal do movimento consistia em unir o povo brasileiro em um só espírito dentro de uma perspectiva nacionalista. Para isso, buscou-se criar entre os militantes um sentimento ultranacionalista e de consciência da sua “brasilidade”, com o fim de construir uma nova civilização: uma civilização tropical, cheia de delicadeza e de espiritualidade cristã<sup>5</sup>. Precisamente, a participação e inclusão de vários negros nas fileiras da AIB foi fundamental (Cruz, 2004; Grecco, 2018), embora seus líderes fossem em menor número. Destacam-se, entre os que tiveram cargos de relevância ou certo destaque, João Cândido, Dario de Bittencourt<sup>6</sup>, Mário Brasil de Araújo, Reis Vidal, Madeira de Freitas, Edith Gomes Soares de Pinho e Nysia de Nascimento Guedes. Para Karin Sant Anna Kossling (2004), o que atraiu os afro-brasileiros para ingressarem às fileiras da AIB, sem dúvida, foi a ideia de integração nacional que se fomentava nos discursos do movimento.

---

<sup>4</sup> Sobre essa questão ver: CHOR MAIO, Marcos: *Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento antissemita de Gustavo Barroso*, Rio de Janeiro, Imago, 1992; CALDEIRA NETO, Odilon: *Integralismo, Neointegralismo e Antissemitismo: entre a relativização e o contorno*, Dissertação de Mestrado, UEM, 2011; CYTRYNOWICZ, Roney: *Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930*, Dissertação de Mestrado, USP, 1992.

<sup>5</sup> Reale, Miguel: *Obras políticas (1 fase -1931-1937)*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, v1-v3, 1983, p. 168.

<sup>6</sup> Chefe provincial da Província do Rio Grande do Sul.



Nesse sentido, há uma diferença muito evidente sobre a ideia de raça entre os diferentes fascismos, especialmente se comparamos aqueles surgidos na América Latina com os do continente europeu. Assim, enquanto o racismo integralista se baseava na “exclusão para integração”, a partir de uma proposta de miscigenação étnico-racial, o nazismo alemão se baseava na exclusão por raças ao enfatizar e valorizar a “pureza racial”. Para os integralistas, a “doutrina moderna de raças” tinha sido mal compreendida por alguns, já que o “pensamento racista não se identificava com o menosprezo de outras raças”; o que argumentavam é que as nações deveriam guardar e desenvolver as “características” próprias das suas próprias raças e, por isso, no caso alemão, rejeitava-se o “cruzamento quando considerado prejudicial para ambas as partes” (Anauê!, 1935, 20). Nesse sentido, a visão racista da doutrina integralista propunha que a raça brasileira estava composta pela integração de várias raças e Plínio Salgado, por sua vez, era o grande “intérprete da Raça brasileira”.



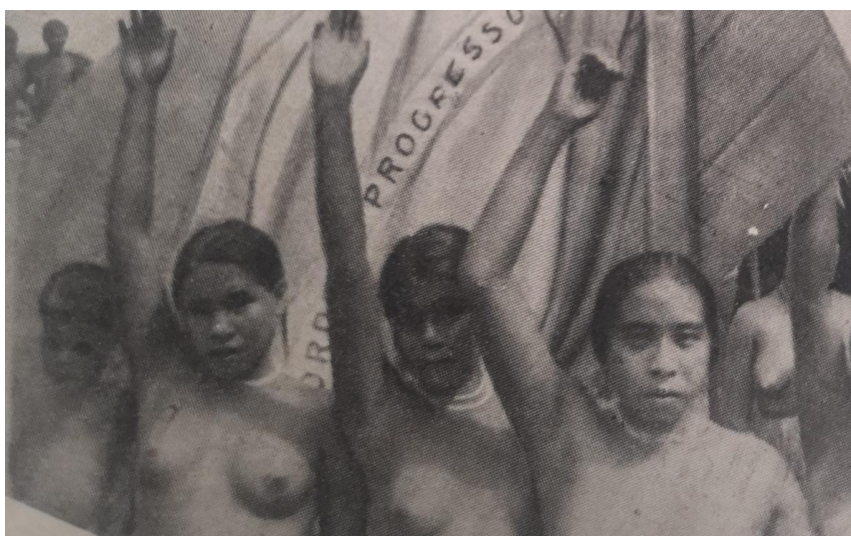
Integralistas reunidos em Lajeado. Foto editada para destacar a diversidade étnica dos membros do movimento. Centro de Documentação sobre a AIB e PRP no Arquivo DELFOS – Espaço de documentação e Memória cultural, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Registro: BAT/AIB 005).

Também o elemento indígena foi sumamente importante. Este foi considerado a base da raça de todos os brasileiros, sendo um elemento que esteve presente nos símbolos e discursos integralistas, inclusive desde uma visão idealista: os indígenas seriam os povos mais abertos à miscigenação (especialmente com os brancos) e culturalmente pacíficos. Como destacou Pujol (1935, 20), ninguém melhor que o “índio-soldado” para ser a “sentinela avançada da soberania de nossa pátria”. De fato, de acordo com uma reportagem na revista *Anauê!*, em 1935, havia 5 mil indígenas integralistas provenientes de comunidades do Amazonas, os quais tinham sido catequizados e doutrinados através das “bandeiras integralistas” coordenadas por Paulo Eleuthério, fundador do núcleo integralista em Manaus (Anauê! 1935, 15). Claramente, o discurso “antirracista”

---



e paternalista dos *camisas verdes*, na realidade, encobria uma ideia subjacente: o que se pretendia era realizar o branqueamento (Cruz 2014; Barreto Júnior 2021) e a evangelização da população indígena por meio do discurso da miscigenação étnico-racial e cultural. Neste sentido, Plínio Salgado, através da narrativa indigenista, destacou o espírito igualitário da nação brasileira através da impressionante “democracia racial” existente, fruto da fusão entre três grupos: os indígenas, os negros e os brancos. Porém, cabe destacar que essa ideia não foi algo exclusivo dos camisas verdes. Efetivamente, esta visão sobre o Brasil foi compartilhada por vários intelectuais do período — incluindo Gilberto Freyre, em seu livro *Casa-Grande & Senzala*.



Indígenas integralistas. Centro de Documentação sobre a AIB no Arquivo DELFOS – Espaço de documentação e Memória cultural, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Registro: Fundo 1, AIB, série 5 - *Ananê!*, maio 1935, ano 1, Nº2, 15).

Dentro de esta ideia de criação de uma nova civilização mestiça, Plínio Salgado e Gustavo Barroso desenvolveram uma interpretação global da história da humanidade em suas obras *A Quarta Humanidade* (1934) e *O Quarto Império* (1935). Os teóricos fascistas associaram o crescimento da AIB com o surgimento de uma “quarta era” da humanidade — uma variação da evolução histórica triádica dos ideólogos fascistas do Terceiro Reich e da Terceira Roma. Essa “nova era”, ressurgente na América, representava não só uma realidade geográfica, mas, sim, e especialmente, um mito utópico. A construção de uma nova civilização foi proposta baseada nos princípios espiritualistas do integralismo que tinha como projeto impor uma moralidade harmoniosa no mundo material. Além disso, a proclamação de uma nova “Era” estava conectada à concepção nacionalista, étnico-racial de uma nova sociedade e cultura enraizada no continente americano, lugar onde diversas raças e culturas se encontrariam.

---

## A modo de conclusão: fascismo no pós-guerra?

Após a promulgação da Constituição de 1937 e com a extinção das formações políticas no mesmo ano pela ditadura Vargas, foi negociada a transformação da AIB em Associação Cultural (com o nome de Associação Brasileira de Cultura). No entanto, logo após o seu registro, a Associação foi cancelada, sendo proibida qualquer manifestação ou publicação integralista. O papel secundário concedido por Vargas à AIB certamente não se coadunava com as extravagâncias fascistas que aspiravam à transformação radical da nação e ao “redirecionamento” da história. Isso levou à ruptura iminente entre o executivo e os *camisas verdes*, levando a uma tentativa de golpe por estes últimos em maio de 1938. Após o fracasso do levante integralista, centenas ou talvez milhares de militantes foram condenados à prisão. Nessa perseguição política, porém, as grandes personalidades do movimento não tiveram problemas excessivos, com exceção de Plínio, quem se exilou em Portugal, ou Miguel Reale, que fugiu para a Itália. Esse episódio marcou a desintegração da AIB, a qual começou a perder força no cenário político brasileiro.

No entanto, segundo Gilberto Calil (2001), o fim do AIB não significou o fim de suas atividades. Algumas organizações, como a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa ou o Appolo Sport Club, buscavam reconstruir uma rede que conectasse os antigos integralistas. Concomitantemente, Plínio Salgado reelaborou uma nova versão do integralismo do pós-guerra a partir das experiências portuguesas em torno de um discurso inspirado na democracia cristã. Em Portugal, Salgado “flertou” com os nazistas, teve até encontros com representantes da Gestapo, mas encontrou segurança na religião para o desenvolvimento de suas ações políticas. Em 1943, publicou a obra *Vida de Jesus*, sendo chamado de “quinto evangelista” ou “quinto colunista” por considerar-se o representante do fascismo em Portugal e no Brasil (Caldeira Neto e Pereira Gonçalves, 2020).

Recentemente, os *fascistólogos* sentiram a necessidade de investigar as complexas relações entre o fascismo de entreguerras (“clássico”) e o fascismo do pós-guerra; e o caso do Brasil é bastante interessante por existir claras continuidades. Para Constantin Iordachi (2010: 1), “a influência do fascismo se estende muito além do período entre guerras. [...] O legado do fascismo teve forte impacto na política pós-1945 e ressurgiu com vigor no mundo pós-Guerra Fria, levando estudiosos a falar de *neofascismo*”. Neste sentido, o fascismo brasileiro da pós-guerra esteve muito conectado a Plínio Salgado: este fundou o Partido de Representação Popular (PRP), o qual representou, de acordo com Guido Mondin, um partido que reuniu os *camisas verdes*, sendo, portanto, herdeiro do legado integralista.

Nas eleições para presidente de 1955, Salgado obteve um sucesso surpreendente: alcançou o número de 714.379 votos (8,3% do total). Após essa derrota, conseguiu ser eleito como deputado

federal (em 1958 e depois em 1962). Em outras palavras, o principal líder fascista brasileiro passou a ter um espaço de atuação governamental, o qual se estendeu até o período da Ditadura civil-militar, através da formalização do seu apoio ao partido do general Castelo Branco. Em 8 de dezembro de 1975, faleceu o líder integralista (Caldeira Neto e Pereira Gonçalves 2020). No entanto, é evidente que a extrema direita — e, com ela, o legado fascista — persiste na política brasileira. Atualmente, vivemos uma nova onda da extrema direita, a qual foi chamada por Enzo Traverso de “pós-fascismo”, em sua obra *The new faces of fascism*. Como ressaltou Ece Temelkuran (2019, 266), no seu livro *Cómo perder un país. Los siete pasos de la democracia a la ditadura*, esperemos que o “velho” morra logo e que possamos nos reinventar, não sozinhos à margem, mas “agindo em unísono no centro da arena e transformando-o em uma *ágora* global”.

### Referências bibliográficas

*Anauê!*, Rio de Janeiro, ano 1, Nº 2, maio 1935.

*Anauê!*, Rio de Janeiro ano 1, Nº 4, outubro 1935.

*Anauê!*, Rio de Janeiro, Nº 7, janeiro 1936.

*Anauê!*, Rio de Janeiro, Nº 11, julho 1936.

*Anauê!*, Rio de Janeiro, Nº 12, setembro 1936.

*Anauê!*, Rio de Janeiro, Nº 13, março 1937.

*Anauê!*, Rio de Janeiro, Nº 18, agosto 1937.

Barbian, Jan-Pieter. *The politics of literature in nazi Germany. Books in the media dictatorship*. Londres: Bloomsbury Academic, 2013.

Barrera, Begoña. *La Sección Femenina 1934-1977. Historia de una tutela emocional*. Madrid: Alianza Editorial, 2019.

Barreto Júnior, Francisco Celso Lourido. “O Integralismo na cidade da selva: O fascismo e as ideias nativistas no estado do Amazonas”. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.6, jun. 2021, 64495-64514.

Barroso, Gustavo. *O Quarto Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

Bertonha, João Fábio. “A direita radical brasileira no século XX: do monarquismo e das ligas nacionalistas ao fascismo e à ditadura militar (1889-2011)”, *Ediciones Universidad de Salamanca*, nº 30, 2012, 133-150.

Bock, Gisela. “Nazi Gender Policies and Women’s History”. Em: DUBY, Georges, e PERROT, Michelle. *History of Women in the West: Toward a Cultural Identity in the Twentieth Century*. Londres: Belknap, 1994, 158-192.

Caldeira Neto, Odilon. “Integralismo, Neointegralismo e Antissemitismo: entre a relativização e o contorno”. Dissertação, Maringá, UEM, 2011.

Caldeira Neto, Odilon, e Pereira Gonçalves, Leandro. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

- Calil, Gilberto. *O integralismo no pós-guerra. A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- Câmara Cascudo, Luiz de. “Que quer dizer Anauê?”. *Ananê!*, Rio de Janeiro, Nº12, setembro 1936, 29-30.
- Chor Maio, Marcos. *Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento antissemita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- Connell, Raewyn. *Gender and Power: society, the person and the sexual politics*. Standford: Standford University Press, 1987.
- Cytrynowicz, Roney. “Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930”. Dissertação, São Paulo, USP, 1992.
- Cruz, Natalia dos Reis. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*. Tese, Rio de Janeiro, UFF, 2004.
- Felice, Renzo de. *Intervista sul fascismo*. Roma-Bari: Laterza, 1975.
- Finchelstein, Federico. *Do fascismo ao populismo na História*. São Paulo: Almedina Brasil, 2019.
- Forti, Steven. *Extrema derecha 2.0. Qué es y cómo combatirla*. Madrid: Siglo XXI, 2021.
- Gonçalves, Leandro Pereira. “Literatura integralista: o nacionalismo latente e o espírito imigratório de Plínio Salgado em O estrangeiro”, *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 sept. de 2008.
- Gonçalves, Leandro Pereira. “A intelectualidade integralista: nacionalismo e identidade na literatura de Plínio Salgado”, *Locus. Revista de História*, Juiz de Fora, v.15, n.º 1, 2009, 111-128.
- Gonçalves, Leandro Pereira e Pimenta, Everton. “O cristianismo de camisa-verde: as relações do integralismo com o universo religioso”. Em: Gabriela de Lima Grecco e Odilon Caldeira Neto (org.). *Autoritarismo em foco. Política, Cultura e Controle social*. Autografia: Rio de Janeiro, 2019, 251-286.
- Gonçalves, Leandro Pereira, e Dias Tanagino, Pedro Ivo. “Simbologia E sugestão: Ideal De Homem Integral.Em Protocollos E Rituaes (1937)”. *Temáticas* 20 (39) 2012. Campinas, 181-98.
- Grecco, Gabriela de Lima. *De la pluma como oficio a la pluma oficial: estado y literatura durante los nuevos estados de Getúlio Vargas y Francisco Franco (1936-1945)*. Tese, Madri, Universidad Autónoma de Madrid, 2017.
- Grecco, Gabriela de Lima. “El fascismo tropical: literatura y Ação Integralista Brasileira”. *Ayer*, nº.111, 2018, 253-282.
- Grecco, Gabriela de Lima. *Literary Censorship in Francisco Franco’s Spain and Getulio Vargas’ Brazil, 1936-1945. Burning Books, Awarding Writers*. Brighton: Sussex Academic Press, 2020.
- Griffin, Roger. *International Fascism: Theories, Causes and the New Consensus*. Londres: Arnold, 1998.
- Griffin, Roger. *Modernismo y fascismo*. Madrid: Akal, 2010.
- Griffin, Roger. *Fascismo*. Madrid: Alianza, 2018.
- Griffin, Roger. *Fascism*. Oxford: Oxford University Press, 1995
- Griffin, Roger. Rethinking the “fascist era”: the gravitational pull of the Axis Powers on political regimes in Europe and Latin America. *Workshop Virtual Internacional: Repensando las relaciones de las dictaduras europeas y latinoamericanas en clave transnacional desde el final de la Primera Guerra Mundial hasta el final de la Guerra Fría*, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 2020.
-

- Gentile, Emilio. *Fascismo. Historia e interpretación*. Madrid: Alianza, 2002.
- Iordachi, Constantin (ed.). *Comparative fascist studies. New Perspectives*. Londres: Routledge, 2010.
- Kossling, Karin Sant Anna. “Os afrodescendentes na Ação Integralista Brasileira”. *Histórica*, São Paulo, v. 14, 2004, 19-24.
- Mello, Padre. “Conceitos integralistas”. *Anauê!*, Rio de Janeiro, Nº1, janeiro 1935.
- Morant i Ariño, Toni. “Para influir en la vida del estado futuro: dis-curso -y práctica- falangista sobre el papel de la mujer y la feminidad, 1933-1945”. *Historia y Política*, 27 (2012), 113-141.
- Nolte, Ernst. *Three faces of fascism: Action Française, Italian Fascism, National Socialism*. Nueva York; Chicago; San Francisco: Holt, Rinehart and Winston, 1966.
- Payne, Stanley. *El fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2014.
- Paxton, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- Pompeo, Antônio. *Por que sou integralista?*, São Paulo, Emp. Graph Revista dos Tribunais, 1935.
- Predebon, Gabriel. “O integralismo e a questão racial nas páginas do jornal A Marcha”. Em: Leandro Pereira Gonçalves; Renata Duarte Simões. (Org.). *Entre Tipos e Recortes: memórias da imprensa integralista*. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2019, v. 3, 249-275.
- Pujol, Comandante. “O irmão índio”. *Anauê!*, Rio de Janeiro, Nº 5, 5 de dezembro de 1935, 18-20.
- Reale, Miguel. “Nós e os fascistas da Europa”. *Panorama*, ano 1, São Paulo, junho de 1936, 11-18.
- Reale, Miguel. *Obras políticas (1 fase -1931-1937)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v1-v3, 1983.
- Rodrigues Barbosa, Jefferson. “A mulher integral terá: cérebro de homem, físico de mulher e coração de criança”. Em: *Dos papéis de Plínio: Contribuições do Arquivo de Rio Claro para a Historiografia Brasileira*. Maria Teresa de Arruda Campos, Renato Alencar Dotta (org.). Rio Claro: Oca Editora, 2013, 73-92.
- Salgado, Plínio. *A Quarta humanidade*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1934.
- Salgado, Plínio. *Despertemos a nação!*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1935.
- Secco, Lincoln. “Prólogo”. Em: GOLDSTEIN, Ariel. *Bolsonaro: La democracia de Brasil en peligro*. Buenos Aires, 2019, 1-7.
- Temelkuran, Ece. *Cómo perder un país. Los siete pasos de la democracia a la dictadura*. Barcelona: Anagrama, 2019.
- Trindade, Hélió. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de trinta*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- Trindade, Helgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.
- Velloso, Mônica Pimenta. “O modernismo e a questão nacional”. Em: Jorge Ferreora e Lucília de Almeida Neves Delgado, Lucília(org.). *O Brasil Republicano, o tempo nacional-estatismo no início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 353-385.
- Zachariah, Benjamin. A voluntary Gleichschaltung? Indian perspectives towards a non-eurocentric understanding of fascism. *The Journal of Transcultural Studies* 5 (2), 2014, 63-100.

\*\*\*

---

Recebido: 14 de março de 2022

Aprovado: 03 de maio de 2022



---

Dossiê: Fascismos, 100 anos depois

<https://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.37438>

**As relações entre os governos fascistizados de Franco e Vargas no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939)**

*Relations between the Franco and Vargas fascistized governments in the context of the Spanish Civil War (1936-1939)*

*Relaciones entre los gobiernos fascistizados de Franco y Vargas en el contexto de la Guerra Civil Española (1936-1939)*

*Eliane Venturini de Oliveira\**

<https://orcid.org/0000-0002-5644-3797>

RESUMO: Este artigo apresenta uma breve análise dos governos de Getúlio Vargas no Brasil e de Francisco Franco na Espanha - ambos com características próximas ao fascismo – e de suas relações no período da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), considerada um dos exemplos da personificação dos embates entre os grupos de esquerda e de direita de sua época. Este artigo busca demonstrar que ambos os governos podem ser classificados como “fascistizados”, ou seja, possuem características que os aproximam da definição clássica de fascismo, mas ao mesmo tempo mantêm outros aspectos que os afastam da classificação tradicional.

Palavras-chave: Fascismo. Guerra Civil Espanhola. Vargas. Franco.

ABSTRACT: This paper presents a brief analysis of Getúlio Vargas' government in Brazil and Francisco Franco's government in Spain - both bearing close resemblances to fascism – and their exchanges in the Spanish Civil War period (1936-1939), which is considered as an example of the personification of clashes between left-wing and right-wing groups of that era. This article seeks to demonstrate that both governments can be classified as "fascistized", that is, they have

---

\* Doutora em História Contemporânea pela Universitat de València/Espanha (título reconhecido no Brasil pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP). Tese de Doutorado: “Republicanos y rebeldes más allá de las fronteras: Brasil y la Guerra Civil Española”. Professora de História na rede privada de ensino. Áreas de estudo: Guerra Civil Espanhola; Era Vargas; fascismos; repressão no governo Arthur Bernardes. E-mail: venturinieliane@hotmail.com

characteristics that bring them closer to the classical definition of fascism, but at the same time maintain other aspects that keep them from the traditional classification.

Keywords: Fascism. Spanish Civil War. Vargas. Franco.

RESUMEN: Este artículo presenta un breve análisis entre los gobiernos de Getúlio Vargas en Brasil y de Francisco Franco en España, ambos con características próximas al fascismo, dentro del contexto de la Guerra Civil Española (1936-1939), considerada uno de los ejemplos de la personificación de los embates entre los grupos de izquierda y derecha de su época. Este artículo busca demostrar que ambos gobiernos pueden ser clasificados como "fascistizados", es decir, tienen características que los acercan a la definición clásica de fascismo, pero al mismo tiempo mantienen otros aspectos que los alejan de la clasificación tradicional.

Palabras clave: Fascismo. Guerra Civil Española. Vargas. Franco.

#### Como citar este artigo:

Oliveira, Eliane Venturini de. "As relações entre os governos fascistizados de Franco e Vargas no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939)". *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 223-237.

\*\*\*

A simpatia de Getúlio Vargas pelos regimes autoritários europeus nunca foi algo que tenha sido mantido sob um manto de sigilo: o mandatário brasileiro, em alguns momentos, deixou pública sua admiração por Mussolini e Hitler. Entretanto, havia um outro membro do espectro fascista europeu com o qual Vargas passou a manter uma relação bastante cordial nos anos 30: trata-se de Francisco Franco, general espanhol, chefe de uma sublevação militar que mergulharia seu país em uma guerra civil. A interação entre os governos de Francisco Franco e Getúlio Vargas durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) – considerada uma das mais emblemáticas guerras da História, por ser uma encarnação da luta ideológica entre fascismo e comunismo - nos permite avaliar como a ideologia fascista aproximou estes governos e como ambos interagem entre si.

Apesar da vitória franquista na guerra ter ocorrido somente em abril de 1939, neste estudo considera-se como início do governo franquista a data da eclosão do levante militar liderado pelo General Francisco Franco contra a Segunda República Espanhola (1931-1939) - visto que apesar de Franco não possuir representantes oficiais no Brasil durante o período da guerra, rapidamente formou-se uma representação extraoficial; esta representação estabeleceu contatos com membros do governo de Vargas tão logo o conflito se estabeleceu em terras espanholas, e atuou intensamente

para tentar conseguir que o governo brasileiro reconhecesse oficialmente o governo de Franco ainda durante o conflito.

Antes de adentrarmos nos fatos propriamente ditos ocorridos na relação entre os governos citados, faz-se necessária uma pequena análise sobre o componente ideológico que aproximou esses dois governantes; afinal, não seria possível realizar um trabalho a respeito de fascismo e fascistização sem discutir a esfera ideológica destes processos. A análise das características de um governo suscita algumas vezes acalorados debates no que diz respeito a uma possível classificação. E no que concerne aos governos contemporâneos ao fascismo italiano, estes debates geram conclusões bastante diversificadas, devido à dificuldade de se caracterizar de forma absolutamente definida até mesmo o mais explícito dos fascismos. Nas páginas seguintes, aplicaremos um conceito mais genérico – e não necessariamente simplista – sobre fascismo e fascistização para chegarmos a um denominador comum, dada a natural limitação que o tamanho de um artigo impõe.

No caso proposto, serão contextualizados dois governos que possuíam uma admiração em comum pelos fascismos: no caso do Brasil, o governo de Getúlio Vargas (que subiu ao poder com a Revolução de 1930 e foi deposto em 1945); no caso da Espanha, o governo de Francisco Franco (que foi considerado líder da sublevação militar em julho de 1936 e se manteve no poder até sua morte em 1975). Apesar das diferenças de longevidade entre ambos os regimes, será utilizado como marco temporal a Guerra Civil Espanhola, ou seja, de 17 de julho de 1936 até 1 de abril de 1939. Tal delimitação deste estudo ao período da guerra deve-se ao fato de que foi justamente neste período que o componente ideológico estava mais intenso, e que se estabeleceu um maior contato entre ambos os governos.

Como dito acima, a classificação de alguns governos muitas vezes gera pontos de discordância sobre determinados aspectos analisados. Tome-se como exemplo o próprio caso do governo de Benito Mussolini, que liderou a Itália entre 1922 e 1945. Apesar de ter sido o fundador do Partido Nacional Fascista em 1921, e de que a atuação de seu grupo tenha sido decisiva para que o movimento fascista chegasse de forma mais intensa às massas com o passar do tempo, não há entre os historiadores um consenso monolítico para a classificação até mesmo deste que é considerado o “molde mestre” para outros fascismos ao redor do mundo.

Assim, mesmo para uma análise de governos que se utilizaram apenas de acessórios fascistas (como no caso de Vargas) ou daqueles que se utilizaram dessa ideologia de forma mais explícita (como nota-se em Franco), percebe-se um leque bastante amplo de conceitualizações – com diferentes focos, e interpretando características diversas destes regimes. Desta forma, dada a

impossibilidade de abarcar todas as abordagens, o presente trabalho opta por se centrar em algumas concepções mais específicas, entendidas aqui como precisas e relevantes para o caso em tela.

Para o desenvolvimento deste raciocínio, torna-se necessária uma apresentação das características mais destacadas do governo de Vargas e de Franco, a fim de traçar um panorama dos pontos nos quais ambos se aproximam - e, conseqüentemente, aqueles nos quais se distanciam - da rotulagem de fascistas, para assim compreendermos em qual momento houve um sentimento de identidade entre esses governantes. Vejamos inicialmente o caso brasileiro: Vargas adotou um governo ditatorial a partir de novembro de 1937, com a implantação do Estado Novo. Nascia ali uma Constituição outorgada que concentraria poderes nas mãos do presidente, que se apresentava como o grande responsável pela salvação da nação, então “sob a funesta iminência da guerra civil” devido à “infiltração comunista”, conforme descrito no preâmbulo daquele documento (Brasil 1937). Apresentar-se como a solução para evitar uma suposta ameaça comunista internacional caiu como uma luva para justificar a implantação de um governo autoritário; afinal, a instrumentalização do afeto do medo para construir a imagem de um inimigo comum a fim de servir interesses autoritários é um ciclo recorrente na História Ocidental (Agamben 2003).

Entretanto, não devemos esquecer as tendências autoritárias que Vargas já havia demonstrado em anos anteriores. Como exemplo, basta lembrar que ao assumir o poder através da Revolução de 1930, Vargas não se apressou em convocar uma Assembleia Constituinte; na verdade, governou comodamente através de decretos - sem a existência de um Legislativo - durante o período do Governo Provisório (1930-1934). Sua postura mudaria somente com a pressão exercida pelos paulistas em uma revolta em 1932, quando finalmente aprovou a convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte. E ainda assim, Vargas manteve seu poder sem grandes empecilhos até a conclusão do processo da elaboração desta Constituição.

Apesar desta espécie de “ensaio” de ditadura durante o Governo Provisório, que já denotava suas fortes tendências autoritárias, a vestimenta mais explicitamente semelhante a um fascismo seria adotada a partir do golpe de 1937. A começar pelo nome dessa nova fase de seu governo: Estado Novo. Não por acaso, Vargas tomou emprestado o nome da ditadura de António de Oliveira Salazar, em Portugal, que continha fortes matizes fascistas, para deixar claro quais seriam as diretrizes adotadas a partir de então: centralização do poder com um ferrenho antiliberalismo; perseguição a opositores - especialmente os comunistas, elevados à categoria de inimigos número 1 -; censura, enfim, o combo completo de uma ditadura. Acrescente-se a isso um estilo de governo bastante personalista (Payne 1996), e o Estado Novo de Vargas se encaixaria perfeitamente na classificação de parafascista (Griffin 1995).

Contudo, há que se considerar que se nos limitarmos a analisar apenas esses pontos, veremos que não há grandes diferenças entre estas características e as que podemos encontrar nas autocracias em geral (Kogan 1974). Mesmo quando consideramos alguns matizes mais característicos do fascismo, como por exemplo o culto à figura de Vargas – exaustivamente moldado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como “pai dos pobres” –, seria mais fácil classificá-lo como um dos vários populismos de seu período do que um fascismo, devido ao seu papel de líder carismático (Entrena-Durán 1996; Alcázar 2000).

O que se apresenta como um fator dificultador da classificação de Vargas como mais um fascismo de sua época é que, da mesma maneira em que há atributos marcadamente fascistas como os citados acima, também é perceptível que alguns pontos do fascismo italiano não foram abraçados por Vargas. E, nesse quesito, os exemplos são diversos. Tomemos como base algumas das características clássicas do fascismo consideradas por Stanley G. Payne (1996): destaquemos, inicialmente, a ideologia totalitarista. Este item, tão presente nesses movimentos, não pode ser aplicado no caso brasileiro. Por mais que Vargas destacasse o nacionalismo e o patriotismo como fundamentos do Estado Novo, seu discurso e sua atuação nunca seriam próximos ao totalitarismo apregoado por Mussolini: “tudo no Estado, nada contra o Estado, e nada fora do Estado”.

Outro tópico seria a estética fascista, especialmente o uso de símbolos que identificassem o partido único no poder. Vargas não desenvolveu nada parecido ao *fascio* italiano, à suástica nazista ou até mesmo ao feixe de flechas da Falange Espanhola, o partido fascista espanhol. Aliás, sequer havia um partido único, já que com a implantação do Estado Novo em 1937 todos os partidos políticos foram extintos, inclusive a A.I.B. (Ação Integralista Brasileira) – determinação que atingiu em cheio as pretensões dos falangistas no Brasil, como veremos adiante.

Vargas também não se utilizou de milícias próprias durante o Estado Novo, como Benito Mussolini fez com os Camisas Negras italianos. Antes de seu fechamento, os camisas verdes da A.I.B. prestaram um bom serviço para Vargas em seu confronto contra os comunistas, especialmente no período da “Intentona Comunista”, o falido golpe contra Vargas liderado por Luís Carlos Prestes em 1935; posteriormente, com a proibição do partido integralista, a polícia política chefiada por Filinto Müller assumiu a função de perseguição aos opositores – o que passou a incluir a própria A.I.B., após uma tentativa de golpe de integralistas insatisfeitos contra Vargas em 1938.

E ainda com base nas características mais marcantes do fascismo, verificamos que não há em Vargas nenhuma ânsia imperialista, tão presente em Mussolini. Enquanto é possível perceber uma preocupação em ampliar as fronteiras no varguismo, trata-se especificamente das fronteiras

---

econômicas. Este caráter expansionista da economia fica claro quando Vargas anuncia seu plano “Rumo ao Oeste”, com foco em intensificar investimentos e povoamento no interior do Brasil. Neste momento, Getúlio Vargas chega a afirmar que não teria ambições sobre “um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras.” (Costa 2015).

Agora, passemos ao caso espanhol. Inicialmente, observando o conjunto de fatores ocasionado pelo regime franquista na Espanha, poderíamos pensar que o governo de Franco possuía todas as características de um Estado fascista sem que sobre isso pairassem grandes dúvidas; entretanto, o estudo sobre esse período também nos leva a alguns entraves para sua classificação.

Francisco Franco Bahamonde (1872-1975) foi o responsável pelo levante militar contra a Segunda República Espanhola (1931-1939) que deu início a uma sangrenta guerra civil em julho de 1936. O governo republicano representava os interesses de boa parte da esquerda espanhola e Franco se tornou o baluarte da direita tradicional, apoiado pelos monarquistas, pela Igreja Católica e pelos fascistas espanhóis – sendo estes últimos também conhecidos como a Falange Espanhola. Uma vez iniciados os conflitos, Franco buscou apoio em Mussolini e Hitler, que enviaram tropas e equipamentos para ajudar na luta contra o inimigo em comum: o comunismo. A identificação do ‘caudilho’ espanhol com a ideologia de seus aliados foi além de uma simples simpatia: Franco incorporou em seu governo – mesmo antes de sua vitória na guerra – vários pontos que o identificariam com o fascismo, além do anticomunismo. Talvez o mais emblemático destes paralelos seja a instituição, em abril de 1937, de um partido único: a Falange Espanhola Tradicionalista e das Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (*FET y de las JONS*), que englobava fascistas e demais grupos que apoiaram a sublevação militar. Essa fusão, ocorrida de forma verticalizada, fez com que falangistas e tradicionalistas tivessem que se adaptar à nova realidade imposta pelo ‘caudilho’, superando algumas divergências internas, mas visando o objetivo de se constituírem como um dos pilares na construção do Estado franquista (Peñalba-Sotorrió 2022).

O partido original, a Falange Espanhola, havia sido fundado em 1933 por José Antonio Primo de Rivera, e ao longo do tempo uniu-se a outros grupos de extrema direita. Os falangistas não eram um grupo muito numeroso antes da guerra: entretanto, ao iniciar o conflito, o alistamento em suas milícias cresceu de forma significativa, visto que muitos espanhóis se identificaram com o anticomunismo apregoado pelo partido. A prisão e posterior execução de Primo de Rivera pelos republicanos, permitiu que Franco se tornasse o novo líder do movimento e que passasse a utilizar as milícias falangistas como um braço armado na guerra civil (Thomàs 2001).

---



A vitória na Guerra Civil Espanhola em 1939 consolidou no governo de Franco muitas das características clássicas fascistas, além da concentração de poderes e partido único citados acima: perseguição contumaz contra os inimigos, censura, a glorificação de um passado imperialista e culto ao líder. Contudo, assim como em Vargas, há em Franco algumas características que o afastam do rótulo de fascista.

Primeiramente, o envolvimento de Franco com a Igreja Católica não encontra similaridade nos regimes fascistas de sua época, salvo se realizada uma vaga comparação com o salazarismo em Portugal (Riquer 2021). A luta contra os comunistas - ou qualquer outra derivação ideológica de esquerda - foi assimilada por Franco como uma nova cruzada contra os infiéis, ressuscitando um espírito de defesa do Cristianismo como havia ocorrido no século XV nas lutas dos Reis Católicos; desta vez, o inimigo não seriam os muçulmanos, mas o ateísmo comunista – novamente em um processo histórico de exaltação do medo e de uma vaga ideia de “segurança” a fim de servir a interesses políticos. Devido a essa exaltação religiosa, o franquismo poderia ser classificado como um estado católico (Andrés-Gallego 1997).

Outra organização que obteve um papel muito mais destacado no governo franquista do que em outros governos de sua época foi o Exército. No caso, esse destaque não seria apenas por conta de um ideal de expansionismo como ocorreu no nazismo. Franco era um militar que saiu vitorioso de uma guerra civil, e que elevou o Exército à categoria de pilar do regime franquista: os cargos em seu governo, em diferentes setores e em diversos escalões, chegaram a ser ocupados por militares em 45% do total, superando até mesmo o número de cargos atribuídos aos falangistas (Riquer 2021).

A conceptualização do franquismo é mais complexa do que o varguismo por questões inclusive temporais: afinal, Franco se manteve no poder por quase quarenta anos, e durante esse longo período seus objetivos e características ideológicas se modificaram em alguns pontos, em maior ou menor medida. Uma exemplificação desse caso se dá durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A destruição causada pela guerra civil impediu que a Espanha lutasse de forma efetiva ao lado do Eixo, mas sem deixar de ajudar aos antigos aliados: nesse período, podem ser observadas medidas tais como o fechamento de fronteiras, o envio de matéria prima para a fabricação de armas ou a criação de um grupo de voluntários para lutar na frente oriental, a Divisão Azul (Egido León 2005). Mas aos primeiros sinais de que seus antigos aliados poderiam perder a guerra, a essência fascista do regime franquista foi amenizada – inclusive afastando do primeiro escalão alguns líderes falangistas mais destacados, como forma de manter sua sobrevivência após o conflito (Moradiellos 2011).

Quando colocamos lado a lado o franquismo e o varguismo, podemos destacar entre ambos alguns aspectos mais marcantes de diferenciação. Como exposto anteriormente, de forma diversa a Franco, não há em Vargas uma exaltação ao Exército de forma extensiva; nem há em seu *staff* um número tão expressivo de militares como no caso espanhol. Outro ponto de divergência entre os dois líderes seria quanto à sua proximidade com a Igreja Católica. Franco adotou o título de *Cruzado de la fe de Cristo* e elevou o catolicismo a um nível onde Estado e religião eram profundamente próximos, como já vimos. No caso de Vargas, um positivista, é nítido que sua aproximação à Igreja Católica se trata muito mais de uma manobra política para abarcar um grupo influente na sociedade do que um interesse genuíno baseado em suas crenças e convicções pessoais.

Vale ressaltar também outros aspectos semelhantes entre os dois líderes: antes de ascender ao poder, nenhum deles fazia parte de um movimento partidário nacionalmente organizado. Franco não estava engajado no falangismo; Vargas tampouco se declarou oficialmente apoiador dos integralistas. Mas havia em ambos uma preocupação com a unidade nacional: no caso espanhol, as tentativas de separatismos regionais eram mais acentuadas, devido ao histórico de um país forjado em um crisol de várias culturas e línguas. Para garantir o ideal de unidade, as línguas regionais não castelhanas (basco, catalão, galego, etc.), ao final da guerra, foram proibidas e até mesmo perseguidas (Doppelbauer 2008).

No caso brasileiro, Vargas já havia enfrentado uma revolução em São Paulo em 1932 e ainda receava o poder das oligarquias locais, que haviam gradualmente perdido seu prestígio político desde a Revolução de 1930. Para simbolizar a unidade política, determinou-se o uso da bandeira nacional como única; houve uma cerimônia onde as bandeiras estaduais foram queimadas em praça pública em uma pira, para representar a unificação da nação sob a tutela do Estado (Oliveira 1986).

Pode-se verificar, após esta breve, porém necessária, comparação entre os dois governos, que de fato existem características que os aproximam do fascismo, mas também há peculiaridades que não podem ser ignoradas. Considerando todos os argumentos expostos acima, conclui-se que a classificação de fascistizado, e não fascista, é a que melhor se enquadra em ambos os casos. Segundo Ismael Saz (2004), “(...) a característica fundamental de um regime fascistizado é [...] sua capacidade para combinar certos elementos da rigidez própria dos fascismos com a versatilidade e capacidade de manobra dos não fascistas.”

Saz (2004) descreve a fascistização como um processo no qual a direita clássica (reacionária, conservadora, radical ou mesmo liberal) adota uma série de elementos cuja funcionalidade é claramente imputável ao fascismo, resultando em um processo dialético no qual não se obtém um

---

fascismo *stricto sensu* – mas, ainda assim, uma direita diferente daquela que existia antes desta confrontação com o fascismo. Ainda de acordo com este historiador, os regimes fascistizados do período estudado sintetizaram duas correntes do nacionalismo antiliberal do século passado: uma corrente que defendia um nacionalismo reacionário, e a do fascismo propriamente dito (Saz 2001).

O ponto que melhor sintonizaria essas duas ditaduras seria o anticomunismo. E, neste caso, uma guerra civil ocorrida em terras espanholas, com um profundo aspecto ideológico, serviria como um fator a mais para a aproximação entre Vargas e Franco. A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) teve suas origens ligadas a conflitos internos na Espanha que remontam a tempos muito anteriores à eclosão da guerra. Desde o século XIX, já existiam confrontos entre os interesses das classes abastadas (especialmente a oligarquia latifundiária, industriais e banqueiros) e conservadoras (Igreja, Exército e monarquistas) contra as reivindicações de operários e camponeses. Ao longo daquele período, tentativas de reformas sociais ou econômicas foram duramente reprimidas (Preston 2011).

Em 1931, nas eleições municipais, os grupos republicanos venceram a maioria dos pleitos, demonstrando a insatisfação de boa parte da população contra a monarquia, que vinha sofrendo com crises econômicas e políticas há algum tempo. O rei Alfonso XIII decidiu então abdicar do trono e partir para o exílio, atendendo às manifestações populares. O governo foi ocupado pelo grupo vencedor, que a partir dali instaurou a Segunda República Espanhola (visto que o país já havia vivido uma experiência republicana entre 1873 e 1874).

O governo republicano, através de uma nova Constituição promulgada em 1931, determinava mudanças que atingiam em cheio os grupos conservadores e as elites: laicização do Estado, reforma agrária, diminuição no efetivo do Exército, reforma educacional, dentre outros pontos relevantes que desagradaram a ala conservadora. Em 1933, grupos conservadores venceram as eleições e paralisaram as reformas. O período desse governo, entre o final de 1933 e início de 1936 seria designado pela esquerda como “biênio negro”, pois foram adotadas várias medidas para retroceder nos avanços sociais e políticos (Jackson 1999).

Em 1934, alguns grupos de esquerda se coordenaram para derrubar o governo e instaurar definitivamente um regime socialista. Assim, em Astúrias, localizada no norte do país, inicia-se um levante protagonizado pelos mineiros da região, juntamente com o operariado local. Os revoltosos conseguiram dominar algumas cidades, mas foram duramente reprimidos pelo governo; estima-se que mais de mil pessoas morreram nos conflitos (Preston 2011).

Neste clima de tensão, os espanhóis tentavam levar a vida adiante. Nas eleições de 1936, a coalisão de partidos de direita, chamada CEDA (*Confederación Española de Derechas Autónomas*) perdeu

para a coalisão de esquerdas, chamada Frente Popular. E essa nova reviravolta na política iria acirrar ainda mais os ânimos e fomentar os desejos da direita de retomar o poder. A polarização política dos espanhóis chegou a um grau bastante elevado, o que provocou muitos enfrentamentos violentos entre os populares que defendiam um ou outro grupo. O assassinato de Calvo Sotelo, um político reacionário, foi a gota d'água que faltava para o levante militar que já vinha sendo arquitetado. Assim, em 17 de julho de 1936, o general Francisco Franco iniciaria uma revolta militar, que levaria a Espanha a uma sangrenta guerra civil que dividiria o país entre “republicanos” e “nacionais”. A guerra duraria até 1 de abril de 1939, momento no qual finalmente os conflitos cessaram e Franco tomou definitivamente o poder, ali permanecendo até sua morte em 1975.

Durante a guerra e todo o seu posterior governo, Franco faria de sua luta uma cruzada contra o comunismo, e foi nesse ponto que os ideais entre ele e Vargas mais se aproximaram (como exposto anteriormente). Vargas já havia experimentado confrontos efetivos com os ideais comunistas desde a criação da ANL (Aliança Nacional Libertadora), fundada em março de 1935. A ANL foi inspirada nas frentes populares que surgiram na Europa para tentar frear o crescimento dos grupos fascistas (Pandolfi 2004), assim como aconteceu com a Frente Popular na Espanha. Com a tentativa de golpe comunista ao final de 1935, a perseguição aos comunistas no Brasil se tornou a pauta do dia do governo, sendo um dos motivadores para a implantação do Estado Novo em 1937.

Apesar dessa identificação ideológica entre ambos os governos, não houve da parte de Vargas nenhuma pressa em reconhecer a beligerância que ocorria em terras espanholas; contudo, tampouco houve ansiedade para declarar uma posição de neutralidade. O Ministro de Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, chegou a orientar Vargas para que declarasse oficialmente a neutralidade do Brasil no caso da Guerra Civil Espanhola, mas o presidente recusou este posicionamento. Sobre isso, deixou registrado em seu diário, cerca de um mês após o início do conflito espanhol: “É uma questão de política interna da Espanha que só a esta cabe intervir, não nos competindo opinar no assunto sobre o qual ninguém nos consultou.” (Vargas 1995).

Tal atitude de Vargas reflete bem o pragmatismo adotado em seu governo no que concernia à política externa brasileira; tanto que essa atitude se repetiria posteriormente na eclosão da Segunda Guerra Mundial, quando adiaria ao máximo um posicionamento oficial do Brasil em relação ao conflito. Mas a prudência de Vargas quanto a um reconhecimento ou não do conflito espanhol tinha um motivo bastante considerável: o posicionamento dos Estados Unidos. Naquele período, a política externa brasileira se encontrava mais voltada para o continente americano do que para o europeu, e Vargas não queria se antecipar – tomando, portanto, uma atitude reticente frente ao

---

reconhecimento do conflito na Espanha. Mas esse episódio requereu uma certa paciência por parte da chancelaria brasileira, pois os Estados Unidos aprovariam uma lei nesse sentido somente em abril de 1937. Atento ao que acontecia na Guerra Civil Espanhola, o Congresso dos Estados Unidos aprovaria nova Lei de Neutralidade que dava ao chefe do Executivo poderes para obstaculizar a venda de material bélico a qualquer país em estado de beligerância ou então envolvidos em guerras civis (Bosch 2013).

Entretanto, o fato de aguardar um posicionamento oficial dos Estados Unidos para se pronunciar publicamente sobre a guerra espanhola não impediu Vargas de atuar extraoficialmente no caso. Em outubro de 1936, Franco enviou uma carta a Vargas diretamente de Salamanca (sede de seu quartel general) agradecendo-lhe o envio de café e açúcar para as tropas que estavam lutando contra as “hordas marxistas”. Afirmava que a Espanha estava ligada ao Brasil por “vínculos espirituais e afetivos”. E dizia ainda que, atendendo ao pedido de Vargas, a doação seria mantida “dentro da mais estrita reserva” (Venturini 2016).

Curiosamente, Vargas também enviou donativos de café para a Segunda República Espanhola (Venturini 2016), então governada por Francisco Largo Caballero, fazendo jus ao seu pragmatismo. Apesar do gesto solidário aos republicanos, Vargas manteria sua postura de apoio velado ao grupo de Franco, os ‘nacionais’. No Brasil havia núcleos de imigrantes espanhóis espalhados por praticamente todo o território (Llordén Miñambres 1992), e onde seguramente reverberaria, em maior ou menor grau, a polarização política que acontecia na Espanha. Antevendo-se a este fato, o governo brasileiro controlaria as informações vindas daquele país, e essa censura seria ainda mais intensa a partir da implantação do Estado Novo. O poeta Carlos Drummond de Andrade, apesar do controle oficial, conseguiu publicar um poema chamado “Notícias de Espanha”, onde criticava a falta de notícias sobre o conflito (Meihy 1996).

As relações diplomáticas entre os dois países não eram de grande profundidade naquele período, sendo mais fundamentadas em laços históricos e culturais do que em interesses econômicos ou estratégicos (Souza 2009). A representação diplomática da Espanha no Brasil havia sido elevada à categoria de embaixada somente em 1933, durante o governo da Segunda República Espanhola. Ademais, o número de diplomatas era reduzido – reflexo do controle de gastos do governo espanhol na época (Tabanera 1988). Apesar da existência da embaixada oficial da Espanha no Rio de Janeiro, Vargas facilitaria a atuação dos representantes extraoficiais do governo franquista no Brasil. Quando a guerra civil começou, o corpo diplomático espanhol presente nos países sul-americanos se dividiu, e os que eram favoráveis aos ‘nacionais’ implantaram representações que não eram oficialmente reconhecidas pelos governos locais (Tabanera 1996), processo que se repetiu

---

no Brasil. Apesar da ilegalidade, esses representantes não tiveram dificuldades em ter acesso às autoridades brasileiras e, com a anuência das mesmas, promoviam *meetings* em apoio à causa franquista e até mesmo arrecadação de donativos. Por outro lado, os representantes oficiais do governo espanhol relataram diversas dificuldades em efetuar as mesmas ações, já que não encontraram nas autoridades brasileiras a mesma disposição e facilidades que estas apresentavam para seus adversários (Venturini 2016).

Também o partido fascista espanhol, a Falange Espanhola, pôde contar com a colaboração das autoridades brasileiras para atuar no país em sua busca por simpatizantes ao bando nacional entre os membros da comunidade espanhola e entre brasileiros. A Falange conseguiu instalar representações no Rio de Janeiro, São Paulo e em algumas cidades no Rio Grande do Sul, mas tiveram pouco tempo para atuar de forma efetiva.

Em abril de 1938, como continuidade da medida de extinção dos partidos políticos no Brasil quando da implantação do Estado Novo, Vargas proibiu os partidos políticos estrangeiros, o que estrangulou a atividade política falangista. Entretanto, durante o período em que o partido esteve atuante, os registros das atividades dos falangistas comprovam que estes obtinham facilidades do governo brasileiro (Venturini 2006), o que demonstra que Vargas não manteve uma neutralidade tão efetiva quanto apregoava.

Os conflitos dentro do território espanhol encerraram-se oficialmente no dia 1º de abril de 1939. Poucos meses antes, a derrota dos republicanos já era evidente. Assim, mesmo antes do encerramento oficial do conflito, muitos países já vinham gradativamente reconhecendo Franco como vencedor da guerra. Em março do mesmo ano, o Brasil reconheceu o Governo Nacional de Espanha como o representante legítimo do povo espanhol.

Neste episódio, mais uma vez, Vargas não deixou de lado sua política exterior, sempre atento aos movimentos dos demais países - especialmente no caso do Estados Unidos. O Brasil reconheceu oficialmente o governo franquista poucos dias antes dos estadunidenses, mas somente depois da França e da Inglaterra. Portugal, governado por Salazar, já havia reconhecido o Governo de Burgos (sede administrativa do governo de Franco) como vencedor da contenda desde maio de 1938 (Gómez de las Heras 1992).

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, Vargas teve que adotar a estratégia política de conter sua simpatia em relação aos governos autoritários europeus, especialmente depois de sua aproximação em relação aos Estados Unidos e devido à participação direta do Brasil no conflito, com o envio de tropas da Força Expedicionária Brasileira em 1944. Em 1945 Vargas foi retirado do poder, mas voltaria em 1951 através de eleições - e desta vez as características



democráticas de seu governo seriam exaltadas, em uma tentativa de apagar o passado ditatorial. Mas mesmo com essa nova roupagem, algumas simpatias com o autoritarismo não se esvaíram do varguismo. Em junho de 1952, o general Francisco Franco condecorou Vargas com o colar da Ordem de Isabel a Católica, uma das mais importantes homenagens do governo espanhol (Nieto Sánchez 2015). No decreto citado, Franco justificaria a homenagem ao presidente brasileiro como “prova de apreço”.

Os dois governos manteriam relações amistosas, até que o suicídio de Vargas interrompesse essa trajetória. As relações entre Brasil e Espanha, além de aspectos culturais e econômicos, também ficaram marcadas por proximidades ideológicas em um período no qual os extremismos eram intensos. Repensar essa proximidade quando o fascismo completa cem anos de sua mais famosa implantação - a Marcha sobre Roma - é fundamental para mergulharmos um pouco mais nos fatores que levaram esses dois governantes a se sintonizarem mutuamente, apesar de suas diferenças.

## Referências bibliográficas

Agamben, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Alcázar, Joan del (et al.). *Història Contemporània d'Amèrica*. Valencia: Ed. UIB, 2000.

Andrés-Gallego, José. *¿Fascismo o Estado católico? Ideología, religión y censura en la España de Franco (1937-1941)*. Madrid: Ediciones Encuentro, 1997.

Bosch, Aurora. “Entre la democracia y la neutralidad: Estados Unidos ante la Guerra Civil española”. *Revista Ayer*, 2, n. 90 (2013).

B.O.E. 1952. “Boletín Oficial del Estado”. [https://www.boe.es/diario\\_gazeta/comun/pdf.php?p=1952/06/30/pdfs/BOE-1952-182.pdf](https://www.boe.es/diario_gazeta/comun/pdf.php?p=1952/06/30/pdfs/BOE-1952-182.pdf)

Brasil. 1937. “Constituição dos Estados Unidos do Brasil”. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)

Costa, Julio Cesar Zorzenon. “Deslocamentos Populacionais no Primeiro Governo Vargas: Nacionalismo e Intervencionismo Estatal”. *Congresso Brasileiro de História Econômica*, volume 11. 2015.

CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas). 1936. “Carta de Francisco Franco a Getúlio Vargas agradecendo o envio de sacas de café e de açúcar para suas tropas (Vol. XXIV/44). Salamanca, 26/outubro/1936”. <https://docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/7898>

Doppelbauer, Max. “La Constitución y las lenguas españolas”. In: DOPPELBAUER, Max; Cichon, Peter (eds.). *La España multilingüe. Lenguas y políticas lingüísticas de España*. Viena: Praesens Verlag (2008): 21-30.

Egido León, Ángeles. “Franco y la Segunda Guerra Mundial. Una neutralidad comprometida”. *Ayer* (2005): 103-124.

Entrena-Durán, Francisco. “Los populismos y la formación del Estado-nación em América Latina”. *Anuario de Estudios Americanos*. Tomo LIII-1. Sevilla (1996): 101-121 <https://doi.org/10.3989/aeamer.1996.v53.i1.434>

Gómez de las Heras Hernández, Soledad. “Portugal ante la Guerra Civil Española. *Espacio, Tiempo y Forma*, serie V, Hª Contemporánea, tomo V, 1992. <https://doi.org/10.5944/etfv.5.1992.2759>

Griffin, Roger. *Fascism*. Oxford: University Press, 1995.

Jackson, Gabriel. *La República Española y la Guerra Civil*. Barcelona: Ed. Crítica, 1999.

Kogan, N. “El fascismo como sistema político”. Em S. J. Woolf *La naturaleza del fascismo*. México, DF: Editorial Grijalbo, 1974, 17-24. <https://doi.org/10.1108/eb022358>

Llordén Miñambres, Moisés. “Las asociaciones españolas de emigrantes”. Em *Arte, cultura y sociedad en la emigración española a América*, María Cruz Morales Saro, y Moisés Llordén Miñambres (eds). Oviedo: Universidad, 1992.

Meihi, José Carlos Sebe Bom e Claudio Bertolli Filho. *A Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

Moradiellos, Enrique G. *El Franquismo (1936-1975): Cuarenta años de la historia de España*. Colección Conferencias e cuadernos, no. 7. Llerena: Sociedad Extremeña de Historia, 2011.

Nieto Sánchez, Carlos. “Ante una Efeméride: El Bicentenario de la Fundación de la Orden de Isabel La Católica”. *Hidalguía*. Año LXI 2015. Núm. 369. P. 445. P. 433-448.

Oliven, Ruben George. “O nacional e o regional na construção da identidade brasileira.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 1.2 (1986): 68-74.

Pandolfi, Dulce Chaves. “A Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935.” (2004). [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11976/2/Dulce%20Chaves%20Pandolfi%20-%20A%20Alian%C3%A7a%20Nacional%20Libertadora%20e%20a%20Revolta%20Comunista%20de%201935\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11976/2/Dulce%20Chaves%20Pandolfi%20-%20A%20Alian%C3%A7a%20Nacional%20Libertadora%20e%20a%20Revolta%20Comunista%20de%201935_P.pdf)

Payne, Stanley G. *El Fascismo*. Barcelona: Ediciones Altaya, 1996.

Peñalba-Sotorrío, Mercedes. “FET y de las JONS como fuente de disenso en el Franquismo a la luz del concepto Resistenz”. *Ayer. Revista de Historia Contemporánea* 126 (2022): 1-28. <https://doi.org/10.55509/ayer/814>

Perfecto García, Miguel Ángel. “El nacionalismo franquista. Catolicismo, antiliberalismo, fascismo”. *Cliocanarias*, n. 3 (2021): 1-43. <https://doi.org/10.53335/cliocanarias.2021.3.09>

Preston, Paul. *El holocausto español: odio y exterminio en la Guerra Civil y después*. Barcelona: Ed. Debate, 2011.

Preston, Paul. *La Guerra Civil española: reacción, revolución y venganza*. Barcelona: Debolsillo Ed., 2011.

Riquer, Borja de. “La dictadura de Franco”. Em FONTANA, Josep e VILLARES, Ramón (dir.). *Historia de España*, vol. 9. Barcelona: Ed. Planeta, 2021.

Rosenfield, Luis e Alberto Vespasiani. “‘Fascismo tropicale’, ovvero la recezione della dottrina fascista italiana nel Brasile dell’Estado Novo di Vargas”. In: BIROCCHI, Italo et al. *La Costruzione Della ‘Legalità’ Fascista Negli Anni Trenta*. Revista *La Cultura Giuridica. Testi di Scienza, Teoria e Storia del Diritto*, n. 9 (2020): 449-461.

Saz, Ismael. *Fascismo y Franquismo*. Valencia: Ed. Universitat de València, 2004.

---

Saz, Ismael. “Franco, ¿caudillo fascista?. Sobre las sucesivas y contradictorias concepciones falangistas del caudillaje franquista”. *Historia y Política*. núm. 27. Madrid: Ed. Universidad Complutense de Madrid, 2012, p. 27-50.

Saz, Ismael. “Paradojas de la historia, paradojas de la historiografía. Las peripecias del fascismo español”. *Hispania*, 61(207). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), 2001, p. 143–176.

Saz, Ismael. *Mussolini contra la II República*. Valencia: Eds. Alfons El Magnànim, 1986, p. 138-145.

Souza, Ismara Izepe de. 2009. *Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960)*. 2009. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Tabanera, Nuria. “Ilusiones y desencuentros: la acción diplomática republicana en Hispanoamérica (1931-1939)”. Madrid: Fundación Centro Español de Estudios de América Latina/CEDEAL, 1996.

Tabanera, Nuria. “Las dotaciones presupuestarias de la Segunda República española para el servicio diplomático en Hispanoamérica, 1931-36: embajadas, legaciones y consulados”. *Quinto centenario*, n. 14 (1988): 105-118.

Thomàs, Joan Maria. *La Falange de Franco. El proyecto fascista del Régimen*. Barcelona: Plaza & Janés Ed., 2001.

Vargas, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

Venturini, Eliane. “Republicanos y rebeldes más allá de las fronteras: Brasil y la Guerra Civil Española”. Tese de doutorado. Valencia. Universitat de València, 2016.

Venturini, Eliane. “Falange Espanhola no Brasil”. *Revista Ponto De Vista*, vol. 3, nº 1 (2006): 55-62.

\*\*\*

Recebido: 14 de abril de 2022

Aprovado: 30 de junho de 2022

---

Dossiê: Fascismo, 100 anos depois

<https://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.37944>

***Sensibilidades estéticas, regeneración nacional y virilidad: sobre la mirada falangista de posguerra al fin de siglo***

**Sensibilidades estéticas, regeneração nacional e virilidade: sobre a visão falangista do pós-guerra no final do século**

***Aesthetic sensibilities, National Regeneration and virility: on the postwar falangist look to the Fin-de-Siècle***

Zira Box\*

<https://orcid.org/0000-0002-9140-1015>

RESUMEN: El presente artículo parte de la dimensión regeneracionista que, en tanto fascismo, tuvo el discurso falangista de la inmediata posguerra española para asumir que, tal y como ocurrió en otros contextos nacionales y otros discursos emergidos entre el último tercio del siglo XIX y las dos primeras décadas del siglo XX, este tuvo una dimensión de género: si bien la decadencia se pensó a partir de procesos de afeminamiento, la regeneración lo hizo articulándose con la noción de virilidad. Para el caso específico español, este texto asume que los fascistas de los años 40 se presentaron como continuadores, aunque en una versión totalitaria y antiliberal, de las corrientes regeneracionistas previas. A partir de la idea anterior, se propone la hipótesis de que la inspiración que los falangistas encontraron en quienes les habían precedido tuvo que ver con la posibilidad de interpretar en clave de regeneradora virilidad algunos de los elementos presentes en los discursos finiseculares. Simultáneamente, se sugiere la idea de que dicha mirada al fin del siglo no se basó solo en la posibilidad de elaborar una retórica nacional, sino que también se acompañó de una sensibilidad estética en la que se buscó que el contenido (la España viril) encajase con la forma (la expresión estética de la nación viril).

Palabras clave: Regeneracionismo. Fin de Siglo. Falange. Virilidad. Afeminamiento.

---

\* Doctora por la Universidad Complutense de Madrid y profesora en la Facultad de Ciencias Sociales de la Universitat de València. Entre sus últimas publicaciones destacan la coedición (junto a Ismael Saz, Toni Morant y Julián Sanz) de *Reactionary Nationalists, fascists and dictatorships. Against Democracy* (Palgrave Macmillan, 2019) y junto a César Rina *El franquismo en caleidoscopio. Perspectivas y estudios transdisciplinares en el estudio de la dictadura* (Comares, 2020). La autora participa en el proyecto «Derechas y nación en época contemporánea. Una perspectiva transnacional» (PGC2018-099956-B-I0). E-mail: zira.box@uv.es

RESUMO: Este artigo toma como ponto de partida a dimensão regeneracionista que o discurso falangista possuía. Similar a outros contextos nacionais ao longo do último terço do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX, o discurso acima mencionado tinha um caráter de gênero: a efemeridade servia para pensar a decadência e a virilidade era usada para articular a ideia de regeneração. Para o caso específico da Espanha, este artigo assume que os fascistas se apresentaram como os seguidores das tendências regeneracionistas anteriores, embora supusessem uma versão totalitária e antiliberal. A hipótese proposta é que a inspiração que o falangista encontrou em seus precursores teve a ver com a possibilidade de interpretar alguns dos elementos que os discursos Fin-de-Siècle tinham em termos de virilidade. Simultaneamente, é sugerida uma segunda hipótese: que o olhar até o final do século se baseasse também numa sensibilidade estética na qual o conteúdo (a Espanha viril) tinha que se encaixar na forma (a expressão estética sobre a nação viril).

Palavras-chave: Regeneração. Fim do século. Falange. Virilidade. Efeminação.

ABSTRACT: This article takes as a starting point the regenerationist dimension that the falangist discourse had. Similar to other national contexts throughout the last third of the 19th Century and the two first decades of 20th Century, the aforementioned discourse had a gendered character: effeminacy served to think of decadence and virility was used to articulate the idea of regeneration. For the specific case of Spain, this article assumes that the fascists presented themselves as the followers of the previous regenerationist tendencies, although they supposed a totalitarian and antiliberal version. The hypothesis proposed is that the inspiration that the falangist found in their precursors had to do with the possibility of interpreting some of the elements that the Fin-de-Siècle discourses had in terms of virility. Simultaneously, it is suggested a second hypothesis: that the look to the end of the century was also based on an aesthetic sensibility in which the content (the virile Spain) had to fit in the form (the aesthetic expression on the virile nation).

Keywords: Regenerationism. Fin-de-Siècle. Falange. Virility. Effeminacy.

### Cómo citar este artículo:

Box, Zira. “Sensibilidades estéticas, regeneración nacional y virilidad: sobre la mirada falangista de posguerra al fin de siglo”. *Locus: Revista de História*, 28, n. 2 (2022): 238-257.

\*\*\*

Hace más de tres décadas de la publicación de *The Nature of Fascism*, el libro en el que Roger Griffin proponía una definición básica de fascismo destinada a poder catalogar como movimientos y regímenes fascistas a experiencias históricas concretas más allá del caso original italiano y del ejemplo paradigmático del nazismo alemán. Como es conocido, lo que el historiador y politólogo

---

británico postulaba era la consideración del mito palingenésico de la muerte y la resurrección de la nación como el núcleo del ultranacionalismo fascista, insistiendo en la dimensión cultural e ideológica de su propuesta interpretativa. Desde entonces, el propio Griffin no ha dejado de subrayar la centralidad de la palingénesis, remarcando que uno de los éxitos más notables de su argumento ha sido su aplicación a un catálogo cada vez más amplio de casos históricos -tanto dentro de Europa como fuera de ella- en los que se ha podido comprobar la importancia que la ideología fascista concedió a la creencia en la caída como necesaria antesala de la transformación nacional (Griffin 1991, 2012, 2018; Roberts 2020).

Partiendo de la definición de Griffin, es posible considerar al fascismo, en consecuencia, como un epígono del regeneracionismo que recorrió el contexto europeo entre el último tercio del siglo XIX y el primero del siglo XX, un periodo en el que la generalizada convicción de que las naciones protagonizaban procesos de decadencia y degeneración impulsó un variado catálogo de proyectos de regeneración nacional (Pick 1996). En este sentido, el fascismo puede comprenderse como una respuesta tardía, antiliberal y antidemocrática a problemas comunes que, también a través de diferentes culturas políticas liberales, llevaban tiempo ocupando un lugar central en las disquisiciones políticas e intelectuales del periodo finisecular.

Si bien el caso del fascismo de Falange Española responde a esta misma dinámica continental, el término *regeneracionismo* cuenta con un significado concreto para el caso español: se refiere al conjunto de nombres, planteamientos, actitudes e ideas diferentes que, a lo largo del periodo iniciado en la década de 1870, agudizado y extremado con el desastre del 98 y la pérdida de las últimas colonias, y prolongado hasta las dos primeras del siglo, se centraron en el intento de encontrar el modo de reanimar el colapso que atravesaba la patria (Navarra Ordoño 2015: cap. 1; Ribas 2007: 47-58). Teniendo en cuenta que el fascismo español también se centró en el anhelo de la resurrección nacional, puede enmarcarse, por tanto, dentro de una línea de continuidad con las corrientes de pensamiento crítico previas, muchas de ellas liberales, si bien ha de entenderse, según se ha señalado, como una versión totalitaria y militarizada de ultranacionalismo.

Insertar la dimensión de género en la retórica de la decadencia y la regeneración nacional del periodo apuntado no es ninguna novedad. Tanto para el caso del contexto europeo como para el ejemplo español, diferentes trabajos han postulado que la decadencia fue interpretada en clave de afeminamiento y de debilidad -las de unas naciones que caían por falta de vigor y pulso histórico- al tiempo que los proyectos de regeneración se pensaban a partir de la recuperación de la virilidad y de los valores masculinos perdidos (Tosh 2004; Aresti 2014; Martykánová 2017). De nuevo, el

---



caso falangista puede comprenderse siguiendo esta retórica generizada, dado que la apelación a lo viril fue central en su ideología y que, en tanto fascismo, constituyó una de sus piezas nucleares.

Partiendo de lo anterior, en este texto retomo trabajos previos para asumir una definición de virilidad que la comprende como una aspiración normativa conformada como un equilibrio entre dos clases de atributos diferentes y complementarios entre sí: por un lado, valores y propiedades relativos a la fuerza, la valentía, el arrojo, el ímpetu o el movimiento propios de una ideología totalitaria y militarizada; por otro, aquellos referidos a la mesura, la contención, la compostura, el autocontrol y la austeridad de un partido encuadrado y jerárquico (Box 2019). Se trató, como se ve, de una virilidad compuesta por la potencia necesaria para unos tiempos de guerra y posguerra junto al dominio y la sobriedad propias de una organización que se consideraba representante del orden y de la civilización (Aresti 2017). En tanto modelo de normatividad, la virilidad sirvió para modelar la imagen de los sujetos, los propios falangistas, pero también para imaginar cómo entender y narrar a la nueva España fascista surgida de la guerra.<sup>1</sup> Como contramodelo frente al que configurarse, el afeminamiento se utilizó como el conjunto de valores opuestos a los atributos viriles: los de una nación que, frente a la fuerza y el movimiento, se presentaba débil, abúlica, pasiva y chata, a la par que histriónica, excesiva, superficial y frívola, alejándose de la mesura de la nación bien enmarcada. Si esta última visión ejemplificaba la decadencia que había definido a la España liberal, la virilidad era el camino de la regeneración que representaba la España fascista de posguerra.

Dado que este texto sostiene que el discurso falangista radical puede entenderse como heredero de los discursos sobre la regeneración nacional previos, siendo los propios fascistas españoles de los años 40 quienes se consideraron sus deudores y continuadores, el objetivo de este artículo es explorar de qué modo se situó la Falange ante este legado de pensamiento crítico que la había precedido y qué corrientes eligió a la hora de trazar sus filiaciones. La hipótesis que guía las próximas páginas es que esta relectura del periodo regeneracionista y, especialmente, del contexto finisecular estuvo guiada por la dimensión de género que atravesaba su proyecto de transformación nacional, eligiendo las corrientes, los autores o las sensibilidades estéticas que pudieran encajar con la idea de virilidad que articulaba su discurso nacional y desechando aquellas que pudieran ser susceptibles de expresar una imagen de la nación potencialmente afeminada. Para ello, como se verá a continuación, se llevarían a cabo resignificaciones e interpretaciones destinadas a afianzar el discurso de la regeneradora virilidad de España.

---

<sup>1</sup> La relación entre el género y la nación, incluyendo no solo a los sujetos nacionales sino a las propias ideas de nación se puede ver en Andreu 2017.

### Filiaciones falangistas y el contexto finisecular

En 1925, la editorial valenciana Sempere publicaba el libro de Melchor Fernández Almagro *Vida y obra de Ángel Ganivet*. En él, el escritor explicaba el error que suponía incluir a la denominada generación del 98 dentro de la corriente regeneracionista. Estos últimos -Joaquín Costa, Macías Picavea, Damián Isern, Luis Morote o Enrique Madrazo-, proseguía Almagro, eran arbitristas y sociólogos del desastre, mientras que los escritores Ganivet, Unamuno, Azorín o Baroja habían sido intelectuales. “La reacción contra la España imperante a la hora decisiva del desastre no es suficiente para dar unidad a los dos bandos a que aludo”, explicaba Fernández Almagro, porque a unos y otros les separaban intenciones, métodos, gustos literarios e incluso formas de carácter: los primeros, los regeneracionistas, citaban leyes y aducían números, recurrían a la ciencia racional y buscaban hechos al rastrear la Historia; los segundos, los noventayochistas, tenían la intuición como instrumento y la crítica como propósito, pretendían encender ideales y se servían del pasado para buscar en él el alma de la patria (Fernández Almagro 1952: 193).

Las consideraciones de Fernández Almagro no cayeron en saco roto; casi dos décadas después, servían de inspiración a Pedro Laín Entralgo, médico, notable intelectual falangista y estrechamente relacionado con la Sección de Prensa y Propaganda de Falange durante la guerra civil, para sus prolongados estudios sobre la generación del 98 y la España finisecular. A ellas, el destacado falangista sumaba un apunte de su ilustre colega de formación, Santiago Ramón y Cajal, extraído del texto autobiográfico que el eminente doctor había publicado en 1923 y en el que, rememorando los años del Desastre, había diferenciado a los distintos grupos que se habían dado cita en el común impacto causado por la pérdida de las últimas colonias. Coincidiendo con lo que, dos años después, señalaría Fernández Almagro, el premio nobel aludía, por un lado, a los “apóstoles” de la regeneración, esos hombres que como Costa o Macías Picavea se habían quedado con la etiqueta de regeneracionistas; por otro, se refería a la pléyade de literatos brillantes que, como Maeztu, Baroja o Azorín, conformaban la denominada Generación del 98. A ellos añadía un tercer grupo: el conjunto de jóvenes profesionales que, como él mismo, se habían visto consternados por los acontecimientos y habían notado desfallecer su voluntad, abandonando sus puestos de trabajo habituales -el laboratorio, en su caso- para saltar a la palestra política (Ramón y Cajal 2017 vol. 2: 294).

Las mencionadas observaciones, ya se ha dicho, sirvieron a Laín para establecer la distinción entre las que consideraba las tres reacciones españolas ante la ‘catástrofe’ del 98. Lo hacía tomando de Cajal, justamente, la triple distinción: por un lado, los inventores y ya denominados como “apóstoles” regeneracionistas, una generación de hombres que habían llegado a la madurez con *La*

---

---

*Gloriosa* (la revolución de 1868) y que, en 1898, sobrepasaban la cincuentena; por otro, los sabios y profesores, aquellos que, como el propio Cajal, Menéndez Pelayo o el arabista Julián Ribera, habían dejado sus dedicaciones científicas para terciar en el debate político; y, finalmente, los escritores del 98, los más jóvenes de todos, los que habían vivido los efectos del *Desastre* (la pérdida de las últimas colonias de España) en la briosa edad comprendida entre sus veinte y cinco y treinta y cinco años. Todos ellos, explicaba Laín, habían querido, más o menos deliberadamente, salir por fin de la polémica estéril y sangrienta que había supuesto el siglo XIX. Pero no todos -puntualizaba siguiendo, en este caso, a Fernández Almagro- lo habían hecho de la misma manera (Laín Entralgo 1944: 104-106, 112).

Precisamente a especificar las diferencias entre estas tres posturas marcadas por el descontento ante la patria y la búsqueda de solución dedicaría Laín no pocas páginas de sus reflexiones posteriores. Lo haría dejando traslucir sus preferencias, porque si los regeneracionistas puros resultaban al falangista demasiado prácticos, iba a ser en los noventayochistas donde encontraría la fuente de inspiración para postular su reconocida filiación. No negaba el falangista con respecto a Joaquín Costa y sus contemporáneos la “torca y ardorosa honradez de su corazón ni la justicia urgente de casi todos sus postulados económicos y sociales”. Pero el problema había residido en que, centrados exclusivamente en los problemas de la España real -instrucción pública, problemas sociales, producción agrícola...-, habían adolecido de un “hastío de Historia”. De hecho, proseguiría Laín escribiendo en un momento tardío de indudable triunfo tecnocrático y consiguiente declive falangista dentro de la dictadura, la frase “menos política y más administración” poseía ocultas raíces en la actitud inaugurada por el arbitrista regeneracionista (Laín Entralgo 1961: 175).

Diferente era, ya se ha dicho, el caso de la generación del 98 y su amor por una España distinta de la que contemplaban. Así, habían sido ellos, los finiseculares, quienes, en opinión de Laín, habían inventado el mito de la España esencializada, concibiendo a la nación como una imbricación entre paisaje y paisanaje y reivindicando -eso les diferenciaba de los apóstoles de la regeneración- el pasado nacional para poder soñar el futuro (Laín Entralgo 1948). Esta importancia histórica que concedían los noventayochistas encajaba con ese “dolor de Historia” que sentían los falangistas y desde el que se impulsaba su ímpetu de regeneración (Laín Entralgo 1943: 9). En consecuencia, si bien había toda una serie de coincidencias que vinculaban a una y otra generación -el ensalzamiento del Siglo de Oro o la idealización de Castilla, por ejemplo-, la inspiración que los falangistas radicales de posguerra encontraban en la específica postura que la generación del fin de

---

---

siglo había mantenido ante el problema de España tenía que ver -siguiendo la hipótesis aquí planteada- con la posibilidad de reformularla como argumento regenerador en clave de virilidad.

Había, a este respecto, un primer elemento aprovechable derivado de la insatisfacción que había acompañado a los finiseculares. En la introducción que Laín escribía para su libro *Sobre la cultura española. Confesiones de este tiempo*, señalaba que solo este sentimiento de descontento impulsaba a salir de uno mismo para poner “el ojo atónito sobre la realidad que le circunda”, empujando, consecuentemente, a la necesidad de mejorar. El específico dolor por España desde esta mirada insatisfecha tenía, en la interpretación que hacía el falangista, su propia genealogía y, no por casualidad, la comenzaba con los noventayochistas: obras como el *Idearium español*, de Ángel Ganivet, o *En torno al casticismo*, de Miguel de Unamuno, inauguraban el listado de referencias que proseguía con la *España invertebrada*, de José Ortega y Gasset, la *Defensa de la Hispanidad*, de Ramiro de Maeztu, o, ya llegando a los primeros fascistas españoles, con el *Genio de España*, de Ernesto Giménez Caballero, y el *Discurso a las juventudes de España*, de Ramiro Ledesma Ramos, referencias que trazaban la línea que conectaba a los falangistas de posguerra con aquellos que, desde la mirada crítica cargada de ansias de renovación, les habían precedido. Se trataba de una línea de filiación directa, porque si había sido Giménez Caballero quien, en su *Genio de España*, había establecido un explícito parentesco -el de considerarse, en cuanto que primeros fascistas en España, hijos de los del 14 y nietos de los del 98-, Laín lo retomaba afirmando la justificación que había llevado a *Gecé* (así firmaba Giménez Caballero) a establecer el mencionado vínculo: la herencia espiritual tenía que ver con el común grito que había aullado el alma nacional de todos ellos “al sentir entrar en agonía su cuerpo histórico” (Laín Entralgo 1943).

De esta profunda insatisfacción que Primo de Rivera había codificado en su conocido aserto de ‘amar a España porque no nos gusta’, el falangismo de posguerra extraía valores susceptibles de ser convertidos en virilidad regeneradora. En primer lugar, estaba la *bondura* implícita en la mirada inclemente sobre el país, porque una mirada que era intrínsecamente crítica e insatisfecha suponía *gravedad* y *profundidad*, disposiciones plenamente alejadas de una de las causas de la degeneración que había sufrido la nación con el liberalismo: la frivolidad, un valor afeminado que -así lo había señalado el mismo Franco ante quinientos jefes y oficiales del ejército reunidos tras el Desfile de la Victoria de Madrid, en mayo de 1939-, había que “derrumbar y destruir”: “hay que desterrar hasta los últimos vestigios de la frivolidad”, había dicho el *Candillo* (De la Torre 1939). Para el falangismo, había que restablecer un hondo españolismo como el que habían tenido sus predecesores, distante de cualquier forma de superficialidad propia de la España liberal y burguesa, imprudentemente optimista y confiada en lo que conformaba un *modo de ser* liberal-burgués, tal y

---

---

como explicaba José María de Areilza en el primer verano de posguerra, radicalmente contrario a Falange (De Areilza 1939).<sup>2</sup> Porque, si el partido también constituía una *manera de ser*, esta era representativa de la conciencia regeneradora de Falange: la de hacer frente a “la tarea, la labor seria, continua, fecunda y grave” destinada a superar, como se postulaba desde el diario falangista *Arriba*, al viejo “país en perpetuas vacaciones” que había sido España durante las décadas previas.<sup>3</sup> A cambio, en el horizonte falangista de lo que debía ser la nueva España, aparecía una nación cruda, acerba y grave.

La frivolidad implicaba, a su vez, no tener contención ni compostura, cayendo en la jactancia y la vanagloria en las que constituían posturas igualmente decadentes y afeminadas, alejadas del hondo españolismo regenerador que, a la sazón y de acuerdo con su gravedad, era austero y sobrio. Y es que, cuando el país había caído en vanagloria, lo había hecho en decadencia, porque la autocomplacencia se oponía a lo que se necesitaba: “silencio trabajo, obediencia, disciplina, austeridad, seriedad”,<sup>4</sup> atributos que encajaban bien con una mirada crítica desde la que se proyectaba una España transformada en su virilidad. Como simplificaba el diario de la ciudad de Guadalajara *Nueva España* coincidiendo con lo expresado desde *Arriba*, el trabajo y el silencio, piezas centrales del viril regeneracionismo falangista, contrastaban con el espíritu frívolo y banal de anteguerra (Sanz Hernández 1939).

Con todo, la gravedad y hondura, así como la austeridad y sobriedad, daban la mano a un tercer elemento susceptible de ser desarrollado en clave de regeneradora virilidad a partir de la filiación que, con los escritores e intelectuales previos, se trazaba desde la inmediatez de la posguerra: la *dificultad*, emparentada con el trabajo y defendida por un partido consciente de la hora decisiva que protagonizaba, convirtiéndose en un atributo de virilidad por oposición a la afeminada *facilidad* de las décadas previas. Que “nadie piense que ya llegó el descanso”, escribía el canario *La Falange* en su editorial escrito tras el Desfile de la Victoria de mayo en Madrid. “Queremos una España erecta y en tensión. Queremos que nuestra vida de españoles nos sea dura y difícil, porque tenemos la convicción de que la dificultad y la incomodidad es lo único fecundo”.<sup>5</sup>

Lo había sentenciado Laín en el texto antes aludido: el satisfecho no salía de sí, y solo desde la incomodidad y conciencia crítica se podía querer el cambio. Así, si de ejemplo y estímulo Falange contaba con sus predecesores, de contramodelo aparecía, de nuevo, el liberal burgués, esos

---

<sup>2</sup> El optimismo y la confianza como emociones burguesas opuestas al fascismo, en Ben-Ghiat 2001: p. 185.

<sup>3</sup> “Lecciones de sobriedad”, *Arriba*, 8 de agosto de 1939.

<sup>4</sup> “Invitación a la sobriedad en la vida pública”, *Arriba*, 4 de julio de 1939.

<sup>5</sup> “El día de la Victoria, día inicial”, *La Falange*, 22 de mayo de 1939.

“señores orondos y bien pensantes de los casinos”-,<sup>6</sup> que representaban lo acomodaticio de la buena mesa y, en lo moral, la borrachera de egoísmo e indiferencia, como se podía leer en el menorquín *Arriba España*. “La burguesía es la decadencia de la virilidad de las razas, es la negación del movimiento y de la vida, es el canto a la pereza, al enchufismo, al egoísmo comodón de la muerte lenta” (Hercilla 1939).

“Huid de lo fácil”, exhortaba Rafael Sánchez Mazas, delegado de la Falange Exterior, en su mensaje pronunciado al cumplirse el primer aniversario del golpe de estado. “El Movimiento es la antítesis del descanso”, se escribía en el diario valenciano *Levante*, y la vida de Falange, se proseguía, “no es la holgada vida entre nosotros. La nuestra es incómoda y dura, sin sosiego, eternamente inquieta”.<sup>7</sup> Una vida de milicia que convertía el regenerador descontento en clave fascista y antiliberal en impulso de transformación.

Había, por tanto, y como se ve, un ímpetu y una acción, valores viriles según se apuntó al inicio de este texto. Iba a ser precisamente a partir de esta valoración del vigor y el movimiento, fundamentales para un partido fascista como Falange, por donde el discurso radical de posguerra iba a superar a sus abuelos noventayochistas para inspirarse en la paternidad de quienes, con Ortega al frente, ansiaban regenerar al país en los albores de la Gran Guerra. Ese había sido, justamente, el límite que Laín había encontrado en los del 98, el que se hubieran quedado en una “resignación inteligente” que había desembocado en una crítica doliente, pero inmovilista, por considerar que España era incapaz de protagonizar ciertas transformaciones. A cambio, la generación de fascistas de posguerra tenía una actitud que el propio Laín definía como *total*, debiendo ser “actores apasionados” en lo que a los problemas patrios respectaba. En consecuencia, se debía huir tanto del “optimismo infinitista”, susceptible de caer en la afeminada frivolidad, como del “pesimismo predeterminista y resignado”, igualmente peligroso por desembocar en la inacción (Laín Entralgo 1941).

Era este ímpetu y acicate para la regeneración lo que los falangistas encontraban en Ortega -la historia concibiéndose como imperativo y no como contemplación, tal y como aseguraba el destacado político y escritor falangista Antonio Tovar (1941: 175)-, ese impulso que el filósofo había expuesto en su conocida conferencia sobre las dos Españas, la vieja y la nueva, pronunciada en marzo de 1914, y en la que había planteado que, frente a la España oficial de la Restauración, obstinada en prolongar los gestos de una edad fenecida, existía una España vital, capaz de inundar al país con su vigorosidad política, su curiosidad y su entusiasmo (Ortega y Gasset 2004 [1914]).

---

<sup>6</sup> “El Movimiento y el Estado”, *Arriba*, 6 de agosto de 1939.

<sup>7</sup> “Vida difícil de la Falange”, *Levante*, 30 de abril de 1939.



Había, pues, esperanza porque la nación no era una coexistencia inerte, sino un sistema dinámico que respondía al carácter imperativo, formado por una comunidad de propósitos mirando al futuro (Ortega y Gasset 2005 [1922]).

Proyecto sustantivo de vida en común, potencia capaz de nutrir e impulsar, comunidad de anhelos no para convivir juntos, sino para hacer algo en común, idea de grandes cosas para hacer... Tales eran las fórmulas que atravesaban el libro que había seducido a Giménez Caballero, la *España invertebrada*, por el que el incipiente falangismo se había declarado *hijo* del filósofo madrileño y que definían lo que para este segundo Ortega, escribiendo ya a partir de la década de los 20 y con un cariz más conservador que una década antes, eran las naciones (Zamora Bonilla 2016).

Como señaló Ismael Saz, probablemente el renombrado profesor de Filosofía fue un liberal en sentido amplio toda su vida. Pero con él culminaba uno de los posibles desarrollos del nacionalismo español, un nacionalismo no conformista que sería reinterpretado por el fascismo para radicalizar, en clave palingenésica de muerte y resurrección, el discurso de la decadencia y la regeneración patrias (Saz 2015 y 2003: 98-99; Priorelli 2020). Un nacionalismo profundo, serio, viril y combativo, formado a base de aspereza y pesar, pero también de acción, voluntad y movimiento, a los que las plumas y proclamas de los falangistas de los años 40 apelaban con fruición.

Que el Movimiento -calificado así no por casualidad<sup>8</sup> y el proyecto falangista de regeneración nacional fueran activos implicaba que podían ensamblarse con otros atributos viriles como la decisión, la fuerza o la valentía al tiempo que, simultáneamente, se superaban atributos contrarios, afeminados y decadentes como la pasividad, la tibieza o la pusilanimidad. Así se interpretaba el ímpetu revolucionario falangista, pieza central de su proyecto palingenésico, cuando se señalaba que la revolución no era apta para timoratos, pobres de espíritu ni para aquellos que no se metían nunca en nada, como explicaba el valenciano *Levante* al insistir en que la revolución necesitaba espíritus fuertes, decididos y combativos (Conde de Rivera 1939: 7). Una revolución de la que saldría una España que daría al traste con aquella aletargada, caduca y feble: la España liberal afeminada y abúlica resumida en los tibios cafés de viejos sillones de raído terciopelo en los que se hacía política de manoseados latiguillos y efectos rápidos (Esculapio 1939); una España, como explicaba Rafael Sánchez Mazas en el discurso pronunciado en Zaragoza a una semana escasa del final de la guerra, de “almas inermes y pusilánimes” (Sánchez Mazas 1939).

“La vida está en movimiento (...). Los pueblos que se mueven, que llevan en la sangre un sentido motriz y expansivo de lo histórico son los pueblos triunfantes”, escribía el radical escritor

---

<sup>8</sup> “En Movimiento”, *Arriba*, 20 de junio de 1939.

gallego Luis Moure-Mariño en *Arriba* (Moure-Mariño 1939). A cambio, los pusilánimes y la pusilanidad -otra vez se aludía a ello para concluir desde *Arriba* que lo que esto les provocaba era asco- no tendrían cabida en la nueva y viril España.<sup>9</sup> Como resumía el catalán *Solidaridad Nacional*, la vida de “masedumbre” propia del liberalismo romántico, fenecía ante “la voz potente, enérgica y viril” de la nueva España (Rodríguez García 1939).

La radical Falange de la victoria representaba, ya se ha dicho, un nacionalismo generizado, extremo y antiliberal que hundía sus raíces en las décadas previas. Con todo, los referentes que tomaban los fascistas españoles para su regeneracionismo en clave de virilidad no solo iban a servir para establecer los atributos con los que definir a la nueva España y el sentimiento crítico regenerador desde el que mirarla, sino que también lo iba a hacer para establecer una sensibilidad estética que permitiese garantizar que un contenido como el expuesto encajase con la forma y la expresión de la nación. Tal y como apuntó Ricardo Martín de la Guardia, para un partido que se reivindicaba como un modo de ser y como un movimiento concebido como poesía, forma, entraña y sentimiento, *forma* y *contenido* no se pensaban diferenciadas, sino imbricadas la una con la otra (Martín de la Guardia 2005: 170-171). De nuevo, los valores de esta virilidad asumida propia de posguerra iban a impregnar la mirada con la que los falangistas se iban a volver hacia el fin de siglo buscando una expresión nacional acorde con los atributos que caracterizaban a la patria.

### **La sensibilidad estética de la virilidad y la mirada al fin de siglo**

A finales de 1945, coincidiendo con el eclipse de la radicalidad falangista de posguerra, el prolífico Melchor Fernández Almagro publicaba en el diario falangista *Arriba* su artículo “En el fin de siglo”. El momento artístico finisecular, escribía, había sido el de una estrecha relación entre literatura y pintura, de modo que, si el 98 había producido notables escritores, también había impulsado a pintores, como al reconocido Ignacio Zuloaga o a José Gutiérrez Solana, a plasmar en lienzos su sensibilidad nacional. No habían sido los únicos, pues el tránsito del siglo XIX al XX había sido un momento en el que también habían eclosionado otras corrientes que, como la modernista, “no cabe confundirla con la del 98: contiguas pero independientes”, habida cuenta de sus claras diferencias. En el modernismo debía situarse al pintor catalán Santiago Rusiñol, amigo personal de Zuloaga, pero de diferenciado talante estético, porque si unos caminos -los del 98- iban a parar a Castilla, los otros, los modernistas, tendentes a discurrir hacia Levante y Andalucía, lo

---

<sup>9</sup> “Prudencia y pusilanidad”, *Arriba*, 12 de abril de 1940.

---

tocaban, no por casualidad, solo en un punto: en Aranjuez por sus jardines (Fernández Almagro 1945).<sup>10</sup>

Efectivamente, frente a los páramos ocres de Zuloaga o la negrura de la España pintada por Solana, el modernista Rusiñol había plasmado flores, fuentes y jardines. En sus lienzos se habían reflejado desde los valencianos jardines de Monforte o los granadinos jardines del Generalife y la Alhambra, pasando por fuentes y patios mallorquines, hasta llegar al Real Sitio de Aranjuez, ese punto castellano de las inmediaciones de Madrid a orillas del río Tajo que, constituyendo una excepción en las localizaciones habituales del pintor, no podía extrañar que, por su frondosidad y colorido, le hubiese seducido. Aranjuez, por tanto, era Castilla, pero una Castilla bien distinta de la dura, marrón e inclemente de sus coetáneos vinculados con el 98, porque si bien la España viril de los falangistas de posguerra podía reflejarse en la adustez, dureza, austeridad y aspereza que se desprendía de los trazos de Zuloaga o de Solana, el colorido y la exuberancia del catalán resultaban, tal y como escribía el crítico e historiador del arte Enrique Lafuente Ferrari, un intento de evasión por la estética que terminaba derivando “hacia lo meramente decorativo”; un tipo de arte que, a diferencia de aquel del 98, representante de un nacionalismo doliente y crítico, resultaba relativamente superficial y un poco “espuma de champagne” (Lafuente Ferrari 1948: 455).<sup>11</sup>

Lo apuntaba el jefe de propaganda de la Falange balear, Miguel Villalonga, a propósito de los almendros en flor que Rusiñol había plasmado en sus cuadros sobre Mallorca. Recurriendo a un adjetivo y un verbo plenamente alejados de los aires viriles de la victoria, para el falangista, los almendrales del catalán eran *azucarados*, produciendo en su autor *empalago*. Así, frente a los excesos y las “orgías de color” del artista, Villalonga explicaba que en Mallorca los árboles, igual que todas las cosas, eran lo que eran: “las piedras son piedras y su verticalidad expedita se lanza hacia arriba con misticismo de axioma: el camino más corto entre dos puntos es la línea recta”. Nadie entraba en Mallorca sin saber geometría, proseguía, porque, ¿acaso no se veían en ella “armados de flamígeras espadas, a los Ángeles que José Antonio viera custodiando la entrada del Paraíso?” (Villalonga 1943).

<sup>10</sup> Como se puede comprobar, Falange asumía una clara distinción entre Modernismo y Generación del 98 trazada, en buena medida, por noventayochistas como el propio Azorín. Si bien falangistas como Pedro Laín Entralgo iban a dedicar sesudas reflexiones a identificar el carácter de generación que tenían los del 98, la historiografía literaria ha matizado esta distinción desde finales de los años 60, apuntando la artificialidad de la diferenciación y reivindicando que el Modernismo fue una época, y no un movimiento, dentro del cual debe insertarse a los escritores del 98. Véase para esta problematización Gullón, 1969, 1980 y 1990; también, Mainer 1989.

<sup>11</sup> No obstante, las resignificaciones realizadas durante el franquismo para garantizar el encaje de forma y contenido también implicaron a las figuras de Zuloaga y Solana. Para Zuloaga, véase Vega 2018; para Solana, Box 2020.

---

La apelación a la rectitud y la geometría como representantes de la España viril -una rectitud que se reflejaba (de nuevo se volvía hacia allí la vista) precisamente en Castilla- había sido explicitada en la misma revista meses antes, en esta ocasión, por el abogado burgalés especializado en Derecho penal Antonio Quintano Ripollés. Recuperaba para ello a Aranjuez como ejemplo de una estética excesiva y, por tanto, contraria a la forma en la que podía encajar la nación viril, para contraponerlo al vecino El Escorial, ejemplo máximo del “linealismo”, propio de los regímenes imperiales que establecían una correspondencia estética con la “geometría angular”. Así, frente a la “valoración estética” de lo lineal, el jurista oponía “los valores decrepitos y femeniles de la curva y la voluta, de lo retorcido y de lo sinuoso” que habían triunfado en los siglos XVIII y XIX. Este había sido el contexto de la máxima decadencia occidental en los que, no por casualidad, Europa había caído en el “caos de artificiosidad exuberante”, tal y como ejemplificaban la obra cumbre del denominado II Imperio, la parisina Opera Garnier, o jardines como los de Versalles y el ya mencionado Aranjuez (Quintano Ripollés 1941). Frente a este último, El Escorial se presentaba en el discurso falangista como la prueba más clara de la “ejemplaridad española”, insobornable a lo rancio, inaccesible a la palabrería e “impenetrable a lo que no sea universalidad rectora y luminosa de España; insensible a cuanto no es total, viril y crudo” (Sánchez Mazas 1939).

Si bien la contraposición Aranjuez/Escorial funcionaba como síntesis de la sensibilidad estética falangista a través de la cual se expresaban los valores de regeneración nacional en contraste con la ampulosidad y el exceso que conducían a la decadencia, en sentido estricto, el histórico sitio de Aranjuez contaba con una historia más compleja que la que cierta parte del discurso falangista reconocía. Era cierto que el enclave era propicio para lecturas románticas que desvirilizaban a la nación. Así se demostraba, por ejemplo, en el hecho de que el poeta romántico Friedrich Schiller la hubiese inmortalizado en su exitosa obra *Don Carlos*, transmitiendo una imagen del Real Sitio no exenta de contribuir a la mirada orientalizante que viajeros posteriores, entre los que se incluiría John Borrow, construirían sobre la nación y en la que esta quedaba deformada a base de un exceso y un colorido que tan poco encajaban con la España viril de Falange (Merlos Romero 2015).<sup>12</sup> También lo era que algunos de sus más conocidos jardines, como los del Parterre, habían sido proyectados bajo el reinado de Felipe V, el rey afrancesado por excelencia, que coincidía con esa decadencia que había señalado Quintano, dando lugar a los “jardinillos recortados y espumas frívolas de fuentes paganas” de aire versallesco y como de *minuet*, propios de una España que “miraba embelesada su escote redondo en los espejos de sus estanques de Triánón”.<sup>13</sup> Una España

---

<sup>12</sup> Para la crítica falangista al discurso orientalizante, véase Box 2015.

<sup>13</sup> “A orillas del Padre Duero”, *Imperio*, 26 de junio de 1938, p. 3.

---

-ahí el gusto y la sensibilidad finiseculares se diferenciaban- que no había incomodado, más bien al contrario, al gusto modernista, tal y como podía comprobarse en la ya mencionada paleta de Rusiñol o en la pluma de destacados escritores que, como la de Juan Ramón Jiménez, se habían detenido, también, en Aranjuez (Jiménez 2008).

Había, como se ve, motivos para distanciar al sobrio e inclemente gusto viril de posguerra del ajardinado enclave a orillas del Tajo, pero también había, de ahí la complejidad antes señalada, otros acontecimientos vinculados al conjunto palaciego que lo acercaban al discurso regeneracionista falangista y a su filiación con sus reconocidos precursores. Así ocurría con el propio origen del Sitio, surgido -a pesar de las posteriores transformaciones y sus destacadas creaciones borbónicas- gracias a la iniciativa del rey áureo del imperio español, Felipe II, y a su encargo del diseño del jardín al arquitecto Juan Bautista de Toledo, sucedido tras su muerte por Juan de Herrera, artífice de El Escorial e inspiración estética para la arquitectura nacional de posguerra (Luengo Añón 2011). Y así ocurría con el reconocimiento que padres y abuelos intelectuales de los fascistas españoles -los noventayochistas y el mismo Ortega- habían mostrado a Aranjuez.

En efecto, el vínculo entre el Real Sitio y el discurso de la necesaria regeneración de España de anteguerra tenía una fecha concreta: 1913, el año en el que el poeta y escritor Juan Ramón Jiménez y el reconocido filósofo que era José Ortega y Gasset habían impulsado en los venerables jardines un homenaje al escritor finisecular José Martínez Ruiz, más conocido como Azorín. El motivo había sido el rechazo de la Real Academia Española a aceptar al escritor alicantino (Azorín) como miembro, un desplante que había motivado que un conjunto de destacados y variados escritores, artistas y pensadores -entre los que se incluían nombres tan diversos como los de Ramón Gómez de la Serna, Eugenio D'Ors, Pío Baroja o Antonio Machado, entre otros- se sumasen al homenaje organizado en Aranjuez, un acto que ha sido interpretado como la confirmación de los intelectuales como grupo de intervención en la vida nacional y del relevo dado por la generación del 98 a la generación del 14, liderada por Ortega (Juliá 2004: 163-164; Martín 2005: 87).<sup>14</sup>

La iniciativa de que la fiesta se celebrase en Aranjuez fue, no por casualidad, del modernista Juan Ramón Jiménez; en opinión de Francisco José Martín, Ortega hubiera preferido -tampoco por casualidad- El Escorial (Martín 2005). Sin embargo, la lectura que sobre los jardines palaciegos se realizaba en la conmemoración de 1913 de la mano de Azorín era sustancialmente distinta de la afrancesada, versallesca y, por ende, potencialmente afeminada que se desprendía del texto de

---

<sup>14</sup> La crónica original de la fiesta está en *Fiesta de Aranjuez en honor de Azorín*, Madrid: Publicaciones de la Residencia de Estudiantes, 1915.

Quintano Ripollés, siendo una lectura, de hecho, que contenía un discurso profundamente regeneracionista plenamente compatible con el discurso viril de posguerra.

Así lo confirmaba la elección del enclave para el pronunciamiento de los discursos, tanto los que homenajeban al curtido escritor del 98 como el que él mismo expresaba al final de la velada: el jardín de la Isla y la fuente del niño de la Espina, el jardín más clásico de todo el conjunto de Aranjuez y el mejor ejemplo de jardín renacentista, conformado a base de geometría, proporción y armonía diseñado por Herrera en tiempos de Felipe II (Luengo y Millares 1998). Y así lo confirmaba, especialmente, el discurso de Azorín, en el que exhortaba a salir de Madrid y ver “el espectáculo que nuestro país ofrece”. “Dejad atrás vuestros libros, los teatros, la charla amena en la tertulia, el paseo al anochecer por la calle reverberante de luz y bulliciosa. Olvidaos de las eternas y alucinadoras discusiones del Salón de Conferencias”, pedía el escritor, para ver “el panorama de la campiña española”, el campo desolado y casi yermo, con sus labriegos de cuerpos encorvados y cara flácidas y amarillentas, tuberculosos muertos de hambre, sin lumbre y sin pan. Ante este panorama, proseguía Azorín, el sentimiento que se apoderaba del espíritu era el de indignación y desesperanza, pero también el de la conciencia de la necesaria regeneración. “Es abatimiento y es impetuoso deseo de aniquilamiento y renovación”. Ya lo había observado el viajero veneciano Casanova de Singalt en pleno siglo XVIII tras pasar por el país: “si España recobra alguna vez su puesto en la gran familia europea, mucho tememos por ella que no sea sino a costa de una terrible conmoción”. “Solo el rayo puede despertar esos espíritus de bronce”, había escrito el italiano. Y añadía Azorín tras parafrasearle: “tal es nuestro marasmo, tal es nuestra secular inmovible inercia, que esas palabras son hoy, al cabo de más de un siglo, una abrumadora verdad”.<sup>15</sup>

Aranjuez admitía, como se ve, diferentes lecturas y una cierta polisemia. Y, si bien era cierto que construcciones como El Escorial encajaban sin fisuras con el discurso falangista de la virilidad nacional, también lo es que no era fácil desdeñar -a pesar de su potencial ambigüedad- enclaves históricos como el Real Sitio que nos ocupa. Porque por muy versallescas y distantes de la sobriedad viril que pudieran resultar ciertas partes de los jardines, un régimen profundamente historicista como el franquista y un discurso que, como el de los falangistas radicales de la inmediata posguerra, se reivindicaba continuador de una cadena de destacados y acertados críticos que, en tan patriótica tarea, les habían precedido, no podía simplemente prescindir de un sitio histórico como Aranjuez (Alares 2017). Para ello, se hacía necesario resignificarlo e insistir en su compatibilidad con el gusto

---

<sup>15</sup> Aparte de en el ya mencionado *Fiesta de Aranjuez en honor de Azorín*, el discurso puede verse en la sección de textos clásicos del dossier dedicado a la Sociología de la producción intelectual en España y Francia (1940-1990) de la revista *Sociología Histórica*, 2 (2013): 449-452.

---



viril de la victoria, destinado, según se apuntó antes, a que el *contenido* de la nación -su intrínseca virilidad- encajase con su *forma*.

A ello se dedicaba Javier de Winthuysen, renombrado paisajista, en sus reflexiones sobre los jardines españoles. Siguiendo el argumento de que estos tomaban aspectos especiales según el lugar geográfico en el que estuvieran emplazados, Winthuysen había publicado en 1930 sus *Jardines clásicos de España*, dedicando un volumen a los jardines de Castilla, dentro del cual figuraban tanto Aranjuez como El Escorial. Para el paisajista era importante diferenciar la jardinería que había impulsado la dinastía admirada por la futura dictadura, la de los Habsburgo, una jardinería renacentista iniciada con Felipe II y continuada por sus sucesores bajo la inspiración italiana y escurialense, de la estimulada por los Borbones, reyes afrancesados que habían importado el estilo del país vecino, especialmente visible en el Real Sitio de La Granja, ubicado en la provincia de Segovia. Winthuysen reconocía que estos tenían “perspectivas de indudables bellezas”. Sin embargo, explicitaba, “el ampuloso estilo de estos jardines no concuerda con el carácter español”, sino que eran los clásicos italianos y los posteriores neoclásicos los que, por su “ordenación perfecta, la sencillez y la intimidad tan de acuerdo con el espíritu de España” lo hacían. Y es que “las grandes ordenaciones y los alardes de riqueza no son propias del espíritu español”, remataba en su capítulo dedicado a Aranjuez (Winthuysen 1930: 24, 93, 58).

Insistía en los argumentos mencionados en sus intervenciones durante la inmediata posguerra. Así, desde la revista barcelonesa *Destino*, reiteraba que a lo español lo caracterizaba “el gusto sobrio”, siendo por ello que la jardinería que mejor representaba el carácter patrio era la italiana, una influencia que “en nuestros jardines se acomoda a nuestra austeridad, enemiga de la ostentación”. Entre estos vergeles de indudable gusto italiano estaba, como se ha apuntado y para que no cupiese duda con respecto a su falso afrancesamiento, Aranjuez (Winthuysen 1941).

El esfuerzo por armonizar contenido y forma permeó mucho más que la sensibilidad estética aquí apuntada. Aceptando el argumento de la apelación a la intrínseca virilidad nacional y desde la asunción de la definición aquí propuesta, es posible interpretar a través de esta perspectiva un variado conjunto de realidades que caracterizaron al primer franquismo, desde las políticas artísticas, pasando por las urbanísticas o arquitectónicas para llegar hasta la corporalidad o la gestualidad (Rosón 2013). Si bien resulta imposible abordarlas en su totalidad, el objetivo de estas páginas ha sido subrayar que el discurso de la virilidad con el que el falangismo de posguerra estructuró su retórica para la regeneración de la nación no se limitó a ser mera narrativa sobre los atributos nacionales, sino que también se acompañó de una sensibilidad estética que implicó la

---

búsqueda del encaje entre un *contenido* -el discurso de la España viril- y una *forma* -la de una nación que, en su expresión, debía responder a las características viriles-.

## Conclusiones

Efectivamente, el punto de partida de este artículo ha sido considerar al discurso falangista de posguerra sobre la nación como un discurso regeneracionista. En este sentido, de forma similar a como pasó en múltiples países en el periodo que abarca el último tercio del siglo XIX y las dos primeras décadas del siglo XX, se trató de una retórica generizada en la que la decadencia se explicó a partir de atributos de afeminamiento y pérdida de virilidad paralela a una concepción de la regeneración vinculada a la recuperación de los anhelados valores viriles.

Para ello, los falangistas radicales de los primeros años 40 se declararon continuadores de un conjunto de pensadores, escritores e intelectuales que, desde el ya mencionado periodo comprendido entre las tres últimas décadas del Ochocientos y la Gran Guerra, habían sabido mirar críticamente a la nación, buscando sin complacencias su transformación y salida del marasmo. En este sentido, la hipótesis que se ha sostenido aquí es que, en esta mirada a sus predecesores, los falangistas eligieron su declarada filiación -principalmente, con la generación del 98- por la posibilidad de interpretar en clave de virilidad algunos de sus principales legados. Para ello, no solo se buscó la construcción discursiva de la España viril, sino que en la mirada al fin de siglo que realizó la generación de fascistas vencedores en la guerra hubo, también, una sensibilidad estética que hizo que, sin excluir necesarias resignificaciones, se vinculasen con aquellas expresiones estéticas que podían encajar con las características de una España que se regeneraba a través de su virilidad.

## Referencias bibliográficas

Alares, Gustavo. *Políticas del pasado en la España franquista (1939-1964). Historia, nacionalismo y dictadura*. Madrid: Marcial Pons, 2017.

Andreu, Xavier. “El género de las naciones. Un balance y cuatro propuestas”. *Ayer*, 106 (2017), n. 2: 21-46.

Aresti, Nerea. “A la nación por la masculinidad. Una mirada de género a la crisis del 98”. En *Feminidades y masculinidades. Arquetipos y prácticas de género*, ed. Mary Nash, 47-74. Madrid: Alianza Editorial, 2014.

Aresti, Nerea. “El ‘gentleman’ y el bárbaro. Masculinidad y civilización en el nacionalismo vasco (1893-1937)”. *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 39 (2017): 83-103.

Ben-Ghiat, Ruth. *Fascist Modernities. Italy, 1922-1945*. Berkeley: University of California Press, 2001.

Box, Zira. “Anverso y reverso de la nación: el discurso de la antiespañolada durante los primeros años 40”. *Hispania*, 75, n. 249 (2015): 237-266.

- Box, Zira. “Los atributos de la nación. Género y clase en la España franquista”. En *Alianzas y propaganda durante el primer franquismo*, ed. Encarna Lemus y Manuel Peñas, 125-146. Barcelona: Ariel, 2019.
- Box, Zira. “Renegotiating the Boundaries of the Virile Nation: the *España negra* of José Gutiérrez Solana in the art exhibitions of postwar Spain (1940–45)”. *Journal of Iberian and Latin American Studies*, 26, n. 3 (2020): 253-270.
- Conde de Rivera, Luis. “Tarea”. *Levante*, 21 de julio (1939): p. 7.
- De Areilza, José María. “La trayectoria antiburguesa del fascismo”. *Arriba*, 25 de julio (1939).
- Esculapio, Martín. “Consecuencias”. *Azul*, 8 de junio (1939).
- Fernández Almagro, Melchor. “En el Fin de Siglo”. *Arriba*, 8 de noviembre (1945).
- Fernández Almagro, Melchor. *Vida y obra de Ángel Ganivet*. Madrid, Revista de Occidente: 1952.
- Fernández Almagro, Melchor. *Fiesta de Aranjuez en honor de Azorín*. Madrid: Publicaciones de la Residencia de Estudiantes, 1915.
- Griffin, Roger. “Studying Fascism in a Post-fascist Age. From New Consensus to New Wave?”. *Fascism*, 1, n. 1 (2012): 1-17.
- Griffin, Roger. *Fascism. An introduction to comparative Fascist Studies*. Oxford: Polity Press, 2018.
- Griffin, Roger. *The Nature of Fascism*. Nueva York: Palgrave, 1991.
- Gullón, Ricardo. *Direcciones del Modernismo*. Madrid: Alianza, 1990.
- Gullón, Ricardo. *El modernismo visto por los modernistas*. Barcelona: Labor, 1980.
- Gullón, Ricardo. *La invención del 98 y otros ensayos*. Madrid: Editorial Gredos, 1969.
- Hercilla, José. “Lo que debe desaparecer”. *Arriba España* (Mahón), 3 de junio (1939).
- Jiménez, Juan Ramón. “Aranjuez”. En *Viajes y sueños*, Madrid: Visor, 2008.
- Juliá, Santos. *Historias de las dos Españas*. Madrid: Taurus, 2004.
- Lafuente Ferrari, Enrique. “La pintura española y la generación del 98”. *Arbor*, 36 (1948): 449-458.
- Lafuente Ferrari, Enrique. “La pintura española y la Generación del 98”. *Arbor*, 36 (1948): 449-458.
- Lain Entralgo, Pedro. “Costa y el regeneracionismo”. *Información comercial española*, 340 (1961): 173-180.
- Lain Entralgo, Pedro. “España y la técnica”. *Escorial*, 5 (1941): 323-330.
- Lain Entralgo, Pedro. “La generación del 98 y el problema de España”. *Arbor*, 36, vol. XI (1948): 417-438.
- Lain Entralgo, Pedro. *Menéndez Pelayo. Historia de sus problemas intelectuales*. Madrid: Ediciones del Instituto de Estudios Políticos, 1944.
- Lain Entralgo, Pedro. *Sobre la cultura española. Confesiones de este tiempo*. Madrid: Editora Nacional, 1943.
- Losada de la Torre, José. “La guardia permanente no permitirá que se frustre la coyuntura”. *ABC*, 24 de mayo (1939).
-

- Luengo Añón, Ana. “Los jardines de Aranjuez”. En *Instituto de Estudios Madrileños XLI Parques y Jardines*, Madrid: CSIC, 2011, 137-150.
- Luengo, Ana y Millares, Coro. “Estudio y análisis del Jardín de la Isla de Aranjuez”. En *Felipe II, el rey íntimo. Jardín y Naturaleza en el siglo XVI*, 243-267. Madrid: Sociedad Estatal para la conmemoración de los centenarios de Felipe II y Carlos V, 1998.
- Mainer, José Carlos. *Modernismo y 98*. Barcelona: Crítica, 1989.
- Martín de la Guardia, Ricardo. “José Antonio Primo de Rivera o el estilo como idea de existencia”. En *Fascismo en España*, eds. Ferran Gallego y Francisco Morente, 163-178. Madrid: El Viejo Topo, 2005.
- Martín, Francisco José. “Introducción”. En *Fiesta de Aranjuez en honor de Azorín*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2005.
- Martykánová, Daryna. “Los pueblos viriles y el yugo del caballero español. La virilidad como problema nacional en el regeneracionismo español (1890s-1910s)”. *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 39 (2017): 19-37.
- Merlos Romero, María Magdalena. “Schiller y Aranjuez: la abstracción del paisaje”. *Anales del Instituto de Estudios Madrileños*, LV (2015): 151-176.
- Moure-Mariño, Luis. “Sedentarismo y decadencia”. *Arriba*, 26 de junio (1939).
- Navarra Ordoño, Andreu. *El regeneracionismo. La continuidad reformista*. Madrid: Cátedra, 2015.
- Ortega y Gasset, José. *España invertebrada*, Obras Completas, vol. 3, Madrid: Fundación José Ortega y Gasset, 2005 [1922], 433-473.
- Ortega y Gasset, José. *Vieja y nueva política*. En *Obras Completas*, vol. 1, Madrid: Fundación José Ortega y Gasset, 2004 [1914], 710-736.
- Pick, Daniel. *Faces of Degeneration. A European Disorder (1848-1918)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- Priorelli, Giorgia. *Italian Fascism and Spanish Falangism in Comparison. Constructing the Nation*. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.
- Quintano Ripollés, Antonio. “Coordinaciones estético-políticas”, *Vértice*, 44 (1941).
- Ramón y Cajal, Santiago. *Recuerdos de mi vida*. 2 vol. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2017 [1923].
- Ribas, Pedro. “Regeneracionismo: una relectura”. En *El regeneracionismo en España. Política, educación, ciencia, sociedad*, eds. Vicente Salavert y Manuel Suárez Cortina, 47-58. València: Publicacions de la Universitat de València, 2007.
- Roberts, David D. “Palingenesis and Totalitarianism in Roger Griffin’s interpretation of Fascism”. En *Beyond the Fascist Century. Essays in Honour of Roger Griffin*, eds. Constantin Iordachi y Aristotle Kallis, 29-50. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.
- Rodríguez García, José María. “18 de julio y las viejas escuadras”. *Solidaridad Nacional*, 18 de julio (1939).
- Rosón, María. “El álbum fotográfico del falangista. Género y memoria en la posguerra española”. *Revista de Dialectología y tradiciones populares*, 68, n. 1 (2013): 215-238.
- Sánchez Mazas, Rafael. “Herrera, viviente”. *Arriba*, 2 de julio (1939).
-

- Sánchez Mazas, Rafael. *Discurso del Sábado de Gloria. 8 de abril de 1939, Año de la Victoria*. Bilbao: Editora Nacional, 1939.
- Sanz Hernández, Álvaro. “La Victoria callada”. *Nueva España*, 18 de agosto (1939).
- Saz, Ismael. “Las raíces culturales del franquismo.” En *Historia de las culturas políticas. Del franquismo a la democracia, 1936-1975*, eds. Ismael Saz y Manuel Pérez Ledesma, 21-51. Madrid: Marcial Pons, 2015.
- Saz, Ismael. *España contra España. Los nacionalismos franquistas*. Madrid: Marcial Pons, 2003.
- Tosh, John. *Manliness and Masculinities in Nineteenth-Century Britain*. Londres: Routledge, 2004.
- Tovar, Antonio. *El Imperio de España*. Madrid: Afrodísio Aguado, 1941.
- Vega, Jesusa. “Franco, sus retratos y los años cuarenta: visitar el archivo visual”. *Hispanic Research Journal*, 19, n. 5 (2018): 513-536.
- Villalonga, Miguel. “Mallorca”. *Vértice* 66 (1943).
- Winthuysen, Xavier de. “Jardines clásicos de España”. *Destino*, 23 de agosto (1941).
- Winthuysen, Xavier de. *Jardines clásicos de España. Castilla*. Aranjuez: Ediciones Doce Calles, 1990 [1930].
- Zamora Bonilla, Javier. “El pensamiento político de José Ortega y Gasset”. En *Historia del pensamiento político español. Del Renacimiento a nuestros días*, ed. Pedro Carlos González Cuevas, 325-352. Madrid: UNED, 2016.

\*\*\*

Recebido: 23 de mayo de 2022

Aprobado: 7 de junio de 2022

---

Dossiê: Fascismos, 100 anos depois

<https://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.37488>

**Zarco Moniz Ferreira and the Portuguese radical right-wing between  
authoritarianism and democracy: a biographical approach**

*Zarco Moniz Ferreira e a direita radical portuguesa entre autoritarismo e democracia:  
uma abordagem biográfica*

*Zarco Moniz Ferreira y la derecha radical portuguesa entre el autoritarismo y la  
democracia: una aproximación biográfica*

Riccardo Marchi \*

<https://orcid.org/0000-0003-2037-7027>

Tiago Pinto \*\*

<https://orcid.org/0000-0003-4405-7394>

**SUMMARY:** In the 1960s and 1970s, Portugal witnessed a cycle of political radicalisation on the right and left, in the context of the crisis and fall of the authoritarian Salazarist regime, and the transition to democracy after the military coup of 1974. For the right wing, radicalisation was led by young university students inspired by the Portuguese nationalism of the first half of the 20th century, but also by foreign doctrines from the inter-war period, and by the neo-fascist subculture immediately after the second world war. This article explores the mobilisation of this radical subculture, with its links to the Estado Novo and the European far right, through a bibliographical appreciation of one of its best-known leaders, nationally and internationally: Zarco Moniz Ferreira. From his career as a political activist, between the end of authoritarianism and the democratic transition, a faithful picture emerges of the characteristics, dynamics, successes and failures of the mobilisation of the far-right in those troubled years of recent Portuguese history.

**Keywords:** Portuguese Radical Right. Salazarism. Nationalism. Neofascism. Colonial war. Marcelo Caetano. Portuguese New State.

---

\* Is researcher at Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) Centre for International Studies ([riccardo.marchi@iscte-iul.pt](mailto:riccardo.marchi@iscte-iul.pt)) and guest professor at Universidade Lusófona. E-mail: [riccardo.marchi@ulusofona.pt](mailto:riccardo.marchi@ulusofona.pt)

\*\* Is PhD fellow at Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centre for International Studies. E-mail: [tapbp@iscte-iul.pt](mailto:tapbp@iscte-iul.pt)



RESUMO: Nas décadas de 1960 e 1970, Portugal testemunha um ciclo de radicalização política, à direita e à esquerda, no contexto da crise e queda do regime autoritário salazarista e da transição para a democracia, após o golpe militar de 1974. Na direita, a radicalização é protagonizada também por jovens estudantes universitários inspirados pelo nacionalismo português da primeira metade do Século XX, mas também pelas doutrinas estrangeiras de entre guerras e pela subcultura neofascista do segundo pós-guerra. O artigo explora a mobilização desta subcultura radical, entre ligações ao Estado Novo e à extrema-direita europeia, através da abordagem biográfica de um dos seus líderes mais renomados a nível nacional e internacional: Zarco Moniz Ferreira. O seu percurso de vida como militante político, entre o fim do autoritarismo e a transição democrática, faz emergir eficazmente as características, as dinâmicas, os êxitos e as fragilidades da mobilização de extrema-direita naqueles anos conturbados da história contemporânea portuguesa .

PALAVRAS CHAVE: Direita Radical Portuguesa. Salazarismo. Nacionalismo. Neofascismo. Guerra colonial. Marcelo Caetano. Estado Novo.

RESUMEN: En las décadas de 1960 y 1970, Portugal fue testigo de un ciclo de radicalización política, de derecha e izquierda, en el contexto de la crisis y caída del régimen autoritario de Salazar – Estado Novo - y de la transición a la democracia tras el golpe militar de 25 de abril de 1974. A la derecha, la radicalización fue protagonizada también por jóvenes universitarios inspirados por el nacionalismo portugués de la primera mitad del siglo XX, pero también en las doctrinas extranjeras de derecha del período de entreguerras y la subcultura neofascista de la segunda posguerra. El artículo explora la movilización de esta subcultura radical, entre vínculos con el Estado Novo y la extrema derecha europea, a través del enfoque biográfico de uno de sus líderes más reconocidos nacional e internacionalmente: Zarco Moniz Ferreira. Su trayectoria como activista político, entre el fin del autoritarismo y la transición democrática, resalta efectivamente las características, dinámicas, aciertos y debilidades de la movilización de extrema derecha en esos años convulsos de la historia portuguesa contemporánea.

Palabras clave: Derecha Radical Portuguesa. Salazarismo. Nacionalismo. Neofascismo. Guerra colonial. Marcelo Caetano. Estado Nuevo português.

#### How to cite this article:

Marchi, Riccardo; Pinto, Tiago. “Zarco Moniz Ferreira and the Portuguese radical right-wing between authoritarianism and democracy: a biographical approach”. *Locus: Revista de História*, 28, n. 2 (2022): 258-281.

\*\*\*

## Methodology and historical context

Stories of the lives of leaders, reconstructed through archival documents, testimonials, interviews, and written memoirs, make it possible to sketch a profile of the person in question, to describe their behaviour and explain the importance attributed to them by the milieu in which they operated (Shamir et al 2019, 16). This qualitative method also makes it possible to analyse and understand particular events, build bridges between the micro, meso, and macro dimensions and, inductively, outline the universal aspects of a given phenomenon (Cornejo 2008, 337). Thus, the personal biography of the member of a given elite, is inextricably linked to the characteristics and dynamics of certain political phenomena (Krcmaric et al. 2020, 134-135). Although frequently used in different areas of historical and sociological research to explore notable events in national and international contexts, the use of the biographical approach is still rather limited in subculture studies (Xiao 2017, 707). These considerations become particularly relevant in dealing with right-wing radicalism, active throughout the last two decades of the Salazarist regime. These were troubled decades due to the international diplomatic and military offensive in Portuguese Africa, which forced the Estado Novo [the New State] to confront, the radicalisation of the left and the right in the Metropolis, in student academic elites, among others (Accornero 2013, 1036). Against this background, the authoritarian regime nurtured structural relationships with domestic radical factions in the aftermath of the second world war and, in particular, from the beginning of the 1960s until its overthrow. These relationships are explored here through the life-story of Zarco Moniz Ferreira, the best known leader of Portuguese neo-fascism, nationally and internationally (Bale 1994, 99 and 148), in the 1960s and 1970s, until the normalisation of democracy in the early 1980s. The aim is to trace, through the militant career of Zarco Moniz Ferreira, the internal dynamics of the Portuguese radical right and the interlacing relationships between this political area and the Estado Novo, as well as its evolution during the democratic transition. In this respect, the history of the Portuguese radical right in the 1960s and 1970s, can be divided in two phases: the final years of the Estado Novo, and the years of democratic transition. Each one of these phases were, however, characterized by two sub periods. The end of the Estado Novo was divided into the last eight years of António de Oliveira Salazar as President of the Council, and the six years of his successor Marcelo Caetano (27 September 1968 - 25 April 1974). In turn, the democratic transition can be divided between the years 1974 to 1976, including the most troubled phase of the Ongoing Revolutionary Process (Processo Revolucionário em Curso – PREC) of 1975, and the democratic normalisation during the second half of the 1970s (Marchi 2019, 4). In each of the four sub-periods, the radical right took different positions regarding those in power, which affected the

---

political strategies implemented. In the final years of Salazarism, it took advantage of the outbreak of the colonial war in 1961 to implement its plans – which had repeatedly failed since 1945 – to create a radical nationalist wing, primarily for youth. With the ascension to power of Marcelo Caetano, the extreme right took a position of internal opposition to the liberalisation of the regime, which they saw as prejudicial to the military and political defence of the Empire (Pinto 1995). With the overthrow of the regime and the successive waves of repression in the post-25 April period, on 28 September 1974 and 11 March 1975, the struggling far-right subordinated itself, clandestinely, to the military and civilians of the wider anti-communist front active during the PREC (Cerezales 2007 and 2017). Lastly, with the normalisation of the process of democratisation after 25 November 1975, the extreme right, yet again, tried the path of institutionalisation in various spheres – political parties, the press, social movements, extra-party organisations – with frankly unimpressive results (Zúquete 2007, 179). In all four sub-periods, the different components of the extreme right tried to conquer a hegemonic position in the radical area, imposing their organisational forms and their ideological and symbolic heritage. Its modus operandi was notably exemplified by the enduring militancy of one of its most prominent leaders: Zarco Moniz Ferreira. The life-story of Zarco Moniz Ferreira as a radical militant is reconstructed here from different sources: the archives of the political police PIDE/DGS, an institution preponderant in the surveillance of all forms of political activism during the Estado Novo ; the archives of the Legião Portuguesa (Portuguese Legion), a paramilitary institution controlled by radical factions of the Estado Novo; the archives of the Secretariat of State for Treasury and Finance, with documentation about the purges of the democratic transition; the private archives and testimonies of intellectuals and radical militants who had a relationship with Zarco Moniz Ferreira during the period in question; and the documents produced by the organisations in which Zarco Moniz Ferreira played a leading role, as well as the international organizations he collaborated with. As this approach is biographical, it should be noted that the death of Zarco Moniz Ferreira in 1995 made interviewing impossible, a gap that cannot be filled through autobiographical written testimonies, which unfortunately do not exist.

### **The story of the life of a Portuguese neo-fascist**

Zarco Rogério Moniz Ferreira was born on 20 February 1935, in Lisbon, into a bourgeoisie family, loyal to the regime, and his father was a naval officer. His interest in politics began as an adolescent, in 1951, at the age of 16, as he himself recounted to the far-right Spanish newspaper

---

*Fuerza Nueva*.<sup>1</sup> This was the decade of Salazar's dictatorship, known as the "years of lead", when the *Estado Novo*, after a surge in opposition roused by the end of the Second World War, regained control of the situation, and imposed a system of rigid control through censorship and surveillance by the PIDE political police (Rosas 1994, 503). The demobilisation promoted by the regime also impacted the radical right: the Germanophile milieu, which during the war years had produced the magazine *Esfera* (1940-1945) and, in the immediate post-war period, the weekly *A Nação* (1946-1948), ceased all public activity as an organised group. His mentor, the intellectual *Ultra* Alfredo Pimenta, died in 1950. The youngest supporters of this radical wing of the regime, promoters of the journal *Mensagem* (1946-1950) at the University of Coimbra, also returned to private life once they had left academia, without handing the reins on to a new generation of militants. In this desertification of the radical nationalist area, Zarco Moniz Ferreira took his first steps within the official structures of the *Estado Novo* dedicated to youth – the, by then, politically toothless *Mocidade Portuguesa* (Portuguese Youth) – and various short-lived projects of autonomous organisations, incapable of consolidation. At the age of 23, he was already a leader of right-wing radicalism in Portugal, and began editing the newspaper *Ordem Nova* in 1958. The newspaper's name derived from the Italian organisation *Ordine Nuovo* [New Order], founded in 1956 in a break-away from the neo-fascist party *Movimento Sociale Italiano* (MSI). Its name indicates Zarco's awareness of the European far right from the first half of the 1950s. In a letter from January 1959 to the fascist intellectual António José de Brito, a leading member of the earlier group *Mensagem*, Zarco enthusiastically announced the acquisition of a typewriter for the newspaper, whose imminent publication would finally see Portugal take its place in the renewed awakening of nationalist ideas in Europe, led by the younger generation.<sup>2</sup> The publication of the first issue of *Ordem Nova*, in February 1959, was accompanied by Zarco's proposal to hold lectures on leading nationalist intellectuals such as José António Primo de Rivera, Robert Brasillach, and Pierre Drieu La Rochelle, among others. The idea was, depending on the reception by the nationalist milieu of the proposed cultural cycle, to introduce lectures on Benito Mussolini and Adolf Hitler in a second stage of the programme.<sup>3</sup> Zarco's neo-fascist political culture was also evident in the organisational structure prepared around *Ordem Nova*: in March 1959, the young nationalist launched the National Socialist Movement (*Movimento Socialista Nacional* – MSN), whose emblem was a black cross

---

<sup>1</sup> "Entrevista: Crear una corriente ideológica y ética", *Fuerza Nueva*, 1980, pp.21-23. In the Private Archive of Luís Fernandes.

<sup>2</sup> Letter from Zarco Moniz Ferreira to António José de Brito, of 2 January 1959. Private Archive of António José de Brito.

<sup>3</sup> Letter from Zarco Moniz Ferreira to António José de Brito, of 23 February 1959. Private Archive of António José de Brito.

---

inscribed in a white circle on a red background.<sup>4</sup> In May 1959, the MSN was renamed *Ordem Nova* (ON), taking the name of the magazine whose second issue was published in March, and the publication of its founding principles, drawn up in April by Zarco Moniz Ferreira and António José de Brito. Even in this embryonic phase, internal dissension began to emerge between a handful of members, due to their involvement with the regime, a problem that would recur throughout the history of Portuguese right-wing radicalism. In particular, the possibility of the ON being joined by David Lopes Gagean – who had a recent and troubling past in the *Legião Portuguesa* – drew criticism from Zarco:

Collaborations with entities and people with whom I have nothing in common. Previous examples clearly indicate the fate suffered when collaboration and protection ultimately fail. The cases of the J.N.T., *Ação Popular* and the F.A.P. are examples of this. When danger looms, they were the first to scream: Come on boys, form groups and movements, "our people" will help out, until you are no longer needed. I find it abhorrent to restrict ourselves to the mere parroting of what the "enlightened" have already said. My intention has always been to make genuine statements, to call things by their proper names, etc., etc. If we were to mention again, the case of the *Frente Nacional*, and our membership of the *Mocidade*, the *Legião* and the *União Nacional*, it becomes absolutely ridiculous, as has started to happen with these gentlemen. If that was our aim, we might as well pack up, be friends and call it a day.<sup>5</sup>

Unlike the generation of intellectuals of the 1940s and 50s, Zarco was more concerned with street campaigning than the newspaper's editorial success. However, at this stage, the translation of nationalist beliefs into militant action was not tied to the political contingencies of the *Estado Novo*. At the end of the 1950s, the Salazarist regime suffered one of the most serious crises of the second post-war period: the candidacy of General Humberto Delgado in the 1958 presidential elections, which mobilised thousands of people against the regime's official candidate, Admiral Américo Thomáz. Humberto Delgado's campaign also shook up the nationalist ranks, due to the general's earlier involvement in right-wing radicalism in the 1930s, and the sympathy he attracted from right-wingers unhappy with the *Estado Novo*. For example, Rolão Preto, the former leader of the *Camisas Azuis* [Blue Shirts] fascist movement, joined Delgado's campaign with the aim of removing Salazar from his position as President of Council (Quintas 2014, 191). The so-called "Delgado Earthquake" (Rosas 1994, 523) represented a window of opportunity for the young intellectuals from the radical right who had grown up with the *Mensagem* and who, in May 1959, were sponsored by the National Secretariat of Information (*Secretariado Nacional de Informação* – SNI) to publish the periodical *Tempo Presente* (1959-1961): an attempt to reinstate the nationalist right within the regime. Although António José de Brito was one of the leaders in launching the

---

<sup>4</sup> Letter from Zarco Moniz Ferreira to António José de Brito, of 17 March 1959. Private Archive of António José de Brito.

<sup>5</sup> Letter from Zarco Moniz Ferreira to António José de Brito, of 12 May 1959. Private Archive of António José de Brito.

---

magazine, Zarco Moniz Ferreira was still too young to be directly co-opted into this project. He remained relegated to autonomous militancy: the same month *Tempo Presente* was founded, Zarco was still trying to explain how to use his bulletin *Ordem Nova*:

The surreptitious distribution of an issue [of *Ordem Nova*] to friends in the café, impels him to take action by printing a number of virulent, annoying, troublesome leaflets, by sticking the insignia of the Movement on window-panes, and painting it on walls, so that people will know that the Sacred Cross is the symbol of an active, bold and vigorous Movement.<sup>6</sup>

In parallel with his action in Portugal, Zarco managed to get his ON included in the international neo-fascist networks. On 5 April 1958, in Milan, he took part, in the fifth assembly of the neo-Nazi *Nouvel Ordre Européen* (NOE), founded in 1951 by Gaston-Armand Amaudruz. Along with other comrades, he was given the task of organising the Young European Legion, which brought together various youth organisations of the European extreme right, and had the French language periodical, *Fascisme* as its mouth-piece (Lebourg 2019). In June 1959, he was invited to the First Congress of the European National Revolutionary Youth (Milan, Italy, 3-7 August), organised by the *Centro Studi Ordine Nuovo* in collaboration with the *Mouvement Social Belge* (MSB) and the French Popular Movement, which was attended by representatives from various European countries, under the slogan “European Youth against Communism and Americanism”.<sup>7</sup> At this congress, Zarco presented the Portuguese radical milieu, to promote his leadership and organisation, and capitalised on the interest of European comrades, who considered the Portuguese *Estado Novo* to be one of the last fascist regimes in Europe.<sup>8</sup> With this in mind, on 29 July, the leader of ON took part in a preparatory meeting for the congress in Milan, attended by the former Nazi officer Otto Skorzeny. On his return to Lisbon in mid-August, Zarco expressed his dismay when he compared Portuguese radicalism to that of Europe:

Everything went as I wished, and I consider it a great pleasure to talk to genuine fascists. Making any comparison between them and us is ridiculous. I am truly ashamed to think of those (some of whom we know) who call themselves fascists. Over there, there is real sacrifice. Sacrifice that implies unemployment, hunger, etc., etc. It's enough to make you cry, yes, cry – so don't tell me that certain things should be excused – when you just ask for a simple article or a measly 50 escudos, and these fascists immediately avoid the former, because they supposedly have no time, and the latter, because they need the money. The *Ordem Nova*, as I conceived it, is a youth movement, ready for action, and not a bourgeois, intellectual or literary position, where you have to beg on your knees for the help of some fine fellow. I am not, nor will I ever be, a boss – I know my own limitations, but there is no reason why we should not all work together on an Idea that is bigger than all of us. Is all our Race emasculated? Could it be that in Portugal, Fascism does not exist! What can we say, what can we assert, when we encounter one of the French delegates, a woman, moreover, who has physically and mentally suffered the abuses of democracy, yet continues unshakable in her beliefs? What can

---

<sup>6</sup> Letter from Zarco Moniz Ferreira to António José de Brito, of 19 May 1959. Private Archive of António José de Brito.

<sup>7</sup> Letter from Zarco Moniz Ferreira to António José de Brito, of 18 June 1959. Private Archive of António José de Brito.

<sup>8</sup> Letter from Zarco Moniz Ferreira to António José de Brito, of 29 June 1959. Private Archive of António José de Brito.

---



we say when we meet an Italian comrade, who, in 1948, aged 14, volunteered for the R.S.I., and was part of the famous *Fascios de Acção Revolucionaria* (a secret organisation), which led to him being arrested and losing his job! What can we say when confronted by a Belgian comrade who fought on the Russian Front, and now lives on the alms of former comrades? What can we say about our German Comrade, who at 83 years of age, but still absolutely lucid, did not want to miss this meeting of people far younger than him! Either we cease activity out of embarrassment, or we continue, but in a way that recognises this, in other words, with this sacrifice and revolutionary dynamism, associated with fascism!<sup>9</sup>

When referring to the structure of NOE, Zarco once again ridiculed the situation in Portugal – “of course the Legion there, bears no comparison to the one that exists, or rather, is supposed to exist in the noble Lusitanian house”<sup>10</sup> – and he proposed himself, António José de Brito, and Fernando Madureira, to be the Portuguese members of the editorial board of *Fascisme*, because of the importance of the magazine *Ordem Nova* in the nationalist area: “Of course we are not the epitome of National Fascism, but as it was us who sent out the call, and us who have done the work, I think it is only fair that we be the ones to continue it”.<sup>11</sup>

Activism was the watchword adopted by the young neo-fascist leader: in September 1959, he planned new conferences on the Germanophile Portuguese intellectual Alfredo Pimenta, he contemplated turning the *Ordem Nova* magazine from a bimonthly into a fortnightly publication, and he intensified propaganda wherever there were ON nuclei (Lisbon, Porto, Coimbra, Nazaré and Viseu).<sup>12</sup> At this stage, the ON's membership was increasing, which made it opportune to invest in propaganda through the magazine and in mobilisation through street action. However, despite planning these projects, *New Order* disappeared at the end of 1959. But Zarco did not give up, and, after reading several references to the defunct *Nova Ordem* in the Swedish newspaper *Nordisk Kampf*, he resolved to start again, with another name and another title, but the same old spirit.<sup>13</sup>

These intentions came to fruition in 1960: between April and November, Zarco brought together a dozen students from the University of Lisbon (Faculties of Law and Letters) and a dozen from the University of Coimbra,<sup>14</sup> to found the Portugal Youth Movement (*Movimento Jovem Portugal* – MJP). The political landscape in the early 1960s was clearly more conducive to the recruitment

---

<sup>9</sup> Letter from Zarco Moniz Ferreira to António José de Brito, of 17 August 1959. Private Archive of António José de Brito.

<sup>10</sup> Letter from Zarco Moniz Ferreira to António José de Brito, of 26 August 1959. Private Archive of António José de Brito.

<sup>11</sup> *Idem*.

<sup>12</sup> Letter from Zarco Moniz Ferreira to António José de Brito, of 3 September 1959. Private Archive of António José de Brito.

<sup>13</sup> Letter from Zarco Moniz Ferreira to António José de Brito, of 22 December 1959. Private Archive of António José de Brito.

<sup>14</sup> Letter from Zarco Moniz Ferreira to António José de Brito, of 6 December 1960. Private Archive of António José de Brito.

---

---

of radical militants. Only two years after the Humberto Delgado crisis, opposition to the *Estado Novo* intensified once again. At an international level, on 14 and 15 December 1960, the UN General Assembly approved a series of resolutions (1514-XV, 1541-XV, 1542-XV) that required Portugal to provide information on its overseas provinces, which the international organisation did not consider to be self-governing territories. This constituted a clear sign that the international community wanted to challenge the multi-continental dimension of Portugal, and to begin the process of dismantling Portuguese colonialism (Almada e Santos 2011, 68-69). On the domestic front, the massacres on 15 March 1961, led by the Union of Angolan Peoples (*União dos Povos de Angola* – UPA) in the north of the overseas province, marked the beginning of the Colonial War, which would determine the regime's rapid decline over the following fifteen years. The *Estado Novo* responded to the internal military and international diplomatic offensives by mobilising resources, which included the radical fringes close to the regime, to play a counter-subversive role. In 1961, for example, the weekly *Agora* (1961-1969) hit the news-stands; the first far-right newspaper published since the failure of *A Nação* in 1948. Zarco Moniz Ferreira also took advantage of this climate of crisis and mobilisation, and organised the *Movimento Jovem Portugal* in a hierarchical fashion, with a national triumvirate presided over by himself, assisted by Manuel de Almeida Damásio (for Lisbon) and José Valle de Figueiredo (for Coimbra). Their repertoire of activities, concentrated in Lisbon and Coimbra, was limited to fly-posting manifestos, the distribution of pamphlets and painting slogans on walls. In 1961, the MJP was extended to the south bank of the Tagus, with the inclusion of the so-called *Facho de Almada*. Led by Vasco Lourinho, this nucleus consisted of some thirty young students and workers. It became official on 17 January 1961, with oaths sworn on the bible and the flag of the fourteen founding members. Still in 1961, the MJP also became active in Porto, due to some students from the D. Manuel II Secondary School, led by Jaime Nogueira Pinto, who quickly assembled around a hundred young people from various institutions (Pinto 2008: 16). In the summer of 1961, the official organ of the MJP, *Ataque*, reported the creation of nuclei in Trafaria, Vale Maior, Albergaria-a-Velha, Guimarães and some new cells in the high schools of Coimbra.<sup>15</sup>

The radicalisation of the youth of the MJP was based on a mythical vision derived from various sources, from Spanish national-syndicalism, and the Algerian War, to the *ponjadist* revolt in France. These references also marked its international relationships: Zarco and his comrades met the Phalangists of the Spanish *Movimiento*, while visiting the Vale dos Caídos; between 1961 and

---

<sup>15</sup> Editorial, "Vida do Movimento", *Ataque*, no. 2, Ano I, June 1961, p. 4 and *Ataque*, no. 3, Ano I, June/August 1961, p. 4

1963, they attended doctrinal courses at the Universidad Internacional Menéndez Pelayo, organised by the *Centro de Estudios Sindicales*; and in Portugal, they helped their French comrades from the *Organisation Armée Secrète* (OAS), by providing them false documents.

The enlargement and organisation of the MJP also brought out the first internal frictions, caused by Zarco's leadership style. On 28 February 1963, Vasco Lourinho abandoned the movement, after a controversy concerning the centralisation of the leader's powers, which caused the departure of leading militants, who then became activists for the rival National Union of Portuguese Students (*União Nacional dos Estudantes Portugueses* – UNEP). Zarco was also challenged for his insistence in involving the MJP in the European neo-fascist subculture. Despite the Almada nucleus having the name *Facho*, Vasco Lourinho accused Zarco of wanting an MJP in the style of the *Hitlerjugend* or the Fascist *Gioventù*, with a uniform and flag in the colours of the Third Reich (a black Celtic cross on white with a red background). In ideological terms, this criticism was directed at the lack of doctrinal originality and the sterile copying of the national-syndicalism of José Antonio Primo de Rivera or Ramiro Ledesma Ramos.<sup>16</sup> Another bone of contention was the relationship between the MJP and the *Estado Novo* and its attitude towards other nationalist organisations. In the former, the funds provided by the National Secretariat of Information (SNI), the PIDE and, subsequently, the *Legião Portuguesa*, to the movement's publications were contested. In the latter, there was stigma for Zarco's attacks on the Nationalist Student Front (*Frente dos Estudantes Nacionalistas* – FEN), the second most important nationalist youth organisation, which was sponsored by the Ministry of the Interior and the Ministry of National Education. In fact, relations with the regime were less peaceful for Zarco than he had been led to believe. In 1963, for instance, Zarco became involved in a controversy with the Director of Censorship over the ban of the publication of *Ataque*, due to an article that was critical of how the war in Africa was being managed. The instrumental nature of Zarco's relationship with the regime was, in this case, well represented by the tone used in a letter he wrote to another leader of the MJP addressing the subject:

I met the Director of Censorship regarding “*Ataque*”. And now, “it’s decision time”!!! It was agreed that I would call him about it today. [...] We'll soon see who wins!! As a last resort, a loyal but firm letter will be sent to “*Botas*” [“Boots” i.e. Salazar].<sup>17</sup>

The departure of the Almada cell – which reduced the MJP to its Lisbon group and the small nuclei of Trafaria, Costa da Caparica, Cacilhas and Barreiro – was counterbalanced by the

---

<sup>16</sup> Letter from Vasco Lourinho to Zarco Moniz Ferreira, 28 February 1963. IAN/TT, PIDE Archive, proc. *Jovem Portugal*, cota SC/SR - 3155 (NT3040), fls. 50-53.

<sup>17</sup> IAN/TT, Arq. PIDE/DGS, proc. *Jovem Portugal*, cota SC/SR-3155 (NT 3040), fls.41-42.

---

students who joined from the Higher Institute of Economic and Financial Sciences, and the restructuring of the top of the organisation into a Lisbon Triumvirate and a National Triumvirate, as always, led by Zarco Moniz Ferreira.

In terms of their action, the radicalisation of young people, during the academic crises of the first half of the 1960s and during the colonial war, often led to MJP militants roaming the streets armed with iron bars and pistols. For example, during a fly-posting campaign, MJP militants shot an employee of the Law Faculty who appeared unexpectedly. In March 1962, on Students' Day, around a hundred university students belonging to the MJP, the FEN and the *Legião Portuguesa* tried to expel the left-wing students gathered in the university canteen, by firing shots in the air. It was only when Carlos Góis Mota, secretary of the Central Junta of the *Legião Portuguesa*, asked the police to disperse the radicals, led by Zarco, that a final assault was averted (Marchi 2009, 81-82).

Despite the extremism it exhibited, the *Estado Novo* did not consider the MJP to be a danger, but rather, another resource in a turbulent academic environment. In fact, the regime itself financed the propaganda used by the MJP, in a counter-subversive role during the most difficult political moments, specifically, during the UN crisis in 1960, at the outbreak of the colonial war in 1961, and during the student unrest in 1962. In this context, there was direct action, led by Zarco, such as the assaults by the MJP on the Academic Association of the Lisbon Law Faculty (*Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa*) on 20 March 1964, and on the Portuguese Association of Writers on 21 May 1965. The first led to the arrest by the police of six MJP militants, who were promptly released from the Civil Government headquarters due to the intervention of a former commander of the police in Luanda (Angola), who was the father of one of the detainees. In a communiqué issued on 6 April 1964, the Academic Association complained that the case had been transferred from the Civil Government to the PIDE, so the regime could cover up the incident. The second assault followed a ceremony, held by the Portuguese Writers' Society (*Sociedade Portuguesa de Escritores* – SPE), to award a literary prize to the Angolan poet Luandino Vieira, who was sentenced, in June 1963, to fourteen years in prison for terrorism. Not only did the Minister for National Education, Inocêncio Galvão Telles, manage to close down the SPE but, after its closure, MJP militants, along with comrades from the FEN and the *Legião Portuguesa*, went to the association's headquarters and vandalised the building with graffiti such as "Agency of Terrorists in the Metropolis", "MPLA branch office" and "Traitors".<sup>18</sup> This operation was protected by the PIDE, who, on the scene, prevented the extremists from also attacking the headquarters of the *Diário de Lisboa*, which was considered pro-communist. This latter idea was repeated by Zarco

---

<sup>18</sup> IAN/TT, PIDE Archive, proc. *Sociedade Portuguesa de Escritores*, cota SC/CI (1), NP 232. N. Inst. 1179.

during an event organised by the City Council of Lisbon, by staging a fake spontaneous procession consisting of MJP militants supposedly heading towards São Bento, while actually intending to attack the headquarters of the *Diário de Lisboa*. But, just like the previous attempt, it came to a halt when Carlos Góis Mota ordered the PSP to block the radicals. Gois Mota himself would later employ MJP militants in a dispute between the regime and the British concessionaire of Lisbon's public transport system, when the latter wanted to increase fares (Marchi 2009, 85). The relationship between the *Legião Portuguesa* and MJP was not merely episodic. Between 1964-1965, Zarco Moniz Ferreira joined the *Legião Portuguesa*, thanks to the intervention of António Luís Gomes Lopes, director of the *Legião's* Information Services, who was also a nationalist militant. To take advantage of the movement's organisational structure, on 28 May 1965, the Central Board of the *Legião Portuguesa* authorised the creation of the *Formação Legionária Académica* (FLA), based at the premises of Battalion No. 4 of the LP, on Avenida António Serpa. On 19 June, the Central Board appointed Zarco commander of the FLA with the rank of commander of the unit, assisted by two leaders of the MJP, with the ranks of commanders of the lance. By this time, Zarco was already working at the Bank of Angola, and was also a fifth-year student at the Faculty of Literature of the University of Lisbon. Initially composed of fifty-five members, the FLA was overseen by the Secretary General of the Central Junta of the LP, Carlos Góis Mota, and his deputies.<sup>19</sup> For his part, Zarco got all his closest militants to join the FLA, together with elements of Militia Training Centre No. 1 of the *Mocidade Portuguesa* [Portuguese Youth], which Gomes Lopes had led. The rapprochement with the *Legião Portuguesa* allowed the MJP to get better funding, material, and contacts with the extremist factions of the regime. Despite Zarco's attempts to take advantage of the resources, while maintaining a certain autonomy from the MJP, the rapprochement with the LP created tensions with the movement's militants, who were reluctant to collaborate with official bodies of the *Estado Novo*. In Coimbra, the district leader of MJP was able to keep the critics at bay. In the capital, however, the officials of the Lisbon Triumvirate disapproved of the national leader's line. Several core militants threatened to leave the organisation and join the *Frente Nacional do Trabalho* (FNT), of former leader of the MJP, Manuel Damásio. Unable to manage the crisis, Zarco was only able to watch as the MJP declined and came to an end in 1965.

However, the neo-fascist leader did not give up his militancy and, based on the *Legião's* structure, created the Revolutionary National Front (*Frente Nacional Revolucionária* – FNR). The FNR was officially launched on 21 May 1966, with a conference in the meeting hall of the Lisbon Volunteer Fire Brigade, entitled "Marking of the Presence of the Nationalist Youth", chaired by

---

<sup>19</sup> IAN/TT, *Legião Portuguesa* Archive, proc. *Formação Legionária Académica*, cota LP 1591/2, fls. 101-102.

---

Zarco Moniz Ferreira, and José Valle de Figueiredo (from the magazine *Combate* and the Coimbra MJP), among others. Of the hundred or so participants, most were *Legião* members from Lisbon, Porto and Coimbra, including Carlos Góis Mota. In fact, the FNR was a creation of the *Legião*, supported by extremists in the regime who wanted to bring its wilful young radicals to order, through a single structure which would be less costly and more practical (Marchi 2009, 178). The first conversations on the new project took place in the summer of 1965,<sup>20</sup> but it was only in January 1966, that the two radical leaders, Zarco and Valle de Figueiredo, reached an agreement. However, they were unable to convince the other nationalist organizations, namely the *Centro dos Estudantes Nacionalistas* (Nationalist Student Centre, former FEN), the *Real União Portuguesa* (RUP), *Jovem Europa* (Young Europe), the *Viriatos*, and *Ação Académica* (Student Action).

From an organisational point of view, Zarco applied the same vertical and hierarchical logic to the FNR as was applied in the MJP: a central committee, composed of around ten militants representing Lisbon, Coimbra, Porto, and the overseas troops. Zarco Moniz Ferreira and José Valle Figueiredo headed the central committee, as well as being director and deputy-director of the newspaper *Frente*, which was an organ of the FNR. The ideological affiliation was still along the lines of European neo-fascism: the symbol of the FNR was a double-edged ax topped by two symmetrical eagle heads; the newspaper *Frente* featured right-wing radicals from Zarco's network, under the column entitled *Frente Europeia* (European Front) – the German Wolfgang Silling (*Nationaldemokratische Partei Deutschlands* – NPD), the Spaniards Adriano Bruno and Pedro Carriça (*Falange Espanola das JONS*), the Italian Antonio Lombardo (*Ordine Nuovo*), the Frenchman Alain De Benoist (Europe-Action) – and interviews by its correspondent in France, Luís Fernandes, of well-known radical intellectuals such as Maurice Bardèche, Maurice-Ivan Sicard (under the pseudonym Saint-Paulien) and Marc Augier (under the pseudonym Saint-Loup). With regard to the international network, Zarco was keener to establish contacts with the Italians and the French than with the Germans and Spanish. For him, the Spanish radical right – in particular the various Phalangist factions and the neo-Nazi organisation *Círculo Español de Amigos de Europa* (CEDADE) – were undermined by Francoist authoritarianism and endless internal squabbles over the ideological legacy of José Antonio Primo de Rivera.<sup>21</sup> With the Italians of *Ordine Nuovo*, on the other hand, the links of the late 1950s were formalised in March 1964: and in June-July 1964, the magazine *Ordine Nuovo* published an interview with Zarco as leader of the MJP<sup>22</sup> and incorporated the Portuguese leader into the Franco-Italian network (Picco 2016a, 120-121). As for contacts with

<sup>20</sup> IAN/TT, PIDE Archive, proc. *Frente Nacional Revolucionária*, cota SC/CI (1) - 366, NT 7000, fl. 6.

<sup>21</sup> IAN/TT, PIDE Archive, proc. *Frente Nacional Revolucionária*, cota SC/CI (1) - 366, NT 7000, fls. 61-64.

<sup>22</sup> "Intervista col capo di Jovem Portugal", *Ordine Nuovo*, N° 5-6, Giugno-Luglio 1964. pp. 37-45.



the French, they dated back to the early years of the MJP's activity. In 1961, elements of the MJP met with the French populist leader Pierre Poujade.<sup>23</sup> As a representative of the MJP, Zarco took part in the 4th National Conference of the *Fédération des Étudiants Nationalistes* (FEN). Both Zarco and José Valle de Figueiredo maintained regular correspondence with the editorial staff of the magazine *Europe-Action*, in particular Alain De Benoist and Dominique Venner.<sup>24</sup> In the early 1960s, Zarco himself was the Portuguese correspondent for the French extreme right-wing magazine *Europe-Action* (Camus and Monzat 1992, 253). In Portugal, and under the auspices of the *Legião*, Zarco took part, as an instructor, in courses on revolutionary warfare given by French refugees of the OAS gathered in the organisation *Aginter Press*, which was based in Lisbon under the protection of the regime (Jesus 2012, 95). On 30 January 1966, as leader of the FNR, Zarco took part in the VI National Conference of French Nationalist Youth, organised by the French FEN, the *Comité d'Appui Europe-Action* and by a component of the *Comités Tixier-Vignancour*. Between 30 April and 1 May 1966, Zarco, along with Fernandes, addressed the founding congress of the *Mouvement Nationaliste du Progrès* (MNP):

As head of the Portuguese delegation, I can state without fear of error that, as far as we are concerned, Portugal, this small country of meagre natural resources, has known, knows, and will know, how to remain faithful to itself and to our Europe, the Europe that we will build together so that the light of Culture and Civilisation may continue to illuminate the whole world. (Barcellos 1966, 9)

Despite his convinced adherence to the European radical right, Zarco maintains the typical traits of Portuguese nationalism. This is particularly evident in his ideas about the Portuguese multiracial empire in the context of the European colonialism. On one hand Zarco shares the supremacist conception of the European radical right of the 1960s. Although aware of the impossibility of boasting an alleged racial purity of the Portuguese, Zarco denounces irresponsible miscegenation within the Empire, which produced a Europeanized African elite, champion of the independentist guerrilla warfare against Portugal. His view of the multiracial relationship in the Empire is efficiently expressed by his journal *Ataque*:

From the unquestionable observation of European superiority, we do not infer, in any way, the right to enslave other races; but what we do not admit to these races is the right to want to destroy our creative power, in the name of an anti-White racism, truly hateful, and which, if it triumphed, would be equivalent to the end of Man's immortal desire to surpass himself.<sup>25</sup>

On the other hand, according to Zarco, the hierarchical superiority of the white man in the Portuguese Empire has nothing to do with the materialist imperialism of other European colonial

---

<sup>23</sup> IAN/TT, PIDE Archive, proc. *Jovem Portugal*, cota SC/SR - 3155 (NT3040), fl. 102.

<sup>24</sup> Letter from Fabrice La Roche (Alain Benoist) to Zarco Moniz Ferreira, on 29 June 1965. IAN/TT, PIDE Archive, proc. *Frente Nacional Revolucionária*, cota SC/CI (1) - 366, NT 7000, fls. 65-66.

<sup>25</sup> «Racismo e anti-racismo ou a realidade para além das palavras», *Ataque*, no 13-14, May-June 1963, pp. 7-8.

---

powers – mainly Great Britain and France –, but with the Christian civilizing mission of peoples and nations still primitive. This mission of the white man is at the antipodes of the true racism expressed by the international Capitalism – led by the United State – interested in exploiting more easily the new independent States in Africa and Asia, from a political and economic point of view.

In this sense, Zarco agrees with the radical right's idea of Europe as a bastion against the North American global capitalism, but always safeguards the specificity of the Portuguese presence in Africa. He does not accept the dilution of the Portuguese Empire in a pan-Euro-African empire to the detriment of the geopolitical centrality of Lisbon. In this regard, Zarco's answer to the question about the decadence of Europe in the interview with the Italian magazine *Ordine Nuovo* is symptomatic:

I tell you that we define ourselves as Europeans, but only as Portuguese. We do not deny, therefore, that Portugal must collaborate in the reconstruction and affirmation of Europe. [...] We are Portuguese, and our existence assumes total and integral meaning only within the framework of our homeland.<sup>26</sup>

Quite significant is also the veiled criticism published by this important Italian radical right magazine:

We do not agree with all the statements made by Zarco Moniz Ferreira [due to some] gaps in the ideology and a still tepid adherence to an integrally and fully European «weltanschauung» which, on the contrary, is very advanced, passionate, and vehement in the homologous French milieu.<sup>27</sup>

Despite Zarco's efforts at both national and international levels, the FNR project collapsed by the end of 1966. What was now becoming a pattern for the nationalist leader, repeated itself, in January 1967. He created yet another project: the *Movimento da Revolução Sindicalista* (MRS), more or less composed of the same elements who had transitioned from the MJP to the FNR. Seen as a school of cadres, the MRS had no better luck than the FNR and, in fact, it resulted in a definitive rupture with Legionary circles, and the expulsion of Zarco from the LP in March 1967, by decision of the Central Junta.<sup>28</sup> This experience only confirmed Zarco's mistrust of the regime, which he had already expressed in a document of January 1966:

If [...] this legitimate concern of ours provoked a positive reaction, however minor, in government circles, under these circumstances, it would, perhaps be reasonable to expect our goodwill and for us to silence our calls [...] But, unfortunately, this has not been the case, but very much the contrary, as we bitterly observe. [...] having defined our position in relation to the current regime – transitory, like any human enterprise or task - and, as such, with its understandable errors, but now incomprehensible omissions and compromising silences [...] it is our most sacred duty and legitimate right, at this moment and with a view to the future, to shoulder certain responsibilities.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> Interview of Zarco Moniz Ferreira by the journal *Ordine Nuovo*, no.5-6, June-July 1964, pp.44-45.

<sup>27</sup> Interview of Zarco Moniz Ferreira by the journal *Ordine Nuovo*, no.5-6, June-July 1964, p.37.

<sup>28</sup> IAN/TT, Arquivo Legião Portuguesa, proc. *Zarco Moniz Ferreira*, cota no. 665/115518.

<sup>29</sup> Zarco Moniz Ferreira (1966). “Pontos essenciais da tática e organização”, p.4. In the Private Archive of Luís Fernandes

---

The end of the decade coincided, for Zarco, with the age of enlistment for the Overseas War: in 1967 he attended the course for his promotion to captain of the militia, and in 1968 he was sent to the theatre of operations in northern Angola. José Carlos Craveiro Lopes, his comrade at the time, recalled Zarco's military career:

In the war years, militia officers who had not been deployed to the Overseas Territories during their compulsory military service could be called up to take the militia captain's course (Zarco did this in Mafra) even if they had begun their civilian careers and started families. It should be clarified that being considered “able-bodied” did not necessarily mean they were. Zarco was thus faced with being deployed after he had established a family and a professional life (unlike the majority, who went as militia recruits) and also with the idea that they had deployed him to put an end to his political activity. He protested profusely, but still went. He commanded a company as a militia captain, and served well, as was to be expected.<sup>30</sup>

For Zarco, his experience of the war, between 4 January 1968 and 14 March 1970, confirmed the regime was no longer viable. In letters of February 1969 to the French intellectual of the extreme right, Henri Lèbre, he deplored the self-interested betrayal by the Marcellist elite of the combatants' efforts, and wished for a pluralist opening by the regime (without communists) so that the radical nationalists could finally free themselves from the Christian-democratic Salazarist ballast.<sup>31</sup> The war also represented a new window of political opportunity: on 1 June 1970, Zarco joined the *Liga dos Combatentes* (League of Combatants), with the aim of playing a leading role in the organisation. On 16th March 1971, on the occasion of the celebrations of "Combatant's Day" organised by the *Liga*, Zarco delivered a lecture on the "Combatants' Place and Mission, and the social role of ex-combatants, as protagonists in the fight against the traitors of the Homeland in the service of subversion, and against the political and economic elites, incapable of fighting in the Metropolis as effectively as the Overseas military (Marchi 2009, 372). His leading role in the *Liga* allowed Zarco to take part in the 1st Congress of Combatants, in 1972-1973. With the involvement of the radical right in the organisation of the Congress from its earliest stages, as demonstrated by the presence on the consultative committee (alongside the executive committee) of António da Cruz Rodrigues, leader of the traditionalist Catholic *Círculo de Estudos Sociais Vector* (CESV). On its organisational chart, Zarco appeared as secretary of the Lisbon delegation. In this capacity, he participated in the Second Youth Congress (*II Encontro de Jovens*) promoted by the CESV (Sameiro, 7 April 1973), with his address, "Former combatants – strength and future of the Nation".<sup>32</sup> It was the radicals' intention to turn the Combatants' Congress into a stage for contesting Marcelo Caetano's government. In this sense, the actions of Zarco and his closest comrades were part of

---

<sup>30</sup> *Império, Nação, Revolução*. 2010. “Zarco Moniz Ferreira”. <http://imperionacaorevolucao.blogspot.com/2010/04/zarco-moniz-ferreira.html>.

<sup>31</sup> IAN/TT, Arq. PIDE, proc. Frente Nacional Revolucionária, cota SC/CI (1)-366, NT7000, fl.6

<sup>32</sup> IAN/TT, Arquivo PIDE, proc. no. 5335: *Círculo de Estudos Sociais Vector*, cota SC/CI (1), NT 1317, fl. 1.

---

the so-called right-wing opposition to Marcelo Caetano. This was a variegated front composed of two distinct components: the Salazarist factions, and those who were autonomous of the regime and the former president of the Council. The Salazarist faction fundamentally brought together political supporters of the *Estado Novo* and its founder, sectors concerned with the loss of social status determined by the liberalisation of the regime, economic groups that had grown up in the auspices of Salazarist imperial protectionism, and conservative milieus concerned with public morality threatened by the greater freedom of left-wing action. The autonomous faction brought together the anti-Salazarist monarchists, the liberal professions who were opposed to the alleged Europeanism of Caetano and the liberal technocrats of the Liberal Wing, the young revolutionary nationalists who had been active since the early 1960s and were now together in the magazine *Política* (1969-1974), and the latest generation of nationalist university students, mainly active at the University of Coimbra. Initially limited to the most radical and fascist-leaning factions of the *Estado Novo*, this opposition universe expanded with the growing indecisiveness of Marcelo Caetano's policies, particularly with regard to the *Ultramar* – the Portuguese territories overseas. The attempt at constitutional reform of 1970-1971, strengthened the impression among many that the regime was trying to abandon Africa, through the suggested creation of new independent states, and to move closer to Europe, without, however, resolving issues regarding the political structure of the authoritarian regime (Marchi 2010). The central importance of the African question and the role of combatants in government policy, formed the backdrop to Zarco Moniz Ferreira's attempt to radicalise the Congress. This attempt was thwarted by the moderate faction of the Congress's organisation, which inclined towards an event of a merely patriotic and corporate nature: supporting the regime's war effort and the reintegration of ex-combatants into civilian life. The reservations of the pro-government faction towards the radicals was accurately illustrated in the portrayal of Zarco Moniz Ferreira outlined by Amadeu de Vasconcelos, one of the main organisers of the Congress:

The impression one gets in conversation, is of being in the presence of a man with a strong personality, with such a refined notion of patriotism that he inevitably condemns anything that seems to him to be remotely ambiguous about the defence of the *Ultramar*. It's a passion that overwhelms and blinds him. He manifests an impetuous and violent temperament, which dominates and drives him. That is how I saw him and, in a certain way, admired him. (AAVV, 1974:26-27)

In the dispute between the two factions, the radicals won points in February 1973, by managing to replace the phrase "against the rear-guard revolts" in the first version of the Congress Manifesto, with the phrase "against everything that threatens the integrity of Portugal", including Marcelo Caetano's reformism (AA.VV. 1974, 81-82). The anti-Marcelism of the radicals was reaffirmed in a communiqué by the Lisbon nucleus that underlined their "contempt for those who

---

wish to sacrifice the Nation to the taste of equivocal ambiguity, opportunism, or ideological superstitions to suit the times” (AA.VV. 1974, 89). Tensions with the moderates became bitter when the radicals insisted on the anti-government slant of the Congress, the invitation of foreign delegations made up of French and Italian right-wing radicals and the requirement that the Congress conclude with Zarco Moniz Ferreira's official speech. The political nature of these demands was confirmed by Zarco in an interview with the newspaper *A Capital* on 12 May 1973:

No one should meddle with the unity and greatness of Portugal, because it seems to me, sincerely, that the combatants will definitely have something to say, the last word [...] Homelands are not referendums or plebiscites. They are to be defended.<sup>33</sup>

In statements to RTP at the end of May, Zarco reiterated his threats regarding Marcelo's reforms:

If we have been mobilised for war (and there can sometimes be war in the rear-guard too), we have no qualms about showing our presence when it is needed, and furthermore [...] rifles weigh as much up here as they weigh down there, and so far here... they are newer.<sup>34</sup>

Faced with the anti-Marcelo escalation of Zarco's group, the regime pressured the pro-government members of the organisation who, on 25 May, definitively ousted the Lisbon secretariat. Expelled from the Congress, all the radicals could do during its proceedings on 2 June, was to distribute a communiqué "To our comrades and the Country", in which they reaffirmed that:

In response to the national and patriotic interest that inspires us, the Government has, from the outset, tried to impose its particular interests, and manoeuvred against the integrity and independence of combatants. [...] The Government is preparing to approve motions that serve its political objectives in this election year. [...] With firmness, unity and steadfastness, the Combatants of Portugal refuses to be manipulated or entangled in political-electoral games.<sup>35</sup>

The 1973 Combatants' Congress would be Zarco's last political action during the *Estado Novo*. After the events of 25 April 1974, the nationalist leader suffered from the wave of sanctions that swept the country from north to south. In 1975, in particular, he was sued by the Screening Commission of the Bank of Angola for political reasons, and suspended, without loss of salary, by the Bank's Board of Management, until the competent authorities reached a definitive decision. Prevented from working, Zarco took refuge in Brazil, and in fact played no role in the most active phase of the democratic transition: the Ongoing Revolutionary Process (*Processo Revolucionário em Curso* – PREC). In the transitional period of 1974-1975, comrades who had collaborated with Zarco Moniz Ferreira over the previous two decades split, in various attempts to reorganise the radical

---

<sup>33</sup> Interview of Zarco Moniz Ferreira by the newspaper *A Capital*, 12 May 1973, p. 3.

<sup>34</sup> Statements by Zarco Moniz Ferreira to RTP, mentioned by Rádio Voz da Liberdade, on 25 May 1973. IAN/TT, Arquivo PIDE, Del. Coimbra, proc. *I Congresso dos Combatentes*, cota CI (2), pasta 559, fl. 162.

<sup>35</sup> IAN/TT, Arquivo PIDE, Del. Coimbra, proc. *I Congresso dos Combatentes*, cota CI (2) - 690, pasta 559, fls. 107-108.

---

right. Some, like José Valle de Figueiredo, who founded the Portuguese Progress Party Federalist Movement (*Movimento Federalista Português Partido do Progresso* – MFP/PP), supported President of the Republic António de Spínola's federalist project for Portuguese Africa, in the hope of saving the Empire; others, like António José de Brito and Luís Fernandes, refused to make any concessions to the transitional authorities and created the more radical Portuguese Action Movement (*Movimento de Acção Portuguesa* – MAP); while others sought to transform their end-of-regime organisations into political movements, as in the case of António da Cruz Rodrigues who created the Portuguese Popular Movement (*Movimento Popular Português* – MPP) from *Véctor*. In these post-April 25 mobilisations, there is no record of Zarco Moniz Ferreira having any political involvement. Only Jaime Nogueira Pinto has conjectured, without confirmation, that Zarco may have collaborated in the creation of the Portuguese Democratic Worker's Party (*Partido Trabalhista Democrático Português* – PTDP), an ephemeral acronym set up by former members of the *Legião* interested in joining the right-wing front supporting Spínola's strategy.<sup>36</sup>

Zarco Moniz Ferreira only returned from exile in 1976, when the Inter-ministerial Screening and Reclassification Commission (*Comissão Interministerial de Saneamento e Reclassificação*) reinstated him in his former banking institution, based on the appeal he had filed, and on the position taken by the Bank's employees in a plenary meeting called for the purpose.<sup>37</sup> In 1976, Zarco resumed political activity along the same lines that had always characterised him: he founded a tiny group called *Frente de Libertação Nacional-Sindicalista* (FLNS) (National Syndicalist Liberation Front), with the same Phalangist Justicialist orientation as the MJP, but this time claiming experience of the war in Africa as the cement of the new militancy.<sup>38</sup> Like the previous organisations, the FNLS did little more than publish its bulletin *Em Frente NS* (its first issue is dated February 1978) and occasionally carry out a few actions (Fafe 1983, 38). At the same time, Zarco reconnected with former comrades, both civilian and military. From 1978, he collaborated with *Renovação – Associação Nacional de Estudos Políticos e Sociais* (Renovation – National Association for Political and Social Studies), chaired by the commando lieutenant-colonel, Gilberto Santos e Castro, but actually led by José Valle de Figueiredo who incorporated it into far right European networks: for example, *Renovação* invited Blas Piñar, Spanish deputy of the *Fuerza Nueva*<sup>39</sup> to Lisbon. On 28 December 1979, as a war veteran, Zarco joined a group of seventeen citizens - among whom

---

<sup>36</sup> Interview of Jaime Nogueira Pinto, 17 August 2021.

<sup>37</sup> Archive of the Ministry of Finance, Process SETF/SET/036/001/002/0126, Zarco Rogério Moniz Ferreira.

<sup>38</sup> Manifesto *Pátria, Trabalho, Justiça. Para Resgate de Portugal. Nacional-Sindicalismo*, p. 7.

<sup>39</sup> Ephemera. 2020. "Um Prédio Neo-Fascista Em Lisboa." <https://ephemerajpp.com/2020/04/02/ephemera-diario-2-de-abril-de-2020-um-predio-neo-fascista-em-lisboa/>

---



---

were General Silvino Silvério Marques and Lieutenant-Colonel Gilberto de Santos e Castro – to file a complaint against the politicians responsible for decolonisation, for the crime of treason to the Homeland, under article 141 of the Penal Code (Fonseca 1984, 55). In 1980, Zarco joined the *Intervenção Nacionalista* (Nationalist Intervention), an acronym created by leading radical intellectuals from the nationalist area - António José de Brito, Florentino Goulart Nogueira, Caetano de Mello Beirão, Rodrigo Emílio, and Walter Ventura, among others – to oppose the electoralist path of comrades linked to the weekly newspaper *A Rua* produced by Manuel Maria Múrias, founder, at the time, of the National Front (*Frente Nacional* – FN) and of the coalition with the PDC and MIRN parties for the general elections of that year (Santos 1996, 25). Zarco's most important achievement in the early 1980s, however, was the foundation of New Order (*Ordem Nova* – ON), on 25 July 1980, by notarial deed in Sintra. Reviving the name with which he had inaugurated his political career twenty years earlier, Zarco brought together comrades from the first years of his career, such as José Valle de Figueiredo and Luís Fernandes, military men from the struggle for Imperial Portugal, such as Gilberto Santos e Castro, as ON's headquarters were in the same building as *Renovação*, at Rua Tomás Ribeiro, no. 8, 3º esquerdo<sup>40</sup> – and young people from the latest nationalist generation, such as Paulo Teixeira Pinto. Due to constitutional prohibitions against fascist-inspired groups (Fafe 1983, 39), the members of *Ordem Nova* concentrated on political indoctrination, along the typical lines of Portuguese nationalism: Man as the vector of eternal values, integrated into the Nation as a community, with a destiny and a mission, and organised in a syndicalist-corporative state, as a guarantor of social justice in the economy and in politics.<sup>41</sup> The affiliation with right-wing radicalism of a fascist nature remained, however, untouched both in terms of its repertoire of activities and in terms of its international relationships. Regarding the former, the ON carried out the usual militant activities, with the distribution of propaganda in the neighbourhoods and central schools of Lisbon, without abandoning, however, more muscular action. Along the same lines as the attack on the SPE headquarters in 1963, the ON tried, unsuccessfully, to storm the *Grémio Lusitano* during the election of Adão e Silva as Grand Master of Portuguese Masonry in 1981. Regarding the latter, a delegation of sixty Portuguese members of *Ordem Nova* participated, in Madrid, in the commemorations of 20 November, the anniversary of the death of José Antonio Primo de Rivera and of Francisco Franco. On this occasion, elements of the ON formed part of the guard of honour for Blas Piñar and Giorgio Almirante, leaders of the *Fuerza Nueva* (FN) and of the neo-fascist *Movimento Sociale Italiano*, respectively and Zarco Moniz Ferreira gave an official

---

<sup>40</sup> Ephemera. 2020. “Um Prédio Neo-Fascista Em Lisboa.” <https://ephemerajpp.com/2020/04/02/ephemera-diario-2-de-abril-de-2020-um-predio-neo-fascista-em-lisboa/>

<sup>41</sup> "Ordem Nova - Estatutos", Private Archive of Luís Fernandes.

speech to those at the event. This marking of presence had some impact, as the Portuguese ambassador in Spain, João de Sá Coutinho, launched a formal protest against the "inappropriate use of the national flag".<sup>42</sup> Zarco's connection with Spain was important enough for the ON to be officially featured in number 727 of the magazine *Fuerza Nueva*<sup>43</sup>, and he translated texts by the neo-Nazi CEDADE destined for Brazil.<sup>44</sup> In the new democratic regime, however, the climate was different to that of the latter years of the *Estado Novo*. The Attorney General's Office began to put repeated pressure on the ON to modify its statutes, leading the organisation to voluntarily disband on 26 January 1982, before it was outlawed. Even though thirty new militants joined the organisation on 1 December 1982, on the occasion of a mass requested by the League of Former Graduates of the *Mocidade Portuguesa*, the organisation did not survive the first half of the 1980s. The ON was the last political act of the veteran of radical nationalism Zarco Moniz Ferreira who, on the eve of his 50th birthday, abandoning front-line militancy. His return to private life coincided with a generational change in the Portuguese radical right, and the emergence of young radicals who were now indifferent to the Portuguese Imperial myth, and more attracted by the Anglo-Saxon matrix of subcultural racism, evident in the early days of the skinhead movement in Portugal.

This schism is evident in José Carlos Craveiro Lopes' recollection of Zarco Moniz Ferreira's funeral in 1995: "He was buried] carrying in his hands the cap – immortalised in the Algerian War – which accompanied him in his mission in the service of the Homeland".<sup>45</sup> The epilogue to the life-story of someone important to the radical generation of the 1960s and 1970s, but almost unknown to the right-wing radicals of the last decade of the 20th century and the beginning of the 21st.

## Conclusions

The story of the life of Zarco Moniz Ferreira as a political militant of the 1960s and 1970s brings together all the elements of this Portuguese generation of right-wing radicalism. Entering politics because of the idea that Portugal as an Empire, rather than the authoritarian regime, was under threat, the mobilisation of this generation was essentially limited to academic urban elites. Bearers of a certain dissatisfaction with the demobilisation of the regime, especially in relation to

---

<sup>42</sup> *Ibidem*.

<sup>43</sup> "Entrevista: Crear una corriente ideológica y ética", *Fuerza Nueva*, 1980, pp.21-23. In the Private Archive of Luís Fernandes.

<sup>44</sup> European Parliament. 1985. *Committee of Inquiry into the Rise of Fascism and Racism in Europe. Report on the findings of the inquiry - December 1985*. <https://op.europa.eu/mt/publication-detail/-/publication/557b5ea7-34f9-4399-aa0d-14f19aab1d90/language-en>

<sup>45</sup> *Império, Nação, Revolução*. 2010. "Zarco Moniz Ferreira". <http://imperionacaorevolucao.blogspot.com/2010/04/zarco-moniz-ferreira.html>

---

youth, this elite sought inspiration in radical nationalism, both Portuguese (Lusitanian Integralism and National Syndicalism) and foreign (Fascism, and National Syndicalism). In terms of militant action, they looked far beyond national borders, and profited from the ideas and militant practices that circulated among contemporary European right-wing radicalism. However, only some of them became fully integrated into the neo-fascist political subculture active mainly in France and Italy. From a strategic point of view, in some cases, the most prominent leaders and militants of this radical universe joined the paramilitary structures of the regime – the Legião Portuguesa and Mocidade Portuguesa – but always with a desire to mould this sense of belonging in the same way as the most prominent bodies of European radicalism. In terms of organisation, this generation managed to become more fragmented than united, due to personality clashes and ambitions for leadership and control. The small-group-based, splintered, factious and ephemeral nature of the radical universe, did not prevent a continuum of mobilisation over the two decades analysed here, with peaks of militancy coinciding with the major political crises of the regime. Despite the independence they claimed, their relationship with the Estado Novo was always symbiotic, making use of any resources it made available, but also paying a price for its merely instrumental relationship on behalf of the Estado Novo and its internal institutional benefactors. The voluntary distancing of this generation from the "Marcelist Spring", seen as the most advanced stage in the degeneration of the regime, led to a progressive loss of vitality in its action. This decline became particularly evident when the Estado Novo was overthrown, and the young radicals participated, at best, in fleeting attempts to reconstruct the integrationist right wing of the Empire, without, however, demonstrating the least aptitude for doctrinal or organisational renewal. As an elite that shared a common political culture and history of activism, they faded away during the process of democratic normalisation, without passing on any testimony to a younger generation, now mobilised by other radical world views in a consolidated democracy.

## References bibliography

AA.VV. *Nós Nunca seremos a geração da traição. 1º Congresso dos combatentes do Ultramar*. Lisboa: Grateló, 1974.

Almada e Santos, Aurora. "A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960". *Relações Internacionais*, 30 (2011): 61-69.

Accornero, Guya. "Contentious politics and student dissent in the Twilight of the Portuguese dictatorship: analysis of a protest cycle". *Democratization*, 20, nº6 (2013): 1036-1055.  
<https://doi.org/10.1080/13510347.2012.674367>

Bale, Jeffrey McKenzie. *The "Black" Terrorist International: Neo-fascist Paramilitary Networks and the "Strategy of Tension" in Italy, 1968-1974, Vol. 1*. Berkeley: University of Berkeley, 1994.

---

- Barcellos, José de. “Congresso Constitutivo do Movimento Nacionalista do Progresso”, *Frente - Mensário de Informação Cultural e Política*, 6, Ano I, July 1966.
- Camus, Jean-Yves e Monzat, René. *Les droites nationales et radicales en France: répertoire critique*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 1992.
- Cerezales, Diego Palacios. “Civil resistance and democracy in the Portuguese revolution”. *Journal of Contemporary History*, 52, nº3 (2017): 688–709. <https://doi.org/10.1177/0022009416641496>
- Cerezales, Diego Palacios. “Fascist lackeys? Dealing with the police’s past during Portugal’s transition to democracy (1974–1980)”. *Portuguese Journal of Social Science*, 6, nº3 (2007): 155–169. [https://doi.org/10.1386/pjss.6.3.155\\_1](https://doi.org/10.1386/pjss.6.3.155_1)
- Cornejo, Marcela. “Political exile and the construction of identity: A life stories approach”, *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 18 (2008): 333–348. <https://doi.org/10.1002/casp.929>
- Fafe, José Paulo. “Do “Jovem Portugal” à “Ordem Nova”: 20 Anos de Combate Fascista”, *Expresso: A Revista*, 5 february 1983.
- Fonseca, José Dias de Almeida da. *O Livro Negro do 25 de Abril: Seleção de Tópicos Essenciais*. Lisboa: Fernando Pereira, 1984.
- Jesus, José Manuel Duarte de. *A Guerra secreta de Salazar em África*. Alfragide: Dom Quixote, 2012.
- Krcmaric, Daniel, Nelson, Stephen C., Roberts, Andrew. “Studying Leaders and Elites: The Personal Biography Approach”. *Annual Review of Political Science*, 23 (2020): 133–151. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-050718-032801>
- Lebourg, Nicolas. *Les Nazis on-ils survécus?* Paris: Seuil, 2019.
- Marchi, Riccardo. *The Portuguese Far Right between late authoritarianism and democracy 1945-2015*. London: Routledge, 2019. <https://doi.org/10.4324/9781315409931>
- Marchi, Riccardo. “A oposição de direita à política Ultramarina de Marcello Caetano”. *Lusiada História*, 2, nº7 (2010): 519-542.
- Marchi, Riccardo. *Império Nação Revolução. As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*. Alfragide: Texto, 2009.
- Picco, Pauline (2016a). *Liaisons dangereuses. Les extremes droites en France et en Italie (1960-1984)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016a. <https://doi.org/10.4000/books.pur.46731>
- Pinto, Jaime Nogueira. *Jogos Africanos*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.
- Pinto, António Costa. “The radical right in contemporary Portugal”. In *The Far Right in Western and Eastern Europe*, eds. Luciano Cheles, Ronnie Ferguson and Michalina Vaughan, 108–128. London: Longman, 1995.
- Quintas, José Manuel. “O integralismo Lusitano para além das etiquetas”. In *Ideias e percursos das direitas portuguesas*, org. Riccardo Marchi, 167-195. Alfragide: Texto, 2014.
- Rosas, Fernando. “O Estado Novo”. In *História de Portugal*, Vol.VII, dir. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- Santos, Pedro Marta. “A Extrema-Direita Portuguesa”, *O Independente: Suplemento Vida*, no. 447, 6 december 1996.
- Shamir, Boas, Dayan-Horesh, Hava and Adler, Dalya. “Leading by Biography: Towards a Life-story Approach to the Study of Leadership”. *Leadership*, 1, nº1 (2019): 13–29. <https://doi.org/10.1177/1742715005049348>
-

Xiao, Jian. "The biographical approach in (post-) subcultural studies: Exploring punk in China". *European Journal of Cultural Studies*, 20, n°6 (2017): 707-723.  
<https://doi.org/10.1177/1367549417732999>

Zúquete, José Pedro. "Portugal: a new look at the extreme-right". *Representation*, 43, n°3 (2007): 179-198. <https://doi.org/10.1080/00344890701463654>

\*\*\*

Received: April 07, 2022

Approved: May 12, 2022

---

## Dossiê: Fascismos, 100 anos depois

<https://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.36658>

### **Propaganda fascista e tecnologias algorítmicas na conjuntura neoliberal**

*Fascist propaganda and algorithmic technologies in the neoliberal conjuncture*

*Propaganda fascista y tecnologías algorítmicas en el contexto neoliberal*

*Felipe Lazzeri da Silveira\**

<https://orcid.org/0000-0002-2738-6914>

*Augusto Jobim do Amaral\*\**

<https://orcid.org/0000-0003-0874-0583>

Resumo: O presente artigo tem como objetivo problematizar a disseminação da propaganda fascista, mais precisamente sua disseminação pelas “novas direitas” por meio das tecnologias algorítmicas, bem como sua relação com a intensificação do fascismo na conjuntura neoliberal, focalizando o caso brasileiro. Tal esforço foi procedido mediante revisão de bibliografia e documentos pertinentes ao tema, e os resultados da investigação estão estruturados nos três tópicos que compõe o escrito, nos quais são analisados, respectivamente, as características do fascismo nacional, a relação entre as “novas direitas” e a propaganda fascista, e a difusão desse tipo de informação através das tecnologias algorítmicas online.

Palavras-Chave: Fascismo. Neoliberalismo. Novas Direitas. Propaganda. Algoritmos.

Abstract: This article aims to discuss the dissemination of fascist propaganda, more precisely its dissemination by the “new far-rights” through algorithmic technologies, as well as its relationship with the intensification of fascism in the neoliberal context, focusing on the Brazilian case. This

---

\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPel); Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: felipe\_lsilveira@hotmail.com

\*\* Professor dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia e em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Doutor em Altos Estudos Contemporâneos (Ciência Política, História das Ideias e Estudos Internacionais Comparativos) pela Universidade de Coimbra. Doutor, Mestre e Especialista em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: guto\_jobim@hotmail.com



writing was carried out by reviewing the bibliography and documents pertinent to the topic, and the results of the investigation are structured in the three topics that make up the text, in which the characteristics of national fascism, the relationship between the "new rights" are analyzed, respectively. and fascist propaganda, and the dissemination of this type of information through online algorithmic technologies.

Keywords: Fascism. Neoliberalism. New Far-Rights. Propaganda. Algorithms.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir la difusión de la propaganda fascista, más precisamente su difusión por las "nuevas derechas" a través de tecnologías algorítmicas, así como su relación con la intensificación del fascismo en el contexto neoliberal, centrándose en el caso brasileño. Este esfuerzo se llevó a cabo mediante la revisión de la bibliografía y documentos pertinentes al tema, y los resultados de la investigación se estructuran en los tres temas que componen el texto, en los que se destacan las características del fascismo nacional, la relación entre las "nuevas derechas" Se analizan, respectivamente. la propaganda fascista y la difusión de este tipo de información a través de tecnologías algorítmicas online.

Palabras clave: Fascismo. Neoliberalismo. Nuevas derechas. Publicidad. Algoritmos.

### Como citar este artigo:

Silveira, Felipe Lazzari da; Amaral, Augusto Jobim do. "Propaganda fascista e tecnologias algorítmicas na conjuntura neoliberal". *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 282-301.

\*\*\*

## Introdução

Nacionalismo exacerbado, racismo, xenofobia, machismo, violência policial, ódio da política e dos que pensam diferente, negação da ciência e desprezo pelos princípios democráticos são traços expressivos do Brasil nesta segunda década do século XXI. Indubitavelmente, muitos deles sempre estiveram presentes. O que provoca inquietação neste momento são as formas radicalizadas e a nitidez com que eles se apresentam.

Para além das leituras que se reduzem a indicar um momento de simples polarização política, é urgente perceber que o cenário é mais complexo e grave, visto que lidamos com uma versão do fascismo. Conforme problematizaremos ao longo do escrito, o fascismo não se restringe ao seu formato histórico, isto é, aos regimes totalitários do início do século passado. Tal fenômeno, lembrando Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011; 2012), é uma forma de vida, um traço constitutivo das democracias liberais capitalistas, um desejo produzido socialmente através da exploração dos

afetos gerados pelos conflitos iminentes ao modo de vida que as caracterizam, e que pode se manifestar com menor ou maior intensidade, no último caso, ensejando reflexos no campo político-governamental.

O que existe de novo agora é que o desejo pelo fascismo vem sendo mobilizado e intensificado por um tipo de propaganda imensamente mais eficiente do que a utilizada na primeira metade do século XX. Atualmente, a propaganda fascista vem sendo disseminada via internet (Lazzarato 2019), através de tecnologias algorítmicas de processamento em *big data* que possibilitam não apenas o direcionamento de seu conteúdo ao seu público-alvo, mas, também, a modulação psicológica, recurso que superou a manipulação, técnica utilizada pelos velhos veículos de comunicação para produzir subjetividades (Cassino 2018).

Deve-se consignar que, desde seu início, antes mesmo da chegada do século XXI, a internet já abrigava *sites* que continham conteúdo fascista e nazista. O que há de diferente agora é que a evolução da rede e das tecnologias *online* (tecnologias que não são ideologicamente neutras) vem permitindo a difusão desse tipo de conteúdo em uma velocidade enorme e também a reunião e o engajamento de pessoas que têm em comum o apreço pelas ideias antidemocráticas (Donovan; Lewis; Friedberg 2019).

O caso brasileiro repercute uma tendência que vem se apresentando em diversas regiões do Ocidente (Da Empoli 2020). Resguardadas as peculiaridades de cada país, a dinâmica do avanço fascista é muito parecida: o capitalismo neoliberal produz graves problemas sociais, situações que geram sofrimentos, ressentimentos e descrédito na política, e, em seguida, surgem populistas alinhados à quimera fascista culpando a democracia e propondo soluções fáceis e pragmáticas a serem implementadas a qualquer custo (Brown 2019; Castells 2018; Hur 2019; Mounk 2019). No que tange ao objeto do presente artigo, cumpre destacar que todos eles são habilidosos em disseminar suas ideias na internet e afirmam o compromisso com as reformas neoliberais. Maurizio Lazzarato (2019, 04) tem razão quando afirma que “o novo fascismo é um ciberfascismo”.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo problematizar a propaganda fascista e o papel que ela desempenha na conjuntura atual, na fase mais frenética do neoliberalismo, esforço que será empreendido mediante a revisão bibliográfica interdisciplinar sobre o tema, e organizado em três tópicos, nos quais analisaremos, respectivamente, a recorrência do fascismo no contexto neoliberal, os aspectos estruturais e funcionais da propaganda fascista e, por fim, a sua utilização pelas novas direitas no contexto das tecnologias algorítmicas.

## Traços do fascismo nacional: As “novas direitas” no Brasil e a propaganda fascista

O Brasil é um *locus* privilegiado para se observar a escalada fascista que vem corroendo muitas democracias. No campo político-governamental, diversas características remetem propriamente aos regimes fascistas do século passado.

Importante ponderar que, do mesmo modo como Benito Mussolini (*il Duce* do fascismo italiano) e outros líderes fascistas e populistas de extrema direita, Jair Messias Bolsonaro chegou ao poder pela via democrática, isto é, pelas eleições diretas. Mais de 57 milhões de brasileiros (aproximadamente 55% dos votos válidos) votaram no maior expoente da extrema direita brasileira, ainda que com escassa plataforma de governo. Em sua campanha, Bolsonaro investiu na disseminação do ódio contra seus adversários e minorias, a homenagear ditadores e a prometer restaurar o patriotismo e a fé cristã (Avritzer 2021).

Para compreender o fascismo em suas práticas atuais, primordial é perceber que o fenômeno não se restringe a uma dimensão histórica. Por mais que suas ideias-força tenham se consubstanciado com mais concretude e transparência na forma de um movimento de massas organizado, que acabou se tornando um regime político militarizado, marcado por liturgias e simbologias muito peculiares, em uma região e em um período histórico bem definidos (De Felice 2012; Mariátegui, 2010; Milza; Berstein 2009), não se deve descurar que o fascismo escapa dos limites impostos pelos marcos históricos.

O fascismo histórico foi e ainda é interpretado de diversas maneiras. Porém, as dissonâncias interpretativas devem ser encaradas com naturalidade, tendo em vista que, além das singularidades ideológicas que guiaram os trabalhos dos estudiosos, o fenômeno foi profundo e multifacetado, impossível de ser examinado em seu todo ou por uma única área do conhecimento. Não obstante, uma das mais importantes interpretações foi a desenvolvida por Wilhelm Reich, ainda na década de 1930, e que está eternizada na obra “Psicologia de Massas do Fascismo” (1974). Pelas lentes da psicanálise, ele descreveu o fascismo como um fenômeno psicológico muitíssimo complexo, produto do mal-estar causado pelas crises do capitalismo nas sociedades industrializadas. No seu entender, as massas não teriam sido ludibriadas, mas desejaram o fascismo por uma série de fatores, dentre eles, a grande habilidade de seus líderes em fabricar ilusões capazes de permitir a manipulação de seus sentimentos. Sobre a propaganda fascista, especificadamente, cabe lembrar a constatação de Reich, ao tratar do caso italiano, afirmando que os fascistas teriam logrado êxito em chegar ao poder por serem muito competentes em canalizar as angústias e os temores da população (Reich 1974). Nesse sentido, o processo de produção e cooptação de sentimentos foi empreendido através da difusão de uma grande quantidade de propaganda nos meios de comunicação disponíveis

---

naquela quadra histórica, por exemplo, cinema, rádios, jornais impressos, folhetins, panfletos etc. (Milza; Berstein 2009).

O trabalho de Reich é um marco importante, pois permitiu pensar o fascismo para além dos regimes políticos surgidos na Europa na primeira metade do século passado. Foi partindo da observação do psicanalista alemão, de que as massas teriam desejado o fascismo em determinado momento e em determinadas circunstâncias, que Deleuze e Guattari (2011) desenvolveram sua análise sobre o fascismo, trazendo a lume subsídios básicos para a compreensão do fenômeno, em especial na conjuntura atual. Os pensadores franceses também superaram as interpretações que reduziam o fascismo à condição de uma ideologia política autoritária imposta verticalmente em um determinado período. Todavia, diferentemente de Reich, que entendia o desejo pelo fascismo como sendo fruto de uma operação intrapsíquica negativa vinculada ao sadismo ou às inibições sexuais, eles afirmaram o caráter positivo desse desejo, indicando que ele é socialmente produzido.

Nessa perspectiva, o fascismo não é mero resultado de uma ideologia, da alienação ou das repressões intermediadas pela família, nos termos da tríade edipiana de Freud, mas produzido no plano psíquico por meio do agenciamento dos sofrimentos e ressentimentos ensejados pelo modo de vida que caracteriza as democracias capitalistas. Ao mesmo tempo em que se criam as subjetividades necessárias à produção e ao lucro, o capitalismo, em razão dos problemas e conflitos que lhe são inerentes, estimula inseguranças, medos e ressentimentos passíveis de serem agenciados e convertidos em desejo pelo fascismo (Deleuze; Guattari 2011, 46-47-141-142).

Deve-se esclarecer que, de acordo com a abordagem deleuze-guattariana, todas as sociedades e indivíduos são atravessados ao mesmo tempo por duas segmentaridades inter-relacionadas: uma molar, por característica binária, homogeneizante e marcada por referências mais rígidas, na qual figuram os objetos e os discursos que representam a realidade, e outra molecular, caracterizada pela flexibilidade e pela fluidez, que se refere ao plano dos sentimentos, do invisível, das intensidades, da produção dos desejos. E como “tudo é político”, essas segmentaridades são lastreadas pelo político em dois níveis que são inseparáveis, o macropolítico e o micropolítico. No primeiro, operam as políticas do aparelho de Estado, enquanto no segundo, dão-se as micropolíticas dos afetos. Segundo Deleuze e Guattari (2012, 99-100-101), é no nível micropolítico que serão moldadas as percepções e os comportamentos (atitudes, posturas, etc.) dos sujeitos, e nele que será produzido o desejo pelo fascismo. É por essa potência micropolítica-molecular que, conforme alertaram os pensadores, “é muito fácil ser antifascista no nível molar, sem ver o fascista que nós mesmos somos, que entretemos e nutrimos, que estimamos com moléculas pessoais e

---

coletivas”, e que o fascismo é tão perigoso. É também por causa dela que o fascismo sempre romperá os limites históricos (Deleuze; Guattari 2012, 102).

Em apertada síntese, deduz-se que, o plano macropolítico, que corresponde ao nível molar, refere-se à “política instituída e estratificada, ao Estado, partidos políticos e conjuntos sociais instituídos (...) à concepção tradicional de política com suas categorias estabelecidas”, enquanto o plano micropolítico, que corresponde ao nível molecular, diz respeito ao plano que abriga as relações de força que produzem as subjetividades, concepções de mundo, incluindo os agenciamentos e investimentos que produzem desejos, dentre eles o pelo fascismo, que poderá, obviamente, refletir no nível molar, mas também nas ações cotidianas, consumando-se, por exemplo, no racismo, na xenofobia, no machismo, no ódio aos pobres, etc. (Hur 2019, 41-42; 143-144).

A aproximação deleuze-guattariana (Evans; Reid 2013) foi precisamente resumida por Michel Foucault no prefácio da edição estadunidense de “O Anti-Édipo”, publicada em 1977. Tornando ainda mais cristalina a hipótese que o fascismo é um traço constitutivo do modo de vida que caracteriza as democracias capitalistas, Foucault sublinhou que o fascismo extrapola dos regimes autoritários do início do século XX, pois está no nível das condutas, dos espíritos, ou seja, da própria vida cotidiana, agindo como uma força “que nos faz gostar do poder, desejar essa coisa mesma que nos domina e explora” (1983, xi-xiv).

Sendo o fascismo efeitos de processos de subjetivação, dependendo de como será agenciado, sua intensidade poderá influenciar o plano macropolítico-molecular, refletindo no Estado e em suas instituições (HUR 2019, 147). Considerando, ademais, as particularidades dos constantes avanços no campo da comunicação e da informação, não se deve negligenciar o papel da propaganda nesta dinâmica.

O caso do Brasil é exemplar em demonstrar que a propaganda (agora disseminada via tecnologias algorítmicas) é um dispositivo elementar para a produção e a intensificação do fascismo. Se a performance fascista tem espaço no plano político-governamental, é porque uma grande parcela da sociedade passou a desejá-lo. Alertou Eliane Brum também a este respeito: “Jair Bolsonaro é a encarnação de um fenômeno muito maior do que ele, do qual ele sabe tirar o máximo de proveito” (2019, 262). Desdobramento que se tornou factível, obviamente, por força da conjuntura conturbada gerada pelo neoliberalismo, aliada à eficiência da propaganda fascista.

A perspectiva deleuze-guattariana auxilia a perceber não apenas que o fascismo não é um fenômeno circunscrito ao seu formato histórico, mas também a compreender o papel desempenhado pela propaganda nesse processo. Com ela, torna-se menos complicado entender,

---

por exemplo, uma das mais primorosas descrições do fascismo elaboradas até hoje, a do “*Ur-Fascismo*” (Fascismo Eterno) por Umberto Eco (2017), que igualmente desloca o fascismo dos limites temporais para defini-lo como um elemento presente em todas as sociedades, cuja emergência dependeria da presença de algumas características que lhes são típicas.

A analítica de Eco é crucial por sua precisão em delinear as características do fascismo e demonstrar que ele não foi obliterado pelas democracias do pós-Segunda Guerra, e que nem poderia ter sido. Segundo o filósofo, tais características girariam a partir, em geral, do culto da tradição, a recusa da modernidade, o culto da ação pela ação, a não aceitação do dissenso e dos que têm posições políticas e visões de mundo diferentes, o racismo, o apelo às frustrações das classes médias, a preocupação paranóica com supostos complôs, o nacionalismo xenófobo, a ideia de que a vida é uma guerra permanente, o elitismo, o machismo, o populismo, e a utilização da “novílingua”. Na concepção de Eco (2017, 32 e ss.), a presença de qualquer uma delas bastaria para abrolhar o que denominou de “nebulosa fascista”. Inegavelmente, os sinais detalhados por Eco estão muito presentes na conjuntura atual, expressas sem muita margem de erro pelas ditas “novas direitas” (Solano 2018). Portanto, importa identificar o principal instrumento utilizado por elas para sua multiplicação.

Partindo da premissa de que a propaganda exerceu uma função central na formação das subjetividades que guiaram as sociedades ocidentais desde o início do último século (Chomsky 2013; Ellul 1973; Lipovetsky 2009, 2015; Marcuse 2015), inclusive durante o fascismo histórico, cujos líderes foram competentes em utilizá-la para disseminar suas ideias, mentiras e manter a coesão entre seus apoiadores (Blinkhorn 2009; Finchelstein 2020; Salvemini 2018; Stanley 2018; Zunino 2013), a questão nuclear a ser tratada neste ponto é o papel desempenhado pela propaganda fascista como fábrica desejante e modo de agenciamento das massas. Tal esforço exprimirá a prática da propaganda fascista e fornecerá recursos importantes para que, no momento seguinte do trabalho, possamos analisar tais organizações no contexto da internet.

Por conseguinte, é fundamental retomar os estudos de Theodor W. Adorno (2015a; 2015b; 2019) sobre a personalidade autoritária e a propaganda fascista. Na obra “Estudos sobre a personalidade autoritária”, o professor alemão apresentou dados da pesquisa que desenvolveu nos Estados Unidos entre as décadas de 1940 e 1950, aplicando questionários e realizando entrevistas a partir das técnicas da psicologia clínica freudiana, com o propósito de identificar angústias, desejos e projeções de cunho ideológico provocadas pela totalidade social, e aferir aquilo que ele nomeou de potencialidade fascista, ou seja, a suscetibilidade de determinadas pessoas à propaganda fascista (Costa 2019).

---



Com base nas respostas obtidas, Adorno concluiu que alguns indivíduos apresentavam uma estrutura psicológica baseada em convicções políticas, econômicas e sociais que formavam um padrão de pensamento amplo e coerente, “como se fundidas por uma mentalidade ou por um espírito”, que os tornavam suscetíveis à propaganda antidemocrática (2019, 71 e ss.). Seu trabalho também possibilitou identificar algumas variáveis daquele tipo de personalidade, tais como: a adesão aos valores centrais da classe média, a submissão acrítica ao autoritarismo, a tendência a agredir e rejeitar pessoas que pensassem diferente, a superstição, a extrema preocupação com a dimensão hierárquica de dominação-submissão, a hostilidade generalizada, o desprezo pelo humano, a projetividade apoiada em teorias da conspiração e a preocupação exagerada com as questões sexuais. Nota-se, mesmo em um exame inicial, que as variáveis descritas por Adorno aproximam-se em grande medida às características do *Ur-Fascismo* elencadas por Eco, não deixando de percebê-lo como é produzido através da exploração dos afetos e sua organização libidinal.

Os estudos de Adorno sobre a propaganda fascista são igualmente cruciais, pois evidenciam elementos importantes de seu funcionamento, detalhes que desvelam os “princípios ativos” desse tipo de propaganda. De acordo com eles, diferentemente da propaganda direcionada ao consumo, que sempre teve como objetivo influenciar os indivíduos a comprar determinados produtos ou a adotar determinados comportamentos, a propaganda fascista não tem como finalidade convencer as pessoas a se tornar fascistas, mas sim criar e/ou reforçar o vínculo entre o agitador fascista e as pessoas que compartilham previamente de ideias antidemocráticas ou têm propensão a simpatizar com elas. Nesse sentido, a propaganda fascista é exitosa em influenciar a psicologia dos indivíduos potencialmente fascistas, justamente porque opera fazendo com que eles confirmem suas concepções de mundo e sintam um enorme prazer com isso (Adorno 2015a, 144-145; 152).

Adorno (2015a, 140) revelou aspectos importantes sobre o modo como a propaganda fascista incide sobre a psicologia dos indivíduos, explicando que ela opera estimulando e manipulando mediante a emissão de mensagens reacionárias que objetivam falsificar a realidade e que glorificam a substituição dos fins pelos meios, a ação pela ação, sempre com uma linguagem não objetiva que faz com que a propaganda pareça personalizada, especificidades que facilitam ainda mais a identificação dos indivíduos potencialmente fascistas com os agitadores. Também advertiu que esse processo de manipulação – que com o advento das tecnologias algorítmicas foi substituído por um processo de modulação – não configura nenhuma espécie de hipnose e que tampouco é irracional, visto que, apesar das distorções, a propaganda fascista é sempre planejada, organizada e assimilada de forma consciente.

---

Outro artifício utilizado na propaganda fascista que será fundamental para estabelecer o vínculo com os receptores de sua mensagem e para mobilizar seus afetos é a famosa e debatida figura do “pequeno grande homem”. Do ponto de vista de Adorno (2015b, 169-172), tal protótipo não passa de uma gigantesca farsa produzida que permite aos fascismos vislumbrarem seus líderes como homens comuns, como mais um entre todos do povo e, ao mesmo tempo, como alguém predestinado. Detalhando esse processo de identificação, inferia que “a imagem do líder satisfaz o duplo desejo do seguidor em se submeter à autoridade e ser ele mesmo a autoridade”.

Nada difícil visualizar o papel desempenhado pelo mito do “pequeno grande homem” no atual contexto brasileiro, já que, como acertadamente vez mais assinalou Brum, Bolsonaro acabou sendo reconhecido por seus seguidores como um igual, como mais um brasileiro supostamente refém do politicamente correto, vítima dos direitos das minorias e das mulheres, impedido de exercer o direito à liberdade de expressão que, sob esse prisma, autorizaria manifestações de cunho racista, machistas ou LGBTQIA+fóbicas (Brum 2019, 228 e ss.).

Outro diagnóstico adicional trazido por Adorno, que auxilia a compreender a performance da propaganda fascista na atualidade, é aquele relativo à diferença entre o líder fascista e seus seguidores. Trata-se de um elemento particularmente importante, pois aponta que, à diferença das pessoas que refletem a sua personalidade, o líder fascista normalmente têm uma melhor capacidade de exprimir seu fascismo sem inibições e muita habilidade em dissimular. Já naquela época, foi identificado que, para muitos, ser agitador fascista havia se tornado uma profissão (2015b, 181-182). Mesmo tendo sido feita há sete décadas, tal afirmação não deixa de ser confirmada pelo caso brasileiro, pois, como apontou Rosa (2019), muitos dos agitadores (blogueiros, *youtubers*, etc.) que fizeram fama a partir do episódio do impeachment de Dilma Rousseff tornaram-se propagandistas profissionais.

Para entender a persistência fascista e o papel da propaganda nessa dinâmica, outro dado medular a ser sopesado é o fato de que, após a Segunda Guerra Mundial, os axiomas fascistas seguiram sendo revisados, atualizados e disseminados em diversos países, ainda que no interior de novos partidos políticos ou organizações de pouca expressão que abdicaram do termo “fascismo” e das antigas simbologias (Vercelli 2018). No Brasil, mesmo que de um modo mais tardio, verificou-se um processo semelhante. Os partidos de extrema direita e grupos simpatizantes do autoritarismo de Estado, que passaram décadas sobrevivendo no ostracismo tentando revisar a história do passado ditatorial, acabaram ganhando força no amanhecer do século XXI, após terem readequado seus discursos e passado a defender ideias neoliberais (Casimiro 2018, 457 e ss.).

---

Em síntese, é precipitado afirmar que as novas direitas fascistóides surgiram com Donald Trump, Matteo Salvini ou Jair Bolsonaro. Em que pese o ineditismo de algumas táticas, como o uso das tecnologias algorítmicas, esses nomes representam mais uma expressão que há muito tempo vinha sendo propagada por movimentos bastante heterogêneos e sincréticos que, na verdade, encarregaram-se de reciclar o fascismo desde novos incrementos. De acordo com a historiografia sobre o tema, nesse percurso histórico, a propaganda foi um recurso fundamental para que as novas direitas se popularizassem (Angella 2000; Casadio 2013).

Relevante observar que os tons das propagandas utilizadas pelas novas direitas ao longo do tempo nunca deixaram de ter certa semelhança. As teorias da conspiração e as notícias falsas destinadas a adulterar a realidade – que hoje circulam nas redes sociais ou aplicativos de comunicação *online* – são estratégias que antecedem a internet. A grande novidade na conjuntura atual é que a propaganda fascista, que segue embebida de ideias nacionalistas, xenófobas, racistas, machistas, todas elas repaginadas, vem sendo difundida em uma escala gigantesca e tendo o seu potencial de criar vínculos e coesão entre seu público exacerbado pelas tecnologias que operam através de modulação psicológica (Ambrós Garcia 2018; Barbosa 2019; Dal Lago 2017; Pinheiro-Machado; Freixo 2019).

Constata-se, então, que a propaganda fascista é eficiente por se destinar primordialmente às pessoas que compartilham previamente de ideias antidemocráticas e também devido aos artifícios que utiliza. Sendo assim, considerando que a conjuntura atual é pródiga em gerar sofrimentos que servem de matéria prima para a produção dos desejos antidemocráticos e fascistas, e que as novas tecnologias da informação-comunicação *online* maximizaram o poder de influência da propaganda, convém analisar o funcionamento e o papel desempenhado pela propaganda fascista neste momento em que a democracia é fortemente atacada sob o patrocínio das novas direitas.

### **A propaganda fascista no contexto das tecnologias algorítmicas**

O cenário que se monta nesta segunda década do século XXI evidencia os efeitos das opções feitas nos campos político, econômico e social ao longo, ao menos, dos últimos quarenta anos. A consolidação da racionalidade neoliberal culminou na naturalização das desigualdades sociais e num modo de vida egoísta e alienado dos problemas por ela produzidos. Os resultados da transformação do Estado, como facilitador do mercado, e da farsa da meritocracia, que produziram a supressão de direitos e a concentração dos lucros nas mãos de uma minoria (Harvey

2018, 93), não poderiam gerar outros desdobramentos senão a insatisfação com a política democrática e a intensificação dos sofrimentos, ressentimentos e do ódio.

Paralelamente, a popularização da internet e dos dispositivos tecnológicos que permitem o fluxo constante de informações, utilizados pela racionalidade neoliberal tanto no plano político-econômico quanto em todos os âmbitos da vida (Dardot; Laval 2016), deram ensejo a uma realidade marcada pela circulação acelerada destas relações. Não se deve olvidar que a evolução das tecnologias *online* modificou radicalmente o campo da comunicação e, com isso, as relações sociais. Conforme enfatizou Franco “Bifo” Berardi (2019, 16-17; 97), o uso constante dos novos dispositivos digitais conectados à internet afetou as esferas biológica, cognitiva e psíquica dos indivíduos ao ponto de fazê-los interiorizarem uma espécie de “máquina bioinformática”. Na visão do pensador italiano, as novas tecnologias de internet permitiram a colonização das mentes, viabilizando a interferência direta sobre as possibilidades de ação e de escolha, acentuando sofrimentos e bloqueando qualquer tipo de resistência ao domínio do capitalismo neoliberal (Berardi 2019, 58-59; 87; 130).

Imprescindível observar que a realidade intoxicante imposta pela aceleração da informação acirrou ainda mais os medos, inseguranças e ressentimentos que servem de matéria prima para o fascismo, e que, a partir de determinado momento, as novas tecnologias deixaram de ser manejadas somente para forjar subjetividades e desejos necessários ao aumento da produção e do consumo, ou para fins de controle estatal, para tornarem-se instrumentos de exploração dos afetos gerados pelas dissonâncias do modo de vida neoliberal para fins políticos.

Paralelamente à problematização da propaganda fascista no contexto das novas tecnologias digitais, é fundamental grifar que não existe incompatibilidade entre neoliberalismo e autoritarismo (Chamayou 2020; Klein 2008). Essa constatação permite-nos entender que não há nada de ilógico no fato de que, hoje, as novas direitas, correntes que trazem consigo o legado fascista, tenham se encarregado de cumprir os desígnios neoliberais. Propor o fortalecimento do nacionalismo como forma de resolver os problemas causados pela globalização, propagar o velho discurso anticomunista para gerar pânico e utilizá-lo para atacar adversários políticos, incentivar a xenofobia, o racismo, o machismo e a violência contra os que pensam diferente em nome da suposta salvação do que entendem ser a velha e a boa ordem moral (como se quisessem retornar a um passado glorioso e harmônico que nunca existiu – um típico sintoma do fascismo!), são posturas que não conflitam com os preceitos neoliberais.

A expectativa de que a internet proporcionaria a igualdade de acesso à informação e contribuiria para o fortalecimento da democracia jamais se concretizou (Loveluck 2018, 102-103;

---

151; 170). Além disso, o ciberespaço restou monopolizado pelas grandes empresas de tecnologia do Vale do Silício, conglomerados que pouco se importaram com essa questão ou com os jogos sujos nas suas plataformas (Morozov 2018, 15-21). Não há coincidência no fato dessas empresas exercerem o controle das plataformas mais utilizadas, sejam elas redes sociais, sites de busca, etc (Morozov, 43 e ss.).

O desenvolvimento das tecnologias algorítmicas de processamento em *big data* permitiram que esses dispositivos passassem a ser constantemente aprimorados, não somente para se tornarem mais funcionais e atrativos, mas também para captar dados e rastros das interações de seus usuários e interpretá-los com precisão, de modo a permitir o conhecimento sobre suas particularidades e o direcionamento de conteúdo de acordo com suas preferências. Inicialmente, essas tecnologias eram utilizadas para prender a atenção do usuário-consumidor, fazendo-o permanecer conectado por mais tempo, gerando os dados necessários para a composição de seu perfil que, posteriormente, seria comercializado aos “anunciantes” interessados em exibir e vender seus produtos (Mayer-Schonberger; Cukier 2013).

De acordo com Viktor Mayer-Schonberger e Kenneth Cukier (2013, n.p.), essas tecnologias alteraram o modo como entendemos e organizamos a sociedade, já que romperam com o prisma estatístico, possibilitando a análise de dados mais complexos, em grandes volumes e de forma bastante precisa e rápida, permitindo, inclusive, a identificação de padrões nas variações de comportamento do usuário na rede. Com base nos dados fornecidos espontaneamente e nos rastros deixados pelos usuários em suas interações nos sites de buscas, redes sociais e aplicativos (“informações que são mais abandonadas do que cedidas”, por exemplo, *likes*, avaliações, comentários, acessos, tempo de visualização de um vídeo ou imagem etc.), os algoritmos, que quanto mais utilizados mais se aprimoram, alcançam um exato conhecimento e previsões sobre preferências, intenções e propensões para um imediato direcionamento de conteúdo modulatório (Rouvroy; Berns 2015, 41-42)

Mas o sucesso das mensagens mediadas pelas tecnologias algorítmicas não tem seu êxito assegurado tão somente por permitirem o direcionamento de informações para pessoas dispostas a assimilá-las. Elas ostentam um imenso potencial em cumprir seus objetivos, sobretudo por atuarem mediante a modulação psicológica dos usuários, processo que é bem diferente da velha manipulação empreendida pelos antigos veículos de informação, conforme analisou Adorno. A modulação opera pelo enquadramento emocional, por inúmeros artifícios que instigam o usuário a participar ativamente desse processo. As arquiteturas das redes sociais e dos aplicativos são desenvolvidas para oferecerem inúmeras possibilidades de interação. Enquanto a velha

---

manipulação midiática atuava mascarando a realidade para todos, isto é, supervalorizando alguns fatos ou versões em detrimento de outros, a modulação algorítmica atinge os indivíduos em suas singularidades. Reside aí seu imenso potencial (Cassino 2018, 15-25) de radicalizar o poderio da propaganda fascista.

Na prática, a dinâmica das redes sociais facilita a coordenação das ações coletivas porque possibilita a difusão de mensagens de modo capilarizado e orientado, e, com isso, pode desencadear uma “cascata de informações” que atinge um elevado número de pessoas rapidamente. Inegavelmente, a internet imprime mais velocidade nas ações coletivas do que quaisquer outras formas de organização off-line. É por isso que plataformas como o Facebook e o Twitter têm desempenhado um papel essencial na organização de muitos protestos políticos ocorridos ao redor do mundo. Há de se destacar que as ações coletivas de massa gestadas nas redes, assim como as próprias redes, dificilmente são compostas por estruturas horizontais, pois, do contrário, são organizadas de modo centralizado, metodologia que maximiza a potencialidade de disseminação das informações com eficiência (Santini et al. 2015).

Importante sublinhar que as tecnologias algorítmicas também viabilizam o deslocamento dos usuários para “bolhas” que, na verdade, não são simplesmente espaços virtuais que reúnem pessoas que compartilham das mesmas preferências, mas “amostras, filtradas e organizadas” (Silveira 2018, 38-39). Essas “bolhas” facilitam sobremaneira o processo de modulação porque permitem o direcionamento de propaganda para grupos de pessoas que têm predisposição a assimilá-las e também proporcionam inúmeros espaços e possibilidades de interação. Nessa dinâmica, elas estimulam a sensação de que toda aquela interatividade é espontânea, de que todos estão exercendo suas individualidades e liberdades, mesmo que, paradoxalmente, trate-se de um ambiente restrito controlado pelos algoritmos (Machado 2018, 58). No que tange à propaganda fascista, há de se considerar que essas “bolhas” são propícias para que os sujeitos confirmem suas concepções e sintam grande prazer com isso, a ponto de permanecerem conectados por mais tempo, interagindo e disseminando conteúdos produzidos pelos agitadores.

De acordo com inúmeras análises, o pioneiro na utilização das tecnologias algorítmicas para tal finalidade foi o estrategista político Steve Bannon. Lançando mão da estrutura da *Cambridge Analytica*, na época umas das maiores empresas de comunicação estratégica baseada em *data mining*, e contando com o auxílio de agitadores fascistas até então pouco conhecidos no mundo virtual, ele alavancou a disseminação de uma exorbitante quantidade de teorias da conspiração e *fake news*. Direcionando o conteúdo em formato de texto, vídeo e memes aos simpatizantes de ideias antidemocráticas e aos descontentes com as condições do panorama neoliberal, convidando-os,

---



ainda, a interagir e participar ativamente de sua empreitada, Bannon conseguiu criar um cenário propício para a radicalização de sentimentos nacionalistas, antiglobalistas, xenófobos, racistas, machistas, anticomunistas, e dos discursos de ódio (Da Empoli 2020, 28 e ss.).

Depois de criar o seu “movimento”, Bannon vendeu sua expertise para as novas direitas, correntes com as quais sempre se identificou e que tinham o maior interesse pela “nebulosa fascista”. Do ponto de vista estratégico, a vitória de Trump nas eleições norte-americanas de 2016 foi, sem dúvida, um grande êxito de Bannon. Cogita-se que o estrategista também tenha se aventurado em outros países, prestando auxílio a outros políticos de extrema direita, dentre eles, Bolsonaro (Da Empoli 2020, 28 e ss.).

A essa altura do trabalho, essencial ressaltar o caráter fascista das novíssimas formas de propaganda. Como vimos, o fascismo não existe apenas no interior de regimes políticos de pretensões totalitárias, pois trata-se de um elemento próprio à democracia liberal capitalista. Se o que presenciamos na conjuntura atual é a intensificação dos nacionalismos, dos discursos antiglobalista, anticomunista, xenófobo, racista, machista, uma verdadeira consagração da política divisionista e bélica do “nós” e (contra) “eles” (Stanley 2018, 15; 178), apesar da maquiagem conferida pela falsa ideia de que vivemos apenas um momento de polarização política, é de fascismo que se trata.

Em que pesem as peculiaridades regionais, o caso do Brasil é representativo nesse sentido. Os históricos problemas políticos, sociais e econômicos agravados pela implementação do projeto neoliberal na década de 1990 (Saad Filho; Morais 2018, 95 e ss.), processo também não interrompido nem mesmo pelos governos ditos de esquerda (Lazzarato 2019, 27 e ss.) contribuíram sobremaneira para a instauração de um ambiente propício para o avanço do fascismo. Diante do fracasso das forças progressistas em perceber o que se passava nas Jornadas de Junho de 2013, todo aquele caldo de insatisfação e de demandas anti-institucionais foi muito bem capturado de modo regressivo por práticas tipicamente fascistas (Mendes 2018; Cava; Pereira 2016).

É inegável que a internet, por suas características, viabilizou espaços mais amplos ao fascismo. Com efeito, as plataformas em rede, onde milhões de usuários passam boa parte do tempo socializando e buscando informações, permitiu que o fascismo se disseminasse muito rapidamente. A diferença do passado para hoje é que não temos partidos autodeclarados fascistas buscando cooptar apoiadores para suas políticas autoritárias, mas um tipo de fascismo que se intensifica pelas culturas digitais de ódio, e que, logicamente, são manipulados e ecoam no campo político governamental. O problema se agrava porque existe uma tendência nos debates públicos de despolitizar os problemas dessa política fascista, como se fosse apenas uma simples polarização.

---

Enquanto medidas não são tomadas, e a internet segue sendo um espaço livre para a ascensão fascista, a democracia liberal vai sendo minada (Fielitz; MArcks 2019).

Os sintomas do fascismo ainda restam bastante explícitos na internet. Já se sabe hoje que as teorias da conspiração e as *fake news* fabricadas pelos gurus da nova extrema direita e por influenciadores digitais foram impulsionados em larga escala nas redes sociais e nos grupos de aplicativo de comunicação instantânea criados para esse fim. Foi lançando mão das tecnologias algorítmicas que a nova extrema direita brasileira identificou seu “público-alvo” e disseminou sua propaganda para fomentar o desejo de fascismo que acabou se materializando nas urnas (Rosa 2019).

Há de se destacar que a propaganda bolsonarista nas redes não se deu exatamente pela metodologia de Bannon, pois, mesmo online, mostrou-se bastante orgânica, lançando mão de dispositivos como o WhatsApp e Instagram. Em geral, a extrema direita fez bastante uso dos *bots*, isto é, de robôs que se inserem nas estratégias de propaganda *online* combinando algoritmos, automação e controle humano para influenciar a opinião dos usuários. Vale registrar que essas estratégias já haviam sido utilizadas no Brasil nas eleições de 2010 e 2016. Na verdade, elas foram viabilizadas pelas mudanças na legislação eleitoral operadas em 2015, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proibiu doações de empresas e instituições para campanhas, e em 2017, quando o Congresso Nacional autorizou partidos políticos e candidatos a promoverem conteúdos pagos nas redes (Santini et al. 2021). O que se verificou de novo em 2018, sobretudo na campanha bolsonarista, foram o aumento da velocidade na circulação das informações (graças aos avanços tecnológicos, novos apps, etc.) e o teor fascistóide dos conteúdos difundidos.

Os relatos e a investigação jornalística de Patrícia Campos Mello ajudam a perceber os processos de modulação empreendidos via tecnologia algorítmica em favor do fascismo. A profissional sentiu na pele a violência das milícias digitais após assinar uma reportagem denunciando os supostos crimes eleitorais praticados pela campanha eleitoral de Bolsonaro, como o impulsionamento de conteúdo em redes sociais e os disparos de mensagem em massa em grupos de *WhatsApp* e *Telegram* financiados por empresários e sem a devida prestação de contas perante a Justiça Eleitoral. Em seu livro, ela expõe o funcionamento da rede de propaganda que ajudou Bolsonaro a vencer o pleito eleitoral, a qual operou (e segue operando) primordialmente pela internet, utilizando as tecnologias algorítmicas para amplificar a desinformação e o ódio visando dar sustento ao atual governo (Mello 2020).

Esses artifícios destinados a falsificar a realidade têm uma fulcral importância na dinâmica da propaganda fascista porque incitam sua difusão. São poderosos mecanismos de fortalecimento do medo, elemento que serve para garantir a coesão em qualquer regime, sobretudo nos

---

autoritários. É preciso recordar que, historicamente, os fascistas destacaram-se como especialistas na distorção da realidade, na propagação de mentiras e na construção de suas próprias verdades (Finchelstein 2020). Conforme demonstra o exemplo brasileiro, as teorias da conspiração e as *fake news* – seja entorno da existência de uma “ameaça comunista”, seja sobre o vínculo das esquerdas com organizações terroristas ou com tentativas de influenciar a orientação sexual das crianças (“kit gay”) – vem contribuindo para a modulação dos afetos de grande parte da população brasileira.

Diante disso, parece-nos que o fluxo da propaganda fascista, disseminada através das tecnologias algorítmicas *online*, confirma praticamente as conclusões de Adorno no sentido de que algumas pessoas, por suas estruturas psicológicas, são suscetíveis a propaganda fascista, e de que esse tipo de propaganda, pelo potencial que ostenta (que foi claramente maximizado pelas referidas tecnologias), é agudamente eficiente em criar fortes laços de coesão em torno das ideias nela contidas e, por isso, desempenha um papel medular para a intensificação do fascismo.

### **Considerações Finais**

A partir dos argumentos trazidos, deve-se ter claro que o fascismo não se restringe aos regimes políticos de pretensões totalitárias que surgiram na primeira metade do século passado, na medida em que é um elemento constitutivo do modo de vida que caracteriza as democracias liberais capitalistas. Com efeito, trata-se de uma amálgama de desejos – que se traduz em formas de vida – produzida mediante o agenciamento dos afetos imanentes ao tipo de existência consagrado, sobretudo, após a Segunda Revolução Industrial. Atado aos preconceitos, ao racismo e aos autoritarismos que forjaram as sociedades ocidentais, as frustrações da vida cotidiana capitalista servem como combustível para o ódio que lastreia as manifestações do fascismo que, dependendo de suas formas, podem influenciar o plano político-governamental e as políticas de Estado.

Infere-se, ainda, que a propaganda é um mecanismo fundamental no processo de produção do desejo pelo fascismo, visto que é por meio dela que os sofrimentos e ressentimentos são instrumentalizados. Conforme expusemos, a propaganda é um dispositivo medular do capitalismo, pois viabiliza a criação das subjetividades necessárias ao seu desenvolvimento e estabilidade. A propaganda produz desejos e comportamentos que fomentam a produção e o consumo. No caso do fascismo em particular, constata-se que ela também cumpre o papel de forjar subjetividades em torno de determinados objetivos, como fortalecer as ideias antidemocráticas e criar laços entre seu público e os agitadores. No entanto, a propaganda fascista torna-se quase infalível pelo fato de ser direcionada ao público que compartilha previamente do ideário nela contido. Em síntese, a

---

propaganda fascista não visa a convencer democratas a se tornarem fascistas, mas agencia os afetos de sujeitos suscetíveis a ela para fomentar e intensificar o desejo pelo fascismo.

Por derradeiro, tem-se que, na conjuntura neoliberal, pelos problemas que lhe são iminentes, há a proliferação dos sofrimentos e ressentimentos que servem de base para o desejo pelo fascismo. Portanto, diante da evolução tecnológica que marca o contexto contemporâneo, sobretudo pelo advento das tecnologias algorítmicas *online*, a propaganda fascista teve seu potencial maximizado e, assim, vem desempenhando um papel fundamental na escalada fascista que ameaça as democracias liberais em diversos países ocidentais, dentre eles o Brasil, onde seus sinais e horrores são testemunhados em nosso cotidiano.

### Referências bibliográficas

Adorno, Theodor. Antissemitismo e propaganda fascista. In: Adorno, Theodor. *Ensaios sobre a psicologia social e psicanálise*. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015a.

Adorno, Theodor. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: Adorno, Theodor. *Ensaios sobre a psicologia social e psicanálise*. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015b.

Adorno, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Traduzido por Virgínia Helena Ferreira da Costa, Francisco Lopes Toledo Corrêa e Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

Ambrós Garcia, Marc. *Fake News: La verdad de las noticias falsas*. Barcelona: Plataforma Actual, 2018.

Angella, Michele. *La nuova destra. Oltre il neofascismo fino alle “nuove sintesi”*. Firenze: Edizioni Fersu, 2000.

Avritzer, Leonardo. *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Barbosa, Mariana. *Pós-Verdade e Fake News. Reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Berardi, Franco “Bifo”. *Depois do futuro*. Traduzido por Regina Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

Blinkhorn, Martin. *Mussolini e a Itália Fascista*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

Brown, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente*. Tradução de Mário Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Politéia, 2019.

Brum, Eliane. *Brasil: Construtor de ruínas. Um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.

Casadio, Massimiliano Capra. *Storia della Nuova Destra. La rivoluzione metapolítica della Francia All'Italia (1974-2000)*. Bologna: Clueb, 2013.

Casimiro, Flávio Henrique Calheiros. *A Nova Direita. Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

---

Cassino, João Francisco. Modulação deleuzeana: Modulação algorítmica e manipulação midiática. In: Souza, Joyce; Avelino, Rodolfo; Silveira, Sérgio Amadeu da. *A sociedade do controle*. Manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2018.

Castells, Manuel. *Ruptura*. A crise da democracia liberal. Tradução de Joana Angélica D'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Cava, Bruno; Pereira, Marcio. *A Terra Treme. Leituras do Brasil de 2013 a 2016*. São Paulo: Anablume, 2016.

Chamayou, Grégoire. *A sociedade ingovernável: Uma genealogia do liberalismo autoritário*. Tradução por Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Chomsky, Noam. *Mídia*. Propaganda política e manipulação. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

Costa, Virginia Helena Ferreira da Costa. “*A Personalidade Autoritária*”: *Antropologia Crítica e Psicanálise*. 2019. 329f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Da Empoli, Giuliano. *Os engenheiros do caos*. Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio, 2020.

Dal Lago, Alessandro. *Populismo digitale*. La crisi, la rete e la nuova destra. Milano: Cortina Raffaello, 2017.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

De Felice, Renzo. *Le interpretazioni del Fascismo*. 10. ed. Bari: Laterza, 2012.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. *Mil Platôs*. Capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 3. 2. Ed. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. *O anti-Édipo*. Capitalismo e esquizofrenia 1. 2. Ed. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

Donovan, Joan; Lewis, Becca; Friedberg, Brian: Parallel Ports: Sociotechnical Change from the Alt-Right to Alt-Tech. In: Maik Fielitz, Nick Thurston (Hg.): *Post-Digital Cultures of the Far Right: Online Actions and Offline Consequences in Europe and the US*. Bielefeld: transcript 2019, S. 49–65. DOI: <https://doi.org/10.25969/mediarep/12374>.

Eco, Umberto. *Il Fascismo eterno*. Milano: La nave di Teseo. 2017.

Ellul, Jacques. *Propaganda*. The formation of Men's Attitudes. Translated by Konrad Kellen e Jean Lerner. New York: Vintage Books, 1973.

Evans, Brad; Reid, Julian (Eds.). *Deleuze & Fascism: Security: war: aesthetics*. New York: Routledge, 2013.

Fielitz, Maik; Marcks, Holger. Digital Fascism: Challenges for the Open Society in *Times of Social Media*. Berkeley Center for Right-Wing Studies Working Paper Series, 1.6. 2019.

Finchelstein, Federico. *Uma breve história das mentiras fascistas*. Tradução por Mauro Pinheiro. São Paulo: Vestígio, 2020.

---

Foucault, Michel. *Introduction to the nonfascist life*. Preface. In: Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. *Anti-Edipus: capitalism and schizophrenia*. Translated from the French by Robert Huxley, Mark Seem and Helen R. Lane: Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.

Harvey, David. *A loucura da razão econômica*. Marx e o capital no século XXI. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

Hur, Domenico Uhng. *Psicologia, política e esquizoanálise*. 2. Ed. Campinas: Alínea, 2019.

Klein, Naomi. *A Doutrina do Choque*. A ascensão do capitalismo de desastre. Tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

Lazzarato, Maurizio. *Fascismo ou revolução?* O neoliberalismo em chave estratégica. Tradução de Takashi Wakamatsu e Fernando Scheibe. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

Lipovetsky, Gilles; Serroy, Jean. *A estetização do mundo*. Viver na era do capitalismo artista. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Lipovetsky, Gilles. *O império do efêmero*. A moda e seu destino nas sociedades modernas. Tradução por Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Loveluck, Benjamin. *Redes, liberdades e controle*. Uma genealogia política da internet. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2018.

Machado, Débora. A modulação de comportamento nas plataformas de mídias sociais. In: Souza, Joyce; Avelino, Rodolfo; Silveira, Sérgio Amadeu da. *A sociedade do controle*. Manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2018.

Marcuse, Herbert. *O homem unidimensional*. Estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. Tradução por Robespierre de Oliveira, Déborah Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. São Paulo: EDIPRO, 2015.

Mariátegui, José Carlos. *As origens do Fascismo*. Tradução de Luiz Bernardo Pericá. São Paulo: Alameda, 2010.

Mayer-Schonberger, Viktor; Cukier, Kenneth. *Big Data: A Revolution that will transform how we live, work, and think*. Eamon Dolan: Boston; Houghton Mifflin Harcourt: New York, 2013.

Mello, Patrícia Campos. *A máquina do ódio*. Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Mendes, Alexandre. *Vertigens de Junho*: os levantes de 2013 e a insistência de uma nova percepção. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

Milza, Pierre; Berstein, Serge. *Storia del Fascismo*. Da Piazza San Sepolcro a Piazzale Loreto. 2. ed. Milano: BUR, 2009.

Mounk, Yasha. *O povo contra a democracia*: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Tradução de Débora Landsberg e Cássio de Arantes Leite. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Morozov, Evgeny. *Big Tech*. A ascensão dos dados e a morte da política. Tradução por Cláudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

Pinheiro-Machado, Rosana; Freixo, Adriano de (Orgs.). *Brasil em transe*. Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

Reich, Wilhelm. *Psicologia de massa do Fascismo*. Tradução de J. Silva Dias. Porto: Escorpião, 1974.

---



Rouvroy, Antoinette; Berns, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? *Revista EcoPós*, Rio de Janeiro, v. 18, n 2, p. 36-56. 2015.

Rosa, Pablo Ornelas. *Fascismo tropical: Uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras*. Vitória: Milfontes, 2019.

Saad Filho, Alfredo; Moraes, Lecio. *Brasil. Neoliberalismo Versus Democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Salvemini, Gaetano. *Le origini del fascismo in Itália*. Lezioni di Havard. 2. ed. Milano: Feltrinelli Editore, 2018.

Santini, R. et al. A militância forjada dos bots: A campanha municipal de 2016 como laboratório eleitoral. *Juiz de Fora, PPGCOM – UFJF*, v. 15, n. 1, p. 124-142, jan/abr. 2021 DOI 10.34019/1981-4070.2021.v15.29086

Santini, R. et al. O “Tipping Point” dos protestos de junho de 2013 no Brasil: uma análise do papel das velhas e das novas mídias na política hoje. In: *VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA)*. 2015. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Disponível em < <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT5-Santini-et-al.pdf>>. Acesso em 15.ago.2019.

Silveira, Jorge Amadeu. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. In: Souza, Joyce; Avelino, Rodolfo; Silveira, Sérgio Amadeu da. *A sociedade do controle*. Manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2018.

Stanley, Jason. *Como funciona o fascismo*. A política do “nós” e “eles”. Tradução de Bruno Alexander. Porto Alegre: LP&M, 2018.

Solano, Esther (org.). *O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Vercelli, Claudio. *Neofascismi*. Torino: Edizioni del Capricorno, 2018.

Zunino, Pier Giorgio. *L'ideologia del Fascismo*. Miti, Credenze, Valori. Bologna: Il Mulino, 2013.

\*\*\*

Recebido: 07 de abril de 2022

Aprovado: 12 de maio de 2022

**O anticomunismo nas decisões dos ministros do Supremo Tribunal Federal  
(1964-1970)**

*Anti-communism in the decisions of the judges of the Supreme Court (1964-1970)*

*El anticomunismo en las decisiones de los ministros del Tribunal Supremo Federal  
(1964-1970)*

*Mateus Gamba Torres\**

<https://orcid.org/0000-0003-0823-500X>

RESUMO: O presente artigo trata da presença do discurso anticomunista em decisões do Supremo Tribunal Federal durante a ditadura civil-militar ocorrida no Brasil. O Supremo Tribunal Federal, como órgão máximo da justiça brasileira, estabeleceu em suas decisões um discurso de autonomia e imparcialidade, porém alinhado com a doutrina de segurança nacional. As fontes utilizadas para a pesquisa e percepção desse discurso são três acórdãos resultantes de julgamentos de recursos ordinários criminais pelo STF entre 1964 e 1970. Esses eram os únicos tipos de recursos julgados por um tribunal civil durante o período autoritário, no caso o Supremo Tribunal Federal, e a última possibilidade de absolvição por parte dos réus processados por crimes contra a segurança nacional. São analisadas questões relacionadas às legislações e às decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal desde 1964, onde está demonstrado que, apesar de o discurso de imparcialidade dos julgadores se manter durante o governo autoritário, é visível a influência de questões políticas relacionadas à ditadura nos acórdãos pesquisados.

Palavras-chave: Anticomunismo. Supremo Tribunal Federal. Recursos Ordinários Criminais. Ditadura Civil-Militar.

---

\* Professor Adjunto IV do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília – UNB. Bacharel em Direito – Ufsc, Bacharel e Licenciado em História – UDESC, Mestre em História – UDESC, Doutor em História – UFRGS. Autor do Livro: O discurso do Supremo Tribunal Federal na Ditadura Militar, publicado pela Editora UNB. Área de estudos: História do Brasil Contemporâneo, História Contemporânea, Ditadura Civil-Militar Brasileira, História do Tempo Presente. E-mail: gambatorres@gmail.com

**ABSTRACT:** This article deals with the presence of anti-communist discourse in decisions of the Supreme Court during the civil-military dictatorship that occurred in Brazil. The Supreme Court, as the highest body of Brazilian justice, establishes in its decisions a discourse of autonomy and impartiality, but in line with the national security doctrine. The sources used for the research and perception of this speech are three judgments resulting from trials of ordinary criminal appeals by the Supreme Court between 1964 and 1970. These were the only types of appeals judged by a civil court during the authoritarian period, in this case the Supreme court, and the last possibility of acquittal by defendants prosecuted for crimes against national security. This paper analyzes issues related to the laws and judicial decisions of the Supreme Court since 1964 where demonstrate that, despite the impartiality discourse of those judged during the authoritarian government, the influence of political issues related to the dictatorship in the surveyed judgments is visible.

**Keywords:** Anti-Communism. Supreme Court. Ordinary Criminal Appeals. Civil-Military Dictatorship.

**RESUMEN:** Este artículo trata de la presencia del discurso anticomunista en las decisiones del Tribunal Supremo Federal durante la dictadura cívico-militar que se desarrolló en Brasil. El Tribunal Supremo Federal, como máximo órgano de la justicia brasileña, estableció un discurso de autonomía e imparcialidad en sus decisiones, aunque en línea con la doctrina de la seguridad nacional. Las fuentes utilizadas para la investigación y percepción de este discurso son tres sentencias resultantes de sentencias de recursos penales ordinarios del STF entre 1964 y 1970. Estos fueron los únicos tipos de recursos juzgados por un tribunal civil durante el período autoritario, en este caso el Suprema Corte Federal, y la última posibilidad de absolución de los imputados procesados por delitos contra la seguridad nacional. Se analizan temas relacionados con las leyes y decisiones judiciales de la Suprema Corte Federal desde 1964, donde se demuestra que, a pesar del discurso de imparcialidad de los jueces que se mantiene durante el gobierno autoritario, la influencia de los temas políticos relacionados con la dictadura en los investigados. los juicios son visibles.

**Palabras clave:** Anticomunismo. Supremo Tribunal Federal. Recursos ordinarios penales. Dictadura cívico-militar.

### **Como citar este artigo:**

Torres, Mateus Gamba. “O anticomunismo nas decisões dos ministros do Supremo Tribunal Federal (1964-1970)” *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 302-325.

\*\*\*

Na noite do dia 2 de abril de 1964, logo após o golpe que derrubou o governo legítimo de João Goulart e iniciou uma ditadura que duraria 20 anos, ocorreu um simulacro de posse do então

---

Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, na Presidência da República. Na ocasião os golpistas, entre eles diversos parlamentares, se dirigiram ao Palácio do Planalto para tal cerimônia. Dentre as autoridades presentes destaca-se uma que os estudos sobre a ditadura muitas vezes não explicitam: o presidente do Supremo Tribunal Federal. Assim, apoiando um golpe que rasgou a constituição, o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ribeiro da Costa, foi à posse de Ranieri Mazzilli naquela noite, quando João Goulart ainda estava no Brasil, legalizando uma patente inconstitucionalidade (Tavares 2014, 209). Após o golpe, nenhum dos ministros do STF se declarou contrário ao ocorrido, ou resistiram a isso, o que representa no mínimo uma aceitação tácita ao que havia se estabelecido.

Essa postura foi um padrão de comportamento do Supremo Tribunal Federal durante a ditadura, com raros momentos de conflitos, nos quais o que se seguiu foi a acomodação e a manutenção do *status quo*. Uma das formas de perceber tal postura são as próprias decisões do Supremo Tribunal Federal durante a ditadura.

O Judiciário possui uma retórica de impessoalidade e de neutralidade que é usada para determinar uma suposta autonomia e imparcialidade em suas decisões. O presente estudo visa identificar os delineamentos de um discurso anticomunista, durante o período ditatorial, também no judiciário, baseando-se na investigação de documentos que compõem decisões proferidas pelo STF, buscando interpretar a construção de argumentos que se relacionam diretamente com a doutrina de segurança nacional.<sup>1</sup> A formulação dessa problemática é tributária das discussões metodológicas advindas do trabalho de Pierre Bourdieu sobre o campo jurídico. O autor aponta justamente a construção deste discurso de imparcialidade social e política como forma dos operadores do direito se colocarem como superiores e neutros em debates que consideravam dotados de pressões sociais ou paixões políticas. Partindo dessas ponderações, as decisões não serão analisadas de um ponto de vista judicial, mas sim, a contrapelo, identificando nas palavras e atos delineados nas decisões a presença de um discurso anticomunista que permeava suas ponderações acerca de grupos opositores a ditadura. (Bourdieu 2010). Neste artigo serão analisados três acórdãos proferidos entre os anos de 1964 e 1970, período que abarca decisões que passam por 5 atos institucionais e mais a Constituição de 1967. A escolha dos acórdãos se deveu ao fato de serem representativos do discurso anticomunista no judiciário, além de estarem inseridos no

---

<sup>1</sup> Depreende-se que tudo que era contra o regime instalado era considerado contra a nação e deveria, assim, ser combatido. Tais conceitos desenvolvidos há décadas no Brasil e no mundo são constituintes claros do que se convencionou chamar de doutrina da segurança nacional. Segundo um dos teóricos brasileiros da segurança nacional, General Golbery do Couto e Silva, esta deve ser definida como: “o grau relativo, de garantia que o Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos, a despeito dos antagonismos internos ou externos, existentes ou presumíveis.” (Silva 1967, 155)

bojo de uma investigação maior sobre a relação do STF e o executivo ditatorial. A pesquisa sobre essa relação seguirá em nível de pós-doutorado, inclusive com outras fontes: documentos diplomáticos, biografias e entrevistas de Ministros do tribunal da época. Ressalta-se que a documentação judicial pesquisada não permite investigar a circulação dessas ideias entre a população como um todo, mas apenas de forma horizontal entre os juristas que normalmente trabalhavam especificamente com a questão de crimes contra a segurança nacional. Além disso, as palavras dos ministros não fazem menção as ilegalidades cometidas pelos órgãos de segurança contra acusados de tais crimes e menos ainda sobre as torturas possivelmente sofridas pelos réus

As opiniões e discursos<sup>2</sup> do Supremo podem ser analisados através das decisões acerca dos chamados Recursos Ordinários criminais denominadas Acórdãos. Esse recurso dirigido ao STF estava previsto no artigo 101 da Constituição de 1946 e poderia ser interposto pelo Ministério Público, em casos de decisão favorável ao réu em crimes políticos, ou pelo acusado, por meio de seu advogado, em caso de decisão condenatória pelos mesmos crimes, em decisões de instâncias consideradas inferiores (juízes de primeiro grau, Tribunais estaduais, Tribunais Militares). (Brasil 1946)

Ao interporem tais recursos ordinários ao STF, os advogados de presos políticos ou os procuradores militares poderiam requerer uma revisão integral do acórdão julgado pelo Superior Tribunal Militar - STM. Assim, a Suprema Corte deveria confeccionar um novo acórdão, analisando todos os aspectos da decisão da Corte Militar máxima. Os ministros decidiriam conforme o que tenha sido requerido pelo advogado do réu ou, em alguns casos, pelo Ministério Público Militar.

O acórdão era o resultado de um Recurso. Era a decisão final que poderia determinar a liberdade ou prisão de um preso político. Desde o golpe de 1964, um dos argumentos centrais que fundamentavam a existência do regime era o combate à subversão e ao comunismo. Em vista disso, é possível indagar: Como isso aparece nos argumentos dos ministros? Há em suas manifestações nos processos evidências de um discurso anticomunista incorporado nos argumentos jurídicos? Muitas decisões de outras instâncias judiciais no período envolvem a temática; todavia, esses três acórdãos são significativos e representativos do conjunto documental investigado porque expõem falas e elementos que demonstram o que os Ministros efetivamente pensavam e formulavam, movendo-se entre as representações sociais construídas em torno do chamado “perigo comunista”.

---

<sup>2</sup> Nesse artigo a utilização do termo discurso é apresentado em uma perspectiva foucaultiana onde a construção e exposição de discursos na sociedade solidificam “verdades” cotidianas, e que “os interditos que o atingem, revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e poder” (Foucault 1970, 2)

---

Começamos com o recurso nº1088, julgado em 25 de setembro de 1970, em que o acusado Ariovaldo Magalhães Matos está sendo processado, segundo a ementa do acórdão, por “Propaganda Subversiva pela imprensa escrita. Conteúdo de artigos reiterados em prol da pretensão. Responsabilidade criminal do Diretor”. O réu era fundador, diretor e redator de um jornal intitulado “Folha da Bahia”, que circulava na cidade de Salvador. O Relator do acórdão é o Ministro Carlos Thompson Flores. De acordo com o Promotor de Justiça Militar que inaugurou o processo criminal, o Brasil vivia em uma democracia que Ariovaldo Magalhães Matos queria destruir. As publicações consideradas subversivas foram realizadas entre 1963 e 1964, antes do Golpe de Estado. O réu foi assim caracterizado: “comunista dos mais fervorosos e atuantes, com público juramento de fidelidade à memória de Stalin, destacando-se pelas inúmeras atividades de conspiração **contra a ordem democrática.**” (Stf 1970a, on line) (g.m.). Nesse contexto a propalada “ordem democrática” era considerada simplesmente um contraponto ao comunismo, conforme Rodrigo Patto Sá Motta:

Em grande medida, ‘democracia’ não passava de um rótulo vazio de conteúdo, ou melhor, era apenas um designativo para demarcar o campo anticomunista. No discurso e na concepção dos setores conservadores a palavra tinha um sentido genérico, significando simplesmente o contrário de comunismo. (Motta 2002, xxiv)

Interessa notar que o membro do Ministério Público Militar, ao relatar as atividades do acusado, usava o termo “contra a ordem democrática”. O termo invocava um conjunto de ideias que compunham o cotidiano conservador da sociedade brasileira na época, e que estava presente no discurso judicial. Na citação do acórdão percebe-se que o discurso é reforçado, e se contrapõe à imparcialidade política tão apregoada pelo sistema jurídico.

O processo criminal começou em 8 de maio de 1967. No acórdão, o Ministro descreve a peça inicial do processo elaborado pelo Promotor de Justiça Militar.

Fundador, diretor e redator da “Folha da Bahia”, órgão destinado à pregação e doutrinação comunista, com sede no Ed. Themis, publicou no dito semanário artigos ofensivos à dignidade e ao decoro dos militares: “Gorilas utilizam luta contra aumento” (n 47, jun 63), bem como farto noticiário sobre o “I Seminário do Mundo subdesenvolvido” e várias reportagens e artigos de caráter subversivo, norteados pela linha ideológica do PC (Folha da Bahia, n 70, dez de 1963, nº 76, Jan 64, nº 84 e 85 Mar 64). Manteve ligações pessoais com os chineses enviados ao Brasil pela China comunista, **para um serviço secreto de espionagem política.** Ainda, constam nos seus prontuários da Delegacia da Ordem Política e Social (fls 969-58) e 2º SEC eme/6) – (fls.973-974 5 v) outras tantas atuações comuno-subversivas”. (Stf 1970a, on line)

Nesse caso, a relação entre militares e Poder Judiciário está muito clara. O réu foi condenado em primeira instância, representada pelo Conselho Permanente da Justiça Militar,<sup>3</sup> a

<sup>3</sup> De acordo com Ângela Moreira, as auditorias militares eram formadas por dois conselhos “[...] que se situavam nas Circunscrições Judiciárias Militares (CJM). As Auditorias eram compostas por dois tipos de Conselho, que se dignavam a examinar as denúncias oferecidas pela Procuradoria Militar: 1. Conselhos Especiais de Justiça: constituído para processar e julgar oficiais, exceto os generais, que só poderiam ser julgados pelo STM, bem como os casos nos quais



---

nove meses de prisão, período que foi baixado para seis meses no Superior Tribunal Militar. Vê-se que todos os artigos em questão foram publicados antes do golpe de 1964; e que, além do anticomunismo, um dos argumentos para embasar a condenação é que os militares foram ofendidos em sua dignidade e decoro, pelas publicações que o réu promoveu.

Depreende-se da fonte a menção ao fato de o réu ter tido contato com os chineses que estavam no Brasil e foram acusados de espionagem política. A referência trazida pelo julgador evidencia o caso da prisão de cidadãos chineses que estavam no Brasil para missões culturais e econômicas devidamente autorizados pelo governo João Goulart. Essa prisão teve repercussão mundial, sendo noticiada por vários jornais estrangeiros como o primeiro caso de violação dos direitos humanos do governo militar (Costa Apud. Guedes; Melo 2014, 119).

A prisão foi realizada no dia 3 de abril de 1964, dois dias depois do golpe militar. Os nove chineses que estavam aqui no Brasil eram: dois jornalistas, Wang Wei-Chen e Chu Ching-Tung, que estavam no Brasil desde 29 de dezembro de 1961; quatro membros da Missão encarregada de organizar uma exposição de objetos chineses, Su Tzu-Ping, Hou Fa-Tseng, Wang Chih e Chang Pao-Sheng, que chegaram em junho de 1963; e três membros de uma missão comercial, Wang Yao-Ting, Mao Yao-Tseng e Sung Kuei-Pao, que chegaram ao Brasil em janeiro de 1964. Após a prisão foi realizado um comunicado feito pelo Jornal *Diário de notícias* acusando os chineses de terem um plano de assassinar Carlos Lacerda, Amauri Kruel e Castelo Branco, plano esse nunca comprovado. Foram a julgamento após 9 meses de prisão e, após 15 horas e meia de julgamento, no dia 22 de dezembro de 1964, a sentença foi anunciada: dez anos de prisão pelo crime de subversão, decisão essa que foi devidamente contestada pelo seu advogado, Heráclito Sobral Pinto.

No dia 16 de janeiro de 1965, o ministro da Justiça, Milton Campos, enviou ao ditador<sup>4</sup> Castelo Branco um parecer que concluía pela expulsão dos nove chineses. Castelo Branco assinou o decreto de expulsão no dia 26 de fevereiro de 1965. Em telegrama enviado à Embaixada do Brasil em Berna, no dia 19 de abril de 1965, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores comunicou que “partiram dia 18 do corrente, [...] os nove chineses integrantes da suposta missão comercial,

---

havia sido pedida a pena de morte; 2. Conselhos Permanentes de Justiça: direcionados para os casos de condenações de não oficiais e de civis julgados por crimes cometidos contra a segurança nacional. Tais Conselhos eram formados por um juiz auditor, civil, e por quatro oficiais, presididos pelo militar de maior patente. (Silva 2008, 1).

<sup>4</sup> Dentre os pesquisadores do período ditatorial brasileiro é consenso que em 1964 ocorreu um golpe de estado no Brasil, e que nos próximos 20 anos o país irá viver uma ditadura militar. Desse modo, não acredito ser coerente que os 5 generais que governaram o país no período devam ser chamados de presidentes da república. Trataram-se de ditadores, visto que: a) não foram eleitos democraticamente; b) Exerciam uma repressão política violenta contra seus opositores; c) comandaram assassinatos de dissidentes políticos; d) juridicamente governavam através de atos de exceção (institucionais) elaborados e mantidos por eles próprios com uma extensa gama de poderes que se sobrepunham ao Legislativo e ao Judiciário. Sendo assim, a correta denominação para esses generais não é de presidentes da república e sim de ditadores que governavam o país de maneira ilegítima.

condenados pela Justiça militar brasileira, e expulsos do Território nacional”. Durante a prisão, os réus afirmam que sofreram espancamentos e torturas. No ano de 2014, depois de 50 anos, o governo brasileiro reconheceu o erro histórico cometido contra os nove chineses. Uma portaria do Ministério da Justiça revogou o decreto de março de 1965 e no dia 12 de agosto de 2015, os nove chineses foram condecorados com a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta insígnia do Brasil. (Costa 2018, 25)

O fato de o réu ter mantido contato com os chineses, por si só, demonstra que as ligações pessoais consideradas subversivas eram muito importantes para se condenar alguém em crimes políticos, mesmo que isso não tenha relação direta com o fato pelo qual ele é efetivamente acusado. Isso dá a impressão de que a condenação de alguém por subversão não passa somente pela análise do ato praticado e considerado crime, regra que deveria ser a única a ser aplicada ao se condenar alguém por algum ato delituoso, mas também no conjunto de características pessoais do réu, nesse caso ter contato com “espiões” da China comunista.

Com relação à sua tramitação, o processo começou três anos depois do golpe de Estado, o que leva a pensar que, num primeiro momento, publicações na imprensa sobre assuntos relacionados aos militares, com suposta quebra de decoro, não eram consideradas um caso para processo criminal. Parece que o *campo jurídico*, nesse caso, com o Promotor de Justiça Militar e seus juízes e ministros militares, arvorava para si a necessidade de manter a dignidade e o decoro das forças armadas, como se fossem uma única instituição.

Um observador atento reconhece o manejo do discurso de imparcialidade que costuma ser observado pelo Judiciário em suas decisões. Os julgadores desse caso, no entanto, mesmo utilizando temas políticos para justificar uma condenação, mantêm o discurso de que a decisão é sempre uma mera adequação da lei ao fato criminoso imputado.

Conforme Bourdieu, o campo jurídico afirma-se autônomo em relação a tudo que não é jurídico, judicial, e seus membros procuram afirmar essa diferenciação através de símbolos que consideram próprios do campo: linguagens, indumentária, técnicas de trabalho e procedimentos para a aplicação da justiça que, segundo seus profissionais, são completamente imparciais e neutros em relação a tudo que não seja a aplicação da lei. (Bourdieu 2010, 209)

Essa neutralidade e essa imparcialidade os diferenciariam dos outros poderes instituídos (Executivo, Legislativo), bem como de instrumentos de reivindicação social (movimentos sociais, imprensa, ideologias), os quais não teriam a aura da imparcialidade (tomariam partido, dependeriam de voto, precisariam de eleitores, expressariam opiniões) do Judiciário.

Uma retórica de como a impessoalidade e a neutralidade são usadas como um dos aspectos para revelar a autonomia e imparcialidade do campo jurídico encontra-se na linguagem jurídica. Para Bourdieu, a intenção de Kelsen em sua *teoria pura do Direito* foi de construir um campo de doutrinas e regras que fossem totalmente independentes dos constrangimentos e das pressões sociais, tendo nele mesmo seu próprio fundamento. (Bourdieu 2010, 209)

No caso analisado, o Supremo Tribunal Federal manteve a condenação do acusado em seis meses de prisão com o seguinte argumento: “É bastante a leitura dos exemplares muitos dos periódicos insertos aos autos, onde consta o seu nome na direção, aliados ao seu passado, para reconhecer-se que não poderia ter sido inocentado. O Egrégio tribunal recorrido reduziu sua sanção ao mínimo. Não é possível ir além.” (Stf 1970b, on line)

O réu teria um passado de críticas aos militares, e isso bastaria para sua condenação. É visível a utilização de argumentos relacionados ao decoro e dignidade dos militares com o objetivo de fundamentar a condenação do réu em seis meses de prisão.

Para se entender como essa dignidade se transforma em ponto fundamental para a criminalização do réu, é importante ter em mente o que Celso Castro chama de discurso da “superioridade militar”. Um ponto chave para o golpe de Estado seria a alegada superioridade que os militares teriam em relação aos civis, pois estes não possuiriam a integridade moral suficiente para livrar o Brasil do *perigo comunista* e da *desordem* que estava sendo instalada. Para demonstrar essa visão de superioridade, os depoimentos e conclusões de Celso Castro demonstram com clareza como essa ideia foi construída dentro do universo militar, nas academias militares, nos quartéis etc.

A meu ver, todos esses ensinamentos são fundamentais para a construção do espírito militar. A notícia que eles transmitem é clara: os militares são diferentes dos paisanos. E não apenas diferentes, mas também melhores. São melhores – nessa visão – não por características singulares que os militares ou venham a ter individualmente, mas porque eles – enquanto coletividade, corpo – viveriam de maneira correta. (Castro 2004, 46)

Nesse caso, uma crítica feita aos militares ou suas instituições deveria ser considerada um crime contra a dignidade das forças armadas, visto que, como eram “os melhores”, estariam governando o Brasil da melhor forma. Era função do Judiciário proteger essa dignidade, considerada um bem jurídico.

Outro acórdão que chama a atenção é o caso que se refere à condenação de um grupo de pessoas que eram acusadas de tentar reorganizar o Partido Comunista Brasileiro. No Recurso Ordinário 1086, julgado em 25 de setembro de 1970, a ementa resume o interior do acórdão como: “Partido Comunista. Tentativa de sua reorganização caracteriza a prática do crime a que se refere o art. 36 do Decreto-Lei n 314/1967”. (Stf 1970b, on line)

O Ministro Relator é novamente Carlos Thompson Flores, que explicita que o acórdão é sobre o Partido Comunista já na primeira frase. O relatório perfaz o caminho do processo e das condenações. O Aspirante a Oficial Ciro Sebastião da Costa foi primeiramente condenado a um ano de prisão pelo Conselho Permanente da Justiça Militar da 5ª Região. Houve recurso ao Superior Tribunal Militar, que manteve a condenação, e, por fim, ao Supremo Tribunal Federal, em que a condenação também foi mantida. O acórdão não menciona a cidade, mas apenas o Estado, no caso o do Paraná.

Segundo se depreende do acórdão, tudo isso aconteceu antes do golpe de Estado, quando era realizada uma campanha para a volta a legalidade do partido comunista. Conforme Marcelo Ridenti, o PCB contou, no início dos anos 1960, com muitas adesões inclusive no próprio governo João Goulart (Ridenti 1993). A atitude do acusado se relacionaria com as tentativas de legalização do partido declarado ilegal em 1947<sup>5</sup>. “No fim da década de 1950, Luis Carlos Prestes, após ter permanecido escondido por um certo período nos *aparelhos* do partido, voltou à cena política, lutando pela legalização do PCB(...)” (Rodeghero 2003, 32).

Assim, pessoas que lutaram pela legalização antes do golpe de 1964 acabaram por serem perseguidas durante a ditadura, sendo utilizada a justificativa jurídica de que estavam cometendo o crime do artigo 9 da Lei 1802/1953:

Art. 9º Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso. Pena: - reclusão de 2 a 5 anos (Brasil 1953, on line)

Percebe-se que o artigo declara como crime a tentativa de reorganização de partido considerado ilegal por decisão de lei. Não foi o caso do Partido Comunista, que foi declarado ilegal pelo Judiciário em 1947. Tal artigo fazia com que a demonstração pública de apoio a partido declarado ilegal por decisão judicial não fosse considerada crime, fazendo com que os militantes do Partido Comunista participassem ativamente da campanha pela sua legalização.

Após o golpe, o Decreto-Lei n 314/1967 incluiu novos verbos de ação que poderiam ser utilizados contra os militantes do partido:

Art. 36. Fundar ou manter, sem permissão legal, organizações de tipo militar, seja qual fôr o motivo ou pretexto, assim como tentar reorganizar partido político cujo registro tenha sido cassado ou fazer funcionar partido sem o respectivo registro ou, ainda associação dissolvida legalmente, ou cujo funcionamento tenha sido suspenso: Pena - detenção, de 1 a 2 anos. (Brasil, 1967, on line)

---

<sup>5</sup> O PCB é fundado em 1922; após um longo período de clandestinidade, conseguiu um breve momento de existência legal entre 1945 e 1947, quando foi novamente posto na ilegalidade. Atuou, desde então, junto a movimentos de base, principalmente em sindicatos operários e camponeses. Em 1964, quando do golpe militar, vários militantes do partido, sob diversas formas, atuavam na sustentação ao governo João Goulart. (Cpdoc, 2009, on line)

Dessa forma, é visível que o artigo foi estabelecido para prender pessoas relacionadas ao partido comunista. Ou, ainda, “fazer funcionar partido sem o respectivo registro” serviria para a prisão de membros de diversas pequenas organizações partidárias clandestinas que lutavam contra a ditadura. (Ridenti 1993). Percebe-se que a pena estipulada para esse crime pode ser considerada baixa (1 a 2 anos). Disso decorre que a intenção de criminalização de tais movimentos não era manter tais pessoas em longos períodos de prisão. Para os militares a prisão não era o grande castigo. Conforme Joffily, uma das funções dos órgãos repressivos era cumprir uma missão punitiva, visto que não confiavam na Justiça. “A possibilidade de absolvição, no âmbito Judiciário, de indivíduos que os órgãos repressivos consideravam culpados, a partir do que ouviam dos interrogados, alimenta a hipótese de que havia certa urgência punitiva, que ajudaria a ‘justificar’ o emprego da tortura.” (Joffily 2013, 268)

A ideia era castigá-los com tortura como tratamento padrão. Uma pena adiantada, mais pesada que a judicial, pois esta não seria suficiente para punir os comunistas. Nesse momento, interessa notar que a intenção era lembrar o século XVII e XVIII francês, absolutista, onde a prisão não era a pena imposta ao condenado.

É interessante notar que a prisão não era uma pena de direito, no sistema penal dos séculos XVII e XVIII. Os leigistas são perfeitamente claros a este respeito. Eles afirmam que, quando a lei pune alguém, a punição será a condenação à morte, a ser queimado, a ser esquartejado, a ser marcado, a ser banido, a pagar uma multa, etc. Prisão não é uma punição. (Foucault 1979, 98)

Seria anacrônico aproximar dois sistemas penais tão diferentes e distantes temporalmente. Mas, ao ler tal passagem têm-se a percepção de como uma forma já considerada ultrapassada de fazer justiça pelo Estado se coloca dentro de uma lógica aceitável para os agentes de repressão no século XX, praticando tortura e assassinatos em detrimento do sistema judicial oficial. Sistema esse mantido pela própria ditadura, com leis que não eram respeitadas nem pelos próprios aplicadores. No processo em análise, tentando confirmar as sentenças condenatórias anteriores, o representante do Ministério Público elabora um parecer fundamentando que o réu deve ser condenado.

Aqui, o conjunto de elementos probatórios, esmiuçados, tanto em primeiro grau, como na instância *a quo*, geraram o convencimento de não ser o recorrente mero assistente de reunião supostamente comunista. Demonstraram as provas que o recorrente era um comunista convicto, participante de uma reunião comunista, cujo objetivo era criminoso. (Stf, 1970b, on line)

Por que seria importante castigar o comunista? O que movia os agentes? Apresenta-se tal questionamento tanto com relação aos que diretamente praticavam a tortura, quanto aos agentes da repressão do Estado, como Promotores de Justiça Militar, a pedir a condenação de uma pessoa por ser “comunista convicto”. “Com o golpe de 64, e principalmente após a edição do AI5, as denominações *esquerda / esquerdista* e *comunista* vão cedendo espaço, na prática discursiva jornalística,

à ênfase reiterada de algumas das formas de designação sempre relacionadas ao comunismo *I* comunista: *subversivo, Terrorista, inimigo.*” (Mariani 1996, 223)

Nessas representações o comunista teria vários inimigos, dentre eles a fé católica. No Brasil, os valores religiosos católicos constituíram os fundamentos principais para a mobilização anticomunista. (Motta 2002)

Encíclicas papais, principalmente as de Leão XIII, apresentam argumentos muito parecidos. Falando sobre a forma antinatural do comunismo, colocando três direitos naturais inquestionáveis que seriam violados pelo comunismo: a propriedade, a família e o poder paterno. (Rodeghero 2003)

A família e o casamento – o adágio “Crescei e Multiplicai-vos” – estariam intimamente ligados com a propriedade, pois um pai de família somente conseguiria mantê-la com suas posses, e somente assim o poder paterno, de organizar e estruturar o futuro de seus filhos, os sustentando e formando um patrimônio, poderia se efetivar (Rodeghero 2003, 32).

Tudo isso formava o *imaginário anticomunista* que nesse aspecto era exposto pela Igreja Católica e definido por Rodeghero como “um conjunto de representações construídas e utilizadas por diversos setores da Igreja Católica para interpretar a realidade e os problemas vividos pela sociedade como um todo, ou pelas instituições, no período de 1945 a 1964.” (Rodeghero 2003, 25).

Assim, características fixas aos praticantes do comunismo eram utilizadas num complexo jogo, no sentido de amedrontar a população da *ameaça ateuista e materialista*, do comunismo internacional.

Outro grupo que demonstrou uma ardorosa preocupação com o *perigo vermelho* foram os nacionalistas. Mesmo que diversos grupos comunistas brasileiros levassem a contento a causa nacionalista (tendo em vista a necessidade de um Estado nacional, que fosse um agente político, transformador econômico e principalmente, o principal defensor da soberania brasileira frente ao imperialismo das potências capitalistas), o comunismo era visto como um estrangeirismo pelos segmentos nacionalistas, pois apregoava um internacionalismo que tenderia a esvaziar a ideia de nação.

No entender dos revolucionários, neste aspecto fieis ao pensamento *marxiano*, o nacionalismo era um fenômeno ligado ao mundo burguês, destinado a ser superado quando o operariado se tornasse classe dirigente. Não é à toa que o *Manifesto Comunista* termina com o célebre “trabalhadores do mundo, uni-vos”. A ideia era que os trabalhadores não tinham pátria, e seu destino seria revolucionar o mundo e instaurar uma ordem baseada na fraternidade universal. (Motta 2002, 30)

O partido comunista cumpriria ordens de Moscou, pois teria uma vinculação direta com o Estado Soviético, que era considerado a base de preparação para a futura revolução mundial, e ainda a pátria do socialismo e dos trabalhadores. “Os comunistas seriam, assim, agentes de uma



potência estrangeira, a URSS, sua pátria real, o que os tornaria traidores do Brasil” (Motta 2002, 31)

Mas, quem eram os nacionalistas? Nesse sentido, um grupo social se destaca: os militares. Os integrantes das forças armadas podem ser entendidos como “nacionalistas profissionais”: sua existência como segmento do Estado depende intrinsecamente da aceitação das representações construídas em torno das nações e dos nacionalismos modernos. Sendo assim, estiveram entre os grupos sociais mais receptivos a propostas de mobilização anticomunista, na medida em que se consideravam mais preparados para a defesa da pátria e da nação. “Ao longo da história do anticomunismo brasileiro, os elementos egressos das Forças Armadas transformaram-se nos principais esteios do nacionalismo, sempre suscetíveis a entrarem em ação no combate aos ‘Agentes de Moscou’” (Motta 2002, 36).

Difícilmente o anticomunismo teria se constituído em um discurso tão influente e com ampla circulação social se não tivesse algum tipo de interação com práticas culturais vigentes e aceitas por amplas parcelas da sociedade brasileira. Em outras palavras, o anticomunismo de algum modo evocava um discurso construído há tempos na sociedade. No campo jurídico das décadas de 1960 e 1970, a ideologia política de esquerda era criminalizada, sendo os juristas defensores da necessidade de uma punição.<sup>6</sup> Nota-se, porém, que a linguagem utilizada para os condenar não diz respeito apenas a uma doutrina política, mas imbrica-se ao *corpus jurídico*. Une a segurança nacional à linguagem jurídica na condenação no combate ao comunismo. O judicial adapta-se ao cotidiano político exprimindo suas ideias. Na expressão “comunista convicto”, percebe-se como o discurso anticomunista está contido na sentença de forma bem adaptada.

Voltando ao “crime” praticado pelo réu, lembremos que o registro do Partido Comunista Brasileiro havia sido cassado pela justiça, e, utilizando-se da lei nova (Decreto-Lei n 314/1967), o Relator decreta uma pena menor ao acusado. Todavia, é de se notar que, antes de 1967, conforme visualizado no artigo 9º da lei de 1953, o fato de se tentar reorganizar partido declarado ilegal por ordem judicial, como foi o caso do PCB, não poderia ser considerado crime, o que o leva a se considerar o fato *atípico*<sup>7</sup>. Isso é inclusive alegado pelo defensor do acusado, mas é desconsiderado

---

<sup>6</sup> Um exemplo a ser citado é do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Olavo Bilac Pinto, que em seu livro: *Guerra Revolucionária* explicita o perigo comunista para o mundo: “A “guerra revolucionária” consiste no conjunto das medidas e ações, militares ou não, decididas e aplicadas metodicamente pela direção central do comunismo contra um Estado não-comunista.(...) A ‘guerra revolucionária’ tem permitido à U.R.S.S. dominar numerosos países sem exército e sem armas convencionais, mediante o simples emprego de técnicas psicológicas que visam simultaneamente conquistar o apoio da opinião pública para a ideologia básica escolhida (no Brasil essa ideologia básica é constituída pelas ‘Reformas de Base’ e especialmente pela ‘Reforma Agrária’)”(Bilac 1964, 38).

<sup>7</sup> Para que ocorra um crime é necessário que a conduta do réu seja típica e antijurídica. Neste caso, o advogado do réu afirma que seu ato é atípico (não típico), o que faria com que o réu fosse absolvido, caso comprovado. O fato típico é o comportamento humano (positivo ou negativo) que provoca um resultado (em regra) e é previsto na lei penal como

pelo Ministro, que apenas menciona que quem tentar reorganizar partido declarado ilegal comete o crime do artigo 36 do decreto-lei 314/1967, e, como isso foi feito pelo réu, este deve ser condenado, desconsiderando o princípio de que não existe crime sem lei anterior que o defina, artigo presente na própria constituição de 1967 no seu §16, art. 150.<sup>8</sup>

Mas, mesmo assim, é interessante perceber que em ambos os artigos o *criminoso* é aquele que tenta *reorganizar* o partido. Esse possuiria características de mando na organização do partido, ou ao menos participaria efetivamente de sua organização juntamente ou coletivamente com estas lideranças. Conforme descrito no acórdão o advogado do réu tenta descaracterizar sua participação afirmando que se trata de um mero assistente, que emprestava sua chácara para reuniões, mas que não tomava papel ativo de organizador nestas reuniões.

O Ministro Relator começa embasando sua decisão, citando o acórdão do Superior Tribunal Militar, segundo o qual “quem promove reuniões de membros do partido comunista e nelas toma parte, discutindo e deliberando sobre assuntos do interesse desse partido, viola o art.36 do Dec. Lei nº 314/67” (Stf 1970b, on line).

Com base na decisão do STM, o partido comunista era o inimigo a ser combatido, e quem participa dele e das reuniões para sua reorganização comete o crime. O artigo de lei tenta passar um aspecto geral, menos específico, colocando que a reorganização pode ser de qualquer partido declarado ilegal, mas o Ministro do Supremo repete a fala do STM, o que é comum em decisões de última instância. Passam a impressão de que fazem questão de reiterar que o partido era o comunista, como que para exaltar a gravidade do ato cometido. A condenação baseava-se na nova Lei de Segurança Nacional, Decreto-lei 314 de 1967, em seu artigo 36. O Relator do STF demonstrou em seu voto que o comunista era realmente um inimigo a ser combatido, em conformidade com a Doutrina da Segurança Nacional. No voto afirmou que “a prova é convincente de que o apelante, advogado e professor, comunista convicto, tomou papel ativo para a reorganização do Partido Comunista” (Brasil 1970b, on line)

É importante para o ministro Relator exaltar que o réu era comunista convicto, pois por essas ideias políticas o réu já pode ser considerado alguém muito perigoso para a sociedade, devendo ser combatido por todo o campo jurídico.

---

infração. Ou seja, afirmava o advogado do réu que o ato de tentar reorganizar um partido declarado ilegal por decisão judicial não se enquadraria como crime pois o fato típico contido no artigo 9 da Lei 1802 de 1953, falava que o fato era reorganizar ou tentar reorganizar partido declarado ilegal por força de lei e não por decisão judicial. (Jesus 1996).

<sup>8</sup> Art 150, § 16 - A instrução criminal será contraditória, observada a lei anterior quanto ao crime e à pena, salvo quando agravar a situação do réu. (Brasil 1967, on line)

---

Crime e comunismo eram expressões que estavam intrinsicamente ligadas entre si no mundo social. Após o golpe de estado, dado para acabar com o “(...)bolsão comunista cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas” (Brasil 1964, on line) esta vinculação entre comunista e delinquência fica mais evidente visto que se tratava de um criminoso, que deveria ser punido como tal.

Segundo o Relator, o réu agia da seguinte forma:

Desde a organização de listas, valendo-se da palavra e da ação, mas, após, quer cedendo sua chácara, onde sob pretexto de “churrascada”, desenvolveu atividade, quer nas reuniões com os outros acusados, quer em toda a sorte de ensejo que se lhe oferecia, como bem esclarecem os elementos vastamente colhidos no inquérito, onde constam as confissões dos imputados, sem que resultassem, sequer, repudiados em juízo. (Stf 1970b, on line)

As confissões da fase policial, conforme relatório Brasil Nunca Mais, na maioria das vezes, eram a única forma que tinha a justiça para justificar a condenação dos acusados.

Entre as respostas obtidas na polícia e as oferecidas em juízo, a Justiça Militar considerava válidas aquelas (da Polícia)... As confissões obtidas nos órgãos de segurança, não eram, evidentemente, livres, nem espontâneos. Muitas vezes, não eram sequer verossímeis, posto que as declarações tinham que concordar com as informações anteriores que as autoridades tinham sobre o detido. (Arns 1985, 182)

Como demonstrado, o Ministro considerou as confissões da fase policial válidas. Em sua pesquisa sobre os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo, Mariana Joffily descreve e analisa justamente o fato de que tais depoimentos eram colhidos sob tortura, numa fase em que o preso se achava somente na presença de seus torturadores. Sem advogados, ou qualquer outra garantia, eram exarados depoimentos na fase policial com o fulcro de informar aos juízes do conselho as supostas confissões dos detentos, com histórias que fizessem sentido para a condenação do preso político, ou seja, uma grande montagem no qual o Judiciário participava. (Joffily 2013)

As decisões dos outros tribunais são mantidas pelo STF, e o réu é condenado a um ano de prisão pelo tribunal. Percebe-se que o jurídico e o político não estão separados. O fundamento de uma sentença deve se basear em argumentos jurídicos, segundo a legislação e o discurso dos próprios ministros. Vê-se nesse caso que a fundamentação tem um alto teor político, diferente do discurso de imparcialidade pregados pelos membros do campo jurídico. Para ser condenado, o autor poderia fazer parte de reunião de qualquer partido que fosse declarado ilegal, mas o Relator faz questão de enfatizar que o partido era comunista. A percepção é de que o citado artigo foi colocado em lei para condenar somente membros do partido comunista.

No acórdão resultado do Recurso Ordinário Criminal 1089, de 17 de setembro de 1970, o Relator era o Ministro Aliomar Baleeiro. Os réus Raimundo Ramos Reis e Washington José de

Souza eram acusados de praticarem, nas cidades de Salvador e Vitória da Conquista, antes do golpe de 1964 mas sem especificação de datas, agitações de cunho comunista, através de discursos e outras atividades que estariam incitando a classe trabalhadora à tomada do poder, modificando a ordem estabelecida.

EMENTA – SEGURANÇA NACIONAL – Os crimes previstos nos arts.11-a e 12, da Lei nº 1802/53, pressupõem como elemento de tipificação os processos violentos e o incitamento direto à luta pela violência. Precariedade da prova que não estabelece a existência-desses elementos nas atividades dos réus – aliás, mais características de interesse eleitoral demagógico. (Stf 1970c, on line)

Na ementa, as atividades dos réus são caracterizadas como demagógicas e não necessariamente como crimes. Os ministros explicam o porquê da não condenação, mas reafirmam que não concordam com as atividades políticas e eleitorais “demagógicas” dos réus. Nota-se nesses casos que a demagogia é atribuída aos que teriam ideias opostas ao regime. As características negativas da demagogia estão estabelecidas no conceito de Bobbio:

A Demagogia não é propriamente uma forma de Governo e não constitui um regime político, é, porém, uma praxe política que se apoia na base das massas, secundando e estimulando suas aspirações irracionais e elementares, desviando-a da sua real e consciente participação ativa na vida política. Este processo desenvolve-se mediante fáceis promessas impossíveis de serem mantidas, que tendem a indicar como os interesses corporativos da massa popular ou da parte mais forte e preponderante dela coincidem fora de toda lógica de bom Governo, com os da comunidade nacional, tomada em seu conjunto. (Bobbio 1998, 318)

Para o Judiciário, um dos braços do regime, era importante desqualificar qualquer discurso vindo de quem pensa diferente. No caso, esses discursos nem poderiam ser considerados de oposição ao regime, visto que o suposto discurso foi realizado antes do golpe de 1964. A utilização do conceito serve para enquadrar todos os movimentos de esquerda como demagógicos: impossíveis de serem realizados, uma enganação ao povo e às massas, guiando aspirações irracionais desprovidas de um conteúdo programático ou simplesmente relacionado não ao bem do povo, mas sim com o intuito de convencê-lo de que doutrinas de esquerda seriam o melhor para a população. Nesse momento os líderes “demagogos” fariam de tudo para “enganar” a população para tomarem o poder, sendo impossível nesse caso porem em prática suas ideias que só serviriam para se elegerem.

O Inquérito Policial Militar que resultou no referido processo havia sido aberto pela 6ª Região Militar em Salvador, Bahia, com 27 testemunhas; foram indiciadas 22 pessoas, mas o Ministério Público Militar somente abriu processo crime contra duas delas. Afirmou o Promotor de Justiça que, antes de 1964, viviam os acusados em “permanente agitação no meio dos nossos trabalhadores insuflando-os à luta pela violência para a transformação da ordem política e social”, e que:

desdobravam-se no desenvolvimento de processos subversivos, fundando associações espúrias, redigindo e distribuindo panfletos com o propósito de acirrar os ânimos das classes sociais, pronunciando conferência em tom de comício, onde, invariavelmente, convocavam os trabalhadores a união para a tomada de poder contra a segurança das instituições. (Stf 1970c, on line)

O recorrente Washington J. Souza, eletricitista, é apresentado como comunista da ala chinesa, tendo pronunciado discurso em Conquista, Minas Gerais, em sete de maio de 1964, pregando as benemerências dos processos violentos e sanguinários para a subversão da ordem social, sendo assim denunciado por ter praticado o crime previsto no art. 11, alínea a, da Lei nº 1802/53.

O réu Raimundo R. Reis também é apresentado como sindicalista ligado a Brizola, agitador, comunista e subversivo.

O outro, Raimundo R. Reis, funcionário do Banco do Brasil e presidente do sindicato dos bancários, ter-se-ia mantido “em contato com esquerdistas e comunistas que se empenhavam na subversão da ordem” e, como presidente da CGPSB (Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Bahia), deu cobertura ao pacto operário-estudante-camponês, tendo convidado o Dep. Leonel Brizola a participar de Assembleia com vistas ao incitamento da luta pela violência contra as classes e permitido o funcionamento de um centro popular de cultura, “célula estudantil comunista”, na sede daquele sindicato. Agressivo para com as autoridades, teria fomentado greves e participado de invasões de terra, sendo denunciado pelo crime previsto no art. 12 da lei nº 1802/53. (Stf 1970c, on line)

Por tais motivos ambos os acusados foram presos preventivamente e tiveram seus direitos políticos cassados. Foram absolvidos pelo Conselho de Justiça Militar por falta de provas, sendo que o Ministério Público recorreu e o Superior Tribunal Militar os condenou a um ano e dois meses de prisão. Recorreram então ao STF alegando que o depoimento de um rival político de ambos os réus, por disputas eleitorais, teria dado elementos à denúncia, e toda a discussão se deu ao redor da prova da veracidade desses elementos.

A pessoa que apresentou mais acusações contra os acusados foi Amadiz da Silva Barreto, Delegado do Ministério do Trabalho da Região. Conforme mencionado no voto do Ministro Relator:

O depoimento de Amadiz, Delegado do Trabalho que sobreviveu a todos os Governos, desde o do presidente Vargas até o do Presidente Costa e Silva, foi contraditado de indícios pelos Réus, por inimizade pessoal, ressentimento oriundo de competições eleitorais na Bahia, afirmando eles que o depoente teria sido instrumento dócil às agitações que os srs. Goulart e Brizola teriam desfechado como preparação emocional e política para os planos subversivos, que lhes são atribuídos. Do contrário não teria conservado o cargo. Com a vitória da Revolução teria passado ao rol dos mais fervorosos cristãos novos. A esse fervor atribuem a animosidade do depoimento, em que a testemunha afirma (f.100, no I.P.M. f380 no Conselho de Justiça Militar) que os réus são “agitadores dos mais terríveis”, “pelegos comunistas”, “perigosíssimos”; Reis, - “atuante, sempre presente a todos os movimentos sindicais subversivos e agitadores”, “distribuidores de boletins de cunho comunista”, “participando de invasões de terras”, “comandava os movimentos subversivos dos bancários” (Stf 1970c, on line)

Conforme o Ministro, o depoente foi contraditado pelos réus. Interessa perceber que estes alegam que o Delegado possuía posições de conveniência. Afirma ele que os réus eram

---

perigosíssimos, comunistas, subversivos, e que demonstravam isso na época em que João Goulart era presidente, organizando greves para disseminação do *comunismo*. Tal depoimento foi feito após o golpe de estado, no qual o depoente foi um dos grandes apoiadores. No entanto, na época das greves, Amadiz já era delegado do trabalho, ficando o questionamento: se eram tão perigosos, por que ele, com o poder de Delegado, não tentava intervir em suas atividades? Os réus afirmam que o depoente simplesmente nada mencionava para se manter no cargo de delegado durante o governo de Goulart, porém, conforme os depoimentos que presta ao Conselho de Justiça, chamando os réus de *agitadores comunistas*, percebe-se que se converte em apoiador da ditadura militar, possivelmente para se manter no cargo novamente. Os réus ainda afirmam que a animosidade contra eles se tratava de simples disputas políticas partidárias anteriores.

Tais depoimentos dos réus são considerados verossímeis pelo ministro Relator, visto que o delegado não prova a prática de violência por parte dos réus, contida em suas afirmações.

O depoimento de Amadiz, mesmo se fôr insuspeito, o que é duvidoso, não encontra concordância com os demais depoimentos na parte capital, - a prática de violência, ou o incitamento a ela. Desde que os fatos apontados foram públicos – greves, comícios, agitações etc, não seria difícil a Amadiz apontar quem viu ou ouviu, nem seria problema para o I.P.M. ou para o Conselho, inquirir pessoas que corroborassem as acusações (grifo no acórdão) (Stf 1970c, on line)

Aponta o acórdão que o ministro percebe que, se o depoente era Delegado do Trabalho, deveria ter mais provas e informações das atividades consideradas violentas dos acusados, e poderia demonstrá-las em juízo ou no Inquérito Policial Militar, através de testemunhas que viram ou ouviram os atos *criminosos* dos acusados. Segundo o Ministro, na leitura do processo e do I.P.M., as declarações de Amadiz não são sustentadas pelas testemunhas que também prestaram depoimentos no processo, e estas corroboram com as afirmações dos réus.

Enfim, o Delegado do Trabalho não apresenta provas concretas contra os acusados, mesmo sendo ele bacharel em direito.

Mas o Delegado do Trabalho, que presenciou a atuação dos réus durante anos, limitou-se a acentuar a periculosidade e o caráter subversivo dos atos deles, sem apontar fatos concretos, penalmente típicos para caracterizá-lo, nem testemunhas ou documentos explícitos. Aliás parece que a testemunha é diplomada em direito. (Stf 1970c, on line)

No processo há poucas diligências e estão ausentes depoimentos que seriam importantes; apenas se afirma que os réus eram perigosos agitadores comunistas. O Delegado do Trabalho considerava que a simples afirmação de que os réus eram *comunistas* e participavam de greve eram motivos suficientes para fundamentar uma condenação.

O ministro Relator critica o regime anterior ao golpe de Estado, alegando que ambos os acusados eram massa de manobra do Ministério do Trabalho



O conjunto dos documentos, testemunhas, informações e até os depoimentos dos próprios acusados não deixa dúvidas de que exerciam atividades características dos chamados “pelegos”, utilizados por certo partido da época, com o apoio do ministério do trabalho, para captar a adesão de trabalhadores por meio de acenos demagógicos, num país de salários baixos, inflação, analfabetismo e ausência de consciência política e cívica. Nem parece contestável que, para essas manobras, fossem utilizados **comunistas notórios e confessos** (g.m.) (Stf 1970c, on line)

Talvez possa parecer redundante e evidente para a maioria das pessoas que é praticamente impossível alguém poder ser considerado neutro ou imparcial em qualquer tema, seja ele político, social ou cultural, ou seja, uma pessoa que não se deixe influenciar pela cultura política de sua época e deixar isso claro em seus escritos, sejam eles oficiais ou pessoais. Todavia, quando se trata de um discurso judicial, é importante ressaltar tais aspectos políticos. Citando novamente Bourdieu, o campo jurídico e especialmente os juízes se colocam como imparciais aplicadores da lei, que não levariam em conta, em suas decisões, aspectos políticos estabelecidos no seu contexto social.

Sendo assim, destaca-se no acórdão que, mesmo sem a condenação, os julgadores utilizam expressões como “comunistas notórios”. Um dos réus, Washington, é acusado de ser da ala chinesa. Raimundo, todavia, é apresentado como ligado a Brizola. Nesses aspectos, tanto para o Judiciário quanto para a ditadura, eles faziam parte de uma mesma categoria: a dos comunistas notórios, ou seja, aqueles que por seus atos praticavam o comunismo. O que chama a atenção é o fato da necessidade das palavras comunista, comunismo, estarem descritas no acórdão. Isso porque, apesar da caça aos movimentos de esquerda promovida pela ditadura militar, o crime aqui descrito não proibia a pessoa de ser comunista, mas, pelo artigo 11 acima citado, o delito era tentar subverter a ordem. No acórdão, o julgador considera que as coisas estão intrinsecamente ligadas.

O ministro Relator não quer mencionar o nome do partido que à época era responsável pela utilização de “pelegos” para suas atividades de captar adeptos entre os trabalhadores, mas sim apenas o seu líder: Brizola. Nesse momento é importante considerar o medo que relacionava o comunismo com o Partido Trabalhista Brasileiro.

Criado para ser um anteparo ao comunismo em 1945, o PTB, juntamente com o movimento sindical, cresceu em número, alterando suas formas organizativas e radicalizando em termos ideológicos. Jango surgira no cenário de transição do PTB; de uma situação de subordinação e dependência a Getúlio Vargas, o partido procurou, após o desaparecimento de seu criador, construir um novo programa. João Goulart foi elemento decisivo para a entrada das esquerdas no partido, juntamente com discurso considerado radicalizado pelo seu cunhado Leonel Brizola.

Brizola defendia, como deputado federal, a implantação da reforma agrária e da distribuição de renda no Brasil. Teve como seu principal objetivo, em seu mandato, pressionar para a realização das reformas de base que incluíam fundamentalmente a reforma agrária, a reforma bancária, a

restrição à remessa de lucros, o combate a especulação imobiliária e a reforma universitária. (Fernandes 2008, on line). Com esse discurso, o PTB estava realmente conquistando espaço no cenário político nacional. Não demorou para serem acusados de comunistas.

Como o alegado responsável pela aproximação do PCB com o PTB, João Goulart não poderia deixar transparecer uma imagem de esquerdista na Presidência da República, sob pena de causar uma instabilidade governamental. Tentou assim uma chamada política de conciliação entre direita e esquerda. Foi atacado por ambos os lados, principalmente pela parte mais radical do PTB.

Havia o temor da esquerdização, e esta seria efetuada pelo PTB. O avanço da esquerda seria um processo crescente e sem volta, caso não fosse feita uma intervenção rápida e eficaz. Do ponto de vista de seus opositores, a radicalização do movimento das reformas foi crucial para aumentar o conflito que geraria o golpe de estado (D'araujo 1996, 140).

Após o golpe, o objetivo ditatorial em um primeiro momento era acabar com seus opositores e, principalmente, com a ala mais radical do PTB. Em 10 de abril de 1964 é divulgada a primeira lista de cassados pelo AI-1. Entre os 102 nomes estão os de João Goulart, Jânio Quadros, Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola e Celso Furtado, assim como 29 líderes sindicais e alguns oficiais das Forças Armadas. (Ghedine 2008, on line). Mesmo não exercendo cargos políticos, cassar Prestes representaria deixá-lo sem direitos políticos, acabando com qualquer possibilidade de que visse a participar da vida política ou administrativa do país.

Para o relator do processo, tendo em vistas o conhecimento sobre tais informações, haveria um grande número de comunistas notórios no país, ou seja, praticamente todas as pessoas que participavam de movimentos trabalhistas antes do golpe de 1964, como é o caso do acórdão aqui trabalhado. Além disso, mencionou que, antes do golpe, não havia “consciência política e cívica”, ou seja, passaram a existir depois do golpe, segundo ele. Para o Ministro, no momento após a “revolução” nossa consciência política e cívica aflorou. Novamente expondo, como é visto, sua posição de apoio à ditadura, criticando o regime democrático. Passa assim a impressão que nos transformamos como povo; que na ditadura não somos mais “aliciados” ou “enganados” pelos “comunistas”. Essa contradição é interessante para pensarmos que justamente numa ditadura não se tem aos mais básicos direitos de informação, coisas que existiam no regime democrático.

Na continuação do acórdão, o Relator aponta as mazelas contemporâneas, falando até da moral vigente que deve ser seguida pelos brasileiros:

Eram agitadores, e a meu ver, mais agitados do que agitadores, integrados num vasto esquema dirigido pelas autoridades da época, que exploravam para as suas maquinações, as dificuldades de um povo ignorante, subdesenvolvido e ingênuo numa terrível fase inflacionária e de conseqüente carestia de vida, ao mesmo tempo em que jornais, cinema e t.v., divulgavam as desordens sangrentas do mundo, até mesmo num país opulento, como os Estados Unidos, que se debatiam e ainda se

debatem com a pobreza, o ressentimento e as aspirações confusas de negros, estudantes, imigrantes, desajustados moral e sexualmente, enfim todos os matizes da conturbação contemporânea. (Stf 1970c, on line)

O Ministro entra na seara política tentando aglutinar no discurso judicial uma explicação “política” ou “social” para os problemas do Brasil. Essa explicação comporta diversos temas relacionados ao que o Relator considerava como “desordens” ocorridas em vários lugares do mundo, mas que no Brasil foram explorados pelos governantes para suas maquinações, que o povo “ignorante e ingênuo” não teria condições de entender, somente sendo levado a aceitar tais crises. A crítica parte de problemas que existem, mas que o governo anterior não as solucionara, mas apenas havia gerado mais “conturbação contemporânea”, inclusive do ponto de vista sexual. Nessas palavras são feitos vários comentários fora do que seria “judicial”, “imparcial”, sem posições políticas. Assim, destoando do discurso da imparcialidade da lei e da “cegueira” da justiça, esse trecho mostra o Judiciário levando em consideração uma série de elementos relacionados com o “mundo social”, para decidir algo sobre a condenação de pessoas por serem “agitadores”, ou ao menos “agitados”. Está claro um discurso pró-governo ditatorial na fala do Ministro. Mas essas observações não são consideradas uma manifestação política, visto que fazem parte de uma sentença judicial, e também pelo fato de tal explicação ser feita unicamente com o objetivo de fundamentar uma decisão de condenação que nada, segundo ele, teria de partidária.

Conforme o Relator os acusados, mesmo “comunistas notórios” estariam se aproveitando da situação anterior ao golpe de 1964 não para subverter a ordem, mas sim para se lançarem como políticos; eles seriam “interesseiros” e estariam pleiteando posteriormente mandatos eletivos, através de suas pregações via sindicato. O Relator concorda com o Conselho de Justiça Militar que o “ambiente” político anterior a 1964, e no qual participavam ativamente os acusados, gerava em alguns sindicatos a “impressão” de que todos os sindicalistas estariam lutando para subverter a ordem, o que não era verdade, pois os réus dessa ação, como presidentes de sindicatos, estariam agindo conforme seus misteres e isso não poderia ser considerado subversão.

(...) as injunções e os encargos de um presidente de sindicato de categoria profissional numa época tumultuária como a em que se deram aqueles movimentos de classe, fortemente matizada de paixões políticas, não autorizam imprimir às suas ações o caráter subversivo pretendido pela acusação. Não restou provado ser o acusado em apreço comunista, e a sua integração na famigerada CPOSB (Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Bahia) no começo pode ser entendida em face de sua condição de presidente de um dos sindicatos dos mais ativos em reivindicações de sua classe, à época, e por força das contingências históricas dessa mesma época. (Stf, 1970c, on line)

Neste momento, o Relator parece fazer uma leitura da “conjuntura histórica” da época, tendo uma vontade evidente de absolver os réus, mas sem deixar de concordar e transcrever a sentença do Conselho Permanente de Justiça Militar. Dessa vez, nota-se que o Relator se preocupa mais com uma questão técnica de provas do que se os autores pertenciam ou não a determinada

---

organização. E pertencer não era motivo suficiente, nesse caso, para que fossem condenados. Ambos os réus foram absolvidos, contrariando a decisão do Superior Tribunal Militar, porém concordando com os julgadores do Conselho de Justiça Militar.

Trata-se de um acórdão muito detalhado no qual, pela primeira vez, encontramos uma página de “considerações” em que os Ministros querem demonstrar que tal absolvição deve ser mais explicada que qualquer outra condenação. Nota-se um esmero no detalhamento dos fatos e nas justificativas do porquê de tais acusados não estarem tentando subverter a ordem. E, também, que dificilmente a absolvição aconteceria caso os acusados tivessem sido condenados por um dos dois tribunais militares que foram julgados.

Sem querer esgotar todas as possibilidades de debates sobre o anticomunismo no Supremo Tribunal Federal, pode-se considerar que a análise dos recursos aqui trabalhados nos dá uma boa noção de duas características essenciais para entendermos o Judiciário nesse período: não existe forma de separar questões políticas e jurídicas, dentro de um campo que trabalha com legislações e concepções de Estado. E que o Judiciário e o campo jurídico, apesar das duas absolvições aqui apresentadas, constituíram um braço forte da ditadura militar no julgamento de crimes contra a segurança nacional, pois mesmo nas absolvições existe a crítica aos réus por suas posições políticas. Percebe-se nos acórdãos que o anticomunismo estrutural da cultura política brasileira estava presente.

As divergências entre as diversas instâncias também mostram o modo de agir do Judiciário. São comuns as divergências nas formas de julgamentos. Porém, percebemos naqueles que tendem para a condenação o emprego de elementos discursivos que fazem parte de um difuso medo em relação ao comunismo e de seus “agentes”, o que para eles já seria suficiente para uma condenação. Discordando das doutrinas apresentadas pelos réus, mesmo os que foram absolvidos, os julgadores não queriam passar a impressão de que concordavam com as falas e atitudes dos “subversivos”. Nesses casos utilizavam-se de falta de provas, ou outros argumentos jurídicos para absolvição.

Percebe-se que não estamos discutindo aqui se juridicamente as decisões foram ou não corretas de acordo com os ritos processuais ou legais. O que nos interessa é perceber como o Judiciário, com seu discurso de imparcialidade, de que não estaria tratando de política, apresentava nesses acórdãos diversas manifestações que traziam suas opiniões políticas com relação ao Brasil e ao mundo.

O anticomunismo estava presente nas instâncias de poder decisório do Estado. A política e o jurídico se mostram entrelaçados. E, na ditadura, os membros do Judiciário, por medo de perderem seus cargos ou por realmente concordarem com a ideologia que os mantinha no poder,

expuseram em suas decisões modos de estabelecer uma linha de ação que se coadunava com a ideologia determinada pela ditadura em questão.

### Referências bibliográficas

- Arns, Dom Paulo Evaristo. *Brasil Nunca Mais*. 6a. Edição. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Bobbio, Norberto et all. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UNB. 11ª ed. 1998.
- Bourdieu, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 13ª ed., 2010.
- Castro, Celso. *O espírito militar: Um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.
- Costa, Celiane Ferreira da. *Análise das relações sino-brasileiras a partir da prisão de nove chineses no início do governo militar (1964)*. Idéias, Campinas, SP, v.9, n.2, p. 7-30, jul./dez. 2018.
- D'araújo, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- Fernandes Aurélio. *Leonel Brizola, um patriota revolucionário*. Disponível em: <<http://www.pdt-sc.org.br>>. Acesso em 8 set. 2008.
- Foucault, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Cadernos da PUC, nº 16, 1979.
- Ghedine, André Luiz et al. Golpe militar 40 anos. *Almanaque Folha Online*. Disponível em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura.htm>>. Acesso em: 13 set. 2008
- Jesus, Damásio Evangelista de. *Código penal anotado*. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- Joffily, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na operação bandeirantes e no Doi de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: Edusp, 2013. 352p.
- Mariani, Bethania Sampaio Correa. *O comunismo imaginaria: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Campinas: Tese de doutorado Instituto de Estudos da Linguagem. Unicamp, 1996
- Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002
- Partido Comunista Brasileiro In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos20/ev\\_quesocial\\_pcb.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_quesocial_pcb.htm)> Acesso em 03 de março de 2009
- Pinto, Olavo Bilac. *Guerra Revolucionária*, Rio de Janeiro, Forense, 1964, 228p.
- Ridenti. Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo (SP): Ed. da UNESP, 1993.276P.
- Rodeghero, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2003.
- Silva. Angela Moreira da. *Ditadura militar e justiça castrense no Brasil: espaço de legitimação política e de contradições (1964-1985)*. Disponível em <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/integra/angela%20moreira%202013-08-07.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2008.
- Tavares. Flávio. *1964: O Golpe*. Porto Alegre: L &PM. 2014.

## Fontes

Aliomar de Andrade Baleeiro. Disponível em

<<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=198>> Acesso em 10 mar. 2020.

Brasil. *Ato Institucional nº 1, de 9 abril 1964*. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 5 nov. 2007

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Disponível em:

<<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 06 MAR. 2020.

Brasil. *Constituição Federal de 1946*. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 22 mar 2012.

Brasil. *Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953*. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br>>. Acesso em: 19 dez. 2007.

Carlos Thompson Flores. Disponível em <

<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=3>> Acesso em 04 ago. 2013.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Ordinário Criminal nº 1088*. Bahia. Propaganda subversiva pela imprensa escrita. Conteúdo dos artigos reiterados em prol da pretensão. Responsabilidade criminal do diretor. II. Exclusão de um dos acusados da denúncia comum. Quando não repercute sobre os demais. Nulidade processual rejeitada. III. Se os fatos atribuídos, e com a classificação jurídica adequada, constituem o crime a que se refere ao art. 39, I, do Decreto-Lei nº 314/1967, com redação do Decreto-Lei nº 510/1969, e as provas evidenciam sua autoria, certa a condenação, máxime fixada no mínimo. Recurso não provido. Recorrente: Arioaldo Magalhães Matos. Recorrido: Superior Tribunal Militar. Relator Min. Carlos Thompson Flores. Publicado em 25 de setembro de 1970a. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=262864>. Acesso em 05 jun. 2010.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Ordinário Criminal nº 1.086*. Paraná. Partido Comunista. Tentativa de sua reorganização caracteriza a prática do crime a que se refere o art. 36 do Decreto-Lei nº 314/1967. Condenação fundada em prova. II. Prescrição desprezada por não ocorrerem os pressupostos em que assentou a arguição. III. Nulidades suscitadas. De incompetência, por ausência de prova do alegado e as demais por incorrerem. Recurso não provido. Recorrente: Ciro Sebastião da Costa. Recorrido: Superior Tribunal Militar. Relator Min. Carlos Thompson Flores. Publicado em 25 de setembro de 1970b. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=262862>. Acesso em: 05 jun. 2010.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Ordinário Criminal nº 1.089*. Bahia. Segurança Nacional – os crimes previstos nos arts. 11-a e 12, da Lei 1.082/53, pressupõem, como elementos de tipificação os processos violentos e o incitamento direto à luta pela violência. Precariedade da prova que não estabelece a existências desses elementos nas atividades agitadas dos réus – aliás mais características de interesse eleitoral demagógico. Recorrentes: Raimundo Ramos Reis e outro. Recorrido: Superior Tribunal Militar. Relator Min. Aliomar Baleeiro. Publicado em 17 de setembro de 1970c. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=262865>. Acesso em: 05 jun. 2010.

---



Supremo Tribunal Federal. Glossário. *Relator*. Disponível em <  
<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/>> Acesso em 20 fev, 2020.

Silva, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. Coleção Documentos Brasileiros.

\*\*\*

Recebido: 25 de janeiro de 2022

Aprovado: 12 de abril de 2022

## Ortodoxos ou dissidentes? Uma nova leitura do positivismo português

*Orthodox or dissidentes? A reading of Portuguese positivism*

*¿Ortodoxos o disidentes? Una lectura del positivismo portugués*

*Adalmir Leonidio\**

<https://orcid.org/0000-0001-2345-6789>

RESUMO: Este artigo pretende revisar o enquadramento teórico do positivismo português, que o classifica como predominantemente dissidente ou difuso. Está baseado em ampla fonte documental, composta por obras de diversos positivistas portugueses, e fundamenta-se no chamado método crítico histórico. Ampara-se, igualmente, na análise de conteúdo, particularmente na observação da frequência e sentido com que certas palavras ou expressões aparecem nos textos.

Palavras-chave: Positivismo. Ortodoxia. Portugal.

ABSTRACT: This article seeks to review the theoretical framework of Portuguese positivism, which classifies it as predominantly dissident or diffuse. It is based on a wide documentary source, composed of works by several Portuguese positivists, and is based on the so-called critical historical method. It is also supported by content analysis, particularly by observing the frequency and meaning with which certain words or expressions appear in texts.

Keywords: Positivism. Orthodoxy. Portugal.

RESUMEN: Este artículo busca revisar el marco teórico del positivismo portugués, que lo clasifica como predominantemente disidente o difuso. Se basa en una amplia fuente documental, compuesta por obras de varios positivistas portugueses, y se basa en el llamado método histórico crítico.

---

\* Livre Docente em História Ambiental do Brasil, Professor Associado 2 da Universidade de São Paulo, Especialista em História da Ideias e da cultura no Brasil. Publicações mais recentes: *Littre e os novos caminhos do positivismo*, *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 14, n. 1, 2021; *A questão da laicidade entre positivistas brasileiros*, *Mediações*, v. 26, 2021; *Sobre o sentimento de inautenticidade da vida cultural brasileira na Primeira República*, *ArtCultura*, v. 22, 2020; *Utopias pós-colapso*, *Impulso*, v. 28, 2019; *A utopia de Ivan Illich*, *Diálogos Latinoamericanos*, v. 20, 2019. E-mail para contato: [leonidio@usp.br](mailto:leonidio@usp.br)

También se apoya en el análisis de contenido, particularmente al observar la frecuencia y el significado con el que ciertas palabras o expresiones aparecen en los textos.

Palabras clave: Positivismo. Ortodoxia. Portugal.

### Como citar este artigo:

Leonidio, Adalmir. “Ortodoxos ou dissidentes? Uma nova leitura do positivismo português”. *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 326-350.

\*\*\*

### Introdução

O termo positivismo é uma invenção do ideólogo francês Auguste Comte, usado para designar a nova doutrina que tentava criar, em substituição à Teologia e à Metafísica. Mas também serviu para demarcar as fronteiras da nova doutrina em relação ao empirismo inglês e ao socialismo saint-simoniano, que já fazia muitos adeptos em sua época e ao qual, de certa forma, esteve ligado. Está estruturada em cima de uma série de princípios, cujo elemento central é o espírito de sistemas e o desejo de realizar a grande síntese do pensamento Universal. Com a morte de Comte, o termo e a doutrina que designava passaram a ser objeto de intensa disputa, particularmente por seus alunos mais conhecidos, Émile Littré e Pierre Laffitte.

Os termos ortodoxo e dissidente foram, de certa forma, forjados por Émile Littré (1864; 1879), em sua tentativa de reelaboração do positivismo histórico de Auguste Comte. Esta reelaboração levou não só a um significativo afastamento dos princípios fundamentais da doutrina de seu antigo mestre, como também estigmatizou aqueles que permaneceram fiéis a estes princípios, pois ortodoxos passaram a ser todos aqueles que aceitaram as elaborações da política positiva, mormente as ideias de religião da humanidade e ditadura republicana, enquanto dissidentes eram todos aqueles que permaneciam fiéis ao *Cours de philosophie positive* e às ideias científicas de Comte. Basicamente, o positivismo ficou dividido entre os “fiéis da Igreja Positivista”, sobretudo Pierre Laffitte e seus seguidores, e os “dissidentes”, ligados a Littré. Esta divisão acabou sendo aceita por muitos, não só os contemporâneos de Littré e Laffitte, como também os historiadores que estudaram o tema (Autor 2021).

Resumindo e esquematizando um enorme debate, pode-se sustentar que há duas teses predominantes sobre o positivismo português. Uma defende que em Portugal não aconteceu como no Brasil ou na França de se dividir o positivismo em duas alas. Tendeu a predominar apenas a ala dissidente, sobretudo influenciada por Littré. Outra tese afirma que o positivismo português foi o

resultado de uma conciliação ou de uma síntese de Comte, Littré, Spencer e Haeckel. Ambas concordam tratar-se de um ponto de vista essencialmente ligado às camadas médias urbanas, de origem nas universidades de Lisboa, Coimbra e Porto, defensor das ideias reformistas e republicanas (Catroga 1977; Luz 2004; Andrade 2007; Fernandes 2011; Afonso 2015; Duarte 1987; Serrão 1983).

Ainda que as duas teses tenham certo grau de razão, na medida em que, de fato, os positivistas portugueses recorreram a outras leituras, posteriores ao próprio Comte, um exame atento pode revelar uma situação um pouco mais complexa que esta. Afinal, os portugueses teriam aderido a esta divisão do positivismo? Não haveriam ortodoxos em Portugal? E o que exatamente designa a palavra ortodoxo?

O método aqui usado para tratar o tema consiste em rastrear a *ouillage mental* (Febvre 1965) positivista, isto é, palavras, conceitos, noções que constituem o suporte do modo de pensar e sentir de homens como Teófilo Braga, Teixeira Bastos, Júlio de Mattos, entre outros, e ver a frequência e o sentido com que aparecem em diferentes textos destes autores. Este sentido também estará sempre cuidadosamente relacionado ao contexto destas ideias, por meio daquilo que se convencionou chamar “crítica histórica” (Bloch 1991)<sup>1</sup>.

## 1. Decadência e regeneração: a mentalidade positivista em Portugal

Para entender este sentido da ortodoxia, uma primeira tarefa importante é entender como os portugueses procuraram definir o positivismo. O que eles entendiam por ser positivista? Teófilo Braga define-o como uma “mentalidade positiva”. Mas, “positiva” não é o mesmo que “positivista”. Porque “positiva” pressupõe uma imagem de si dos positivistas que se pretende difundir, enquanto “positivista” pretende descrever uma objetividade que foge a seus definidores<sup>2</sup>. Então, se queremos entender esta objetividade, precisamos partir da definição daquela imagem, tal como ela se apresentava no seu tempo.

Como todo homem influenciado pela Fisiologia de sua época, Braga pensa que os sentimentos, tanto quanto os pensamentos, são determinados pela fisiologia do cérebro de cada indivíduo e transmitidos através das gerações. Todavia, antecipando em certa medida os debates da própria História das Mentalidades, que só surgiria no século XX, pensa que eles são também o produto “da situação mental de uma dada época histórica”. Assim, o pensamento e os sentimentos

---

<sup>1</sup> Basicamente, o que Bloch chama de “crítica histórica” é a submissão do testemunho de uma época ao escrutínio da verdade, procurando, por trás das afirmações explícitas, o que os documentos não pretendiam fornecer. Isto se torna possível ao relacioná-los uns com os outros, por meio de um trabalho de comparação.

<sup>2</sup> Lucien Goldmann refere-se, neste sentido, a dois níveis significação, subjetiva e objetiva, aquela que as ideias ou a obra de um autor têm para si mesmo e aquela que deriva do contexto histórico e das condições sociais de produção destas ideias (Goldmann 1967).

são, ao mesmo tempo, uma expressão individual e coletiva. Por exemplo, sustenta Braga que, apesar da genialidade de Bach e de seu enorme talento, ele não teria sido o músico brilhante que foi se “Lutero não tivesse introduzido na Igreja o coral protestante”, que vulgarizou o “canto de órgão e o hábito de aproveitar para as composições temas melódicos dos *lieder* populares” (Braga 1878, 245).

Então, “mentalidade”, termo que já havia sido usado por Littré e que é sobejamente utilizado por Teófilo Braga, é a “atividade mental”, “poderosa e até certo ponto inconsciente”, expressa exemplarmente pelos “Grandes Homens”, mas que resulta da ação continuada do meio social e histórico e da qual ninguém pode fugir. Em suma, a mentalidade é um “hábito mental” compartilhado e amplamente difundido em uma dada época. Ou, como diria depois Teixeira Bastos, é uma “psicologia coletiva” (Bastos 1878, 265). Conhecê-la é como conhecer a “alma de um povo”. Daí a importância que ambos os positivistas portugueses deram ao estudo do folclore, da mitologia e dos contos populares.

Mas, diferentemente do conceito contemporâneo de “mentalidade”, este “hábito mental” de Braga é bastante mais dinâmico e pode ser inclusive alterado, desde que se conheça as “leis” que o governam. Esta diferença é importante porque, como veremos, para Braga existiam duas mentalidades em conflito em Portugal, uma que apontava para a “decadência” e outra para a “regeneração”.

A da “regeneração” era a “mentalidade do bom senso”, por meio da qual “os homens laboriosos distinguem-se pelos hábitos de razão, de ordem e de probidade” (Braga 1878, 247). Em sendo assim, à medida que a ciência e a indústria avançam, generaliza-se um “estado mental” caracterizado pelo predomínio da observação e do “determinismo causal”. E todos aqueles que não estão em conformidade com esta “mentalidade” estão em “estado de atraso mental”.

Esta caracterização da “mentalidade positiva” está nitidamente amparada no *Discurso sobre o espírito positivo* (1848), de Auguste Comte, particularmente no capítulo 3, intitulado “Atributos correlativos do Espírito Positivo e do bom senso”. Por esta época, Comte já havia publicado os cinco tomos do *Cours de philosophie Positive* e pensado as bases fundamentais de seu *Système de Politique Positive*, cujo primeiro tomo foi publicado naquele mesmo ano. Criou também a Associação Livre para a Instrução Positiva do Povo, depois transformada em Sociedade Positivista. O *Discurso* tinha o claro propósito de ser uma espécie de resumo de seu pensamento e voltado essencialmente aos proletários e às mulheres, base para o avanço do “espírito positivo”. Ora, Comte sempre insistiu no fato de que o crescimento do “espírito positivo” se devia ao “conhecimento vulgar”, seu “ponto de partida”, mas também sua “eterna consagração”. Em outras palavras, o positivismo teria o papel

---

fundamental de instaurar o “bom senso universal” ou “positividade”, traço definidor do “estado normal” da humanidade (Comte 2016, 53-60).

Mas, o adjetivo “positiva”, posposto ao termo “mentalidade”, tem um alto teor normativo, perdendo com isso boa parte de sua intenção descritiva, à contrapelo de seus idealizadores. Afinal, a “mentalidade positiva” conformava um ideal dos próprios positivistas portugueses. Em que medida devemos referir-nos, então, a uma “mentalidade positivista”? Se entendermos a mentalidade como a “maneira de pensar e sentir de um povo” (Le Goff 1995), não dá para pensar, de fato, em uma mentalidade positivista em Portugal, na medida em que não parece admissível que este fosse um ponto de vista amplamente difundido na segunda metade do século XIX. Era o ponto de vista de uma camada intelectual ligada às universidades e aos meios culturais. E era também o desejo de que ele se generalizasse. Mas, há sem dúvida um sentimento generalizado da “decadência” e da “regeneração” que mantém fortes vínculos com o positivismo.

O termo “decadência”, usado para referir-se ao período da história portuguesa que se inicia logo após os descobrimentos marítimos, foi uma invenção de Alexandre Herculano, o maior expoente da chamada Geração de 50, e servia para indicar o profundo atraso da economia portuguesa da primeira metade do século XIX. Um dos principais obstáculos ao seu desenvolvimento era a precariedade das vias de comunicação. Quando se iniciou, com Fontes Pereira de Melo, o programa de obras públicas visando resolver o problema, a economia entrou, na segunda metade do século XIX, em uma fase de recuperação, graças, sobretudo, à expansão da comercialização de produtos agrícolas. Esta fase ficou conhecida como “Regeneração”. Mas, como afirma José Hermano Saraiva, a passagem ao mundo urbano e industrial é “apertada e difícil; há muitos prédios, mas poucas fábricas” (Saraiva 1999, 317). O campo continuava a ser o principal celeiro do trabalho e a importação inibia o crescimento dos empregos urbanos. O resultado é uma nova fase de estagnação e depressão, que se inicia no fim do século.

A geração de 70, recrutada, em parte, entre os estudantes da Universidade de Coimbra – Antero de Quental, Teófilo Braga, Eça de Queirós e Manuel de Arriaga –, ficou exatamente no meio do caminho, entre duas fases de estagnação econômica, entre duas gerações. Por isso, se traz novo fôlego à ideia de modernizar Portugal, mantém a perspectiva pessimista da geração anterior, reativando o debate sobre a “decadência” e suas causas (Autor 2003). Em diversos artigos, Teófilo Braga, de forma intencional, tentou definir este “sentimento”. Em “Elementos da nacionalidade portuguesa”, publicado na *Revista de Estudos Livres* em 1883, ele trata do “espírito aventureiro” do povo português. Este “espírito aventureiro” esteve sempre relacionado, no autor, aos “grandes feitos” do povo português, assim como do espanhol, durante o período das “grandes navegações”, no sentido “progressivo da civilização”, isto é, como um “espírito positivo”.

---



Mas, se o século XVI foi o século da “juventude” e do “vigor” nacional, o século XIX parecia ser, para os portugueses, o século da “decadência”, da “retrogradação” (Braga 1883, 155-157). E é precisamente aqui que um elemento mais “inconsciente” e “descritivo” ganha grande destaque para o que chamamos de “mentalidade positivista”. Uma rápida contagem de palavras revela, para a maior parte das obras do período que se abra, dezenas de resultados. Eles revelam ao mesmo tempo um conceito, já em desuso desde fins do século XVIII, e um sentimento, bastante disseminado entre autores portugueses. Parece, então, interessante seguir aqui, ainda que brevemente, os sentidos desta importante “*ouillage mental*”. A abordagem não é nova (Sérgio 1972; Serrão 1983), mas foi muito pouco ou não explorada no que se refere ao estudo do positivismo, que afinal representa o apogeu da ideia de “progresso”, o par ideológico da ideia de “decadência” (Le Goff 2000).

No *Systema de Sociologia* (1884a) de Teófilo Braga, sua mais extensa obra, a palavra é usada em seu sentido biológico, como uma fatalidade de todo organismo vivo – individual ou coletivo – que se encaminha para um fim. Todavia, enquanto nos organismos individuais este fim é inevitável e pode até ser precipitado, nos organismos coletivos ele pode ser evitado, desde que se conheça as forças que o governam. Por extensão, ela é usada para definir o declínio de regimes políticos ao longo da história, como por exemplo, a decadência do império romano, inúmeras vezes citado por Teófilo Braga. De forma generalizada, o termo é usado para referir-se à fatalidade do declínio de regimes políticos autoritários. Em Portugal, ele associa o declínio do país com a dinastia dos Braganças (1640-1910), mas também com seu isolamento do resto da Europa, o que significa das conquistas da civilização ou da “mentalidade moderna”, que seria positivista.

De acordo com este ponto de vista, o triunfo do progresso e da civilização ocorre sempre que há uma perfeita interação entre as “forças e energias” individuais e coletivas, do contrário teremos o “fato” da decadência. As monarquias absolutas representam duplamente este “fato negativo”: pelo predomínio de vontades individuais e pelo isolamento a que condenou as diferentes nações da Europa. Ou, pelo contrário, pela união forçada, por meio das casas dinásticas, de diferentes “organismos coletivos”. Daí que, como veremos, a solução perfeita para Teófilo Braga seja a federação, porque conjuga um máximo de autonomia com um máximo de sinergia de forças.

Por isso é que a “decadência” da Espanha teria começado “pela unificação material dos seus pequenos estados, pelo regime despótico imposto pela vastidão do império Europeu de Carlos V” (Braga 1983, 112). Desses “pequenos estados” apenas teria restado Portugal, que sempre soube “repelir a anexação forçada” (Braga 1884a, 220).

Mas, enquanto a decadência é o fim inevitável de todo ser vivo, e por isso um fato espontâneo, a continuidade da espécie e o progresso da civilização acontecem sempre que há

---

“solidariedade” entre as partes. Nota-se aqui, como mostraremos a seguir, que apesar das várias referências a Spencer, o argumento decisivo em favor da concorrência não leva a nenhum lugar em Teófilo Braga. Pelo contrário, a ideia comteana de “cooperação” ganha *status* de síntese sociológica. Voluntariamente associados, os diferentes povos tendem a cooperar pela perpetuação da espécie, mas toda associação forçada militarmente leva à concorrência, à guerra e à fatal degeneração ou decadência.

O argumento de Teixeira Bastos é bastante similar. Todavia, ao invés de associar a decadência a regimes políticos autoritários, vai relacioná-la ao predomínio da economia capitalista e, por isso, flertar com o socialismo de seu tempo (Ventura 2000). Neste sentido, afirma que a decadência, mais do que algo a deplorar, é “um resultado necessário da transformação social que se está operando” (Bastos 1894, 13). Esta mesma associação pode ser encontrada em outra obra de Teixeira Bastos, *A dissolução do regime capitalista*, de 1895. O argumento é essencialmente comteano.

Mas, se Portugal, afinal, não é um ponto fora da história, Bastos, como Braga, parece tratar da decadência no século XIX apenas para referir-se à “juventude” e ao “vigor” do século XVI. Não há pessimismo, neste sentido. Não na geração de 70. Todavia, uma diferença de Bastos: esta “juventude” e este “vigor” nada têm a ver com o “espírito aventureiro” de Braga. Muito pelo contrário, este seria a principal causa da “decadência”, porque teria levado ao despovoamento do campo e ao desbaratamento da indústria nacional (Bastos 1894, 408).

E é precisamente neste sentido que Horácio Ferrari refere-se aos “desvios e erros de uma raça organicamente atrasada”. Mas, para Ferrari a razão deste atraso secular não está no “despotismo” e nem no “espírito aventureiro” dos portugueses, como para Braga e Bastos, mas nos descaminhos da “seleção natural” em Portugal: “Uma nação qualquer decai rapidamente e tende a extinguir-se sempre que para os diferentes cargos, públicos ou particulares, sejam preferidos os indivíduos menos capazes de os exercer” (Ferrari 1878, 106). Um argumento, afinal, bastante liberal em favor do mérito pessoal e da concorrência.

A forma como Júlio de Mattos descreve a “seleção natural” ressoa bem mais trágica: “adaptação ou morte”, “formidável guerra sem tréguas e sem perdão”, “os vencidos são muitos e muito poucos os vencedores” (Mattos 1878, 209-210). Afinal, este seria o próprio fim trágico do otimismo da Geração de 70, a que Eça de Queirós tão significativa e ironicamente chamou de “Vencidos da vida” (Autor 2003).

Mas, nem mesmo para evolucionistas mais assumidos como Ferrari a decadência parece uma fatalidade. Então, se a palavra de ordem é a “decadência”, todos, um pouco mais ou menos,

---

parecem acreditar em uma “regeneração”, ao menos a Geração de 70, um pouco mais otimista que sua congênere dos anos 90 (Autor 2003).

Teófilo Braga é o mais econômico. Em *Traços gerais da filosofia positiva* (1877) não usa nenhuma vez o termo; em *Soluções positivas da política portuguesa* usa uma única vez; e em *Systema de Sociologia* cinco vezes, todas com o preciso sentido de “regeneração intelectual e moral”. Esta economia explica-se facilmente: “Regenerador” era o nome de um dos partidos monarquistas de sua época, poderoso obstáculo ao avanço de seu ideal positivista e republicano. Curiosamente, os “liberais regeneradores” apontavam como uma das causas da decadência o “absolutismo”. Aliás, regeneradores eram todos que não queriam ver a pátria sucumbir: cartistas, setembristas, históricos, regeneradores, progressistas e republicanos. Regeneração, em substituição a revolução, parecia de fato traduzir as intenções conciliadoras de uma classe insegura de seu futuro, mas temerosa da desordem (Serrão 1984). Daí o positivismo cair como uma luva.

Por isso, se queremos entender o sentido da “regeneração” em Teófilo Braga, precisamos recorrer a outro termo de sentido similar, mas mais amplamente consensual entre positivistas, “reorganização”, tão decisivo na obra do próprio Comte. Em *Traços gerais da filosofia positiva*, ela aparece inicialmente com o mesmo significado anterior: “reorganização” intelectual e moral, mas também, “pela nova compreensão da solidariedade humana, a reorganização positiva das instituições e da consciência do fim social” (Braga 1877: 205). Por fim, ela aparece com o significado de “reorganização política”: “As dinastias estão condenadas; e o proletariado tem de assistir a esta nova eliminação espontânea, que facilita a reorganização social” (Braga 1877, 230). Na obra *Soluções positivas da política portuguesa*, ele vai chamar a isso “reorganização racional da autoridade”, em contraposição à sua mera experiência empírica. Em *História das ideias republicanas em Portugal* ela vai aparecer com o significado principal de república e federação ou “reorganização municipalista” (Braga 1983).

Por fim, em *Systema de Sociologia* é onde ela verdadeiramente destaca-se, sendo mencionada dezenas de vezes. Nele fica claro que apesar da importância que Teófilo Braga dá à “reorganização” política e social, a grande obra a ser realizada, aquela que servirá de ponto de partida para as demais e terá por fim salvar a pátria, é a reorganização intelectual e moral, ou, como enfatiza, a “reorganização sintética”.

A referência aqui é a obra de Comte *Discours sur l'ensemble du positivisme* (1848), na qual o pensador francês defende uma “grande síntese” como fundamento principal da reorganização da humanidade. Trata-se de uma forma imaginada de efetivar a harmonia ou unidade entre a vida ativa, afetiva e especulativa, conciliando o subjetivo ou interno e o objetivo ou externo. Apesar da

importância que dá à “síntese afetiva”, caberia à “síntese especulativa” a grande tarefa (Comte 1848, 34).

Teófilo Braga apenas discorda de Comte no que se refere ao significado primordial da nova “síntese subjetiva”, que para o filósofo francês é a Religião da Humanidade, enquanto para Braga é a própria filosofia positiva ou subordinação da ciência, mesmo a política, à filosofia (Braga 1880, 471).

Em Teixeira Bastos, apesar da mesma preocupação com a questão republicana, a palavra “regeneração” aparece em 23 páginas da obra *A crise*. Em todas elas com o mesmo significado, de cunho político: o caminho para a “regeneração” chama-se federalismo. E neste sentido está em pleno acordo com Teófilo Braga, embora este não faça qualquer associação direta entre decadência, regeneração e federalismo. Porém, a palavra “reorganização” aparece com muito mais frequência, expressando o mesmo problema. Geralmente refere-se à necessidade de uma “reorganização financeira”, para fazer frente à crise existente, que é de natureza econômica. Mas, afirma igualmente que uma tal “reorganização” não seria possível “com as instituições monárquicas, porque o primeiro ponto de um sério programa de governo, tem de ser a redução rigorosa das despesas” (Bastos 1894, 270).

Mas, há um argumento poderoso em Bastos que falta a Braga, que é o seu flerte com o movimento de massas, em particular o movimento operário. Segundo ele, “o movimento de reorganização precisa ser centrípeto, partir da circunferência para o centro” (Bastos 1894, 396). Aposta, por isso, que o toque de Midas da reorganização chama-se “associação”. A lógica, todavia, é a mesma de Comte: a de uma conciliação possível entre patrões e operários.

Apenas um exemplo para não ir muito longe no argumento. Em 1892, a comissão de trabalhos da Associação Industrial Portuguesa fez um convite às associações de classe de Lisboa para se juntarem em uma espécie de “frente patriótica” para a “defesa do trabalho nacional”. O empolgado Teixeira Bastos usa a expressão “comunhão nacional” (Bastos 1894, 398). Mas, no fim das contas, a grande regeneração nacional haveria de ser mental, “porque a ciência nos mostra a humanidade sujeita à lei da evolução” (Bastos 1894, 472).

Ora, sabemos bem que o avanço urbano e industrial da Europa moderna se deveu, em grande medida, ao avanço científico e tecnológico, que permitiu um aumento crescente da produtividade do trabalho e da acumulação de capital. Sabemos igualmente que o espírito de sistemas de Comte é incompatível com este avanço científico e tecnológico. Comte acreditava que a ciência já havia chegado a um ponto em que a produtividade não era mais um problema, o problema era a distribuição mais igualitária e a harmonização de interesses conflitantes em torno

da apropriação de recursos. E isto até poderia ter algum quinhão de verdade para os países do Norte Ocidental, mas certamente não para os do Sul.

Todavia, parece ser exatamente essa a pedra de toque da mentalidade positivista em Portugal, que haveria de salvar o país de seu atraso secular. Por isso, parece emblemático o artigo de um desconhecido positivista português, na conhecida *Revista de Estudos Livres*, dirigida por Teófilo Braga e Júlio de Mattos. Segundo Eduardo Gomes, o homem de ciência em Portugal não pode ser o simples experimentador, “porque a falta de meios, como bons laboratórios, não os deixa formarem-se adequadamente” e com isso “estacionam e formam então o nosso pequenino sábio, espíritos indisciplinados, às vezes pedantes; e é desta massa que se formam os professores, juízes, advogados, estadistas, jornalistas, etc.”. A salvação da nação haveria de vir da formação de um autêntico “espírito filosófico” ou de sistemas, apto a coordenar as inteligências indisciplinadas que proliferam em um país tão atrasado como Portugal (Gomes 1883, 126).

O historiador da cultura portuguesa Joel Serrão relaciona este sentimento da decadência com a “regressão económica, técnica e científica” que se seguiu ao “colapso do império luso-oriental”. E da consciência desse “desajustamento” entre o “tempo português” e o “tempo europeu” nasceu não só o sentimento da decadência, mas também os “esforços de atualização” ou europeização, tendo em vista um “projeto nacional” de futuro (Serrão 1983, 12-15).

O que Serrão não mostrou é que este duplo sentimento se casava perfeitamente com a visão positivista de Comte. Daí o seu sucesso em Portugal. Daí porque também, apesar das várias referências a outros autores, Comte continuará sempre a ser a referência principal. No já citado *Discours sur l'esprit positive* (1848), as palavras “decadência”, “regeneração” e “reorganização” aparecem incontáveis vezes, sempre com o mesmo sentido: “a reorganização final deve primeiramente ocorrer nas ideias, para então passar à moral e, em último lugar, às instituições” (Comte 2016, 66). Tal transformação, levada a efeito pelo “espírito positivo”, apesar de ter-se iniciado na França, deveria paulatinamente espalhar-se por todo o Ocidente, depois por todo o globo. E, como dito, o “espírito de sistemas” em Comte era mais importante que o “espírito científico”.

## 2. A questão da ortodoxia

Como se vê, Comte não pensou na “grande síntese” do positivismo para salvar a França de seu atraso. Isto a ciência e a indústria já estavam fazendo, sem necessidade de nenhum maestro. Antes, foi guiado por certo espírito humanista, que o levou a acreditar em uma harmonia social universal. Daí ter apostado na “síntese final” da Religião da Humanidade.

---

Mas, como bem expressou Fernand Braudel, as diferentes sociedades servem-se da mesa da cultura universal de forma bastante seletiva, incorporando alguns aspectos desta cultura, mas não outros. Como vimos, em Portugal a mentalidade positivista está atravessada por certo “espírito de salvação nacional”. Ou, como diria António José Saraiva, faltou-lhe o espírito universalista de Comte (Saraiva 1995). Isto significa que ao entrar em Portugal o positivismo tem seus próprios problemas a resolver e vai por isso empenhar-se em definir suas fronteiras.

Uma das primeiras constatações importantes é que os portugueses nunca aderiram explicitamente à polêmica da divisão da obra de Comte em duas metades que se negam e às correntes que daí derivam, como o *littreísmo* e o *laffittismo*. Nunca acharam importante enfatizar que eram positivistas e não evolucionistas, por exemplo. O texto mais emblemático sobre isso é a resenha da segunda edição da obra de Littré *Revolução, conservação e positivismo*, que é de 1878, e que está publicado na revista *O Positivismo*.

Como se sabe, a primeira edição do trabalho de Littré é de 1852. Todavia, nesta edição, não há qualquer dissidência do discípulo com o mestre, nem mesmo em relação às polêmicas ideias de Religião da Humanidade e Ditadura Republicana. Na segunda edição, tendo já declarado seu rompimento com o mestre e com a ambição de redesenhar o positivismo, Littré procedeu a uma sistemática revisão de suas ideias originais. E é a partir desta revisão que a questão se apresenta entre positivistas portugueses.

Júlio de Mattos, o autor da resenha, expõe os detalhes da revisão, assim como a divisão dos discípulos de Comte. Todavia, não se posiciona de um lado nem de outro. E conclui acentuando a importância de se conhecer a vida e a obra de um pensador “tão profundo e rigoroso”, para “julgar o movimento filosófico da atualidade” (Mattos 1878, 399).

Em uma resenha da obra do brasileiro Clóvis Bevilácqua, *A filosofia positiva no Brasil*, publicada na *Revista de Estudos Livres* em 1884, Teixeira Bastos afirma ser insuficiente, filosoficamente, tanto o ponto de vista de *littreístas* quanto de *laffittistas*. Por um lado, Littré, representante do primeiro grupo, “não se ergueu ao verdadeiro ponto de vista de conjunto, limitando-se a sancionar com a sua autoridade acadêmica a síntese objetiva”. Por outro, Laffitte, “prende-se às aplicações demasiadamente prematuras e, portanto, utópicas de uma religião demonstrada” (Bastos 1884: 103). E conclui da seguinte forma: “De fato, como afirma o jovem escritor brasileiro, deve-se conservar a parte definitiva da construção filosófica de Comte e transformar ou substituir o que as condições do tempo tornaram lacunoso ou falso” (Bastos 1884, 104).

Esta divisão de escolas, tipicamente francesa, seria bem mais marcante entre positivistas brasileiros. Nem por isso, todavia, deve-se desprezar os conflitos doutrinários envolvendo positivistas

---



portugueses. Um deles foi protagonizado nas páginas da *Revista de Estudos Livre* e envolveu dois importantes nomes, Teixeira Bastos e Consigliere Pedroso. Tudo teve início com um artigo onde Bastos faz duras críticas ao *Manual de História Universal*, recém-publicado por Pedroso. Seguiu-se uma série de réplicas publicadas simultaneamente nos jornais *O Século* e *Nova Era*.

Sem entrar no mérito da questão, o ponto alto do debate é quando Bastos acusa Pedroso de não conhecer Comte e ignorar sua classificação das ciências, confundindo “física solar” com “astronomia”. Bastos recomenda ainda a Pedroso ler Littré, a fim de “aprender a significação da palavra nação”. Em resposta, Pedroso convoca em seu favor Teófilo Braga e Oliveira Martins, pela análise elogiosa que supostamente teriam feito de sua obra. Além disso, recomenda a Bastos que estude melhor Littré e reitera a semelhança estabelecida entre “física solar” e “astronomia”. Termina recusando-se a continuar com a polêmica. No que é retrucado por Bastos, que o acusa de “abandonar o campo de batalha” (Bastos 1884, 506-516).

Mas, deve-se notar que nenhuma menção é feita a escolas dentro do positivismo, apenas ao suposto desconhecimento de Comte e Littré. Um indicador seguro de que a celeuma entre os discípulos de Comte não chegou a atingir os portugueses de forma significativa é a citação indistinta de textos de Comte escritos antes e após a criação da Religião da Humanidade. Do mesmo modo, os principais expoentes do positivismo em Portugal também recorrem indistintamente a Littré e a Laffitte. Além disso, os portugueses usam com frequência outros autores que pouco têm a ver com o positivismo de Comte, às vezes até em franca contradição com ele, embora compartilhe de seu cientismo, tais como Mill, Spencer, Huxley e Haeckel. Alguns até estão bastante distantes de qualquer temática positivista ou mesmo cientista, como Proudhon, Réclus e Hartmann, citados com frequência pelos portugueses.

Conforme tenho apontado (Autor 2021), o uso do termo ortodoxia para dividir e classificar escolas dentro do positivismo tem causado mais confusão do que esclarecimento. Na maior parte das vezes o teor normativo da palavra tem sobressaído. Então, talvez seja interessante concluir esta questão tentando identificar brevemente os principais conceitos ou ideias estruturais do positivismo português e ver em que medida eles estão relacionados ao positivismo histórico de Comte. Para isso, vamos nos apoiar em uma das mais extensas e sistemáticas obras relativas ao tema, o *Systema de Sociologia* de Teófilo Braga.

A ideia de sistema está colocada desde o início do escrito, já no título, como em Comte, que inclusive mudou o título de sua obra de *Cours de philosophie positive* para *Système de philosophie positive* e, depois, publicou seu *Système de politique positive*, deixando claro que a ideia de sistema é central e estruturante de seu pensamento e de sua obra como um todo.

---

Braga começa sua obra, em um longo prólogo, tratando exatamente disso, da falta de uma “ciência geral” que dê conta do grande avanço das especialidades, desde a morte de Comte. Pois apesar de Comte ter criado esta “ciência”, a filosofia positiva, ficava claro que com o surgimento e o avanço de áreas antes ignoradas por ele, ou tidas como hipotéticas demais, agora precisavam entrar em sua sistematização. Este é o caso da teoria da evolução, mas também da Psicologia e da economia política, que para Braga deveriam ser agora contempladas pela sociologia.

Outra ideia importante de Comte, confirmada pelo progresso das especialidades científicas, particularmente no campo das chamadas “ciências sociais”, tais como a Antropologia, a Psicologia, a Etnografia, a Economia Política etc., é que os “fenômenos sociais são independentes da vontade e da ação individual”, diminuindo assim “a importância que se ligava às altas individualidades, aos instituidores, aos grandes epônimos das nações”, tais como reis e príncipes (Braga 1884a, VII). Este argumento era importante, como vimos, porque os positivistas portugueses estiveram, via de regra, intensamente ligados à militância republicana.

É assim que Braga vai pensar a política como uma “ciência aplicada”, “como a agrimensura em relação à matemática e a metalurgia em relação à química” (Braga 1884a, VIII). Fica claro, então, que o espírito enciclopédico de Comte, que pressupõe uma ciência sabiamente classificada e aplicada, está no espírito geral de sua obra. E fica clara também a imagem comteana dos cientistas e de sua grande missão como demiurgos da humanidade: “assim acabarão as crises sociais, como as guerras internacionais, as hostilidades de bandeira, as repressões preventivas, a imposição de instituições caducas e abusivas, as revoltas de classes, quando as energias sociais forem coordenadas pela competência científica” (Braga 1884a, IX).

Outra marca comteana desta obra de Braga, decorrente de seu “espírito de sistema”, é o uso do método dedutivo, isto é, o caminho metodológico que visa, em sociologia, “tirar deduções da marcha geral das grandes raças progressivas e das mais altas civilizações, para daí chegarem às previsões científicas sobre as tendências das sociedades”, a fim de auxiliá-las a chegar de modo mais fácil em seu “estado normal”. Daí as duras críticas aos trabalhos de Spencer e Vico, “embrenhados na complicação descritiva dos fatos concretos”. E completa: “O método é errado, porque a condição filosófica da sociologia consiste nas considerações do conjunto e não de detalhe”. Só a ciência geral, isto é, a filosofia positiva é capaz de estabelecer previsões seguras, graças a sua visão de conjunto da marcha geral das civilizações (Braga 1884a, 9).

Este predomínio “da síntese sobre a análise” mostra a Braga que toda sociedade tem uma organicidade que se encadeia da seguinte forma, necessariamente: uma reunião de famílias ligadas pelo parentesco dando lugar à existência de uma tribo, uma aristocracia, uma realeza e um culto doméstico; uma reunião de famílias ligadas pela dependência formando uma tribo local, vivendo

---

do trabalho agrícola e industrial, dando lugar a um municipalismo, com propriedade comum e culto público; a fusão destes dois “tipos sociais” estabelece um comércio e uma disputa de poder entre as partes constitutivas, particularmente entre os elementos central e local; à medida que crescem estas coletividades, gradativamente vão se estabelecendo diferenças profundas na estrutura de poder e uma desintegração social, ora predominando uma teocracia, ora uma aristocracia, ora uma realeza, todas mais ou menos apoiadas nos “elementos locais”; à medida que a “desintegração social” avança, tende a predominar o “tipo local” (Braga 1884a, 9).

E se Braga discorda de Comte em relação ao lugar a ser ocupado pela “sociolatria” na “síntese subjetiva” da humanidade, não deixa de concordar com o mestre a respeito do papel a ser ocupado pela “sociocracia”, que tenderá a substituir a democracia na formação de uma “federação universal” (Braga 1884a, 8).

Esta conclusão a respeito do papel a ser desempenhado pela “ciência geral”, a partir das previsões que é capaz de estabelecer pelo estudo da marcha geral das civilizações, também põe Teófilo Braga de acordo com outro princípio fundamental ao pensamento comteano: a lei dos três estados. Chega inclusive a recusar as críticas feitas a ela por Littré e Mill, que a consideravam uma lei meramente empírica e não geral:

É vergonhosa a ininteligência com que tem sido apreciada esta segura crítica da síntese subjetiva espontânea da humanidade como a esboçou Comte; nem compreenderam, geralmente, o lugar que ela ocupa na reorganização da filosofia moderna, nem [a] importância capital para coordenar em forma científica os fenômenos sociais. A prova é que aqueles mesmos que combatem a Lei dos três estados por empírica ou por imperfeitamente compreendida repetem-na sob outras designações (Braga 1884a, 418).

Mais à frente voltaremos a explorar esta importante obra de Braga, bem como as ideias que contém, mas por hora isto é suficiente para mostrar o seguinte movimento geral do positivismo português: aceita a lei dos três estados como Comte a formulou; aceita a classificação das ciências propostas por Comte, inclusive com críticas àqueles que, como Huxley, empenharam-se em reformulá-la; aceita a ideia de sistemas de Comte (síntese objetiva e subjetiva); aceita a ideia de sociocracia como substituta da democracia. Mas, nem por aceitar os princípios fundamentais da doutrina firmados por Comte, deixa de dialogar com outras fontes e atualizar o positivismo histórico.

Ora, estando a obra de Braga tão rigorosamente amparada no raciocínio comteano e em seus princípios fundamentais, fica difícil chamá-la de heterodoxa ou dissidente apenas porque dialoga com outros autores. Mas, para compreender melhor o problema é preciso avançar um pouco mais sobre o núcleo duro do raciocínio a respeito do caráter heterodoxo do positivismo português, isto é, o repúdio às ideias de Religião da Humanidade e Ditadura Republicana.

### 3. A questão da Religião da Humanidade

---

Primeiramente, é preciso enfatizar que os que criticam, como Teófilo Braga, não dão tanta importância a isso como se supõe. Às vezes até são bastante dúbios em suas críticas. Na pesquisa pela expressão “Religião da Humanidade” em seu texto mais extenso e sistemático, *Systema de Sociologia*, apenas encontramos duas ocorrências, que convém citar diretamente. A primeira afirma o seguinte: “O erro de Comte na *Política positiva* foi o disciplinar em regulamentos este poder espiritual na religião da Humanidade” (Braga 1884a, 135). Em outro trecho, um pouco mais extenso, está escrito:

Comte, ao procurar um móvel que substituísse o extinto poder unificador dos sentimentos, quis imitar os processos espontâneos da humanidade primitiva, e conhecendo que estava fechado o período das religiões *reveladas*, abriu um novo período, o da *religião demonstrada*, no qual o homem, pela compreensão do seu passado histórico e do futuro da espécie, formaria uma moral nova e realizaria uma maior solidariedade. Porém, uma vez elevada a consciência ao regime científico, é impossível submeter-se às convenções ritualísticas de qualquer religião; e portanto o móvel da unidade social há de ser procurado na própria natureza da sociedade (Braga 1884a, 140).

Nada mais é dito a respeito do problema em uma obra de mais de quinhentas páginas. Em uma recensão bibliográfica da *Revista de Estudos Livres* de 1884, Teófilo Braga chega a referir-se ao laffittista chileno Juan Enrique Lagarrigue como o “autor do precioso livro *La Religion de la Humanidad*” (Braga 1884b, 517).

Em outro artigo, ao expressar a opinião da *Revue Occidentale*, dirigida por Pierre Laffitte, a respeito da revista portuguesa *O Positivismo*, Lagarrigue congratula-se com Júlio de Mattos por tratar com “clareza e profundidade” a questão religiosa. Em resposta, o positivista português afirma que é possível aceitar a Religião da Humanidade, no que se refere ao seu espírito cívico, sem aceitar o culto externo sistematizado. E conclui: “Assim, sem incoerência de ideias, é possível aceitar a Religião da Humanidade, aceitar os centenários, recusando todavia o culto laffittista” (Mattos 1878, 479-480).

Assim, nem mesmo o aspecto central da Religião da Humanidade, a “sociolatria” ou “culto dos grandes homens”, que em alguns momentos Braga rejeitou explicitamente, é um problema isento de ambiguidades. Basta ver as comemorações do tricentenário da morte de Camões, em 1880, evento capitaneado por Braga e que resultou em “estrondoso sucesso” para o Partido Republicano. Nele, a despeito dos problemas do presente, parecia unir-se um passado glorioso e a esperança em um futuro regenerado:

Nesse dia, todas as forças vivas, tudo quanto há com futuro ainda nesta pequena nacionalidade, vibrou com unanimidade ao impulso de um estímulo consciente, a tradição ligada ao nome de Camões como o representante e o símbolo da civilização de um povo que se sente fora da vida histórica (Braga 1983, 163).

E no mesmo sentido também se expressou Júlio de Mattos: “Camões simboliza a nacionalidade portuguesa... e a nacionalidade portuguesa declinava para o túmulo” (Mattos 1879, 399). Mas as comemorações do tricentenário são emblemáticas não só pelo culto dos grandes

---

homens, como também porque uniu “heterodoxos” portugueses e “ortodoxos” franceses e brasileiros, já que na França e no Brasil foram estes a conduzirem as comemorações. A comunicação foi feita à revista *O Positivismo*, em carta de 14 de fevereiro, pelo próprio Miguel Lemos, chefe da ala ortodoxa no Brasil. Na França, as celebrações seriam feitas na antiga casa de Comte. Na carta, Miguel Lemos explica o fato:

O sr. Laffitte fez-me ver a significação que teria este fato, de celebrar a memória de um grande tipo português em Paris, e por um brasileiro. Na verdade, que melhor prova do caráter universal dessa doutrina, que não só glorifica os grandes homens de todos os países, mas até consegue apagar de todos os preceitos nacionais, originados pelas lutas pela independência, dando ao sentimento da continuidade histórica uma viveza até então desconhecida? (Braga 1879, 246).

No Brasil as comemorações foram idealizadas por Raimundo Teixeira Mendes e realizadas em vários locais diferentes, quase todos no Rio de Janeiro: Teatro Gynásio, Biblioteca Nacional, Real Gabinete Português de Leitura, Retiro Literário Português, além de uma festa dos estudantes brasileiros em frente ao Teatro Municipal e uma regata na Baía de Botafogo. Mas, o mais interessante de tudo foram as duras críticas de Teófilo Braga aos chamados “dissidentes brasileiros”, por se posicionarem contra as comemorações:

Ainda surgiram dissidências de particularismo de bandeira, tentando isolar a colônia portuguesa em uma manifestação exclusiva; as circulares dos positivistas brasileiros foram ouvidas, e em Paris a festa do Centenário de Camões foi sustentada no sentido profundo que continha por brasileiros que ali seguem cursos científicos (Braga 1879, 513).

O “princípio geral” que norteia as comemorações é explicado em dois artigos diferentes por Júlio de Mattos e Teófilo Braga. Como mostrou Comte, nossa humanidade é definida simultaneamente pela inteligibilidade e pela sociabilidade. Então só progredimos e melhoramos verdadeiramente como espécie, nunca como indivíduos: “o homem propriamente dito não existe, somente a Humanidade” (Comte 2016, 83). Isto é, “cada geração que morre lega à geração que nasce o resultado integral de todos os seus esforços na grande luta da vida” (Mattos 1879, 396) e, desta forma, nenhuma grande descoberta científica, industrial ou artística deve-se ao trabalho exclusivo de um homem em especial. Portanto, os grandes homens da história apenas podem ser vistos como símbolos do progresso humano e somente por isso devem ser prestigiados e glorificados. Eles formam a elite da humanidade, aqueles a quem cabe conduzir os demais: “O espírito demonstra-nos a solidariedade humana e a ação beneficente, embora limitada, dos homens superiores; o coração sente-se simpática e respeitosamente comovido, docemente estimulado às mais generosas ações” (Mattos 1879, 398).

Teófilo Braga, ao tratar do problema, também segue de perto o raciocínio de Comte, para quem do “espírito positivo” ou “mentalidade positiva” deve-se deduzir uma “moral positiva” que privilegie a solidariedade ou “sentimento social”, “principal aplicação de toda verdadeira teoria da Humanidade” (Comte 2016, 73). Ou, nos termos de Braga, tudo deve partir de uma “reorganização

---

mental”, que pela “compreensão do altruísmo” deve subordinar “as paixões ao sentimento da solidariedade humana, como base concreta de toda sanção moral”. Partindo daí, o positivismo exercerá “uma ação disciplinadora na coletividade social, dando uma forma consciente ao seu vago instinto de continuidade histórica”. Em outras palavras, não somente a inteligência, mas também a sociabilidade distingue a humanidade da animalidade. Cultuar os grandes homens é tornar consciente estes dois princípios fundamentais da humanidade (Braga 1879, 513).

Portanto, ainda que o tema do culto ou da sociolatria não tenha sido sistematizado entre positivistas portugueses, não se pode afirmar que estes tenham sido hostis ou tenham ficado indiferentes aos princípios fundamentais da Religião da Humanidade. Mormente porque, como veremos a seguir, estes princípios também são estruturantes da ideia comteana de sociedade e de política, expressa no termo “sociocracia”.

#### 4. Ditadura republicana e política positiva

Explicitamente, apenas um positivista português aderiu ao tema da Ditadura Republicana, tal como formulado por Comte, Basílio Teles. Sobre isso já existem vários trabalhos e não vamos nos deter aqui neste autor (Martins 2011; Celeste 2007). Mas, seria uma conclusão apressada sustentar, por isso, que os positivistas portugueses conformam um grupo de dissidentes, neste preciso sentido. Pois, como tenho defendido, a ortodoxia positivista deve ser medida pela relação estruturante que existe em diferentes pensadores em relação aos princípios fundamentais do positivismo histórico, criado por Comte. Quais são, então, os princípios fundamentais que levaram Comte à sua “política positiva”?

Começemos pela palavra “ditadura”, que aparece exíguas vezes ao longo dos quatro volumes do *Système de Politique Positive*, bem como da *Synthèse subjective*, mostrando que sua importância para Comte não é tão grande quanto se supõe. Na maior parte das vezes, ela aparece com sentido “positivo”, como desejava Comte. Mas, afinal, qual sentido seria esse?

Em todas as passagens em que a palavra aparece no primeiro tomo do *Système*, refere-se à “ditadura progressiva da Convenção”, às vezes designada também de “ditadura transitória”, em oposição à “tirania retrógrada” do Antigo Regime, do Primeiro Império Napoleônico ou da Reação Monárquica. Fica claro, portanto, que a referência principal é o “regime metafísico” ou “constitucional”, seja ele da Assembleia Nacional, do Império ou da Monarquia. Fica claro igualmente, que ditadura e tirania para Comte são conceitos distintos. Mas, o que há de comum entre todos aqueles regimes aos quais se opõe o termo ditadura, inclusive os tiranos? A resposta pode ser obtida em uma passagem da mesma obra: “Tanto os sentimentos de individualismo



quanto as visões de detalhes (abstrações) devem ter prevalecido durante a longa transição revolucionária que nos separa da Idade Média” (Comte 1851, 220).

Portanto, o próprio a tais regimes é o predomínio do ponto de vista individualista, que prioriza o indivíduo e não o coletivo ou social, seja esse indivíduo representado pela maioria parlamentar ou pela figura de um rei ou imperador, que impõe sua vontade a todo o povo. Poderíamos afirmar, então, que todo o argumento de Comte, partindo muitas vezes de premissas individualistas, chega sempre a conclusões holistas. Isto é, a palavra ditadura aqui ganha o sentido de ditadura ou predomínio do todo sobre as partes, do coletivo sobre o individual. E ao subordinar o direito individual ao dever coletivo, subordina a política à moral (Comte 1851, 425).

Se seguirmos este raciocínio nos demais tomos do *Système* ou na *Synthèse*, veremos que ele se repete *ipsis literis*. Então, vamos direto ao que interessa e tentemos acompanhar o argumento tal como ele é desenvolvido não em Comte, mas em Teófilo Braga, particularmente em sua obra *Systema de Sociologia*.

Partamos inicialmente da palavra “ditadura”, que em Braga aparece também escassas vezes, com um total de cinco ocorrências apenas. Aqui já aparece uma primeira diferença importante em relação a Comte: a palavra tem um sentido negativo, como algo a que se deve opor um “positivo”. Mais precisamente ela aparece cinco vezes com o mesmo sentido de “ditaduras parlamentares do sistema constitucional” ou “ditadura monárquica” (Braga 1884a, 97; 284; 287; 294; 298; 531). Portanto, a princípio, seu contraponto é a República, sem qualquer adjetivo, ou simplesmente “soberania nacional”, inúmeras vezes repetida por Braga. E isso se explica facilmente: enquanto na França a República já tinha por trás de si uma longa história, cheia de idas e vindas, em Portugal ela ainda parecia ser uma aspiração longínqua, com a qual a maioria sonhava.

Quanto à palavra “tirania”, ela só tem três ocorrências ao longo de toda a obra, todas com o mesmo significado negativo de “ditadura”. Mas, onde estaria, afinal, na palavra “república”, o significado holista atribuído por Comte ao qualificativo “ditadura”? Em Braga este significado vai aparecer junto à palavra “federação”, que também tem em seu impresso dezenas de ocorrências. Seu significado político imediato já foi devidamente estudado por vários autores (Catroga 1977; Fernandes 2011; Andrade 2017). O que importa aqui é ver em que medida ela pode expressar aquela relação entre a parte e o todo, figurada por Comte na palavra “ditadura”.

Primeiramente, é preciso deixar claro que a palavra não aparece em nenhum lugar da vasta obra de Comte. Então, necessariamente, Braga teria de encontrá-la em outro lugar. Embora ela apareça algumas poucas vezes em Littré, a sua fonte mais importante neste sentido é Proudhon, que sutenta também sua admiração pelo fundador do positivismo: “Assim também, os economistas constataram a fecundidade singular da classe indigente; um homem de vasto saber, Auguste Comte,

chegou até a assinalar esse fenômeno como uma das leis mais notáveis da economia política” (Proudhom 2001, 385).

Mas, para além da citação anódina de Comte, o que haveria de comum entre Proudhom e o positivista francês que teria atraído Braga? A oposição ao sistema parlamentar e à própria democracia do sufrágio universal, que para Proudhom estão em igual oposição à “soberania popular”. Ao “arbítrio constitucional”, ao qual não estaria ligado nenhum “valor científico”, o ideólogo francês opõe a “REPÚBLICA, una e indivisível” (Proudhom 2015, 73).

Para Proudhom, a República era a chave para resolver não somente a questão política da soberania, mas também a questão social do trabalho: “O que os saint-simonianos denominaram muito impropriamente organização do trabalho, nada mais é que a REPÚBLICA” (Proudhom 2015, 106). E nisto está de acordo com vários socialistas do período (Agulhon 1991).

Mas, o mais importante é que ela, por meio da valorização do poder local, está apta, mais que qualquer outra forma de governo, a estabelecer um justo equilíbrio entre “liberdade” e “ordem”, entre indivíduo e sociedade: “A República é a organização pela qual todas as opiniões, todas as atividades permanecendo livres, o Povo, pela própria divergência das opiniões e das vontades, pensa e age como um único homem” (Proudhom 2015, 128).

Esta unidade na diversidade é precisamente o que defende Teófilo Braga com a ideia de “federação”. Desde a Idade Média, tanto as uniões dinásticas quanto as guerras de conquistas significaram a união forçada e artificiosa “de estados formando grandes impérios”. Todavia, várias pequenas nacionalidades, como a Liga Lombarda, a Liga Hanseática e a Confederação Helvética, “resistiram pela federação” (Braga 1880, 125-130). Outra referência para Braga neste sentido são “as colônias inglesas dos Estados Unidos”. A ideia é que a Europa poderia formar uma imensa federação de estados livres, mas em estreita cooperação e solidariedade, caso avançasse a forma política da república federativa. A unidade formada no arbítrio é precária, mas aquela formada em um sentimento compartilhado é indissolúvel. E este sentimento, para Braga, é o “federalismo” (Braga 1884a, 140-141).

Braga, como Comte, tinha obsessão pela ideia de unidade e equilíbrio. E isto é facilmente observável na repetição de palavras tais como equilíbrio, harmonia, solidariedade, unidade e síntese, todas aparecendo mais de cem vezes cada uma ao longo do trabalho. Toda a questão resume-se em saber qual é a chave deste equilíbrio. Como manter a unidade na diversidade? Como a federação poderá operar esta tarefa? A resposta pode ser encontrada em outra palavra altamente significativa entre positivistas portugueses, “cooperação”.

Em Comte, como é fácil deduzir, a palavra aparece incontáveis vezes e é estruturante de seu pensamento. Em Spencer, por sua vez, ela não tem qualquer significado, porque está assente

---

em sua filosofia, com base na ideia de seleção natural de Darwin, que a competição é a chave do sucesso evolutivo (Darwin 2014, 102). E é interessante notar que a primeira vez em que ela aparece em Braga é justamente para tratar da ideia malthusiana do desequilíbrio entre população e recursos. Pois sabe-se o quão importante foi para Darwin a teoria malthusiana do crescimento populacional: “Essa é a doutrina de Malthus aplicada com força múltipla tanto ao reino animal quanto ao vegetal” (Darwin 2014, 104). Braga fará o raciocínio inverso: partirá do fato da cooperação em biologia, até chegar à dinâmica populacional: “só pela cooperação de todas as instituições sociais para realizarem previsões seguras acerca desse fato capital do desdobramento da população, é que cessarão os males da miséria” (Braga 1884a, 59).

Como se dá este raciocínio biológico em sua obra? A comparação de base é aquela que era comumente feita entre o “organismo individual” e o “organismo coletivo”. No “organismo individual”, todos os órgãos e células, cada qual exercendo uma função específica, devem cooperar para seu bom funcionamento. Trata-se da ideia fundamental de “sinergia das funções”. O mesmo pode ser observado nos “organismos coletivos”. Assim, “a anarquia moral na política traz consigo a perturbação da sinergia de outras funções sociais” (Braga 1884a, 373). Por seu lado, a chave para este funcionamento cooperado do organismo coletivo é a moral: “Trazer à sua evolução natural as formas da atividade que se exerce dentro do meio social, é restabelecer a sinergia das funções ou, menos figuradamente, a sua moral” (Braga 1884a, 376).

Em Braga, como em Comte, tudo deve estar subordinado a um fim moral para que se opere a síntese desejada: com a subordinação da ciência, chega-se à unanimidade dos espíritos; com a subordinação das paixões, chega-se ao altruísmo; com a subordinação da política, chega-se à federação. Mas, esta conclusão moral vem também da biologia: a ideia de harmonia entre os diferentes órgãos no funcionamento do corpo. A doença existe quando se estabelece uma desarmonia. Do mesmo modo, uma sociedade desequilibrada é uma sociedade doente. Daí porque higiene e moral são ideias inseparáveis para Teófilo.

Mas, note-se que este equilíbrio do corpo pode ser perturbado pelas condições do meio, diferentemente do conceito de homeostase, segundo o qual o próprio corpo tende a restabelecer as condições originais de equilíbrio sempre que uma perturbação qualquer ocorre. Este conceito, todavia, só seria criado por volta de 1932, por Walter Cannon. De todo modo, para Braga, o equilíbrio social não poderia ser automático, porque depende da moral.

Assim, a mesologia, que para Comte tem pouca importância, terá enorme peso no raciocínio de Braga. A princípio, esta mesologia é simplesmente a influência do meio físico: por exemplo, enquanto os países de topografia plana são mais propensos a formar regimes

centralizados e vastos impérios, aqueles mais acidentados, pelo isolamento a que submete sua população, tendem a formar regimes mais descentralizados (Braga 1884a, 114).

Mas, já que não vem de Comte, de onde vem este raciocínio, então? Vem do geógrafo anarquista Élisée Réclus, que em 1866, em um artigo publicado na *Revue des Deux Mondes*, já havia colocado o problema no texto “Do sentimento da natureza nas sociedades modernas” (Reclus 2015), citado por Braga. Vem também, em parte, do próprio Spencer, que pensou a evolução como “uma adaptação contínua das relações internas às relações externas” (Spencer 1877, 57). Mas, o argumento é antigo, tem origem em Montesquieu e ficou conhecido contemporaneamente como determinismo geográfico.

Os termos “adaptação” e “competição” aparecem em proporções praticamente iguais, mas são menos frequentes do que o termo “cooperação”. Todos os três estão concentrados nos capítulos 3 e 4, intitulados “Teoria do concurso simultâneo”, o que nos faz concluir serem eles centrais para esta discussão. Acompanhando-os atentamente, podemos perceber que as conclusões de Braga, tanto quanto as de Comte, são favoráveis ao predomínio do todo sobre as partes, uma espécie de “holismo metodológico”.

Para Braga, a civilização é o resultado da história e da mesologia. Esta civilização tem uma rota normal, que obedece à “lei da continuidade”: os fatos formam “séries indutivas” que se encadeiam, o anterior (antecedente) explicando o posterior (consequente). Esta rota pode ser desviada por fatores externos, sejam eles condições adversas do meio físico ou moral, ou regimes políticos como o absolutismo. Mas, se pode ser desviada, conhecendo-se as leis deste desenvolvimento sucessivo, pode ser reconduzida à normalidade, ou até acelerada, rumo ao ponto final de chegada.

Esta normalidade e este ponto de chegada para Braga têm dois significados essenciais, federação e sociocracia, ambas estreitamente associadas à ideia de cooperação. Assim, deve-se entender por “federação” a ação coordenada e equilibrada de vários estados autônomos em prol de um “bem comum”, inicialmente o dos povos europeus e depois de toda a humanidade. A “sociocracia”, por sua vez, pode ser entendida como o regime político que deriva da sociologia, como a teocracia deriva da teologia e a democracia, da filosofia metafísica do século XVIII. Então, neste sentido, ela pode ser entendida também como o regime em que o coletivo predomina sobre o individual.

Como afirmado várias vezes, o que desviou a Europa de sua “rota normal” foi o cesarismo e o constitucionalismo. E por isso, retornar a ela significa necessariamente harmonizar a força e a lei, onde a autoridade seja a expressão moral da solidariedade: “A autoridade não se derivará do

número, ou da maioria, mas será a expressão moral da solidariedade. A este quarto termo, chamou Comte a Sociocracia” (Braga 1884a, 305-6).

Toda a questão resume-se em saber como chegar lá. E para Braga, este caminho deve passar pela síntese das três sínteses: a ativa ou cooperação espontânea, irrefletida, sem consciência; a afetiva, onde a cooperação é guiada somente pelo sentimento do altruísmo (moral); e a especulativa, em que a cooperação é guiada por motivos racionais. O positivista português resume assim esta “concepção fundamental de Comte”: “Pela síntese ativa, chega-se à conclusão de que o homem produz mais do que consome (...) Pela síntese afetiva, verifica-se que o homem multiplica sua força e a sua intelectualidade pela associação (...) Pela síntese especulativa, verifica-se que todos os progressos humanos provieram das ideias” (Braga 1884a, 311).

Nota-se aí claramente a importância da “moral positiva” na “grande síntese”: estabelecer um equilíbrio entre o egoísmo ou “instinto de conservação individual” e o altruísmo ou “instinto de conservação da espécie”. Tudo se resumiria em limitar os instintos egoístas, mas sem deixar que a individualidade seja sufocada. E este trabalho só poderia ser realizado pela educação (aplicação de princípios da moral e da higiene), que se difere, entre positivistas, da mera instrução (difusão do conhecimento científico). Braga acrescenta ainda o “adestramento”, que consiste na coordenação dos trabalhos individuais visando o bem comum. Por estes três meios (instrução, educação e adestramento), Braga acreditava que se poderia chegar à “perfectibilidade humana”, entendida como a “arte de bem viver” (Braga 1884a, 364-366).

A situação mais dramática socialmente seria a da classe operária: “O fenômeno da concorrência foi abandonado ao capricho de todas as necessidades fictícias e de todos os interesses indisciplinados” (Braga 1884a, 373) Daí porque “a disciplina sociológica estabelece a noção racional e histórica da dependência social ou coletivismo” (Braga 1884a, 330).

Aqui menciona, além de Comte, Saint-Simon e Fourier, bem como Proudhon e Réclus. Entende-se assim melhor a razão da aproximação dos positivistas portugueses com os anarquistas, pois para eles a cooperação, o mutualismo e o associacionismo são a chave da evolução humana. Argumento que está de acordo com recentes descobertas científicas em diversos ramos, como a biologia, a Psicologia, a Economia etc. Discussão que na época de Comte ainda era muito incipiente, mas que na época de Braga já se tornava importante.

Uma versão um pouco mais utópica desta oposição entre uma moral individualista e outra coletivista, entre a parte e o todo, pode ser encontrada em Manoel D’Arriaga, *Harmonias sociais: o problema humano e a futura organização social*:

Do ponto culminante da atual civilização (...) o homem e todos os agregados humanos e o Planeta (...) formam um grande Todo, de que ele é a consciência (...) A esta grande altura, aparecem-lhe nas suas devidas proporções, no seu imanente e justo equilíbrio, como forças equivalentes, os dois

princípios propulsores da vida social e do progresso, e que até aqui têm vivido em permanente hostilidade: o egoísmo representando a integridade da pessoa, o altruísmo a integridade da espécie (D'arriaga 1907, 5).

## Conclusão

Como podemos perceber ao longo deste texto, o uso dos termos “ortodoxo” e “dissidente” para referir-se aos positivistas portugueses causa mais confusão do que esclarecimento. Se entendermos por “ortodoxia” a conformidade com os princípios de uma doutrina, então poderíamos afirmar facilmente que muitos positivistas portugueses, como Teófilo Braga, foram na verdade ortodoxos. Mas, se, por outro lado, pensarmos a ortodoxia como a intransigência em relação à reformulação de preceitos, ou “dogamas”, presentes na teoria original, então de fato eles deverão ser chamados de “heterodoxos” ou “dissidentes”. Mas, de forma alguma deveriam ser classificados como difusos. Isto porque há uma clara intensão entre portugueses de fazer da filosofia positivista, tal como a definiu Comte, a chave dos problemas nacionais ou “regeneração nacional”, dadas as condições de atraso relativo da ciência e da indústria portuguesa. Até se poderia sustentar que existem positivistas difusos em Portugal, como Antero de Quental, que apesar de declarar-se um “metafísico” e, portanto, manter certa militância anti-positivista, tinha inegável “fascínio pela ciência”<sup>3</sup>. Mas, este “cientismo” era próprio à mentalidade oitocentista e não à qualidade do pensamento de nenhum povo em particular. E em hipótese alguma se poderia atribuir ao positivismo português a peculiaridade de ser uma síntese entre Comte, Littré, Laffitte, Mill, Spencer e Haeckel, simplesmente por ser esta síntese impossível.

## Referências bibliográficas

### Fontes primárias

Bastos, Teixeira, Do método positivo, *O Positivismo*, v. 1. Porto: Livraria Universal, 1878.

Bastos, Teixeira, Uma conferência sobre filosofia, *Revista de Estudos Livres*. Porto: Livraria Universal, 1884.

Bastos, Teixeira. *A crise*. Porto: Chardron, 1894.

Braga, Teófilo, Disciplina Mental, *O Positivismo. Revista de Philosophia*. v. 1. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1878.

Braga, Teófilo, Elementos da nacionalidade portuguesa, *Revista de Estudos Livres*. Lisboa: Livraria Internacional, 1883.

Braga, Teófilo, Elementos da nacionalidade portuguesa, *Revista de Estudos Livres*. Porto: Livraria Universal, 1884.

---

<sup>3</sup> Alguns autores destacam, neste sentido, que Antero era “positivista” em ciência e “metafísico” em filosofia (Brito 1997).

---



- Braga, Teófilo, Mentalidade positiva, *O Positivismo*, v. 1. Porto: Livraria Universal, 1878.
- Braga, Teófilo, O centenário de Camões, *O Positivismo*, v. 1. Porto: L. Universal, 1879.
- Braga, Teófilo. *História das ideias republicanas em Portugal*. Lisboa: Veja, 1983 (1880).
- Braga, Teófilo. *Soluções Positivas da Política Portuguesa*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1879.
- Braga, Teófilo. *Systema de Sociologia*. Lisboa: Typ. Castro Irmão, 1884a.
- Braga, Teófilo. *Traços gerais da filosofia positiva*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1877.
- Comte, Auguste. *Discourse sur l'ensemble du positivism*. Paris: Librairie de L. Mathias, 1848.
- Comte, Auguste. *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo: Edipro, 2016.
- Comte, Auguste. *Système de politique positive*, tome 1. Paris: Librairie de L. Mathias, 1851.
- D'arriaga, Manoel. *Harmonias sociais*. Coimbra: França Amado Editor, 1907.
- Darwin, Charles. *A origem das espécies*. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- Ferrari, Horácio, A seleção natural em sociologia, *O Positivismo*, v. 1. Porto: L. Universal, 1878.
- Gomes, Eduardo, Filosofia tecnológica, *Revista de Estudos Livres*, 1883.
- Littre, Émile. *Auguste Comte et la philosophie positive*. Paris: Hachette, 1864.
- Littre, Émile. *Conservation, Révolution et positivisme*. Paris: Hachette, 1879.
- Mattos, Júlio de. *A religião do futuro*, *O Positivismo*, v.1. Porto: L. Universal, 1878.
- Mattos, Júlio de. Significado filosófico e social das festas do tricentenário de Camões, *O Positivismo*, v. 1. Porto: Livraria Universal, 1879.
- Proudhon, Pierre-Joseph. *Solução do problema social*. São Paulo: EDUSP, 2015.
- Réclus, Élisée. *Do sentimento da natureza nas sociedades modernas*. São Paulo: EDUSP, 2015.
- Spencer, Herbert. *The principles of sociology*. Londres: Williams and Norgate, 1877.

### Literatura secundária

- Afonso, José António. Educação, religião e progresso em Teófilo Braga, *Aula*, n. 21, 2015, p. 131-147.
- Agulhon, Maurice. *1848: o aprendizado da república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- Andrade, Luís Crespo de. Teófilo Braga e a ética republicana positiva, *Cultura*, v. 36, 2017.
- Bloch, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Europa-América, 1991.
- Brito, Maria Amélia A. S. O positivismo científico de Antero de Quental, *Revista Portuguesa de Filosofia*, n. 53, 1997, p. 39-62.
- Catroga, Fernando. Os inícios do positivismo em Portugal, *Revista de História das Ideias*, v. 4, Coimbra, 1977.
- FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: A. Cotim, 1965.
- Fernandes, David R. Vaz. *A influência do positivismo no pensamento republicano português*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2011.
- Goldmann, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- Le Goff, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: Novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
-

Le Goff, Jacques. *História e memória*, 2 v. Lisboa: Edições 70, 2000.

Luz, José Luiz Brandão da. Orientação sociológica do positivismo. In: CALAFATE, Pedro (org.). *História do pensamento filosófico português*, v. 4. Lisboa: Caminho, 2004.

Martins, Pedro Miguel. *O republicanismo autoritário de Basílio Teles*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.

Natário, Celeste. *Basílio Teles: da crença num Deus onipotente à crença na onipotência da ciência*. Porto: Universidade do Porto, 2007.

Saraiva, António José. *Para a história da cultura em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1995.

Saraiva, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1999.

Sérgio, António. *Breve interpretação da história de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1972.

Serrão, Joel. *Do sebastianismo ao socialismo*. Lisboa: Horizonte, 1984.

Serrão, Joel. *Temas de cultura portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1983.

Ventura, António. *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal*. Lisboa: Cosmos, 2000.

\*\*\*

Recebido: 23 de dezembro de 2021

Aprovado: 03 de março de 2022

**A extrema-direita explosiva: Anticomunismo e atentados na abertura da ditadura civil-militar**

*The explosive far right: Anti-communism and attacks on the distension of the civil-military dictatorship*

*La ultraderecha explosiva: Anticomunismo y ataques a la distensión de la dictadura cívico-militar*

*José Airton de Farias\**

<https://orcid.org/0000-0002-3066-7194>

RESUMO: O artigo trata das representações elaboradas pelos integrantes de grupos de extrema-direita responsáveis por atentados terroristas acerca do processo de abertura da ditadura civil-militar, no final da década de 1970 e começo da seguinte. Em geral, havia uma intersecção entre os integrantes de tais grupos e os membros da comunidade de informação e segurança do regime. Conforme a historiografia, tais setores temiam perder espaços de poder e sofrer punições com a flexibilização da ditadura. Não obstante, existiam grupos terroristas com a participação de civis ou composto apenas por civis, como no caso do Movimento Anticomunista (MAC), atuante em Fortaleza no ano de 1980. Entendemos que também se deva levar em consideração as representações dos extremistas para compreender a onda de atentados. Mesclando elementos de um anticomunismo tradicional, moldado especialmente a partir do Levante Comunista de 1935, e pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR), os extremistas acreditavam que a flexibilização do regime criava condições para a ação dos comunistas e a implantação de um governo marxista no Brasil. O trabalho usa como fontes os escritos produzidos pelos grupos extremistas à época, por vezes divulgados na imprensa e encontrados no acervo do Arquivo Nacional.

Palavras-chave: Extrema-direita. Atentados. Ditadura civil-militar.

---

\* José Airton de Farias é Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE). Pesquisa sobre a ditadura civil-militar, especificamente, a luta armada das esquerdas. Este trabalho faz parte das atividades desenvolvidas durante o estágio de Pós-Doutorado no Curso de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2021. E-mail: [airtondefarias@yahoo.com.br](mailto:airtondefarias@yahoo.com.br)

**ABSTRACT:** The article deals with representations made by members of extreme right-wing groups responsible for terrorist attacks about the process of opening the civil-military dictatorship in the late 1970s and early 1980s. In general, there was an intersection between members of such groups and members of the regime's information and security community. According to historiography, these sectors feared losing spaces of power and suffering punishment with the flexibilization of the dictatorship. However, there were terrorist groups with the participation of civilians or composed only of civilians, as in the case of the Anti-Communist Movement (MAC), active in Fortaleza in the year 1980. We believe that the representations of extremists must also be taken into account in order to understand the wave of attacks. Mixing elements of a traditional anti-communism, shaped especially after the Communist Uprising of 1935, and assumptions of the National Security Doctrine (DSN) and Revolutionary War Doctrine (DGR), the extremists believed that the flexibilization of the regime created conditions for the action of the communists and the implantation of a Marxist government in Brazil. The work uses as sources the writings produced by the extremist groups at the time, sometimes published in the press and found in the collection of the National Archives.

**Keywords:** Far right. Attacks. Civil-military dictatorship.

**RESUMEN:** El artículo trata de las representaciones realizadas por miembros de grupos de extrema derecha responsables de atentados terroristas sobre el proceso de apertura de la dictadura cívico-militar a fines de la década de 1970 y principios de la de 1980. En general, hubo una intersección entre los miembros de dichos grupos y los miembros de la comunidad de información y seguridad del régimen. Según la historiografía, estos sectores temían perder espacios de poder y sufrir castigos con la flexibilización de la dictadura. Sin embargo, hubo grupos terroristas con participación de civiles o integrados únicamente por civiles, como en el caso del Movimiento Anticomunista (MAC), activo en Fortaleza en el año 1980. Creemos que las representaciones de extremistas también deben ser tomadas en cuenta para entender la ola de ataques. Mezclando elementos de un anticomunismo tradicional, moldeado especialmente a partir del Levantamiento Comunista de 1935, y presupuestos de la Doctrina de la Seguridad Nacional (DSN) y la Doctrina de la Guerra Revolucionaria (DGR), los extremistas creían que la flexibilización del régimen creaba condiciones para la acción de los comunistas y la implantación de un gobierno marxista en Brasil. El trabajo utiliza como fuentes los escritos producidos por los grupos extremistas de la época, a veces publicados en la prensa y que se encuentran en la colección de los Archivos Nacionales.

**Palabras clave:** Extrema derecha. Atentados. Dictadura cívico-militar.

### **Como citar este artigo:**

Farias, José Airton de. "A extrema-direita explosiva: Anticomunismo e atentados na abertura da ditadura civil-militar". *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 351-375.

\*\*\*

Era uma quarta-feira, 27 de agosto de 1980, véspera do aniversário de um ano da sanção, pelo general-presidente João Figueiredo, da Lei de Anistia que, não obstante suas contradições e limites, fora um marco importante no processo de flexibilização da ditadura<sup>1</sup>. Um dia normal de expediente na sede da OAB, na Avenida Marechal Câmara, no movimentado centro do Rio de Janeiro. Às 13h26, em uma sala do quarto andar do prédio, a secretária Lyda Monteiro da Silva, de 59 anos, iniciava suas tarefas, analisando e abrindo, com uma espátula, os envelopes destinados a Eduardo Seabra Fagundes, presidente do Conselho Federal da instituição. A senhora trabalhava na OAB desde 1934 e comumente separava as correspondências a serem entregues à presidência. Dona Lyda era a mais antiga funcionária do local, viúva de um promotor de justiça e mãe de um estudante de direito da PUC. Talvez a mulher nem tivesse dado tanta atenção às correspondências, tal a rotina do expediente. Desta vez, porém, foi diferente. Um dos envelopes era uma carta-bomba. Ao ser aberto, gerou uma potente explosão, que estilhaçou todos os vidros da sala, fez cair o teto de gesso, danificou paredes, destruiu mesas e cadeiras, e atingiu em cheio a senhora.

Seguiu-se um enorme tumulto no prédio, com pessoas assustadas ante o estrondo e a destruição. Nervosos, alguns dos funcionários e advogados se dirigiram à sala de Dona Lyda, para saber o que acontecera. A senhora agonizava, sangrando muito. Estava sem a mão esquerda, com o braço dilacerado e exibia profundas lesões no tórax e rosto. “Foi uma bomba”, balbuciou. Dona Lyda foi imediatamente levada para o Hospital Souza Aguiar, onde ainda teve forças para perguntar pelo filho. Faleceu pouco tempo depois<sup>2</sup>.

No mesmo dia, um pouco mais tarde, por volta de 14h40, uma outra carta-bomba, destinada ao vereador Antônio Carlos de Carvalho (PMDB), na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, explodiu e feriu gravemente o seu chefe de gabinete, José Ribamar Sampaio de Freitas, de 63 anos, atingindo igualmente outras pessoas. Freitas, que já não tinha a visão de um olho, perderia a do segundo e teria amputado um dos braços<sup>3</sup>.

As explosões na OAB e Câmara Municipal faziam parte da onda de atentados que extremistas de direita vinham realizando no Brasil desde meados dos anos 70, embora com maior intensidade nos últimos meses. Grupos autônomos, muitas vezes, sem ligações entre si, agiam impunemente País afora, no intento de deter a distensão/abertura política da ditadura civil-militar

---

<sup>1</sup> Para fins didáticos, usamos aqui as expressões “flexibilização” e “liberalização” da ditadura civil-militar para designar o período entre 1974 e 1984, o qual, por sua vez, tradicionalmente é subdividido em dois momentos. Tem-se o da “distensão”, para se referir ao intervalo no qual governou Geisel (1974-79), com medidas de descompressão do regime, e o da “abertura” (1979-85), no qual o País apresentou João Figueiredo na presidência e o processo político de democratização se incrementou. Ressalte-se que havia uma oscilação entre o emprego dos termos “distensão” e “abertura” pelos agentes históricos do período, termos usados indistintamente, por vezes, e essa subdivisão didática não pode ser pensada de forma fechada (Motta 2021, 246; Vitullo 2001, 17).

<sup>2</sup> Veja, 03/09/1980.

<sup>3</sup> Isto É, 3/09/80; Jornal do Brasil, 28/08/80, 30/08/80.

---

---

que, aos trancos e hesitações, avançava. Dotados de forte anticomunismo, autodenominavam-se Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Movimento Anticomunista (MAC), Comando Delta, Falange Pátria Nova, influenciando-se uns aos outros. O diferencial do que ocorrera no Rio de Janeiro é que se trataram de ataques fatais, ao contrário dos anteriores, produzindo vítimas. Como se não bastassem o pânico e a insegurança que tomaram conta de boa parte da sociedade, quanto a possibilidades de novos atentados, muitas pessoas passaram a temer pelos rumos que a flexibilização do regime ditatorial tomaria. Eram tempos de medo e de incerteza.

Este artigo traz parte da pesquisa realizada durante o estágio de pós-doutorado que realizamos na Universidade Federal do Ceará (UFC). O foco do trabalho foram os extremistas de direita responsáveis por atentados ocorridos no processo de abertura da ditadura, em particular, os de um grupo atuante em Fortaleza no ano de 1980, o Movimento Anticomunista (MAC). Buscamos tratar das representações desses agentes históricos quanto à flexibilização do regime, tendo-se em conta o anticomunismo como um dos fatores políticos mais importantes do Brasil no século XX e de enorme difusão na sociedade. O que movia os extremistas e os grupos? Quais suas concepções de mundo? O que entendiam estar fazendo? Como se viam?

Para desenvolver as problematizações da pesquisa, recorreremos às concepções de representação, prática e apropriação do historiador francês Roger Chartier. As representações permitem entender, sob forma de categorias mentais, as classificações, delimitações e divisões que organizam a percepção da realidade e o entendimento do mundo social, em determinados lugar e momento, por indivíduos e grupos, e por outro lado, são matrizes que constituem o real, na medida em que comandam atos e definem identidades (Chartier 1988, 18). Em outros termos, as *representações* demandam *práticas* que resultam na construção de um mundo social e de uma identidade (Chartier, 2002).

Práticas e representações são complementares, interdependentes. Devem ser entendidas juntas e vinculadas: as práticas levam a representações e estas geram práticas, em complexas teias de relações, gestos e atitudes, das quais não se pode distinguir e dizer exatamente onde se encontra o começo, se em determinada prática ou determinada representação (Barros 2005, 133). As representações de um grupo travam embates com representações de outros grupos da sociedade. Os conflitos de representações são tão importantes quanto as lutas econômicas e são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (Chartier 1988, 17). Daí a importância da noção de *apropriações* para Chartier (1988, 27), entendidas como práticas de produção de sentidos, conforme a pluralidade de significações e recepções possíveis pelo leitor, para o que contribuem determinações sociais, conjunturas históricas, elementos culturais e vivências e trajetórias dos indivíduos e grupos.

---



Para extremistas de direita, fossem civis ou militares, a agitação social e o próprio projeto de flexibilização da ditadura, defendido por segmentos “moderados” das Forças Armadas, foram percebidas como manobras comunistas ou ações que facilitavam a infiltração comunista no Brasil. Ressalte-se que nem todos os anticomunistas se envolveram em atentados terroristas no período, tendo-se em conta as diferenças políticas existente dentro da própria extrema-direita, e suas ações violentas (das simbólicas às concretas) se distinguiram da violência revolucionária, do final dos anos 1960 e começo dos 70, defendida por parte da esquerda na oposição e busca da derrubada da ditadura (Motta 2002; Napolitano 2018).

### **Em alerta contra o perigo vermelho**

Entendemos o anticomunismo como a oposição sistemática à ideologia comunista ou ao que é identificado como comunismo, um antagonismo que se adapta a distintas realidades e momentos históricos e se manifesta através de representações e práticas diversas (Bonet 2004, 34). Não está restrito a um grupo específico ou a um único órgão ou instituição política (Rodeghero 2002; Silva 2000), nem se trata de mera ação reativa a acontecimentos pontuais da história, de ascensão das esquerdas, embora, nestes momentos, fique mais explícito. O anticomunismo é uma forma de ver e agir no mundo e, especificamente tratando-se do Brasil, um dos fenômenos centrais do processo político nacional (Spohr 2011).

O anticomunista extremista tratado neste artigo não se resume à mera oposição aos comunistas. São indivíduos e grupos que apresentam posições e/ou desenvolvem ações que implicam no impedimento da manifestação do pensamento do adversário e, por vezes, na agressão e extermínio deste (Motta 2002). No caso dos grupos como o MAC e outros, do final dos anos 70 e começo dos 80, o anticomunismo extremado implicou em práticas violentas, terroristas, entendidas como legítimas para barrar o que se concebia como uma iminente ameaça vermelha.

O anticomunismo já se fazia presente no País no período imediatamente posterior à Revolução Russa de 1917 e na década de 1920. Foi nos anos 1930, com o crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), capitaneado por Luiz Carlos Prestes, e, sobretudo, com a denominada “Intentona”/Levante Comunista, de 1935, que o quadro se intensificou. Daí em diante o comunismo cada vez mais foi concebido como um perigoso inimigo, externo e interno, a ser observado pelas autoridades e cidadãos, e seu combate passou a ter papel de relevo na história política do Brasil. O medo crescente do comunismo implicou no alargamento do anticomunismo (Motta 2002).

O Levante/“Intentona” de 1935 deu base para todo um imaginário anticomunista no País, especialmente entre os militares, que o conceberam como um ato covarde, de traição à Pátria e de

---

quebra da hierarquia. Estruturou-se, então, um conjunto de representações acerca do comunismo que, reproduzido ao longo das décadas, sobretudo com a Guerra Fria, orientou discursos e práticas do Estado, de organizações e de indivíduos (Motta 2002, 37). No começo dos anos 1960, quando da crise que levaria ao golpe de Estado que depôs João Goulart, setores conservadores e liberais, civis e militares, acusavam o presidente de ser “comunista” ou de permitir a atuação livre dos comunistas no País (Fico 2014).

Como era de se esperar, os discursos e as práticas anticomunistas foram intensos durante a ditadura civil-militar (1964-85). A ameaça do “perigo vermelho” foi reforçada pelos governos militares junto à população, especialmente, com as mobilizações estudantis e a luta armada das esquerdas no final dos anos 60 e começo dos 70. O discurso de um risco iminente da “subversão”, entendida como terrorista e comunista, incitava o medo na coletividade e endossava o apoio de parte da sociedade ao governo, criando as justificativas e legitimando a repressão aos opositores (Cordeiro 2015).

Essa ojeriza ao inimigo vermelho, por parte dos militares, e também difundida para setores civis de direita, mesclava elementos do referido tradicional anticomunismo brasileiro, construído, especialmente, em torno das narrativas sobre o Levante/“Intentona” de 1935, com novas conceituações elaboradas no contexto da Guerra Fria, como a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e a Doutrina da Guerra Revolucionária (DGR) (Motta, 2014, 24).

A partir de princípios norteadores vindos dos Estados Unidos, mas com especificidades dos vários países em quem se manifestou, a DSN preocupava-se com o combate ao comunismo e à União Soviética (Comblin 1978; Montagna 1986). A ameaça vermelha poderia se concretizar por meio de uma agressão externa, em uma guerra tradicional, ou pela subversão interna (Padrós, 2005, 184). No Brasil, a DSN apresentou entre seus grandes pensadores o general Golbery de Couto e Silva (Neves Júnior 2019, 47), e um dos seus centros difusores foi a Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, no Rio de Janeiro. O País, por motivos geopolíticos (situado no Atlântico Sul) e características históricas e culturais, integraria o bloco ocidental, que teria como sustentáculos a ciência, a liberdade, a democracia e o cristianismo, opondo-se, pois, ao bloco oriental, opressivo, ditatorial, ateu e comunista. Assim, nessa perspectiva bipolar, o comunismo era concebido com autoritário, bárbaro e antidemocrático, uma ameaça ao “mundo livre” (Neves Júnior 2019, 50).

Os alunos da ESG eram militares e civis, em especial, empresários, magistrados, educadores, políticos, etc. Almejava-se a formação de uma elite que interpretasse as aspirações e os interesses legítimos do País e fosse capaz de assumir os encargos de direção e de administração do esforço nacional de construção, imbuída de um pensamento conservador e anticomunista (Vasconcelos 2020, 281; Oliveira 2010, 144). A ESG possibilitou a difusão da DSN para além das

---

instituições castrenses e tornou-se um ponto de encontro, integração e alianças de grupos políticos pertencentes às elites civis e militares (Ferraz 1997; Teixeira 2012).

A DSN apresentava como pressuposto o binômio segurança e desenvolvimento, preocupando-se, como seu próprio nome dá a entender, com a prosperidade nacional, com a superação das mazelas sociais (Vasconcelos 2020, 190). Isso seria possível com uma remodelação da economia do Brasil conforme preceitos capitalista e integração ao sistema econômico ocidental capitalista/norte-americano. Tais ideias não eram exclusivas da caserna, expressando um arcabouço intelectual vigente desde as primeiras décadas do século XX entre grupos econômicos dominantes e pensadores (Oliveira 2010, 138).

Haveria um movimento comunista internacional, que contava com agentes infiltrados, de tocaia, no corpo social brasileiro, prontos para agir. Por isso, a necessidade de estar sempre atento, para combatê-lo, onde quer que surgisse ou pudesse aparecer. Para conter o inimigo interno, o Estado teria que desenvolver estruturas repressivas e uma rede de informações (Alves, 1985, 40). No radical anticomunismo dos adeptos da DSN, era aceitável a violação de garantias individuais em nome da segurança do Estado. Daí os “excessos coercitivos”, ultrapassando os limites da legalidade, verificados em vários países do Cone-Sul que viveram ditaduras nos anos 60 e 70.

À DSN foram sendo incorporados, ao longo dos anos, os pressupostos da denominada Doutrina da Guerra Revolucionária (DGR). Não obstante a proximidade entre as Forças Armadas brasileiras e os Estados Unidos com/após a II Guerra Mundial (1939-45), a DGR apresentava como fonte de inspiração o pensamento militar francês, marcado pelas experiências da derrota na primeira guerra do Vietnã/Indochina (1946-54) e da eclosão da guerra de independência da Argélia (1954-62). O Exército francês adotou a DGR como doutrina oficial, extraíndo seus métodos, táticas e o próprio nome do fenômeno (guerra revolucionária – GR) que visava a combater (Araújo 2008; Martins Filho 2009, 2012; Gonçalves 2013; Duarte-Plon 2016).

A Doutrina apresentava respostas para o que entendia ser um novo tipo de luta contra o comunismo. Priorizava a defesa interna, dentro da própria nação, contra a subversão, em detrimento de operações exteriores, mesclando política, ideologia e operações bélicas, de modo que não haveria distinções entre os meios militares e os meios civis (Martins Filho 2008, 41). A guerra revolucionária seria um processo, com diversas etapas. Os comunistas, com estímulo e inspiração vindos do exterior, se infiltrariam na sociedade, de forma lenta, recorrendo a dissimulações e mentiras. Usariam a tática da “guerra psicológica”, isto é, buscariam conseguir o apoio e o controle/manipulação das massas (ou de parte delas, pelo menos), doutrinando-as progressivamente com a ideologia marxista-leninista-maoísta. Criavam, dessa forma, um ambiente

---

revolucionário e preparavam sorrateiramente o caminho para tomada do poder institucional (Martins Filho 2008, 42; Gonçalves 2017, 207; Motta 2014, 23).

Os questionamentos feitos à ditadura, no final dos anos 1960, por meios de protestos estudantis, greves operárias, manifestações de intelectuais, guerrilha, etc., foram percebidos como expressões de guerra revolucionária. A luta armada das esquerdas, estendida até o começo dos anos 70, seria mesmo um sinal da passagem de fase da guerra revolucionária, alertando os militares e extremistas de direita acerca dos riscos que a Pátria corria e da necessidade de combater aquela iminente ameaças por “todos os meios necessários” (Martins Filho 2009, 185).

A guerra revolucionária (GR), não obstante, poderia ser vencida, caso as forças da ordem agissem de forma parecida. Os militares deveriam se preparar, organizando a defesa interna do território e criando serviços de informação e vigilância da sociedade civil para detectar e antecipar os movimentos do inimigo (Martins Filho 2009, 185; Alves 1985, 38). Combateriam não apenas no campo militar, mas, também, na seara da “guerra psicológica”. Buscar-se-ia o convencimento dos cidadãos, o que abrangeria o controle das informações, o uso da contrapropaganda, a doutrinação (“formação cívica e moral”), a manipulação da opinião pública e mesmo o recurso à força e à eliminação do inimigo (Gonçalves 2013, 92).

Em outros termos, a Doutrina da Guerra Revolucionária, no processo de “saneamento do ambiente político”, implicava na abolição das formalidades legais de um Estado democrático de direito (ainda que sob a retórica de defendê-lo) e de qualquer noção de respeito aos direitos humanos e garantias individuais (Teixeira 2012, 28). No extremo, a DGR trazia subjacente um projeto de intervenção militar na sociedade (Araújo 2017, 102) e a completa desumanização do inimigo (Martins Filho 2012, 546).

O historiador Daniel Gonçalves (2017, 262) diz que, a partir da subida ao poder de Castello Branco, em 1964, o processo de institucionalização da Doutrina da Guerra Revolucionária manifestou-se de maneira progressiva na caserna e que, nos anos posteriores, todas as escolas do Exército foram influenciadas, em maior ou menor escala, por ela. Tal influência perdurou pelas décadas de 1970 e 1980, “mesmo quando a agenda política do País já era a da abertura política e redemocratização e o risco de uma guerra revolucionária marxista já parecia fazer parte de um passado longínquo” (Gonçalves 2017, 294).

### **Para além do corporativismo**

Na segunda metade da década de 1970 e início da seguinte, grupos de extrema-direita realizaram, Brasil afora, uma série de atentados políticos e ameaças. Esta “segunda onda terrorista”, expressão empregada aqui para efeitos de distinção em relação aos ataques realizados nos anos

---

---

1960 (uma “primeira onda”), gerou pânico e indignação na sociedade, tornando-se mais um complicador no complexo processo de flexibilização da ditadura civil-militar. Entre as organizações atuantes, encontramos o Movimento Anticomunista (MAC), o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), a Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC), a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), o Grupo Anticomunista (GAC), a Falange Pátria Nova (FPN), o Comando Delta, o Movimento de Renovação Nazista (MRN) e a Frente Anticomunista, afora os esquadrões da morte, de Sérgio Paranhos Fleury e seus sequazes (Motta, 2002, p. 159). A historiografia (D’Araújo, Soares, Castro 1995; Fico 2001; Maud 2012; Resende 2015) e obras outras (Deckes 1985; Grael 1985; Baffa 1989; Argolo, Ribeiro, Fortunato 1996; Medeiros, Netto 2012; Bierrenbach 1996; Gaspari 2016) sustentam que existia uma interpenetração/interseção entre os membros desses grupos extremistas e os do aparato repressivo, ou seja, seus integrantes eram, sobretudo, agentes dos órgãos de informação e segurança da ditadura, policiais e militares.

Tradicionalmente, enfatiza-se que interesses corporativistas e temores de punição motivaram a atuação dos extremistas. Havia medo de que fossem apurados os crimes praticados pelos agentes da repressão e incomodava-lhes a possibilidade da perda de regalias, posições de poder (cargos, remuneração, gratificações, etc.) e prestígio social e político com a flexibilização do regime (Carvalho, 2005, 132). Há autores que veem as referências à ameaça comunista no final dos anos 70 como mera retórica construída, como se os extremistas tivessem fabricado o discurso de uma ameaça “subversiva” apenas como justificativa e escusa para seus interesses corporativistas e medo de punição (Gaspari 2016, 188; Pasqualetto 2020, 193).

É possível, de fato, que integrantes dos órgãos de segurança, um aparato bem estruturado ao longo dos anos, com muitas ramificações, que havia sido exitoso na espionagem e repressão à esquerda revolucionária no começo da década de 1970 e que contava com colaboradores e simpatizantes nos mais diversos estratos da sociedade, soubessem quão fantasiosa era a ideia de uma ameaça comunista ou da implantação de um regime marxista no Brasil, daí o esforço de “fabricar” tais riscos como forma de esconder interesses outros.

Entendemos, porém, que não se pode desprezar ou minimizar a existência de extremistas “sinceros”, pessoas que realmente acreditavam no iminente risco de comunização do Brasil com a distensão/abertura e que o regime deveria permanecer como estava, “fechado”, como uma barreira preventiva e saneadora ante o inimigo vermelho. Era tão forte essa crença entre a extrema-direita que indivíduos, os quais sequer pertenciam às estruturas estatais de repressão, isto é, eram civis, lançaram-se a praticar ações violentas na convicção que agiam pelo bem da Pátria e para evitar a implantação do comunismo no País.

---

Ratificando o pensamento da historiadora Mariana Joffily (2013, 94), entendemos que não foram apenas o medo do “revanchismo”, as questões dos interesses corporativistas, a defesa da manutenção da estrutura repressiva, o apego a vantagens e gratificações das funções exercidas ou o poder e o prestígio do quais gozavam os agentes que explicam a resistência de extremistas à flexibilização do regime e, em decorrência, a onda terrorista. Além de policiais e militares, existiram, igualmente, civis fazendo parte das organizações terroristas, criando seus próprios grupos, praticando atentados, ameaças, etc., pessoas sem ligação direta alguma com o regime e com os meios militares e que, assim, pudessem apresentar interesses pessoais ou corporativistas a serem preservados ou atingidos caso o governo ditatorial se abrisse ou caísse.

No caso do MAC “cearense”, chama-nos demais a atenção o fato de o grupo ser composto apenas por civis, jovens universitários da Universidade Federal do Ceará, gente de classe média, que não ocupava cargos no aparato de informação e seguranças do Estado e nem tinham espaços de poder na ditadura<sup>4</sup>. Embora a questão do MAC seja melhor fundamentada pelas fontes disponíveis, há outros casos ou evidências da participação de civis em grupos terroristas no período, especialmente de estudantes (Brasil 2010; Lopes 2014; Lima 2020).

Em outros termos, estamos argumentando que nem todos os envolvidos nos atos terroristas ocorridos nos períodos da distensão e abertura apresentavam interesses corporativistas e ganhos funcionais a serem preservados ou temores que pudessem sofrer alguma punição se o regime acabasse. Ainda que não se possa fazer generalizações e pareça verossímil crer que os civis fossem minorias no conjunto dos grupos terroristas, entendemos que se deve levar em conta as representações anticomunistas como um elemento que ajuda a explicar o envolvimento dessas pessoas na oposição à flexibilização da ditadura e nos atentados políticos da época, o que também deve ser pensado quanto à participação de militares e policiais.

Ou seja, defendemos que para entender as ações dos extremistas de direita, fossem estes militares ou civis, deve-se levar em conta igualmente suas representações anticomunistas, as quais mesclavam elementos do que estamos chamando de anticomunismo tradicional, elaborado, especialmente, em função da “Intentona”/Levante Comunista de 1935, com pressupostos do contexto da Guerra Fria, no caso, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e a Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR).

Como mostram pesquisadores, essas doutrinas não ficaram restritas aos militares, tendo trânsito de dentro para fora das Forças Armadas e alcançando aliados civis e extremistas de direita

---

<sup>4</sup> Inquérito da Polícia Federal-Paraíba nº 67/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do SNI nº 008/116/ARE/81, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_iii\_81001550\_d0001de0003. Acesso a 05/04/2020.

---



(Alves 1985, 34; Comblin 1978, 14; Martins Filho 2008, 46; Gonçalves 2017, 294), por meio de palestras, cursos, panfletos, livros, discursos de parlamentares, matérias e artigos na imprensa, etc., endossando ainda mais as representações anticomunistas da sociedade (Spohr 2011, 10). Contribuíram, assim, como diz Marcos Vinicius Ribeiro (2019, 390), para a proliferação de organizações anticomunistas, das mais variadas matizes e entre as quais, entendemos, podem ser alocados os grupos terroristas atuantes durante a distensão e a abertura da ditadura civil-militar.

### **Sob a ameaça do comunismo**

Ao se analisar os manifestos, cartas, bilhetes, etc. elaborados pelos grupos terroristas, na segunda metade dos anos 1970 e começo dos 80, percebemos referências a princípios, ainda que gerais, da DSN e DGR, mesclados e reelaborados com elementos de um tradicional anticomunismo. Esses escritos tornavam-se públicos de várias formas. Poderiam ser deixados em quarteis, para circular na caserna; eram jogados nas imediações dos locais alvos dos atentados; havia casos de serem afixados nas bancas de jornais, atingidas por bombas. Quando a onda terrorista se acentuou, chegaram a ser mandados, pelos correios, à imprensa e, com isso, acabavam publicados na íntegra pelos jornais – a diminuição da censura, ironicamente, favoreceu a publicização da causa dos extremistas. Por vezes, cartas também foram enviadas, pelo serviço postal, a pessoas específicas, como forma de proselitismo junto a militares ou como ameaças a civis – autoridades, advogados, sindicalistas, jornalistas, religiosos, líderes estudantis, em geral, pessoas que se destacavam na crítica à ditadura e defesa dos direitos humanos e democratização do Brasil. Havia ainda as pichações em espaços públicos, com frases de efeito e intimidações. Reproduções e cópias dessa “produção textual extremista” foram, muitas vezes, anexadas aos informes dos órgãos de inteligência da ditadura – sinal de que o aparato de repressão acompanhava os casos, ainda que não os apurassem devidamente.

O ponto mais presente nos escritos terroristas, aos quais tivemos acesso, dizia respeito à crença segundo a qual a flexibilização do regime franqueava espaços para os comunistas colocarem em prática planos, bem articulados, de conquista do poder institucional. Para os extremistas, as medidas de liberalização feitas pelos setores “moderados” das Forças Armadas, no governo de Geisel (1974-79) e de Figueiredo (1979-85), a defesa da democratização do País levada a cabo pelas várias alas das oposições, o crescimento das mobilizações populares e a presenças das esquerdas nestas representariam um risco de “comunização” do Brasil.

Tal pressuposto estava presente já nos primórdios da flexibilização da ditadura, no período da distensão de Geisel. Quando da explosão da bomba na sede da ABI (Associação Brasileira de

---

Imprensa), a 19 de agosto de 1976, no Rio de Janeiro, a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) deixou, nas escadarias do prédio, vários panfletos, onde se lia que

*Chegou a hora de começar a escalada contra a nova tentativa de comunização do Brasil em marcha. A Associação Brasileira de Imprensa – ABI, totalmente dominada pelos comunistas, foi escolhida para esta primeira advertência. De agora em diante, tomem cuidado, lacaios de Moscou<sup>5</sup> (itálico nosso).*

O manifesto do Comando Delta, de 1981, também é explícito ao denunciar o que entendiam ser audaciosas manobras dos comunistas com a abertura. Os integrantes do grupo dizem que o texto traduzia

*(...) nossa inquietação diante de graves fatos que, no nosso entender, configuram descaradamente a progressão da escalada subversiva em nosso País. Grupos apátridas manifestam-se com audácia e insolência, numa tentativa de abrir espaço que lhes favoreça a tomada do poder. A canalha comunista, ousada e audaciosamente, já se considera em condições de afrontar ostensivamente as forças da lei e da ordem<sup>6</sup> (itálico nosso).*

Em manifesto distribuído na cidade de Vitória, a 6 de agosto de 1982, a Organização Nacionalista Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, analisando a situação política e social no período, alerta para a

*(...) proliferação de ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS DE IDEOLOGIAS MARXISTAS, MARXISTAS-LENINISTAS E TROTKISTAS, aproveitando-se dos altos índices inflacionários existentes no país, da incompetência do governo que aí está e do sofrimento do povo brasileiro, pregam a derrubada do regime e a implantação de uma PÁTRIA COMUNISTA<sup>7</sup> (itálico nosso).*

Os extremistas percebiam as manifestações contra o regime e os distúrbios urbanos do começo dos anos 1980, ante a inflação, o desemprego, a precariedade de transporte, saúde e moradia, etc., como parte de estratégia bem articulado pelos comunistas. Essa visão, que também estava presente em vários documentos dos órgãos de informação e repressão do regime<sup>8</sup>, revela um dos elementos mais recorrentes do anticomunismo tradicional, o de teorias conspiratórias, segundo as quais os comunistas teriam uma notória capacidade de articular complôs, mesmo nas condições mais adversas, manipulando as pessoas (entendidas como ingênuas e incapazes de perceber ardis) em seus planos de poder. Negando qualquer aspecto de espontaneidade ou motivações outras nos protestos, os integrantes da extrema-direita acreditavam que, por trás de

---

<sup>5</sup> Tribuna da Imprensa, 20/8/1976.

<sup>6</sup> Mensagem à nação brasileira, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 2435/116/ASP/81, de 8 de outubro de 1981. Arquivo Nacional <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_eee\_81008641\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

<sup>7</sup> Manifesto ao povo Brasileiro, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_82027933\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020. Maria Ortiz, conforme certa historiografia tradicional, é vista como uma heroína capixaba que lutara contra as invasões holandesas no período colonial. <https://www.gazetaonline.com.br/especiais/capixapedia/2015/07/cafetina-ou-heroina-conheca-a-verdadeira-historia-de-maria-ortiz-1013901573.html> Acesso a 11/03/2021.

<sup>8</sup> Veja-se, por exemplo, Análise da situação da subversão no Brasil em 1979, relatório de Informação do CIE nº 253/102-A5/CIE, de 24 de abril de 1980. Arquivo Nacional <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_80007775\_d0001de0006. Acesso 17/09/2020.

---

---

tudo, estaria a mão manipuladora do inimigo vermelho, estimulando a revolta da população, provocando distúrbios, incitando a divisão da sociedade e minando a autoridade dos governantes, condições que, como visto antes, poderiam caracterizar a fase de uma guerra revolucionária, conforme entendia a DGR.

No “Manifesto ao povo paulista”, em que anuncia o seu retorno, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) diz que os protestos estudantis de 1977, “pretensamente reivindicatórias, são, na verdade, produto de um esquema nacional de subversão, o qual se subordina a um plano de rebelião mundial contra a democracia e nosso nacionalismo. Assim começou na França, Portugal, Argentina, e agora novamente ferve em nossa Pátria”<sup>9</sup>. Sobre os protestos populares de 1980, diz o Comando Delta que:

[A canalha comunista] em Salvador, *preparou e executou um movimento de massas*, inspirado em experiência desenvolvida na Europa, com a depredação sucessiva, durante vários dias, de meios de transporte, imprescindíveis à população daquela cidade, *gerando a inquietação, o caos e a desordem, além da tentativa de desmoralização das autoridades constituídas*. O mesmo movimento, em *uma estratégia bem delineada*, provavelmente, se estenderá a outras regiões do País, numa reação em cadeia<sup>10</sup> (itálicos nossos).

A perspectiva de que o comunismo se aproveitava da “passividade” das instituições liberais era extremamente comum no discurso anticomunista (Teixeira 2012, 174). O que os extremistas do final dos anos 70 faziam era defender a conservação da ditadura com uma adequação desse discurso, para refutar a distensão e a abertura. Em outras palavras, a ameaça comunista, numa iminente possibilidade de conquista do poder, era justificativa para a própria ação violenta/terrorista dos extremistas de direita e, em último plano, para a conservação do Estado forte, com restrição de garantias e liberdades individuais, bem de acordo com os postulados da DSN e DGR.

Os comunistas executariam seus planos de forma gradual, recorrendo à infiltração silenciosa na sociedade. Conforme Rodrigo Patto Sá (2002, 55), desde a década de 1930 já existem referências à essa imagem da infiltração sorrateira vermelha, ganhando mais relevo no imaginário anticomunista na primeira metade dos anos 1960. O inimigo interno, com parcimônia, não hesitava em manobrar e utilizar pessoas e instituições de credibilidade em seus projetos de poder. Para os extremistas do final da década de 1970, o que nos faz lembrar os pressupostos de uma “guerra psicológica marxista”, referida pela DGR, os vermelhos endossavam e estimulavam, dentro de tais

---

<sup>9</sup> Manifesto ao povo paulista, do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), anexado ao relatório de Informação do CIE nº 1560/S-103.1, intitulado Retorno ao Brasil de intelectuais comprometidos com a subversão, p. 44, de 30 de novembro de 1977. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfansb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_77109398\_d0001de0001. Acesso 08/10/2021.

<sup>10</sup> Mensagem à nação Brasileira, do Comando Delta, anexado ao Informe do SNI nº 200/16/AC/1981, de 27 de outubro de 1981. Arquivo nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfansb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_81020271\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

instituições, causas simpáticas naquele momento à população, como a liberdade de expressão, a defesa dos direitos humanos e a melhoria das condições de vida, mas com fins escusos. Tão avançada a infiltração comunista que as entidades haviam se desviado de suas “missões originais”. Não por acaso, nos escritos dos grupos terroristas, são reiterados os ataques à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre outras entidades, acusadas de estarem a serviço do comunismo.

O grupo Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, no texto “Ao povo brasileiro”, de 1982, condena o comunismo que teria se infiltrado na Igreja. Afirma: “(...) não admitimos é a destruição de nossas instituições e nossa igreja (sic) hoje dominada pelos bispos comunistas e a desagregação da família brasileira”<sup>11</sup>. No ataque contra a ABI, em 1976, a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) afirma que a instituição está “totalmente dominada pelos comunistas”<sup>12</sup>.

Como em outros períodos históricos, os meios de comunicação não escaparam às acusações de que apresentavam laços com os comunistas. Ataques com explosivos foram feitos a órgãos da chamada grande imprensa, como Tribuna da Imprensa<sup>13</sup>, do Rio de Janeiro, e Estado de São Paulo<sup>14</sup>, sem falar das inúmeras ligações telefônicas com ameaças de bombas às redações de periódicos por todos o País. Os alvos principais, porém, foram os jornais da denominada imprensa alternativa ou nanica. A crença de que os jornais alternativos eram porta-vozes da difusão das ideias comunistas fundamentaria não apenas atentados contra os periódicos, mas contra as bancas de jornais de todo o País, especialmente em meados de 1980 (Kucinski 2018). Na explosão de uma bomba contra a sede do jornal Opinião, a 15 de novembro de 1976, a AAB (Aliança Anticomunista Brasileira) deixou panfleto denunciando a ameaça vermelha que a levava a agir.

A Aliança Anticomunista Brasileira decidiu que não é mais possível deixar sem resposta as ações criminosas a soldo de Moscou que este grupo de traidores vem realizando há longo tempo em proveito da comunização do Brasil, através do jornaleco Opinião e outras publicações. Esta é a nossa mensagem de advertência: da próxima vez ajustaremos contas pessoais com esses excrementos humanos. A hora da verdade está chegando Fernando Gasparian e asseclas! Estejam certos que pagarão com a própria vida a traição à Pátria que estão cometendo. Morte à canalha comunista! Viva o Brasil! AAB-Aliança Anticomunista Brasileira<sup>15</sup>.

Como se percebe, quaisquer pessoas ou instituições que promovessem críticas ao regime eram tachadas, genericamente, com o rótulo de comunistas. Essa representação ajudava, assim, a construir a ideia do inimigo interno, tão cara à DSN e DGR. Era a materialização do antibrasileiro,

---

<sup>11</sup> Manifesto ao povo Brasileiro, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_82027933\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

<sup>12</sup> Tribuna da Imprensa, 20/08/1976.

<sup>13</sup> Tribuna da Imprensa, 27/03/1981.

<sup>14</sup> Folha de São Paulo, 15/11/1983.

<sup>15</sup> Jornal do Brasil, 16/11/1976.

---

de pessoas sórdidas, inescrupulosas, apátridas, traidoras da nação, etc. Tramando contra os valores patrióticos e, por extensão, contra os “bons brasileiros”, os detratores e inimigos do País deveriam ser ignorados quanto a suas ideias, intimidados para cessarem suas ações antinacionais e mesmo silenciados caso persistissem agindo contra o Brasil, o que ajuda a entender as representações dos extremistas de direita quanto ao emprego de ameaças e uso da violência/terrorismo.

Lembrando os pressupostos da Guerra Fria, os extremistas enfatizavam a dicotomia da sociedade. De um lado, os patriotas e os defensores da liberdade; do outro, os comunistas e seus apoiadores, que tramavam contra a nação, e mesmo os oportunistas e indecisos. Essa percepção pode ser entendida como um desdobramento da visão generalizadora acerca do comunismo. Oblitera-se, assim, a diversidade política e ideológica que existia no campo das oposições e mesmo entre as esquerdas. Caso não se encontre com as direitas, o indivíduo só poderia ser um inimigo vermelho, não havendo brechas para meios termos. Quando do atentado à casa do empresário e jornalista Roberto Marinho, proprietário das organizações Globo, no bairro do Cosme Velho (atual Instituto Casa Roberto Marinho), em 1976, a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) deixou bilhete afirmando: “Sé é contra a propriedade privada, também somos contra você”<sup>16</sup>. Na declaração de maio de 1981 e publicada nos jornais, tratando sobre o caso Riocentro, o Comando Delta faz alertas aos inimigos e seus projetos de comunização do Brasil e conclui: “Quem não estiver conosco, estará contra nós. Ousar lutar, ousar vencer. Brasil acima de tudo”<sup>17</sup>.

Igualmente, era comum nos textos referências à existência de um bem articulado e poderoso Movimento Comunista Internacional, que orientava os passos e as ações de seus militantes no Brasil. As manifestações contra o regime seriam, dessa forma, expressões de um complô internacional, uma teoria conspiratória das mais destacadas e tradicionais nas representações anticomunistas (Motta 2002, 54). Os militantes locais, fanáticos ideológicos, seguiam cegamente as ordens vindas do exterior. Esses elementos podem ser notados, por exemplo, no texto da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, de agosto de 1982, que aborda como a subversão campeava no País “sob a orientação de MOSCOU, CUBA E ALBÂNIA, [com] auxílio dos falsos patriotas do dia a dia (...)”<sup>18</sup>.

Sob os discursos de defender o Brasil, os “vermelhos” não passavam de falsos nacionalistas, traidores da Pátria, pois estavam a serviço de potências estrangeiras. Os “verdadeiros” patriotas,

---

<sup>16</sup> Jornal do Brasil, 24/9/1976.

<sup>17</sup> Jornal do Brasil, 13/05/1981.

<sup>18</sup> Manifesto ao povo Brasileiro, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_82027933\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

assim, deveriam ser implacáveis contra esses insidiosos. A Vanguarda de Caças aos Comunistas (VCC) expressa que:

Não vamos nem iremos a parte alguma do mundo buscar doutrinas. Pequim, Havana e Moscou são lugares malditos onde os comunistas brasileiros que “bafejam” democracia vão pedir conselho. Todos os comunistas e governantes corruptos são traidores da Pátria; nós os julgaremos por traição com ajuda de nosso povo<sup>19</sup>.

Como já havia alertado Rodrigo Patto Sá (2002, 56), se percebe nos textos uma simplificação do real quanto às divergências dentro do bloco socialista existentes à época. Para os extremistas de direita, havia um “Movimento Comunista Internacional” homogêneo, planejando e insuflando militantes vermelhos dentro do Brasil. Desconsideravam ou silenciavam que existiam sérias disputas e embates, por exemplo, entre China e União Soviética e que, por isso, parecia pouco plausível uma cooperação, em um “plano mundial de infiltração”, entre dirigentes dos dois países...

### Bombas pela democracia

Vê-se nos manifestos dos grupos de extrema-direita, com certa frequência, menções e exaltações às Forças Armadas, especialmente ao Exército. As instituições castrenses são concebidas como guardiãs da sociedade, detentoras dos mais altos valores. Na “Mensagem à nação brasileira”, enviada a oficiais do Exército de São Paulo e Rio de Janeiro, em 1981, o Comando Delta diz que voltava a se manifestar

(...) à Nação Brasileira, e em particular às Forças Armadas, para traduzir nossa inquietação diante dos graves fatos que, a nosso entender, configuram declaradamente a progressão da escalada subversiva em nosso país. (...).

Reiteramos a *confiança em nossas Forças Armadas, como guardiã da Pátria* (...) <sup>20</sup> (itálicos nosso).

Não custa lembrar que, dentro da lógica da DSN, seria de responsabilidade dos militares, e de uma elite “preparada e esclarecida”, guiar e salvar o país do atraso econômico e da barbárie comunista. As Forças Armadas estariam na linha de frente do combate à subversão e na defesa da Pátria. Nesse sentido, com as conclamações, os extremistas ratificavam a condição de liderança da instituição castrense em um momento em que enxergavam uma perigosa ameaça comunista. A própria luta contra a distensão e a abertura, no objetivo de conservar a estrutura política vigente, sob o comando dos militares, já era um sinal de apreço pela instituição castrense.

Se as Forças Armadas eram enaltecidas e preservadas, os terroristas não deixavam de dirigir críticas aos “falsos” militares que estavam agindo contra os valores cívicos e interesse da nação.

---

<sup>19</sup> Tribuna da Imprensa, 29/08/1980; Jornal do Brasil, 19/09/1980.

<sup>20</sup> Mensagem à nação brasileira, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 2435/116/ASP/81, de 8 de outubro de 1981. Arquivo Nacional <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_eee\_81008641\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

---



Em suas perspectivas, os setores “moderados” da caserna, com o processo de flexibilização do regime, estariam facilitando a atuação dos comunistas e traíndo a Pátria. Há nos textos dos agrupamentos várias insinuações contra as gestões de Geisel e Figueiredo e ataques duros, especialmente, a Golbery de Couto e Silva, tido como um dos grandes articuladores da distensão do regime. Ficou conhecido um panfleto apócrifo, que circulou nos quartéis, no ano de 1975, com desenho de Golbery enforcado e cuja autoria seria de elementos ligados aos atentados (Argolo, Ribeiro, Fortunato 1996, 305; Gaspari 2004, 79). Os “verdadeiros” militares não compactuavam com o que se passava no País e continuavam em suas tarefas diárias, dedicados à defesa da Pátria, sem interesses outros. O Comando Delta celebrou a saída de Golbery de Couto e Silva do governo Figueiredo, ocorrida a 6 agosto de 1981:

(...) Regosijamos (sic) com a saída do sr. Golbery de Couro e Silva dos escalões do governo, ao qual, há muito tempo, vinha desservindo, com a sua não infensão (sic) ao comunismo e maquiavelismo, ao sabor das mais sórdidas e imorais manobras políticas (...). Continuamos solidários com os verdadeiros militares, anônimos profissionais da caserna, dedicados ao labor diário, sem privilégios ou ambição<sup>21</sup>.

O grupo Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz igualmente não deixou de denunciar o que entendia ser a tibieza do governo ante a ameaça que pairava sobre o Brasil:

O Sr. Presidente JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO, se é que ainda possui um pouco do brio, adquirido na sua vida castrense, deverá dar um basta na situação que aí está, sob pena de ser lembrado pela história como o presidente que entregou o Brasil aos domínios de MOSCOU, traíndo a memória de seu pai o ilustre General EUCLIDES FIGUEIREDO.

(...) Se o presidente tiver vergonha na cara, não deve pisar o solo do Espírito Santo, pois as forças democráticas aqui instaladas repudiam sua visita, pois se hoje vivemos neste estado de coisas a culpa cabe somente a ele que no alto de seu pedestal que é o dono da verdade e só ele sabe o que é melhor para o Brasil<sup>22</sup>.

Não obstante as qualificações da imprensa, de opositores e do próprio governo militar, os extremistas recusavam a pecha de terroristas. Seriam pessoas comuns (“homens do povo”), de princípios religiosos (“cristãos”), fiéis à “revolução de 64”, conscientes e descontentes com o governo e a flexibilização do regime. Não externavam que fossem integrantes do aparato estatal e, não apresentando outros interesses a serem preservados, davam a entender que suas causas eram idôneas, sinceras e puras. Ao contrário dos comunistas, que escondiam suas ambições de conquista do poder, os grupos de extrema-direita seriam compostos por patriotas, homens que, pelo bem da

<sup>21</sup> Mensagem à nação brasileira, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 2435/116/ASP/81, de 8 de outubro de 1981. Arquivo Nacional <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_eee\_81008641\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

<sup>22</sup> Manifesto ao povo Brasileiro, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_82027933\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

nação, resolveram agir, “fazer história” combatendo concretamente o perigo vermelho, abraçando os riscos da clandestinidade e apelando para a violência na intenção de evitar “o pior”.

Afirmam os integrantes da Falange Pátria Nova: “Numa crise como esta é bom que se saiba que somos homens do povo, cristãos, e que não concordamos com a maneira pela qual o governo e seus órgãos de segurança estão conduzindo o processo chamado da ‘abertura’”<sup>23</sup>. Nos panfletos deixados no atentado à Catedral de Nova Iguaçu, em 1979, os integrantes da Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC) afirmam que “(...) somos cristãos e revolucionários [adeptos de 1964] acima de tudo”<sup>24</sup>. Também realizaram referência a aspectos religiosos os membros do grupo que atacaram o Diretório Acadêmico de Medicina, da UFMG, em 1978, os quais se caracterizaram como “cristãos e patriotas”<sup>25</sup>. Os membros da Falange Pátria Nova chegaram a afirmar que estavam “fazendo história” e, sendo “homens conscientes”, decidiram agir para tomar o controle de seu destino: “se há um pêndulo histórico, cabe a nós, homens conscientes, fazer com que não sejamos simples passageiros, mas os reais condutores dos rumos que devemos seguir e dos princípios que devemos adotar”<sup>26</sup>.

Os integrantes dos grupos de direita concebiam como legítimo o emprego da violência contra quem entendiam ser ou apoiava o comunismo. As ações violentas se tratariam de uma reação, uma resposta, uma ação de resistência mesmo, ante a ameaça vermelha que pairava sobre a sociedade. A argumentação evoca, pois, a lógica usada por militares e grupos conservadores, especialmente nos chamados “anos de chumbo” (1968-74), de que o recurso à tortura, a eliminação de adversários do regime e a luta contra a guerrilha eram uma resposta as ações das esquerdas (Teixeira 2012, 248). Diante do quadro, o que nos faz lembrar, novamente, de pressupostos da Doutrina da Guerra Revolucionária, seria tolerável a violação de garantias legais que um Estado de direito democrático deveria resguardar, para salvar a sociedade do marxismo e sanear o ambiente político.

---

<sup>23</sup> Manifesto ao povo Brasileiro, da Falange Pátria Nova, relatório de Informação nº 013/ASI/SUNAB, de 2 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/BR, de 4 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_80010141\_d0001de0001. Acesso 29/10/2021. Disponível também em Tribuna da imprensa, 02/09/1980.

<sup>24</sup> Explosão de bomba na Catedral de Nova Iguaçu, informe do SNI nº 003/116/ARJ/80, de 9 de janeiro de 1980, Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_ccc\_80002114\_d0001de0001. Acesso 29/10/2020. Disponível também em Jornal do Brasil, 21/12/1979.

<sup>25</sup> Jornal do Brasil, 03/03/1978.

<sup>26</sup> Manifesto ao povo Brasileiro, da Falange Pátria Nova, relatório de Informação nº 013/ASI/SUNAB, de 2 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/BR, de 4 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_80010141\_d0001de0001. Acesso 29/10/2021. Disponível também em Tribuna da imprensa, 02/09/1980.

No “Manifesto ao povo Paulista”, de 1977, os integrantes do CCC dão a entender que estavam reorganizando o grupo como reação à situação caótica do País, marcado pela ascensão dos comunistas, prometendo

(...) empreender novamente luta sem trégua a canalha vermelha e aos homens públicos corruptos e complacentes que traiçoeiramente golpeiam a Revolução de Trinta e Um de Março e a Pátria Brasileira.

Vamos novamente à luta, antigos camaradas, para pôr um ponto final nesta situação vergonhosa. À insídia vermelha e à corrupção, responderemos com a *resistência nacionalista radical*. A violência será *respondida* com a violência da Pátria indignada e estremeçada”<sup>27</sup> (itálicos nossos).

O Comando Delta, na carta publicada pela imprensa, em julho de 1981, deixou subentendido o aspecto reativo, na medida em que advertiam os comunistas por suas ações danosas e não descartavam o uso da violência:

(...) Não silenciaremos e *utilizaremos até mesmo a violência em última instância* enquanto essa escória de esquerda fanática e criminoso não sentir em toda a sua extensão o peso da vontade coletiva brasileira, livre, democrática, aberta e dotada dos valores que conquistou em sua história.

Que nossas palavras de *advertência*, ainda pacíficas, sejam levadas em consideração para o benefício desta Pátria (...)”<sup>28</sup> (itálicos nossos)!

Os membros dos grupos de extrema direita viam a si e ao regime como democráticos. A Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz afirmou que “combater o comunismo não é ser radical de direita e, sim, democrata, pois o que o comunismo quer é tirar as nossas liberdades”<sup>29</sup>. O Comando Delta expressou preocupação com aqueles que atacavam a “democracia”:

Exigimos uma enérgica aplicação da lei, particularmente, sobre aqueles *detratores do regime democrático, aliados da foice e do martelo*, que, sob o manto da impunidade, sentem-se cada vez mais encorajados a destruir este País. Acabemos com a conspiração e com o revanchismo. O Brasil precisa de uma oposição construtiva<sup>30</sup> (itálico nosso).

Importa aqui entender como os grupos de direita concebiam a noção de democracia. Não era mera retórica ou demagogia o uso constante da palavra, como esclarece a historiadora Janaina Cordeiro. É necessário pensar o contexto da Guerra Fria, de como a bipolaridade desta instrumentalizou a concepção e o uso da ideia de democracia, o que aliás, fica patente na DSN e DGR. Cordeiro, recorrendo à historiadora Jennifer M. Miller (*apud* Cordeiro 2021, 14), lembra que entre muitos líderes e políticos dos Estados Unidos, da década de 1940 e 1950, os quais viveram

---

<sup>27</sup> Manifesto ao povo paulista, do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), anexado ao relatório de Informação do CIE nº 1560/S-103.1, intitulado Retorno ao Brasil de intelectuais comprometidos com a subversão, p. 44, de 30 de novembro de 1977. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_77109398\_d0001de0001. Acesso 08/10/2021.

<sup>28</sup> Tribuna da Imprensa, 20/07/1981.

<sup>29</sup> Manifesto ao povo Brasileiro, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_82027933\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

<sup>30</sup> Mensagem à nação brasileira, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 2435/116/ASP/81, de 8 de outubro de 1981. Arquivo Nacional <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_eee\_81008641\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

---

---

as experiências da grande depressão, da II Guerra e dos embates com a União Soviética, fomentou-se a crença de que ideologias como fascismo e comunismo representavam séria ameaça à democracia. A sobrevivência desta, assim, não dependia apenas de aspectos formais (eleições, instituições firmes, liberdade política, etc.), mas, igualmente, de uma cidadania “psicologicamente forte”, capaz de permanecer vigilante na defesa de valores democráticos. Em outras palavras, uma democracia “real” necessitava de estabilidade social, política, econômica e mental, para uma mobilização contínua contra ideologias “antidemocráticas”, perigosas e subversivas, ainda que à custa de outros direitos e liberdades. Democracia seria indissociável do combate ao comunismo (Rodeghero 2002).

Para setores das direitas e extremistas civis e militares do final dos anos 70, haveria riscos de uma ditadura caso o governo militar continuasse se distensionando, pois isso poderia implicar na implantação do comunismo no Brasil. A distensão, ao estabelecer alguns dos princípios de um Estado de direito liberal, acabou franqueando “liberdades abusivas”, das quais os vermelhos estavam se aproveitando para se infiltrar na sociedade e articular planos conspiratórios, visando a derrubar a “democracia” existente e criar a ditadura do proletariado. Portanto, o cerceamento de algumas liberdades e direitos individuais e a violência eram aceitáveis face a necessidade de combater o inimigo comunista e defender a “democracia e a liberdade”.

Embora fuja aos propósitos e reflexões desta pesquisa, entendemos que as representações anticomunistas e as práticas terroristas da extrema-direita durante a flexibilização da ditadura suscitam abordagens em outras perspectivas. Para além das influências do anticomunismo tradicional e dos princípios da DSN e DGR, podem ser pensadas no que vem sendo chamado pela historiografia de *utopia autoritária*, tendo-se em conta uma duração histórica maior. Ou seja, as representações dos grupos extremistas não se restringiam apenas aos processos históricos percebidos nas últimas décadas, nas quais despontaram a “Intentona”/Levante Comunista, a Guerra Fria e a própria ditadura civil-militar, mas deitavam raízes em um pensamento autoritário brasileiro anterior, presente já no século XIX (Teixeira 2012, 157).

Elaborada inicialmente por Maria Celina D’Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro (1994a, 9), a ideia de utopia autoritária expressa a crença, por parte de militares e mesmo civis, em uma pretensa superioridade da caserna, em termos de patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral. Havia visões estereotipadas e preconceituosas sobre o povo brasileiro, tido como “despreparado” (por exemplo, para votar) e manipulável (alvo de políticos corruptos e demagogos, por exemplo). Carlos Fico (2004a, 112) chama a atenção de como a utopia autoritária era um componente aglutinador dos militares, não obstante suas divisões e disputas, atravessando as principais instâncias de repressão e controle da ditadura, apresentando duas dimensões, uma

---

saneadora, de combate ao comunismo e a corrupção, e outra civilizatória, pois caberia às Forças Armadas “educar e suprir” as “deficiências” do povo para o bem da Pátria. Como diz Mauro Eustaquio Costa Teixeira (2012, 203), a rejeição ao perigo vermelho é um dos componentes centrais desta utopia autoritária, que ensejava a necessidade de um governo forte e capaz de eliminar todos os dissensos da sociedade (“corrupção”, agitação social, subversão), tendo em vista o “bem da nação, a prosperidade nacional” e a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental e cristã” (Fico, 2004b, 34).

Tratando da resistência à distensão/abertura da ditadura civil-militar, dizem Maria Celina Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro (1994b, 24) que:

Para aqueles vinculados à área de informação, era de fato um projeto de maior alcance que se impunha atemporalmente e que acreditava que, via controle policial e militar, a sociedade poderia ser moldada de uma forma estática e desideologizada. Para muitos militares, ele teria a função de combater a guerrilha e, numa segunda etapa, fazer um trabalho preventivo de saneamento ideológico. Por isso mesmo, a desmontagem desse sistema se tornará tão demorada e problemática, guardando relação com os objetivos e metas que lhe foram conferidos.

Assim, o anticomunismo, visto e usado como um dos argumentos principais para justificar e provocar intervenções autoritárias no período republicano da história brasileira (Motta, 2002), se inseria em uma tradição maior, em uma duração histórica maior, expressão de uma sociedade excludente em termos sociais e aversa à participação popular. Se os integrantes de grupos como VCC, CCC, Comando Delta, Falange Pátria Nova e os jovens do MAC “cearense”, entre outros, enxergavam a manutenção da ditadura e da liderança das Forças Armadas como imprescindível, se repudiavam o projeto de institucionalização liberalizante defendido pelos militares “moderados”, se enxergavam as mobilizações oposicionistas em prol de uma democratização do País como ações comunistas, estavam, em uma perspectiva temporal mais longa, como outros antes deles, manifestando percepções elitistas e autoritárias na defesa de um Estado forte e capaz de realizar a profilaxia permanente da sociedade contra a “ameaças à ordem social”.

O recurso à ação clandestina e violenta para combater e derrotar uma pretensa “ameaça vermelha”, por parte dos grupos extremistas contrários à flexibilização da ditadura, não estava longe de uma sociedade idealizada autoritariamente, em que a força, o controle, a repressão e o afastamento da população de uma maior participação política eram concebidos como convenientes para a conservação da própria nação.

## Conclusão

Para extremistas de direita, fossem civis ou militares, o projeto de flexibilização, defendido por segmentos “moderados” das Forças Armadas foi percebido como medida que facilitava a infiltração comunista no Brasil, enquanto o conjunto de mobilizações políticas e sociais do final

---

---

dos anos 70 e início dos 80 (Campanhas pela Anistia, retorno dos exilados, diminuição da censura, articulação de estudantes em prol da reabertura de suas entidades representativas, defesa de uma constituinte, condenação da violência e dos casuísmos da ditadura, Diretas Já, etc.) eram sinais dos planos e articulações dos “vermelhos” na conquista do poder. Em outras palavras, as movimentações políticas e sociais do final dos anos 1970 foram percebidas, apropriadas, para usar as ideias de Chartier, como manifestações comunistas e que a possibilidade de flexibilização da ditadura civil-militar implicaria na criação de um governo marxista no Brasil.

As crenças no complô do “perigo vermelho” e na infiltração marxista na sociedade não descartavam, por outro lado, que os extremistas, especificamente os militares ligados a órgãos de informação e segurança, apresentassem interesses corporativistas e pragmáticos, a saber: o temor da perda dos cargos, da influência e do poder político, caso houvesse o desmonte da máquina de repressão com a liberalização/democratização, e o medo de punições pelos crimes e violações de direitos humanos ocorridos durante a ditadura.

A crença acerca do “perigo comunista” levou extremistas de direita, militares e civis, a criar/reativar grupos terroristas, em geral, autônomos e influenciados uns pelos outros. Havia vários CCCs, MACS, etc., que praticaram ações violentas diversas em distintos pontos do território nacional, ataques e ameaças que levaram pânico à sociedade e tornaram ainda mais complexo o processo de distensão/abertura da ditadura. Como buscamos demonstrar, as análises de textos elaborados por esses grupos terroristas evidenciam a presença, reproduzidos ou adaptados, de muitos dos princípios básicos da DSN e DGR, mesclados a elementos de um tradicional anticomunismo, moldado, sobretudo, nos meios militares com a “Intentona”/Levante comunista de 1935.

### Referências bibliográficas

- Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Araújo, Rodrigo Nabuco de. “A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência?” *Revista Esboços*, Florianópolis, UFSC, v 15, n. 20 (2008), 245-273.
- Araújo, Rodrigo Nabuco de “Repensando a guerra revolucionária no Exército brasileiro (1954-1975)”. *Contemporânea, Historia y problemas del siglo XX*, v. 8 (2017), 87-104.
- Argolo, José Amaral. Kátia Ribeiro, e Luiz Alberto M. Fortunato. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1996.
- Baffa, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 1989.
- Barros, José D’Assunção. A História cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, v. 9, n. 1 (2005), 125-141.



- Bierrenbach, Júlio de Sá. *Riocentro: quais os responsáveis pela impunidade?* Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.
- Bonet, Luciano. Anticomunismo. Em: *Dicionário de política*. Noberto Bobbio, Nicola Matteucci e Giafranco Pasquino, 34-35. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- Brasil, Clarissa. “O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas”. Dissertação de Mestrado em História, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- Carvalho, Aloysio Castelo de. “Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985)”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 1 (2005), 115-147.
- Chartier, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. Em: *A História cultural entre práticas e representações*, Roger Chartier Lisboa: DIFEL, 1988, 13-28.
- Chartier, Roger. O mundo como representação. Em *. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*, Roger Chartier. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- Comblin, Joseph. *A ideologia de segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978
- Cordeiro, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- D’Araújo, Celina, Gláucio Ary Soares, e Celso Castro. *1964: visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.
- D’Araújo, Celina, Gláucio Ary Soares, e Celso Castro. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.
- D’Araújo, Celina, Gláucio Ary Soares, e Celso Castro. *A volta aos quartéis: memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Drumará, 1995.
- Deckes, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil 1966/1980*. São Paulo: Ícone Editora, 1985.
- Duarte-Plon, Leneide. *Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- Ferraz, Francisco. *À Sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1948-1955)*. Londrina: Ed. UEL, 1997.
- Fico, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- Fico, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004a.
- Fico, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n 47 (2004), 29-60.
- Fico, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- Gaspari, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- Gaspari, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- Gonçalves, Daniel Accioly. *A influência doutrinária francesa no pensamento do Exército brasileiro (1955-1961)*. Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- Gonçalves, Daniel Accioly. *Castellismo, repressão e combate ao inimigo interno*. Tese de doutoramento em História, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
-

- Grael, Dickson M. *Aventura, corrupção e terrorismo: à sombra da impunidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Joffily, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.
- Kucinski, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- Lima, Danielle Barreto. “O Comando de Caça aos Comunistas (CCC): do estudante ao terrorista (1963-1980)”. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.
- Lopes, Gustavo Esteves. *Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas*. Salvador: Editora Pontocom, 2014.
- Martins Filho, João Roberto. “Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire (1959-1974)”. Em: *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, v. 1, orgs Cecília MacDowell Santos, Edson Teles e Janaina de Almeida Teles, 179-202. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.
- Martins Filho, João Roberto. “A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos 1960”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67 (2008), 39-50.
- Martins Filho, João Roberto. “A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia”. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.28, n 48 (jul-dez 2012), 519-536, .
- Maud, Chirio. *A política nos quartéis: revoltas de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- Medeiros, Rogério, e Marcello Netto. *Memórias de uma guerra suja: Cláudio Guerra em depoimento*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
- Miller, Jennifer. Cold War democracy. The United States and Japan. *Apud* Cordeiro, Janaina. “A marcha da família pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964”. *Revista de História da USP*, São Paulo, n. 180 (2021).
- Montagna, Wilson. “A Doutrina de Segurança Nacional”. *Revista Projeto História*, PUC-SP, v.6 (1986), 29-40.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- Motta, Rodrigo Patto Sá . “O anticomunismo militar”. Em: *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*, João Roberto Martins Filho, org., 9-26. São Carlos: EduFSCar, 2014.
- Motta, Rodrigo Patto Sá . *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- Napolitano, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2018.
- Neves Júnior, José Wilson Assis. “Segurança nacional e anticomunismo no Brasil pré-64: a ideologia de Golbery de Couto e Silva”. Em *Tese*, UFSC, Florianópolis, v. 16, ed. 2 (2019), 46-66.
- Oliveira, Nilo Dias de. “Os Primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: a Escola Superior de Guerra”. *História*, São Paulo, UNESP, v. 29, n. 2 (2010), 135-157.
- Padrós, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay: terror de estado e segurança nacional: Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar*. Tese de doutoramento em História, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
-

Pasqualette, Bernardo Braga. *Me esqueçam – Figueiredo: a biografia de uma presidência*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

Resende, Pâmela de Almeida. *Os vigilantes da ordem: a cooperação Deops/SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

Ribeiro, Marcos Vinicius. “Anticomunismo e Inimigo Interno: uma avaliação da Doutrina de Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da repressão durante as ditaduras do Conesul”. *História Debates e tendência*, Passo Fundo, v. 19, n. 3 (set-dez 2019), 384-401 .

Rodeghero, Carla Simone. “Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964”. Tese de doutoramento em História, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

Silva, Carla Luciana. “Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia”. *Tempos Históricos*, v. 2, ed. 1(2000). Em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6798397>. Acesso a 27/10/2021.

Spohr, Martina. “O orgulho de ser reacionário: anticomunismo e golpe de Estado no Brasil a partir da Doutrina de Guerra Revolucionária francesa (1959-1969)”. XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH/Brasil, São Paulo, 2011.

<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26?start=280>. Acesso a 25/10/2021.

Teixeira, Mauro Eustáquio Costa. “A revanche dos vencedores: história, memória e luta política no Orvil”. Dissertação de Mestrado em História, Mariana, Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

Vasconcelos, Cláudio Beserra de. “A Escola Superior de Guerra e as raízes da repressão política aplicada a militares após o golpe de 1964”. *Antíteses*, Londrina, UEL, v.13, n. 25 (jan-jun 2020), 278-308.

Vitullo, Gabriel E. “Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 17 (2001), p. 11-31.

\*\*\*

Recebido: 19 de novembro de 2021

Aprovado: 07 de fevereiro de 2022

**Debate sobre uma narrativa esquecida: As memórias do Visconde de Araxá sobre a Revolta de 1842**

*Debate about a forgotten narrative: Viscount of Araxá's memoirs on the 1842 Revolt*

*Debate sobre una narrativa olvidada: Las memorias de Visconde de Araxá sobre la revuelta de 1842*

*Alex Lombello Amaral\**

<https://orcid.org/0000-0001-9100-4848>

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar ao público um documento pouco estudado, em que um veterano da Revolta de 1842, Domiciano Leite Ribeiro, Visconde de Araxá, conta alguns episódios da mesma. Trata-se de uma narrativa bem escrita e até divertida, com casos ambientados em Aiuruoca, Baependi e São João Del Rei. Após informações básicas sobre o autor e sobre a Revolta de 1842, foi feito um debate sobre a luta pela memória da revolta, assim como contextualizados e comentados os episódios rememorados por Domiciano, e no final foi anexado o documento.

Palavras-chave: Brasil Império. Memória histórica. Revolta de 1842.

ABSTRACT: The purpose of this article is to present a little-known document to the public, in which a veteran of the Revolt of 1842, Domiciano Leite Ribeiro, Viscount of Araxá, tell some episodes of it, a well-written and even fun narrative, with cases set in Aiuruoca, Baependi and São João Del Rei. After basic information about the author and about the 1842 Revolt, the fight for the memory of the revolt was discussed, the episodes remembered by Domiciano were contextualized and commented, and in the end the document, very little known, was attached.

Keywords: Brazil Empire. Historical memory. 1842 Revolt.

---

\* Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, com a tese *Entre Armas e Impressos: A Revolta de 1842 em Minas Gerais*. Como se pode notar em seus artigos, dissertação de mestrado e monografia, estuda a história social da política, com destaque para a história da imprensa. E-mail: lombelloamaral@yahoo.com.br

RESUMEN: El propósito de este artículo es presentar al público un documento poco conocido, en el que un veterano de la Revuelta de 1842, Domiciano Leite Ribeiro, Visconde de Araxá, relata algunos episodios del mismo. Es una narrativa bien escrita y hasta divertida, con casos ambientados en Aiuruoca, Baependi y São João Del Rei. Luego de información básica sobre el autor y sobre la Revuelta de 1842, se discutió la lucha por la memoria de la revuelta, se contextualizaron e comentaron los episodios recordados por Domiciano, y al final se adjuntó el documento, muy poco conocido.

Palabras clave: Brazil Imperio. Memoria histórica. Revuelta de 1842.

### Como citar este artigo:

Amaral, Alex Lombello. “Debate sobre uma narrativa esquecida: As memórias do Visconde de Araxá sobre a Revolta de 1842”. *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 376-393.

\*\*\*

As memórias do Visconde de Araxá sobre a Revolta de 1842 não têm sido utilizadas nos diferentes trabalhos que tratam da mesma, quase esquecidas que foram. Não se trata de uma história da revolta, nem mesmo de memórias completas da participação do autor. São somente alguns episódios narrados com muita maestria, que teriam acontecido em Aiuruoca, Baependi e São João Del Rei, na província de Minas Gerais.

Domiciano Leite Ribeiro, elevado a Visconde de Araxá em 1872, nasceu em 1812, em São João Del Rei, filho do padre João Ferreira Leite Ribeiro, e faleceu em 1881, em Vassouras, Rio de Janeiro, de febre amarela. Em São João Del Rei Domiciano foi aluno da aula de latim do Pe. Mestre Manoel da Paixão e Paiva, a respeito do qual também escreveu. Depois, por seis anos viveu em São Paulo, onde se formou em Direito no ano de 1833. Voltou para São João Del Rei e libertou o escravo que fora seu pajem durante os estudos. Assim começava sua carreira política, com 23 anos. Foi Vereador, Deputado Provincial e Geral, Ministro, Presidente de São Paulo e do Rio de Janeiro, membro do Conselho de Estado e do Conselho do Imperador (Blake 1893, 186-187). É patrono da Cadeira número 1 da Academia Mineira de Letras. Foi membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento e da Sociedade Empresária do Teatro, ambas de São João Del Rei. Seu neto disse que era “*um retraído, um modesto, um simples*” (Cintra 1994, 82). É nome de rua em São João Del Rei (Visconde de Araxá, antiga Rua do Fogo) e em São Paulo (rua Domiciano Leite Ribeiro).

Foi um dos vereadores de São João Del Rei suspensos e processados em 1842 por emitirem uma representação contra as leis da reforma do Código do Processo e a que recriava o Conselho de Estado. Participou como um dos líderes locais da Revolta de 1842, tendo exercido o posto de

---

Juiz de Direito interino de São João Del Rei por indicação do presidente rebelde. Foi ativo durante a revolta, a ponto de ir a Lavras buscar dinheiro, pólvora, chumbo e combatentes (Nogueira 1979, 240, 245). Não chegou a ser processado, o que é visto por Marinho como uma das provas da corrupção dos legalistas responsáveis (Marinho [1844] 1978, 287-288).

Não muito tempo depois da revolta, mudou-se para Vassouras, no Rio de Janeiro. Em 1854 escreveu o *Manifesto Vassourense*, publicado no ano seguinte, unificando lideranças de diferentes credos políticos contra uma proposta de reforma judiciária que reduzia a influência das elites locais sobre o Júri. A reforma não foi feita. Merece destaque que esse assunto, o Júri, fora uma das questões importantes para os rebeldes de 1842, pois foi um dos pontos da Reforma do Código do Processo.

Escreveu ao longo da vida em diversos jornais de diferentes províncias. Em Minas Gerais, por exemplo, publicou no *Astro de Minas*, no *Americano* e no *Despertador Mineiro*. O documento aqui analisado foi publicado no *O Município*, periódico de Vassouras, Rio de Janeiro, no dia 5 de janeiro de 1878. Essa folha, que já estava em seu ano IV, considerava-se um “*periódico imparcial*” e seria “*propriedade de uma empresa*”, a “*Tip. Empresa do Município*”. Era uma publicação com folhetins, notícias locais, nacionais e internacionais de destaque, publicações a pedido, muitos anúncios, e quase nenhuma política abertamente partidária (O Município 6/1/1878).

Em vida publicou o livro *Trovas de um Quindan* (1862). Depois de morto, seus escritos foram compilados de diversos jornais por Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, Barão de São João Nepomuceno<sup>1</sup>, e reunidos em *Reminiscências e Fantasias*, cujo segundo volume foi publicado em 1884, onde foi republicada a memória aqui estudada (Araxá 1884, 73-82). Outra coletânea, *Histórias de Minha Terra*, foi prometido pelo Barão de São João Nepomuceno na introdução do segundo volume de *Reminiscências e Fantasias*. Esses livros sempre foram raros, porque foram produzidos em pequenas tiragens, objetos de luxo. O que foi aqui utilizado tem bordas folheadas a ouro, o que certamente elevava seu preço, e está sob a guarda da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de São João Del Rei, que já o digitalizou. Tem inúmeros capítulos de interesse historiográfico como o que trata de uma das viagens de D. Pedro I a Minas Gerais, ou o que trata do curso de Direito de São Paulo, ou da aula de primeiras letras de São João Del Rei.

---

<sup>1</sup> Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, nasceu em Barbacena em 1807. Participou da Revolta de 1842, tendo sido preso ao final da batalha de Santa Luzia, e foi inocentado no seu julgamento. Foi Deputado, Juiz, Desembargador, Presidente de Minas Gerais entre 1864 e 1865, e em 1881 recebeu o título de barão. Cafecultor, também foi o sócio principal da Companhia de Ferro União Mineira. Curiosamente, quando foi publicado o volume de que aqui se trata, esse barão também já tinha falecido, em 1883.

---



---

Como já se disse, Domiciano foi um dos líderes da Revolta de 1842. Essa revolta “*começou a ser discutida, em janeiro de 1842, e planejada no interior da sociedade secreta Patriarcas Invisíveis*” (Barata 2011, 2). Os Invisíveis foram citados já em 1835 pelo *O Universal* (23/1/1835), que negou sua existência, e em 1839 pela folha Regressista de Barbacena, *Parahybuna* (10/12/1839). Os Invisíveis aparecem novamente nos processos referentes à Revolta de 1842.

Embora planejada para diversas províncias, essa revolta aconteceu nas províncias de São Paulo e Minas Gerais entre os meses de maio e agosto de 1842. Os rebeldes lutavam contra a lei da reforma do Código do Processo e contra a lei que recriava o Conselho de Estado, contra o governo que as criara, e também pela anulação da dissolução da Câmara dos Deputados que tomaria posse em 1842, e não chegou a abrir suas seções. Entendiam que estavam lutando pelas liberdades políticas e até pessoais, que estariam ameaçadas por essas duas leis. Em Minas Gerais a revolta explodiu em Barbacena dia 10 de junho de 1842, e se espalhou por quase toda a região sul da província. Segundo o Visconde de Araxá a cidade mais importante da região era São João Del Rei, que aderiu à revolta dia 17 de junho. Depois de várias batalhas não muito sangrentas, a revolta foi derrotada na batalha de Santa Luzia, dia 20 de agosto de 1842 (Hörner 2010; Amaral, 2019).

Embora o texto tenha como título “*Um episódio de 1842*”, a verdade é que Araxá tratou de diferentes episódios. O primeiro caso narrado por Domiciano é sobre o conflito entre Aiuruoca e Baependi. Os demais teriam se passado em São João Del Rei. Infelizmente Araxá não informa nenhuma data, nem relaciona os episódios aos outros acontecimentos da revolta, o que dificulta contextualizá-los e compará-los com outras narrativas.

É importante ressaltar que são memórias, e a memória é um campo de luta. Um dos aspectos dessa luta é a seleção do que se lembra, ou dito de outra maneira, “*a memória revela-se como uma organização do esquecimento*”. Mais do que isso, há “*o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo*” (...) “*A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva*”. “*Ver uma coisa é não ver outra. Narrar um drama é esquecer outro*” (Ricoeur 2007, 457, 455, 459). A seleção feita por Araxá é bem peculiar, sobretudo em comparação com a de José Antônio Marinho.

O principal memorialista da Revolta de 1842 foi o Cônego José Antônio Marinho, que publicou sua obra em 1844. Mas um ano antes foi publicada uma coletânea de documentos da Revolta, que também tem sido fonte básica para diferentes historiadores. A obra de Marinho, em 1844, foi publicada com o nome de *História do Movimento Político, que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais*, e posteriormente como *História da Revolução de 1842*, ainda em vida do autor, e vem sendo republicada inúmeras vezes com um ou outro título. A coletânea de 1843 é chamada

---

de *História da Revolução em Minas Gerais em 1842*, e sua organização é atribuída a Bernardo Xavier Pinto de Sousa. Além dessas fontes, de algumas décadas para cá os historiadores contam com os *Autos dos Inquéritos da Revolução de 1842*, publicados sob a direção de Octaviano Nogueira, e que infelizmente se limitam aos inquéritos da comarca de Campanha. Também têm sido estudadas as folhas periódicas do Brasil Império, onde a então chamada “Revolução de 1842” era constantemente citada.

A obra de Marinho e a coletânea atribuída a Bernardo Xavier são evidências da luta pela memória da Revolta de 1842, que se iniciou ainda antes da anistia, que aconteceu em 1844, e se estendeu, na imprensa mineira, até o desaparecimento dos partidos monárquicos em 1889. Havia “a preocupação tanto dos insurgentes quanto daqueles que lutaram em nome do governo imperial em dotar esse evento de uma carga simbólica a demarcar as identidades políticas em disputa” (Barata 2011, 6). Era uma obsessão dos dois lados, e como disse Paul Ricoeur sobre as memórias, “*A obsessão é seletiva*” (2007, 458).

Para Ilmar, como se sabe, “*O triunfo conservador iria impor a unificação das diversas denominações dos liberais, a partir da referência de uma derrota*”, e “*A derrota de 1842 anunciava uma subordinação*” (Mattos 1987, 105, 237). No mesmo sentido Hörner lembra que “*até mesmo as lideranças mais engajadas realizaram mea-culpa ou relativizaram o confronto armado*” (Hörner 2010, 13).

Estudando a imprensa periódica Amaral (2019) descobriu grande quantidade de exemplos em que a memória da Revolta de 1842 é evocada pelos diferentes lados políticos. Observemos os mais próximos da época em que foi publicado o documento aqui analisado.

No mesmo dia em que Domiciano publicou n’*O Município*, de Vassouras, seu artigo que aqui analisamos, a folha do Partido Conservador de São João Del Rei, *O Arauto de Minas*, em debate contra seus adversários Liberais, rememorou a Revolta de 1842:

Bem, e quem nos responderá pelos vossos crimes de 1842? (...) Enquanto para armarem contra o governo as classes menos ilustradas da sociedade propalavam que ele queria escravizar os homens de cor (...) Açulando os instintos ferozes da multidão deixavam-na correr a rédea solta pela estrada dos desatinos. Turba de cacetistas percorriam as ruas insultando com chufas as mais abjetas os cidadãos amigos da ordem. No meio de infernal alarido de gritos de morras, de pedidos de cabeças, quebravam as vidraças e caixilhos das casas dos seus contrários, davam tiros nas portas e janelas, levaram o terror e o susto no interior das famílias (...) Para excitar o ódio do pobre contra o rico, asseveraram em alto e bom som que o triunfo do revolta saldaria as contas com a praça do Rio, e de então em diante não se pagariam mais juros. (...) Mas não há mal de que não resulte um bem mais ou menos remoto. Os canibais fizeram a esta cidade durante o seu reinado de barbaria conhecer a diferença que vai de um governo legítimo e regular ao império da multidão. (...) Aqueles que mais bradaram contra a lei das reformas por haver ampliado o direito das buscas, exerceram esse direito de uma maneira assombrosa. Recrutaram a laço os mesmos que vociferavam contra o recrutamento, e as correntes, as algemas, os anginghos (Um legalista de S. José sofreu este suplício, porque disseram aos canibais que ele andava seduzindo guardas.) foram armados em instrumentos do poder pelo partido que inscrevia nos seus estandartes – Constituição e Liberdade.

E ainda isto não é tudo. A ferocidade dos Vândalos chegou a ponto de dar ordens de prisão recomendando o assassinio daqueles a quem elas se dirigiam, e dois ministros do altar não se

envergonharam de mandar engatilhar as armas contra presos inermes, contra os infelizes oficiais que arrastados pelos miseráveis por essas estradas sorveram até a última gota o cálice de amargura. (...) No segundo ou terceiro dia do reinado da constituição de Cacaes, os facciosos desobedeciam as suas autoridades, já bradavam contra elas porque não mandaram decepar incontinentemente as cabeças dos mais distintos legalistas (...)

Se acoçada de longe pelas forças imperiais em razão da ocupação da Serra Negra e Rio do Peixe os rebeldes não se vissem obrigados a evacuar esta cidade, esses próprios que os facciosos tinham amotinado e chamado para as praças públicas teriam sido vítimas da sua desobediência às leis. (Amaral 2019, 63-65).

Mas a visão dos Liberais era outra. O *Diário de Minas*, de Ouro Preto, publicou em 3 de julho de 1866: “*Este povo, desgraçado como o Polaco, enganado como o Húngaro, perseguido como o italiano, ainda tem vida e fogo; ainda não perdeu a flama da liberdade, do progresso e da civilização, prova me seja a revolução de quarenta e dois*” (Claudino 2011, 128).

Três anos depois de publicado o documento aqui estudado, a folha do Partido Conservador de São João Del Rei, *O Arauto de Minas*, ao denunciar que José Antonio Rodrigues, autor de alguns livros e vários periódicos, e dono de uma tipografia, ainda tinha “*o instinto atrabiliário do rebelde de 1842*” acrescentou que ser veterano de 1842 “*muito o recomenda no pensar do Sr. Galdino [Emiliano das Neves]*”, que era o chefe Liberal da cidade (Amaral 2019, 268).

Quase oito anos depois do artigo de Domiciano ser publicado, o periódico *S. João D’El Rei*, do Partido Liberal, falava da “*hombridade dos revolucionários de 1842*” (Amaral 2019, 103).

Nota-se por estes exemplos que a memória da Revolta de 1842 era assunto vivo e muito polêmico em 1878, quando Domiciano publicou no *Municipal* o seu artigo de sobre ela.

É indispensável observar também a conjuntura de 1878, quando o texto foi publicado. Um dia antes da publicação das memórias, o lado político do Barão de Araxá voltou ao governo, com a indicação de João Lins Vieira Cansação de Sinimbu como presidente do Conselho de Ministros, substituindo o gabinete do Duque de Caxias, depois de dez anos de governos do Partido Conservador. Araxá já saberia que isso aconteceria quando escreveu as memórias? Uma mudança não só de gabinete, mas de lado político, nesse caso caindo o Partido Conservador, e entrando o Partido Liberal, era sempre marcada por forte tensão política. Cabia ao lado beneficiado tomar atitudes conciliatórias. A atitude de Domiciano nesse sentido é nítida no mesmo jornal, onde dias antes ele publicara um convite para a missa pela alma do Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, ex-presidente do Conselho de Ministros até 1868, e depois da missa publicara que “*a ela assistiram as pessoas mais gradas desta cidade, e de ambos os credos políticos*” (O Município 6/1/1878; grifo nosso). A escolha dos temas e o tom jocoso podem ter a finalidade de melhorar as relações entre os partidos que se referenciavam muito naquela revolta. O assunto era tenso, um cabo de guerra entre os partidos, e transformá-lo em anedota podia esfriar os ânimos.

---

Sobre o primeiro episódio narrado por Araxá, uma batalha de três dias entre rebeldes de Aiuruoca e legalistas de Baependi, seguida de um acordo, nem Marinho, nem a coletânea de documentos de 1843 registram coisa alguma.

Só o que o Cônego Marinho informa sobre Aiuruoca é que aderiu logo no início à revolta, dia 15 de junho, depois de ocupada por tropas de um de seus distritos, Turvo, hoje Andrelândia. Sobre as ativas tropas de Turvo Marinho trata mais vezes, mas em cenários distantes de Aiuruoca. Por exemplo, marcharam até São João Del Rei, de onde acabaram enviadas de volta (Marinho [1844] 1978, 87, 99). Também se sabe que os legalistas de Aiuruoca se refugiaram em uma elevação chamada Picú (Itamonte), junto aos legalistas de Baependi.

Sobre Baependi o Cônego Marinho disse mais, e narrou outro acordo entre rebeldes e legalistas, não só diferente em seus termos, mas sem citar Aiuruoca, e sem partes cômicas. A narrativa de Marinho está de acordo com a coletânea de documentos publicada em 1843 pelos legalistas. Em Baependi a legalidade tinha grande apoio, e dominava “*uma das mais frequentadas estradas que comunicam a de Minas com a Província do Rio de Janeiro e com a de S. Paulo*” (Marinho [1844] 1978, 99).

Os rebeldes teriam conquistado Baependi no dia 25 de junho. Um acordo entre legalistas e rebeldes, favorável a esses últimos, teria sido assinado no dia 2 de julho. Dia 15 de julho forças legalistas teriam reconquistado Baependi, e dia 16 os legalistas que tinham se retirado da cidade teriam começado a retornar de Picú e Pouso Alto. Isso em Marinho e em Bernardo Xavier.

Na narrativa de Araxá os rebeldes de Aiuruoca teriam encontrado os legalistas de Baependi acampados em uma elevação. Ou seja, os baependianos do caso narrado estavam fora de Baependi. Podiam ser baependianos que já estavam fora da cidade por escolherem uma posição militarmente mais estratégica, ou o episódio narrado por Domiciano pode ter acontecido no período em que Baependi estava ocupada.

Ao tratar desse episódio o Visconde diz que:

Nessa contenda ardente os adversários pouco se importavam do que se passava pelo resto da província. Para eles o grande interesse, o interesse vital era saber qual das duas vilas levaria a outra de vencida, ditando-lhe a lei. Os mais extremados só se contentavam em não deixar pedra sobre pedra em sua odiosa rival (ARAXÁ, 1884, 74).

Esta foi uma característica de 1842 e se confirma pelos acontecimentos de outras regiões, e Marinho comenta que “*cada um julgava ter tudo feito, quando essa manifestação tinha lugar em seu respectivo Município*” (Marinho [1844] 1978, 140).

Também tratando desse primeiro caso Domiciano informa que:

---

A vila de Aiuruoca era toda liberal, ou chimanga, e os poucos divergentes não se animavam a externar sua opinião, salvo em algum círculo muito limitado de amigos. A vila de Baependi, pelo contrário, era toda conservadora, ou cascuda, e o número dos divergentes quase nulo (ARAXÁ, 1884, 74).

Essa também era uma característica que não se restringia a Aiuruoca e Baependi. As localidades quase sempre tinham maioria bem conhecida de algum partido. Outros municípios reconhecidos como legalistas eram Campanha, Tamanduá, Caeté e Sabará. Claro que aconteciam surpresas – por exemplo, Oliveira era conhecida como do partido que foi legalista em 1842, mas aderiu à revolta. Dentro de cada município as localidades também se dividiam entre diferentes partidos. Por exemplo, dentro de São José o bastião Liberal<sup>2</sup> era Prados, que marchou sobre o sede da Vila, que era legalista. Outro exemplo - em Sabará havia Santa Luzia como fortaleza Liberal, e os rebeldes dessa última localidade participaram das duas tomadas de Sabará (Amaral 2019, 119, 120, 122, 125, 183, 189, 205).

Domiciano também conta que durante a revolta em Aiuruoca: *“Todas as espingardas de caça e pistolas do termo afluíram ao centro, e foram distribuídas pelos bravos” e que “os que não tinham espingardas, nem pistolas, armaram-se de espetos e azagaias, e não eram por certo os mais mal armados.”* E por isso *“Rompeu logo um fogo nutrido até o anoitecer; mas como as melhores espingardas mal chegavam até meia distancia, não houve morte a lamentar-se”*.

É outro retrato da Revolta de 1842. As armas eram bem primitivas, inapropriadas para uma guerra, e como só a última batalha talvez tenha tido algum embate com armas brancas, as mortes foram poucas. Grande foi a quantidade dessas batalhas sem mortos, às vezes demoradas. Também foi curto o tempo de duração da Revolta, insuficiente para desenvolverem-se as doenças que na época matavam muito mais soldados que as batalhas (Amaral 2019, 241, 242).

Se o Visconde de Araxá não se enganou, uma batalha de três dias tem sido esquecida nas narrativas da Revolta de 1842. Muita coisa sobre a Revolta de 1842 não aparece nem na coletânea de documentos de 1842, nem na obra de Marinho, e em decorrência não aparece nas narrativas posteriores. É o caso do episódio do Mutuca, do qual só se sabe porque aparece em um processo. Dia 18 de julho entre 50 a 80 homens armados se reuniram em uma fazenda das redondezas e marcharam sobre o arraial do Mutuca, onde dominaram por um ou dois dias, prendendo e ameaçando as autoridades legais (Nogueira 1979, 135-139, 141-142). Novas pesquisas podem revelar outros rastros esquecidos (Ricoeur 2007).

Dos episódios de São João Del Rei o mais importante parece ser outra visão do que Marinho retratou como a Revolta da Guarda Nacional de São João del-Rei. Para Marinho *“Um*

---

<sup>2</sup> O uso de Liberal, com letra maiúscula, indica somente o pertencimento ao então chamado Partido Liberal.

---

*piquete de observação trouxe a notícia de que do lado do Elvas se aproximavam forças...*” (Marinho [1844] 1978, 94). Para Domiciano foi “*um rapaz audacioso*” que foi espionar os rebeldes. Para Marinho:

O Tenente Coronel comandante da Guarda Nacional, que tantos insultos havia prodigalizado nos dias anteriores aos seus subordinados, perguntava-lhes agora com voz suplicante, se o não queriam para seu comandante? Gritos de “fora” foi a única resposta a tanta covardia. Foi pelo Chefe de legião ordenado ao Tenente Ruas, instrutor, mandado, havia pouco, pelo Presidente Veiga, que tomasse o comando do batalhão; teve, porém, o mesmo recebimento. Apresenta-se finalmente o Major Francisco José de Alvarenga, e foi ele acolhido pela Guarda Nacional com aclamações e vivas. Atreveu-se então um Guarda Nacional a soltar um viva o Presidente interino, e tanto bastou para que os oligarcas, lançando ao chão as armas, se arremessassem uns aos pés, outros aos pescoços dos homens da oposição... (...) Cada um dos mais notáveis dentre estes conduziu à casa alguns dos oligarcas que mais se haviam comprometido com a população (Marinho [1844] 1978, 94).

A narrativa do *Despertador Mineiro* é um pouco diferente tanto da versão de Marinho quanto da versão de Domiciano de 40 anos depois, e deve-se saber que Domiciano era tido como um dos redatores do *Despertador Mineiro*:

À tarde tocam a novo rebate, e então porque um dos chefes de Pedestres declarou, que tinha ordens de resistir e fazer fogo, cai a Reserva sobre eles, e logo foi acompanhada da ativa, que todas juntas começaram a enxotar os Pedestres, e ao mesmo tempo a dar vivas ao novo Presidente (Despertador Mineiro 25/7/1842).

Existe ainda o acréscimo d’*A Ordem* de que o levante teria sido feito com “*vozerias de – morras. – e gritos de – fora*” (A Ordem 19/10/1842), que não se encontram nas demais versões. E como se verá abaixo a versão de Domiciano publicada em 1884 é diferente dessas três. Cada uma das três versões tinha um objetivo diferente, como se discute adiante.

Também sobre São João Del Rei, Araxá cita o “desembargador G.” e o “Dr. A.” Quem seriam?

O “desembargador G.” era muito possivelmente Gabriel Mendes dos Santos (1795-1873), natural de São João Del Rei. Filólogo e juriconsulto, foi Juiz de Fora de Santos, Intendente interino dos Diamantes em 1830, Juiz de Direito, Desembargador, Ouvidor em São João Del Rei de 1830 a 1832, Deputado Geral e Senador. Presidiu a Câmara dos Deputados quando foi aprovada a Lei Euzébio de Queiroz, na legislatura 1850-1852. Foi Provedor da Santa Casa de Misericórdia, e também foi da mesa da Ordem Terceira do Carmo, ambas de São João Del Rei. Escreveu para *A Ordem*. Assinou dois exemplares dos *Apontamentos*, de José Antonio Rodrigues, em 1856 (Viegas 1953, 163). As informações sobre figura tão proeminente são relativamente escassas, de forma que o que nos fornece o Visconde de Araxá é uma preciosidade.

Quem era o “doutor A”, respeitado pelos rebeldes? Essa já é uma questão mais difícil, porque existiam muito mais doutores que desembargadores.



---

A letra “A” logo lembra Francisco José de Alvarenga que foi considerado por Marinho como “*um dos melhores oficiais que tinham os insurgentes*”. Era Alferes reformado. Em 1831 era membro da diretoria da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência do Brasil, de São João Del Rei. Foi vereador eleito em 1836 (Marinho [1844] 1978, 99, 146). Em 1859 foi um dos assinantes dos *Apontamentos* do também veterano rebelde de 1842, capitão (durante a revolta) José Antonio Rodrigues, dono de tipografia, redator de vários periódicos e autor de alguns livros, e que ao contrário de Alvarenga, foi processado pela revolta (Rodrigues 1859). Parece ter falecido em 1870 ou pouco antes. Porém, Alvarenga não era doutor.

Havia o Dr. Francisco de Assis e Almeida, advogado, vereador de São João Del Rei, que se envolveu na revolta, e depois da mesma se mudou para Vassouras, onde acabou ficando, e onde também acabou se estabelecendo o Visconde de Araxá. O Dr. Assis pode muito bem ter sido uma fonte sobre o episódio em que ele mesmo teria sido citado como “Dr. A.”. Assim como Araxá, o Dr. Assis se envolveu ativamente na vida pública de Vassouras. Era irmão do em 1842 já falecido Baptista Caetano d’Almeida (criador da primeira biblioteca pública de Minas Gerais, jornalista, chefe Liberal, Vereador, Deputado Provincial e Geral).

O Visconde de Araxá não foi o primeiro a dizer que o Cônego Marinho “*não podia expor com imparcialidade fatos em que tomou parte conspícua*”. Curioso, contudo, como se verá, é que os fatos narrados por Domiciano não contrariam a parcialidade de Marinho, pois nem desabonam os Liberais que são heróis do livro de Marinho, e nos casos de São João del-Rei são bem desmoralizantes para os legalistas. Então por que Marinho os omitiu? Sem pretensões de adivinhar, mas os fatos recordados por Domiciano, pelo caráter irreverente, não cabiam na obra de Marinho, heróica e até trágica. Não tinham função para seus objetivos.

A única ausência notável no livro de Marinho é a da batalha entre rebeldes de Aiuruoca e legalistas de Baependi. Os episódios com o Tenente Coronel da Guarda Nacional, com o major de linha e com o “desembargador G.” não tinham relevância suficiente para entrar em uma história séria da revolta. Além disso, geraria antipatias, porque ao contrário de 1878, quando Araxá escreveu suas memórias da revolta, quase todas as pessoas envolvidas ainda estavam vivas em 1844.

Já as diferenças entre as narrativas do levante da Guarda Nacional de São João Del Rei são esperadas em lembranças. São quatro diferentes observadores, portanto são quatro versões, mesmo que Domiciano conte duas vezes, como redator do *Despertador* e como redator das memórias abaixo. Além de percepções diferentes, os interesses dos narradores são diferentes.

Recapitulando, a versão mais guerreira do levante da Guarda Nacional de São João Del Rei é a do *Despertador Mineiro*. Nela não têm lugar as notícias que afugentaram os legalistas. Um

---

“pedestre”, ou seja, um soldado pago pelo governo provincial, teria, pelo contrário, afirmado que tinha ordens de combater. Então a reserva, em grande parte oposicionistas, uma vez que os governistas estariam naturalmente na ativa e com postos de comando, teria iniciado o levante, acompanhada pela massa dos guardas nacionais. Essa versão está em consonância com a versão d’*A Ordem*, embora vista de outro ponto de vista. Pois para *A Ordem* também teria sido uma insurgência, uma desordem. O objetivo do *Despertador* era animar seus partidários para continuarem a rebelião, e o objetivo d’*A Ordem* era condenar os rebeldes.

Marinho não estava em São João Del Rei, porque estava com os rebeldes que marchavam a partir de Barbacena, então sua versão é a versão dos Liberais com quem se informou, uma versão semi-oficial. Nessa narrativa o episódio não tem nenhum caráter cômico. É somente heróico e trágico. Era importante mostrar os Liberais como heróis, mas ao mesmo tempo como corretos diante da lei. Um contorcionismo! As notícias que afugentaram os legalistas aparecem com menor destaque, sem seu conteúdo, portanto sem exageros, e por parte de uma fonte que seria mais confiável, um piquete, ou seja, várias pessoas a cavalo, e não um só gaiato, que poderia até ser rebelde, como na versão de Domiciano. Com as notícias os legalistas teriam caído em desespero, mas ainda sobra lugar para a ação heróica Liberal. Ao invés de uma revolta violenta, em que os rebeldes “caem encima” dos legalistas, o que acontece é um processo que hoje chamaríamos de democrático – o comandante legalista coloca seu comando à disposição da tropa, que o renega. A tropa também não aceita seu substituto, e por fim praticamente aclama Francisco José de Alvarenga como comandante. Tem levante, tem heroísmo, mas também tem certo verniz de legalidade. Há gritos de “fora” e um grito decisivo, mas não é um “morra” como na versão d’*A Ordem*, e sim um “viva”. O objetivo era glorificar e defender os rebeldes.

A versão do Visconde de Araxá é a menos guerreira. Não tem gritos de “vivas” nem de “morras”, não tem heroísmo, e na verdade não tem nem rebeldes, incluindo o próprio autor, que não diz uma linha sobre a sua própria participação. Trata-se, ao menos oficialmente, de um rebelde arrependido. Quer mostrar a revolta com cores divertidas, sem mortes, na qual até as feridas teriam sido cômicas. O objetivo parece ter sido conciliador.

Ao historiador não cabe escolher versões, e muito menos descartá-las. Elas são rastros da história, pois são ações de seus autores, pistas da época em que foram escritas. São evidências da disputa entre as elites do Brasil Império pela construção da memória histórica. E em alguns casos é possível se deliciar com elas:

## Anexo

### Um episódio de 1842

Não levo em vistas historiar o movimento, rebelião, revolução, ou como melhor nome haja, que se deu nas importantes províncias de S. Paulo e Minas, e tantas desgraças acarretou sobre elas, especialmente sobre esta última, povoada de homens laboriosos e pacíficos.

O cônego Marinho narra em um livro os acontecimentos de 1842; mas seja dito sem ofensa à sua memória, este padre, inteligência rara, um dos melhores corações que tenho conhecido, não podia expor com imparcialidade fatos em que tomou parte conspícua.

Esta tarefa deve ficar reservada aos posterios, ou aos contemporâneos alheios à luta, ou que muitos anos depois, acalmadas as paixões, conseguem encarar os fatos com olhos desprevenidos.

Meu fim é unicamente narrar a tremenda luta que se deu entre a muito nobre e heróica vila de Aiuruoca e a muito nobre e leal vila de Baependi, distantes uma da outra cerca de cinquenta léguas, e, como vizinhas, rivais inconciliáveis, e professando ideias inteiramente opostas.

A vila de Aiuruoca era toda liberal, ou chimanga, e os poucos divergentes não se animavam a externar sua opinião, salvo em algum círculo muito limitado de amigos. A vila de Baependi, pelo contrário, era toda conservadora, ou cascuda, e o número dos divergentes quase nulo.

Nessa contenda ardente os adversários pouco se importavam do que se passava pelo resto da província. Para eles o grande interesse, o interesse vital era saber qual das duas vilas levaria a outra de vencida, ditando-lhe a lei. Os mais extremados só se contentavam em não deixar pedra sobre pedra em sua odiosa rival.

Depois de muitas hesitações os valentes de Aiuruoca resolveram marchar sobre Baependi. Todas as espingardas de caça e pistolas do termo afluíram ao centro, e foram distribuídas pelos bravos; e os que não tinham espingardas, nem pistolas, armaram-se de espetos e azagaias, e não eram por certo os mais mal armados.

E marcharam ardendo em entusiasmo; mas a meio caminho, chegando ao alto de um monte, avistaram os inimigos acampados e entrincheirados no alto do outro monte.

Rompeu logo um fogo nutrido até o anoitecer; mas como as melhores espingardas mal chegavam até meia distancia, não houve morte a lamentar-se.

Durou o fogo três dias, suspendendo-se à noite, em que de parte a parte se acendiam grandes fogueiras com o fim de evitar surpresas.

Ao cabo dos três dias os de Aiuruoca suspenderam a fuzilada por falta de pólvora; e como os de Baependi fizessem o mesmo, ficaram aqueles entendendo, que a estes também faltava munição.

Por conselho dos mais ousados resolveram os de Aiuruoca marchar sobre o inimigo, e decidir a questão a ferro frio; mas ao chegarem à baixada estes, que mais cautelosos tinham reservado alguma munição, fizeram uma descarga geral, e tão mortífera, que poucos restaram de pé.

Grandes vivas soaram por aquelas quebradas, e a música dos vencedores tocou o hino nacional.

O tenente coronel Juca, pertencente à força invasora, homem baixo e roliço, querendo aproveitar as vantagens da sua rotundidade, ao ouvir o toque de fogo inimigo, deitou-se e foi se deixando rolar até o fundo da planície, evitando desta arte tornar-se alvo de alguma espingarda mal intencionada.

O Juca tinha entre os adversários um irmão com o mesmo posto, o tenente coronel Manduca, e não obstante serem inimigos políticos, amavam-se estremecidamente.

É um dos horrores das lutas intestinas ver o irmão armado contra o irmão, o pai contra o filho, o filho contra o pai, e o amigo contra o amigo.

O Manduca pediu licença ao comandante, e lá foi de bandeira branca a ver se achava o irmão entre os mortos e feridos.

- Meu irmão, gritou ele, parando a certa distancia, está vivo, ou morto?

E repetiu os gritos por três vezes.

Ao primeiro brado o Juca abriu um olho, ao segundo abriu o outro; ao terceiro levantou um pouco a cabeça, e fez sinal negativo com o dedo.

Mas a este tempo os soldados vitoriosos, impacientes e animados por aquele silêncio, foram se chegando.

- Traição! Gritaram os mortos, erguendo-se de repente e correndo para o seu acampamento.

- Traição! Responderam os legalistas, fazendo o mesmo movimento retrogrado.

Dentro em poucos minutos cada uma das forças tinha voltado à sua antiga posição.

Após um combate tão encarniçado, em que ficou salva a honra de cada um dos partidos, os sábios do acampamento Baependi propuseram, e os outros concordaram em enviar ao acampamento inimigo uma comissão de cinco membros afim de pedir armistício.

---

E de fato para lá se dirigiram cinco homens respeitáveis já por sua idade, já por sua posição, precedidos pela bandeira branca.

Foram recebidos com todas as honras do estilo, e logo concordaram os de Aiuruoca em nomear outra comissão de igual número de membros, escolhidos dentre os mais conceituados.

Começaram logo as conferências, e após duas ou três horas de cordial discussão foram lançados e assinados pelos plenipotenciários de ambas as partes, os seguintes artigos:

Art. 1º – Fica desde já concordado e assentado um armistício, ou suspensão de armas, que durará até a celebração final da paz.

Art. 2º - Cada um poderá voltar livremente para sua casa, cuidar nas suas ocupações, e transitar por toda a parte, sem que seja inquietado por suas opiniões.

Art. 3º - Os mortos de ambos os partidos serão enterrados com toda a decência e sem distinção.

Art. 4º - Serão trocados os prisioneiros e feridos; e enquanto se não fizer a troca, serão tratados e pensados como amigos etc.

Os inimigos de ainda há poucos abraçaram-se cordialmente; muitos derramaram lágrimas de contentamento, e em seguida cuidaram em procurar os mortos e feridos.

Mortos felizmente não foram encontrados, ficando por isso letra morta o art. 3º da convenção.

Entre os feridos contavam-se o tenente Juca, que no rolar pela escarpa tinha apanhado arranhaduras em diversas partes do corpo.

Um guarda nacional, que em sua carreira desabrida para voltar ao respectivo acampamento tinha torcido e deslocado o pé.

Alguns outros acusavam estrepadas.

O ferimento mais grave era de um alferes imprudente, que tinha carregado a pistola até a boca. Ao dar fogo, a arma arrebentou e feriu-lhe a mão.

Este foi condecorado com o hábito de Cristo, como ferido no combate.

Com a medalha ao peito sentia ele grande prazer em mostrar a mão avariada, e contar os perigos porque tinha passado.

Com toda razão o veterano sente orgulho, o mais legítimo dos orgulhos, em mostrar os sinais dos ferimentos ganhos no campo da batalha. Cada uma das cicatrizes é a sua melhor fé de ofício.

Quase ao mesmo tempo davam-se em uma das cidades mais importantes da província atos de valentia, que não devem ficar no esquecimento.

Proclamada a revolta em Barbacena, o presidente José Feliciano marchou com a guarda nacional sobre S. João del-Rei, escolhida com razão para sede temporária do governo, por ser a mais importante povoação ao sul da província.

Aí os espíritos estavam agitadíssimos, e junto a uma grande casa da rua da Intendência, que faz esquina com a de S. Francisco, casa onde residia o juiz de paz, reunia-se a guarda nacional, fardada e armada. Para lá também afluía da manhã até à noite, com arma ou sem ela o resto da população masculina, velhos e moços.

Ouviam-se a cada passo proclamações entusiásticas, destinadas a firmar cada vez mais nos espíritos tíbios o aferro à causa da legalidade.

Em um dia, a todos os respeitos memorável, deu-se logo pela manhã um acontecimento, que impressionou a muitos, e ao mesmo tempo fez rir a outros.

Na loja da casa reuniam-se os oficiais e curiosos em grande número. Um deles querendo examinar os fechos de uma reúna, fê-lo tão desajeitadamente, que a arma disparou e a bala foi crivar-se no teto.

O tenente coronel comandante deu um grito, pondo a mão sobre o coração, e caia redondamente no chão, a não ser amparado pelos circunstantes.

Carregaram-no para dentro, despiram o homem, os médicos e cirurgiões presentes fizeram minucioso exame e não puderam descobrir ferimento, ou contusão.

Tornando a si, perguntou muito assustado:

- O que é que eu tenho?
- Medo, Sr. tenente coronel, disse um dos médicos.
- Medo!... Sr. doutor...
- Ou um ataque de nervos, se a palavra lhe soa melhor.
- Isso pode ser. Eu sou muito sensível, e fácil de comover-me.

E por não ter pernas capazes de andar, voltou para casa em uma cadeirinha. Mas fique aqui consignado em honra da banda que cingia, o homem era nervoso e não medroso.

Este fato pareceu de mau agouro aos brabos defensores da ordem.

Pouco depois chegou a toda brida um rapaz audacioso que tinha sido mandado como explorador, afim de observar os movimentos da força invasora que vinha de Barbacena.

Em frente do batalhão formado narrou ele, que José Feliciano aí vinha à testa de cinco ou seis mil homens bem armados, e com duas peças de artilharia.

- Dois monstros, concluiu ele, que sem exageração, vão desde aqui até aquela esquina.

Foi como se ouvissem a voz de dispersar.



Em um momento sumiram-se os legalistas, correndo o bom correr em todas as direções.

Só restava um, impassível no seu posto, e como que protestando com a sua presença contra a covardia dos outros.

Era um gigante de formas hercúleas, armado desde a cabeça até os pés, e tendo preso à cinta o maior recutelão que tenho visto.

Estava encostado a uma porta fechada, imóvel e ameaçador; nem outra coisa se devia esperar de um major de linha, que passava por muito entendido em matemáticas e estratégia, bem que até aquela data tivesse conservado virgem o espadagão.

O comandante da força dirigiu-se a ele, e apertou-lhe a mão, porque, como é sabido, o militar honra e aplaude a bravura do próprio inimigo.

- Não me mate, murmurou o major com voz extinta.

Só então pode o comandante reparar para o estado deplorável daquele colosso, pálido, a tremer e mal sustentando-se de pé.

O comandante mandou-o levar para casa por dois guardas vigorosos. E lá foi ele a trancos e barrancos ao lado do Dr. A., cuja companhia exigiu como de pessoa estimada e respeitada pelos rebeldes.

A este doutor prometeu ele não pegar mais em armas até decisão final do pleito; e nem tal promessa era necessária, pois bem se deixa ver que este militar era homem essencialmente avesso ao ruído das armas.

Naquela fuga precipitada foi envolvido o desembargador G., magistrado que se apresentava sempre armado, todas as vezes que se tocava a rebate.

Este doutor, latinista a disputar com qualquer padre mestre jubilado, romanista da primeira força, e muito versado nos clássicos, primava pela rapidez e acerto com que lavrava sentenças, que podiam passar por modelos.

Contava ele com muito chiste a sua proeza guerreira.

- Quando ouvi, dizia o desembargador, a voz do mensageiro, que me pareceu a trombeta do júizo final, disparei em direção à minha casa e atravessei o córrego com água até os joelhos, visto como não se quis renovar em meu proveito o milagre com que foram favorecidos os hebreus, atravessando o Jordão a pé enxuto. Cheguei a quartéis salvando armas e bagagens; e vi com certo prazer que aos sessenta e tantos, ainda conservo o vigor de pernas dos meus vinte e cinco anos. Estas molas não estão enferrujadas como eu supunha.

Não pense que o autor diga essas coisas em desabono dos seus patrícios.

O soldado mineiro em mais de uma província tem dado provas da sua valentia.

Nessa mesma revolta deixou ver aquilo de que é capaz, quando comandado por quem lhe inspire confiança.

Que o digam os combates de Queluz, Santa Luzia, e outros, travados contra tropa de linha escolhida e afeita ao fogo.

Se a minha província infelizmente tiver algum dia de recorrer às armas, e confiar-me o comando, eu seguirei o sistema dos Aiuruocanos e Baependienses, porém mais aperfeiçoado.

Isto de ficarem à vista, uns de cá outros de lá, não me serve. Por grande que seja a distância, as diabólicas espingardas de moderna invenção são bem capazes de algum...

Eu poria uma montanha de permeio entre as minhas forças e as do inimigo, e fogo até o último cartucho!

O primeiro que se sentisse exausto de munições, proporia tréguas para enterrar os mortos, e curar os feridos, celebrando-se em seguida uma paz honrosa.

Uma guerra por este sistema seria pouco mortífera e civilizadora.

Isto do irmão matar o irmão não tem propósito.

Nem destas guerras eu quero.

Ao país que tem júri e liberdade de imprensa, embora as outras instituições estejam falseadas, sobram os meios de levar as coisas a bom caminho mais cedo ou mais tarde.

Ora o povo brasileiro em geral é sensato, e o mineiro então não quer ver atravancadas por tropas militares as estradas por onde manda ao grande mercado os seus queijos, os seus toucinhos, os seus fumos e os seus algodões.

Portanto combatamos quanto quiserem, mas só de língua e perna.

Esta é minha opinião.

Macedônio.

(O Município 6/1/1878).

## Referências bibliográficas

Amaral, Alex Lombello. “Entre armas e impressos: A revolta de 1842 em Minas Gerais”. Tese de Doutorado, Juiz de Fora, UFJF, 2019.

Araxá, Visconde de. *Reminiscências e Fantasias*. Vol. II. Vassouras: Tipografia do Vassourense. 1884. <https://ihgsaojoaodelrei.org.br/livros-raros/>

Barata, Alexandre Mansur. “Política provincial e a construção do estado nacional brasileiro: Minas Gerais (1834-1844)”. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

Blake, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Vol. II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1893.

Cintra, Sebastião de Oliveira. *Galeria das Personalidades Notáveis de São João del-Rei*. São João del-Rei: FAPEC, 1994.

Claudino, Guilherme Pereira. “Uma verdadeira torre de Babel: Entre a Corte e a Província – a Liga Progressista em Minas Gerais”. Dissertação de Mestrado, São João Del Rei, UFSJ, 2011.

Hörner, Erik. “Em defesa da Constituição: A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)”. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2010.

Marinho, José Antônio. *História da Revolução de 1842*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1978.

Mattos, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec. 1987.

Nogueira, Octaviano (org.). *Autos dos Inquéritos da Revolução de 1842 em Minas Gerais*. Brasília: Senado Federal; UNB, 1979.

Ricoeur, Paul. *A história, a memória e o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp. 2007.

Rodrigues, José Antônio. *Apontamentos da População, Topografia e Notícias Cronológicas do Município da Cidade de São João del-Rei*. São João del-Rei: Tipografia de José Antônio Rodrigues. 1859.

Viegas, Augusto. *Notícia de São João Del Rei*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1953.

*O Universal*. (Ouro Preto)

*O Parahybuna*. (Barbacena)

*O Despertador Mineiro*. (São João Del Rei)

*A Ordem* (São João Del Rei)

*O Arauto de Minas* (São João Del Rei)

*A Tribuna do Povo* (São João Del Rei)

*S. João D’El Rei* (São João Del Rei)

*O Município* (Vassouras)

\*\*\*

Recebido: 23 de novembro de 2021

Aprovado: 04 de fevereiro de 2022

**América Latina em uma perspectiva transnacional: fascismo e corporativismo**

*Latin America in a transnational perspective: fascism and corporatism*

*América Latina en una perspectiva transnacional: fascismo y corporativismo*

Gabriela Santi Pacheco \*

<https://orcid.org/0000-0002-8778-245X>

Resenha do livro: Pinto, António Costa. *A América Latina na era do fascismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

**Como citar esta resenha:**

Pacheco, Gabriela Santi. “Resenha do livro *A América Latina na era do fascismo*, de António Costa Pinto”. *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 394-397.

\*\*\*

Em meio a um contexto permeado pelo avanço de movimentos, partidos e governos de extrema-direita, marca-se, em 2022, o centenário da chegada do primeiro movimento fascista ao poder: Benito Mussolini assumiu, a partir da Marcha sobre Roma, o governo italiano em outubro de 1922, instaurando um regime antidemocrático de tipo fascista. O fascismo, entretanto, não se restringiu à Itália, constituindo-se como um fenômeno mundial e transnacional que assumiu diversas variantes nacionais e interpretações políticas.

---

\* Doutoranda em Estudos Contemporâneos no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC). Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), e bacharela em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Secretária da Rede de investigação Direitas, História e Memória. E-mail: [gabriela.pacheco@uc.pt](mailto:gabriela.pacheco@uc.pt)

---

Sendo assim, as inter-relações transnacionais entre ditaduras e movimentos fascistas geraram um amplo campo de circulação das ideias e práticas: quando se analisa, por exemplo, o corporativismo estabelecido na “era do fascismo”, apreende-se uma grande variedade dessas conexões entre atores políticos autoritários, o que possibilitou fortes processos de transferências institucionais pelo mundo. É por meio dessa perspectiva que António Costa Pinto desenvolve o livro *A América Latina na Era do Fascismo*, publicado, no Brasil, em 2021. Além da edição brasileira, veiculada pela EDIPUCRS<sup>1</sup>, o estudo foi editado em Portugal, pela Edições 70<sup>2</sup>, e nos Estados Unidos e na Inglaterra, pela Routledge<sup>3</sup>.

António Costa Pinto é investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, professor do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e doutor pelo *European University Institute*. Com significativa atuação acadêmica, foi professor convidado na *Georgetown University* e na *Stanford University*, bem como pesquisador visitante na *Princeton University* e na *University of California* e *Remarque Fellow* na *New York University*. O autor destaca-se enquanto investigador não só em Portugal, mas também internacionalmente, sendo referência central nos estudos sobre autoritarismo, corporativismo e fascismo. Possui vasta e relevante produção acadêmica sobre essas temáticas. Dentre elas, ressalta-se o livro *A América Latina na Era do Fascismo*, que é uma de suas produções mais recentes e já se apresenta como leitura fundamental para a compreensão da história política da América Latina na década de 1930.

A obra propõe uma análise interpretativa das ditaduras latino-americanas no período da “era do fascismo”, buscando compreender como e por que é possível enquadrá-las na onda autoritária e no processo de disseminação global dos modelos corporativos durante o contexto do entre guerras. Partindo de uma perspectiva transnacional e comparada, a publicação apresenta uma proposta inédita, haja vista a existência de um número limitado de estudos comparativos sobre a América Latina no período, principalmente em relação a difusão do corporativismo enquanto alternativa autoritária à democracia liberal nos anos 1930 nessa região do continente americano.

Enquanto resultado de um projeto de investigação mais amplo sobre corporativismo e autoritarismo no mundo contemporâneo, o livro estabelece um panorama em relação às alternativas políticas autoritárias à democracia liberal na América Latina na década de 1930. A análise, elaborada em treze capítulos, que são distribuídos em duas partes, tenciona responder o que impulsionou a propagação e o emprego do fascismo e do corporativismo no espaço latino-americano e como se deu esse processo, tendo em vista as dinâmicas de difusão transnacional.

---

<sup>1</sup> Cf. Pinto 2021b.

<sup>2</sup> Cf. Pinto 2021a.

<sup>3</sup> Cf. Pinto 2020.

Na primeira parte da obra, Costa Pinto realiza uma análise geral dos regimes autoritários no entre guerras, tendo como foco a disseminação de ideias corporativistas, que foram marca central, especialmente dos fascismos, do período. À vista disso, no primeiro capítulo, traça um panorama sobre o corporativismo na primeira metade do século XX, operacionalizando os conceitos de corporativismo social e político, com o fim de demonstrar que se estabeleceu globalmente, com algumas variantes, tanto como conjunto de instituições criadas para a integração forçada dos interesses organizados no Estado quanto como modelo orgânico-estatista de representação política alternativa à democracia liberal. Em sequência, no segundo capítulo, desenvolve uma reflexão sobre a circulação de ideias corporativistas, focando tanto no processo de difusão transnacional e em seus principais agentes transicionais, como a Igreja Católica e os intelectuais-políticos, quanto na investigação sobre os principais modelos de corporativismo estabelecidos na América Latina, partindo de suas influências internacionais, como a *Action Française*, a *Acción Española*, o Integralismo Lusitano, o Estado Novo português, a ditadura de Primo Rivera na Espanha, o fascismo italiano, entre outros.

Já a segunda parte do livro é dedicada ao estudo a respeito da participação da América Latina na onda autoritária da década de 1930, que ocorre por meio de um detalhamento dos mais variados movimentos e regimes autoritários que se estabeleceram nessa região. Nessa seção, o autor busca analisar, principalmente, a institucionalização do autoritarismo nos regimes latino-americanos e a introdução de instituições corporativas. A partir de um primeiro capítulo, desenvolve reflexões gerais sobre o contexto autoritário no território e as condições que viabilizaram seu estabelecimento. Em seguida, nos dez capítulos subsequentes, António Costa Pinto empenha-se em analisar detalhadamente os sucessos e os fracassos dos processos de reforma institucional dos regimes autoritários na América Latina, estruturando sua investigação em três principais eixos analíticos: a tentativa de criar partidos únicos ou dominantes; a institucionalização dos corporativismos social e político; e os modelos dominantes dos intelectuais-políticos que os compuseram. Examina, dessa forma, as expressões e os governos corporativistas autoritários e/ou fascistas na Argentina, no Chile, no Peru, no Paraguai, na Bolívia, no Uruguai, no Brasil, no México e na Colômbia.

A obra elaborada por António Costa Pinto, que propõe a análise do corporativismo enquanto ideologia e prática de poder largamente partilhada, reformulada e aplicada à América Latina, tanto por regimes como por movimentos autoritários e/ou fascistas, na primeira metade do século XX, apresenta relevância acadêmica. Isso porque, além de desenvolver reflexões até então não realizadas sobre os fascismos e os corporativismos latino-americanos, abre caminho para o desdobramento de novas investigações acerca da temática. O livro, portanto, firma-se como

---



referência central aos que se dedicam aos estudos sobre autoritarismos, corporativismos e fascismos nos países que compõem a América Latina, bem como coloca-se enquanto um empreendimento relevante para a compreensão não só da história política do período entre guerras nessa região do continente americano, como também para reflexões sobre o presente, tendo em vista a ascensão global das direitas.

### Referências bibliográficas

Pinto, António Costa. *A América Latina na Era do Fascismo*. Lisboa: Edições 70, 2021a.

Pinto, António Costa. *A América Latina na era do fascismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021b.

Pinto, António Costa. *Latin American Dictatorships in the Era of Fascism: The Corporatist Wave*. London; New York: Routledge, 2020.

\*\*\*

Recebida: 17 de abril de 2022

Aprovada: 26 de junho de 2022

***La ‘nueva’ Europa nacionalista que soñó el III Reich***

**A ‘nova’ Europa nacionalista sonhada pelo Terceiro Reich**

***The ‘new’ nationalist Europe dreamt of by the Third Reich***

Borja Pérez Climent \*

<https://orcid.org/0000-0002-7722-2707>

Resenha do livro: Dafinger, Johannes y Pohl, Dieter. *A New Nationalist Europe Under Hitler: Concepts of Europe and Transnational Networks in the National Socialist Sphere of Influence, 1933–1945*. Londres – Nueva York: Routledge, 2020.

**Cómo citar esta reseña:**

Climent, Borja Pérez. “Resenha do livro *A New Nationalist Europe Under Hitler: Concepts of Europe and Transnational Networks in the National Socialist Sphere of Influence, 1933–1945*, de Johannes Dafinger y Dieter Pohl”. *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 398-402.

\*\*\*

El 26 de octubre de 1932, unos días antes de celebrar el décimo aniversario de la ‘Marcha sobre Roma’, Benito Mussolini vaticinó que, tras una década, Europa sería: “*fascista o fascistizata?*” (Saz 2013, 48). Diez años después, el transcurso de la historia parecía darle la razón: en septiembre de 1942, delegados de catorce naciones europeas —aliadas o cercanas al Eje— se reunieron en

---

\* Graduado en Historia por la Universitat de València (Valencia, España, 2018). Máster en Historia Contemporánea (2019) y Máster en Profesorado de Educación Secundaria (2020). Actualmente es personal investigador en formación en la Universitat de València y parte del equipo de trabajo del grupo de investigación: “Derechas y Nación en época contemporánea. Una perspectiva transnacional”. Beneficiario de la ayuda PRE2019-090606 financiada por MCIN/AEI /10.13039/501100011033 y por FSE invierte en tu futuro, asociada al proyecto PGC2018-099956-B-I00. Está interesado en las extremas derechas en la época de entreguerras, especialmente las conexiones entre movimientos fascistas en Europa y América del Sur, siendo su principal línea de investigación las relaciones entre el partido fascista español (FET-JONS) y la ‘Ação Integralista Brasileira’ (AIB). E-mail: borja.perez@uv.es

Viena para fundar una “federación juvenil europea”<sup>1</sup>. Durante este congreso, Baldur von Schirach, quien había sido el líder de las Juventudes Hitlerianas, realizó un discurso sobre esa ‘Nueva Europa’ aún en proceso de construcción que, al parecer, no gustó al ministro de Propaganda del III Reich, Joseph Goebbels. A pesar de la cercanía ideológica que ambos mantenían, sus visiones de este ‘Nuevo Orden’ europeo divergían considerablemente (Dafinger y Pohl 2020, 1).

Teniendo en cuenta esta variedad de proyectos, ¿qué forma llegaría a tomar ese ‘Nuevo Orden’? ¿Sobre qué bases jurídicas construirían los nazis su particular concepto de ciudadanía? ¿De qué manera encajarían otras experiencias autoritarias como la España franquista o el Portugal de Salazar? ¿Cuáles eran los orígenes de las ideas sobre Europa que querían realizar los nazis? ¿Cuál sería el futuro de todas aquellas personas consideradas ‘inferiores’?

Este libro, editado por Johannes Dafinger y Dieter Pohl, trata de arrojar luz sobre estas y muchas más preguntas. En primer lugar, considero importante subrayar que, como se puede observar en el ejemplo expuesto más arriba, nunca hubo una idea fija sobre lo que iba a ser esa ‘Nueva Europa’. Durante los 15 capítulos de este volumen se exploran las muchas perspectivas que estos debates tomaron, tanto en Alemania como en otros países. Ni dentro del partido nazi ni del estado alemán hubo un consenso establecido sobre cómo organizar la Europa de posguerra más allá de unas líneas maestras que se fueron amoldando a las necesidades del contexto bélico. Como explican los editores, las perspectivas defendidas en los debates sobre el devenir de Europa dentro de la Alemania nazi eran muy diversas. Varios grupos, organizaciones culturales o intelectuales llevaban años trabajando en sus propios esbozos de un “nuevo orden europeo”. Todos llegaron a la conclusión de que una recomposición geopolítica del continente —donde Alemania fuera la potencia hegemónica— era necesaria, pero sus elucubraciones fueron diferentes: Europa fue concebida como una ‘Europa germánica’ y germanizada, pero también como un gran espacio económico organizado y dirigido por Alemania (*wirtschaftlicher Großraum*). También se habló de una *Mitteleuropa*, una Europa central-oriental dominada cultural y económicamente por Alemania, así como de una “comunidad de destino” (*Schicksalsgemeinschaft*), una llamada a la solidaridad entre ‘pueblos hermanos’ frente a la “agresión” de las “hordas bolcheviques”.

Además, este libro rompe con algunas visiones historiográficas del pasado que, al entender el epíteto ‘europeo’ como algo intrínsecamente positivo, le negaban al fascismo y/o al nazismo esta misma condición. Este texto, como otros ya hicieron antes, no acepta la consideración que algunos autores asumían de que todo discurso sobre ‘Europa’ surgido del seno de los regímenes fascistas

---

<sup>1</sup> Para ampliar información sobre la construcción de las organizaciones juveniles de los fascismos en Europa: Toni Morant i Ariño. “Mujeres para una “Nueva Europa”: las relaciones y visitas entre la Sección Femenina de Falange y las organizaciones femeninas nazis”. Véase, especialmente, el cap. 4. Tesis Doctoral, València, Universitat de València, 2013.

---

era mera propaganda que servía para difuminar los objetivos reales de estos estados. Es decir, cualquier idea sobre Europa lanzada por estos regímenes era considerada, desde fuera, 'aeuropea', o 'antieuropea'. No obstante, como explican los autores, la magnitud de los debates dentro de la Alemania nazi sobre lo que debería de ser Europa nos muestra el nivel de impugnación que este concepto tenía en ambos bandos beligerantes. (Dafinger y Pohl 2020, 6).

Otro de los puntos fuertes del libro es la gran variedad de fuentes y contextos que se abordan. Los estudios que previamente se habían encargado de analizar estas ensoñaciones se habían centrado, normalmente, en el análisis de las fuentes diplomáticas, dependientes directamente de los estados. En lugar de realizar una mirada "desde arriba", estos capítulos se centran en examinar la acción de instituciones económicas, científicas o culturales que, desde su lugar específico dentro de la sociedad alemana y europea, lanzaron toda una serie de ideas, discursos o asunciones sobre lo que debería ser esa nueva Europa. Unos discursos que eran diferentes y que, en ocasiones, no mostraban los mismos objetivos de dominio que el régimen tenía. Igualmente, el análisis que se hace del trabajo de estas organizaciones y/o individuales nos muestra como la 'zona de influencia del nacionalsocialismo' no se restringía al espacio ocupado militarmente por el ejército alemán durante la guerra, sino que también concernía a aquella esfera del debate político público europeo donde los principios etnonacionalistas agruparon, en relaciones desiguales, a sectores fascistas, conservadores, reaccionarios, etc. (Dafinger y Pohl 2020, 2). Consecuentemente, los lugares de 'negociación' de lo que iba a ser esa nueva Europa no se restringieron estrictamente a las relaciones diplomáticas, sino que, como se explica a lo largo del libro, esos proyectos también se plasmaron, por ejemplo, desde la academia: en el capítulo 1, Ulrich Prehn escribe sobre los cambios en el vocabulario jurídico alemán entre los años 20 y 40, unas transformaciones basadas en el establecimiento de la desigualdad entre un colectivo jurídico de 'pleno' derecho (el *Volksgruppen*) y unas 'minorías' a quienes no se les consideraba iguales. Por otra parte, Dirk Rupnow analiza en el capítulo 14 el recorrido de varias ideas antisemitas, supuestamente científicas, surgidas desde la academia alemana y su recepción en otros países.

Esta mirada hacia diferentes sectores de la Alemania nazi se une a otra perspectiva más que interesante: la transnacional. Durante varios capítulos del volumen se puede observar cómo se analizaban los planes fascistas para la nueva Europa y el encaje que las otras naciones tendrían en esta: en el capítulo 4, Tim Kirk realiza un estudio sobre la recepción de los planes nazis para Europa y las respuestas y reacciones de sus más afines colaboradores, desde la Francia de Vichy hasta esos territorios concebidos como parte del *Generalplan West* (Kirk 2020, 79-80). Marició Janué explica, en el capítulo 5, el desarrollo ideológico del concepto *Hispanidad*, clave para entender la proyección exterior de la España franquista. Concepto ambiguo, muy disputado y utilizado por los fascistas

---

españoles para vehicular sus ambiciones imperialistas, especialmente hacia América Latina (Janué 2020, 100). Por otra parte, en el capítulo 7, escrito por María Zarifi, se desarrollan las discusiones que, desde algunas instituciones económicas alemanas, se pusieron en marcha para tratar de determinar la posición y la función de las naciones de los Balcanes —en este caso de Grecia— en la parte económica de la *Großraumpolitik*, es decir, la construcción de un gran espacio económico europeo dirigido por la Gran Alemania (Zarifi 2020, 145).

Con la llegada del NSDAP al poder y el desarrollo de los acontecimientos en los años 30, quedó claro que los nazis pretendían subvertir el orden ‘impuesto’ en Versalles en 1919. Como explica Johannes Koll en el capítulo 10, los nazis alemanes-austríacos proyectaron su dominio sobre Europa otorgándole una importancia esencial al componente étnico y racial: en su expansión hacia el este, ellos querían construir un gran espacio dominado, colonizado y sujeto a un proceso de germanización, desde el Báltico al Mar Negro, que pasaría a formar parte de los dominios del ‘Gran Reich Alemán’ o *Grossdeutsches Reich* (Koll 2020, 60). No obstante, durante la guerra, las líneas maestras sobre el futuro del nuevo continente sufrieron un proceso de transformación progresiva: si bien al principio del conflicto se hablaba del futuro dominio alemán de, al menos, la mitad oriental de Europa, tras los reveses sufridos por los ejércitos del Eje a partir de 1942 se empezó a imponer una nueva idea: Alemania no podría transformar el mundo sola. Esta se apoyaría en un nuevo bloque de países, compuesto por un “conjunto de fuerzas nacionales”, una Europa “de los pueblos”, donde cada uno viviera conforme a sus ‘tradiciones’. Alemania sería la encargada de dirigir esta ‘confederación’, siendo el baluarte que defendería el viejo continente ante el ‘materialismo occidental’ y el ‘bolchevismo oriental’, respetando las especificidades de cada una de estas naciones<sup>2</sup>. Esta interpretación, sumada al mínimo común múltiple que supuso una visión *völkisch* de la sociedad, fue la que hizo compatible las ideas nazis sobre el futuro de Europa con muchos de los sectores conservadores de los diferentes países aliados u ocupados. Es a partir de este marco cognitivo e ideológico desde donde podemos entender esa voluntad conjunta de construir, mediante una violencia quirúrgica, unas sociedades cohesionadas y homogéneas en un sentido político, cultural y racial.

Si hubiera de realizar una crítica al volumen sería por una razón: su ‘germanocentrismo’. El texto recoge perspectivas y aportaciones de diferentes contextos, pero solamente se confrontan con aquello que se decía desde la Alemania nazi. Como apreciación, podemos afirmar que se necesitan más investigaciones que ayuden a unir, comparar y hacer dialogar a todo ese cúmulo de voces protagonistas que reflexionaron, fuera de la Alemania nazi, sobre la posición de sus propias naciones en ese nuevo orden nacionalista bajo el dominio de Hitler.

---

<sup>2</sup> Un ejemplo de esto son las declaraciones de Baldur von Schirach, recogidas en la página 1 de este libro.

---

En conclusi3n, las asunciones, opiniones y proyectos para esta nueva Europa divergieron en varios niveles: intramuros del partido nazi, dentro del estado y la academia alemana, y, evidentemente, entre los representantes de la Alemania nazi y otros personajes pol3ticos extranjeros. A pesar de este c3mulo de aspiraciones, expectativas y objetivos diferentes, estos sectores pol3ticos mantuvieron unas relaciones cercanas durante la 3poca de dominio fascista, unas relaciones basadas en intereses y enemigos mutuos, as3 como en una din3mica competitiva poco menos que 'socialdarwinista'. No obstante, y a pesar de sus muchos puntos de desencuentro, estos grupos pol3ticos no dudaron en cooperar en la construcci3n de esta posible nueva Europa ultranacionalista bajo el dominio nazi, homogeneizada forzosamente mediante pr3cticas genocidas que, gracias al sacrificio de millones de personas hasta 1945, no pudieron coronar.

### Referencias bibliogr3ficas

Dafinger, Johannes y Pohl, Dieter. *A New Nationalist Europe Under Hitler: Concepts of Europe and Transnational Networks in the National Socialist Sphere of Influence, 1933–1945*. Londres – Nueva York: Routledge, 2020.

Janu3 i Miret, Marici3. "Hispanidad in the *v3lkisch* "New Order" of Europe (1933–1945)" en *A New Nationalist Europe Under Hitler: Concepts of Europe and Transnational Networks in the National Socialist Sphere of Influence, 1933–1945*, editado por Johannes Dafinger y Dieter Pohl, 93-111, Londres – Nueva York: Routledge, 2020.

Kirk, Tim. "Nazi plans for a new European order and European responses" en *A New Nationalist Europe Under Hitler: Concepts of Europe and Transnational Networks in the National Socialist Sphere of Influence, 1933–1945*, editado por Johannes Dafinger y Dieter Pohl, 71-92, Londres – Nueva York: Routledge, 2020.

Koll, Johannes. "From Greater German Reich to Greater Germanic Reich: Arthur Seyss-Inquart and the racial reshaping of Europe" en *A New Nationalist Europe Under Hitler: Concepts of Europe and Transnational Networks in the National Socialist Sphere of Influence, 1933–1945*, editado por Johannes Dafinger y Dieter Pohl, 57-70, Londres – Nueva York: Routledge, 2020.

Morant i Ari1o, Toni. "Mujeres para una "Nueva Europa": las relaciones y visitas entre la Secci3n Femenina de Falange y las organizaciones femeninas nazis". Tesis Doctoral, Val3ncia, Universitat de Val3ncia, 2013.

Saz, Ismael. *Las caras del Franquismo*, Granada: Comares, 2013.

Zarifi, Maria. "Controlling agriculture in Greece (1935–1944): land exploitation, peasant mobilization, and big science" en *A New Nationalist Europe Under Hitler: Concepts of Europe and Transnational Networks in the National Socialist Sphere of Influence, 1933–1945*, editado por Johannes Dafinger y Dieter Pohl, 135-151, Londres – Nueva York: Routledge, 2020.

\*\*\*

Recibido: 11 de mayo de 2022

Aprobado: 3 de julio de 2022



*El Nuevo Orden nazi-fascista para la cultura europea*

A Nova Ordem nazi-fascista para a cultura europeia

*The Nazi-Fascist New Order for European Culture*

Gerard Vallejo Bosch\*

<https://orcid.org/0000-0002-4869-3200>

Reseña del libro: Martin, Benjamin G. *The Nazi-fascist New Order for European Culture*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

**Cómo citar esta reseña:**

Bosch, Gerard Vallejo. “Reseña del libro *The Nazi-fascist New Order for European Culture*, de Benjamin G. Martin” *Locus: Revista de Història*, 28, n.2 (2022): 403-408.

\*\*\*

Ante la abrumadora cantidad de trabajos dedicados al fascismo —y a la Alemania nazi y a la Italia fascista en particular—, se podría pensar que dichos campos académicos están agotados. Lejos de ser así, el libro de Benjamin G. Martin *The Nazi-fascist New Order for European Culture* es un buen ejemplo de las enormes potencialidades que su estudio sigue presentando, habiendo aún muchos hilos de los que tirar. Enmarcada en el *transnational turn* que la historiografía sobre el fascismo ha experimentado a lo largo de los últimos años, la obra reseñada analiza en profundidad

---

\* Investigador predoctoral en la Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). Beneficiario de una ayuda FPU/2019 del Ministerio de Universidades del Gobierno de España para la realización de la tesis doctoral titulada «Las organizaciones juveniles de Falange ante el horizonte de un “Nuevo Orden” juvenil europeo fascista (1936-1945)». Miembro del Grup de Recerca sobre Dictadures i Democràcies (GReDD) y del Centre de Estudis sobre Dictadures i Democràcies (CEDID). Miembro del equipo de trabajo del proyecto «La derecha en la España democrática (1977-1996). Proyectos, actuación institucional y presencia social», financiado por la AEI / Ministerio de Ciencia e Innovación, con referencia PID2020-112679GB-I00. E-mail: Gerard.Vallejo@uab.cat

como el Tercer *Reich* nacionalsocialista, en estrecha colaboración —y, a su vez, como se verá, también en competencia— con el fascismo italiano, trabajó para establecer un «Nuevo Orden» cultural en Europa, empresa en la que, asimismo, colaboraron intelectuales y dinamizadores culturales de buena parte del resto del continente. La magnitud de dicho proyecto atestigua la importancia que el fascismo otorgó al *soft power* para disputar la hegemonía continental. En este sentido, Martín demuestra que las potencias del Eje nazi-fascista eran conscientes de que para alcanzar la supremacía completa en Europa era necesario ir más allá del dominio militar, político y económico del continente: resultaba imprescindible emprender, paralelamente, una calculada batalla cultural basada en la construcción de redes de abasto transnacional que les permitieran asegurarse la hegemonía en el Viejo Continente también en este plano. Y así lo hicieron.

El libro se sustenta en un ingente proceso de documentación que llevó a su autor a consultar archivos y bibliotecas en Roma, Venecia, Berlín, Frankfurt, Weimar, Estocolmo y Uppsala, así como al análisis de la abundante y multilingüe bibliografía existente sobre la cuestión. La narración del historiador sigue una progresión esencialmente cronológica —de 1934 a 1945—, con ciertas concesiones a la unidad temática y a la exposición de antecedentes. En cuanto a su estructura, está dividido en seis capítulos, introducción y conclusión. El capítulo número uno aborda las primeras iniciativas culturales internacionales de la Italia fascista y de la Alemania nazi. Desde principios de los años treinta, el régimen de Mussolini había logrado cierto éxito en situar a Italia en un lugar destacado dentro de las crecientes redes continentales de intercambio cultural de entreguerras, en las cuales participaban activamente. Sin embargo, la irrupción en escena de la Alemania nazi pronto amenazaría el papel de los italianos como principales abanderados de un modelo cultural alternativo al liberal-capitalista. De hecho, el nacionalsocialismo inauguró su ofensiva cultural internacional en dos ámbitos en los que la Italia fascista llevaba años luchando para tomar el liderazgo: la música clásica y el cine —a su vez, terrenos en los que Alemania gozaba de un gran potencial. En este contexto, los nacionalsocialistas impulsaron la fundación de dos instituciones transnacionales al servicio de sus intereses: el Consejo Permanente para la Cooperación Internacional de Compositores —1934— y la Cámara Internacional de Cine —1935. El arranque de ambas organizaciones y la consiguiente constatación de la clara superioridad alemana llevó al fascismo italiano ante el dilema que da título al segundo capítulo de la obra: «¿cooperación o capitulación?». Optarían por la primera opción, participando activamente en las iniciativas lideradas por Alemania —y, por lo tanto, al servicio de los proyectos revisionistas germánicos—, si bien defendiendo a la vez posiciones de dirección e influencia en estas, en un ejercicio de calculada ambivalencia.

---

El tercer apartado se focaliza en el análisis de la dimensión cultural del nacimiento, en 1936, del «Eje Roma-Berlín». Dicho acuerdo se materializó en un aumento espectacular de la cooperación e intercambio cultural germánico-italiano, en el marco de una agenda compartida que desafiaba la hegemonía de los *western powers* y situaba al Eje como un agente dinamizador de primer orden a nivel continental. Asimismo, la alianza entre Alemania e Italia promovería una cultura profundamente enraizada en cada nación, de carácter antimaterialista y gobernada por un mercado intervenido por el estado. Esta cada vez más frenética colaboración se intensificaría aún más en el contexto prebélico de 1938, cuando las potencias del Eje firmaron un Acuerdo Cultural de largo alcance que articulaba un modelo de cooperación transnacional en el seno de una visión de la cultura europea ideológicamente más coherente. El autor dedica el cuarto capítulo a analizar dicho proceso de radicalización —y de racialización antijudía— de la concepción de la cultura europea en vísperas de la Segunda Guerra Mundial y durante los primeros momentos de esta. Martin califica el modelo de cooperación cultural impulsado por el Eje como un ejemplo de «inter-nacionalismo», un sistema de relaciones que permitiría a las «naciones puras», representadas por poderosas instituciones estatales, interactuar con otras sin que esto supusiera una alteración de su identidad cultural en pro de una «cultura internacional».

El quinto capítulo indaga en los planes de Berlín y Roma respecto a la reorganización cultural europea al calor del avance vertiginoso de la *Wehrmacht* a lo largo y ancho del continente desde 1940. Ante su indiscutible superioridad militar, la Alemania de Hitler consideró que era el momento para imponer definitivamente un Nuevo Orden cultural en Europa bajo su total hegemonía. Para construirlo, los nacionalsocialistas contarían con un preciado botín de guerra: los archivos y bibliotecas de las instituciones internacionales de corte liberal que habían liderado la organización del panorama cultural de la Europa de entreguerras. Rápidamente, agencias nazis, compitiendo entre sí, desplazarían destacados miembros en París y Bruselas para iniciar el exhaustivo escrutinio del legado de dichas organizaciones con el objetivo de utilizarlo para desplazar el centro de gravedad de la cultura continental hacia Berlín. En este contexto, las organizaciones internacionales paneuropeas impulsadas anteriormente por el nacionalsocialismo quedaron, transitoriamente, en un segundo plano.

Por su parte, los intelectuales italianos, no ajenos a la cada vez más pronunciada desigualdad entre Alemania y la Italia fascista, intensificarían su debate alrededor de la posición que su país debía adoptar respecto al Nuevo Orden bajo liderazgo nazi. Por un lado, los intelectuales fascistas «imperialistas» apostaban por aprovechar el dominio militar germánico para formar un área de influencia italiana en el Mediterráneo y los Balcanes que coexistiera con el ámbito de hegemonía alemana en el resto de la Europa continental. Por otro, los intelectuales fascistas «europeístas» se

---

decantaban por una colaboración entusiasta en las iniciativas alemanas en todos los planos que les asegurara un puesto en la nueva correlación de fuerzas europeas. Las tesis del segundo bloque se acabarían imponiendo a la vista de la evolución de los acontecimientos. Ambas tendencias, empero, compartían una convencida noción de superioridad italiana en el terreno cultural: frente la innegable supremacía militar nazi, contraponían el rico legado cultural del mundo clásico, el cual situaba a Italia como la potencia más legitimada y cualificada para actuar como «cerebro» de Europa.

Sin embargo, el desarrollo de la guerra a partir del verano de 1941 —con el inicio de la Operación Barbarroja—, llevaría a Alemania a matizar el rumbo de su política cultural internacional, aumentando la apelación a aquello «europeo» y recuperando las iniciativas «internacionalistas» que habían caído en desuso durante la primera fase del conflicto bélico. En este contexto, se desarrollaría una frenética agenda de encuentros continentales de tipo sectorial, ambiente que protagoniza buena parte del sexto capítulo de la obra. El punto álgido del modelo de colaboración cultural bajo el liderazgo del Eje es ejemplificado por Martin con la fundación, en 1942, de la Unión de Escritores Europeos, un proyecto que ya se venía gestando desde hacía tiempo en un campo, el de la literatura, en el que la Alemania nazi había tenido serios problemas para imponerse. Asimismo, su desarrollo serviría para explicitar los límites de dicho sistema europeo de intercambio y transferencia cultural y atestiguaría el inicio de su colapso, con cada vez más dudas por parte de los intelectuales y dinamizadores culturales italianos. Sin embargo, el fascismo italiano trataría de aprovechar, sin demasiado éxito, las oportunidades que las vacilaciones y desorientación alemanas —derivadas de la evolución bélica— les proporcionaban para aumentar su capacidad de influencia en el Nuevo Orden.

La conclusión del libro, encabezada por el sugerente título de «La cultura internacional como campo de batalla ideológico», es utilizada por el autor para narrar las consecuencias del desenlace de la guerra en el terreno cultural, analizando el progresivo declive del proyecto de un Nuevo Orden cultural nazi-fascista. Ante el avance aliado en el terreno militar, el Tercer *Reich* disimularía cada vez menos su obsesión en mantener la cultura europea bajo férreo control, incrementando la hostilidad respecto a sus aliados. A su vez, la caída de Mussolini en verano de 1943 y el nacimiento de la República Social Italiana, altamente dependiente del *Reich*, supondría la pérdida definitiva de autonomía y protagonismo de Italia en el Nuevo Orden: los esfuerzos propagandísticos nazis en territorio italiano ocupado ya no la presentarían como un sujeto co-creador de la nueva ordenación cultural, sino como una destinataria más de la publicidad nazi. Asimismo, Martin encara la recta final de su libro destacando cómo la gran mayoría de agentes colaboradores en el proyecto de reorganización de la cultura europea bajo hegemonía nazi —con

---

excepciones— mantuvieron posiciones más o menos destacadas en el mundo de la organización cultural de posguerra, experimentando una transición relativamente tranquila hacia un nuevo paradigma bajo dirección norteamericana. Para acabar, el autor establece interesantes paralelismos entre el discurso cultural del fascismo del período de entreguerras y la Segunda Guerra Mundial respecto al de la extrema derecha de nuestros días, sin caer en comparaciones ni analogías reduccionistas.

Con un relato ameno, Martin disecciona el proyecto de un Nuevo Orden cultural europeo en toda su complejidad y sin incurrir en simplificaciones, aportando puntualmente pinceladas del contexto político y militar de cada momento que permiten inscribir las políticas culturales en el escenario altamente cambiante del período estudiado en el que —y para el que— fueron diseñadas. Igualmente, presta atención a la dialéctica entre continuidad y ruptura, a la vez que realiza un loable ejercicio de contraste del discurso público con todo aquello sucedido entre bambalinas —es decir, proyectos, debates e incluso espionaje— en el seno de los distintos agentes partícipes de la empresa de reorganizar el mundo cultural continental. Además, el libro reseñado no descuida la importancia de los individuos implicados en dicho proyecto: sitúa debidamente sus trayectorias intelectuales y el papel que jugaron. Entre ellos, destaca claramente el ministro de propaganda nazi Joseph Goebbels, a quien se puede considerar el gran artífice de la *Neuordnung* cultural promovida por el nacionalsocialismo. Por el lado italiano, el ministro de educación Giuseppe Bottai es, probablemente, el intelectual que recibe más atención en la obra reseñada.

Benjamin G. Martin insiste, a lo largo de su trabajo, en asuntos trascendentales para comprender el Nuevo Orden cultural, como por ejemplo la tensión entre lo nacional y lo internacional en movimientos ultranacionalistas como fueron los fascismos, o la aplicación del concepto de hegemonía y no de igualdad como principio rector de la organización cultural continental anhelada. En este aspecto, llama la atención la relativización de dichas contradicciones que Martin apunta, señalando que eran «menos singulares de lo que pueden parecer» en la medida que «todos los sistemas de intercambio cultural [...] reflejan y producen relaciones de poder» y conllevan una «desigual acumulación y aplicación de *soft power*» (pp. 266-267), si bien no es menos cierto que el fascismo lo llevó al extremo.

En definitiva, el libro reseñado es una obra de consulta obligatoria para todo aquel que desee adentrarse a fondo en la experiencia efímera, pero a la par transformadora, que supuso el Nuevo Orden cultural fascista, el cual no puede reducirse a una simple idea alemana. Los proyectos para la posguerra se quedarían precisamente en esto: meros *proyectos* en el tintero, pero la reorganización de la cultura del Viejo Continente ya se había iniciado durante la Segunda Guerra Mundial y había logrado algunos frutos. La ambiciosa iniciativa estudiada por Martin contó con la

---

participación activa de numerosos intelectuales y dinamizadores culturales del continente —no solo italianos y alemanes—, en la medida que los interpelaba abordando y proponiendo soluciones a algunos de sus principales problemas e inquietudes, como el lugar que debían tener las particularidades nacionales y regionales en un mundo globalizado o el rol del estado en la protección de dichas especificidades, entre otras cuestiones. Para concluir, la obra inspira, también, nuevas propuestas de estudio. En este sentido, su lectura ha sugerido, por ejemplo, el interés que suscitaría un trabajo que integrara, desde una perspectiva holística, la participación española en la construcción de dicho Nuevo Orden europeo en el plano cultural, partiendo de los títulos ya disponibles en este campo y emprendiendo nuevas líneas de investigación al respecto.

### Referencias bibliográficas

Martin, Benjamin G. *The Nazi-fascist New Order for European Culture*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

\*\*\*

Recibido: 27 de abril de 2022

Aprobado: 29 de mayo de 2022



## Historia socio-económica de la primera fase de la dictadura franquista

*História sócio-econômica da primeira fase da ditadura franquista*

*Socio-economic history of the first phase of the francoist dictatorship*

José Antonio Abreu Colombri \*

<https://orcid.org/0000-0002-8698-6493>

Reseña del libro: Del Arco Blanco, Miguel Ángel, ed. *Los “años del hambre”*. *Historia y memoria de la posguerra franquista*. Madrid: Marcial Pons, 2020. 376 paginas. ISBN: 978-84-17945-05-3.

### Cómo citar esta reseña:

Colombri, José Antonio Abreu. “Reseña del libro *Los “años del hambre”*. *Historia y memoria de la posguerra franquista*, de Miguel Ángel Del Arco Blanco ”. *Locus: Revista de História*, 28, n. 2 (2022): 409-413.

\*\*\*

La obra coordinada por Miguel Ángel del Arco Blanco es una publicación colectiva, que se adentra en la polémica cuestión de la crisis económica y la destrucción material posterior a la Guerra Civil española. El hambre entre las clases populares fue una de las más lacerantes consecuencias de la depresión de posguerra, que hasta el día de hoy ha sido objeto de debate entre historiadores. La historia económica del franquismo, por motivos diversos, está recubierta por una gruesa pátina de controversia, al igual que el resto de áreas de investigación de primera fila: ideología, gestión,

---

\* Es director del Departamento de Historia Contemporánea en la Universidad de Granada (Facultad de Filosofía y Letras). Está especializado en la historia política y social del siglo XX, destacan sus publicaciones relacionadas con las reformas agrarias y el mundo rural en España y la represión en Andalucía. Obtuvo la Licenciatura de Historia (Universidad Complutense de Madrid) y el Doctorado en Estudios Norteamericanos: Ciencias Sociales y Jurídicas (Universidad de Alcalá). Ha realizado estancias de investigación en varias universidades de México y Portugal. E-mail: [abreucolombri@gmail.com](mailto:abreucolombri@gmail.com)

propaganda, diplomacia, sociedad, justicia, represión, memoria, *et cetera*. En definitiva, dichos aspectos constituyen el gran tema de investigación del historiador andaluz, ya que, desde su etapa predoctoral, ha llevado a cabo múltiples proyectos editoriales sobre las dificultades de la posguerra.

Los “años del hambre”. Historia y memoria de la posguerra franquista se compone de quince capítulos (sin numeración). Esos capítulos se reparten entre diferentes bloques temáticos: “Hambre en España y Europa” (Miguel Ángel del Arco Blanco), “Los antecedentes: hambre y guerra civil” (Rúben Leitão Serém y Ainhoa Campos Posada), “Mundo rural y agricultura” (Sergio Riesco Roche, Francisco Rodríguez Jiménez y Teresa María Ortega López), “Luchando frente al hambre: las políticas del régimen” (Claudio Hernández Burgos, Alejandro Pérez-Olivares y Francisco Jiménez Aguilar), “Oposiciones, resistencias y estraperlo” (Lázaro Miralles Alted y Jorge Marco), “Consecuencias de la autarquía” (Gregorio Santiago Díaz, Antonio Linares-Luján, Francisco Parejo-Moruno y Alba Martínez Martínez) y “Memoria del hambre” (Gloria Román Ruiz). Cada capítulo tiene un apartado independiente de fuentes documentales y referencias bibliográficas. En la parte final de la publicación se puede encontrar la relación de autores, con datos de especialización formativa y de investigación.

En 1939, tras la capitulación final de los territorios controlados por las autoridades republicanas, España se encontraba devastada por las acciones militares, pero a la destrucción material y la contracción productiva se sumaron la calamitosa planificación económica de la dictadura. Los gestores agrarios fueron responsables de agravar la crisis alimentaria, la situación española de posguerra fue comparable a las hambrunas de Ucrania (década de 1930) y de Grecia y Holanda (década de 1940). La propaganda franquista, en aras de una defensa sin fisuras de su modelo autárquico, afirmó que la falta de alimentos estaba provocada por las malas cosechas, la herencia de “los rojos” y otras motivaciones externas, pero los verdaderos motivos fueron el sostenimiento de la autarquía y una serie de estrategias de autosuficiencia alimentaria, inspiradas en aspectos teóricos de los fascismos europeos. Tales medidas provocaron una crisis de subsistencia comparable a las acontecidas durante el Antiguo Régimen.

Durante la fase inicial de la dictadura del general Franco, el Estado intervino la economía y controló todos los productos de primera necesidad, fijando precios y estableciendo las ratios de distribución. Esto generó un enriquecimiento desmedido de la oligarquía franquista y un mercado negro de alimentos. La escasez de productos básicos se convirtió en un instrumento de represión social. Todos los colectivos conservadores, que participaron en el golpe de Estado del 1936, se repartieron el botín de guerra en 1939. El nuevo Estado premió a todos los colectivos afines y castigó al resto de la población. Las cartillas de racionamiento se convirtieron en el principal símbolo de los años del hambre (1939-1953). Las privaciones de vestimenta y alimentación

---

continuaron después de la supresión de las mencionadas cartillas. El mercado negro y la falta de alimentos estuvo presente tanto en el mundo rural como en el mundo urbano, este sistema de imposición de precios bajos garantizaba el correcto avituallamiento de los afectos al régimen y el enriquecimiento de las elites administrativas por el tráfico no declarado de víveres.

En todas las contribuciones de la publicación existe una serie de consensos reiterados sobre la propaganda gubernamental, la gestión económica y las causas del hambre. El relato propagandístico fue muy exitoso y exoneró de cualquier culpa a la cúpula política de la dictadura, dicho relato se erigía sobre tres premisas falsas: la destrucción del sistema de producción agraria, la situación continuada de bloqueo económico y la pérdida de cosechas por problemas meteorológicos. Los historiadores económicos han demostrado que la devastación militar de la contienda civil tuvo una incidencia muy limitada en la escasez de alimentos. El contexto de aislamiento fue muy reducido en el tiempo, aproximadamente 1945-1948, ya que el flujo comercial fue muy intenso entre España y las potencias del Eje (1939-1945). La meteorología pudo tener un relativo impacto regional y de forma muy puntual sobre cultivos concretos, pero es insostenible el argumento de que los hielos, las sequías y las lluvias hicieron colapsar todo el proceso de producción alimentaria a lo largo de los años.

Las fuentes orales recogidas en la publicación suelen tener una impregnación dramática, por la situación de extrema necesidad acontecida durante toda la década de 1940. Aquellas hambrunas consecutivas marcaron a varias generaciones de españoles. A pesar de que la mejoría económica fue muy escasa durante la década de 1950, la percepción social de la situación de la economía robusteció la posición del Estado. Las inmensas calamidades, vividas durante aquellos años previos, contribuyeron a reforzar la imagen de Franco como salvador de la patria; la propaganda hizo un trabajo sensacional para los intereses de la dictadura. Los causantes de una situación económica degradada, abanderaron unos discursos de éxito económico, que contribuyeron a la generalización de un imaginario colectivo de buena gestión y prosperidad nacional a partir de la década 1960.

La gestión del hambre y la instrumentalización de la pobreza no nace en la posguerra, es una cuestión que surgen en plena Guerra Civil, los militares facciosos llegaron a bombardear Madrid con barras de pan. Tras el final de la contienda, Auxilio Social (organismo de ayuda humanitaria dependiente del partido único) llegó a repartir comida en la Puerta del Sol y otros céntricos lugares de la capital. Todo aquello fue un espejismo populista de la dictadura, ya que, inmediatamente después, la capacidad de consumo de las familias españolas estuvo totalmente condicionada por sus antecedentes políticos. Muchos productos elaborados, especialmente el pan, se vieron adulterados con todo tipo de materias orgánicas. España se dividió entre los que comían

---

pan “blanco”, elaborado con cereales nobles (de alto aporte calórico) y los que no tenían más remedio que consumir pan “negro”, elaborado con cereales pobres, anteriormente destinados al forraje de los animales (de escaso valor energético). El comercio clandestino y la picaresca dejaron episodios muy lamentables en aquellos años de extrema necesidad.

El profesor del Arco Blanco afirma que se establecieron elementos concomitantes entre la violencia política y la discriminación económica. La represión y la humillación de los vencidos, a través del hambre, favoreció mucho la desmovilización política y sometió de forma efectiva a todos los grupos poblacionales. El hambre se convirtió en un baratísimo recurso del Estado para desplegar políticas de terror. La disciplina individual y la jerarquización social se propagó en buena medida mediante la espera en las filas de los economatos. Las clases populares se pasaron toda la posguerra haciendo cola, para poder recibir la cantidad de alimentos preestablecida y para intentar acceder a un puesto de trabajo legalizado. La delincuencia común se focalizó en tratar de robar comida u objetos intercambiables por comida.

Aproximadamente, el mercado negro proveía la mitad de lo que se consumía en todas las regiones del país, este dato ayuda a comprender la naturaleza corrupta y clientelar del franquismo. Históricamente, la sociedad española siempre ha tenido una gran tolerancia hacia las prácticas corruptas, que puede ser explicada por este tipo de dinámicas institucionales. Este tipo de corrupción pronto se naturalizó y se convirtió en una cuestión de Estado, las autoridades que impelían ese modelo corrupto, eran a su vez las que perseguían a los pequeños “estraperlistas”. Constantemente, la prensa escrita y los informativos radiofónicos se llenaban de actuaciones policiales, para transmitir a la opinión pública la imagen de persecución del tráfico ilegal de alimentos, cuando la realidad era totalmente distinta. Todas estas corruptelas ayudan a comprender como se construían las fidelidades políticas y se apuntalaba un modelo de redistribución de bienes de primera necesidad injusto e ineficiente. Durante el periodo de la autarquía y las cartillas de racionamiento nace el mito popular de “los estómagos agradecidos”.

A lo largo de toda la dictadura, la consigna política siempre estuvo por encima de la realidad social, independientemente de cual fuese el nivel de las condiciones de vida de la población o la situación de las coyunturas internacionales. La mentalidad punitiva y obsesiva de los militares, que se levantaron en armas en 1936 contra el gobierno democrático de la II República, no se limitó al periodo de conflicto, estuvo presente en toda la fase dictatorial. Las regiones en las que no triunfó el 18 de Julio (Cataluña, Valencia, Murcia, Castilla-La Mancha, Andalucía y Extremadura) fueron objeto de un sometimiento pleno, sufrieron una mayor discriminación alimentaria que otras regiones que fueron más colaborativas con el golpe de Estado. Los resultados de investigación de

la presente obra colectiva son lo bastante dinámicos como para ampliar los marcos de análisis socio-económico en los estudios históricos actuales.

### **Referencias bibliográficas:**

Del Arco Blanco, Miguel Ángel. *El primer franquismo en Andalucía oriental (1936-1951)*. Granada: Editorial de la Universidad de Granada, 2005.

Del Arco Blanco, Miguel Ángel. Los “años del hambre”. Em *Historia y memoria de la posguerra franquista*. Madrid: Marcial Pons, 2020.

Del Arco Blanco, Miguel Ángel. “La corrupción en el franquismo. El fenómeno del ‘Gran Estraperlo’”. *Hispania Nova: Revista de Historia Contemporánea*, 16, n. 1 (2018): 620-645.

\*\*\*

Recibido: 07 de abril de 2022

Aprobado: 28 de abril de 2022

---

## Entrevista

<https://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.n28.39773>

**“¿Qué hay más transnacional que la idea de nación?”. Entrevista con Ismael Saz (Universitat de València)**

***"Há algo mais transnacional do que a própria idéia de nação?". Entrevista com Ismael Saz (Universitat de València)***

***"Is there anything more transnational than the idea of nation itself?". Interview with Ismael Saz (Universitat de València)***

*Toni Morant i Ariño\**

<https://orcid.org/0000-0002-8507-0723>

*Leandro Pereira Gonçalves\*\**

<https://orcid.org/0000-0002-9233-1098>

---

\* Doutor Internacional em História Contemporânea pela Universitat de València, onde atualmente é professor associado. Suas principais linhas de pesquisa giram em torno do fascismo entreguerras a partir de uma perspectiva transnacional e de gênero, assim como da construção simbólica da ditadura de Franco no espaço público e sua sobrevivência na atual democracia espanhola. É membro das equipes de pesquisa dos projetos PGC2018-099956-B-I00 (Ministério da Economia e Inovação espanhol) e PROMETEU2020-050 (Generalitat Valenciana). E-mail: [toni.morant@uv.es](mailto:toni.morant@uv.es)

\*\* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e com pós-doutoramento pela Universidad Nacional de Córdoba (Centro de Estudios Avanzados/Argentina). Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com atuação no Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Pesquisador FAPEMIG (Universal). Membro do Conselho Administrativo da International Association for Comparative Fascist Studies (ComFas). Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) e coordenador da Rede de Investigação Direitas, História e Memória. As pesquisas recentes concentram-se em questões relacionadas à História da América Latina a partir de elementos transnacionais e abordagens comparadas com a Península Ibérica, sobretudo no âmbito dos estudos das direitas, dos fascismos, do integralismo, do salazarismo e do franquismo. E-mail: [leandro.goncalves@ufjf.br](mailto:leandro.goncalves@ufjf.br)



### C3mo citar esta entrevista:

Morant i Ariño, Toni; Gonçalves, Leandro Pereira: “Entrevista con Ismael Saz (Universitat de Val3ncia)”. *Locus: Revista de Hist3ria*, vol. 28, n. 2 (2022): 414-435.

\*\*\*

**Ismael Saz Campos** es catedr3tico de Historia Contempor3nea de la Universitat de Val3ncia y uno de los mayores especialistas espaol3s en franquismo y fascismo. Presidente de la *Asociaci3n de Historia Contempor3nea* entre 2014 y 2021, es autor de una prolija producci3n historiogr3fica, con m3s de un centenar de art3culos y cap3tulos de libro, as3 como innumerables ponencias y conferencias. Adem3s, ha publicado cuatro monograf3as, codirigido una colecci3n sobre culturas pol3ticas en Espaia y Latinoam3rica, y coeditado una quincena larga de vol3menes colectivos. Su trayectoria investigadora recib3 un importante impulso gracias a la conces3n en 1980 de una beca para investigar durante un aio en la Escuela Espaola de Historia y Arqueolog3a en Roma. Inicialmente, se centr3 en el estudio de las relaciones internacionales y la intervenci3n de la Italia fascista en Espaia durante los aios treinta. A este tema dedic3 su tesis doctoral, defendida en 1985 y publicada al aio siguiente como *Mussolini contra la II Rep3blica* (Val3ncia, Alfons el Magn3nim-IVEI, 1986).

Durante los aios noventa, Saz fue uno de los principales protagonistas en uno de los debates m3s intensos de la historiograf3a espaola del momento: el de la naturaleza del franquismo. Su posicionamiento difer3a tanto de quienes propugnaba clasificarla de ‘fascista’ como de quienes, por el contrario, defend3an que hab3a sido ‘autoritaria’. Saz abogaba por el concepto de ‘fascistizaci3n’, que permit3a adaptarse a la elasticidad de una dictadura de casi cuatro d3cadas de duraci3n ante cambiantes contextos pol3ticos (internacionales, pero tambi3n internos) y superar la precedente periodizaci3n de la dictadura en diferentes subfases: fascista (1939-1945), nacional-cat3lica (1945-56/59) y autoritaria-desarrollista (1959-1975). De hecho, Saz considera que la franquista es el ejemplo paradigm3tico de dictadura ‘fascistizada’. Como recuerda en la entrevista, el car3cter procesual y fluido del concepto permite abarcar el conjunto de la cronolog3a del franquismo, destacando el fuerte componente fascista inicial, su posterior subordinaci3n pero tambi3n su capacidad de pervivencia hasta el final mismo de la dictadura.

En las 3ltimas dos d3cadas, sus investigaciones han pivotado principalmente en torno a dos campos estrechamente vinculados entre s3: la relaci3n entre derechas y naci3n, y el estudio de las

dos principales culturas políticas del franquismo: la fascista y la reaccionaria, ambas marcadamente nacionalistas. Por un lado, y siempre muy atento a las historiografías francesa e italiana, Saz ha sido uno de los principales impulsores a la hora de incorporar a la historiografía española el concepto de ‘culturas políticas’. Combinando en cierto modo las aportaciones de Keith Baker y Serge Berstein, identificó en el franquismo dos grandes culturas políticas, con sus respectivas tradiciones que se remontaban al menos hasta la crisis finisecular: la fascista de Falange, continuadora de la tradición nacionalista secular e identificada con las corrientes del ultranacionalismo populista europeo, y la reaccionaria de *Acción Española*, heredera de la tradición nacionalcatólica española pero, a la vez, profundamente influenciada por la *Action Française*. Durante décadas, ambas compitieron entre sí y pugnaron por imponerse, pero también se influyeron mutuamente en un contexto siempre cambiante como lo fue el de la dictadura franquista. Este interés por las culturas políticas se plasmó en la codirección, junto con Manuel Pérez Ledesma, de los seis volúmenes de la *Historia de las Culturas Políticas en España y América Latina* (Publicaciones de la Universidad de Zaragoza y Marcial Pons, 2014-2016), cuyo cuarto volumen *Del franquismo a la democracia, 1936-2013* además coeditó.

Por el otro lado, Saz ha liderado durante las dos últimas décadas como Investigador Principal un grupo de investigación sobre derechas y nación en la España contemporánea en la Universitat de València, que cuenta ya con una larga trayectoria (están preparando una nueva edición, que sería ya el séptimo proyecto ininterrumpido) y con un núcleo personal consolidado, al que se han incorporando y promocionando numerosas/os investigadoras/os pre- y postdoctorales. Su monografía *España contra España. Los nacionalismos franquistas* (Marcial Pons, 2003) fue un pionero estudio –desde una perspectiva de historia cultural muy atenta a los discursos y relatos– sobre la nación española como espacio de conflicto discursivo, también dentro de la dictadura franquista. Surgido de la investigación que le valió un año antes la cátedra de historia contemporánea, su análisis presenta la evolución de las concepciones de nación en las dos principales culturas políticas franquistas: la fascista (Falange), con su ultranacionalismo populista de masas no carente de una retórica de revolución social, y la reaccionaria (*Acción Española*), con una concepción elitista de nación, que recuperara los valores prerrevolucionarios, y articulada como un grupo muy reducido –nunca un partido de masas– pero muy influyente en torno a la revista homónima.

Preocupado desde sus inicios por subrayar la importancia del sujeto y de las ideas fascistas (no es extraño escucharle decir que ‘las ideas cuentan’ y ‘las palabras importan’), justo después de *España contra España* publicó *Fascismo y franquismo* (Publicacions de la Universitat de València, 2004),

---

una selección de sus textos sobre la naturaleza del franquismo y el fascismo español. No obstante, poco después empezó a centrar su interés en ‘los otros’ dentro de la dictadura franquista, guiado por la pregunta de ‘¿qué eran quienes no eran fascistas?’. De aquí surgió su caracterización del grupo de *Acción Española* como ‘nacionalistas reaccionarios’, a los que dedicó una parte de sus textos recogidos en *Las caras del franquismo* (Comares, 2013). En los últimos años, Saz ha profundizado en el estudio de ambas derechas desde una perspectiva transnacional, impugnando la extendida idea de que su acentuado nacionalismo habría hecho imposible toda estrecha relación con otras culturas políticas más allá de las fronteras españolas. Fruto de este interés es el volumen colectivo *Reactionary Nationalists Fascists and Dictatorships in the Twentieth Century* (Palgrave, 2019), coeditado con Zira Box, Toni Morant y Julián Sanz. Con estos dos últimos, está a punto de coeditar *The Right and the Nation* (Routledge, 2023).

- **Profesor Ismael Saz, su formación académica en Historia tuvo lugar en los años finales de la dictadura franquista y en los primeros de la recuperación democrática tras la muerte del dictador. ¿Cuál era la historia contemporánea que se impartía aquellos años en España? ¿Qué espacio se le daba?**

A mí la muerte de Franco me pilló justo en medio de la licenciatura. De modo que mi formación, en parte, fue durante esos años finales de la dictadura, con una sociedad muy movilizadora, y, en parte, lógicamente ya después con la democracia. En aquella época, la historiografía que se daba en España presentaba serias carencias. Por ejemplo, a la historia del siglo XX español se le daba muy poco espacio; en la licenciatura, prácticamente no se llegaba nunca. Y, luego, la investigación, estaba fragmentada: había algunos núcleos que sí que trabajaban el siglo XX, algo de la Segunda República... Pero todo esto ya cuando empieza a poderse hacer, con la llegada de la democracia.

Pero, durante un tiempo, el grueso de la investigación más renovadora gravitaba en lo que se llamó la transición del feudalismo al capitalismo. Y esto tenía una explicación, porque era una forma de situar dónde estábamos: si había un tipo de transición del feudalismo al capitalismo, la cual había terminado ya, ¿cómo se podía concebir una posible transición del capitalismo al

socialismo? En fin, que sobre todo en el mundo marxista era una cuestión que tenía bastante importancia. En cualquier caso, en resumen: poco siglo XX.

- **¿Qué motivos le llevaron a escoger la carrera de Historia y, más tarde, por qué se decantó por la época contemporánea?**

El primer motivo podía ser ya que, a mí ya desde pequeño, me gustaba mucho la historia. Pero, bueno, dedicarme a la historia tiene que ver –además, canalizado directamente a la historia contemporánea– con una crisis un poco precoz respecto del mundo comunista, del comunismo, en el sentido de intentar conocer más, buscar respuestas. Y esto intuía yo que tendría que venir por el lado de la historia y de la historia contemporánea fundamentalmente.

- **Y ¿de dónde surgió su interés por el estudio de la dictadura franquista?**

Ahí yo creo que no soy muy representativo; mi experiencia es un poco extraña en ese sentido. Mi interés, cuando yo termino la licenciatura, va orientado básicamente al análisis, la explicación, la comprensión de la experiencia soviética. Mi preocupación es la Revolución Rusa, con lo que se conocía entonces como ‘el gran debate’, el proceso de ascenso de Stalin... En fin, el franquismo no es lo que me preocupaba historiográficamente. Me preocupaba políticamente, porque sí, ahí sí que estaba en las huelgas y las manifestaciones... Pero digamos que el horizonte todavía era un poco... cuando estabas pensando en un futuro socialista al tiempo que estás viendo que lo que hay como ‘socialismo real’ no te convencía.

Y ¿cómo llego al franquismo? Llego de una forma relativamente accidental. Vamos a ver: lógicamente, leía todo lo que salía sobre franquismo, en la licenciatura y posteriormente, como todo estudiante politizado y más si eras historiador. Pero yo llego al franquismo digamos que al revés, a través del fascismo. Porque yo me voy a Italia en 1980, con una beca para Roma, pensando que era el mejor momento para profundizar en el estudio del fascismo. Y había compañeros que decían: ‘¡Vas a Roma a demostrar que el franquismo es fascismo, eh!’. Y yo pensaba: ‘Pues, bueno, igual sí’. Pero, claro: me concentré absolutamente –además de mi interés por las cuestiones internacionales, lógicamente, la guerra civil española, la intervención italiana– en conocer y estudiar el fascismo a fondo. Me convertí en un lector de todo lo que se había publicado y se publicaba sobre fascismo.

Cuando empiezo a plantearme la posibilidad de hacer algo sobre franquismo, yo ya había empezado con el fascismo: trabajo básicamente cuestiones internacionales y escribo algunas cosas ya en mis primeras aproximaciones. Y desde esta perspectiva me iba haciendo una idea de lo que era el franquismo. Y, a la luz de mis conocimientos sobre el fascismo, iba viendo cómo no cuadraba

–no me cuadraba– esa idea del franquismo como régimen autoritario, porque me parecía insuficiente, muy vaga, muy ambigua, poco histórica, podíamos decir. Pero tampoco te cuadraba la idea del franquismo como fascismo, porque para mí ahí fue muy importante estar en Italia. Y la primera diferencia que yo encontré entre uno y otro –y no es que yo tuviese un fondo teórico extraordinario– pero sí dije: fascismo y franquismo no hablan igual, no es el mismo lenguaje. Y decir que el lenguaje del franquismo no es el lenguaje del fascismo resultaba bastante clarificador. Y luego ya, a partir de ahí, progresivamente ya fui centrándome más en el franquismo. Pero al principio fue un poco de fuera a dentro. Y creo que esto fue importante para mi propia aproximación al franquismo, y a otros aspectos de la historia de España. Creo que fue importante y que me ayudó mucho.

- **Un poco más en general, ¿qué cambios destacarías en la universidad española en los últimos cuarenta años, también en cuanto a la docencia y al estudiantado?**

Hay gente que es pesimista, pero yo no soy pesimista. Yo creo que los cambios han sido extraordinarios y en un sentido positivo. Hay que ver de dónde veníamos. Ha mejorado extraordinariamente la docencia, que yo creo que se toma mucho más en serio. Y ha mejorado la investigación, extraordinariamente. Eso ha enriquecido las perspectivas en todos los ámbitos de la historia, de la historia contemporánea en particular. A veces los avances [en la investigación] se producen por oleadas: durante unos años el grueso se concentra en la República, por ejemplo, en torno al año 1981, con el 50 aniversario de su proclamación; luego la Guerra Civil, en 1986, y, finalmente ya, el franquismo. Pero los cambios, ya digo, han sido extraordinariamente positivos: ha mejorado mucho la docencia y se ha democratizado la universidad. Eso no quiere decir, lógicamente, que no haya problemas, que siempre hay problemas que surgen, nuevos a veces, y a los que hay que hacer frente.

- **Y ahora más en concreto, ¿cómo ve la evolución de la historiografía sobre la dictadura franquista en estas últimas cuatro décadas? ¿Cuáles han sido en su opinión los cambios más importantes?**

El primer cambio fundamental es que hay investigación. Nosotros organizamos en València el primer congreso que hubo sobre franquismo –en el año 1984, creo que fue– e invitamos a todos los que tenían publicado algo así conocido sobre el tema. Casi todos eran magníficos historiadores, pero casi ninguno de ellos era especialista en franquismo. Porque había poca investigación sobre el franquismo. Eso no tiene nada que ver con la situación actual. En estas casi

cuatro décadas se ha investigado muchísimo sobre franquismo y se han ido superando aquellos problemas que había, por ejemplo, una fijación absoluta –quizá salga después– en lo que se conoció como el debate sobre la naturaleza del franquismo. Pero luego, sucesivamente, se ha diversificado la atención en todas las facetas del franquismo, de la sociedad española durante la dictadura, de las relaciones entre el franquismo y la sociedad española. Y se ha democratizado. Ahora hay muchísimos investigadores, nuevos investigadores, y muchos de ellos hacen aportaciones que son importantes. No sin problemas, pero sí, señalaría que se ha avanzado mucho.

- **¿Ha cambiado el lugar de la Guerra Civil y el franquismo, la importancia que se le da, en el conjunto de la historia contemporánea española?**

Ha cambiado y... no ha cambiado. Creo que sí que se le da una mayor importancia en el presente, por ejemplo, desde los planes de estudio, aunque una cosa es la universidad y otra cosa es la enseñanza secundaria. Pero también es cambiante, porque recordemos aquello de que ‘toda historia es historia contemporánea, y toda historia es historia del presente’. Y las relecturas que se hacen sobre la Guerra Civil y el franquismo son continuas. Porque sí, ahí está la perspectiva conmemorativa: se avanzó mucho con estudios sobre la Segunda República y la Guerra Civil... Pero, a partir de finales de los ochenta, parece que la República desaparece como objeto de estudio e investigación; no es mayoritaria, parece un poco apartada. Y con la Guerra Civil un poco menos, pero también sucede.

En cambio, cuando nos vamos aproximando a finales de siglo y a principios del presente siglo, la República y el estudio de la República cobran una nueva centralidad. ¿Por qué? Pues porque se relaciona, por ejemplo, el problema de esta democracia –la democracia actual– y aquella democracia, la de la España republicana. El tema de posibles aportaciones... Porque –hay que decirlo– la República fue ninguneada en los ámbitos oficiales y en los ámbitos dominantes; fue ninguneada en el ámbito político. De alguna forma, había que construir la Transición española, la democracia actual, renegando o, por lo menos, no mentando a la República. Y cuando esto ya no se plantea así, sino que se plantea que aquella República fue pionera en tantas cosas, y aquella República hasta qué punto no fue una democracia de la cual incluso la actual podía aprender –cosa que se había negado absolutamente–, entonces aparecen debates, y a veces debates muy serios. Unos debates que son crispados incluso a veces porque está la cuestión del revisionismo, de los dos revisionismos: el revisionismo historiográfico, que es perfectamente respetable (aunque yo no esté en absoluto de acuerdo), y luego está el pseudorevisionismo de los pseudohistoriadores que son piratas, postfranquistas, etc. Pero entonces vuelve, en ese sentido, el debate sobre la

---



importancia de la República y la importancia de la Guerra Civil. ¿Dónde ponemos los límites? Cuando hablamos de víctimas, por ejemplo, ¿dónde ponemos los límites entre la Guerra Civil y el franquismo? Esas miradas al pasado se van siempre reconstruyendo y por eso digo que estamos siempre en esa situación compleja.

- **Usted tuvo un destacado protagonismo en los debates sobre la naturaleza del franquismo (¿fue fascismo? ¿fue autoritarismo?... ) que, especialmente durante los años noventa, atravesaron la historiografía contemporaneísta española. Y una aportación suya tuvo un eco notable: la caracterización del franquismo como un régimen fascistizado. ¿Qué aportaba dicha definición al conocimiento de la dictadura y de su naturaleza? Pero también ¿cómo ve ahora, más de dos décadas después, dicho debate?**

Cómo me aproximó yo a ese concepto de régimen fascistizado tiene que ver con lo que comentaba antes de mi insatisfacción con el significado de ‘régimen autoritario’. Régimen autoritario es la aplicación bastante teledirigida y, al mismo tiempo, vaga de las teorías del totalitarismo al caso español, como el propio Linz reconocía. Es decir, esto es totalitarismo y esto de ‘régimen autoritario’ lo aplico yo para decir que el franquismo no es totalitario, sino algo intermedio. A mí eso me resultaba totalmente insatisfactorio porque situaba el problema en una indefinición: ¿qué es el franquismo? Ni totalitario, ni democrático. Muy bien, vale: pero ¿qué es? No tiene ideología, pero ¿dónde queda la ideología? Como el propio Linz reconocía, todo esto corría el riesgo de ser considerado como formalismo.

Y yo tenía insatisfacción por esto, pero también por esas construcciones del franquismo como fascismo que, luego se fueron sustentando con más investigaciones, y eso es siempre respetable. En mi opinión, venían a incidir en una cuestión que era uno de los grandes problemas de los estudios sobre el fascismo: el fascismo era una entelequia, era un régimen, era una dictadura y eso (acordaos de la definición de la Internacional Comunista: ‘el fascismo es una dictadura de las...’). Así pues, el fascismo era visto exclusivamente como una dictadura, no como un movimiento social, ni movimiento político, ni partido... algo que ya había dicho alguien tan sospechoso como un tal Gramsci. Entonces, el problema que de alguna manera se arrastraba con el franquismo era: ¿qué es el fascismo? Una dictadura. Y, si es una dictadura, pues dictadura es también el franquismo... y, por tanto, el franquismo es fascismo. Se obviaba así la cuestión de la cultura, de las ideas, de la ideología, de la cultura política, del sujeto. Entonces se llega a las teorías de la modernización, o una mezcla de las teorías de la modernización con el marxismo, en el sentido

---

de que para que haya fascismo tiene que haber más modernidad; pero si no la hay suficiente, da igual. Aunque no haya fascistas, con tal de que esté el ejército pues ya tenemos al partido fascista. ¿Y si no tenemos una cultura fascista? No pasa nada tampoco: para eso está la Iglesia, que será la que dará forma y fundamentará a la dictadura.

Pero, claro, esas indefiniciones, esa ausencia del sujeto y de la cultura fascistas a mí me resultaba muy insatisfactoria. Entonces... ¿por qué ‘fascistizado’? Yo no he inventado nada. Había en España algunos historiadores como José Ramón Montero, Ricardo Chueca, o Javier Jiménez Campo, que ya habían trabajado –y yo creo que eran grandes aportaciones– sobre lo que había sido la fascistización de la derecha española durante la Segunda República. Y yo lo que retomaba era, por una parte, esto: si había fascistización, esta no se acaba en 1936. Lógicamente, esto es una vía de aproximación que la hace un poco diferente –diríamos– de la de Griffin, que yo creo que es una construcción que va más en la línea de lo que es ‘pseudo’, de lo que es ‘utilización’, etc. Entonces, yo veía que había esa dinámica de fascistización y yo la retomaba. Y, luego, por otra parte, estaba la cultura de la época: Ramiro Ledesma Ramos hablaba de los fascistizados, para referirse a quienes, no siendo fascistas, sí que eran fascistizados porque habían adoptado determinados aspectos (normalmente, formales o estéticos) del fascismo. Y, sobre todo, estaba también Mussolini, cuando decía aquella frase –que yo recogí muy pronto, incluso ya para mi tesis, en 1985– de ‘Europa será fascista o fascistizada’. Y se veía un poco en la forma que tenía el fascismo italiano de ver la realidad de España, de ver el régimen franquista.

Desde mi punto de vista, sobre esta cuestión no se me ha hecho mucho caso. Pero es que, claro, la alternativa era interpretar que el franquismo o era fascismo o era autoritario, porque esto de ‘fascistizado’ ¿qué era? Luego, progresivamente, diversos núcleos historiográficos han ido asumiendo esta perspectiva, que ha ganado peso porque, además, conecta –aunque no es idéntica– con la perspectiva que puede tener Griffin sobre ‘parafascismo’. Y, paradójicamente, conecta también con la idea de la historiografía internacional que podríamos llamar de izquierdas –y me refiero a la historiografía que podríamos llamar sólida: Paxton, por ejemplo, y otros autores– sobre el fascismo, que también dicen que el franquismo no fue fascismo. Entonces, el problema lo tenemos con ¿qué es autoritario? Porque incluso Hobsbawm decía que el franquismo era autoritario. Parecía que no había otra salida. Y, en cambio, ahora yo creo que esa conceptualización alternativa como ‘fascistización’ se está afirmando: ahora se recoge también por parte de António Costa Pinto y Aristotle Kallis con la idea de ‘hibridación’, que recoge la cuestión de la fascistización. Entonces, el calado de esta forma de aproximarse al franquismo –yo no voy a reclamar ahora la paternidad de ninguna idea– sí que se ha consolidado, así lo entiendo yo.

---

- **En sus investigaciones, el concepto de cultura política tiene también una importancia fundamental. ¿Qué le llevó al uso de esta categoría? ¿Y cuáles son sus principales referencias en esta forma de analizar el fascismo, la fascistización y el franquismo?**

Yo diría que el propio concepto de cultura política para mí surge también de forma un poco sobrevenida. Yo no estaba hablando de cultura política, o de forma consciente, porque en el fondo lo estaba haciendo. Pero, en un determinado momento, me llaman desde la Casa de Velázquez de Madrid para un seminario sobre cultura política, en el cual estaba Berstein, entre otros. Me convoca Benoît Pellistrandi por mi libro *España sobre España*, que le parece muy interesante desde el punto de vista de las culturas políticas. Y entonces yo voy reconociendo progresivamente hasta que la pongo en el centro en muchos aspectos, porque veo que es una herramienta fundamental. Y cuando digo fundamental no es el sentido que muchas veces se utiliza en plan retórico, como si fuera una moda, sino porque aporta algo.

¿Cuáles son mis referencias? A mí me parece fundamental la referencia a Baker sobre que la cultura política es discurso y prácticas simbólicas, pero también –de una forma si se quiere un poco ecléctica– lo que están aportando los historiadores franceses, que van mucho más allá. ¿En qué sentido enriquece absolutamente la cultura política? En el sentido de que ya no hablas de una ideología –que también– o de un partido –que también– sino que hablas de discursos, de cosmovisiones compartidas de pasado y de futuro, de proyectos de futuro, de formas de sociabilidad, de redes... es decir, amplificas. Y eso te permite una aproximación global, mucho más amplia, por ejemplo, la que nosotros publicamos en la *Historia de las culturas políticas en España y América Latina*.

Y, en lo que afecta a mi propia investigación, evidentemente, a partir de ese momento se enriquece extraordinariamente mi comprensión del fascismo, mi comprensión del franquismo, mi comprensión de la derecha reaccionaria como cultura política y como cultura política transnacional, etc. Eso son los referentes. E insisto que, desde mi punto de vista, lo que no debería suceder es que se viera la cultura política como un expediente a cumplir, una moda, un hablar de cultura política porque toca y luego olvidarse y volver a hablar exclusivamente del partido o de la ideología... Que es precisamente lo que supera, desde mi punto de vista, la perspectiva de la cultura política.

- **Porque, volviendo brevemente a la fascistización, una de sus ventajas como concepto es su flexibilidad, la capacidad de poder ser aplicado a procesos históricos**
-

**dinámicos que cambian con el paso del tiempo. De hecho, la fascistización puede ser entendida como un proceso que no necesariamente tiene que acabar llegando hasta el final y transformando a un movimiento, partido o régimen en plenamente fascista, tampoco necesariamente tiene por qué completarse.**

Claro. Insisto: yo muchas veces me fijo mucho en los autores protagonistas, en Mussolini, por ejemplo. ¿Qué es para él fascistizar Italia? Hacer a los italianos fascistas y cada vez más fascistas. Eso es una forma de fascistizar, que es llegar a ser fascista. Pero otra forma de fascistizar es intentar que el fascismo sea hegemónico incluso entre aquellos sectores contrarrevolucionarios, de la derecha, que no van a llegar y que no llegan a ser fascistas. Y eso explica que existan pugnas, continuamente, porque son culturas políticas que están ahí. En una de sus acepciones, fascistización quiere decir que hay una cultura política presente —que es la fascista— y que puede no ser hegemónica respecto a otra cultura política, con la cual también están en pugna. Y así perdemos también esa idea de los regímenes monolíticos, predeterminados, que ya se sabe desde el principio lo que son y lo que serán, etc., etc. ‘Fascistización’ es un concepto dinámico porque reconoce la existencia de sujetos, sujetos distintos, culturas políticas distintas. Y, por esa razón, si tú no tienes una hegemonía fascista, no puedes hablar de un régimen fascista. Pero, cuidado, que fascistas los hay. Y eso no quiere decir que sean despreciables o que ese régimen se pueda explicar sin tener en cuenta que, efectivamente, había fascistas y que eran uno de los participantes en el bloque de poder.

- **Y, además, el concepto permite también su aplicación a la inversa: una desfascistización no necesariamente tiene que ser tampoco perfecta y acabada.**

Claro, porque cuando debatimos, por ejemplo, sobre el caso de Falange, el caso del fascismo español, pero nos lo podíais explicar también mucho desde Brasil, ¿no? Falange, se trata de un ejemplo de fascismo que nunca es hegemónico pero que siempre está ahí; y que sufre derrota tras derrota, pero nunca desaparece; y sigue siendo un pilar del régimen franquista, siempre subordinado... pero sigue estando, hasta el final. De modo que yo siempre digo que el régimen de Franco tuvo unos niveles de fascistización extraordinarios al principio, sin llegar a ser fascista, y unos niveles muy importantes de desfascistización, al final, sin perder absolutamente alguno de sus componentes fascistas.

- **Porque, al fin y al cabo, ‘fascistización’ es un concepto que evita movimientos pendulares entre categorías dicotómicas: ‘o autoritarismo o fascismo’ o ‘fascista o no fascista’.**

Claro, porque insisto en la cuestión del sujeto e insisto en la cuestión de la dinámica de las culturas políticas. Porque aquí hay quien dice ‘el régimen de Franco fue fascista hasta el 45’. Y ¿qué pasa entonces? ¿que en el 45 ya no hubo fascistas en España? ¿Habían desaparecido todos? ¿Se habían convertido todos al nacionalcatolicismo? No, claro que había fascistas. Por lo tanto, esos cortes tan absolutamente nítidos no nos sirven. Ésta es otra ventaja de las culturas políticas, que no desaparecen a machetazos, sino que están ahí. Y también desde este punto de vista ambos conceptos –fascismo y culturas políticas– son diferentes, pero van parejos; se refuerzan mutuamente. Otro ejemplo: ‘el régimen franquista es fascista hasta el 41 y luego no’. Eso se puede decir en el caso de la Italia fascista y de la Alemania nazi con la llegada de los aliados y su respectivo derrumbe –y aun así–, pero en España no.

- **¿Cuáles consideran que son, actualmente, las líneas de trabajo más novedosas o transformadoras en los estudios sobre fascismo y/o sobre franquismo?**

Bueno, yo diría que no siempre lo más novedoso es lo más renovador. Eso depende de cómo se trabaja, por así decirlo. Por ejemplo, sigue siendo absolutamente renovadora la perspectiva de las culturas políticas, aunque para muchos ya no esté de moda; pero es absolutamente fundamental y hay mucho por explorar. Ha sido absolutamente fundamental la historia de la vida cotidiana; y sigue siéndolo, incluso para entender precisamente no solamente las relaciones entre los sectores populares, sino también entre los individuos y los regímenes, y cómo interactúan, y cómo se relacionan, y cómo el propio dominado se apropia de algunos aspectos de la dominación para darle la vuelta... Eso que fue fundamental, en mi opinión, para desmontar la reducción del nazismo a totalitarismo: ¿individuos aislados? Hombre, si estaban en todas partes, sociedades... Y esto se ha podido apreciar desde la perspectiva de la vida cotidiana. Y para calibrar estas relaciones entre régimen y sociedad, pero también para calibrar los cambios: ¿cómo se producen los cambios y no solamente en los regímenes, sino en las culturas políticas? Que no se pueden explicar ya solamente por los giros que tiene el Politburó u otro órgano de dirección, sino que se debe prestar atención también a las dinámicas desde abajo.

Desde luego, la perspectiva de género es también absolutamente fundamental y tampoco ha dado aún todos sus frutos posibles, o no todo el mundo está recogiendo, recibiendo o investigando cuáles son los frutos. Esta ampliación de los focos de atención es, desde mi punto de vista, fundamental. Y por ahí hay que profundizar. Y, por supuesto, está la perspectiva transnacional, que puede cambiar –y cambiar radicalmente– nuestra percepción de culturas

---

políticas, de dictaduras... en general. Yo creo que hay mucho que profundizar y que, por ese lado, vendrán las líneas de renovación historiográfica.

- **Precisamente la siguiente pregunta giraba en torno a lo transnacional, que en las últimas décadas ha sido sin duda una de las aportaciones más importantes de los estudios sobre fascismo. Pero la perspectiva comparada y la comprensión del fascismo como fenómeno internacional son casi tan antiguas como el propio objeto de estudio, el propio fascismo, ¿no?**

Sí, de hecho, hay un momento en que parece que el fascismo es transnacional, es internacional, y no existe ni siquiera como hecho nacional: ¿qué es el fascismo? Partiendo de algunos enfoques de la III Internacional daba la impresión de que era una fase del capitalismo: el capitalismo, luego el imperialismo y, finalmente, el fascismo. El fascismo se ha estudiado siempre como un fenómeno internacional: pensemos en *International fascism*, tenemos desde Mosse y tantos otros que lo han abordado siempre así. El estudio comparado, también. El problema del fascismo genérico ya te plantea toda la problemática de las características comunes, de las diferencias. A veces se confunde la cuestión del fascismo genérico con el hecho de que necesitamos herramientas, instrumentos... y el concepto de fascismo nos tiene que remitir a algo que está en el plano nacional pero también en el plano internacional. Todo esto ha existido y hay que precaverse de decir: ‘ahora yo digo esto que es transnacional’, pero bueno, eso ya estaba dicho. Ello no quiere decir que la aportación de la perspectiva transnacional no sea fundamental, porque va más allá. No es las estructuras de la Internacional Socialista o Comunista, no es la perspectiva de las relaciones entre los estados fascistas, que también.

La perspectiva transnacional va más allá en tanto que permite profundizar en lo que también ha estado siempre: la noción de la circulación de las ideas, por ejemplo. Pero ahora procede de forma sistemática, intentando no perderse en nuevas y continuas compartimentaciones (en el sentido de ver tal idea como una cuestión transnacional, y luego tal idea como otra cuestión transnacional), sino aproximándose a una visión global, en la que vamos a descubrir muchas cosas y vamos a cambiar muchos conceptos, a pulir muchos conceptos. Leer lo que estáis haciendo sobre Brasil ayuda mucho a reformular algunos aspectos del fascismo.

Luego está, en efecto, el problema de las culturas políticas transnacionales, que hay que insistir en esto: son culturas políticas transnacionales. Y esto implica ideología, circulación de ideas, pautas de comportamiento, pero también pautas de sociabilidad que también traspasan las fronteras nacionales. Y todo eso incluso ayuda a explicar derivas que de otra forma quedan sin explicar.

---



Trabajos tuyos sobre género [se dirige a Toni Morant] que paradójicamente... Es que ver la transnacionalidad que hay en el fascismo y se aprecia cuando se ve desde la perspectiva de género, nos está al mismo tiempo ayudando a enriquecer nuestra propia concepción sobre el fascismo.

Por lo tanto, yo creo que es una perspectiva que no debe pasar de moda en absoluto, que no se debe tomar como una simple substitución de adjetivos: donde antes se decía ‘historia comparada’ ahora se dice automáticamente ‘transnacional’ para seguir diciendo exactamente lo mismo, como también hay quien antes decía ‘ideología’ y ahora la ha sustituido por ‘cultura política’. La perspectiva transnacional sirve para mucho, porque ayuda a comprender y a profundizar desde lo pequeño a lo global. Y eso es esa perspectiva que siempre nos está atrapando... esa idea de lo local y lo global, bien trabajada, ayuda a precisamente superar esas compartimentaciones que vienen de la fijación en el marco nacional, con toda esa serie de transferencias culturales, formas de sociabilidad... Y, por último, las propias relaciones que atraviesan las fronteras, que no son solamente la de ‘los políticos’ o las elites políticas, sino también la de las organizaciones de mujeres, las de jóvenes, transferencias culturales, reuniones de todo tipo, proyectos en común. Insisto que el enfoque transnacional es una aportación fundamental y que abre perspectivas que no se deberían cerrar rápidamente en función de otro tipo de tipo de intereses.

- **Porque, además, la perspectiva transnacional no solo no acaba negando la importancia de la nación, sino que acaba reforzando también, en el caso de los fascistas, el significado que para ellos tenía la nación respectiva.**

Lo que pasa es que no hay nada –desde mi punto de vista, al menos– en la concepción fascista de la nación que no sea transnacional. No hay un mundo compartimentado, por ejemplo. Como si alguien dijera: ‘en los orígenes, está la cultura española que es distinta de la italiana o de la francesa’. Pero es que había ya elementos comunes, en la década anterior al fascismo y también cuarenta años antes. Es un mundo global. Por tanto, ¿qué hay más transnacional que la idea de nación? Y ¿qué hay más transnacional que la idea fascista de nación? Están bebiendo de todas las culturas, que luego se modelarán de forma específica en algunas cuestiones dentro de las distintas naciones. Por eso, tomar la perspectiva transnacional es importante porque nos ayuda a superar –por tocar un fenómeno recurrente– esa idea de que la derecha, al ser nacionalista, no puede tener ninguna perspectiva internacional. Como nunca se creó una internacional de derecha... Bueno, pues no poco: claro que podía.

---

- **En esta perspectiva, ¿cómo pensar la relación entre la España franquista y el salazarismo portugués?**

Yo creo que es algo que aún tenemos pendiente, como pasa también con toda la historia contemporánea de España y Portugal, donde se percibe que hay una serie de procesos que son muy parecidos en ambos países. Con el salazarismo tenemos pendiente en España un estudio a fondo –hay estudios parciales, muy buenos– de unas relaciones que son importantísimas entre lo que son las respectivas bases culturales. Ahí tenemos culturas políticas, como la del Integralismo Lusitano y la de Acción Española, que están profundamente interrelacionadas. Por ejemplo, miembros de Acción Española están yendo continuamente a Portugal. Y no sólo en los años treinta, sino también en los cuarenta y los cincuenta. Lo mismo pasa con los fascistas: la herencia del fascismo español en el portugués también es importante. Y, finalmente, están las dictaduras, claro, los regímenes, tanto sus relaciones en sí mismas, como desde el punto de vista otra vez de las culturas políticas y las transferencias culturales, y desde el punto de vista de las propias estructuras de poder. El franquismo aprende mucho del salazarismo, tiene muchas similitudes, y viceversa. De la misma forma que ambos acabarán siendo fuente de inspiración para la Francia de Vichy, por ejemplo. Ahí estamos, otra vez, moviéndonos en estas perspectivas transnacionales. Yo creo que existen fallos y existen tareas pendientes para ir más allá en el conocimiento de ambos regímenes. A veces lo dicen desde fuera más que lo que lo pueden decir una historiografía española o portuguesa. Sí, desde luego, esa relación entre franquismo y salazarismo es fundamental.

- **A veces, parece que, girando la mirada hacia los contactos, las influencias, las transferencias con Francia o con Italia, desde España se le haya dado la espalda al vecino portugués.**

Sí, pero se le ha dado la espalda historiográficamente, porque históricamente no. Todo lo que es el mundo de la cultura española en la medida que tiene una hegemonía durante los años cincuenta los epígonos de Acción Española están profundamente relacionados con Portugal: hay viajes continuos, conferencias conjuntas... Lo que ha pasado después es, como tú dices, es la fijación en ‘fascismo o no fascismo’: entonces me fijo en Italia y punto, o en Alemania y punto. Y si no es fascismo, ya me interesa menos. Sí, sí: hay un problema historiográfico por esa fijación de ‘si no es fascismo, no me interesa’, y si no me interesa, ya no investigo. El problema que hay en la historiografía en general, tú [dirigiéndose a Leandro Gonçalves] lo has dicho muchas veces: al final, en el fascismo como tantas y tantas cosas, todo lo que son casos marginales... Bueno, vamos a ver:

---

tanto caso marginal, al final no será marginal. Tendremos que tener en cuenta esto, ver que no es marginal y que ayuda a comprender procesos que son fundamentales.

- **¿Cuál diría usted que es la posición de la historiografía española actualmente en el contexto de la historiografía internacional? ¿Cómo ha cambiado su peso, la presencia, o ausencia? Porque buena parte de las primeras investigaciones sobre guerra civil y franquismo tenían lugar en un momento en que buena parte de las investigaciones se hacían desde el hispanismo británico, el francés o el italiano.**

En lo que es el conocimiento de la Historia de España el cambio ha sido fundamental. Ahora ya la historia de España hay una relación entre iguales con los hispanistas de otros países europeos; ahora los hispanistas saben que son unos historiadores más. Si tenemos en cuenta aquella fuente de autoridad absoluta de los hispanistas, cuando no se podía investigar en España, el cambio es radical. Lo cual no quiere decir que no haya aportaciones fundamentales desde fuera. Pensemos en la historiografía británica o Alemania, por ejemplo, o en Italia también. Pero sí hay un cambio.

Pero es un cambio que tiene alguna limitación, en dos vertientes. Por un lado, los historiadores generales que no son hispanistas, cuando hablan de España, si son ingleses solamente van a citar a autores británicos; pasan, obvian lo que es la historiografía española, y supongo que eso también pasa con Brasil o con Italia. Ellos se refieren a España guiándose por lo que escribió Payne hace una eternidad, o por lo que escribió Preston —que está muy bien—... pero lo que no está en inglés, no existe. Pero hay historiadores que ya han empezado a hacerse eco de lo que efectivamente se hace en España. Y es una dinámica que irá a más.

Y, por otro lado, está el problema —que es un problema clásico— del ensimismamiento y la herencia del franquismo. El franquismo es una ruptura brutal en términos culturales y también en términos historiográficos. De modo que el historiador español queda con un complejo de inferioridad, del cual se recupera con la democracia y en las décadas posteriores. Pero, a veces, parece que sigue habiendo un tope: yo si voy a decir algo, que vaya más allá de lo que es historia de España, tengo que citar a alguien de fuera. La autoridad siempre está fuera y yo voy a aplicar aquí lo que dicen los de fuera. Y no digamos ya en el sentido del reconocimiento internacional que pueden tener los historiadores españoles, en el sentido de generar perspectivas, incluso modelos si se quiere. Eso es un elemento a retener, esa pobreza en referentes españoles. Cierito que ya estaba Linz, pero trabajaba en Yale.

- **¿Cómo ve usted la revisión de derechas, desde posicionamientos políticas de derecha o de extrema derecha, que se ha hecho de la dictadura franquista en España en los últimos veinticinco años?**

La derecha en general tiene un problema. Y es que hay una barrera que no ha roto. Incluso los postfascistas italianos la rompieron y condenaron explícitamente el fascismo, aunque luego quizá tuviera una parte de mentira, pero al menos lo condenaron. La derecha española no lo ha hecho porque, en el fondo, yo creo que más que apego al franquismo, tiene miedo de la República. ¿En qué sentido? En el sentido de que, si la ruptura con el franquismo es total, entonces la legitimación tiene que ser antifranquista. Y, en ese caso, no se puede obviar todo lo que hay antes. La derecha española no rompe absolutamente porque hay líneas de continuidad con el franquismo: claro, el Partido Popular es un partido con origen por parte de franquistas, con Fraga Iribarne y otros ex-ministros de Franco. De alguna forma, consideran que una ruptura total y absoluta con el franquismo en el fondo les deslegitima, lo cual es absurdo porque si rompieran no se sentirían agraviados. Porque hoy en día muchos españoles de derecha se quejan de que muchos catalanes de derechas apoyaron al franquismo: ‘Pero es que los catalanes...’. Claro, es cierto. Y entre la francesa con Vichy. Pero la cuestión no es si había o no había, sino si han roto total y absolutamente con ese pasado. Y, entonces, eso les lleva a intentar deslegitimar todo lo que es el sentido de las tradiciones de izquierda, democráticas... Por eso, ‘el franquismo mejor no moverlo’. Ese es el problema que tiene la derecha. Yo no digo que el PP no sea democrático, pero para serlo al cien por cien tiene que tener absolutamente una ruptura con todo lo que no es democrático y eso incluye el franquismo. Y sobre esa derecha, que debería ser democrática al cien por cien, la extrema derecha se encuentra en esas bases unas condiciones muy propicias.

Y también hay que tener en cuenta que el franquismo duró mucho y tiene sus posos. Yo no digo tampoco que ni siquiera Vox sea franquista, pero tiene posos franquistas. Hay como posos, en el sentido de que hay cosas que mejor no tocar.

- **Las relaciones entre las historiografías española y las latinoamericanas ¿cómo han evolucionado en las últimas décadas?**

Yo la veo una relación bastante igual. Yo creo que sí: la historiografía española tiene cierto prestigio en América Latina, pero también la historiografía latinoamericana tiene mucho prestigio en España. Hemos aprendido mucho, incluso en España hemos sido dependientes de América Latina. En América Latina ha habido historiadores y pensadores que sí que han tenido una proyección internacional como la que decía hace un momento que no tenemos en España. Yo veo

---

una relación más igual; debe ser así y debe seguir siendo así. Estamos aprendiendo unos y otros, y eso permite generar dinámicas de conocimiento en condiciones de igualdad con el resto de historiografías europeas o no europeas.

- **Antes comentaba las perspectivas que podrían guiar la historiografía de los próximos años. ¿Cuáles cree usted que serán los problemas u obstáculos más importantes a los que habremos de hacer frente desde la historiografía?**

No lo sé. Lógicamente... los sesgos. El problema es también el de los ciclos. Decíamos antes que el presente es absolutamente fundamental, incluso para iluminar el pasado. Pero también puede contribuir a ahogar ecos del pasado, en el sentido de las crispaciones y al hecho de que, al final, gente como el trumpismo o como Bolsonaro puede aprovechar los resquicios que puede dejar la historiografía para poner en cuestión... Si lo pueden hacer con las *fake news* y todas estas cosas, pues imaginémosnos lo que pueden hacer con el pasado si la historiografía les deja la posibilidad.

Luego hay otra cosa: la compartimentación. Si ahora concentramos la atención en una cuestión, pues nos olvidamos de las otras. O si ahora hay una aportación muy importante, pues parece que ésta es absolutamente nueva, que viene de la nada, con el consiguiente riesgo de caer en un adanismo historiográfico. Yo creo que más que... vamos, si pasado mañana se generaliza la experiencia de Italia, Hungría o Polonia, la historiografía podría ser víctima de problemas estructurales, de políticas globales y posibles vicios que, no obstante, no tienen por qué imponerse.

- **Precisamente –y pasando ya al bloque final– nos gustaría preguntarle por la importancia de la función social de la historia y del historiador. ¿Por qué una democracia necesita de buenos y buenas profesionales de la historia?**

Un poco por lo que estábamos diciendo. El conocimiento del pasado, y sobre todo un conocimiento del pasado que sea serio, que sea sólido, que no esté basado en falsificaciones, contribuye a fundamentar lo que es fundamental, que es la democracia. Y, en ese sentido, hay que romper con tabúes que siguen existiendo. Es así en el caso de España, pero también se puede aplicar a Italia o a Alemania, y supongo que a Brasil también: la idea de un fascismo ‘bueno’ en Italia hasta el 38 y uno malo posterior; o, en el caso de España, de un franquismo malo, malísimo, hasta 1950, y uno bueno, relativamente, después. Hay que romper esas construcciones que se han convertido en míticas, diciendo: ‘Mire, usted perdone, pero es que la dictadura, económicamente, funcionó mal’; por supuesto que social y culturalmente, pero económicamente también. Entonces,

---

para que se asiente el conocimiento histórico es fundamental ese conocimiento que desmonte construcciones míticas. O que uno que diga una barbaridad –que mira que dice barbaridades la gente de la derecha en el parlamento– pues chirrié más de lo que chirría actualmente, que la gente diga: ‘¿Pero esto qué es?’.

- **¿Cómo vio el surgimiento de los movimientos de la memoria histórica en España y la posterior recuperación de la memoria de la Segunda República en la esfera pública desde finales de los años noventa? ¿Cómo ha seguido los debates entre historia y memoria?**

Yo creo que el problema de la historia y la memoria es que a veces hay aproximaciones esencialistas. Ahí está el Movimiento para la Recuperación de la Memoria Histórica, que tiene bases sólidas, que tiene bases sólidas más allá de que en algunos casos se pueda extrapolar. Pero luego está el auténtico odio que hay en determinados sectores de la sociedad española contra la memoria histórica, en el sentido de que eso significaría reabrir heridas o peor aún –para ellos– mitificar la Segunda República. Hay una lectura en el sentido de decir que con la memoria histórica se quiere poner en cuestión la democracia actual y por eso se enaltece a la República, como si el Movimiento para la Recuperación de la Memoria Histórica estuviera disparando contra la democracia actual para así exaltar a la República. Pero bien, vayamos más allá de esto: la memoria histórica en España era –como lo ha sido en todas partes– una tarea pendiente. Y también lo fue en muchos otros países. Y quiero mencionar también la experiencia de América Latina, que para nosotros ha sido ejemplar en algunos sentidos, como una vanguardia respecto a lo que es España.

Hará no mucho me invitaron a un acto conjunto del arzobispado de Tarragona y de la Universitat Rovira i Virgili sobre cuestiones de este tipo, al que asistieron muchos sacerdotes. En aquel acto yo dije: ‘Esto, realmente, no es una cuestión ni de izquierdas ni de derechas. En absoluto. Sino que es una cuestión de humanidad. Incluso diría más: es una cuestión de ser cristiano, y eso que yo soy ateo. Pero el cristiano debería ser el primero en pedir que se restituyese y se honrase a las víctimas’. Y los sacerdotes aplaudieron... los de base, claro; el arzobispado, no. Quiero decir que eso es otra cuestión que está ahí y que, en efecto, más allá de si se utiliza en un sentido o en otro... No: es un deber de justicia, verdad y reparación. Y, por tanto, es una cuestión de calidad democrática. Y eso nos lleva de nuevo a esas taras que la derecha española no termina de deshacerse de ellas.

- **Precisamente la memoria histórica está relacionada con la forma con la que se ve en España la Transición española, desde la dictadura franquista a la actual**
-



**democracia parlamentaria. Esa mirada ha experimentado una revisión crítica.  
¿Cuál es su valoración de la Transición española en perspectiva histórica?**

Creo que en la Transición se hizo lo que se pudo. Yo no defiendo a quienes afirman que hubo un pacto de silencio. Yo creo que, mirando retrospectivamente, había que asentar la democracia. Había gente que quería reivindicar la memoria y se hicieron muchos actos en los años 76, 77, 78. Pero, por otro lado, había también gente que no quería hablar. Había una demanda social de memoria, pero también una demanda social de olvido, de gente que decía: ‘yo no quiero hablar de aquello, aquello ya pasó’. Gente que había vivido los traumas de la guerra civil y de la dictadura franquista. Y políticamente podía ser interesante una ley de amnistía recíproca, necesaria para avanzar y consolidar la democracia. Yo eso no lo condeno. En ese sentido, creo que la Transición merece una valoración positiva.

Ahora bien, eso no quiere decir que la Transición fuese perfecta en sí misma, ni que condujese a una democracia perfecta. Hubo problemas, que se quedaron pendientes. Aquello tenía un precio. Y el precio era la justicia, la verdad y la reparación. Y si no —ya lo decía Paul Ricoeur y ahí está— las tinieblas de la memoria emergerán. Y llega un momento que emergen. ¿Cuándo? Sobre todo, con los nietos. La cuestión no es que esté ya la democracia en peligro, sino que nuestros abuelos están en las fosas; no se ha hecho en España ese trabajo de justicia y reparación. Y eso es lo fundamental. Y eso es lo que habría que hacer y lo que hay que insistir que hay que hacer y lo que hay que decirle a la derecha. Esa derecha que no quiere romper con el pasado, que utiliza subterfugios.

El problema es cuando se beatifica la Transición para decir: ‘y aquí no se mueve nadie’. Cuando los que votaron en contra de la Constitución en 1978 —y me refiero ahora a la entonces Alianza Popular, embrión del actual Partido Popular— ahora se la apropian y dicen: ‘Ojo, no me toques nada’, como si dijeran: ‘Hasta aquí llegué, y desde aquí sólo estoy dispuesto a retroceder, no a avanzar nada’. Esa es la cuestión: no hay por qué condenar, demonizar la Transición para decir que hay cuestiones que hay que corregir, que hay que avanzar.

Yo creo que hay cosas sobre las que en España no se ha hablado con libertad, por ejemplo, el papel de la monarquía. Y eso es una carencia democrática: los españoles no han podido posicionarse sobre si querían monarquía o república. No han podido hacerlo tras la caída del franquismo, al contrario que en Italia tras la caída del fascismo. ¿Por qué? Porque se metió todo junto en el mismo paquete: democracia y monarquía. Porque el gobierno de la época, de Adolfo Suárez, tenía la información suficiente para saber que, si no se metían en el mismo paquete, no salía

monarquía. Se emprendió una política de deslegitimación de la República; se construyó una idea absolutamente no democrática del nacionalismo español, en el sentido de que no se reivindica el nacionalismo democrático español, sino un nacionalismo que descansa sobre supuestos no democráticos. Y, claro, hay pervivencias, redes de origen franquista: económicas, sociales, políticas, culturales. De modo que es absurdo beatificar la Transición, pero también demonizarla. Lo que hay que tener es una perspectiva crítica.

Y luego está el aspecto de la ‘Transición pacífica’, que los historiadores ya han demostrado que es un mito: la ‘pacífica’ Transición en España fue más violenta que en Portugal. Esa visión beatífica tiende a ocultar cosas. En el año 77, el Primero de Mayo, la policía aporreó a los manifestantes, que habían sido convocados por los sindicatos. Y eso pasó en el año 77; no en el 76 siquiera, ni en el 75. Y luego, a diferencia por ejemplo de Polonia, en España el gobierno, el gobierno de origen franquista, nunca quiso sentarse a negociar con la oposición en condiciones de igualdad. Por tanto, nada de beatificar la Transición, que no fue ni modélica ni solucionó todos los problemas. Hay que tomar en cuenta el momento histórico, que se explica por una serie de coordenadas que acabó por traducirse en una congelación de todo lo que se cuestiona.

- **Y llegamos ya a la última pregunta, ¿cuál es su interpretación de los movimientos o partidos políticos contemporáneos, principalmente de extrema derecha, que buscan poner en valor el pasado franquista?**



Este tipo de partidos reinciden en elementos que están ahí, de gente que afirma, por ejemplo, que el franquismo no fue tan malo, de que ‘bueno, al principio sí, pero luego ya no’, o de que durante la dictadura creció mucho la economía española... Se trata de una serie de construcciones míticas, que si alguien no va a poner en cuestión son, lógicamente, este tipo de partidos. Hay que decir que su relación con el franquismo es ambigua: tienen evidentemente en algunos aspectos un fondo franquista, porque muchos vienen de allí y alguno incluso hasta nazi, como los hay en Vox. Pero eso no quiere decir que todos sean franquistas, o que todo sea franquismo puro o nazismo puro. Pero lógicamente lo que tienden es a minar toda visión positiva de lo que ha sido... la experiencia de la Segunda República o de la oposición democrática durante la dictadura. Es que el Ayuntamiento de Madrid ha borrado lápidas de políticos socialistas durante la República; han borrado lápidas... Hay atentados contra la memoria, por ejemplo, de las denominadas ‘Trece Rosas’ [trece jóvenes madrileñas de izquierdas] fusiladas en 1939 por el régimen franquista. Es decir, que en el caso de Vox tienen una visión antidemocrática y una construcción antidemocrática del pasado.



---

Y en el caso de la derecha más establecida, más que antidemocrática yo digo que es ademocrática. Y me refiero aquí no al Partido Popular en su conjunto, sino en su concepción del pasado, que tiende a legitimar la democracia española como hija de los franquistas. Como si el antifranquismo no existiera, y la lucha de cientos de miles, que ya eran millones en el año 76, parece que no existió. Y esto se retroalimenta. Hay una tendencia a falsificar, porque eso es lo que a ellos les puede dar cierta solvencia. Ellos no pueden decir: ‘Nosotros somos demócratas gracias a que Franco mató a 150.000 personas’. Eso no lo pueden decir. Ellos reivindicarán ‘el franquismo que pacificó España’. Y, como hay historiadores que dicen cosas parecidas, pues en torno a esto se estructuran estas falacias.



- **Muchas gracias, profesor Saz, por la entrevista y su tiempo.**


## Gerentes Editoriais



Ana Amélia Gimenez Dias    
Universidade Federal de Juiz de Fora,  
Brasil

Dalila Varela Singulane    
Universidade Federal de Juiz de Fora,  
Brasil

Diego Sebastián Crescentino    
Universidade Autónoma de Madri,  
Espanha

Marco Antônio Campos e Souza    
Universidade Federal de Juiz de Fora,  
Brasil

Pedro Vieira Fellet    
Universidade Federal de Juiz de Fora,  
Brasil

Rita de Cássia Lara Couto    
Universidade Federal de Juiz de Fora,  
Brasil

---

## Assistentes Editoriais

Alice Lazzarini Bento  

Bárbara Ferreira Fernandes  

Brendo Filipe Costa Diniz  

Chrigor Augusto Libério  



Fernanda Gallinari Sathler Mussi  



Gabriel Benedito Machado  



Gyovana de Almeida Félix



Machado  



Helena Amaral Sant'Ana  



Hygor Mesquita Faria  



Jeremy Dioses Campaña  



Kathia Espinoza Maurtua  



Lucas Eduardo de Souza Ferreira  

Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos  

Nilciana Alves Martins  

Rosali Maria Nunes Henriques  

Tania Gerbi Veiga  

Vitória Almeida Machado  

---

